

GÉNERO E TRAJECTÓRIAS CRIMINAIS
– CONTRIBUTOS PARA A CRIMINOLOGIA DESENVOLVIMENTAL –

JOSÉ MANUEL PIRES LEAL

Escola de Criminologia
2010

GÉNERO E TRAJECTÓRIAS CRIMINAIS

– *CONTRIBUTOS PARA A CRIMINOLOGIA DESENVOLVIMENTAL* –

Dissertação apresentada por José Manuel Pires Leal para obtenção do grau de Doutor em Criminologia, pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, sob a orientação do Professor Doutor Cândido da Agra (FDUP) e co-orientação da Professora Doutora Patrícia Ávila (ISCTE).

Índice geral

<i>Índice geral</i>	iii
<i>Índice de quadros e figuras</i>	ix
<i>Sinopse</i>	xvii
<i>Agradecimentos</i>	xxi
Introdução	1
Parte I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CRÍTICO	7
1 A relação conceptual entre género e crime	9
1.1 Sexo e género	9
1.2 Norma e crime	15
2 Ciência, crime e género	21
2.1 O surgimento do domínio da razão	25
2.2 Determinismos na transição para o século XX	27
A biopsicologização do comportamento	29
A influência dos contextos no comportamento	32

Os delitos	37
2.3 A transitoriedade para a modernidade	40
Do enfoque determinístico da ordem constitutiva do indivíduo ao processo social diferenciador e criminalizador	47
Revisitação da biologização e da sexualização do comportamento delinquente feminino	50
2.4 Da visão de consenso a uma perspectiva de conflito sobre o desenvolvimento da sociedade e das relações entre indivíduos	54
Repercussões do movimento feminista na produção de conhecimento sobre a relação entre género e crime	57
2.5 Delinquência e acção social: o masculino e o feminino no final do século XX	60
O processo de socialização diferenciado	63
A estrutura de oportunidades ilegítimas	67
O processo diferenciado de reacção social	71
2.6 A representação dos delitos no início do século XXI	73
3 Sociedade, género e crime	81
3.1 O feminismo como acção colectiva sobre as desigualdades de género	89
3.2 A representação do género no direito	99
3.3 Estado e evolução do sistema de justiça	102
3.4 A manifestação do género no sistema de justiça	111
3.5 A problemática da violência	115
Crimes violentos	115
3.6 A questão da vitimação	126
4 Processo delitivo e género	131
4.1 O delito no processo desenvolvimental	135
4.2 A controvérsia sobre a produção de conhecimento através da análise de trajectórias	137
4.3 A herança inspirada nas ciências exactas	140
4.4 Elementos que enformam as trajectórias criminais	142
4.5 A procura de paradigmas trajectoriais	144

4.6	Da continuidade do processo de transgressão à desistência	147
4.7	A sequência delitiva no masculino e no feminino	151
Parte II – ESTUDO EMPIRICO		161
5	Limites à interpretação e à produção de conhecimento	163
5.1	Crítica às fontes	167
5.2	O processo de selecção das amostras	172
5.3	A metodologia de recolha e análise dos dados	176
5.4	Os vários tipos de crimes	178
6	Características gerais das amostras	183
6.1	Caracterização social dos indivíduos constituintes das amostras	189
6.2	O potencial delitivo das amostras	196
7	A identificação de grupos de trajectórias	205
7.1	O grupo de trajectórias criminais <i>limitado à fase da juventude</i>	212
7.2	O grupo de trajectórias criminais <i>a partir da fase da vida adulta</i>	217
7.3	O grupo de trajectórias criminais <i>transversal às fases da juventude e da vida adulta</i>	222
8	Estruturas delinquentiais	227
8.1	A delinquência enquanto epifenómeno	229
	Na fase da <i>juventude</i>	230
	Na fase da <i>vida adulta</i>	235
8.2	Tangibilidades entre a juventude e a fase adulta	240
9.	A delinquência enquanto sequência transgressiva	255
9.1	A Activação	262

9.2	A Agravação	268
	Frequência	269
	Duração	271
	Intensidade	274
	Pico da idade	277
	Co-participação	280
	Mobilidade criminal	284
	Variedade transgressiva	286
9.3	Incidência e sequência transgressiva	288
	O grupo de trajetórias criminais <i>limitado à fase da juventude</i>	290
	O grupo de trajetórias criminais <i>a partir da vida adulta</i>	298
	O grupo de trajetórias criminais <i>transversal às fases da juventude e da vida adulta</i>	308
9.4	A violência	320
	Violência – o grupo de trajetórias criminais <i>limitado à fase da juventude</i>	322
	Violência – o grupo de trajetórias criminais <i>a partir da vida adulta</i>	323
	Violência – o grupo de trajetórias criminais <i>transversal às fases da juventude e da vida adulta</i>	325
9.5	A Desistência	326
	A detenção	330
	A condenação	335
	 Parte III – DISCUSSÃO CRÍTICA	 345
10.	Por entre a dimensão histórica e biográfica	347
10.1	O processo histórico na relação entre género e crime	348
10.2	O sentido trajectorial da biografia de grupos	358
	A experiência delinquente como epifenómeno	365
	O processo de reincidência	373

10.3	Conclusão	399
	<i>Referências bibliográficas</i>	403
	<i>Anexos</i>	419
A	Elementos de Caracterização Social dos Grupos de Trajectórias Criminais	421
B	Estudo da Incidência	439
C	Representação Gráfica das Trajectórias	463
D	Análise Sequencial de Antecedentes	527
E	Matrizes de Recolha de Dados	667

Índice de quadros e figuras

Quadros

2.1	Réus/arguidos condenados no período de 1878 a 2003 em Portugal e taxa de feminilidade	22
2.2	Réus condenados no ano de 1903, por 100.000/hab., sexo e crime	43
2.3	Comparação do índice de réus condenados no ano de 1903, sexo e tipos de crimes que requerem o recurso à violência e ou à ameaça	44
2.4	Arguidos condenados no ano de 2003, por 100.000/hab., sexo e crime	73
2.5	Comparação do índice de arguidos condenados no ano de 2003, sexo e tipos de crimes que requerem o recurso à violência e ou à ameaça	75
3.1	População residente em Portugal no ano de 2001, por sexo e qualificação académica	86
3.2	População residente em Portugal no ano de 2001, por sexo e grupo socioeconómico	87
3.3	Taxa de feminilidade nas várias legislaturas desde o Estado Novo até ao final do século XX na sociedade portuguesa	98
3.4	Taxa de feminilidade nas Assembleias Nacionais (câmara baixa ou única) dos vários países da Europa no início do século XXI	98
3.5	Crimes denunciados às polícias (processos-crime instaurados) por 100.000/hab., nos anos de 1995, 1999 e 2003	107
3.6	Indivíduos suspeitos da prática de crime identificados pela polícia por 100.000/hab., nos anos de 1995, 1999 e 2003	107
3.7	Arguidos condenados por 100.000/hab., nos anos de 1995, 1999 e 2003	107
3.8	Condenados por 100.000/hab. em situação de cumprimento de pena de prisão, nos anos de 1983, 1993, 1998 e 2002	108
3.9	Taxa de feminilidade das condenações proferidas nos anos de 1999 e 2003 e respectiva variação	109

3.10	Taxa de feminilidade de arguidos em situação de reclusão (condenados e arguidos sujeitos a prisão preventiva) nos anos de 1983, 1993, 1998 e 2002, e respectiva variação	110
3.11	Réus/arguidos condenados no período de 1878 a 2003, por 100.000/hab. e sexo	111
3.12	Variação de condenados pela prática de crimes violentos e sexo	116
3.13	Condenados pela prática de crimes violentos por 100.000/hab., sexo e respectiva variação	117
3.14	Variação de condenados pela prática do crime de homicídio e sexo	118
3.15	Condenados pela prática do crime de homicídio por 100.000/hab., sexo e respectiva variação	119
3.16	Condenados pela prática dos crimes de aborto e infanticídio por 100.000/hab., sexo e respectiva variação	120
3.17	Variação de condenados pela prática do crime de ofensas à integridade física e sexo	121
3.18	Condenados pela prática do crime de ofensas à integridade física por 100.000/hab., sexo e respectiva variação	121
3.19	Condenados pela prática de crimes contra a autodeterminação e a liberdade sexual por 100.000/hab., sexo e respectiva variação	122
3.20	Variação de condenados pela prática do crime de roubo e sexo	123
3.21	Condenados pela prática do crime de roubo por 100.000/hab., sexo e respectiva variação	124
3.22	Proporção de vítimas e de condenados e sexo	127
3.23	Variação de vítimas e de condenados por 100.000/hab. e sexo	127
4.1	Proporção e variação do índice de arguidos, condenados e reclusos (pena de prisão) no ano de 2003 e sexo	152
5.1	Correspondências do processo de agrupamento e recodificação dos vários tipos de crimes – <i>grupo</i> e <i>subgrupo</i>	179
6.1	Indivíduos constituintes das amostras, habilitações literárias e sexo	191
6.2	Indivíduos residentes em Portugal, entre os 15 e os 34 anos de idade, qualificação académica e sexo	191
6.3	Indivíduos constituintes das amostras, experiência profissional e sexo	192
6.4	Indivíduos constituintes das amostras, outras condições perante o trabalho e sexo	193
6.5	Indivíduos residentes em Portugal, entre os 15 e os 34 anos de idade, grupo socioeconómico e sexo	193
6.6	Crimes (grupo e subgrupo) <i>contra o património sem violência</i> e sexo	197
6.7	Crimes (grupo e subgrupo) <i>contra o património com recurso a cheque</i> e sexo	197

6.8	Crimes (grupo e subgrupo) de <i>droga</i> e sexo	198
6.9	Crimes (grupo e subgrupo) <i>contra a vida em sociedade</i> e sexo	199
6.10	Crimes (grupo e subgrupo) <i>contra o património com violência</i> e sexo	199
6.11	Crimes (grupo e subgrupo) <i>contra a vida, integridade física, liberdade pessoal</i> e sexo	199
6.12	Crimes (grupo e subgrupo) <i>sexuais</i> e sexo	200
6.13	Crimes (grupo e subgrupo) <i>contra o Estado</i> e sexo	200
6.14	Crimes (grupo e subgrupo) <i>estatisticamente minoritários</i> e sexo	201
6.15	Crimes (grupo e subgrupo) <i>contra as pessoas menos graves</i> e sexo	201
6.16	Participação nos diversos tipos de crimes e sexo	202
6.17	Ordenação da participação nos diversos tipos de crimes e sexo	203
7.1	Definição de grupos de trajectórias criminais	206
7.2	Grupos de trajectórias criminais e sexo	207
7.3	Indivíduos constituintes das amostras, experiência conjugal e sexo	213
7.4	Indivíduos residentes em Portugal, entre os 20 e os 24 anos de idade, experiência conjugal e sexo	213
7.5	Indivíduos constituintes das amostras, habilitações literárias e sexo	214
7.6	Indivíduos residentes em Portugal, entre os 20 e os 24 anos de idade, qualificação académica e sexo	214
7.7	Indivíduos constituintes das amostras, experiência profissional e sexo	215
7.8	Indivíduos constituintes das amostras, outras condições perante o trabalho e sexo	215
7.9	Indivíduos residentes em Portugal, entre os 20 e os 24 anos de idade, grupo socioeconómico e sexo	216
7.10	Indivíduos constituintes das amostras, experiência conjugal e sexo	218
7.11	Indivíduos residentes em Portugal, entre os 30 e os 34 anos de idade, experiência conjugal e sexo	219
7.12	Indivíduos constituintes das amostras, habilitações literárias e sexo	219
7.13	Indivíduos residentes em Portugal, entre os 30 e os 34 anos de idade, qualificação académica e sexo	220
7.14	Indivíduos constituintes das amostras, experiência profissional e sexo	221
7.15	Indivíduos constituintes das amostras, outras condições perante o trabalho e sexo	221
7.16	Indivíduos residentes em Portugal, entre os 30 e os 34 anos de idade, grupo socioeconómico e sexo	221

7.17	Indivíduos constituintes das amostras, experiência conjugal e sexo	223
7.18	Indivíduos constituintes das amostras, habilitações literárias e sexo	224
7.19	Indivíduos constituintes das amostras, experiência profissional e sexo	225
7.20	Indivíduos constituintes das amostras, outras condições perante o trabalho e sexo	225
8.1	Grupos de trajectórias criminais, estrutura delinquencial e sexo	227
8.2	Indivíduos <i>primários</i> , pertencentes ao grupo de trajectórias <i>limitado à fase da juventude</i> , participação no crime e sexo	232
8.3	Indivíduos <i>primários</i> , pertencentes ao grupo de trajectórias <i>limitado à fase da juventude</i> , co-participação e sexo	233
8.4	Indivíduos <i>primários</i> , pertencentes ao grupo de trajectórias <i>a partir da fase da vida adulta</i> , participação no crime e sexo	238
8.5	Indivíduos <i>primários</i> , pertencentes ao grupo de trajectórias <i>a partir da fase da vida adulta</i> , co-participação e sexo	239
8.6	Proporção entre <i>primários</i> e <i>reincidentes</i> , nos grupos de trajectórias <i>limitado à fase da juventude</i> e <i>a partir da fase da vida adulta</i> , tipo de crime <i>contra o património sem violência</i> e sexo	242
8.7	Proporção entre <i>primários</i> e <i>reincidentes</i> , nos grupos de trajectórias <i>limitado à fase da juventude</i> e <i>a partir da fase da vida adulta</i> , tipo de crime <i>contra o património com violência; com recurso a arma; contra a liberdade sexual; autodeterminação sexual; contra a vida; a liberdade pessoal; e a integridade física</i> e sexo	245
8.8	Proporção entre <i>primários</i> e <i>reincidentes</i> , nos grupos de trajectórias <i>limitado à fase da juventude</i> e <i>a partir da fase da vida adulta</i> , tipo de crime <i>droga</i> e sexo	247
8.9	Proporção entre <i>primários</i> e <i>reincidentes</i> , nos grupos de trajectórias <i>limitado à fase da juventude</i> e <i>a partir da fase da vida adulta</i> , tipo de crime <i>contra a vida em sociedade</i> e sexo	248
8.10	Proporção entre <i>primários</i> e <i>reincidentes</i> , nos grupos de trajectórias <i>limitado à fase da juventude</i> e <i>a partir da fase da vida adulta</i> , tipo de crime <i>contra o Estado</i> e sexo	249
8.11	Proporção entre <i>primários</i> e <i>reincidentes</i> , nos grupos de trajectórias <i>limitado à fase da juventude</i> e <i>a partir da fase da vida adulta</i> , tipo de crime <i>contra as pessoas menos graves</i> e sexo	250
8.12	Proporção entre <i>primários</i> e <i>reincidentes</i> , nos grupos de trajectórias <i>limitado à fase da juventude</i> e <i>a partir da fase da vida adulta</i> , tipo de crime <i>estatisticamente minoritários</i> e sexo	251
9.1	Indivíduos <i>reincidentes</i> constituintes das amostras, grupos de trajectórias e sexo	255
9.2	Indivíduos <i>reincidentes</i> , grupos de trajectórias, idade em que ocorreu o primeiro registo-crime e sexo	263
9.3	Índices estatísticos, grupos de trajectórias, idade aquando do 1.º registo-crime e sexo	264
9.4	Indivíduos <i>reincidentes</i> , grupos de trajectórias, 1.º tipo de crime e sexo	266

9.5	Indivíduos <i>reincidentes</i> , grupos de trajectórias, número de registos-crime e sexo	270
9.6	Indivíduos <i>reincidentes</i> , grupos de trajectórias, duração das trajectórias e sexo	272
9.7	Indivíduos constituintes das amostras <i>reincidentes</i> e cruzamento entre as variáveis frequência e duração	275
9.8	Indivíduos <i>reincidentes</i> , grupos de trajectórias, intensidade da actividade delinquente e sexo	275
9.9	Evolução da participação no crime ao longo da idade, em indivíduos <i>reincidentes</i> pertencentes a cada um dos três grupos de trajectórias e sexo	278
9.10	Índices estatísticos, grupos de trajectórias, idade em que se alcançou o pico da delinquência e sexo	279
9.11	Indivíduos <i>reincidentes</i> , grupos de trajectórias, associação aos vários tipos de co-participação e sexo	282
9.12	Indivíduos <i>reincidentes</i> , grupos de trajectórias, mobilidade criminal e sexo	286
9.13	Indivíduos <i>reincidentes</i> , grupos de trajectórias, quantidade de tipos de crimes e sexo	287
9.14	Tipos (grupos) de crimes determinantes no grupo de trajectórias de reincidentes <i>limitado à fase da juventude</i>	292
9.15	Tipos (grupos) de crimes determinantes no grupo de trajectórias de reincidentes <i>a partir da fase da vida adulta</i>	299
9.16	Tipos (grupos) de crimes determinantes no grupo de trajectórias de reincidentes <i>transversal às fases da juventude e da vida adulta</i>	309
9.17	<i>Reincidentes</i> , grupos de trajectórias e violência	321
9.18	Indivíduos <i>reincidentes</i> , grupos de trajectórias, idade em que se registou o último registo-crime e sexo	328
9.19	Índices estatísticos, grupos de trajectórias, idade em que se registou o último registo-crime e sexo	329
9.20	Indivíduos <i>reincidentes</i> , grupos de trajectórias, medida privativa da liberdade e sexo	331
9.21	Indivíduos <i>reincidentes</i> , grupos de trajectórias, número de privações da liberdade (detenção) e sexo	332
9.22	Indivíduos <i>reincidentes</i> , grupos de trajectórias, idade a que foram sujeitos à 1. ^a detenção e sexo	333
9.23	Índices estatísticos, grupos de trajectórias, idade em que se registou a 1. ^a privação (detenção) e sexo	333
9.24	Indivíduos <i>reincidentes</i> , grupos de trajectórias, reincidência após a 1. ^a detenção e sexo	335
9.25	Indivíduos <i>reincidentes</i> , grupos de trajectórias, sujeição a pelo menos uma condenação e sexo	336
9.26	Indivíduos <i>reincidentes</i> , grupos de trajectórias, número de condenações e sexo	337

9.27	Indivíduos <i>reincidentes</i> , grupos de trajetórias, tipo de crime decorrente na 1. ^a condenação e sexo	338
9.28	Indivíduos <i>reincidentes</i> , grupos de trajetórias, idade na 1. ^a condenação e sexo	341
9.29	Índices estatísticos, grupos de trajetórias, idade em que se registou a 1. ^a condenação e sexo	342
9.30	Indivíduos <i>reincidentes</i> , grupos de trajetórias, reincidência após a 1. ^a condenação e sexo	343

Figuras

9.1	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime <i>contra o património sem recurso à violência</i>	293
9.2	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime <i>contra a vida em sociedade</i>	295
9.3	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime <i>contra a vida em sociedade</i>	295
9.4	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime <i>droga (tráfico; consumo)</i>	296
9.5	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime <i>droga (tráfico; consumo)</i>	297
9.6	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime <i>contra a vida em sociedade</i>	300
9.7	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime <i>contra a vida em sociedade</i>	301
9.8	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime <i>de droga (tráfico; consumo)</i>	302
9.9	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime <i>de droga (tráfico; consumo)</i>	303
9.10	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime <i>estatisticamente minoritários</i>	304
9.11	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime <i>estatisticamente minoritários</i>	305
9.12	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime <i>emissão de cheque sem provisão</i>	305
9.13	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime <i>emissão de cheque sem provisão</i>	306
9.14	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime	307

contra o património sem recurso à violência

9.15	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime <i>contra o património sem recurso à violência</i>	307
9.16	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime <i>de droga (tráfico; consumo)</i>	310
9.17	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime <i>de droga (tráfico; consumo)</i>	311
9.18	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime <i>contra o património sem recurso à violência</i>	312
9.19	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime <i>contra o património sem recurso à violência</i>	312
9.20	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime <i>emissão de cheque sem provisão</i>	314
9.21	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime <i>emissão de cheque sem provisão</i>	315
9.22	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime <i>estatisticamente minoritários</i>	316
9.23	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime <i>estatisticamente minoritários</i>	316
9.24	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime <i>contra o Estado</i>	318
9.25	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime <i>contra a vida em sociedade</i>	319
9.26	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime <i>contra a vida em sociedade</i>	319
9.27	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime <i>contra o património com violência</i>	324
9.28	Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime <i>contra o património com violência</i>	326

Sinopse

O projecto *Género e trajectórias criminais* insere-se num processo doutoral no qual se procurou estudar a relação entre género e crime, a partir de uma perspectiva desenvolvimental, recorrendo para o efeito à análise longitudinal de dados tratados pela Polícia Judiciária referentes ao envolvimento de indivíduos de ambos os sexos na delinquência. Procedeu-se para tal à selecção de uma amostra constituída por 2.382 indivíduos (1.665 do sexo masculino e 717 do sexo feminino), todos nascidos em 1967, e à recolha de registos da prática de crimes que lhes tivessem associados no período compreendido entre 1983 e 2004.

Explorou-se a relação conceptual entre género e crime, a forma como a ciência e a sociedade têm abordado a problemática do crime em função do género, culminando tal desenvolvimento crítico com a proposta de produção de conhecimento através do enfoque da criminologia desenvolvimental, no qual a prática da delinquência se insere num processo em que os indivíduos vão inscrevendo o interdito no ciclo de vida, despoletando desse modo certo nível de envolvimento na delinquência que se poderá traduzir pela enunciação de determinada configuração trajectorial.

A análise dos dados permitiu que se efectuasse a caracterização dos vários grupos identificados, assim como do seu potencial delitivo, identificando estruturas delinquentiais e grupos de trajectórias marcados pelo momento do ciclo de vida em que manifestaram o envolvimento no crime.

Tendo por base a distinção entre *primários* e *reincidentes*, e os grupos de trajectórias em que se integram por referência à fase do ciclo de vida em que se envolveram na delinquência, ora estritamente na fase da juventude, ora apenas a partir da fase adulta, ora ao longo das diversas fases da vida, a análise emerge procurando decifrar a especificidade das sequências delitivas que as categorias de género enunciam, através da activação, da agravação, da incidência e sequência transgressiva, do grau de violência, e da eventual desistência do crime.

O estudo culmina com a discussão final sobre a articulação entre a dimensão do processo histórico, na relação entre género e crime, e o sentido trajectorial enunciado pela biografia de grupos.

Palavras-chave: género, crime, trajectórias criminais

Résumé

Le projet *Genre et trajectoires criminelles* s'inscrit dans le programme du doctorat dans lequel la relation entre le genre et le crime a fait l'objet d'une étude détaillée, dans une perspective développementale, recourant dans ce but à l'analyse des données traitées par la police judiciaire en terme de participation d'individus des deux sexes dans la délinquance. Il a été sélectionné un échantillon de 2.382 personnes (1.665 hommes et 717 femmes), tous nés en 1967, et la collecte des dossiers des crimes qu'ils ont été impliqués dans la période entre 1983 et 2004.

Nous avons étudié le lien conceptuel entre la nature du sexe et le crime, la forme comme la science et la société ont abordé le problème du crime en fonction du sexe du délinquant. Conduisant ainsi cet examen critique à exposer, sur la base des connaissances dans la perspective de la criminologie développementale, la thèse selon laquelle la délinquance s'intègre dans un processus par lequel l'individu va inscrire l'acte interdit ou répréhensible dans son cycle de vie, conduisant certain degré d'implication qui pourrait se traduire par l'énumération de certaines prédispositions.

L'analyse des données a permis de décrire les divers groupes caractérisés, tout comme leur potentiel délictueux, identifiant les structures délictuelles ainsi que les groupes marqués par le moment où au cours de la vie il y a eut participation au crime.

Ayant pour base la distinction entre primo-délinquant et le récidiviste ainsi que celle entre les différentes phases de la vie où se manifeste chez le sujet sa participation à un acte délictuel, soit strictement au cours de la jeunesse, soit à peine au cours de la phase adulte ou soit tout au long des différentes phases de la vie, l'analyse cherche à déchiffrer les comportements criminels des deux catégories sexuelles à travers l'exécution, l'aggravation, l'incidence et la transgression de la loi, le degré de violence et l'éventuel désistement du crime.

Cette étude s'achève par une discussion finale sur l'articulation entre l'importance la dimension historique dans la relation entre le genre et le crime, et l'évolution du phénomène constatée dans l'étude biographiques des groupes.

Mots-clés: genre, crime, trajectoires criminelles

Abstract

The project *Gender and criminal pathways* is part of a doctoral process, which sought to study the relationship between gender and crime, from a developmental perspective, via the analysis of data processed by the Criminal Police regarding the involvement of individuals, of both genders, in criminal activities. It was selected a sample of 2,382 individuals (1,665 males and 717 females), all born in 1967, well as the collection of records of crimes they were involved in the period between 1983 and 2004.

The conceptual link between gender and crime was explored, as well as how science and society have addressed the problem of crime according to gender. The critical analysis thus developed with a proposal to produce knowledge through the focus of developmental criminology, in which the participation in crime becomes a part of their life cycle, thereby triggering a certain level of involvement in crime that could be reflected by a certain criminal pathway.

The data analysis made it possible to characterize the various groups identified, as well as their potential offenders, identifying delinquent-prone structures, and trajectory groups marked by the moment in life in which the involvement in crime occurs.

Based on the distinction between primary and repeat offenders, and the trajectory groups they are a part of using as reference the moment in life in which they became involved in crime, either during their youth, adult life, or the different life stages, the analysis tries to decipher the specific sequences of criminal behaviour set out by gender, through the onset, the aggravation, the incidence and transgressive sequence, the degree of violence, and the possible desistance of crime.

The study culminates with a final discussion on the relationship between the extent of the historical process, the relationship between gender and crime, and the trajectory set-out by the biography of the groups.

Keywords: gender, crime, criminal pathways

Agradecimentos

As páginas que se seguem são o resultado de um período de intenso trabalho, que embora tenha como referência o autor do projecto, o seu desenvolvimento apenas foi possível devido ao apoio de várias pessoas e instituições.

A primeira nota de agradecimento, endereçamo-la ao Professor Doutor Cândido da Agra, pela preciosa orientação teórico-crítica que permitiu alcançar os objectivos do projecto, assim como à Professora Doutora Patrícia Ávila, pela rigorosa co-orientação metodológica, e pela disponibilidade que sempre manifestou;

À Direcção da Polícia Judiciária, que permitiu o imprescindível acesso aos dados que constituíram a base para a análise e para o projecto que apresentamos;

Aos funcionários dos Centros de Documentação da Polícia Judiciária em Lisboa, e da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça; das Bibliotecas da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, da Faculdade de Direito e do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;

À Sr.^a. Isabel Ribeiro da Secretaria da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, pela amabilidade e apoio administrativo;

À minha esposa e companheira Sandra, que me complementa, aos meus amados filhos Ana e Rafael, pela ausência que lhes infligi, aos meus pais Manuel e Maria, enquanto referenciais de uma vida, e aos meus sogros António e Irene, pelo apoio incondicional que prestaram;

Homenagem a todos aqueles que prestaram serviço nas diversas instituições que enformam os edifícios da Justiça e da Segurança Pública, e que com abnegação e sacrifício, quantas vezes pessoal, trabalharam arduamente para que a sociedade portuguesa seja uma comunidade com paz e segurança.

Introdução

Introdução

Género e trajectórias criminais decorre de um estudo iniciado num processo de obtenção do grau de Mestre em Criminologia subordinado à análise da criminalidade praticada por mulheres (Leal, 2007). Entronca-se num processo de investigação que visa fundamentalmente o estudo da relação entre género e crime, numa perspectiva desenvolvimental, recorrendo para o efeito à análise longitudinal de dois grupos de indivíduos que se distinguem pela categoria de género a que pertencem.

O projecto teve origem no desenvolvimento de estudos que visam a obtenção do grau de Doutor em Criminologia, todavia a motivação para a sua realização encontramo-la mais a montante, situando-a não só no desassossego que a produção de conhecimento gera no espírito, como no quotidiano profissional do autor – referente à área científica e ao tema abordado – o qual se insere na problemática da delinquência, do sistema de justiça, da sua estrutura e actores. O género enquanto personificação diferenciada da identidade psicossocial dos actores, surge como uma possibilidade de abordar o processo de distinção social que se opera entre indivíduos, tendo como referência determinados indicadores de envolvimento do masculino e do feminino na delinquência. Em que medida o envolvimento na delinquência em função do sexo constitui uma manifestação da distinção operada na identidade, no estatuto, e nos papéis reservados ao sexo masculino e ao feminino?

Tanto a história como a biografia dos indivíduos constituem-se testemunhas da diferença, quantas vezes da subordinação muda a uma forma de pensar e de conceber o mundo e as relações entre indivíduos, radicadas num androcêntrismo dominante, silencioso e sub-reptício, mas omnipresente na forma de pensar e de agir. A influência estruturadora do quadro cultural, através da distinção, quantas vezes transformada em diferença, entre o masculino e o feminino, repercute-se na dimensão do indivíduo através da forma como esse interage com os seus pares, tendo como referência os valores que enformam a cultura dominante, reprodução que se repercutirá no sistema de valores que estrutura a cultura das instituições e na organização do quadro mental dos indivíduos pertencentes a determinada comunidade (a sociedade portuguesa).

Compreender a distinção que se transforma em diferença e em desequilíbrio de poder entre actores sociais, articulada com o comportamento limite materializado

na transgressão através do estudo de trajetórias criminais, constitui o principal objecto para o desenvolvimento do projecto.

Atendendo à identidade, estatuto, e ao papel social diferenciado entre sexos, numa lógica atestada pela história, de relação de subordinação mas em transformação, de que forma as trajetórias criminais em função do género se manifestam, assemelham e diferenciam ao longo das diversas fases do ciclo de vida do indivíduo?

Recorremos para o efeito aos registos biográficos da Polícia Judiciária, tomando como critérios cumulativos para a selecção das amostras, a existência de constituição de arguido, a nacionalidade portuguesa, e o facto de todos os indivíduos terem nascido no mesmo ano – 1967. Tais elementos permitiram que as amostras fossem constituídas por indivíduos que se encontrassem em situação idêntica, em razão da idade e do momento histórico em que desenvolveram as suas existências na delinquência. Foram recolhidos elementos de caracterização social dos indivíduos, e de envolvimento no crime, que tivessem ocorrido num intervalo de tempo constituído por 22 anos, mais precisamente, desde o ano em que os indivíduos atingiram a maioridade penal – 1983 – até ao ano em que resolvemos (em 2006), em razão do desenvolvimento do projecto, terminar o processo de recolha de elementos, situando a ocorrência dos últimos registos no ano de 2004.

O projecto é constituído fundamentalmente por três partes: a relativa ao enquadramento teórico-crítico (Parte I), a referente ao estudo empírico dos dados (Parte II), e a que respeita à discussão crítica da articulação entre as dimensões da história e da biografia de grupos (Parte III).

A Parte I, constituída por quatro capítulos, explora a relação conceptual entre género e crime, a forma como a ciência e a sociedade têm abordado a problemática do crime em função do género, culminando tal desenvolvimento crítico com a proposta de produção de conhecimento através do enfoque da criminologia desenvolvimental, no qual a prática da delinquência se insere num processo em que os indivíduos vão inscrevendo o interdito no ciclo de vida, despoletando desse modo certo nível de envolvimento na delinquência que se poderá traduzir pela enunciação de determinada configuração trajectorial.

A Parte II, composta por cinco capítulos, incide sobre a metodologia utilizada para a concretização do projecto, expondo os limites da produção de conhecimento,

assim como sobre as características das amostras, e o potencial delitivo que revelam, identificando desse modo estruturas delinquentiais e grupos de trajectórias marcados pelo momento do ciclo de vida em que os indivíduos manifestaram o envolvimento no crime. A análise emerge procurando decifrar a especificidade das sequências delitivas que as categorias de género enunciam, através da activação, da agravação, da incidência e sequência transgressiva, do grau de violência, e da eventual desistência do crime.

O plano iniciado e desenvolvido ao longo das duas partes referidas, culmina na Parte III com a discussão crítica e final, na qual se procura sintetizar as grandes conclusões do estudo, procurando a articulação entre a dimensão do processo histórico, na relação entre género e crime, e o sentido trajectorial enunciado pela biografia de grupos.

O projecto é também composto por um conjunto de anexos de apoio, resultantes do desenvolvimento de estudos específicos sobre alguns itens analisados.

Tomáramos que os resultados do projecto que apresentamos concorressem para o aprofundamento do conhecimento sobre a forma como o indivíduo, masculino e feminino, vai inserindo a transgressão jurídico-penal na sua trajectória de vida, contribuindo desse modo para a elaboração de programas de prevenção sobre a delinquência, como para o processo de desconstrução de representações simbólicas estereotipadas acerca do que se tem vindo a entender sobre o envolvimento de ambos os sexos no crime.

Parte I

Enquadramento teórico-crítico

Capítulo 1

A relação conceptual entre género e crime

Abordar a problemática assente na relação histórica entre os conceitos de género e crime, articulando-os na perspectiva de produção de conhecimento através do estudo de trajetórias criminais, implica que nos detenhamos previamente na definição acerca do que, ao longo do estudo que iniciamos, entenderemos como crime (ou norma) e género (ou sexo). Como é que a distinção fundada na evidência biológica do sexo se transforma no plano das relações sociais em diferença de poder, e se repercute na distinta expressividade que o masculino e o feminino manifestam na transgressão à normatividade.

1.1 Sexo e género

No plano ontológico, a definição do masculino e do feminino pressupõe uma dimensão relacional e biológica de distinção fisionómica e de complementaridade reprodutiva. Todavia no plano da vida em sociedade, a definição traduz-se por algo mais que uma evidente distinção sexual entre duas unidades categoriais pertencentes à mesma espécie, ou relacional mediante a função reprodutiva da espécie humana. As categorias, masculino e feminino fundam-se em modelos sociais produtores de significado sobre a construção da identidade, o limite das funções sociais, sobre o que deve ser um homem e uma mulher, definindo-lhes o potencial dos seus estatutos, delimitando-lhes o espectro de acção sobre o mundo social, e como tal gerando expectativas e tensões diferenciadas em função da pertença do indivíduo a cada uma das referidas categorias.

O conceito de *género*, inicialmente utilizado pelos movimentos feministas, remete a relação entre sexos na organização social, para um sistema de catalogação e de atribuição de significado às relações de poder subjacentes à relação entre homem e mulher. Refere-se assim, essencialmente, ao aspecto relacional entre o que se define e espera do homem e da mulher, assente num sistema de distinções construídas socialmente. Ao longo da história, os elementos que distinguem o masculino do feminino, e que lhes atribuem identidade distintiva, têm sido de forma recorrente,

fundados em características naturais, remetendo a condição, o papel e o estatuto do homem e da mulher para uma suposta irreversibilidade decorrente da ordem da natureza. Desse modo, o conceito de género tem sido utilizado, em particular pelos movimentos feministas, como forma de expressão da rejeição do determinismo biológico, e da carga simbólica discriminatória atribuída aos conceitos de sexo e de diferenciação sexual (Scott, 1990).

Conforme refere Plínio Júnior (2006), a *naturalização* do sexo, enquanto conceito biológico, transformou-se através do conceito de género num sistema de classificação, no qual está subjacente uma dimensão hierárquica entre ambos – masculino e feminino – de desigualdade, e por isso de poder. A distinção sexual *naturalizada*, e relacional entre masculino e feminino, é no decurso do processo histórico das relações entre indivíduos, e do processo de socialização do indivíduo, transformada em relação de poder, e por isso construída socialmente sob a influência dos contextos e dos grupos em que a existência do indivíduo se inscreve.

Tanto o homem como a mulher não nascem como entidades diferenciadas em função do género. A diferenciação sexual entre masculino e feminino, fundada em características fisionómicas naturais aquando do nascimento do indivíduo, transforma-se no decurso do processo de socialização numa distinção de género, construída socialmente, na qual homem e mulher, assumem papéis e estatutos diferentes e desiguais (Beauvoir, 1949). Enquanto o conceito de sexo remete para características genótípicas e fenotípicas, o conceito de género remete-nos para uma construção sociocultural, e por isso simbólica, fundada num sistema de classificação homem ou mulher, desenvolvido ao longo do processo de socialização, diferenciado para raparigas e rapazes, estruturando e ordenando práticas num dado processo histórico, no qual se encontra subjacente uma determinada relação hierárquica, de poder e desigualdade (Júnior, 2006).

Desse modo, e na esteira do pensamento de Simone de Beauvoir, os significados das diferenças entre género, não resultam de um qualquer inatismo inerente à pertença de sexo; resultam pois das relações de poder, das tensões e ambiguidades produzidas ao longo da história entre homens e mulheres. Daí que Beauvoir sublinhe que a pessoa humana não nasce em função do género. É no decurso do processo desenvolvimental que o indivíduo enquanto entidade social se torna pertença de uma das suas categorias, com identidade diferenciada, e expectativas

distintas sobre o que é ser homem ou mulher. O ser masculino ou feminino assenta em modelos sociais sobre o que é ser-se homem ou mulher (Agacinski, 1999). O que a natureza distingue, a cultura das sociedades transforma em significado e diferença hierarquizada.

Ao longo da história humana, essa distinção entre masculino e feminino, assim como os significados, e o simbolismo que lhes estão subjacentes, têm posicionado o homem num plano superior ao da mulher. A distinção de género constitui o fundamento para a construção social da diferença, que se repercute na divisão social dos papéis e dos estatutos atribuídos ao homem e à mulher através de uma perspectiva assente numa relação de poder, de dominação, e por consequência, de subjugação do feminino pelo masculino. Tal como escreve Pierre Bourdieu, tais relações «inscrevem-se na série de operações de diferenciação visando acentuar em cada agente, homem ou mulher, os sinais exteriores mais imediatamente em conformidade com a definição social da sua distinção sexual ou encorajar as práticas que convêm ao seu sexo proibindo ou desencorajando os comportamentos impróprios, nomeadamente na relação com o outro sexo» (1999:22). Todo o processo de socialização a que o indivíduo está sujeito, encontra-se imbuído desse sentido *naturalizado* da divisão do estatuto e dos papéis sociais, e por conseguinte do poder entre categorias de género, as quais em todo o processo de aprendizagem se apresentam *a priori* ao indivíduo como incontornáveis evidências.

A diferença distintiva entre o masculino e o feminino é transversal a todas as sociedades modernas. Essa distinção tende a sobrepor o masculino ao feminino em agrupamentos sociais dominados por sistemas androcêntricos nos quais o modo de pensar dominante é elaborado de forma simbólica através do masculino. Nas palavras de Sylviane Agacinski «o androcentrismo pode caracterizar tanto uma organização social como um sistema de representações ou de conceitos. Pode constituir (...) uma maneira de apagar a dualidade dos sexos e de a dissimular sob uma “universalidade” masculina» (1999:7), ao que Bourdieu (1999) se referiu como sendo o processo de dominação masculina, no qual tanto a vivência, como a inteligibilidade da realidade social vão sendo representadas e reproduzidas pela linguagem e pela acção do indivíduo por relação a um suposto referencial *universal masculino*.

A partir de uma suposta ordem natural de superioridade do masculino por relação ao feminino, reproduz-se uma ordem política geradora de diferença e

discriminação. Efectivamente, conforme refere Agacinski (1999), as diferenças naturais, embora reais, não produzem normas, nem valores culturais; o normativo e o simbólico são produto de relações sociais, nas quais a moral, a política, assim como a estética estão sempre presentes, de modo a que tanto a acção, a motivação para o acto, como o resultado, possam ser definidos e lhes possa ser atribuído significado por relação ao que seria esperado que o agente produzisse ou enunciasse.

Desse modo, a dicotomia diferencial entre categorias de género funda-se num modelo androcêntrico a partir do qual se produz a interpretação da acção dos actores, e das relações que se encetam no mundo, reproduzidas nos processos de socialização, no decurso dos quais as instituições centrais, como a família, a escola, a igreja e o Estado desempenham um papel estruturante na inculcação dessas distinções que definem o masculino e o feminino. O papel e o estatuto social em função do género ficam de tal forma *naturalizados* no inconsciente do indivíduo que são compreendidos como se pertencessem a uma suposta ordem natural das coisas (Bourdieu, 1999). Existe, na óptica de Bourdieu, uma espécie de relativa perpetuação histórica de um processo de dominação do masculino sobre o feminino, produzido pelas estruturas sociais cuja lógica interna que as anima é organizada e reproduzida pela acção dos indivíduos socializados por essas estruturas. A este respeito Agacinski (1999), complementando a ideia de Bourdieu, sublinha que o desenvolvimento da história humana, em particular em sociedades influenciadas pelo pensamento androcêntrico, têm fundamentalmente procurado diluir a diferença natural entre sexos numa suposta submissão *naturalizada* entre sexos, a qual se materializa num processo de reprodução simbólica de dominação masculina.

Na esteira do pensamento de Agacinski (1999), o androcêntrismo assenta numa suposta ordem de pensar o feminino, e a relação do masculino com esse, de tal forma poderosa, que da mitologia à religião, assim como da filosofia à ciência, essa correspondência tem sido muitas vezes entendida como pertencendo ao domínio do *natural* e por isso decorrente da própria natureza, quando no fundo resulta do produto de um processo histórico de construção da diferença e da distribuição desigual do poder em função do género, determinado pela influência do sistema patriarcal sobre os domínios da família, da economia, da política, e da religião, e por conseguinte sobre os papéis sociais *naturalizados* do homem e da mulher, votando esta última a um estatuto de subalternização, reduzindo-lhe a possibilidade de mobilidade

essencialmente na esfera pública. Dessa forma, não se pode confundir a diferença natural entre sexos com uma suposta submissão *naturalizada* entre sexos; esta última tende a assumir expressão quer nos domínios político (relativo à distribuição de poder), estético (na representação figurativa do masculino e do feminino), quer no domínio económico (relativo à divisão sexual do trabalho).

Olhando o papel e o estatuto da mulher na história, Daniel Cazés (1998) sublinha que a subordinação feminina por relação aos papéis e ao estatuto do masculino nas sociedades, tem sido objecto de um longo processo de dependência, exclusão e discriminação, tanto nas dimensões do espaço privado, como público, processo esse que se repercute na forma como a organização social se encontra estruturada ao nível das diversas esferas, reproduzindo essa desigualdade. Na opinião de Beauvoir (1949) a subalternização das mulheres deve-se ao facto das mesmas terem sido, ao longo dos tempos, remetidas para uma posição e um estatuto quase que estritamente associado à reprodução e à manutenção da família. É na família, enquanto estrutura social central, que se inicia e desenvolve o processo de subordinação das mulheres ao sistema androcêntrico. É em função do lugar e dos papéis sociais que o masculino e o feminino desempenham na subsistência e descendência da família que se consolida a suposta distinção *natural* e se reproduz culturalmente a diferença. Ao homem caberia providenciar o provento para a família, trabalhando na esfera pública onde tudo se joga e decide, para que a mulher, restrita ao espaço doméstico, pudesse cuidar da prole, das tarefas do lar, e manter as condições de reprodução dos valores da família monogâmica.

A este respeito, Lúcia Amâncio (1994) refere que as diferenças entre categorias de género fundam-se em crenças sobre os papéis sociais esperados a ambos os sexos, os quais geram estereótipos a partir dos quais os indivíduos são avaliados e socializados. A produção de estereótipos em função do género tende a atribuir, enquanto características valorizadas da identidade feminina: a beleza, a elegância, a emotividade, a sensibilidade, a afabilidade; e como características da identidade masculina: a força, a audácia, a seriedade, a coragem, a independência, a desinibição, o empreendedorismo. Enquanto os traços estereotipados do masculino remetem a sua identidade para um plano de intervenção e afirmação pública, de independência e autonomia face a qualquer contexto ou entidade, os traços que caracterizam a identidade do feminino são enunciados por relação à dimensão do corpo, à

sexualidade, criando uma entidade simultaneamente frágil e sedutora, e por isso numa relação de dependência cuja definição se subordina à existência do masculino.

Os estereótipos sobre as diferenças de género encontram-se intrinsecamente associados à diferenciação de papéis, e tendem a reflectirem-se nas expectativas sobre o comportamento do indivíduo, e por conseguinte na distribuição de tarefas em função do sexo. Revelam a crença numa assimetria de papéis, e numa *naturalização* de competências socialmente diferenciadas. Por isso, a carga simbólica sobre o que se espera da mulher tende a remetê-la para o contexto privado das relações afectivas, condicionando-a aos limites de uma função social que ao longo da história a reteve nos limites da domesticidade das tarefas do lar e dos cuidados com a família, ligando a sua suposta natureza a uma necessária interdependência afectiva e sexual; por outro lado os estereótipos sobre a identidade masculina, remetem o homem para um estatuto de autonomia, e de independência face a qualquer contexto específico, permitindo assim a sua existência e desenvolvimento social no espaço público.

Tomando as palavras de Teresa Beleza «O género masculino é assim não só o gramaticalmente dominante e o (falso) neutro, mas também o que não precisa de ser assinalado, descrito, referenciado.» (1990:514) Constitui-se naquele a partir do qual a realidade tende a ser assinalada com referência a um suposto universal da espécie humana, mas que no plano da interacção tecida no quotidiano e na distribuição de poder se revela como profundamente desigual e gerador de diferenças com repercussões nos planos do simbólico, da distribuição de capital e recursos de existência.

Enquanto o homem é remetido para um plano livre a partir do qual se projecta no espaço público, onde se desenvolve enquanto cidadão político, e agente de produção económica, a mulher é confinada para um plano quase estritamente biológico, circunscrito ao espaço doméstico e às funções de manutenção da família. O trabalho doméstico e a educação das crianças serão considerados, por alguns movimentos que pugnam pela emancipação feminina, como elementos necessários à alienação natural feminina. Não obstante, a acção fracturante que os movimentos feministas têm exercido sobre a forma de organização do sistema social em função do género, apesar da progressiva conquista feminina de novos direitos, de maior presença no espaço público, e o consequente ganho de autonomia e independência face ao homem, a diferença conflitual entre sexos e entre o género tem sido sempre e em

simultâneo, nas palavras de Agacinski «natural e cultural, real e simbólica, biológica e psíquica» (1999:9).

A produção de conhecimento sobre a problemática do género, e a desigual distribuição de prestígio social, tem revelado que tanto as identidades masculina e feminina, como os papéis e o estatuto social que lhes estão reservados, assentam em crenças e práticas reiteradas ao longo da história humana, fundamentadas em supostas determinações naturais, decorrentes das quais se constroem estereótipos estribados na crença normativizada sobre o que tanto o homem como a mulher devem ser, enquanto entidades autónomas (identidade), relacionais (estatuto e papel social), e produtoras de distinção e poder (prestígio social).

1.2 Norma e crime

As explicações científicas acerca da problemática do crime e da delinquência, ao longo da história do conhecimento, têm-se focalizado consoante a formação científica de base de investigadores e estudiosos e o estado sociopolítico das sociedades, ora (1) sobre a constituição do indivíduo, centrando a atenção analítica nos processos subjacentes à enunciação do comportamento, da constituição biológica e psíquica do sujeito, à pressão cultural e à aprendizagem social, assim como aos processos psicosociais que engendram a formação da intenção e precipitam o indivíduo para o acto, ora (2) sobre a constituição da sociedade, focando o pendor analítico sobre os processos através dos quais a estrutura social se encontra organizada, diferenciando grupos e indivíduos numa relação de distinção e poder, erigindo o sistema normativo como estrutura jurídica reguladora do significado das relações sociais, e prescrevendo o crime como expressão máxima dos valores a salvaguardar pela ordem dominante na comunidade.

A problemática do crime e da delinquência, remetem-nos para duas dimensões distintas do ponto de vista do enfoque analítico, mas complementares, porque no contexto da problemática encontram-se inextricavelmente associados. Efectivamente uma coisa é percebermos o que é o crime, outra é compreendermos a razão da delinquência. Parece-nos demasiado redutor definir o crime como todo o comportamento definido pela lei enquanto tal, ou definirmos a delinquência como

toda a espécie de comportamento que o sujeito enuncia de forma a preencher o tipo legal do conceito de crime. Tal é útil no contexto objectivo da aplicação da técnica do direito, à qual importa a segurança das definições gerais e abstractas, de modo a ter como seguro referenciais normativos que permitam a aplicação da prescrição da lei. A problemática no plano científico obriga a que se questione os processos subjacentes à formação da lei, e por isso da norma jurídico-penal, e à sua aplicação, assim como os processos bio psicossociais que subjazem à classificação de determinado comportamento como acto delinquente, e os significados e repercussões sociais que tal acção poderá despoletar sobre o agente, sua identidade, e estatuto social.

Quando pretendemos compreender a manifestação da norma, e do comportamento delinquente, articulando-os com as questões de género, a problemática alcança um nível de complexidade maior, na medida em que o conhecimento produzido ao longo da história acerca da articulação entre crime e género tem sido enunciado em contextos sociais em que, entre o masculino e feminino, subsiste uma profunda clivagem, não só relativa à natureza constitutiva de ambos, como às características psíquicas e sociais que lhes têm sido atribuídas em função das imagens dominantes que têm sido produzidas para representar tanto o homem, como a mulher, enquanto actores sociais, com identidades, papéis e estatutos distintos, e direitos e deveres desproporcionais, remetendo invariavelmente a mulher para um estado de menoridade.

Mas, o que entendemos por crime? Na ordem jurídica o conceito de crime consiste no «conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou de uma medida de segurança criminais;» (al. a. art. 1.º do CPP) e no âmbito do seu significado linguístico consiste, entre outros, na «transgressão de um preceito legal», ou em «todo o delito previsto e punido por lei penal», ou ainda na «infracção de um dever;» (in Dicionário). Em todas as definições referidas depreende-se a associação inextrincável entre o conceito e um suposto imperativo supra-individual a que o sujeito está obrigado sob pena de lhe ser aplicada determinada sanção. No plano jurídico o conceito de delinquente é preenchido pelo conceito de suspeito, o qual é definido como «toda a pessoa relativamente à qual exista indício de que cometeu ou se prepara para cometer um crime, ou nele participou ou se prepara para participar;» (al. e. art. 1.º do CPP), remetendo claramente a sua definição para uma trilogia constituída pelo indivíduo, potencial agente do crime, a acção transgressiva do

mesmo, e os indícios do cometimento do delito; no âmbito do seu significado linguístico, o conceito é remetido para a articulação entre a acção do agente do crime – delinquir – e o seu resultado, contendo o seu significado uma prévia carga simbólica de reprovação social face à acção concretizada pelo indivíduo.

Todavia, previamente ao conceito de crime, sobrepõe-se o conceito de anti-sociabilidade. Se o primeiro se encontra inextricavelmente associado ao plano da construção da norma jurídico-penal, o segundo liga-se à convenção social do que se entende por normalidade. Constituindo ambas, definições de um catálogo de comportamentos transgressivos da ordem dominante, ao conceito de crime encontra-se-lhe associado as formas mais graves de reprovação social e de reacção das instâncias formais de controlo social. Se a definição do comportamento anti-social tende a variar consoante a idade dos sujeitos, diferindo conforme a expectativa daquilo que se considera como comportamento adequado e socialmente aceite como normal para determinada idade, no plano jurídico-penal português é considerado crime todo o comportamento lesivo de uma norma penal, desde que produzido por um indivíduo em condições de imputabilidade, e com idade superior a 16 anos. A amplitude do conceito de anti-sociabilidade é assim mais extensa que o conceito de delinquência. Terrie Moffit, Avshalom Caspi, Michael Rutter e Phil Silva (2001) referem que a definição de anti-sociabilidade tende a variar em função da fase de desenvolvimento em que o indivíduo se encontra. Se na infância certos comportamentos, como a manifestação de descontrolo e violência, são de algum modo tolerados, a partir da fase da adolescência (no caso português a partir dos 16 anos de idade) o resultado produzido por esse tipo de comportamentos pode configurar o preenchimento dos tipos objectivo e subjectivo de determinada norma penal, assim como da culpa, previamente definida no ordenamento jurídico. O que pretendemos explorar, para além do despoletar do acto transgressivo, centra-se na forma como esse imperativo surge na organização social, como adquire força simbólica, e contribui para o estabelecimento de uma ordem social materializada no edifício do direito.

Neste âmbito, o direito constitui-se num sistema normativo que visa regular as relações que os indivíduos encetam no seu quotidiano, prevendo direitos, deveres e interditos, projectando reajustamentos sociais em acções cujo resultado produziu desajustamentos e desequilíbrios, por relação a determinada ordem social dominante

considerada como normal. Todavia tanto a ordem social, como os valores que a subjazem, assim como a sua construção jurídica, decorrem de processos sociais nos quais, tanto os indivíduos como os grupos que compõem a estrutura social, se constituem nos actores produtores da realidade social. Posicionados de forma diferenciada na estrutura hierarquizada da organização social, os diversos grupos sociais, em função dos recursos que possuem e do estatuto que ostentam, tendem a organizar e a desenvolver o quotidiano em função dos limites materiais e dos objectivos culturais considerados socialmente aceitáveis pela organização social. Tais limites e objectivos são definidos no plano político pelos grupos sociais que detêm o poder executivo e legislativo na organização da sociedade. Mesmo no âmbito das sociedades democráticas, tanto o governo do destino da sociedade, como as leis que definem as regras das relações entre indivíduos e entre grupos, decorrem de instituições compostas por indivíduos democraticamente eleitos, mas providos de interesses pessoais e de grupo.

Tanto os valores dominantes, o sistema normativo, como o processo de produção legislativa, não resultam da ordem da natureza, nem directamente da prática da ciência, mas de um profundo processo dialéctico, em que forças com interesses distintos, por vezes em oposição, se digladiam com o objectivo de alcançarem o poder de imporem as regras de funcionamento da sociedade que melhor se adequem à forma como perspectivam determinado modelo de funcionamento da sociedade, condicente com os interesses particulares do grupo de pertença. Desse modo, tanto a estrutura axiológica dominante, como o sistema normativo vigente em qualquer sociedade são o resultado de construções culturais decorrentes do processo de dominação encetado pelos vários grupos que compõem a sociedade. O crime é, dessa forma, um instrumento jurídico construído socialmente, expressivo tanto dos valores, como da prescrição de interditos, como da previsão de sanções, representativos tanto do modelo de desenvolvimento, como da configuração ideológica dominante na sociedade.

Conforme veremos mais adiante, o sistema normativo, e em particular o sistema penal, também reproduz as desigualdades de género produzidas no seio das relações entre homens e mulheres. Sendo o direito, enquanto sistema regulador, um produto da organização social, resultante do modelo de desenvolvimento da sociedade e da ideologia dominante, também o masculino e o feminino, enquanto identidade, os

papéis e o estatuto do homem e da mulher, negociados no contexto das relações sociais, ao nível das funções que cada um desempenha na reprodução da espécie, na família, e na divisão do trabalho, se encontram representados de forma diferenciada no sistema normativizador, regulado através do direito.

Atento o exposto, tendo sido enquadrados ao nível do conceito, tanto o género como o crime, importa procedermos a uma retrospectiva histórica sobre como ao longo do tempo e no decurso do processo civilizacional, a ciência e a sociedade têm perspectivado a identidade transgressora masculina e feminina.

Capítulo 2

Ciência, crime e género

O conhecimento produzido ao longo da história sobre a relação entre crime e género tem revelado uma reduzida participação feminina por relação ao sexo masculino, patente nos registos oficiais sobre a criminalidade, não só em termos quantitativos como em termos da qualidade do tipo de crimes que lhes são atribuídos enquanto autoras (Seelig, 1957; Sutherland and Cressey, 1960; Daly and Chesney-Lind, 1988; Gottfredson and Hirschi, 1990). No contexto da sociedade portuguesa os dados coligidos ao longo do tempo pelas autoridades oficiais confirmam a assunção referida. Se tomarmos como referência os dados das estatísticas oficiais das autoridades portuguesas a partir de 1878, ano em que o género começou a figurar como variável (Vaz, 1998), verifica-se que desde o século XIX até ao início do século XXI os dados oficiais, relativos aos indivíduos condenados pelos tribunais, apontam para uma taxa de participação feminina no crime bastante inferior à taxa de participação registada pelo sexo masculino.

Efectivamente, num estudo subordinado à análise da evolução da criminalidade na segunda metade do século XIX em Portugal, no que respeita às diferenças de participação no crime em função do género, Maria João Vaz refere que «A menor participação feminina no crime não é exclusiva da sociedade portuguesa; ela cobre todo o mundo ocidental. A implantação da sociedade burguesa e dos seus ideais sociais, com a alteração e intensificação do controlo a que a mulher é sujeita, estão na base desta realidade. A reduzida participação da mulher em crimes é consequência do seu estatuto e função social. Idealmente confinada ao espaço familiar e desempenhando o papel de esposa e de mãe, as oportunidades de incorrer em crime e de por ele ser publicamente perseguida diminuem acentuadamente. O próprio estatuto de menoridade atribuído à mulher contribuía para que a sua incriminação em delitos fosse menor.» (1998, 84). A autora remete a explicação da expressão da taxa de feminilidade no crime para o domínio da construção da identidade, dos papéis e do estatuto atribuído às mulheres ao longo da história, no entanto, conforme veremos mais adiante, nem sempre se perspectivou a reduzida participação feminina no crime,

por relação ao sexo masculino, em razão do seu posicionamento na organização da estrutura social.

Todavia, sendo o crime um facto resultante da vivência em sociedade, a evolução do conhecimento gerado sobre o crime, por relação ao género, deve ser enquadrado nos contextos sociais em que tanto o homem como a mulher exprimem a sua condição enquanto actores sociais, limitados pelos papéis e pelo estatuto social que lhes foram sendo atribuídos ao longo da história pela organização das diversas comunidades em que se inseriram.

Quadro 2.1 Réus/arguidos condenados no período de 1878 a 2003 em Portugal e taxa de feminilidade

ANO CIVIL	N.º CONDENADOS	TAXA DE FEMINILIDADE
1878	8.361	16,5
1886	11.385	17,3
1903	16.314	20,5
1912	12.603	18,4
1923	10.643	22,7
1932	10.746	19,2
1942	14.175	18,9
1953	25.891	21
1962	22.390	17,9
1972	13.998	16,8
1983	13.700	12,5
1993	37.442	9,6
2003	70.167	8,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Ministério da Justiça

Não obstante ao longo da história, mesmo em contexto científico, se tenha procurado justificar a baixa participação feminina em premissas da ordem da natureza, fundada em determinismos biológicos e psíquicos que reduziam a mulher a uma dimensão de segundo plano, Feeley e Aviram (2008) decorrente da análise levada a cabo sobre a manifestação da criminalidade feminina registada nos séculos XVII e XVIII referem que a participação feminina no crime ao longo da história, em particular no período referido, nem sempre foi tão baixa quanto os registos apontam para a sua manifestação a partir do século XIX.

Embora com um estatuto social de menoridade, a mulher nos séculos XV e XVI, participava de forma activa na vida económica da família. Os autores referidos,

estribados nos estudos desenvolvidos no início do século XX por Alice Clark sobre o quotidiano feminino no contexto da esfera do trabalho no século XVIII, referem que na vigência do mundo pré-industrial (anterior ao século XVII), o trabalho era desenvolvido num contexto de economia doméstica na qual os bens eram essencialmente produzidos e consumidos por todos os membros da família. A actividade comercial da época assentava essencialmente na base da troca directa de produtos.

Nos séculos XVII e XVIII o modelo de produção fundado na economia doméstica desloca-se para o domínio de uma economia familiar, na qual embora o espaço doméstico se constituísse na unidade produtiva por excelência, a produção visava a troca ou a venda dos produtos manufacturados para o exterior da família. A maior parte do trabalho era realizada no espaço familiar, no qual, sob a orientação do chefe da família representado pela figura do homem – marido e pai – todos os elementos da família participavam. O trabalho desenvolvido pela família ocorria assim tanto no contexto do espaço privado – em casa – como no espaço público – nos campos, assim como na comunidade. Vigorava uma divisão sexual do trabalho flexível na medida em que os proventos para o sustento da família derivavam do trabalho executado por todos os membros da família tanto no interior como no exterior do espaço doméstico.

Desse modo, o controlo social sobre a mulher, exercido pelo sistema patriarcal, era efectuado de forma a permitir o desempenho dos seus papéis sociais, inclusivamente como agente produtor de trabalho para a subsistência directa da família (Feeley e Aviram, 2008). A redução do controlo social exercido sobre a vida da mulher, assim como a maior participação feminina no espaço público e na esfera produtiva, nos séculos XVII-XVIII, abriram oportunidades de envolvimento da mulher no crime as quais a partir do século XIX, com o processo de fechamento do sistema patriarcal sobre a relativa liberdade participativa da mulher nas diversas esferas da vida social, foram sendo paulatinamente vedadas.

No século XIX com a vigência do capitalismo industrial, o modo de produção assente numa economia familiar cede ao modelo decorrente do progresso da ciência e do desenvolvimento tecnológico, dominado por uma classe detentora do capital económico. A dimensão do trabalho passa a centrar-se no espaço exterior à esfera da família, e a desenrolar-se em unidades fabris, nas quais o trabalhador se transforma

em assalariado (Clark, 1919, cit in Feeley e Aviram, 2008). Dessa forma, com o advento da revolução industrial, a forma de produção em contexto rural, decorrente da vigência do sistema feudal dá lugar, aos poucos, a uma nova forma de produção assente no modelo capitalista, em que o contexto de produção se centra em meio urbano e na fábrica.

Tal mudança de modelo de produção teve repercussões em toda a organização da sociedade, em particular na estrutura económica, política e social, outrora assente num modelo de patriarcado público no qual a mulher era representada como um agente social participativo na vida da comunidade, com a vigência do capitalismo industrial o modelo de dominância da família e de controlo social sobre a mulher foi dando lugar a um patriarcado privado, no decurso do qual a participação da mulher no espaço público foi sendo lentamente reduzida (Feeley e Aviram, 2008). Na convicção destes autores, tal alteração de participação da mulher no espaço público, ter-se-á repercutido ao nível da diminuição da participação feminina no crime, reproduzida nas estatísticas oficiais.

Não obstante a abordagem histórica da evolução dos papéis desempenhados e do estatuto atribuído ao homem e à mulher pela organização vigente em cada época, na viragem do século XIX para o século XX a visão androcêntrica sobre a estrutura e organização da sociedade, tendeu a repercutir-se mesmo no contexto da produção de conhecimento científico. O ideal filosófico da *escola clássica*, no qual o homem enquanto ser racional se encontraria dotado de livre-arbítrio agindo segundo a vontade e as ideias que o animavam, com o predomínio do método científico na produção de conhecimento, assente na observação e na medição dos fenómenos, em particular no domínio da biologia com aplicação à medicina, gera a partir da *corrente do pensamento positivista* a ideia de que existem factores na natureza constitutiva do indivíduo que lhe determinam o comportamento.

Conforme veremos, o crime enquanto acto transgressivo e facto que fractura o sistema normativo, gerou ao longo da história várias perspectivas que visaram compreender e explicar a etiologia do comportamento delinquente, a organização do sistema de justiça, e os mecanismos de reacção ao crime. Por outro lado, a evidência da participação assimétrica no crime em função do género, despoletou, em particular a partir do século XIX, diversas explicações que procuraram descortinar os vários tipos de factores que estariam subjacentes à criminalidade praticada especificamente por

homens e mulheres. Todavia, a produção de conhecimento humano sobre o crime, e em particular sobre a manifestação do comportamento criminal por relação às diferenças de género, esteve durante um longo período da história imbuído mais que em hipóteses científicas, isentas, imparciais e impermeáveis à interferência do senso comum, sob a influência de representações simbólicas estereotipadas sobre o que deveria ser a identidade e o estatuto social do homem e da mulher, e o que seria de esperar dos papéis sociais que lhes estavam destinados.

2.1 O surgimento do domínio da razão

As raízes científicas da explicação do crime e do comportamento delinquente situam-se no século XIX com a dominância da *corrente positivista* sobre a forma de pensar os fenómenos do mundo. Todavia, se recuarmos no tempo, até ao Renascimento (XIV-XVI) constatamos que a estreita ligação entre a Igreja e o Estado, no âmbito da organização da sociedade, resultava na produção de interpretações sobre os factos fundadas nas premissas da fé e da crença. O domínio da monarquia absoluta encontrava-se inextricavelmente associado à legitimação produzida pela Igreja, e ao poder que esta detinha sobre a mente e o corpo dos servos. O predomínio da nobreza e do clero na hierarquia da estrutura social decorria da crença de que tais grupos sociais teriam uma ligação natural à esfera do divino (assim como deteriam os meios violentos para manter a reprodução dessa suposta ordem natural).

Nesse período, predominava uma configuração de sociedade dominada por uma ideologia patriarcal, na qual o homem assumia o centro enquanto autoridade, tanto na esfera privada da família, como no âmbito da esfera pública. A valorização dos papéis das mulheres, não obstante participassem na vida da comunidade, desenvolvendo tarefas no contexto doméstico, centrava-se nas tarefas que visavam a reprodução da ordem androcêntrica do patriarcado, assente no domínio sobre a sexualidade e a capacidade reprodutora das mulheres, assim como sobre o desempenho dos papéis de esposa e de mãe (Feeley e Aviram, 2008). Neste período histórico, tanto a condição do feminino face à ordem social dominante, como a valorização da mulher enquanto entidade com representação na estrutura do direito civil e expressividade na esfera pública, encontrava-se num estado de quase inexistência social (Bertrand, 2003).

As leis do Estado, encontravam-se inextrincavelmente ligadas à moral religiosa, constituindo as prescrições penais um claro exemplo de tal influência. A estrutura de valores que a ordem dominante procurava acautelar, decorria da salvaguarda dos interesses dos grupos sociais dominantes na sociedade do Antigo Regime – a nobreza e o clero. O transgressor da ordem prescrita era tido como alguém que, dominado por forças maléficas, rompia a ordem sagrada veiculada pelos ensinamentos da tradição escolástica, pelo que deveria ser julgado e punido, expiando a sua culpa através da confissão, recorrendo a justiça, se necessário, a meios aviltantes da dignidade e da condição humana para a extorquir (o suplício), mais tarde denunciados e propalados pelo predomínio da razão (Flauzina, Barreto e Grosner, 2004).

O processo de ruptura entre o modelo societal feudalista, estribado num regime monárquico em que as classes dominantes eram a nobreza e o clero, e a emergência do modelo capitalista, no qual irão dominar as classes detentoras de iniciativa e de capital – a burguesia – culmina, no final do século XVIII, plano simbólico, com a revolução francesa, e a consequente instauração da República, e a conversão dos servos feudais numa nova classe social fundamental para o desenvolvimento do industrialismo, designada de proletariado.

Com o romper do século das luzes (XVIII), surge uma corrente filosófica designada de *escola clássica*, a qual, fundada nos princípios da razão, procurou romper a ordem clerical e arrancar o homem do determinismo do sagrado. O crime e o delinquentes passaram a ser perspectivados à luz do direito natural, fundado na razão, e nos princípios de igualdade e de liberdade. Pugna-se pelo primado do indivíduo, enquanto entidade livre provida de livre-arbítrio, sobre o qual, a justiça não deveria aplicar práticas que aviltassem a sua condição e dignidade humanas. Tais práticas executadas pela justiça discricionária do Antigo Regime foram largamente criticadas por intelectuais da época, que se destacaram pelas ideias reformadoras sobre o sistema de justiça (Beccaria, 1766). Ao invés da interpretação discricionária da lei, e da aplicação de tratamentos cruéis aos suspeitos da prática de crimes, o direito deveria ser escrito, e as decisões dos juizes deveriam restringir-se ao prescrito na lei, e a aplicação da justiça ater-se aos limites da dignidade humana, devendo a execução da pena ser proporcional à gravidade do delito cometido.

A partir da Revolução Francesa operou-se uma transformação da ordem vigente, assente no sagrado, para uma ordem social mais laica, na qual a razão e o contrato social substituem a força bruta do Estado Absoluto; a ideia de ciência reveza a ideia de Deus; a ideia de doença comuta a de pecado; a aplicação da pena de prisão e a implementação do sistema prisional deslocam do sistema de punição a aplicação do suplício ao condenado (Beleza, 1998b). Todavia, a mulher, no âmbito das alterações que paulatinamente ocorrem na estrutura organizativa da sociedade, permanece imóvel na unidade doméstica, dependente das figuras masculinas que representam a autoridade na família (pai e marido), estando por isso estreitamente ligada às funções da reprodução e à educação, assim como à manutenção do lar. O crime cometido pela mulher, representado essencialmente pela prática do infanticídio, resulta fundamentalmente da fragilidade da sua natureza, e da prepotência dos homens (Beccaria, 1766) – da lascívia do desejo e da desresponsabilização.

Desse modo, com a reforma operada pela filosofia das luzes, emerge uma nova configuração do Estado – o Estado Liberal – fundado no alargamento dos direitos de cidadania, e de participação social a um maior número de grupos sociais, e por isso na necessidade de regulamentar as novas relações que a sociedade liberal suscitou – o contrato social. No Estado Liberal, o direito de punir é transferido da ordem do soberano para o prescrito no contrato social (Flauzina, Barreto, e Grosner, 2004). As explicações sobre o crime assentaram essencialmente na crítica ao sistema de aplicação da justiça do Antigo Regime, estreitamente ligado ao Estado Absolutista no qual Igreja e Estado se confundem numa só entidade – poder público; a compreensão do comportamento delinquente passa a estribar-se essencialmente na faculdade de livre-arbítrio do indivíduo, o qual ao transgredir a ordem dominante fá-lo seguindo a sua razão e a sua vontade. O indivíduo precipita-se sobre o crime porque assim o decidiu fazer.

2.2 Determinismos na transição para o século XX

A crença na capacidade de livre-arbítrio do homem, enquanto ideia precursora de uma futura *teoria da escolha racional*, assim como a metodologia assente no exercício da lógica dedutiva, dominante no pensamento da *escola clássica*, com a evolução da ciência na segunda metade do século XIX, em particular no domínio das ciências

exactas e da biologia, dão lugar a uma nova metodologia de pensar e de interpretar os fenómenos, fundada na experimentação, na observação e na análise dos fenómenos – o método indutivo da *corrente de pensamento positivista* – e na crença de que o real, inclusivamente o comportamento criminal, poderia ser conhecido e explicado mediante a aplicação do método científico.

Como refere Teresa Beleza (1998b), assim como Marie-Andrée Bertrand (2003) no âmbito das explicações sobre o crime, assiste-se neste período da história ao deslocamento de interesse do sistema criminal para a unidade do sujeito. Tendo sido efectuada, com a deposição do Estado Absoluto, a reforma da estrutura societal, das instituições e dos instrumentos formais de controlo (nos quais se inclui o direito penal), o interesse sobre o sistema que condicionava as classes subservientes ao poder da nobreza e do clero transfere-se para a explicação do comportamento delinquente, pretendendo encontrar no indivíduo as causas que determinariam o acto fracturante da ordem e dos interesses da classe dominante – a burguesia – e como tal a propriedade privada.

A perspectiva da *escola clássica* sobre o homem, enquanto sujeito livre e dotado de razão, é criticada pela *corrente positivista* como sendo uma visão metafísica sobre a natureza do homem, sem possibilidade de demonstração e verificação empírica. O indivíduo na *escola clássica* é perspectivado a partir do plano político, na sua relação com o sistema absolutista que vigorou até ao Renascimento, no qual o objectivo se centrava na reforma do poder do Estado por relação aos direitos de cidadania de todos os indivíduos independentemente da classe social de pertença. Com o *positivismo* a natureza do homem deixa de se encontrar ancorada ao conceito de liberdade para, decorrente da necessidade de explicar os fenómenos através do método da observação, se encontrar inextrincavelmente condicionada a factores eminentemente da ordem constitutiva do indivíduo – primeiro, estribados na biologia e na psique, e mais tarde nos contextos sociais.

A ordem decorrente do contrato social é concebida como o arquétipo da normalidade, pelo que o comportamento delinquente fracturante da ordem é compreendido como um fenómeno patológico, que terá as suas raízes na estrutura biológica e psíquica constitutiva do indivíduo e em determinados contextos onde o sujeito desenvolve a sua existência social. Desse modo, a delinquência enquanto comportamento patológico, fracturante da normalidade, deverá fundar-se em factores

de ordem biológica, psíquica e social, identificáveis através do método da observação, os quais assumiriam uma função determinística na manifestação do comportamento. O delinquente é perspectivado como um doente que, mais do que ser punido pelos seus actos, necessita de ser regenerado, através da reclusão no sistema penitenciário. Da ideia dominante na *escola clássica* assente num direito penal em que a punição através da reclusão se constituía no meio indispensável através do qual deveria ser aplicada uma punição humanizada ao agente de forma a sancionar a opção que tomou, contribuindo desse modo como instrumento moralizador da sociedade, a *escola positiva* associa a delinquência, a doença, e a necessidade de intervenção do Estado, a tratamento e regeneração do homem delinquente.

Não obstante as acérrimas críticas que as posições deterministas irão colher ao longo da história do conhecimento, as premissas que fundam a razão causalista do comportamento estarão presentes em vários estudos desenvolvidos durante o século XX, em particular no âmbito da nova janela de conhecimento proporcionada pelos avanços da ciência no âmbito da genética, e sua articulação com a esfera da organização psíquica do indivíduo, e correspondente processo de socialização.

A biopsicologização do comportamento

Sob a influência da teoria desenvolvida por Charles Darwin, subordinada ao estudo do processo de *evolução das espécies*, na transição do século XIX para o século XX, o comportamento criminal é representado pela *escola positiva italiana* como sendo o resultado da manifestação de certos traços primitivos decorrentes do desenvolvimento fisiológico do indivíduo, com necessárias repercussões na sua estrutura psíquica. Dessa forma, através da evidência de determinados traços fisionómicos, seria possível identificar o homem delinquente.

Os estudos de *antropologia criminal* permitiram equacionar a associação entre um suposto processo atávico de desenvolvimento do sujeito e o comportamento delinquente. No decurso do referido processo o indivíduo tenderia a regredir em termos evolutivos, aproximando-se da sua raiz primitiva hominídea, dominado por pulsões irreprimíveis que o impeliriam irremediavelmente ao cometimento de delitos (Lombroso, 1887). Nesse sentido, o homem que comete crimes revela-se um

criminoso nato, movido fundamentalmente por determinismos de ordem natural e constitutiva da sua formação enquanto sujeito biopsicológico.

A mulher, neste âmbito, decorrente dos papéis sociais que exerce na organização social, na qual tendem a ser valorizadas essencialmente as funções que desempenha na dimensão do espaço doméstico, e do estatuto de menoridade social que detém, é representada no plano científico como uma categoria humana que no decurso do processo de evolução das espécies não se terá desenvolvido de igual modo como o homem, não sendo por isso objecto, no mesmo grau, do processo regressivo e degenerativo observado no género masculino. A mulher é frequentemente caracterizada pela passividade fisiológica e psíquica, fundada na imobilidade do óvulo, e pelo conservadorismo, no seio do qual deverá reproduzir e cuidar da família (Lombroso e Ferrero, 1895). Estas características constituem-se nos principais factores explicativos para a baixa participação feminina no crime.

Sem embargo da expressiva e reconhecida reduzida participação da mulher no crime, Lombroso e Ferrero (1895) referem que a criminosa nata pertenceria a um subgrupo de indivíduos que no processo regressivo, face ao grau de degenerescência física que os caracteriza e ao deficiente sentido moral que apresentam sobre a conduta social, tenderiam a expressar uma criminalidade que superava em frieza e calculismo a criminalidade manifestada pelo criminoso nato. A perversidade da criminosa nata, na opinião destes autores, tenderia a manifestar-se essencialmente pela variedade delinquêncial, assim como pela crueldade dos seus actos.

Duma forma em geral, já no decurso do desenvolvimento da *escola cartográfica*, na primeira metade do século XIX, que o crime era compreendido eminentemente como um comportamento masculino, frequentemente associado à virilidade e à força física (Quetelet, 1842), adquirindo no final do século XIX, em particular na *escola positivista italiana*, uma dimensão biopsicológica justificada através das pulsões que o homem delinquento não conseguiria reprimir (Lombroso, 1887). Embora menos frequente, o processo de evolução regressivo na mulher tenderia a manifestar-se através da evidência de traços físicos que a aproximariam das características que definem o sexo masculino; em termos comportamentais, manifestar-se-ia mediante a prática essencialmente da prostituição (Lombroso e Ferrero, 1895), ou seja através da denegação dos papéis e do estatuto social que lhe estavam destinados pela organização social. A mulher normal, destituída de tais

características, não tenderia a despertar em si o instinto ou a pulsão para a transgressão das convenções sociais, e como tal para o cometimento de crimes. Na opinião destes autores, a menor evolução da mulher, assim como os papéis que em função da sua natureza desempenharia na organização da vida em sociedade, tenderiam a protegê-la do envolvimento em contextos criminosos.

Efectivamente, o *positivismo* da época tende a associar a prática de crimes eminentemente ao género masculino, sendo que no que respeita à mulher, a sua menor participação no crime tende a ser justificada pelas características que o processo de evolução da espécie humana terá imprimido à constituição da sua natureza. Tal repercutir-se-ia no subdesenvolvimento da sua inteligência, e no deficiente sentido moral para a vida em sociedade, pelo que os papéis que desempenha na manutenção e conservação da vida familiar, e na maternidade, funcionariam como amarras à normalidade da identidade feminina.

No âmbito da organização psíquica do indivíduo, o comportamento delinquente é compreendido como sendo o potencial resultado de um desequilíbrio entre a energia latente dos instintos, e a deficiente incorporação de imperativos de ordem social na organização da psique do indivíduo; na esteira do pensamento de Garofalo (1916), a manifestação do crime dever-se-ia a eventuais crises e lacunas ocorridas no decurso do processo de socialização do indivíduo, de que resultariam a deficiente inclusão na organização do sujeito, dos valores e das normas fundamentais que permitem a vivência em sociedade em conformidade com o normativo.

O ser humano é perspectivado como um ser naturalmente anti-social, o qual no plano da sua organização psíquica experiencia um conflito interior entre a dimensão natural dos seus instintos primitivos (a dimensão do *Id*) e a dimensão construída a partir da sua vivência em sociedade, constituída pelos valores e pela moral adquirida no decurso do processo de socialização (a dimensão do *Superego*), superado em regra pela acção que a segunda dimensão exerce sobre a primeira, permitindo que a sua base constitutiva primitiva se exprima, mas através de manifestações que se encontram delimitadas no quadro da moral, dos valores, e da normatividade do que poderá ser socialmente aceite (a dimensão do *Ego*) (Freud, 1923). Desse modo, o comportamento anti-social (em particular a delinquência) tende a enunciar-se quando se verifica o desequilíbrio manifesto pelo predomínio da influência do *Id* em detrimento do *Superego* na dimensão do *Ego*, ou seja, na

dimensão psíquica em que os desejos e as decisões do indivíduo se transformam em acto, e consequentemente em significado social.

No plano da análise psicanalítica desenvolvida por Sigmund Freud (1925), a diferença entre homens e mulheres é sustentada pelo facto dos órgãos sexuais da mulher serem inferiores aos do homem. A diferença entre ambos, objectivada pela ausência do falo, é interiorizada no decurso do processo de desenvolvimento da identidade do sexo feminino, como o resultado de uma eventual punição. A pressuposta castração do órgão, exibido pelo homem, introduziria no desenvolvimento da personalidade da mulher um processo traumático no decurso do qual o ressentimento geraria sentimentos negativos relativos à suposta perda. A vaidade, o exibicionismo, e o narcisismo, tidas como características psicológicas eminentemente do género feminino, constituiriam parte do mecanismo de compensação pela suposta perda do falo que o homem exhibe.

Mesmo no plano da psiquiatria as diferenças de base entre homem e mulher são *biologizadas*; nas palavras de Freud, *a anatomia é destino*. Considerada um ser anatomicamente inferior, e mais fraco, Enrico Altavilla (1964) refere que neste período a mulher é caracterizada, em termos psicológicos, por deter uma personalidade passiva, destinada *naturalmente* ao desempenho dos papéis de esposa e de mãe. Esse determinismo sexual e materno, sustenta as explicações aventadas para a criminalidade feminina, como sendo o resultado da negação das suas funções naturais enquanto actor social, e que se exprimiriam eminentemente através da sua sexualidade.

Embora a transgressão criminal se constitua numa área do comportamento humano eminentemente masculino, a mulher quando delinqui tende a ser representada ora como masculinizada, ora como degenerada e perversa, destituída de qualquer senso de racionalidade e de moralidade, podendo chegar a manifestar comportamentos criminógenos de maior frieza e perversidade que o homem.

A influência dos contextos no comportamento

Na transição para o século XX, em pleno desenvolvimento do modelo de produção fundado no industrialismo, resultante da repercussão dos avanços da ciência no

domínio da aplicação tecnológica às novas formas de produção e de organização do trabalho, o foco de análise das ciências sociais centra-se no funcionamento dos novos agrupamentos sociais, e nas transformações que se operavam na organização do espaço urbano. Paulatinamente a centralidade da compreensão do comportamento delinquente, transfere-se parcialmente da ordem constitutiva do sujeito para o âmbito do funcionamento da sociedade e dos contextos sociais em que o indivíduo desenvolvia o seu quotidiano. Sem embargo do relativo predomínio de factores biológicos e psíquicos na explicação do comportamento delinquente, foram sendo aventadas outras variáveis que, decorrentes da vivência em sociedade tenderiam, em convergência com as de ordem constitutiva do sujeito, a precipitar o indivíduo na delinquência.

Ainda sob a égide da *escola italiana*, mas num pendor mais sociológico, é construída a ideia de que a criminalidade manifesta em cada sociedade tende a ser determinada pelos condicionalismos de ordem física e social que as animam, e que se repercutem no comportamento do indivíduo (Ferri, 1901). A propensão para o crime não derivaria apenas de características individuais do sujeito, mas também da forma como a estrutura social se encontraria organizada, e das condições económicas.

Embora só no início do século XX tais explicações de cariz mais sociológico se tenham revelado mais consolidadas, importa sublinhar que tais ideias explicativas sobre o comportamento delinquente eclodem já na primeira metade do século XIX, em particular no pensamento de Quetelet. Na esteira do pensamento deste autor, referencial na *escola cartográfica* do século XIX, não bastaria a intenção para que o indivíduo possa transgredir a lei, teriam que estar reunidas as condições de oportunidade, assim como os meios necessários para que o indivíduo possa concretizar o seu desejo (Quetelet, 1842).

Embora a compreensão do crime deva ser construída tendo em conta o comportamento do indivíduo, há que descortinar as razões que conduzem o indivíduo ao seu cometimento. Para além das características constitutivas do indivíduo, são aventados factores situacionais que concorrem para a formação do suposto estado de perigosidade do indivíduo. Embora o desejo engendrado pelo indivíduo, fortemente influenciado pela moralidade, constitua o principal factor que poderá desencadear o crime, há que descortinar o *processo natural* no qual o mesmo se liga à transgressão. Tal deve ser explorado a partir da articulação entre factores (1) antropológicos,

relativos à constituição do sujeito; (2) telúricos, por referência às características físicas do quotidiano; e (3) sociais, respeitantes às condições sociais e económicas em que o indivíduo vive (Ferri, 1901). Desse modo, embora o crime decorra do comportamento humano, o mesmo constitui-se eminentemente um fenómeno social que se manifesta mediante o efeito da interacção de factores antropológicos, telúricos, e sociais, os quais tendem a concorrer na edificação da estrutura moral do indivíduo.

Um dos principais factores apontados para o despoletar de comportamentos lesivos da ordem social centrava-se no estado de miséria em que algumas famílias viviam. A situação económica e social de certas famílias face a conjunturas adversas, e em particular o desenvolvimento de vidas dissolutas embrenhadas em hábitos contraídos, dominados pelo jogo e pelo consumo de álcool, eram considerados factores que associados a outros de natureza mais constitutiva do indivíduo, como a inferioridade congénita e o baixo nível moral e intelectual, poderiam impelir o indivíduo ao cometimento de crimes. O vício, e em especial o consumo desmesurado de álcool, facilitariam a passagem ao acto e tenderiam a despoletar comportamentos lesivos da integridade física, de desafio às autoridades, violação de domicílio, danos e injúrias, e outros praticados de forma violenta, como o roubo (Aschaffenburg, 1904). A este respeito, recuperando parte do pensamento de Quetelet, podemos concluir que a pobreza *per si* não constitui um factor que despolete o cometimento de transgressões à normatividade; o que poderá constituir efectivamente um factor de risco é a passagem inopinada e repentina do estado de opulência ao estado de miséria (Quetelet, 1842).

Todavia, na acepção do pensamento dominante na transição para o século XX, a propensão para o crime não depende apenas das condições socioeconómicas que limitam o quotidiano do indivíduo, mas também da articulação dessas com o seu processo de desenvolvimento enquanto actor social. Nesse sentido, a propensão para o crime tenderia a variar em função da actividade profissional desenvolvida, das estações do ano, da educação, da idade e do sexo dos indivíduos. Relativamente à influência da última variável, já na primeira metade do século XIX, os estudos desenvolvidos por Quetelet (1842), com base na análise das estatísticas criminais francesas do segundo quartel do século, apontavam para a evidência estatística de que a propensão para o crime nos homens era cerca de quatro vezes superior à das mulheres.

Da *dimensão antropológica*, o enfoque explicativo sobre o comportamento delinquente desloca-se para a dimensão do *funcionamento da sociedade*. Não obstante a relevância dos factores decorrentes da constituição do indivíduo que poderão condicionar o seu comportamento, importa compreender fundamentalmente os contextos em que o crime ocorre. O estudo do crime enquanto resultado do comportamento, tende a ser analisado como um fenómeno que terá as suas raízes nos contextos sociais em que manifesta a sua expressividade. A ocorrência do crime decorrerá do funcionamento normal de qualquer sociedade, constituindo o seu resultado uma clara manifestação das condições da vida em comunidade. Desse modo toda a sociedade, resultante da constituição e do funcionamento das suas estruturas, tende a gerar anualmente um saldo de criminalidade condicente com as condições em que a actividade social e económica se desenvolveram (Quetelet, 1842).

Na óptica do *positivismo funcionalista* (Durkheim, 1895) a expressividade do crime apenas se mostra anormal ou patológica quando a sua frequência se revela superior ao esperado – ao que no plano da análise da evolução estatística sobre o crime se declara como uma tendência irregular. Desse modo, sendo considerado um fenómeno, em simultâneo, social e normal, porque decorrente do curso regular das relações que se encetam na comunidade, desempenha no funcionamento da sociedade uma dupla função positiva. Ao desafiar a ordem dominante, possibilita que a mesma seja posta em causa, suscite a discussão em torno do estado da moralidade e da lei, e assim promova as condições para que tanto uma como a outra evoluam, por outro lado, a transgressão à norma penal tenderá a desencadear sobre o agente um processo de punição, no decurso do qual se reforçam os valores sob os quais se funda a organização da sociedade, robustecendo o seu estado de coesão.

Embora o crime seja considerado um fenómeno normal, resultante de determinado estado evolutivo da sociedade e das relações que nela se encetam, é no contexto socioeconómico dominado pelo modo de produção capitalista, centrado na unidade fabril, caracterizado por uma classe social constituída por empresários burgueses detentores do capital e dos meios de produção, assim como por uma extensa classe social composta por operários que alienavam extensas horas do seu tempo de vida no trabalho na fábrica, que a dimensão económica surge como factor dominante na explicação do comportamento delinquente. Sob a influência marxista sobre as relações de produção vigentes no início do século XX, emerge um

pensamento que, embora estribado no *espírito positivista*, apresenta uma perspectiva ideológica de pendor socialista sobre o funcionamento da sociedade, e em particular sobre o sistema económico capitalista; sustenta que o modo de produção capitalista, ao se basear na estrita obtenção do lucro, despoleta no indivíduo um enfraquecimento dos instintos sociais que o unem à comunidade (Bonger, 1916).

Tendo em mente a crítica ao capitalismo, William Bonger (1916) estabelece uma relação determinista entre instintos sociais, considerados naturais no indivíduo, condições socioeconómicas, resultantes do quadro de produção capitalista, e o desenvolvimento do sentimento de egoísmo, enquanto tríade potenciadora da transgressão. No quadro de desenvolvimento social e económico capitalista, os instintos sociais do sujeito sofrem um desequilíbrio, no sentido do predomínio do egoísmo, em detrimento do altruísmo, gerando um estado de insensibilidade perante as necessidades dos outros. Ao longo da vida, o indivíduo tenderia a procurar essencialmente satisfazer a sua vontade, sem se ater aos interesses dos outros ou do colectivo ao qual pertence. O egoísmo, suscitado e potenciado pelo modo de produção capitalista, estaria no cerne do despoletar do comportamento delinquente.

No que se refere às explicações aventadas para a manifestação do crime em função do género, estas estribam-se essencialmente na influência que as características do meio e dos contextos sociais poderiam exercer sobre a suposta especificidade da natureza do homem e da mulher. O predomínio dos enfoques de âmbito sociológico sobre os processos sociais e os papéis de género, embora centrem as referências explicativas na ordem da estrutura social, quando se debruçam sobre o comportamento da mulher tendencialmente precipitam-se sobre os estereótipos dominantes produzidos sobre a identidade social da mulher.

Na esteira do *pensamento socialista* do início do século XX, a participação da mulher no sector produtivo repercute-se fundamentalmente no plano familiar, através do desinvestimento na família e na educação das crianças. O instinto social da mulher encontrar-se-ia fragilizado pela sua condição económica, simultaneamente de operária e de trabalhadora doméstica no seio da família. Desse modo, faltar-lhe-ia tempo para acompanhar a educação das crianças, cujo desenvolvimento tende a ocorrer não só num estado de pobreza económica, como de fragilidade moral, à mercê da influência dos contextos criminógenos da sociedade (Bonger, 1916). No âmbito do *pensamento funcionalista*, homem e mulher, decorrente dos papéis diferenciados que desenvolvem

na sociedade, terão evoluído de forma diferente, especializando-se em papéis e capacidades de forma distinta, sendo que no decurso desse processo evolutivo, a mulher terá colhido menos benefícios que o homem (Durkheim, 1893). As características do homem tendem a impeli-lo a participar em funções utilitárias e intelectuais essencialmente na esfera do espaço público; as especificidades da mulher tendem a convocá-la a participar em dimensões dominadas pela afectividade, particularmente na esfera do espaço familiar. As características distintivas de género, encontrar-se-iam associadas a funções específicas no plano da estrutura e da organização da sociedade, as quais tenderiam a expor menos a mulher aos factores eminentemente sociais que poderiam precipitar o indivíduo no comportamento delinquente.

Enquanto Bonger (1916), estribado na crítica ao sistema capitalista, estabelece a relação entre modo de produção capitalista, participação da mulher no sector produtivo, e delinquência, ancorando a mulher aos papéis fundamentais de conservadora da família e educadora dos filhos, Durkheim (1893 e 1897), recuperando parte do pensamento do *positivismo antropológico italiano*, sustenta que os papéis desempenhados pela mulher e pelo homem decorrem de um processo evolutivo civilizacional no qual a mulher terá evoluído menos que o homem, facto que se repercutiria na especificidade das funções sociais de cada um, e nos níveis diferenciados de exposição ao crime. Mas de que modo é que a manifestação delinquencial do homem e da mulher se distinguem?

Os delitos

Independentemente do tempo histórico ou da sociedade a que nos possamos reportar, os registos estatísticos sobre a criminalidade apontam invariavelmente para uma maior participação masculina que feminina no crime. Tal facto, enquanto resultado do produto de determinada configuração política e social das sociedades, assente na distribuição desigual de identidade, papel, estatuto e de poder, em função do género, raça, etnia e classe social, decorre em primeira linha, e por relação essencialmente ao género, do domínio do homem sobre as estruturas produtivas e de decisão política, o qual se repercute seja no plano da forma como o mundo, os processos, as relações e os actores sociais são conceptualizados pelo sujeito, seja no plano da distribuição da

escassez, tanto de recursos, como de capacidade participativa na vida social. Tal evidência encontra-se espelhada na forma como ainda em pleno século XXI os diversos elementos da família se encontram representados no plano da normatividade da estrutura do sistema social, e no modo como os fenómenos da vida quotidiana são conceptualizados a partir de estruturas mentais concebidas a partir de um pensamento androcêntrico sobre a realidade socialmente produzida.

Desde o século XIX que a maioria das tipologias classificatórias da diversidade dos tipos de delinquência têm por base o referencial do comportamento transgressivo masculino. A prática do delito encontra-se essencialmente associada ao sexo masculino, frequentemente ao emprego da força física, ora no sentido de se satisfazer sexualmente, ora com o objectivo de se apropriar de bens, ou de lesar a integridade física de outros. Recorrendo aos estudos de Quetelet (1842), o homem em regra, tende a atingir o pico da delinquência por volta dos 25 anos, idade em que o crescimento físico quase que cessa e o desenvolvimento da maturidade moral influencia o comportamento do indivíduo de forma a diminuir a propensão para a transgressão. Na mulher, tais influências tendem a produzir resultados muito diferentes. Atendendo à sua fragilidade física e ao seu sedentarismo, o pico da delinquência é alcançado por volta dos 30 anos; manifesta-se essencialmente através do cometimento de crimes contra o património sem recurso à violência, sendo que quando o objecto da transgressão é a esfera da pessoa humana, em particular através da prática do homicídio, a mulher tende a recorrer a meios sub-reptícios para os consumir.

Com a excepção da prática dos crimes de aborto e infanticídio, e da utilização de meios insidiosos para o cometimento de outros tipos, principalmente contra indivíduos do género masculino, como é o caso do envenenamento, os homens apresentam participações superiores às mulheres em todos os outros tipos de crimes. Na acepção do pensamento de Durkheim (1893) as rotinas desenvolvidas pela mulher no seu quotidiano tendem a expô-la menos aos conflitos que se geram no espaço público. As características dos espaços, público e privado, onde as mulheres tendiam a cometer os crimes demonstram as relações de sociabilidade e o tipo de funções desenvolvidas pelo sexo feminino, e como tal revelador da condição e do estatuto social que detinham. A esse respeito Vaz, sustentada nos trabalhos de Irene Vaquinhas sustenta que dos tipos de crimes e dos locais onde as mulheres tendiam a

cometer os seus crimes, «às mulheres caberiam os delitos menores, como as injúrias, ofensas corporais e furtos. (...) Os delitos contra as pessoas sucediam sobretudo em lugares públicos, nas ruas, fontes e lavadouros, e os crimes contra a propriedade, em espaços privados, interior de casas e lojas.» (1998, 84). Quadro representativo dos lugares onde a mulher tendia a exprimir o seu quotidiano.

Por outro lado, na esteira do pensamento do *positivismo antropológico italiano* (Lombroso e Ferrero, 1895), a participação no crime em função do género revela-se assimétrica, na medida em que a mulher criminosa nata tende a ser menos frequente que o homem criminoso nato; o processo natural regressivo na mulher manifestar-se-ia fundamentalmente através da prática da prostituição e não do crime. Também Thomas (1907), alicerçando a existência social feminina no investimento sobre a dimensão da maternidade, refere que a manifestação da transgressão nas mulheres resultaria fundamentalmente do enfraquecimento das restrições tradicionais que a delimitariam à privacidade do espaço doméstico e às funções na família. Não tendo interiorizado os padrões de moralidade da classe média, a mulher delinvente tenderia a exprimir essa desconformidade através da prática da prostituição, mediante a qual procuraria ajustar-se aos papéis femininos – eminentemente sexualizados – recorrendo para tal a meios ilegítimos – a prostituição. Este autor tende a representar a mulher, enquanto delinvente, como um ente pouco inteligente, imprevidente, e tendencialmente desprovido de sentimentos morais, factores que tenderiam a impeli-la ao despudor da prostituição, e como consequência da vida dissoluta, à prática frequente do aborto e do infanticídio.

Não obstante as relativas referências às causas sociais, ao estatuto, assim como à condição feminina na sociedade, de maior recato na família e na vida doméstica, Aschaffenburg (1904), no início do século XX, recuperando parte do pensamento de Lombroso e de Ferrero, refere que o comportamento desviante na mulher, manifesto através da prática da prostituição pode, em certa medida, ser considerado o equivalente ao do homem enquanto delinvente, remetendo o comportamento desviante da mulher, fracturante da ordem e da moral, para a dimensão da sua sexualidade. Referindo-se à prostituição e à sua relação com o crime, escreve, «o crime e a prostituição não são cousas opostas nem equivalentes, mas que até muito frequentemente se encontram reunidas. Em todo o caso tem de se admitir que um grande número de meretrizes, se lhes fossem vedados os meios de viverem

immoralmente, se entregariam á prática de actos criminosos, apesar do seu temperamento passivo.» (1904, 82), desenvolvendo a justificação do desvio latente no sexo feminino, associando-o irremediavelmente à dimensão da sexualidade, prossegue «Muitas raparigas recorreriam ao roubo e a processos de defraudação, para satisfazer as suas necessidades de prazeres e de coquetismo, se lhes não fosse possível realizar os seus desejos de um modo mais fácil e lucrativo.» (1904, 147). Nesta lógica, atendendo às características da sua natureza constitutiva, a prostituição, por substituição à prática do crime, constitui-se no resultado mais natural do potencial transgressivo da mulher.

Enquanto a criminalidade associada ao homem é eminentemente caracterizada por factores de ordem biopsicológica, pela força física, pelo instinto sexual predador, assim como por factores de ordem socioeconómica, precipitadas pelo desemprego e pela miséria, e pela concomitante associação entre frequência de certos lugares públicos e o consumo abusivo de bebidas alcoólicas, manifestada através da prática de ofensas à integridade física, da violação e do abuso sexual, do roubo e mesmo do homicídio, a criminalidade feminina encontra-se condicionada a factores decorrentes de uma certa ordem estereotipada do que seria a natureza e a identidade feminina, associada a uma conjugação de características constituídas pela fragilidade física, perversidade e imoralidade, pela sexualidade e funções reprodutivas, estreitamente associadas à transgressão dos papéis de género esperados de esposa e de mãe, e raramente a factores de ordem social e económica, as quais poderiam precipitá-la não só para a prática eminente da prostituição e do furto, bem como do infanticídio e do aborto.

2.3 A transitoriedade para a modernidade

Entre os séculos XVII e XIX a configuração das sociedades europeias tende a alterar-se, não só em termos ideológicos, como políticos e económico-sociais. O sistema feudal monárquico assente no poder absoluto da nobreza e do clero dá lugar a um sistema mais liberal, dominado pelo modo de produção capitalista, e pelos ideais laicos da República. Recuperando os estudos desenvolvidos por Feeley e Aviram (2008) a uma economia centrada na unidade doméstica em que todos os membros do grupo familiar participavam na obtenção do provento da família, sobrepõe-se, com a

Revolução Industrial, uma economia industrial, na qual o trabalho essencialmente desenvolvido no espaço fabril, transforma o artesão em operário assalariado, impondo uma participação no sector produtivo no qual a mulher tende a ocupar um lugar marginal. O novo modelo de produção suscitou uma transformação na estrutura organizativa do patriarcado. De um sistema relativamente *aberto*, no qual a mulher possuía alguma autonomia no desenvolvimento do seu quotidiano, entregando-se a tarefas tanto no espaço doméstico como na comunidade, passa a um sistema mais *fechado*, no qual ao homem caberia obter o provento da família, e à mulher a organização da unidade doméstica, desenvolvendo-se fundamentalmente nas funções de esposa e de mãe.

A representação e reconhecimento social da identidade, dos papéis e do estatuto social do homem e da mulher, nas sociedades europeias em transição para o século XX, exercerão uma influência relevante nas explicações aventadas acerca do comportamento criminal em função do género. As propostas apresentadas pelo *positivismo* assentaram essencialmente num determinismo biológico, repercutido na organização da psique, assim como, embora em menor grau, nos contextos em que o indivíduo encetava o seu quotidiano, factores aos quais o indivíduo não se poderia elidir. Estabelece-se uma clara distinção entre indivíduos normais e indivíduos desviantes, sendo que a diferença que radicaria entre ambos assentaria em processos biológicos e psíquicos degenerativos, menos evidentes na mulher, na medida em que na escala da evolução humana, a constituição biopsicológica da mulher terá progredido menos que a do homem, não sendo por isso objecto das aberrações resultantes do processo de regressão atávica observáveis no homem delincente.

A representação da delinquência encontra-se eminentemente associada ao sexo masculino, a uma subespécie humana degenerativa, a características como a força física, à juventude, a contextos de extrema pobreza, a hábitos dissolutos de consumo de álcool e vadiagem, e ao cometimento de crimes em certos lugares públicos onde a moral humana e os valores do progresso civilizacional tendiam a ser corrompidos. A mulher, com menor expressividade nas estatísticas criminais, não escapa à associação explicativa que o pensamento científico da época equaciona para o estabelecimento da estreita relação causalista entre delinquência e supostas características naturais, biopsicológicas, daquele que delinqui.

Todavia, à perspectiva dominante assente na biologização e na patologização do comportamento criminal, no âmbito das explicações aventadas para a manifestação da delinquência feminina, tais características foram acrescidas de outros elementos que associavam a conduta delitiva das mulheres a uma suposta sexualização e masculinização do seu comportamento (Matos, 2008). A representação da mulher enquanto entidade frágil, decorrente de características constitutivas da sua biologia e da sua organização psíquica, menos adaptada à vida em sociedade, expressa eminentemente pela participação do indivíduo no espaço público, tende a conceber o comportamento da mulher, assim como o do homem, a partir de uma dicotomia fundada nas premissas de *bem* e de *mal*, que se concretizam no plano da normatividade no cometimento ou não de crimes, e na violação ou não das expectativas de género relativamente aos papéis e ao estatuto convencionados como normais tanto para a mulher como para o homem. Daí que de forma recorrente o desvio comportamental da mulher, assim como a sua conduta criminal, assentem na prática da prostituição, na apropriação sub-reptícia de bens, assim como nas práticas do aborto e do infanticídio, comportamentos representativos da denegação do seu papel e estatuto *natural*.

Se tomarmos como referência as estatísticas relativas aos indivíduos condenados pelos tribunais portugueses no início do século XX, em particular no ano de 1903, verificamos que dos 16.314 condenados pela prática dos mais diversos tipos de crimes, a maioria pertence ao sexo masculino, situando-se a taxa de feminilidade em cerca de 20%. No entanto, se tomarmos a representatividade distributiva dos vários tipos de crimes em função de cada categoria de género, constata-se que no conjunto da participação feminina se verifica, em certos tipos de crimes, expressões superiores às reveladas pelo sexo masculino.

As mulheres revelam participação em quase todos os tipos de crimes, com a excepção nos crimes de natureza sexual (atentado ao pudor, estupro e violação – exclusivos, em razão da previsão penal, do sexo masculino), e um predomínio por relação aos homens nos crimes contra a vida de crianças (recém-nascidos) e integridade de nascituros (infanticídio e aborto).

Quadro 2:2 Réus condenados no ano de 1903, por 100.000/hab., sexo e crime

GRUPOS DE CRIMES	TIPOS DE CRIMES	MASCULINO			FEMININO		
		N	%	100.000/ hab.	N	%	100.000/ hab.
Crimes contra a ordem e tranquilidade pública	<i>Inj./viol./resist./desob. à autoridade*</i>	816	6,3	31	180	5,4	6
	<i>Moeda falsa</i>	38	0,3	1	9	0,3	[0,3]
	<i>Falsificação</i>	65	0,5	2	22	0,7	1
	<i>Vadiagem</i>	225	1,7	8	17	0,5	1
	<i>Outros</i>	1.110	8,6	42	356	10,6	12
Crimes contra as pessoas	<i>Homicídio voluntário</i>	77	0,6	3	1	0,03	[0,03]
	<i>Infanticídio</i>	1	0,01	[0,04]	20	0,6	1
	<i>Aborto</i>				3	0,1	[0,1]
	<i>Envenenamento</i>	1	0,01	[0,04]	1	0,03	[0,03]
	<i>Homicídio involuntário</i>	45	0,3	2	2	0,1	[0,1]
Crimes contra a propriedade	<i>Ferimentos e ofensas corporais</i>	6.927	53,4	262	1.591	47,6	55
	<i>Atentado pudor, estupro e violação</i>	51	0,4	2			
	<i>Difamação, calúnias e injúrias</i>	244	1,9	9	195	5,8	7
	<i>Outros</i>	682	5,3	26	219	6,5	8
	<i>Roubo</i>	103	0,8	4	22	0,7	1
	<i>Furto e subtração</i>	1.881	14,5	71	582	17,4	20
	<i>Fogo posto</i>	20	0,2	1	2	0,1	[0,1]
	<i>Dano</i>	449	3,5	17	58	1,7	2
	<i>Outros</i>	235	1,8	9	64	1,9	2
TOTAIS		12.970	100,0	490	3.344	100,0	115
TOTAL				16.314			

Fonte: INE

* Injúrias, violência, resistência, e desobediência à autoridade

NOTA: Para o ano de 1903 foi utilizada para efeitos de cálculo do número de condenados/100.000hab a população residente a meio do referido ano.

Centrando-nos na análise distributiva de cada tipo de crime, em função de cada categoria de género, verificamos que tanto o homem como a mulher revelam participações substanciais nos crimes relativos a ofensas à integridade física, ao furto e subtração, e nos crimes contra a autoridades pública. Os crimes de dano, vadiagem, e homicídio voluntário assumem, em termos distributivos em função do sexo, uma dimensão superior no sub-universo da participação masculina, e os crimes de difamação, calúnia e injúrias uma maior relevância no sub-universo feminino.

No que respeita à violência, não obstante a efectiva participação feminina, na esmagadora maioria dos tipos de crimes situa-se muito aquém do sexo masculino, aproximando-se essencialmente nos crimes de roubo, ferimentos e ofensas corporais, e nos relativos a violações de determinações das autoridades, crimes que pela sua especificidade tendem a ser cometidos no espaço público, facto que abala a imagem estereotipada e dominante da mulher confinada ao espaço privado do lar.

Quadro 2.3 Comparação do índice de réus condenados no ano de 1903, sexo e tipos de crimes que requerem o recurso à violência e ou à ameaça

CRIMES MAIS VIOLENTOS	Variação (aproximada) do índice M / F de condenações
<i>Inj./viol./resist./desob. à autoridade*</i>	5 / 1
<i>Homicídio voluntário</i>	100 / 1
<i>Infanticídio</i>	1 / 25
<i>Abôto</i>	(apenas associado às mulheres)
<i>Envenenamento</i>	1 / 1
<i>Homicídio involuntário</i>	20 / 1
<i>Ferimentos e ofensas corporais</i>	5 / 1
<i>Atentado pudor, estupro e violação</i>	(apenas associado aos homens)
<i>Roubo</i>	4 / 1

Fonte: INE

Recorrendo aos estudos de Vaz (1998), os crimes de aborto e infanticídio, tipicamente associados ao comportamento da mulher, são praticados sem que haja uma especial acção preventiva ou repressiva por parte das autoridades, sendo raros os casos que chegam à barra dos tribunais; a própria associação entre prática de envenenamento e mulher como autora no cometimento de homicídio, embora em termos estatísticos assuma uma relativa importância no sexo feminino, a imagem associativa entre fragilidade e natureza insidiosa da mulher tende a ser essencialmente uma construção da literatura da época que propriamente uma realidade.

A sexualização do comportamento da mulher é eminentemente concretizada no âmbito dos mecanismos informais de controlo social. O comportamento desviante da mulher *mal comportada* encontra-se essencialmente associado à violação das expectativas acerca dos papéis, do estatuto, e da identidade de género. A mulher *normal* ou *bem comportada* é representada pela figura da mulher casta, maternal, e protectora dos valores da família. O ideal burguês centra-a no espaço doméstico e familiar, reduzindo-lhe substancialmente as oportunidades para delinquir. Daí que a prostituição, e a figura da prostituta, tenham representado o expoente da negação dos valores dominantes na sociedade industrial e burguesa, sendo por isso representada como mulher *mal comportada* (Silva, 2007). Desse modo, a prostituta tende a assumir um duplo papel no âmbito da concepção do mundo androcêntrico; de mulher pérfida por relação ao plano da normatividade familiar e da complementaridade estabelecida

pelos papéis sociais do homem e da mulher, a reacção do sistema normativo ao que ela representa, reforça os valores dominantes da família e dos papéis que os seus membros devem desempenhar, assumindo em simultâneo, na clandestinidade da normatividade, a essencialidade de se constituir aquela através da qual a expansividade da libido masculina se pode satisfazer, marginalizando-a (e diabolizando-a) no plano da normatividade.

A expressividade criminal encontra-se inextricavelmente ligada às condições geradas pela organização da estrutura social. No plano da relação entre género e crime, a mesma encontra-se co-relacionada com as representações sociais e com os estereótipos produzidos pela configuração da ordem social, industrial e burguesa, na qual à mulher caberia preferencialmente o domínio da vida familiar, e ao homem a expressão no domínio público, trabalhando na fábrica para conseguir o provento para a família que representa. Neste sentido, todo o processo de socialização e de controlo em função do género, se encontra orientado para a reprodução dos valores dominantes. A mulher, para além dos constrangimentos formais, decorrentes dos valores repercutidos na ordem normativa, que tentam constrangê-la à dimensão doméstica e familiar, é sujeita a um rigoroso escrutínio no plano informal, compatível com os interesses de uma sociedade masculinizada. Tal encontra-se, no plano português, repercutido no âmbito do fenómeno da prostituição. Considerada o protótipo do desvio da normalidade dos tradicionais papéis de esposa e de mãe, a prática da prostituição até ao final da primeira metade do século XX foi tolerada socialmente, regulamentada pelas autoridades, tendo inclusivamente sido autorizadas as designadas *casas de toleradas*. O regime proibicionista relativo à prática da prostituição apenas teve lugar na segunda metade do século XX, tendo vigorado no ordenamento jurídico durante cerca de 20 anos, de 1963 a finais de 1982 (Silva, 2007).

Se na *escola clássica* poucas referências existem à problemática da delinquência por relação ao género, na *escola positivista*, o comportamento criminal do homem e da mulher tendem a ser perspectivados fundamentalmente como sendo produto de factores biológicos e psíquicos inatos, relegando para segundo plano factores explicativos que derivam da ordem do social e da economia (Sokoloff e Price, 1995). Ao contrário do comportamento masculino, as explicações sobre o comportamento delinquente da mulher estribam-se invariavelmente na especificidade

do seu corpo sexuado, reduzindo-se-lhes às funções biológicas ligadas à sexualidade e à maternidade, repercutidas na organização da psique. Nesse sentido, Raquel Matos (2008), refere que as explicações aventadas acerca da delinquência expressa pela mulher assentaram essencialmente em premissas biologizadas, sexualizadas, patologizadas e masculinizadas, resultado da influência dos valores dominantes na sociedade burguesa na transição para o século XX, através de um processo de construção de imagens estereotipadas acerca da identidade, dos papéis e do estatuto do homem e da mulher.

Efectivamente, a *perspectiva positivista* sobre a relação entre género e crime, será durante todo o século XX criticada por assentar mais em estereótipos do que em processos científicos de produção de conhecimento. Para Marie-Andrée Bertrand (2003) os estudos desenvolvidos nos séculos XVIII e XIX sobre a criminalidade masculina e feminina enfermam fundamentalmente de isenção e imparcialidade cultural e científica face aos estereótipos dominantes sobre os papéis, e o estatuto social que cada categoria de género detinha nas sociedades de cada época. Na opinião desta autora, tais perspectivas avançam com propostas explicativas do fenómeno, sem se aterem às condições culturais subjacentes à construção social da diferença de género. A esse respeito Dorie Klein (1995) sublinha, referindo-se especificamente aos trabalhos desenvolvidos por Lombroso e Ferrero, Thomas, e Freud, que estes autores, no âmbito dos seus estudos, reduziram a mulher ao estereótipo do papel sexual vigente nas suas épocas, representado particularmente por uma profunda domesticidade feminina, a qual se encontrava associada a uma imagem socialmente legitimada de que à mulher normal caberia essencialmente a repressão dos seus instintos sexuais, e a conservação da família. Todavia, tais críticas, enquanto elementos geradores de mudança, tanto no plano político e social, como no domínio da produção de conhecimento sobre o processo de desconstrução dos estereótipos formados em torno da articulação entre género e comportamento criminal, apenas seriam tecidas de forma intensa e profunda na década de 60 do século XX.

Do enfoque determinístico da ordem constitutiva do indivíduo ao processo social diferenciador e criminalizador

As explicações acerca das relações entre género e crime mantiveram-se durante a primeira metade do século XX numa espécie de penumbra sobre a qual a ciência apenas parcialmente penetrou. Os estereótipos em função do género, decorrentes da transição para o século XX mantiveram-se quase que inalteráveis, estreitamente associados à identidade e aos papéis esperados de cada categoria de género.

Vários factores concorreram para que a ciência não se centrasse sobre a problemática suscitada pela relação entre delinquência e género; primeiro lugar, a evidência de nas estatísticas oficiais sobre o crime a taxa de feminilidade se revelar relativamente baixa, fosse na identificação de suspeitos, fosse no processo de condenação e consequente reclusão no sistema penitenciário; segundo lugar, as interpretações produzidas sobre as estatísticas, e a manifestação do crime em função do género, tendiam a associar a participação feminina a uma faixa da criminalidade pouco problemática; terceiro lugar, resultante da articulação entre as anteriores, o plano da ordem de prioridades da intervenção do Estado sobre a criminalidade tendia a relegar a delinquência feminina para segundo plano; quarto lugar, encadeado com os anteriores factores, o problema da delinquência era equacionado como sendo um fenómeno eminentemente masculino, associado a uma perspectiva androcêntrica sobre a concepção do crime; quinto lugar, aos referidos factores condicionantes, acrescia o facto de neste período a grande maioria dos cientistas sociais que se debruçavam sobre o estudo da desviância e do crime pertencerem ao sexo masculino. Mais tarde, na segunda metade do século XX, a *criminologia feminista* acrescentaria ao factor de domínio do pensamento androcêntrico a denúncia da influência do sistema patriarcal sobre a identidade, a distribuição de papéis e atribuição de estatuto em função do sexo, como factor preponderante da ausência da mulher nas produções científicas sobre o crime.

Não obstante, o predomínio e a influência do pensamento androcêntrico sobre a organização do sistema social, a ausência da temática sobre o género ao longo da história, e em particular na primeira metade do século XX, deveu-se para além da reduzida visibilidade da participação feminina nas estatísticas sobre o crime,

resultante do estatuto e dos papéis sociais que lhes estavam destinados na organização social, ao quadro socioeconómico vigente nesse período da história da Europa Ocidental. O industrialismo suscitou vagas migratórias de mão-de-obra para as zonas geográficas onde as unidades industriais se implantaram. Registaram-se movimentos migratórios das zonas rurais para as zonas urbanas, de modo a suprir as necessidades do novo modo de produção. Decorrentes dessa dinâmica, as cidades aumentaram em tamanho e densidade populacional, sem que para tal estivessem organizadas. O elevado número de recém-chegados, desenraizados e desprovidos do apoio da comunidade e da família alargada, a insalubridade e a precariedade do trabalho na fábrica, e a incapacidade de integrar esses novos cidadãos urbanos na estrutura da cidade em condições higiénicas de habitabilidade, associaram-se ao clima de insegurança e ao medo do crime em determinados espaços da urbe; tal como tinha sido assinalado pelo *positivismo* do século XIX, as condições duríssimas do sistema produtivo faziam-se sentir através das longas horas de trabalho monótono, dos baixos salários, das más condições de habitabilidade, do estado de pobreza e de miséria de muitas famílias, na fragilidade moral do indivíduo e no desemprego.

A concentração nas cidades do proletariado que abandona o campo e a impreparação das cidades para acolher a vaga de migrantes, proporciona o surgimento de bairros degradados, de processos de segregação e marginalização social. A indústria não absorve a totalidade da mão-de-obra disponível, subsistindo permanentemente uma multidão de desempregados que se constituem numa espécie de reserva industrial, a qual propicia a manutenção de baixos salários e de condições de trabalho precárias. Ao desemprego associa-se a situação de miséria, de revolta industrial, e a ideia de que tais factores estariam inextrincavelmente ligados à vadiagem, à prostituição, essencialmente feminina, e à criminalidade.

Desse modo, os problemas suscitados pela nova configuração do desenvolvimento da sociedade fundada no modo de produção industrial e no espírito capitalista, como foram o desemprego, a insalubridade, as novas formas de pobreza, essencialmente dos migrantes desenraizados, e a taxa de criminalidade, constituíram-se no principal foco de atenção das ciências sociais. O predomínio das metodologias estritamente quantitativas abrem espaço ao desenvolvimento de um enfoque mais microsociológico, com a aplicação de novas metodologias de carácter qualitativo, como as *histórias de vida* nas quais se procura, mais do que a caracterização do

fenómeno, a desconstrução do sentido e do significado que determinados grupos manifestam na consumação do desvio e da transgressão.

Decorrente do novo modo de produção assente no industrialismo – produção em série associada à maximização do lucro e à massificação do consumo – do intenso processo migratório, e das profundas alterações sociais, económicas, e urbanísticas que ocorreram no tecido urbano da cidade Chicago, nos Estados Unidos da América, surge na década de 20 do século XX, na referida cidade, a corrente científica designada de *escola de chicago*, preocupada com os problemas que tais alterações geraram nas relações sociais e na organização do espaço urbano. Estuda-se a organização do espaço relativamente à sua funcionalidade, ao seu valor económico, às características urbanísticas das áreas, assim como as características dos grupos que habitam nesses espaços.

Os problemas suscitados pela elevada densidade populacional, pela insalubridade de condições de alojamento, a criação de guetos, a difícil integração, o desemprego e a consequente desocupação, a vadiagem e a criminalidade ocupam parte do enfoque analítico desta corrente sociológica. As alterações na configuração da cidade tendem a despoletar no espaço urbano, e no tecido social, a eclosão de determinados fenómenos problemáticos, com maior repercussão em determinadas áreas da cidade, através da emergência de guetos e do aumento da delinquência, os quais são perspectivados como decorrentes das condições de funcionamento da sociedade. Nesse sentido, delimitado por condicionalismos que caracterizam a vida quotidiana na urbe, o indivíduo tende a expressar um *modo de vida específico* condicente com as condições de existência na cidade. O crime constitui-se num dos eventuais resultados desses condicionalismos, podendo ser incorporado na vida do indivíduo como um *modo de vida*. A estrutura e a organização da cidade, e o desenvolvimento civilizacional fundado no industrialismo, surgem como elementos condicionadores da vida do indivíduo e, por consequência, da manifestação da delinquência.

O espaço da cidade, constituído por áreas diferenciadas, é concebido como um organismo vivo reagindo normalmente às alterações suscitadas pelo desenvolvimento social e económico, repercutindo-se a mudança na existência, e no *modo de vida* dos membros que a compõem. Destacam-se enquanto estudiosos desta teoria sobre o urbanismo, sua estrutura e repercussão no *modo de vida* dos indivíduos, autores como

Ernest Burgess, Louis Wirth, Roderick Mckenzie, Robert Park. A estes seguem-se outros, como Robert Merton (teoria da anomia), George Mead (interaccionismo simbólico), que não obstante busquem uma explicação sobre a organização da sociedade, assim como sobre o significado do produto das relações entre indivíduos, nas quais se incluem as temáticas do desvio e da transgressão, não as articulam com as questões de género.

Mesmo durante a segunda metade do século XX, foram sendo enunciadas várias teorias sobre o crime, o delincente e o processo de reacção social à transgressão da normatividade, as quais desenvolveram os seus princípios epistemológicos tendo como referência quase que única e exclusivamente o homem, enquanto categoria de género. Assim, nas décadas de 60 e 70, surgem as teorias, entre outras, do *controlo* de Hirschi, novas formulações da *teoria da anomia* produzidas por Cloward e Ohlin, a *teoria da rotulagem* decorrente do *interaccionismo* de Becker (processo primário e secundário de criminalização), da *associação diferencial* de Sutherland e Cressey, do *conflito de subculturas* de Sellin, de *subcultura delincente*, da *escolha racional*, e a *teoria crítica* de Taylor, Walton e Young.

Na transição para o século XX até ao início da segunda metade do século, a pluralidade de teorias e de enfoques analíticos sobre a desviância e o crime, consolidam o desenvolvimento da *sociologia da desviância*. Todavia, as questões exploradas continuavam a tomar o homem, enquanto sexo masculino, como referência universal no desenvolvimento dos discursos acerca das diversas problemáticas sobre a desviância, e a delinquência em particular. O domínio do pensamento androcêntrico é, conforme veremos, quase que total até ao dealbar da segunda metade do século XX. O referencial androcêntrico será, na década de 60, posto em causa com o eclodir dos grandes movimentos contestatários sobre a ordem vigente, assente numa visão de consenso acerca do funcionamento das sociedades modernas do pós-guerra, tanto nos Estados Unidos da América como em alguns países da Europa Ocidental.

Revisitação da biologização e da sexualização do comportamento delincente feminino

A produção de teorias gerais sobre o crime e o delincente que perpassam ao longo da primeira metade do século XX, centram-se fundamentalmente no estudo do

comportamento delinquente enunciado pelo sexo masculino, tomando-o como o interveniente paradigmático e universal da expressividade da delinquência, permanecendo desse modo, a figura da mulher mergulhada num limbo epistemológico dominado pela distorção produzida pelos estereótipos dominantes na sociedade acerca da suposta natureza feminina, sua identidade, papéis esperados e estatuto social atribuído.

No início da década de 50 a problemática da reduzida visibilidade da criminalidade feminina é abordada por Otto Pollak (1950) como sendo o resultado de determinadas características biopsicológicas articuladas com os papéis e o estatuto social da mulher na sociedade. Para este autor, as estatísticas oficiais não espelham a realidade criminal em função do sexo. Recuperando ideias clássicas do *positivismo* da transição para o século XX, parte do pressuposto que as mulheres não são menos criminosas que os homens. As diferenças de participação no crime, reveladas pelas estatísticas oficiais, em particular a sub-representatividade feminina, são explicadas recorrendo à articulação entre a suposta especificidade da natureza feminina, os papéis e o estatuto social que lhes são atribuídos, e a reacção cavalheiresca do sistema de justiça ao comportamento desviante da mulher (Durkheim, 1897; DiCristina, 2006).

A respeito da posição epistemológica de Pollak, Dorie Klein (1995) sublinha que tendencialmente Pollak invoca características fenotípicas em razão do sexo para explicar que, no plano sexual, o homem é por natureza o elemento activo e a mulher o elemento passivo; associa o ciclo menstrual e a menopausa, à irritabilidade e à depressão, assim como ao desenvolvimento de neuroses e de doenças mentais que poderão conduzir algumas mulheres ao cometimento de crimes.

Pollak refere que o conservadorismo, a passividade, o estatuto de menoridade biológica e social, a restrição ao espaço doméstico e a desvalorização no espaço público, imporiam à mulher, enquanto reacção a esses condicionalismos, o desenvolvimento da capacidade de manipulação. Por outro lado, a representação social da *mulher-média* como sendo um ser fraco, frágil, e carecido de protecção, tende a repercutir-se nas instituições formais de controlo (policias e tribunais), as quais tendem a tratar a criminalidade feminina com alguma indulgência. O sistema de justiça dominado pela cultura cavalheiresca e proteccionista da ideologia

androcêntrica, tenderia a punir os *crimes tipicamente femininos* com complacência, facto que se repercutiria nas estatísticas oficiais.

Na sequência do *positivismo* de Quetelet, Ferri e Durkheim, o conjunto de tipos de crimes imputados ao sexo feminino tende a ser representado pelo pensamento de Pollak como pouco diversificado, na medida em que a estrutura de oportunidades que lhe está associada é reduzida. Os papéis sociais desempenhados pela mulher e valorizados pela sociedade remetem-na maioritariamente para o seio da família no espaço doméstico, local onde exprime a larga maioria dos seus crimes, através da prática do aborto, da prostituição e de outros cometidos contra pessoas que lhe são emocionalmente próximas, mas que, ora por serem incapazes, ora em razão do amor-próprio, nunca chegam a denunciá-los às autoridades. Desse modo, os crimes cometidos no contexto da família e do espaço doméstico constituiriam a franja da criminalidade *tipicamente feminina*, dificilmente detectável pelas autoridades.

Por outro lado, mesmo quando a mulher desempenha funções no espaço público, enquanto trabalhadora doméstica ou outra mais qualificada, condicente com a sua feminilidade, as mesmas decorrem em contextos nos quais a detecção dos crimes se revela difícil, assumindo muitas vezes, por relação ao seu parceiro masculino no crime, o papel de instigadora e por isso de autora moral em detrimento da autoria material, ficando desse modo muitas das vezes impune. Pollak sugere que as mulheres, atendendo à sua natureza, estatuto social e ao posicionamento que ocupam na sociedade, conseguem ocultar com mais facilidade os crimes que cometem que os homens.

As posições defendidas por Pollak serão profundamente desacreditadas, em particular pela *criminologia feminista* do último quartel do século XX. A respeito da teoria da invisibilidade da criminalidade feminina, Carol Smart (1976) refere que Pollak à semelhança dos seus predecessores *positivistas*, transformou ideias do senso comum em aparentes verdades supostamente validadas pela via científica. Mais tarde, já na segunda metade do século XX, surgiram outras propostas também marcadas pela influência do *determinismo positivista*, das quais Smart (1976) salienta as desenvolvidas na década de 60 por Cowie, Cowie e Slater, e por Giesela Konopka. Os primeiros, Cowie, Cowie e Slater, recuperando alguns princípios de Lombroso, invocam um modelo biológico e determinista para explicar as diferenças de género no cometimento de crimes. A propensão para a delinquência estaria relacionada com

determinadas deficiências e anormalidades na estrutura fisiológica, hormonal e cromossômica do indivíduo, combinada com eventuais factores ambientais adversos. Todavia a influência desses factores no comportamento exercer-se-ia de forma diferencial em função do sexo. Enquanto os indivíduos do sexo masculino estariam mais sujeitos à influência de factores de natureza social e económica, as raparigas estariam mais à mercê de factores de natureza biológica.

Deste modo, Smart (1976) refere que Cowie, Cowie e Slater partem de premissas fundadas na organização biológica diferenciada em função do sexo para estabelecerem uma relação determinista entre supostas anormalidades biológicas e o comportamento criminal, ignorando, em certa medida, a influência que determinado contexto social e cultural poderia exercer no comportamento do indivíduo. No universo feminino, tanto as explicações fundadas no fechamento do sistema social de controlo informal sobre o comportamento da mulher, como as reduzidas oportunidades sociais para o cometimento de crimes, não alcançariam a relevância que os factores de ordem biológica deteriam no desenvolvimento da propensão para a transgressão.

Sob outra argumentação, mas na mesma linha do determinismo fundado na biologia e na sexualidade constitutiva da mulher, Konopka na esteira do pensamento de Thomas, estabelece uma estreita ligação entre comportamento delinquente feminino e inadequação a determinados papéis sociais inerentes à natureza feminina. A não conformidade a esses papéis, resultantes da organização dominante da sociedade em função do género (mãe, esposa, protectora da família) suscitaria na mulher um desequilíbrio emocional tornando-a sexualmente instável, propensa a engajar na prática de crimes. Neste quadro, Smart (1976) refere que Konopka ao invés de explorar as supostas necessidades inerentes ao género feminino, na dimensão onde as mesmas são construídas e inculcadas na mulher (nos domínios da sociabilidade e da cultura), relaciona a prática da delinquência com a incapacidade de certas mulheres em suprirem pretensas necessidades inerentes à natureza feminina, associando uma vez mais, a suposta especificidade da natureza da mulher, a um determinismo sociocultural, não buscando os factores subjacentes essas necessidades, nas dimensões onde sócio-culturalmente são urdidas. Na opinião de Klein (1995), as posições destes autores, e de outros que desenvolvem estudos a partir das mesmas premissas, fundadas num determinismo biológico sexualizado da mulher, ignoram dimensões

fulcrais no processo de marginalização da mulher, factores económicos e sociais que tendem a despoletar fenómenos de racismo e de pobreza. Tais temas serão pois recorrentes nas propostas feministas a partir da década de 60.

2.4 Da visão de consenso a uma perspectiva de conflito sobre o desenvolvimento da sociedade e das relações entre indivíduos

Após a Segunda Guerra Mundial (1945), iniciou-se um processo de reconstrução das estruturas sociais e económicas que uma longa guerra de cerca de sete anos arrasou numa parte significativa do mundo, em particular na Europa. Encontrando-se numa situação política e económica mais consolidada, os Estados Unidos da América (EUA) iniciaram o designado *Programa de Recuperação Europeia* (Plano Marshall), o qual visou o fortalecimento político e económico dos países da Europa Ocidental, de modo a que a ameaça da influência do comunismo soviético não vingasse na área de influência política e económica dos EUA.

Na Europa Ocidental gera-se um contexto de prosperidade económica associado ao cliché americano (*american dream*) de que o bem-estar social e económico poderia estar ao alcance da generalidade das famílias europeias (a perspectiva de desenvolvimento da sociedade, assentaria num ideal de consenso). Todavia o paradigma de desenvolvimento global, liberal, estribado no modo de produção capitalista, gera profundas desigualdades em várias partes do globo. Assente na progressiva transferência de funções do Estado, inclusivamente de natureza social, para o domínio do sector privado, o estabelecimento do ideal da livre concorrência no tecido empresarial, pouco regulamentado e deficientemente inspeccionado pelo Estado, em concomitância com o progresso científico e tecnológico aplicado ao sector produtivo e à economia, gera o fenómeno de globalização essencialmente económica, financeira e de informação, que se traduz num processo de interdependência, em que o resultado de determinado facto ocorrido em determinado local gera repercussões que poderão sentir-se de forma encadeada em vários outros locais geograficamente distantes entre si, que terão necessariamente repercussões ao nível da organização política e social da sociedade.

O domínio do capitalismo liberal, enquanto modelo de desenvolvimento e de produção de riqueza (assente na maximização da relação entre oferta e consumo, e no

lucro), e o processo de globalização, facilitaram a emergência de grupos económicos de dimensão multinacional, que aos poucos vão alterando sistemas económicos onde imperava uma rede económica e empresarial assente em empresas de média e pequena dimensão. Num mercado globalizado de empresas multinacionais, o nível concorrencial aumenta, e certas empresas deixam de conseguir competir nas novas condições de mercado. Em consonância com o domínio das multinacionais no tecido empresarial, geradoras de milhares de postos de trabalho, os mecanismos jurídicos de regulação das relações de trabalho alteram-se, tendo como princípio a capacidade concorrencial das empresas, aumentando o trabalho temporário e precário (quando não o desemprego).

Jorge Villalobos (1999) reportando-se ao processo de desenvolvimento ocorrido na América Latina, com particular incidência na década de 80, refere que a crença de que através do mercado se poderiam resolver distorções sociais, privatizando sectores anteriormente geridos pelo Estado (da economia ao social), gerou um fenómeno de degradação social e económica dos estratos sociais mais frágeis da sociedade. Assim, à velha pobreza veio incorporar-se uma nova pobreza, resultado de um modelo de desenvolvimento o qual paulatinamente se transformou num modelo de empobrecimento.

No mundo ocidental (EUA e Europa Ocidental) a economia próspera, mas a sociedade encontra-se dividida. Desde o final da década de 50, que se assiste a um embate de forças antagónicas, que se prolongará pelo menos até à década de 70. Na década de 60, em particular nos EUA, face ao contexto de profundas desigualdades económicas e sociais, fundadas em processos de segregação racial, política e religiosa, e à guerra no Vietname, a acção de vários movimentos sociais intensifica-se reclamando alterações na estrutura da organização social; esses movimentos por direitos civis, pela paz, pela liberdade sexual e cultural, contestam fundamentalmente o consumismo, a ganância, as autoridades, e o conformismo social (face aos problemas de acesso à assistência à saúde e à educação). A luta encetada pelo movimento negro americano, a qual pugna pela igualdade e pelo reconhecimento de direitos e oportunidades, inspira outros sectores da vida social – do sindicalismo (relações de poder na esfera do trabalho) ao feminismo (as relações de poder na esfera da construção do género) (Karnal, Purdy, Fernandes e Moraes, 2007).

Também no contexto europeu surge uma nova esquerda, a qual classifica o modelo de desenvolvimento e de organização da sociedade como hipócrita. Crítica o conservadorismo e o consenso, enquanto ideias elitistas, assim como o consumismo enquanto factor de alienação da sociedade. Surge uma contracultura, influenciada pelos movimentos sociais, protagonizada essencialmente pela camada populacional jovem, a qual contenda por uma maior liberdade na vida quotidiana, adoptando estilos de vida alternativos, criticando o *status quo* e as autoridades, assim como os valores sobre os quais assenta a vida da classe média.

No plano da ciência, e em particular da sociologia do desvio e da criminologia, o foco analítico desloca-se do plano do indivíduo, para a estrutura e a organização do sistema social, em particular para o sistema de justiça. Recuperando parte do enfoque político sobre a organização do sistema social do pensamento da *escola clássica*, surge, decorrente do contexto político, social, cultural e económico da década de 60, uma perspectiva crítica (designada também de radical) sobre a forma como a sociedade se encontra estruturada e organizada, fundada num modo de produção assente no liberalismo económico e social. As profundas desigualdades geradas, fazem eclodir uma consciência social crítica sobre os processos de construção da diferença e de discriminação. No âmbito da produção de conhecimento sobre o crime e o delinquent, a centralidade analítica deixa de se centrar tanto na constituição do indivíduo e nos contextos em que desenvolve o seu quotidiano, para se focalizar nos processos através dos quais o desvio e o crime são construídos social e culturalmente. Decorrente do interaccionismo simbólico, assumem particular importância os processos de reacção social através dos quais são construídas as diferenças entre indivíduos, e entre grupos sociais, mas numa perspectiva contestatária da normatividade que legitima esses construtivismos discriminatórios. A partir da década de 60, as explicações positivistas, assentes numa perspectiva determinística sobre a manifestação da delinquência em função do género, serão fortemente criticadas, abrindo-se uma nova fase no processo de conhecimento sobre as supostas inelutáveis diferenças entre o homem e a mulher no envolvimento no crime.

Repercussões do movimento feminista na produção de conhecimento sobre a relação entre género e crime

No início da década de 60, decorrente do modelo de desenvolvimento das sociedades ocidentais, a estrutura social fractura-se, eclodindo na sociedade civil movimentos de contestação social que reiteram uma reestruturação do sistema que permita um processo de redistribuição mais equitativo de direitos cívicos, e uma consciência de solidariedade social mais alargada e menos injusta. Contesta-se o *status quo* dominante e o poder, enquanto representantes materiais e simbólicos do sistema gerador de discriminação. Neste contexto, o movimento feminista, enquanto consciência e acção colectiva das diferenças discriminatórias de género, reforça o seu posicionamento e a sua expressividade no espaço público.

O esforço centra-se concomitantemente na denúncia das relações de poder fundadas no modo de organização do patriarcado, assim como na alteração do estado dessa diferença. Os objectivos do movimento feminista centram-se fundamentalmente na fragilização das relações de poder consolidadas pelo patriarcado; no aumento das mulheres no mercado de trabalho; numa maior participação nas relações de poder (no espaço doméstico e no espaço público); e na defesa da sexualidade homossexual, enquanto orientação, e como alternativa à ordem heterossexual. Para tal importa despertar a atenção social para as questões (os problemas) das mulheres, colocando-as na agenda política – como meio de denúncia e alteração da diferença – e científica – como forma de, através do conhecimento científico (verificação / comprovação), legitimar a acção política. Daly (2002) refere que o movimento feminista, desafiando o androcêntrismo através da política e da ciência, visou e visa essencialmente a mudança social.

Importava pois incorporar a mulher em todos os debates, fosse na concepção do conceito de género e sua teorização, fosse nas discussões em torno das diferenças e das relações de género, abalando a imputação determinista e natural que imperou durante décadas. A tónica na perspectiva da criminologia feminista teria que assentar invariavelmente na subjectividade e no construtivismo, tanto da identidade, do estatuto e dos papéis, como das relações de poder entre o homem e a mulher no contexto do patriarcado.

São tecidas críticas às teorias gerais explicativas sobre o crime e o delinquente, e em particular às abordagens que têm sido feitas à relação entre gênero e crime, nas quais a mulher ora se encontra omissa, ora surge como actor marginal, ora aparece concomitantemente representada de forma estereotipada. (Bertrand, 1969; Heidensohn, 1968, cit. in Daly e Chesney-Lind, 2002). Denunciam-se as explicações aventadas para a delinquência das mulheres, através do determinismo biopsicológico de Lombroso e Ferrero, de Thomas e Pollak, fundado na suposta especificidade da natureza feminina, na sexualidade, ignorando a sua capacidade de agir racionalmente, e de forma autónoma.

Atendendo a que uma parte substancial do conhecimento produzido pela ciência acerca do crime, do comportamento criminal, e dos processos de reacção social, se erigiram tendo como referencial a categoria de gênero masculino, equaciona-se se esses produtos científicos poderão adequar-se e por isso adaptarem-se à manifestação da delinquência cometida por mulheres. Articulada a esta questão é explorada a problemática da suposta maior propensão do homem para o crime, a qual estará estreitamente associada à forma como as relações de gênero têm sido construídas ao longo da história, tendo como base o processo de dominação masculino – e que o movimento feminista procura evidenciar. A este respeito Daly e Chesney-Lind (2002), referem que essas teorias só parcialmente poderão explicar a criminalidade manifestada pelo gênero feminino, na medida em que a problemática gerada pelas diferenças de gênero construídas socialmente e a prática de crimes, se encontram imersas em questões pouco exploradas pela ciência, e que se fundam nas relações de poder entre homens e mulheres, no controlo e mercantilização da sexualidade feminina, e nas fontes informais de controlo social que tendem a impor um maior ajustamento feminino aos parâmetros de conformidade.

No plano do desenvolvimento da criminologia feminista existe uma necessidade de se proceder a um investimento epistemológico *empiricista* entre a articulação da figura da mulher e o fenómeno do crime, assim como com os processos de controlo e os sistemas de justiça, de modo a compensar, ora a ausência, ora o posicionamento periférico da mulher nos estudos convencionais, explorando os fenómenos e as problemáticas a partir da aplicação do *ponto de vista feminino*, colocando a experiência das mulheres no centro do conhecimento, desconstruindo e

reconstruindo para tal, conceitos e significados que estão na base da relação desigual entre o homem e a mulher (Heidensohn e Gelsthorpe, 2007).

A influência do movimento feminista na criminologia feminista, impõe-se fundamentalmente na forma como o objecto de estudo deve ser olhado, através de uma nova ordem epistemológica que rompa com os pontos de partida das perspectivas convencionais. Nesse sentido, a necessidade de produzir conhecimento imparcial e isento sobre a relação entre as várias categorias de género e o crime, levantaram algumas questões acerca do caminho epistemológico a seguir. Daly (2002) refere que na história da criminologia feminista surgiram várias propostas de resolução da questão; um certo *empiricismo* feminista propunha, mais do que assentar o conhecimento em teorias, importaria corrigir as metodologias de abordagem aos fenómenos, eliminando a influência do sexismo e do androcêntrismo no processo de observação dos fenómenos; um certo feminismo centrado no *ponto de vista feminino* questionava se a produção de conhecimento a partir da posição subjugada da mulher produziria um conhecimento menos enviesado e perverso que o centrado a partir do posicionamento dominante masculino; de outro modo, um feminismo mais *pós-modernista* advogava que a produção de conhecimento seria possível a partir de um sistema de desconstrução de estereótipos e do processo de poder, utilizando para tal a razão.

Heidensohn e Gelsthorpe (2007), referem que as questões inicialmente equacionadas foram em certa medida ultrapassadas, na medida em que fundamentalmente o objectivo seria romper o essencialismo androcêntrico dominante no campo científico. Desse modo, a criminologia feminista teria que adoptar uma perspectiva que produzisse conhecimento de modo a isentá-la da influência do pensamento hegemónico sobre os processos e as relações sociais. Desenvolveram-se novas metodologias de abordagem às questões equacionadas pela relação entre género e crime, e em particular entre mulher e crime, dando ênfase ao conceito de género, não como uma variável estatística, mas como um conceito que resulta fundamentalmente de processos construídos no plano da organização social.

A partir do conceito de género procurou-se compreender o envolvimento no crime aplicando metodologias e técnicas de recolha de informação decorrentes de estudos de caso, da observação participante, da entrevista, etc. (Daly e Chesney-Lind, 2002; Heidensohn e Gelsthorpe, 2007). O foco analítico desloca-se para a experiência

da mulher, permitindo que fale de si mesma, na primeira pessoa. Para tal, no plano metodológico, privilegiam-se as metodologias qualitativas em detrimento das quantitativas, de modo a criticar e a reformar o conhecimento fundado numa postura positivista e androcêntrica. As mulheres ao falarem sobre si mesmas, rompem com o discurso masculino sobre o que seria a suposta condição feminina (Heidensohn e Gelsthorpe, 2007).

Desse modo, a influência do movimento feminista na produção de conhecimento sobre as questões articuladas entre a delinquência e o sexo dos autores dos crimes, na opinião de Heidensohn e Gelsthorpe (2007), terá suscitado o desenvolvimento de uma ontologia e epistemologia feminista. A partir do enfoque feminista estabeleceu-se, no plano científico, uma nova perspectiva sobre a ordem e a natureza do mundo, validada e reconhecida como conhecimento adequado ao esclarecimento das problemáticas em torno da relação entre género e crime.

A mais-valia das abordagens interpretativas a partir do *ponto de vista da mulher*, assenta no facto de que através desse olhar centralizado no processo histórico de subjugação da mulher, se torna possível a desconstrução da perspectiva naturalizada da natureza feminina e do processo de dominação. Todavia, tal como refere Cain (1990, cit. in Heidensohn e Gelsthorpe, 2007), como todo o processo de conhecimento, tal metodologia, tendo como referência a categoria de género feminino, não deverá excluir completamente o homem do campo das suas pesquisas, sob pena de se reduzir a um essencialismo deslocado do plano da factualidade. O risco da produção de conhecimento estritamente através do *ponto de vista das mulheres* poderá resultar no eventual enviesamento interpretativo dos fenómenos a partir exclusivamente do posicionamento subjugado da mulher, tornando-se mais um manifesto político que um exercício de produção de conhecimento fundado nas premissas da ciência.

2.5 Delinquência e acção social: o masculino e o feminino no final do século XX

O processo de transmissão dos estereótipos associados ao género, efectiva-se fundamentalmente através da educação informal, nos momentos mais comuns do quotidiano. A identidade do que se subentende e reconhece socialmente enquanto

masculino e feminino decorre de uma ordem que se inicia muito cedo no processo de socialização do indivíduo. Plínio Júnior (2006), refere que tanto a masculinidade como a feminilidade são identidades de género construídas a partir da infância, e por isso construídas socialmente, relacionais e mutáveis ao longo da história. Todavia, conforme temos vindo a demonstrar, durante um longo período da história, a compreensão da identidade do homem e da mulher têm estado emersas em estereótipos fundados em supostos determinismos biopsicológicos. Conforme sublinha Beauvoir (1949) e Agacinski (1999), mesmo em contexto de produção científica, o homem tem sido perspectivado como sendo o elemento activo, e a mulher como o elemento fundamentalmente passivo.

Enquanto ao homem, como identidade masculina, se encontram frequentemente associadas características relacionadas com a heterossexualidade, a força, resistência e dureza físicas, a independência, a auto-suficiência, a competição na esfera pública e a negação de necessidades afectivas, à mulher, como identidade feminina, encontram-se-lhe associadas características que a remetem para a esfera de uma feminilidade estreitamente ligada à sexualidade, às emoções, à função materna, aos papéis de esposa e de mãe, ao desempenho de funções na organização do espaço doméstico e na educação das crianças (Júnior, 2006). A instabilidade emocional, enquanto característica da mulher, tende a ser justificada pelo funcionamento hormonal do seu corpo, a qual deverá decorrer do normal funcionamento dos seus ciclos menstruais. Mesmo a eventual agressividade, característica eminentemente masculina, quando manifestada pela mulher, é justificada como sendo típica da sua função reprodutiva e de protecção maternal (Amâncio, 1994).

As consequências da desigualdade entre o homem e a mulher não se restringem à construção da identidade, repercutem-se em todos os domínios da existência humana, do plano económico ao político, relegando a mulher para um estatuto e uma condição de menoridade, ficando excluída da participação em múltiplos domínios da vida social. Para além da imagem estereotipada acerca da identidade de género, o domínio da ideologia androcêntrica sobre a organização da vida em sociedade, em particular o controlo exercido sobre os papéis que se convencionaram como adequados à natureza da mulher, reduziram-lhe as oportunidades de se expressar livremente no espaço público, local por excelência onde a maior parte dos crimes são perpetrados.

Excluídas da dimensão económica, decorrente do estereótipo urdido pelo patriarcado e denunciado pelo *feminismo*, as mulheres tendem a ser remetidas para uma espécie de domesticidade natural, na qual as tarefas que executam no contexto do espaço reservado à vida em família tendem a não serem reconhecidas enquanto trabalho – tal constitui, segundo o movimento feminista, uma dupla exclusão¹ e um reforço do poder do patriarcado sobre o estatuto da mulher. Quando trabalham fora do contexto familiar, o seu trabalho tende a ser menos valorizado, obtendo por isso retribuições inferiores aos dos seus pares masculinos, acumulando uma dupla jornada de trabalho, constituída pelas tarefas domésticas que no contexto da família ainda têm que executar².

Essas, entre muitas outras, são as condições sobre as quais a acção contestatária do movimento feminista procura quebrar o pensamento androcêntrico sobre o qual a sociedade se encontra organizada. Os movimentos feministas reforçados a partir da década de 60 fracturam ao longo do último quartel do século XX o estado de dominação masculina sobre a concepção das relações de género. O estado de domesticidade feminina estilhaça-se. Subitamente, em poucos anos – mas como consequência do labor de muitas décadas de desgaste do sistema androcêntrico, e de profundas alterações na configuração da sociedade moderna – a crescente escolarização e a contínua inserção feminina no mercado de trabalho rompem a esfera privada a que estavam confinadas, abrindo-se-lhes a possibilidade de participarem de forma generalizada nos vários sectores da vida social.

No âmbito das explicações sobre a relação entre género e crime, cada vez mais as questões equacionadas irão assentar fundamentalmente em três linhas de estudo que procurarão proceder à relação explicativa entre género e crime (Smart, 1976; Cario, 1987): a análise do processo de socialização diferenciado entre homens e mulheres – identidades, papéis e estatuto – nos espaços público e privado; o estudo da estrutura de oportunidade ilegítimas – fechamento social; e a análise do processo diferenciado de reacção social.

¹ Representado pelo efeito da associação entre bloqueio de oportunidades no mercado de trabalho, e o não reconhecimento das tarefas domésticas enquanto tal, recusando a integração desse na esfera da economia do trabalho.

² O rompimento de tal ciclo tem sido parcialmente conseguido nos estratos sociais mais elevados, com melhores recursos económicos, através de contrato de trabalho estabelecido com terceira pessoa a qual passa a assegurar a execução das tarefas domésticas.

O processo de socialização diferenciado

Logo que se verifica o nascimento biológico inicia-se o processo de socialização, e como tal, a construção da identidade do indivíduo, associada a estereótipos de género. Tal encontra-se reflectido, entre múltiplas práticas e representações manifestas no quotidiano, na tomada de decisões mais pueris e aparentemente inócuas, ou desprovidas de carga simbólica discriminatória, seja na escolha da cor das roupas da criança (rosa se for do sexo feminino, azul se for do sexo masculino), ou no tipo de brinquedos que lhe são oferecidos, ou do tipo de brincadeiras permitidas, que mais tarde se repercutirão no inculcar do modo como o indivíduo, em função do sexo, se deverá comportar.

No decurso do processo de socialização, a identidade do indivíduo, referida inicialmente pela distinção biológica operada pelos órgãos genitais, transforma-se com a distribuição desigual do poder político e económico, em diferença de género. A identidade do indivíduo, reconhecida pelos outros enquanto homem ou mulher, exercerá uma influência crucial no desenvolvimento dos processos de negociação que o sujeito terá que enfrentar ao longo das mais variadas situações da sua vida. A representação social da mulher, primeiro enquanto filha, depois esposa, e só após esse estado, como mãe, despoletaram sobre a sua condição de actor social, um processo de fechamento social, que paulatinamente a confinou ao espaço privado da família, onde deve desenvolver funções domésticas, de modo a manter a família e a educar os filhos. Efectivamente, é o condicionamento da mulher ao espaço privado, ao recato na família, sem que pudesse se projectar no espaço público, que gera o estado de invisibilidade social feminina (Cario, 1987), e por consequência o empobrecimento e a menoridade social. É remetida a esse estatuto, e mergulhada no exercício desses papéis, que a mulher obterá a sua valorização social, através do preenchimento dos estereótipos reservados à sua condição de género.

Estando idealmente destinada aos papéis de esposa e de mãe, o processo de socialização do género feminino é efectuado sob um maior escrutínio sobre o seu comportamento, sendo-lhe incutido os modos de comportamento convencionalmente adequados aos futuros desempenhos de mulher. Desse modo, as raparigas por oposição aos rapazes são mais fortemente desincentivadas a desenvolverem qualquer

desejo ou motivação para o risco, o qual poderá estar ligado ao potencial da delinquência. Karen Heimer (1995), refere que tanto o masculino como o feminino, no decurso do processo de socialização, são perspectivados como entidades diferentes por natureza, às quais corresponderão obrigações e motivações distintas. Tal distinção, decorrente da divisão sexual dos papéis sociais, repercutir-se-á inevitavelmente na manifestação do comportamento delinquente.

As diferenças de identidade, de estatuto e papéis sociais vincadas nas categorias de género, expectáveis no decurso do processo de socialização, condicionarão ao longo de toda a vida o comportamento do indivíduo, assim como a forma como procederá à avaliação dos outros e das situações em que se envolverá. A mulher surge como a entidade de género mais fragilizada, porque desprovida dos recursos económicos e políticos, e da valorização social *naturalmente* atribuída ao homem. A mulher, nos processos sociais, surge frequentemente numa relação de dependência face ao homem, à autoridade e ao poder que socialmente lhe são reconhecidos como constitutivos da sua suposta natureza. Desse modo, no que se refere à delinquência, a mulher tende a surgir mais como alguém que detém experiência de vitimação, do que de ofensora.

A carga simbólica da imagem de vítima feminina encontra-se reforçada pelas estatísticas oficiais sobre a criminalidade. Embora não constituindo a maior parcela das vítimas, os dados identificam a mulher como sendo, por relação ao homem, a principal vítima de crimes que atentam contra a liberdade e a autodeterminação sexual, assim como de outros tipos cometidos em contexto doméstico, que põem em risco a sua integridade física e psicológica, assim como a de incapazes ou dependentes – como são em regra os menores de idade. Daly e Chesney-Lind (2002), referem que o processo de vitimização ocupa uma grande parte da agenda do interesse feminista sobre a relação entre género e crime, procurando explorar as problemáticas geradas pela agressão física e sexual masculina, mediante a denúncia do abuso físico e sexual de crianças e mulheres, seja através da indústria da pornografia estreitamente associada à violência sexual, seja através da prática da prostituição e suas ligações à pornografia.

A figura masculina, adulta, surge neste contexto como sendo o principal agente do processo de vitimação da mulher. Na sequência dos trabalhos de Daly e Chesney-Lind (2002), estas autoras referem que as explicações que as correntes

feministas apresentam sobre as causas da dominação masculina, e consequentemente da subjugação feminina, tendem a partir de premissas de tipo bem diferenciado. O *feminismo radical* associa o comportamento ofensor masculino a uma suposta natureza de rapina, violenta, orientada para o controlo da mulher, a qual teria a sua origem na estrutura do patriarcado, que se traduziria no domínio masculino sobre a existência da mulher. Esta perspectiva procurará, de algum modo, estabelecer uma relação de causa e efeito entre o processo de dominação masculino e um certo determinismo biológico do comportamento manifestado pelos homens. O *feminismo marxista ou socialista*, em detrimento do *biologismo radical*, tende a estribar a explicação sobre o processo de dominação como sendo um produto da história e da cultura, relacionando-o com outros sistemas de dominação existentes na sociedade, geradores de desigualdade e discriminação, como são o classismo, o racismo e o imperialismo. Finalmente, o *feminismo liberal* tende a associar a natureza violenta do homem ao processo de desenvolvimento do patriarcado, sublinhando que por se tratar de factores de ordem sociocultural, resultantes de um construtivismo social, os mesmos são passíveis de serem alterados, com a consequente repercussão no comportamento masculino. Conforme se pode depreender do pensamento feminista, no plano da elaboração de explicações acerca da violência do homem sobre a mulher, encontram-se perspectivas que buscam a sua origem, ora na aparente inevitabilidade da natureza do homem, ora decorrente de um longo processo de dominação construído socialmente, no qual a violência se revela como um instrumento primário de subjugação, e por isso susceptível de reversão ou de alteração dos seus padrões.

Decorrente da imagem estereotipada da mulher vítima, enquanto entidade mais fraca e desprovida de recursos, surge a ideia de mulher ofensora, na qual o próprio processo de vitimação se constituiria no mecanismo despoletador da agressão. Tal tem sido demonstrado essencialmente no âmbito do abuso e da violência cometida no espaço doméstico. Efectivamente, a maioria das mulheres que cumprem penas de prisão por crimes cometidos no contexto doméstico, foram previamente vítimas de abuso (Henning, Jones e al., 2003; Swan e Snow, 2002, cit. in Matos, 2008). A delinquência praticada pela mulher, neste contexto, surge invariavelmente como uma forma de quebrar o ciclo privado do processo de vitimação. Os crimes contra vida, em particular o homicídio contra o cônjuge abusador, constituem o exemplo mais clássico

da inversão do ciclo, do estatuto de vítima ao estatuto de ofensor, como forma de libertação de uma situação opressiva.

A balança que sustenta a relação entre o masculino e o feminino, foi construída tendo como referência uma configuração de sociedade em que no decurso do seu desenvolvimento, o homem assumiu o controlo das esferas política e económica, domínios onde maioritariamente se arquitecta o modelo da estrutura social e, por consequência, onde são urdidas a estrutura de valores, e o quadro conceptual onde toda a realidade social encaixará. A prática reiterada de determinado estado de coisas tende a *naturalizar* a sua ordem, e certo questionamento a produzir teses que reforçam a vitalidade da sua origem. O estatuto e o lugar que tanto o masculino, como o feminino detêm e ocupam na sociedade, tornam-se assim decorrentes da ordem *natural* da vida em sociedade. O *natural* emerge, no contexto das construções sociais, de práticas culturais reiteradas, aceites e pouco questionadas, que aos poucos se transformam em crenças, em estereótipos, referenciais sempre presentes na consciência do indivíduo, os quais tendem a exercer uma influência significativa no modo como o indivíduo equaciona as situações e toma as suas decisões. O masculino e o feminino emergem da sustentabilidade da balança social de forma desigual. O homem, enquanto agente livre, autónomo e independente, expressa a sua existência *naturalmente* no espaço público, esfera onde o indivíduo enquanto actor eminentemente social se realiza; a mulher, enquanto agente condicionado à sua constituição biológica e sexual, encontra-se estreitamente ligada à reprodução e à manutenção da família, a sua expressividade social deverá concretizar-se na materialização dessas funções, expressando-se enquanto esposa e mãe eminentemente no espaço doméstico.

Face aos destinos *naturalizados* do masculino e do feminino, a transgressão tende a ser perspectivada como mais desviante para a mulher que para o homem. O homem, enquanto entidade livre e autónoma, ao quebrar a normatividade fá-lo sem que para tal ponha em causa a estrutura da ordem sobre a qual assenta a construção da sua identidade social; a mulher, ao transgredir a normatividade, viola não só o valor jurídico – a norma social, como põe em causa o seu papel de género – o papel social. Torna-se assim duplamente desviante, desafiando não só o edifício jurídico, como a base cultural sobre a qual assenta toda a ordem social, sendo também desse modo, duplamente penalizada, simultaneamente pelas instâncias formais de controlo social, e

pela rede de relacionamentos informais que tendem na maioria das vezes a assentar a compreensão do comportamento convencional e normal do homem e da mulher com base nos estereótipos tradicionais e conservadores de género.

Desse modo, face ao processo de socialização diferenciado, os indivíduos em função da categoria de género de pertença tendem a manifestar um envolvimento no crime de forma distinta, não só no que respeita ao grau de participação, como nos tipos de crimes cometidos. O maior controlo sobre o comportamento feminino, a transmissão de formas de estar mais ligadas à passividade e ao conformismo, por contraposição a uma menor supervisão exercida sobre o comportamento masculino, ao incentivo a uma maior liberdade de acção e a alguma agressividade, repercutir-se-ão ao longo das diversas fases da vida dos indivíduos, através da baixa participação feminina no crime, com reduzida expressividade através do recurso à violência, e de uma maior participação masculina na esmagadora maioria dos tipos de crimes, recorrendo com mais frequência ao uso de meios violentos para o cometimento de alguns tipos de ilícitos.

A estrutura de oportunidades ilegítimas

Decorrente do processo de socialização diferenciado, o espectro de participação do homem e da mulher na vida social tendem a revelar uma clara assimetria. A maior supervisão sobre o comportamento da mulher, assim como o condicionamento ou a interdição de acesso a determinados meios, repercutem-se na impossibilidade das mulheres poderem participar no crime do mesmo modo que os homens revelam. A capacidade de cometer crimes está intimamente relacionada com factores relativos ao ciclo desenvolvimental e de formação do indivíduo, ao controlo social exercido sobre a liberdade de se manifestar e de participar na vida social, e por isso na identidade, no estatuto e nos papéis que desempenha numa determinada sociedade. A este respeito Karen Heimer (1995) refere que a desigualdade de género por relação ao crime reflecte a forma como os indivíduos se auto-identificam, como definem e avaliam as situações, as suas próprias acções e as dos outros. Agem tendo como referência o posicionamento que ocupam na estrutura social, a amplitude da sua expressividade, e as oportunidades legítimas e ilegítimas ao seu dispor face ao desejo de alcançarem objectivos valorizados socioculturalmente.

O estatuto e os papéis sociais desempenhados pelo género feminino, têm colocado as mulheres numa posição de inferioridade e de menoridade social face ao género masculino. A marginalização da figura da mulher nas dimensões económica e política da vida social, suscitaram para muitas delas o mergulhar na dependência emocional e material sob a autoridade do homem. A valorização da vida confinada ao espaço doméstico, constituía o perpetuar do estado de menoridade da mulher, e a reprodução de um *status quo* favorável à dominação masculina que viria a ser questionado pelos movimentos contestatários em prol dos direitos cívicos das mulheres. A crescente escolarização e inserção das mulheres no mercado de trabalho, ocorrida fundamentalmente nas décadas de 60 e 70 do século XX, abalariam o sistema sobre o qual se fundava a família tradicional – o patriarcado. A progressiva emancipação feminina, concomitantemente com o aumento da participação da mulher em vários sectores da vida pública, produz as primeiras brechas no estado de marginalização económica e social das mulheres. O leque de oportunidades alarga-se e ao aumento do número de oportunidades legítimas, juntam-se outras de natureza menos lícita.

Na década de 70 surgem argumentos a referir que a criminalidade feminina estaria a crescer mais rapidamente que a criminalidade masculina. Desenvolvem-se algumas teses, protagonizadas pelos estudos desenvolvidos por Freda Adler e Rita Simon, que estabelecem a suposta ligação de causa e efeito entre o processo de emancipação da mulher e o registo de uma maior participação feminina no crime. Na opinião destas autoras o processo de libertação da mulher e de igualdade de direitos entre sexos, constituir-se-ia no elemento central no aumento da criminalidade feminina.

Freda Adler (1975) refere que com o processo de emancipação as mulheres estariam a alterar os seus padrões de criminalidade, para um estilo mais masculino, mais agressivo e violento, e tal estaria ligado ao moderno movimento feminino – estabelecendo desse modo a relação de que ao processo de libertação estaria subjacente um aumento da participação no crime. A progressiva emancipação da mulher estaria a conduzi-la a áreas de experiência eminentemente masculinas, abrindo-se-lhes desse modo um leque variável de oportunidades para participar na delinquência tipicamente masculina, em particular a criminalidade violenta.

A uma maior participação da mulher na criminalidade violenta como consequência do processo de emancipação da mulher, Rita Simon (1975) contrapõe com a assunção de que esse tipo de criminalidade tenderá a diminuir assim que a mulher atinja efectivamente um leque de oportunidades similares à do homem. Quando tal conquista sucedesse o cometimento de crimes por parte das mulheres com recurso à violência tenderia a diminuir de forma simétrica ao relativo aumento da participação na criminalidade contra o património. Sublinha que a menor participação feminina no crime ao longo da história se deveu essencialmente aos papéis sociais (confinados ao espaço e às tarefas domésticas) e à discriminação de que as mulheres foram alvo, as quais lhes limitavam o acesso a novas oportunidades – quer legítimas, quer ilegítimas – sendo que, com a crescente penetração da mulher em níveis superiores do mercado de trabalho, tenderá a verificar-se inclusivamente um maior envolvimento da mulher em crimes de natureza económica.

A hipótese de que a criminalidade feminina estaria a crescer, inclusivamente mais rapidamente que a perpetrada pelo género masculino, ligando-a às conquistas de direitos e de maior participação da mulher na esfera pública, suscitou críticas por parte dos movimentos feministas. Para estes, o estabelecimento da relação de causa e efeito entre o processo de emancipação e os efeitos negativos do crime, constituía um claro problema na medida em que suscitava a negação da real situação política e económica da mulher, como ressuscitaria velhos estereótipos acerca da natureza e do destino da mulher.

A relação de causa e efeito entre o aumento da variação da participação feminina no crime e o processo de emancipação da mulher face à autoridade do homem, constituía na óptica dos movimentos feministas, negligenciar a evidência de que, embora as mulheres tenham obtido ganhos políticos e sociais, o estatuto e a estrutura de oportunidades legítimas da mulher ainda estavam aquém do universo masculino. A eventual maior evolução da participação feminina no crime dever-se-ia à discriminação ainda existente entre o homem e a mulher, em particular na esfera do trabalho e da compensação remuneratória, na qual a mulher, embora tendo rompido a marginalização económica, ainda era objecto de discriminação. Efectivamente, a trabalho igual desenvolvido por ambos os sexos não correspondia a atribuição de salário equitativo. Em função de tal quadro, algumas mulheres em dificuldades económicas, tenderiam a recorrer à prática de determinados ilícitos de modo a

garantirem a sua própria sobrevivência, assim como a do agregado familiar que integravam.

Na opinião de Heidensohn (1994) as teses desenvolvidas por Freda Adler e Rita Simon não correspondem à efectiva evolução da criminalidade na medida em que não são suportadas pela evidência demonstrada pelas tendências estatísticas. A este respeito Carol Smart (1976) sublinha que se procedermos à análise das estatísticas referentes à evolução da participação no crime em função do género, verificamos que o crescimento da criminalidade feminina é anterior ao advento do moderno movimento pelos direitos da mulher. Desse modo, o argumento de que o crescimento da criminalidade feminina estaria associado ao processo de emancipação da mulher será no mínimo discutível, na medida em que na sua opinião a variação crescente, superior à masculina, deveu-se fundamentalmente a alterações no âmbito da política de segurança e nos processos de registo das situações detectadas pelas autoridades. Quer o eventual aumento da participação no crime, quer o aumento da população prisional feminina, por relação à masculina, dever-se-á menos à alteração do comportamento das mulheres, e mais a alterações ocorridas no sistema de controlo social. Por outro lado, no plano da análise, refere que a leitura da variação de determinado fenómeno, com base na referência percentual, deverá ter em conta o plano real de onde o fenómeno decorre; efectivamente, a participação criminal feminina, por relação à masculina, era tão baixa que qualquer evolução de 2 casos para 4, poderá ser lido em termos percentuais como tendo ocorrido uma variação positiva na ordem dos 100%.

Na opinião de Smart (1976) a influência da emancipação feminina sobre o género revela-se bastante complexa, pois tende a afectar a esfera material e a consciência, não só daqueles que engajam nesse processo, como os homens que vêm os seus estilos de vida e a sua consciência sobre o género alterada, mesmo daqueles que rejeitam os princípios que subjazem à autonomia e à liberdade das mulheres. Os movimentos sociais pelos direitos da mulher, constituem assim a expressão de um processo histórico, político, económico e social de reacção à diferença e à discriminação. A emancipação não significa liberdade para se poder ser como os homens, mas sim resistência aos papéis estereotipados e aos limites da capacidade e competência definidos em função do sexo. Desse modo, o processo de emancipação das mulheres constitui-se num verdadeiro processo social global que produz efeitos

bem reais ao nível da consciência do indivíduo, e ao nível da organização da estrutura da própria sociedade.

O processo diferenciado de reacção social

Resultante das ideias desenvolvidas pelo positivismo do século XIX, até ao último quartel do século XX, vigorou a crença de que o tratamento aplicado pelo sistema de justiça ao transgressor tenderia a ser diferenciado em função do sexo do seu autor. Tal assunção fundava-se na ideia estereotipada e androcêntrica de que a mulher se constituiria num actor social que necessitaria mais de protecção que propriamente de punição. Tal premissa, na óptica dos movimentos feministas, só aparentemente poderá ser compreendida como indulgente.

Na perspectiva feminista essa posição oculta um duplo processo de menoridade do estatuto e da condição da mulher; através da aplicação de medidas paternalistas, de suposta protecção e resguardo, o sistema de justiça fortemente representado pelo sexo masculino e dominado por estereótipos sexistas, ao evitar que a mulher fosse objecto de uma punição condicente com o acto ilícito, recondu-la aos seus papéis *naturais* (tradicionais), interpretando o seu comportamento como resultante da fragilidade da sua natureza, aplicando-lhe formas menos formais de vigilância e punição – mediante o acompanhamento psicológico ou mesmo o internamento em instituições de tratamento psiquiátrico.

Nas últimas décadas do século XX a tónica centra-se na mudança de atitude das instituições formais de controlo. A partir da segunda metade do século, a associação entre a indulgência suscitada pelos valores cavalheirescos do sistema e dos processos formais de avaliação do comportamento desviante feminino, ambos dominados pelo patriarcado enquanto prática reiterada do sistema de justiça ao longo do século, tendem a ser postos em causa, havendo posições que assumem que não obstante tal constituísse uma prática do sistema, no final do século XX tal atitude dos operadores do sistema de aplicação da justiça tende a alterar-se (Mannheim, 1965, cit. in Heidensohn, 1994).

A representação de que as mulheres perante a lei seriam tratadas de forma desigual face ao homem – tendo como base uma suposta discriminação positiva –

fundando-se tais práticas em premissas de ordem cultural, resultante da postura protectora do homem face à representação estereotipada de fragilidade da mulher, é parcialmente contradita por Dorie Klein (1995), a qual sustenta que o suposto espírito cavalheiresco do sistema não era aplicado de forma indistinta a qualquer mulher. Esta autora sustenta que a indulgência e o cavalheirismo, enquanto conceito classista e racista e, como tal, discriminatório do sistema de justiça, apenas era aplicado às mulheres cuja identidade social fosse percebida como conforme ao conceito dominante de feminilidade, e como tal de subordinação à ordem masculina.

A este respeito, também Kathleen Daly (1989a, 1994b, cit. in Heidensohn e Gelsthorpe, 2007) refere que no final do século XX a postura de complacência das autoridades face ao comportamento criminal das mulheres se alterou. O paternalismo judicial, desloca-se da mulher para os elementos que dependem dela, nomeadamente os filhos. Efectivamente, estando em causa o mesmo tipo de crime, a justiça por relação ao género tende a ser aplicada cada vez mais de forma equitativa. Neste âmbito, Heidensohn (1994) refere que estudos mais recentes apontam para um quadro mais complexo, no qual, na avaliação da conduta delincente, o género constitui apenas um elemento que poderá influenciar as decisões das autoridades; desse modo, a influência do género terá que ser articulada com outros factores, como são a faixa etária, a gravidade do delito e a eventual existência de reincidência.

As alterações produzidas pelo processo de emancipação da mulher e consequente conquista de direitos na organização do sistema social, suscitou concomitantemente uma mudança da postura das instituições formais de controlo face a uma maior presença e visibilidade da mulher nos vários domínios que compõem o espaço público. Conforme referem Snider (2003, cit. in Heidensohn e Gelsthorpe, 2007) e Steffensmeier, Schwartz, Zhong, Ackerman, e Agha (2005, 2006 cit. in Heidensohn e Gelsthorpe, 2007) os registos que apontam para o aumento da criminalidade feminina devem-se, mais do que ao aumento efectivo da participação feminina no crime, fundamentalmente a mudanças de políticas e de práticas das instituições de controlo por relação ao comportamento das mulheres.

2.6 A representação dos delitos no início do século XXI

Se tomarmos em consideração as estatísticas oficiais sobre o número de indivíduos condenados no ano de 2003 em Portugal, verificamos que a taxa de feminilidade atinge no início do século XXI uma das percentagens mais baixas desde que se conhece e produz estatísticas sobre o crime por relação ao sexo dos seus autores.

Do total de 70.167 indivíduos condenados pelos tribunais portugueses, apenas 8,5% dos indivíduos pertenciam ao género feminino. Não nos podemos esquecer que a taxa de feminilidade no início do século XX se situava em cerca de 20%. Tal facto quererá dizer que as mulheres tendem a cometer menos crimes e os homens a envolverem-se cada vez mais no comportamento delinquente?

Quadro 2.4 Arguidos condenados no ano de 2003, por 100.000/hab., sexo e crime

GRUPOS DE CRIMES	TIPOS DE CRIMES	MASCULINO			FEMININO		
		N	%	100.000/hab.	N	%	100.000/hab.
Crimes contra as pessoas	<i>Contra a vida</i>	711	1,1	14	73	1,2	1
	<i>Contra a vida intra-uterina</i>						
	<i>Contra a integridade física</i>	5.114	8,0	101	887	14,9	16
	<i>Contra a liberdade das pessoas</i>	817	1,3	16	128	2,2	2
	<i>Contra a honra</i>	1.084	1,7	21	417	7,0	8
	<i>Contra a reserva da vida privada</i>	189	0,3	4	23	0,4	[0,4]
	<i>Crimes sexuais</i>	283	0,4	6	17	0,3	[0,3]
Contra o património	<i>Contra a propriedade</i>	7.504	11,7	148	626	10,5	12
	<i>Contra o património em geral</i>	858	1,3	17	162	2,7	3
	<i>Contra direitos patrimoniais</i>	374	0,6	7	27	0,5	[0,5]
Contra a vida em sociedade	<i>Crimes de falsificação</i>	1.457	2,3	29	300	5,0	6
	<i>Outros contra a vida em sociedade</i>	18.663	29,1	368	542	9,1	10
Contra o Estado	<i>Crimes contra o Estado</i>	5.151	8,0	102	446	7,5	8
	Emissão de cheque sem provisão	1.843	2,9	36	843	14,2	16
	Tráfico de droga e outros directamente associados	2.104	3,3	42	264	4,4	5
	Outros crimes	18.063	28,1	357	1.197	20,1	22
	TOTAIS	64.215	100,0	1.267	5.952	100,0	110
	TOTAL			70.167			

Fonte: INE

NOTA: Para o ano de 2003 foi utilizada para efeitos de cálculo do número de condenados/100.000hab a população residente a meio do referido ano.

Parece-nos que aventar tal hipótese explicativa, tendo como referencia o número de condenados no início dos séculos XX e XXI, poderá ser precipitada. Tais registos terão que ser lidos tendo em conta outras dimensões, mesmo de natureza

quantitativa, do problema. Efectivamente o número de condenados aumentou, contudo se atendermos aos dados dos quadros 2 (referentes ao ano de 1903) e 4 (referentes ao ano de 2003) verificamos que tal tendência ascendente é manifesta por ambas as categorias de género. Todavia, se atendermos à evolução do fenómeno por relação ao número de habitantes, verificamos que, enquanto a manifestação delinquêncial masculina nos anos de 1903 e 2003, evoluiu respectivamente de 490 para 1.267 condenados por 100.000 habitantes, a delinquência feminina regista uma tendência relativamente estável de 115 para 110 condenadas por 100.000 habitantes. Constata-se assim que num intervalo temporal de cerca de 100 anos, o nível delinquêncial feminino mantém-se, em termos quantitativos, relativamente estável.

Com a exclusão do grupo de crimes que constituem violação da vida intra-uterina, no qual não se proferiu qualquer sentença condenatória (revelador do modo como a questão da interrupção voluntária da gravidez cometida de forma ilegal é controlada pelo sistema de justiça), ambas as categorias de género revelam expressividade em todos os grupos de crimes, embora de forma diferenciada. Enquanto os homens tendem a destacar-se no cometimento de crimes contra a vida em sociedade (dos quais se destacam os crimes cometidos na estrada – estado de embriaguez) e contra o património (através dos crimes de furto e de roubo), seguidos dos crimes contra o Estado (dos quais se destaca o crime de desobediência) e só depois contra a integridade física, as mulheres destacam-se essencialmente através da prática de crimes que afectam a integridade física, seguida do cometimento de crimes contra a propriedade e o património em geral (mediante a emissão de cheques sem provisão e a prática de furto e de burla simples), contra a vida em sociedade (dos quais se destacam os crimes cometidos na estrada, e também as falsificações de documentos), e os crimes contra a honra e o Estado (através do crime de desobediência).

Não manifestando elevada expressividade quantitativa, seja pela própria natureza do crime (de elevada exposição da intimidade), seja pelos contextos ou pelos agentes (familiares e conhecidos) envolvidos no crime (razões subjacentes às elevadas cifras negras associadas ao grau de denuncia desses tipos de delitos), a grande maioria dos condenados pela prática de crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual pertencem ao sexo masculino, revelando maior expressividade, nos crimes relativos

ao abuso sexual de crianças e menores dependentes, à violação, assim como ao tráfico de pessoas e ao lenocínio.

Quadro 2.5 Comparação do índice de arguidos condenados no ano de 2003, sexo e tipos de por crimes que requerem o recurso à violência e ou à ameaça

CRIMES MAIS VIOLENTOS	Varição (aproximada) do índice M / F de condenações
<i>Homicídio simples e qualificado</i>	10 / 1
<i>Homicídio a pedido da vítima e infanticídio</i>	(apenas registos associados às mulheres)
<i>Homicídio por negligência</i>	9 / 1
<i>Contra a vida intra-uterina</i>	(não existem condenações)
<i>Ofensas à integridade física simples e grave</i>	6 / 1
<i>Violação simples e agravada</i>	(apenas registos associados aos homens)
<i>Abuso sexual de crianças</i>	30 / 1
<i>Roubo ou violência depois da subtração</i>	18 / 1
<i>Resistência/coacção/desobediência</i>	12 / 1

Fonte: INE

No que concerne ao recurso à violência, verifica-se que ao invés das teses do final do século XX, que afirmavam que o comportamento delinquente da mulher tenderia a expressar manifestações cada vez mais associadas ao recurso à violência, tal não nos parece que seja em absoluto corroborado pelos dados. Embora se possa considerar que a diversidade delinquencial feminina possa ter um efeito na diluição da participação feminina na criminalidade violenta, e por isso de reduzida visibilidade, se tomarmos a variação aproximada do índice de mulheres e de homens condenados por crimes violentos em 2003, e tomarmos como referência os dados registados para o ano de 1903, verificamos que a tendência revelada pelos dados aponta para o facto de que ao invés da ideia sobre a qual a criminalidade feminina violenta estaria numa fase ascendente em relação à masculina, o que parece efectivamente estar a ocorrer é o facto da criminalidade violenta masculina apresentar duas tendências evolutivas em justaposição assimétrica; a uma tendência evolutiva decrescente na participação de crimes contra a vida, constata-se concomitantemente uma tendência evolutiva crescente nos crimes contra o património cometidos com recurso à violência, assim como contra a autoridade pública. Ou seja, não é tanto só o comportamento feminino que tende a revelar uma eventual crescente participação no crime violento, ou a ser mais violento, mas essencialmente a participação masculina em determinadas formas

criminais, com recurso à violência, que tendem a afectar valores essencialmente de natureza patrimonial, como é o caso do roubo.

Tomando o tempo e a história como referência, os dados demonstram que a participação masculina no crime tem-se revelado substancialmente superior à participação registada pelo género feminino (note-se a evolução da taxa de feminilidade do ano de 1878 ao ano de 2003 na sociedade portuguesa). No plano das explicações fundadas na ciência, e em particular desenvolvidas pelo pensamento criminológico, a relação entre género e crime manteve-se durante várias décadas imersa nas estruturas conceptuais ideológicas que fundavam a configuração das sociedades europeias, tendo como pano de fundo o que se representava como sendo a identidade, o estatuto e os papéis sociais convencionais, representados como socialmente apropriados, da mulher e do homem.

Carol Smart (1976), refere que a própria linguagem utilizada no quotidiano tende a reflectir a dominação masculina, relegando o feminino para um estado de semi-invisibilidade social no qual a mulher se define por relação ao homem. A influência da linguagem e do pensamento androcêntrico repercutir-se-ão ao longo da história no plano da produção científica. Conforme expõe Smart, mais do que criticarmos a ausência de estudos sobre a relação entre género e crime (e mesmo sobre o desvio), os quais embora em número diminuto existiram, importa avaliar criticamente a qualidade desses empreendimentos científicos.

Conforme defendem alguns autores (Feeley e Little, 1991; e Feeley e Aviram, 2008), a diminuta participação feminina no crime registada no século XX não tem correspondência com a participação feminina revelada no século XVII. Esses autores referem que na sociedade inglesa, durante o século XVII cerca de 45% dos indivíduos levados a julgamento – *Old Bailey* – eram do sexo feminino. Tal percentagem no início do século XX terá descido para os 12%. A questão que se levanta funda-se na clara evidência suscitada pelos números. Os autores estribam as explicações para tal diferença numa alteração dos papéis desempenhados pela mulher na sociedade, assim como num processo de fechamento do sistema patriarcal sobre o desempenho e a participação da mulher na esfera pública. Na Europa, a partir do século XVII assiste-se a uma alteração do sistema de vida fundado numa economia doméstica, e baseada numa divisão sexual do trabalho flexível, para uma economia familiar, e sucessivamente no século XIX para uma economia industrial e capitalista, fundada no

assalariado e no princípio da especialização. Num contexto sempre dominado pelo sistema patriarcal, os papéis desempenhados pela mulher contraem-se nos limites do espaço doméstico.

O ideal burguês sobre o conceito de família atribuía ao homem o estatuto de autoridade sobre os membros da família, assim como a possibilidade de participar no espaço público onde deveria prover o sustento da família, e à mulher o estatuto de esposa e de mãe, desenvolvendo a sua actividade de protectora dos valores da família, e de educação dos filhos no contexto do espaço doméstico. Desenvolve-se concomitantemente um processo de fechamento social sobre a mulher, reduzindo-lhe a estrutura de oportunidades de se expressar e realizar no espaço público. A sujeição da mulher à autoridade do homem encontra-se imersa em valores transformados em virtudes de conveniência que a subordinam a uma menoridade frequentemente justificada em razão da sua suposta natureza. Mais frágil, menos inteligente, estreitamente ligada à esfera das emoções, todo o processo de socialização da mulher encontra-se mais sujeito a controlos formais e informais que o do homem. A justificação, encontramos-la invariavelmente na sexualidade e na capacidade reprodutiva das mulheres. Ao valor da castidade e de fidelidade, opõe-se o adultério e o perigo de uma gravidez fora do matrimónio.

O cometimento de crimes é perspectivado como algo que se encontra eminentemente ligado ao universo masculino. As teorias biopsicológicas positivistas do século XIX acerca da etiologia do comportamento criminal, procuram na constituição da fisiologia do homem delinquente, os traços anómalos que se repercutem na organização da psique, e que o compelem ao crime. O indivíduo que comete crimes, é um homem diferente, objecto de um processo de regressão atávica, identificável através de determinados traços fisionómicos (Lombroso, 1887). Neste âmbito, a mulher que comete crimes tende a ser compreendida também como um ser atávico, com características físicas similares à do homem delinquente. Lombroso e Ferrero (1895) elegem a prostituta como o estereótipo da mulher delinquente. Conforme referimos, no ordenamento jurídico português, a prostituição só seria formalmente proibida em 1963 – e descriminalizada em 1983 – sendo eminentemente objecto de controlo e vigilância por parte das autoridades. A prostituta, no contexto dos valores burgueses na transição para o século XX, representa simultaneamente, a figura que põe em causa os valores castos da família burguesa, assim como aquela

que acalenta secretamente a libido masculina. A mulher que aluga o corpo à satisfação do desejo sexual do homem, mais do que cometer qualquer tipo de crime, transgredir fundamentalmente a ordem sobre a qual se encontra estruturada a ordem androcêntrica do patriarcado. Mais do que a transgressão a uma norma penal, o comportamento da prostituta significa a negação do papel *natural* convencionado para a mulher média na sociedade burguesa e capitalista.

A concepção da ordem do mundo social encontrava-se de tal forma fundada por referência ao masculino, que a própria produção científica não escapou à influência dos estereótipos produzidos no contexto das relações sociais dominadas pelo género masculino. De tal modo, que na maioria dos estudos que se debruçaram sobre a relação entre género e crime, ou apenas sobre a criminalidade cometida por mulheres, a criminalidade expressa pelo género feminino tende a ser perspectivada como qualitativamente diferente da manifestada pelo género masculino. Tal facto constituiu, durante um expressivo período da história do século XX, a tónica da problemática da relação entre género e crime. Efectivamente, até bem recentemente, a criminalidade feminina tem sido abordada a partir de critérios essencialmente bio antropológicos e sociais, ligados a uma ideologia masculinizada, justificados ora pela inferioridade física da mulher, ora pela relação entre anomalias psíquicas e funções sexuais, ora pela subalternidade social da mulher na sua interacção com o meio em que se insere como actor social (Oliveira, 2006). Enquanto a prática de crimes pelo homem se encontra associada a factores como demonstração de virilidade, reconhecimento e excitação, Frances Heidensohn (1994) refere que a perspectiva tradicional sobre a condição de mulher tende a negligenciar o facto de que muitas jovens delinquentes perspectivam o crime como algo de divertido e excitante.

Conforme referimos, as explicações científicas que procuravam articular, embora de forma incipiente, a relação entre género e crime, só no início da segunda metade do século XX romperam os limites explicativos estribados na constituição biológica e na sexualidade da mulher. Efectivamente, conforme refere Raquel Matos (2008), as explicações em torno da criminalidade cometida por mulheres emergiram quase que invariavelmente de premissas biologizadas, sexualizadas, patologizadas e masculinizadas, resultantes do estado de menoridade social a que o estatuto da mulher se encontrava votado. Carol Smart (1976) a respeito do comportamento criminal e da fundamentação em torno das dissemelhanças manifestadas em função do género

sustenta que as diferenças não decorrem de qualquer qualidade natural dos sexos; a distinção entre a participação no crime manifestada por homens e mulheres representa fundamentalmente diferença no plano da cultura. Chesney-Lind (1995) sublinha que nesse sentido as explicações aventadas pela ciência partiam de premissas androcêntricas, dominantes na estrutura social, reproduzindo e validando a sua ordem.

A maior parte dos discursos científicos sobre o comportamento delinquente tenderam ao longo de quase todo o século XX, ora a ignorar, ora a secundarizar de forma estereotipada o sexo feminino. Os discursos e as teorias foram sendo construídas, tendo como referência o universal masculino. No início da década de 60 a eclosão de movimentos contestatários do *status quo* dominante, nos quais incluímos os movimentos feministas, criticaram acerrimamente as teorias gerais sobre o crime, denunciando a inaplicabilidade das suas premissas para explicarem a participação das mulheres no crime. Os movimentos feministas da década de 60 terão uma influência marcante na forma de fazer ciência e de produzir conhecimento, inaugurando uma nova perspectiva teoria e metodológica sobre a abordagem da relação entre gênero e crime, e uma nova corrente no edifício da criminologia – a criminologia feminista.

Na opinião de Eileen Leonard (1995), se efectuarmos uma retrospectiva sobre a história da produção de conhecimento, sobre as explicações que têm sido encetadas sobre a criminalidade feminina, verifica-se que as teorias tradicionais pouco têm contribuído para um efectivo esclarecimento da problemática. Não obstante aventarem explicações sobre o crime e o comportamento delinquente, quando remetidas para a articulação com a questão do gênero, tanto as teorias da anomia, da rotulagem, da associação diferencial, da subcultura, como a marxista, demonstraram que as suas premissas explicativas se revelam de algum modo inadequadas para explicar a delinquência no feminino. Daí que a criminologia feminista, sublinhe que em termos metodológicos a compreensão do comportamento criminal em função do gênero terá que incluir o *ponto de vista das mulheres*.

O dar voz às mulheres, tendo por base uma perspectiva empirista das questões e dos problemas femininos, não significa fundar um conhecimento no qual o homem não tem lugar. Neste âmbito, Carol Smart (1976) rejeita a perspectiva separatista entre sexos, na medida em que, na sua perspectiva, tanto o homem como a mulher agem no mundo social de forma relacional, e não de forma independente e autónoma. Todavia, num contexto social e de produção científica, ainda influenciado por uma forma de

pensar e equacionar os fenómenos a partir de premissas androcêntricas, dar voz às mulheres significa ampliar o espectro do conhecimento, assim como a possibilidade de quebrar estereótipos geradores de obstáculos epistemológicos.

Para se compreender a relação entre género e comportamento criminal, à que compreender de que forma os indivíduos, em função do sexo, são socializados nas mais diversas fases do ciclo de vida, pelas várias instituições sociais – do domínio da família, ao grupo de pares, até à esfera do trabalho; que capital social e cultural, e que competências desenvolveram de modo a acederem a uma eventual estrutura de oportunidades ilegítimas; que identidade e estatuto social – idoneidade e respeitabilidade – lhes são reconhecidos, num eventual contacto com o processo de reacção social.

Todavia, para compreender no contexto da sociedade portuguesa as configurações representacionais da relação entre género e crime, importa que nos debrucemos sobre o processo evolutivo da sociedade, nas suas dimensões política, económica, e sociocultural, em particular no último quartel do século XX, para assim melhor equacionarmos e compreendermos os significados da expressividade das trajectórias delinquentiais de homens e mulheres.

Capítulo 3

Sociedade, género e crime

Compreender a manifestação do comportamento criminal, obriga a que procedamos ao enquadramento dos contextos em que o mesmo se expressa. O objecto do nosso projecto centra-se no estudo de trajectórias criminais manifestadas em função do género, na sociedade portuguesa no período que compreende as últimas décadas do século XX. Tal desiderato implica que procedamos a um breve enquadramento do processo de desenvolvimento da sociedade portuguesa, assim como do estatuto e dos papéis que tanto o homem como a mulher tem desempenhado no seu funcionamento global.

A relevância de tal enquadramento decorre do facto de que tanto o crime como o comportamento delincente não decorrem de uma qualquer esfera isolada da vida quotidiana, mas fundamentalmente do modo como a sociedade se encontra organizada. Tanto o crime, enquanto construção sócio-jurídica, como a conduta delincente, enquanto decisão do indivíduo por relação às oportunidades de que dispõe, decorrem da previa existência de determinada configuração do que se entende por normalidade e normatividade – e constituem em suma, respectivamente, uma previsão dos valores dominantes a proteger pela comunidade e uma resposta transgressiva do indivíduo face ao posicionamento que ocupa na estrutura social, ao capital que acumulou, e fundamentalmente aos valores que incorporou, assim como aos objectivos e à motivação que o movem na tomada da decisão de fracturar a ordem.

A sociedade portuguesa moderna encontra-se marcada por vários factos históricos que condicionaram o seu desenvolvimento. O mais marcante centra-se na Revolução de Abril de 1974. Este facto simboliza a fractura de uma sociedade dominada pelo regime do Estado Novo, isolacionista, autoritário e autocrático, para uma nova senda de desenvolvimento marcada pelo movimento democrático, pela estrutura política eminentemente parlamentar, pela abertura das estruturas da sociedade e das suas instituições à interacção com o mundo.

António Barreto (2000) referindo-se à evolução da sociedade portuguesa nas últimas quatro décadas do século XX, refere que na década de 60 Portugal era

perspectivado como sendo composto por uma sociedade rígida, conservadora, quase imutável, atrasada economicamente, socialmente opressiva, obscurantista, e culturalmente bloqueada. Com a fractura política, económica e social efectuada pelo movimento democrático de 1974, e o reforço da vitalidade desenvolvimental ocorrida em 1986 através da integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, desenvolvem-se várias tendências gerais de evolução, ocorrendo na sociedade portuguesa vários fenómenos: a modernização; a urbanização; o desenvolvimento do capitalismo e da economia de mercado; a ligação crescente às economias globais; o envelhecimento da população; a escolarização da população jovem; e a democratização da política e da sociedade.

Desse modo, desde a década de 60, e em particular com as alterações suscitadas pelos factos ocorridos em 74, iniciaram-se vários processos sociais (Barreto, 2000) que contribuíram decisivamente para a modernização e o desenvolvimento da sociedade³. Subjacentes a esses processos encontram-se factores estruturantes da mudança, constituídos pelo crescimento económico (muito à custa de baixos salários); a emigração; o turismo; a televisão; a guerra em África; a revolução política; a descolonização; a integração europeia; as influências políticas externas; e a laicização da sociedade através das pressões liberais, da permissividade e das aspirações ao consumo.

Em complemento às condições apontadas por António Barreto, outros estudiosos como Maria Rosa e Cláudia Valente (2003), referindo-se aos factores subjacentes à evolução demográfica da população portuguesa durante o século XX, em particular no último quartel do século, sublinham em termos evolutivos a melhoria das condições sanitárias; a maior eficiência dos serviços de saúde; o aumento dos

³ Fundamentalmente marcados pela integração nacional, administrativa, social, económica e territorial; pela integração da população activa; pela gradual eliminação do sub emprego crónico; pela paulatina inversão do fluxo migratório – de país de emigração a território de imigração; através da terciarização da economia e da sociedade; pelo aumento progressivo e quase constante do bem-estar colectivo e individual; mas também pelo aumento das desigualdades sociais; pela universalização do Estado de protecção social; pelo desenvolvimento das classes médias; operando-se uma nova configuração de cidadania; por uma maior formalização jurídica das relações sociais; formando-se uma sociedade de consumo; assim como alguns desequilíbrios. Nas palavras de António Barreto «Tais desequilíbrios são visíveis na organização dos espaços públicos, no ordenamento das cidades, nas estruturas produtivas, nos serviços públicos, nos métodos de trabalho e nos padrões de justiça social (...) é frequente encontrarem-se, por um lado, os regulamentos mais sofisticados do mundo (nomeadamente os adoptados ou importados da União Europeia) e, por outro lado, uma flagrante desorganização, uma ineficiência evidente e uma incapacidade quase permanente em assegurar a aplicação de tão modernas regras e de pôr em prática as inspecções adequadas» (2000, 68-69).

níveis de instrução formal; a universalização do sistema público de segurança social; avanços nas comunicações; melhoria das acessibilidades no território; a maior participação das mulheres no mercado de trabalho; e a descoberta de métodos anticonceptivos eficazes e sua divulgação. Todavia, não obstante a clara evidência do processo de modernização, no plano estrutural a sociedade portuguesa apresenta, na entrada para o século XXI, marcadamente ainda dois factores estruturantes que fragilizam o processo evolutivo de modernização: são apontados por Silva Lopes (2004) como sendo a fraca qualificação da mão-de-obra; e o exagerado crescimento das despesas públicas.

A uma sociedade industrial da década de 60 tardia e parcial (Machado e Costa, 1998) e sem modernização (Ferreira, 2000) sucede no último quartel do século XX uma sociedade dominada por processos de uma modernidade inacabada. Efectivamente, a sociedade portuguesa na segunda metade do século XX foi atravessada por vários processos políticos, sociais e económicos, que geraram uma nova configuração de sociedade com contornos de modernidade, mas com algumas contradições. José Mattoso e José Medeiros Ferreira, referindo-se à evolução da sociedade portuguesa nos primeiros anos após a revolução de Abril de 74, catalogam-na do seguinte modo: «uma república de revolucionários entre 1974-1975, uma república de políticos entre 1976 e 1982, uma república de empresários entre 1982 e 1990 e uma república de financeiros e jornalistas, a partir de então, eis uma síntese literária dos diferentes tipos de predomínio social neste ‘Portugal em transe’.» (1994, p. 277).

Ocorrem vários processos que geram fenómenos de litoralização, urbanização, e desertificação do território, com a concentração de cerca de 80% dos portugueses na faixa litoral do território continental; primeiro através do fluxos emigratório ocorrido nos anos 60, seguido dos fluxos migratórios para as cidades do litoral e a consequente desertificação do interior, pelo que «paralelamente ao processo de litoralização, e em parte sobreposto a ele, verifica-se um crescimento regular da urbanização» (Machado e Costa, 1998:19), com repercussões negativas do investimento publico em estruturas de apoio social, em zonas do interior em que a densidade demográfica se revela diminuta. Tal facto gera assimetrias geográficas que se repercutirão em todos os domínios da modernidade. Os fenómenos de litoralização, urbanização e de desertificação são acompanhados de dinâmicas demográficas, caracterizadas

fundamentalmente pelo envelhecimento da população, decorrente concomitantemente da redução das taxas de fecundidade e de natalidade, do maior apoio na protecção social e em particular na assistência na saúde, com repercussão no aumento da esperança média de vida.

A maior participação no ensino, despoleta a generalização da escolaridade, o adiamento da entrada dos indivíduos na vida activa, assim como um processo de recomposição socioprofissional, com repercussão na diminuição da taxa de analfabetismo, no aumento do número de estudantes nos ensinos secundário e superior, operando-se uma recomposição sexual do público universitário, com destaque para as mulheres (Machado e Costa, 1998); verifica-se um processo de feminização acelerada (em 1960 do total de alunos a concluírem o ensino superior, 25% eram mulheres, em 1999, as mulheres representam 63% do universo) em particular nos graus mais elevados do ensino (Barreto, 2000);

O aumento do capital de qualificações académicas na população em geral repercutir-se-á directamente na recomposição socioprofissional, em particular no aumento do peso representativo das profissões que requerem maior capital académico (Machado e Costa, 1998). No plano da condição perante o trabalho, as mulheres constituem praticamente metade da população activa empregada, sendo ligeiramente maioritárias nos sectores terciário e primário (Barreto, 2000). Todavia, conforme veremos, à tendência de maior escolarização não corresponderá proporcionalmente o crescimento da representatividade feminina em determinados sectores de actividade.

Com o desenvolvimento da indústria, e a necessidade de mão-de-obra, ocorre um processo de feminização da população activa, assim como a terciarização do emprego. Efectivamente, constata-se um aumento exponencial da taxa de actividade feminina; de uma população activa nos anos 60 eminentemente ligada ao sector primário, transitou-se nos anos 90 para um predomínio do sector terciário. «Passou-se de uma sociedade onde, à saída dos anos 50, prevaleciam as actividades ligadas ao sector primário, sobretudo a agricultura, para uma outra que se pode considerar “terciária” na medida em que o sector dos serviços ocupa hoje (década de 90) mais de metade da população activa.» (Machado e Costa, 1998:31) coincidente com o ciclo de desenvolvimento nos principais países europeus.

Ao concomitante declínio acentuado do sector primário e à ascensão geométrica do sector terciário, ocorre uma recomposição da estrutura de classes, com protagonismos sociais contrastantes, em particular no forte crescimento dos grupos associados à direcção empresarial e a profissões qualificadas – devido ao aumento das pequenas e médias empresas, muitas vezes de cariz familiar, e às funções de trabalho executantes, nas quais as mulheres se tornam maioritárias; na direcção de empresas e instituições denota-se uma baixa taxa de feminilidade – facto comprovador de que a associação entre alta taxa de actividade, elevadas qualificações, e detenção de capital económico e prestígio, nem sempre convergem de forma simétrica em função do género. Sem embargo da evidência das diferenças de género, a acção conjugada de factores como o aumento das qualificações escolares e a maior abertura do tecido económico a novas oportunidades no sector terciário, geraram fluxos de mobilidade ascendente e o crescimento de uma nova classe média, protagonizada essencialmente por alguns empresários, profissionais técnicos e de enquadramento, e assalariados com qualificações escolares médias.

De uma forma geral, os novos padrões e tendências de mobilidade social, configuram-se a partir da diminuição da fracção de indivíduos ligados à agricultura, ao crescimento dos profissionais técnicos e de enquadramento e dos empregados executantes. As actividades empresariais e os estudos universitários constituem-se nos canais privilegiados que permitiram movimentos de promoção social. «A existência dessas duas vias é decididamente um dos traços mais marcantes da dinâmica recente da estrutura social portuguesa» (Machado e Costa, 1998:41), na qual as trajetórias ascendentes são claramente superiores às descendentes.

Desse modo, Machado e Costa (1998) caracterizam o estado da sociedade portuguesa na transição para o século XXI como decorrente de um processo de *modernidade inacabada*. Em paralelo com alguns traços de uma modernidade avançada subsiste uma situação paradoxal, perceptível através da manifestação de alguns elementos que a compõem e que a tornam inacabada (em relação aos pares europeus); baixas taxas de natalidade, elevadas taxas de envelhecimento, maior peso das classes sociais urbanas e o aumento da taxa de actividade feminina, são indicadores de um processo avançado de modernidade, em contra-ciclo com o baixo nível de qualificações escolares e profissionais, com ainda uma significativa taxa de analfabetismo e de iliteracia, assim como com o desencontro entre a modernização

empresarial e a requalificação dos recursos humanos (factor gerador de fenómenos de exclusão e de novas formas de pobreza social) revelam a incompletude do processo de modernização.

Quadro 3.1 População residente em Portugal no ano de 2001, por sexo e qualificação académica

(percentagens)			
QUALIFICAÇÃO ACADÉMICA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL M+F
Sem qualificação académica	23,0	29,5	26,4
Com qualificação académica	77,0	70,5	73,6
1.º Ciclo	29,6	26,2	27,8
2.º Ciclo	15,1	12,6	13,8
3.º Ciclo	15,0	12,6	13,8
Ensino Secundário	10,9	11,1	11,0
Ensino Médio	0,7	0,6	0,7
Ensino Superior	5,7	7,3	6,5

Fonte: INE - Censos 2001

Recuperando a referência fulcral dos dois principais eixos que geram processos de promoção e mobilidade social – aquisição de capital escolar e desenvolvimento de competências de trabalho – tendo por base a análise dos dados obtidos a partir dos Censos de 2001, constata-se que no âmbito da obtenção de qualificações académicas, não obstante os homens apresentarem, de uma forma geral, maior percentagem de indivíduos com qualificação académica, nos níveis mais qualificados do ensino as mulheres revelam uma maior representatividade (nomeadamente no ensino secundário e em particular no ensino superior), facto que se tem demonstrado como elemento estrutural no processo de alargamento e consolidação da participação feminina na esfera pública.

A taxa de actividade apresentada pelo sexo feminino constitui-se numa clara manifestação do processo de autonomia, independência e emancipação que atravessou o estatuto social do género feminino.

Quadro 3.2 População residente em Portugal no ano de 2001, por sexo e grupo socioeconómico

(percentagens)

GRUPO SÓCIO ECONÓMICO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL M+F
Empresários e Dirigentes	14,0	8,2	11,4
Profissionais técnicos e de enquadramento	13,9	19,0	16,2
Serviços	18,6	31,7	24,5
Agricultura e Pescas	4,8	2,7	3,9
Operariado	39,0	14,8	28,1
Trabalhadores não qualificados	8,2	20,6	13,8
Outros Activos	1,6	3,0	2,2
% de Activos	55,0	42,0	48,0

Fonte: INE - Censos 2001

A maior participação feminina na vida pública e social é evidente, em todos os domínios da vida quotidiana. Tal facto encontra-se manifesto na representatividade que as mulheres revelam tanto na frequência do ensino, como no envolvimento em actividades laborais.

No que respeita ao grupo sócio-económico de pertença, enquanto os homens revelam maior expressividade nas actividades ligadas à direcção empresarial e institucional, à agricultura e pescas, e ao operariado, as mulheres revelam uma maior representatividade nos grupos associados às profissões técnicas e de enquadramento, aos serviços e ao desempenho de funções não qualificadas. Não obstante a ainda elevada representatividade feminina em grupos sócio-económicos associados a actividades pouco qualificadas, António Barreto (2000) sublinha que ao nível da integração da mulher em determinados sectores de actividade mais qualificadas se verifica um aumento da participação feminina na administração pública, nas áreas da educação, da saúde e da segurança social, com evidentes reflexos no estatuto social e jurídico das mulheres.

Todavia, tal como referem Machado e Costa «os factores que estão na base desta evolução são de natureza diversa e nem todos correspondem a uma dinâmica moderna de autonomia e emancipação femininas e de paridade entre os sexos no que respeita ao estatuto e aos papéis sociais. Uma boa parte desse trabalho feminino será ditado por constrangimentos económicos básicos a que estão sujeitos sectores

consideráveis da população portuguesa, sendo certo, por outro lado, que tanto em termos de quantidade, como de qualidade, como ainda de condições laborais esse trabalho fica muito aquém daquele que prevalece nos países europeus de modernidade avançada» (1998:30-31).

Embora o processo de modernidade da sociedade portuguesa evolua oscilando na coexistência entre elementos de uma modernidade avançada e tardia, conferindo-lhe assim um estado inacabado, no âmbito das questões do género, destaca-se como vector saliente do processo de autonomia e emancipação, assim como de alargamento dos direitos da mulher, o aumento das taxas de divórcio e das uniões de facto, assim como o aumento da taxa de actividade feminina.

Efectivamente, com o processo de modernização da sociedade, o estatuto e os papéis tradicionais associados ao homem e à mulher alteraram-se; de reprodutora, doméstica e responsável pela educação das crianças e pela manutenção da família, a paulatina mas sólida conquista de direitos da mulher produziu na vida social, e em particular na organização da família, profundas alterações, com maior efectividade nos estratos sociais de maior poder económico; as instituições especializadas passam a desempenhar uma função cada vez mais determinante na educação das crianças; e num número crescente de lares, parte das tarefas domésticas passam a ser desenvolvidas por um terceiro em regime de assalariado.

Entre a década de 60 e o advento da democracia, a mulher portuguesa conquista uma sequência de (novos) direitos de cidadania fundamentais (à muito conquistados pelo homem), os quais, com a *naturalização* do processo democrático e o efeito de *massificação informacional* produzidos pela sociedade de informação, assim como as dificuldades sentidas ao longo do processo de conquista, tendem a esbaterem-se na memória das novas gerações (o quão tão recentes são esses direitos). Direitos como a partilha do poder paternal; as condições de obtenção do divórcio; o direito de voto; o livre acesso ao passaporte; a capacidade individual para desenvolver actividades comerciais; a autonomia para titular uma conta bancária; a possibilidade de se deslocar ao estrangeiro; de alugar casa; o acesso a determinadas profissões; entre outros, são conquistas recentes muitas das vezes perspectivadas pelas gerações mais novas como se de direitos imemoriais se tratassem.

Não obstante o evidente maior padrão de igualdade entre os sexos, tal processo evolutivo de conquista de direitos por parte das mulheres ainda apresenta algumas contradições, seja no plano da empregabilidade através das taxas de desemprego, ainda maiores para as mulheres, em particular em momentos de crise; seja no rendimento médio mensal auferido, o qual em alguns sectores de actividade ainda fica aquém da média nacional (80%); ou nas resistências com que se deparam no acesso a cargos mais elevados da esfera política; ou no plano da vida familiar, na dupla jornada de trabalho (doméstico) que algumas ainda têm que assumir como custo da autonomia e da determinação no direito ao trabalho e a uma carreira profissional.

A reconfiguração do papel do homem e da mulher na sociedade portuguesa conduz o foco da nossa análise para o processo de desenvolvimento do movimento de acção social pelos direitos da mulher em Portugal. Referimo-nos aos movimentos feministas portugueses, e às suas conquistas em termos de direitos e de reconhecimento da mulher enquanto cidadã plena de direitos.

3.1 O feminismo como acção colectiva sobre as desigualdades de género

A relativa paridade entre sexos alcançada no último quartel do século XX resulta de um longo processo histórico, construído a partir de influências externas, mas também das alterações ocorridas nos planos político, económico e social na sociedade portuguesa.

Entre o masculino e o feminino, ao longo do tempo, têm sido produzidas explicações, sobre a identidade, a distribuição de tarefas, e o estatuto social, estribadas fundamentalmente na especificidade biológica que distingue e diferencia os indivíduos enquanto categorias sexuais. A distinção natural produzida pela constituição genética, manifesta na configuração fisionómica de cada categoria sexual, foi no domínio das relações entre homens e mulheres transposta como diferença de género, reproduzida na atribuição distintiva de identidade, de papéis sociais e estatuto, e como tal de poder social, como se esses decorressem das diferenças genotípicas e fenotípicas que distinguem no plano biológico o masculino e o feminino.

Na organização social, tanto dos sistemas de produção económica industrial e capitalista, como de organização da família patriarcal, ao longo do século XX, enquanto o homem tende a ser valorizado através da expressão da sua existência nas esferas pública e privada, onde respectivamente, trabalha para obter o provento para a família e participa como agente político, e exerce a função de chefe de família, a mulher, mesmo quando exprime a sua presença no espaço público, tende a ser valorizada e reconhecida essencialmente pelos papéis que desempenha no plano da esfera privada, onde, enquanto esposa e mãe, cuida das tarefas domésticas e da educação dos filhos. Todavia, segundo Malcolm Feeley e Hadar Aviram (2008), tal perspectiva sobre a organização do sistema social por relação às diferenças de género na Europa, e em particular da influência do patriarcado sobre a vida da mulher, apenas é válida a partir do século XIX. O estatuto e os papéis desempenhados pelo homem e pela mulher, têm variado ao longo da história em função da configuração que os sistemas de produção económica e de organização da família têm assumido.

Estes autores referem que nos séculos XVII e XVIII, embora a mulher fosse perspectivada como socialmente inferior ao homem, participava tanto no mercado de trabalho, como na vida pública da comunidade; a organização da família centrava-se num modelo patriarcal, público, inserido num contexto de produção económica pré-industrial, em que o trabalho era fundamentalmente desenvolvido na esfera do espaço doméstico por todos os elementos do agregado familiar, no qual a influência do homem sobre a vida da mulher era exercida de forma menos intensa que no modelo patriarcal, privado, dominante no século XIX. Com o advento do industrialismo e do capitalismo, o modelo dominante de produção económica centrava-se na fábrica, no trabalho fora do espaço doméstico, assalariado, o qual requeria treino e especialização nas funções a desempenhar.

Paralelamente à transição do modelo de produção fundado no trabalho familiar desenvolvido no espaço doméstico, para o modelo de produção capitalista centrado nos limites da unidade fabril, ocorre também uma inversão da valorização do trabalho feminino e da influência do patriarcado sobre a vida das mulheres; a visão androcêntrica sobre a sociedade europeia do século XIX tende a valorizar o investimento masculino no espaço público, de onde obtém os rendimentos para sustentar a família, assim como a impor, não obstante a efectiva presença feminina nas unidades de produção industrial, que a mulher invista o seu tempo essencialmente

na organização da privacidade do espaço doméstico, onde deverá desenvolver-se enquanto esposa e mãe, sob a dependência económica e a orientação da autoridade do chefe de família.

Efectivamente, a ordem dos papéis e dos estatutos sociais em função do género, têm-se centrado na fulcralidade da divisão sexual do trabalho e na maternidade enquanto condição de feminilidade, os quais para além de se constituírem no húmus do processo de dominação masculina, tendem a gerar na psique do indivíduo, processos de incorporação de normas e valores induzidos pela estrutura social, que o sujeito vai reproduzindo através da acção social desenvolvida em interacção com os outros no seu quotidiano.

A manutenção do estatuto superior do masculino sobre o feminino tem-se estribado em explicações supostamente irrefutáveis sobre a natureza de ambos. Que melhor justificação explicativa sobre uma qualquer relação de subordinação, tornando-a inabalável e inquestionável, senão remetendo-a para a ordem do *natural* e como tal, para as *leis sagradas* que ditam a natureza? A própria ciência produziu conhecimento através dos mesmos mimetismos presentes no quotidiano do senso comum, subjugada aos mesmos estereótipos que o cidadão comum. A aparente diferença fundada na natureza constituiu, ao longo da história, uma justificação socialmente legitimada para a manutenção de uma certa ordem social, assente numa leitura androcêntrica sobre o mundo, e como tal sobre a identidade do masculino e do feminino e sobre as relações entre homens e mulheres, que embora socialmente desequilibrada tende a ser compreendida no decurso do quotidiano como *natural*, tornando-se quase inquestionável.

O senso comum tende a associar enquanto atributos *naturais* de masculinidade: a competição, a exibição de agressividade, a sexualidade predadora, o afastamento dos afectos e a capacidade de domínio (Júnior, 2006), características opostas ao que serão os atributos naturais da identidade feminina. As mulheres são tidas como sujeitos maternos e passivos, que pela sua natureza constitutiva (reprodutiva), e funcional (cuidadora e educadora), tendem a centrar a sua esfera de interesses no universo das relações e dos afectos, enquanto os homens, devido às suas características de ordem física e psíquica, tendem a centrar os seus interesses na capacidade de autonomia (enquanto indivíduos) e na eficiência (no espaço público) (Doise, 1994); resultam, no fundo, de mitos e crenças que se inscrevem numa suposta

ordem *natural* do masculino e do feminino (Amâncio, 1994), mas que produzem efeitos e consequências sociais concretas, e por isso bem reais.

A ordem social descrita, dominada pela influência do patriarcado sobre as várias esferas da organização da sociedade, manteve-se no contexto português inquestionável até ao final do século XIX. Efectivamente, e nas palavras de Elina Guimarães, até ao dealbar do século XX as mulheres viviam «numa domesticidade total» (1991:8). A fractura do sistema dominado pelo patriarcado em Portugal iniciou-se nas primeiras décadas do século XX, com o germe do feminismo a surgir associado à questão política e de cidadania do direito ao voto. As questões relativas aos direitos das mulheres, eram defendidas e propaladas por mulheres cultas, com instrução académica, através da sua vivência no quotidiano, e da participação em certos periódicos dedicados ao mundo feminino (Guimarães, 1991).

Enquanto acção colectiva, organizada, de denúncia da condição de menoridade e subalternização da condição feminina, emerge no início do século XX na sociedade portuguesa o primeiro grupo de mulheres preocupadas com as questões referentes à assimetria de papéis e de estatuto atribuído às mulheres e aos homens. Lideradas por Ana de Castro Osório⁴, criticam o regime político-constitucional vigente na sociedade portuguesa – a Monarquia – reclamando a sua substituição pela República, assim como a «protecção, educação e instrução da mulher e da criança, a independência económica das mulheres e a conquista dos seus direitos cívicos e políticos.» (Azambuja, Nogueira, e Saavedra, 2007:209). Em 1910 ocorre na história portuguesa a transição do regime monárquico para o regime republicano. Na opinião de Virgínia Ferreira, na vigência da I República (1910-1926), os direitos das mulheres alargam-se, todavia numa «relação tensa e contraditória com o poder instituído» (2000:190), na medida em que apesar da atribuição de mais direitos, o Estado procurava concomitantemente restringir a sua participação em determinados sectores da sociedade, sublinhando os deveres que as mulheres detinham para com a família.

É na vigência da I República que é fundado o Conselho Nacional de Mulheres Portuguesas, por Adelaide Cabete e que, em 1924, ocorre o 1.º Congresso Feminista português (Azambuja, Nogueira, e Saavedra, 2007). É o período do *feminismo*

⁴ Liderou e fundou os primeiros grupos de mulheres – *Grupo Português de Estudos Feministas* e a *Liga Republicana de Mulheres Portuguesas* – organizadas em torno de questões políticas e institucionais, de contestação da ordem institucional vigente (Monarquia) e cívicas, relativas ao estatuto da mulher na ordem social dominante.

sufragista, movimento através do qual as mulheres pugnam pelo direito à expressão e participação na vida pública e na política. Reclamam o direito ao voto político enquanto meio de reconhecimento de plena cidadania.

Segundo Elina Guimarães (1991), as *sufragistas*, referência através da qual foram denominadas as mulheres que aderiram à luta pelo direito ao voto, constituíram no início do século XX o primeiro esforço de pendor feminista que visou alargar os direitos cívicos das mulheres, e sociais das crianças. No que concerne ao direito cívico de votar, tal pretensão só foi parcialmente alcançada em 1931⁵, nas eleições dos vogais das juntas de freguesia, mas tão-só e apenas às mulheres que, tendo responsabilidades de chefes de família⁶, obtivessem um curso secundário ou superior, direito *natural* para os homens que provassem saber ler e escrever.

Com a instauração, em 1933, da Constituição Política do Estado Novo passa a figurar na ordem jurídica o estabelecimento da igualdade de direitos perante a lei a todo o cidadão «salvas, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem-estar da família.» (Artigo 5.º, Decreto n.º 22 229, de 21 de Fevereiro). Ao longo do século procederam-se a várias alterações legislativas que alargam o direito de voto a um conjunto mais alargado de mulheres, mas sempre impondo limites e condições, ora em razão da natureza da mulher, ora do bem da família, tendo apenas no ano de 1968 sido estabelecido a igualdade de sufrágio político a todos os cidadãos portugueses⁷, independentemente do sexo, desde que fossem maiores ou emancipados e soubessem ler e escrever português (Miranda, 1973; Vargas, s/d).

O estatuto da mulher até à queda do Estado Novo, esteve sempre estreitamente associado ao desempenho de funções no contexto da família, situando-a nos papéis de esposa e de mãe; embora valorizados pelo discurso dominante, influenciado pela ideologia patriarcal e pelo Estado Novo, que propalava a pedagogia moral fundada na trilogia Deus, Pátria e Família. Tais papéis sociais confinavam-na ao espaço privado da família e das funções domésticas, reproduzindo, desse modo, os valores que

⁵ Direito previsto nos artigos 1.º e 2.º do Decreto n.º 19 894, de 5 de Maio.

⁶ O Decreto n.º 20 073, de 15 de Julho de 1931, definia a prerrogativa de chefe de família para as mulheres portuguesas que se encontrassem nas seguintes condições: viúvas, divorciadas e judicialmente separadas de pessoas e bens e as solteiras, maiores ou emancipadas, com família própria e reconhecida idoneidade moral, bem como as casadas cujos maridos estivessem exercendo a sua actividade nas colónias ou no estrangeiro, umas e outras se não viverem em comunhão de mesa e habitação com a família dos seus parentes, até ao terceiro grau da linha recta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade.

⁷ Através da Lei n.º 2 137, de 26 de Dezembro.

mantinham a mulher numa estreita dependência da autoridade do marido, e por isso num estatuto de inferioridade. Nas palavras de Guimarães «dignificar a mulher através da maternidade é sempre dignificar a mulher. Mas é limitá-la também. Viver num pedestal não é cómodo nem útil. Dar a maternidade como fim supremo à mulher do ponto de vista social, é cercear a sua valorização e dar ao homem a missão de a defender e logicamente de a governar.» (1991:15).

Embora algumas mulheres estivessem presentes na esfera do trabalho, e como tal participassem no espaço público, a valorização feminina na ideologia dominante do Estado Novo encontrava-se inextricavelmente ligada à esfera do espaço doméstico. Dependente da autoridade do marido, a progressiva conquista de direitos, ao longo da vigência do Estado Novo, remetiam invariavelmente o seu exercício para os limites das supostas diferenças que resultavam da sua natureza (sexual), e das funções (maternidade) que desempenhava na família.

Efectivamente, não obstante a progressiva conquista de direitos cívicos e políticos, e consequentemente maior participação na esfera pública, só com a queda do regime do Estado Novo, em 1974, é que a evolução dos direitos da mulher adquire uma nova dinâmica, não só no que se refere à capacidade de mobilização de participantes, como na possibilidade de reivindicação pública desses direitos. Até 1974, a capacidade de intervenção e de alteração do *status quo* dominante na sociedade portuguesa através do movimento ou da acção feminista era diminuta. Fundamentalmente, a igualdade de ambos os sexos perante a lei foi essencialmente alcançada pelo facto de que a alteração jurídico-institucional, determinada pela nova ordem democrática, impunha que a paridade ou a igualdade de género fizesse «parte do conjunto de medidas julgadas necessárias à construção de um estado moderno, tanto ou mais avançado ainda do que a maior parte dos Estados Europeus» (Ferreira, 2000:181). Virgínia Ferreira (2000) refere que neste âmbito, a concretização do processo social de emancipação da mulher foi de algum modo antecipado pela produção jurídica gerada pela ordem democrática da segunda metade da década de 70 do século XX.

Decorrente da vaga democrática e do ideal de modernidade, os laços que amarravam a mulher à autoridade do marido e lhe limitavam a liberdade de movimentos no espaço público, vão paulatinamente afrouxando, com a sucessiva entrada em vigor de iniciativas legislativas reformadoras, fundadas no princípio

democrático de que todos os cidadãos, independentemente do sexo, são iguais perante a lei. Com a revolução de Abril, abrem-se novas oportunidades profissionais de relevo e de elevado estatuto social até então vedadas às mulheres, como são o acesso à carreira diplomática⁸ e à magistratura⁹.

Maria Magalhães (1998), no estudo subordinado à evolução do movimento feminista português, nas décadas de 70 e 80 do século XX, refere que com o fim do Estado Novo, em Abril de 1974, inicia-se na sociedade portuguesa um processo de mudança social, que se desenvolverá ao longo do curso político e social de normalização democrática da sociedade, com profundas repercussões na estrutura organizativa do movimento feminista e nos resultados alcançados em prol da melhoria da condição feminina. Demonstra que nesse período da história portuguesa, o movimento feminista esteve bem activo na sociedade, fosse no plano ideológico, consciente da distribuição desigual de direitos e de estatuto em função do género, fosse no plano da tomada de consciência de si, enquanto identidade de género, e dos papéis sociais que lhe estão reservados, fosse no plano político, através do desenvolvimento da contestação pública.

Da instauração do regime democrático até ao final do século XX, a actividade do movimento feminista pode ser dividida em quatro grandes etapas: a luta pela mudança do Código Civil (1970-78)¹⁰, através da denúncia do papel de dependência e subserviência da mulher na família, face à autoridade do homem; a campanha pelos direitos reprodutivos (1978-84), caracterizada pela contestação do direito à liberdade de decidir sobre o próprio corpo; a reivindicação pela participação na direcção de organizações públicas (1984-90), através da denúncia do bloqueio de oportunidades aos lugares de topo; e a produção de conhecimento sobre o feminino (década de 90), através da realização de estudos sobre mulheres.

Fundando-se o estatuto de menoridade da mulher na natureza da sua biologia e sexualidade, tal repercutiu-se, no plano social, na responsabilidade que lhe foi socialmente imposta, num primeiro momento mediante a função de reprodução da espécie e noutro, subsequente, através da educação dos filhos, sempre subordinada à

⁸ Decreto-Lei 251/74, de 12 de Junho;

⁹ Decreto-Lei 308/74, de 6 de Julho;

¹⁰ Mais precisamente, debate-se a abolição da figura legal de chefe de família, o fim dos filhos ilegítimos e de pais incógnitos; a aceitação da união de facto como estado abrangido para efeitos de benefícios fiscais e de herança; etc.

autoridade do marido, pai e chefe de família. Tais limitações, remetidas para a ordem de um suposto determinismo natural fundado nas características sexuais da mulher, conduziram a que o momento mais alto do movimento feminista se tenha caracterizado pela campanha pelos direitos reprodutivos, no qual a mulher através da problemática do aborto, reivindicou o poder sobre a sua sexualidade e, como tal, a autonomia sobre o seu próprio corpo, por oposição ao estatuto de irresponsabilidade ou de desresponsabilização do homem na gestação dos nascituros.

Sem embargo da existência de um feminismo difícil, decorrente de uma sociedade com alguma rigidez, resistente à formação de movimentos sociais (com a excepção da questão do aborto), e ao facto de, em regra, as desigualdades sexuais não serem percebidas pela generalidade dos cidadãos como sendo um factor diferenciador (Ferreira, 2000), Maria Magalhães (1998) sublinha que, no último quartel do século XX, surgiram na sociedade civil vários tipos de organizações feministas¹¹ que procuraram, na esfera da vida pública, criar um espaço de intervenção social, introduzindo na discussão pública a problemática dos direitos das mulheres e do inevitável processo de emancipação. Procuraram dissolver o diferencial da presença feminina existente nas várias dimensões em que se exprime a participação social da mulher – entre o público e o privado.

As reivindicações dos movimentos feministas, assentaram essencialmente no seu reconhecimento público como actores colectivos e interlocutores políticos, na alteração da divisão sexual do trabalho, na transformação dos valores e dos padrões culturais dominantes de modo a que se produzisse um reequilíbrio de poder entre homens e mulheres e na legitimação social, quer da identidade do movimento feminista enquanto colectivo de actores sociais, quer dos meios e dos recursos utilizados para o desenvolvimento da contestação.

Desse modo, na opinião de Magalhães (1998), o movimento feminista em Portugal, nas últimas décadas do século XX, tende a caracterizar-se pela existência de bastantes grupos organizados, de estrutura heterogénea, tanto ao nível local como

¹¹ Das quais se destacam o Movimento de Libertação das Mulheres (MLM); Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção (CNAC); Liga dos Direitos das Mulheres (LDM); Grupo Autónomo de Mulheres do Porto (GAMP); Cooperativa Editora das Mulheres (IDM); Comissão de Mulheres pela Legalização do Aborto em Defesa de Uma Maternidade Responsável (CLA); Grupo de Mulheres do Porto (GMP); Grupo de Mulheres de Lourosa (GML); a REDE; a Coordenadora Nacional de Mulheres (CNM); Grupo Autónomo de Mulheres “Não Andes às Cegas” (NAC); Movimento pela Contracepção e Aborto Livres e Gratuitos (MCALG); etc.

nacional, absorvidos numa acção política permanente. Não obstante a fragilidade dessas organizações, quer constitutiva, quer de duração, à mercê da pressão exercida pela ordem dominante androcêntrica, nesse período o movimento feminista português caracterizou-se pela heterogeneidade e pela mutabilidade estrutural das organizações que o compunham, reflectindo-se essas características, quer na diversidade dos grupos, nos objectivos delineados, nas formas de organização, nas perspectivas sobre a acção, quer nas divisões e nas cisões que ocorreram, e na criação de novos colectivos.

As mulheres não constituem uma categoria social homogénea. A categoria de género feminino, é atravessada pelos diferentes posicionamentos que as diversas mulheres ocupam na estratificação social, seja em função do capital social, económico, político, da etnia ou da religião de pertença, os quais condicionam a adopção de uma perspectiva única aceite pela generalidade das mulheres, seja relativamente aos valores, aos direitos ou às formas de reivindicar as diferenças de género. Desse modo, consoante o grau de consciencialização das diferenças de género e a capacidade de mobilizar recursos, as mulheres tendiam a manifestar-se de forma diversa, sendo que na esteira dos trabalhos desenvolvidos por Magalhães (1998) se poderá afirmar que nas últimas décadas do século XX, o movimento tendia a exprimir-se através de vários tipos de participação; através de *organizações de carácter estratégico*¹², com ligações a alguns partidos políticos e por isso mais institucionais; por *grupos de tomada de consciência*¹³, bastante activos mas caracterizados por alguma informalidade organizativa; e através da *participação não regular*¹⁴, caracterizada pela iniciativa individual de mulheres motivadas pelos ideais de emancipação e autonomia.

Não obstante o evidente processo de mudança operado sobre a condição e o estatuto social e económico da mulher, em particular nas últimas décadas do século XX, manifesto nos mais diversos sectores da vida social, o círculo do poder político constitui a esfera de participação pública e de actividade paradigmática de como em

¹² Com estreitas ligações a alguns partidos políticos, tinham como linhas reivindicativas, para além da centralidade da problemática do aborto, o custo de vida, a saúde, a habitação, salário igual, etc.

¹³ Embora sejam grupos de menor visibilidade social e de duração limitada, constituem uma das expressões mais importantes do movimento feminista, tendo centrado as suas acções, para além da campanha pelo aborto, na reconstrução das identidades femininas e no aumento da auto-estima e auto-confiança das mulheres enquanto actores sociais.

¹⁴ Composta por militantes feministas activos, mas que não integram de forma regular nenhum grupo em particular.

determinados sectores da vida social as repercussões de tais alterações tendiam, e ainda tendem, a efectivar-se de forma mais lenta (Viegas e Faria, 1999).

Quadro 3.3 Taxa de feminilidade nas várias legislaturas desde o Estado Novo até ao final do século XX na sociedade portuguesa

Ano	Lugares	Taxa de feminilidade
1934	90	3,3
1953	120	1,7
1973	148	6,1
1976	263	4,9
1999	230	17,3

Fonte: Ana Vargas (s/d); *Mulheres na Assembleia Nacional (1933/1974)*

Nas legislativas de 1999, dos lugares elegíveis para a Assembleia da República, apenas 17,3% foram ocupados por mulheres. Efectivamente, os dados constantes do quadro 8 são reveladores de como a política, arena por excelência onde se urde o modelo de funcionamento da sociedade, durante praticamente todo o século XX constituiu matéria essencialmente para ser discutida no contexto masculino.

Quadro 3.4 Taxa de feminilidade nas Assembleias Nacionais (câmara baixa ou única) dos vários países da Europa no início do século XXI

PAÍSES	Ano Eleições	Taxa de Feminilidade
Espanha	2008	36,3
Bélgica	2007	35,3
Alemanha	2005	31,6
Portugal	2005	28,3
Luxemburgo	2004	23,3
Itália	2008	21,3
Reino Unido	2005	19,5
França	2007	18,2
Grécia	2007	14,7

Fonte: Inter-Parliamentary Union - Women in Parliaments-World Classification

Já em pleno século XXI, o processo de amadurecimento democrático da sociedade portuguesa, a contínua inserção da mulher na vida activa e a crescente escolarização feminina, têm potenciado não só a penetração da mulher em sectores de actividade da vida pública que lhe estavam vedados, como a ascensão a lugares de

topo nos mais diversos sectores da vida social, económica e política. Se tomarmos como referência os dados publicados em Outubro de 2008 pela Inter-Parliamentary Union¹⁵, constatamos que, nas Legislativas de 2005, em Portugal, a taxa de feminilidade para lugares elegíveis na Assembleia da República se situou nos 28,3%, encontrando-se a situação portuguesa, numa eventual classificação entre os países europeus mais próximos, em 4.º lugar, ocupando a Espanha o 1.º lugar com o sufrágio decorrido em 2008.

Ao longo de todo o século XX, o movimento feminista procurou, nos limites das características e especificidades sociais e jurídicas de cada período, produzir mudança social, não só através da denúncia e do desgaste ao sistema dominante de organização da sociedade – patriarcado, sinónimo de manipulação, controlo e dependência – como reivindicando um novo equilíbrio de poderes, e redistribuição de recursos e direitos entre homens e mulheres. O processo de fractura com a ideologia androcêntrica continua, constituindo a dimensão política um claro exemplo de como subsistem sectores de actividade na sociedade civil em que a penetração feminina é mais difícil.

3.2 A representação do género no direito

A justiça no contexto das sociedades modernas é produzida tendo como base o direito, elaborado no âmbito das organizações políticas. O direito, enquanto instrumento de regulação, constitui-se assim numa construção política, materializada na lei, decorrente das relações de poder existentes na sociedade. Por isso se torna perceptível, ao longo da análise da sistemática normativa, o resultado do processo de conflito de interesses, em regra corporativos, através do potencial simbólico e material que determinado normativo detém, estreitamente associado ao resguardo, protecção e privilegiamento dos interesses e do poder de determinados grupos. Esses interesses encontram-se repercutidos no modo como o sistema normativo se estrutura, privilegiando determinados sectores de actividade e agentes colectivos, em detrimento de outros, produzindo desigualdades fundadas em princípios *jus-naturalizados*. O processo de *naturalização* de determinados princípios, e sua deificação jurídica,

¹⁵ <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm> acedido em 5 de Dezembro de 2008.

assenta no domínio de determinado pensamento dominante, presente em cada indivíduo ao nível do subconsciente, agindo sobre a inteligibilidade e a comunicação de forma espontânea, sem suscitar no quotidiano qualquer questionamento sobre a sua razoabilidade ou justeza. No âmbito da estrutura do direito penal encontramos algumas normas que são representativas do domínio de determinadas representações estereotipadas sobre certos indivíduos, em particular no que se refere à pertença de género.

Se nos centrarmos no processo evolutivo da história do direito português, constatamos que o mesmo se encontra atravessado por prescrições diferenciadas em função sexo, do credo, e da condição social dos intervenientes, patente, tanto no direito comum, como nas Ordenações do Reino, as quais, assumindo outras configurações, amplitude e implicações, se prolongaram na evolução do edifício jurídico-penal por todo o século XX. A acção do movimento feminista e a conquista de direitos cívicos alcançados pela mulher, em particular no último quartel do século XX, é disso uma clara prova. No contexto do presente estudo, a diferença produzida pela lei, e a montante desse instrumento, pelo processo legislativo, e em *ultima ratio* pela própria sociedade, assume particular importância a relevância jurídica que o género assumiu e assume, quer na elaboração legislativa, quer na prática dos diversos operadores judiciais. A função discriminatória positiva e negativa da lei em função do género, encontramos-la extensa e profundamente desenvolvida nos trabalhos de Teresa Beleza (1990). Na óptica dessa autora, ao longo do tempo, constata-se «três fragmentos jurídico-discursivos que definem histórica e actualmente o estatuto feminino: a *irresponsabilidade* (o discurso do privilégio baseado na fraqueza de corpo e espírito); a *maternidade* (o discurso sobre o aborto que prolonga o do infanticídio – a construção da mulher como receptáculo de outra(s) vida(s); a *sexualidade* (o discurso da passividade natural, isto é, da inocência que se perverte em sedução: a justificação da incriminação do estupro.» (1990:477)

Efectivamente, as explicações sobre o comportamento da mulher, em particular o fracturante da ordem, alicerçaram-se fundamentalmente nos estereótipos construídos em torno da suposta natureza da mulher. Associada a factores biológicos ligados a alguma irracionalidade e de menoridade social, condicionadores do comportamento, remetiam o estatuto da mulher e as explicações sobre o comportamento desviante, para uma categoria de inferioridade humana e social. A

biologização do comportamento feminino contrapunha-se à racionalidade do comportamento masculino. A construção da representação estereotipada da identidade da mulher, enquanto actor social, assentava numa lógica que em espiral a reduzia a um papel menor e secundário na ordem da distribuição de poder e de atribuição de estatuto social. A mulher era considerada um ser inferior porque irracional, e como tal irresponsável, com as evidentes consequências sociais e políticas. Desse modo, os papéis sociais privilegiados, legitimados e socialmente valorizados da mulher, assentavam essencialmente na função da maternidade e no papel de educadora dos filhos e cuidadora da família, na qual imperava a autoridade do homem, marido, pai dos filhos e chefe da família. Tais estereótipos sobre a valorização da mulher encontram-se repercutidos em todas as dimensões da organização social, em particular no direito, na estrutura do encadeado normativo e nas práticas dos vários operadores de interpretação do direito e aplicação da justiça.

Encontram-se plasmadas na lei diversas previsões discriminatórias em função do sexo, as quais constituem um reflexo jurídico das relações de poder existentes no plano da vida quotidiana. À imagem social da mulher, redutora e estigmatizada, sobrepunha-se um especial cuidado, até na produção jurídica, no que se referia à manutenção e preservação dos papéis tradicionais que desempenhava. Ao longo da história do direito penal, deparamo-nos com várias regras penais especiais, porque indulgentes, sobre o tratamento a ser conferido à mulher que praticava determinados delitos, fundamentadas em razões biologizadas, como é a função maternal. Assim, em particular às mulheres que preenchiam o estereótipo dominante de feminilidade, era-lhes conferido um duplo e ambíguo estatuto de discriminação-protecção. A respeito desta problemática, Teresa Beleza refere que «a duplicidade ou ambiguidade de *proibição/protecção* é central na definição jurídica de “mulher” na nossa tradição cultural-dogmática. E julgo ver tal ambiguidade de uma forma particularmente evidente no *Direito Penal*, em que as mulheres (ainda que *repartidas* em categorias ou classes) eram frequentemente alvo directo de *medidas proteccionistas* profundamente “dúbias”.» (Beleza, 1990:481). Todavia, o suposto privilegiamento e protecção conferido às mulheres, ou a determinadas mulheres, fundamentado em razões de discriminação positiva, tendiam a ocultar muitas das vezes motivos de defesa dos interesses dos homens.

Nesse sentido, no plano da organização social, sobre as mulheres tem-se abatido uma realidade constituída por duas dimensões, ora de privilegiamento, ora de menoridade, as quais só aparentemente poderão ser contraditórias e em conflito. Num mundo dominado por uma forma de pensar profundamente androcêntrica, as mulheres constituem-se num actor social, sujeito a uma situação paradoxal sobre a qual, o seu estatuto de menoridade tende a reflectir-se na lei, ora delimitando-a ao seu reducionismo social e aos papéis legitimados pelo poder dominante, representados como decorrentes da natureza e da sua constituição biológica, ora conferindo-lhe um estatuto de privilegiamento sobre os quais assentam os mesmos fundamentos, mas que visam em última instância reforçar o papel do masculino no processo de dominação social.

Embora tais instrumentos de discricionariedade se encontrem francamente reduzidos na estrutura do edifício do direito do início do século XXI, tanto no domínio das representações, como das práticas judiciais e do cidadão médio na vivência no quotidiano, exprimem ainda a vigência de parte do domínio do pensamento androcêntrico sobre a organização das estruturas da sociedade e dos seus agentes. Tal encontra-se reflectido no quadro das representações do indivíduo médio, e no âmbito das suas práticas, no posicionamento que ocupa e na valorização do estatuto que ostenta em cada acto no quotidiano, e como tal na expressividade que, tanto homens, como mulheres, ainda revelam no âmbito da transgressão e da expressão de trajectórias de vida em conflito com a normatividade.

3.3 Estado e evolução do sistema de justiça

Tendo procedido à caracterização da sociedade portuguesa no último quartel do século XX, assim como ao enquadramento das categorias de género no âmbito do estatuto e dos papéis que lhes estão associados, assim como à evolução da conquista de direitos da mulher enquanto cidadã, em particular na vigência do regime democrático, importa focalizarmos o nosso labor analítico sobre o processo evolutivo do sistema de justiça português, de modo a estabelecermos a ligação entre a dimensão da estrutura e a manifestação do comportamento criminal.

Recorrendo ao estudo efectuado por Boaventura Santos, Maria Marques, João Pedroso e Pedro Ferreira subordinado à análise do sistema de aplicação da justiça em Portugal durante a última metade do século XX, estes estudiosos referem que a evolução do número de condenados entre a segunda metade da década de 60 e o início da década de 90 constitui cerca de «vinte e cinco anos de quebra de punibilidade que terão provavelmente a ver com a diminuição da criminalidade, primeiro pelo efeito combinado da emigração e da guerra colonial e, depois, em consequência do próprio 25 de Abril de 1974, a partir do qual é dada maior atenção aos direitos dos arguidos.» (1996, 349). Com o processo democrático e a consolidação de uma sociedade de consumo, consciente dos seus direitos de cidadania, assiste-se no início da década de 90 a um aumento geral da litigância, e em particular de natureza penal, gerando uma tendência crescente de processos-crime, de indivíduos denunciados às autoridades, e consequentemente, o aumento do número de condenados pelos tribunais. O aumento exponencial da criminalidade judicializada, dever-se-á em particular ao crime de emissão de cheque sem provisão e à prática de furtos cometidos em ambiente urbano, estreitamente associados ao problema social e de saúde pública da toxicodependência (Santos, Marques, Pedroso e Ferreira, 1996).

Em termos processuais, a litigação penal concentrar-se-ia em seis grandes grupos de tipos de crimes: a emissão de cheques sem provisão (embora em transformação, na medida em que o regime se alteraria); os crimes contra a propriedade – essencialmente através dos crimes de furto; os crimes contra a integridade física, o consumo (descriminalizado a partir do segundo semestre de 2001) e o tráfico de droga; os crimes de viação; e finalmente os crimes contra a honra. O índice de condenação por tipo de crime revela-se muito variável, seja em função das dificuldades na obtenção da prova, seja em função da carga simbólica, conferida pelos diversos operadores do sistema de justiça e pela própria sociedade, ao valor que determinada norma procura acautelar. Desse modo, constituem-se crimes com baixo índice de condenação: os crimes de emissão de cheque sem provisão, contra a integridade física, contra a honra, o abuso de liberdade de imprensa, e contra a economia. Por outro lado, constituem-se crimes de elevado índice de condenação: os crimes contra a propriedade e o património, os crimes relacionados com o comportamento na estrada (viação), contra a autoridade pública, os relacionados com o consumo e o tráfico de droga, contra a vida, de falsificação, contra a reserva da vida

privada, a liberdade e autodeterminação sexual e os cometidos no exercício de funções públicas (Santos, Marques, Pedroso e Ferreira, 1996). Atendendo ao referido, poderemos afirmar que o sistema tende a punir fundamentalmente os delitos que põem em causa o domínio sobre o qual se encontra assente a estrutura fundamental da normatividade (seu domínio), do Estado (sua autoridade e respeitabilidade) e da vida em sociedade, e os tipos de crimes que, tendencialmente, são geradores de sentimentos de insegurança na população.

Embora a evolução do fenómeno da criminalidade judicializada apresente, durante a segunda metade do século XX, uma relativa estabilidade, o curso evolutivo da trajectória apresenta algumas alterações que Boaventura Santos, Maria Marques, João Pedroso e Pedro Ferreira referem como tendo sido decorrentes de três factores ocorridos em momentos diferentes, e que terão suscitado ao nível da expressividade criminal, «três mudanças estruturais: o aparecimento dos crimes relacionados com a circulação de veículos motorizados, a partir de 1964; a colonização da justiça criminal pelo crime de emissão de cheques sem provisão, a partir de 1976; e finalmente, a emergência dos crimes relacionados com o consumo e tráfico de droga, depois de 1984.» (1996, p. 384). Esses marcos, decorreriam do aumento do número de veículos automóveis e de condutores, e dos comportamentos de risco na estrada; da perversão da função e utilização do cheque – pagamento à vista *versus* pagamento a crédito; e pela emergência no contexto urbano do fenómeno do tráfico de droga e da toxicodependência, associados a outras formas de criminalidade de tipo aquisitivo (furto), geradores de algum alarmismo social e de sentimentos de insegurança.

No plano das representações, embora a larga maioria dos cidadãos tenda a perspectivar o nível de criminalidade nas suas zonas de residência como encontrando-se num nível estável, o crime, e em particular a droga, têm sido perspectivados como sendo fenómenos muito preocupantes. No âmbito da aplicação do inquérito de vitimação de 1994, levado a cabo pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, os inquiridos ao hierarquizarem seis problemas sociais, segundo a gravidade que lhes atribuíam, consideraram a droga, o desemprego e a criminalidade, como sendo os fenómenos sociais mais graves, tendo relegado para segundo plano problemas sociais como a deficiente assistência na doença, a falta de casas de habitação e a inflação.

A preocupação revelada pelas questões geradas pelo crime e pela insegurança encontram expressões aparentemente contraditórias; se enquanto fenómenos, no plano das representações do cidadão médio, adquirem um nível de preocupação elevado, no plano das práticas, em particular a denúncia às autoridades de eventuais vitimações, revelam-se extraordinariamente baixas. Recorrendo aos dados apurados no inquérito à vitimação (GEP/MJ, 1995), da totalidade de indivíduos que tinham sido vítimas de um crime, apenas 28% efectuaram a denúncia às autoridades. A maior parte dos 72% das vítimas que decidiram não denunciar o crime, justificaram a decisão de não denunciarem a vitimação, ora pela pouca eficácia da polícia, ora pela negligência com que tratariam a queixa¹⁶. Para além do referido, os dados revelam um aspecto mais negativo; no mesmo inquérito, ao se questionarem os indivíduos que resolveram apresentar queixa, acerca da avaliação que faziam sobre o serviço que as autoridades lhes tinham prestado, apenas 52% revelaram opinião favorável. A decepção fundava-se uma vez mais, ora na falta de interesse, ora na ineficiência das autoridades¹⁷.

As deficiências do sistema de justiça sentidas pelo cidadão médio, não se ficam apenas no plano das representações simbólicas de cada um, decorrentes da experiência individual e da partilha entre próximos, encontram eco quando o sistema é auscultado com recurso à ciência, em particular quando o foco de análise se centra no funcionamento do próprio sistema. Referindo-se ao funcionamento e à eficácia do sistema de justiça penal português, Santos, Marques, Pedroso e Ferreira (1996) caracterizam o sistema judicial como tendo um perfil liberal, assente num nível de garantismo, o qual poderá precarizar o seu funcionamento; escrevem: «pode mesmo dizer-se que o garantismo ‘interno’ é excessivo na medida em que torna o sistema facilmente manipulável pelos litigantes com recursos jurídicos e económicos, nomeadamente através do uso abusivo de salvaguardas processuais que podem eternizar os processos e converter a morosidade numa funcionalidade adicional do sistema» o que, no limite, poderá conduzir «à perversão do garantismo» (p. 689) e à descredibilização das instituições que enformam o sistema de justiça e, em *ultima*

¹⁶ Aqueles que não participaram o crime às autoridades justificaram o facto de não procederem à queixa devido: a polícia não poderia fazer nada (43%); a polícia não se iria interessar (34%); o incidente não teve importância (32%); a participação obrigaria a maçadas e despesas (17%); não desejar dar publicidade ao caso (8%); o medo de represálias (6%); outras razões (6%); (1994, p. 90).

¹⁷ Dos que apresentaram queixa às autoridades e não gostaram do tratamento efectuado pelas autoridades, apresentaram enquanto opinião sobre serviço prestado: as autoridades pareceram pouco interessadas (73%); não apanharam os autores dos crimes (37%); não recuperaram nenhuns bens (34%); não deram ou demoraram a dar informações (28%); foram pouco delicadas ou desagradáveis (23%); não vieram ou demoraram (14%). (1994, p. 96).

ratio, à desacreditação da realização, quer simbólica, quer material, da própria justiça. Essa vulnerabilidade do sistema é particularmente sensível no processamento de determinados tipos de crimes e de agentes, seja na fase da investigação criminal ou na de julgamento, em particular, quando respeita à delinquência mais complexa associada à criminalidade económica e os agentes intervenientes no processo são cidadãos de elevado estatuto social, económico e influência política.

Os problemas identificados – a deficiente formação dos operadores; as irregularidades funcionais; o uso abusivo dos mecanismos garantísticos; a morosidade dos processos; a excessiva e irracional burocratização de procedimentos; entre outros factores – com a crescente litigância, tendem a alargar o fosso entre as necessidades geradas pela vivência do cidadão numa sociedade democrática e a função de realização da justiça. O não reconhecimento das polícias e dos tribunais enquanto instituições com capacidade para redimirem conflitos, poderá a prazo gerar um sentimento colectivo sobre os sistemas formais de controlo, que se poderá traduzir na paulatina quebra de legitimidade dessas instituições. O paradoxo revelado entre a preocupação de se ser vítima de um crime, a eleição dos fenómenos da droga e da criminalidade como sendo prementes, elevando-os ao nível do desemprego, e os reduzidos índices de denúncia, fundam-se essencialmente na produção de representações simbólicas sobre o sistema oficial de controlo como sendo um mecanismo de produção de justiça moroso e pouco eficaz.

Tal quadro situacional da justiça penal em Portugal, poderá ser alterado, e em certa medida revertido, no sentido da recuperação da confiança, estrutural num regime democrático, sobre as instituições oficiais que regulam os conflitos sociais. Se recorrermos aos dados produzidos pelo sistema de justiça de vários países europeus, em particular daqueles que se encontram mais próximos de Portugal, seja em razão dos laços históricos, do posicionamento geográfico, ou do nível de desenvolvimento, coligidos no *European Sourcebook of Crime and Criminal Justice*, poderemos tecer – seguindo ao longo do tempo o comportamento de vários indicadores (crimes denunciados; suspeitos identificados; e condenados por 100.000 habitantes) – um quadro comparativo da evolução do nível de eficiência dos sistemas de justiça nos vários países.

Quadro 3.5 Crimes denunciados às polícias (processos-crime instaurados) por 100.000/hab., nos anos de 1995, 1999 e 2003

PAÍSES	1995	1999	2003	VAR 95/03 (%)
Portugal	3.276	3.615	3.983	21,6
Espanha	2.285	2.407	2.377	4,0
França	6.337	6.086	6.605	4,2
Itália	3.960	4.123	4.236	7,0
Bélgica	7.439	8.558	9.784	31,5
Luxemburgo	6.925	6.241	5.728	-17,3
Inglaterra e País de Gales	9.831	10.091	11.241	14,3
Alemanha	8.151	7.671	7.976	-2,1
Grécia	3.138	3.532	4.158	32,5

Fonte: European Sourcebook of Crime and Criminal Justice

Quadro 3.6 Indivíduos suspeitos da prática de crime identificados pela polícia por 100.000/hab., nos anos de 1995, 1999 e 2003

PAÍSES	1995	1999	2003	VAR 95/03 (%)
Portugal	2.151	2.372	2.702	25,6
Espanha	489	514	514	5,1
França	1.372	1.363	1.589	15,8
Itália	1.326	1.385	1.334	0,6
Bélgica	*	*	*	**
Luxemburgo	*	*	2.575	**
Inglaterra e País de Gales	4.070	4.060	4.221	3,7
Alemanha	2.589	2.754	2.858	10,4
Grécia	2.665	3.118	3.703	38,9

Fonte: European Sourcebook of Crime and Criminal Justice

* Na fonte referida não constam quaisquer dados

** Não é possível calcular a variação

Quadro 3.7 Arguidos condenados por 100.000/hab., nos anos de 1995, 1999 e 2003

PAÍSES	1995	1999	2003	VAR 95/03 (%)
Portugal	365	444	672	84,1
Espanha	294	*	298	1,4
França	613	972	848	38,3
Itália	357	484	379	6,2
Bélgica	1.507	1.442	1.557	3,3
Luxemburgo	*	*	*	**
Inglaterra e País de Gales	2.589	2.662	2.806	8,4
Alemanha	1.124	1.114	1.067	-5,1
Grécia	1.076	*	*	**

Fonte: European Sourcebook of Crime and Criminal Justice

* Na fonte referida não constam quaisquer dados

** Não é possível calcular a variação

No plano europeu, não obstante os dados referentes ao sistema português ainda se revelarem distantes da justiça produzida pelas instituições alemãs, francesas, luxemburguesas, belgas ou inglesas, quer no âmbito do número de denúncias de crimes, de suspeitos identificados pelas polícias, quer de condenados produzidos pelos tribunais, a justiça portuguesa, no período de 1995 a 2003, tem revelado uma variação francamente positiva, ultrapassando em termos evolutivos, países que possuem um sistema de justiça mais eficaz.¹⁸

Todavia, importa não esquecer, nem perder de vista, a relatividade das noções de representatividade e proporcionalidade no processo evolutivo. Sistemas reveladores de elevados níveis de produtividade e eficiência, tendem muitas das vezes a gerar variações evolutivas mais diminutas que os sistemas deficitários. Ao processar-se determinada tendência ascendente em sistemas deficitários, quer qualitativa, quer quantitativa, esse movimento evolutivo tende a gerar níveis de progresso (de representatividade através da referência a índices) mais elevados, uma vez que partem de valores muito baixos, mas que não se poderão comparar com os níveis de produtividade e eficiência de sistemas mais evoluídos (a questão da proporcionalidade).

Quadro 3.8 Condenados por 100.000/hab. em situação de cumprimento de pena de prisão, nos anos de 1983, 1993, 1998 e 2002

PAÍSES	1983	1993	1998	2002	VAR 83/02 (%)	VAR 93/02 (%)
Portugal	59	111	147	133	125,4	19,8
Espanha	39	115	112	126	223,1	9,7
França	70	86	88	88	25,7	2,0
Itália	73	89	85	100	37,0	12,4
Bélgica	65	72	81	90	38,5	25,0
Luxemburgo	67	108	*	86	28,4	-20,4
Inglaterra e País de Gales	88	89	126	137	55,7	53,9
Alemanha	100	81	96	95	-5,0	17,3
Grécia	47	68	75	78	66,0	14,7

Fonte: Bulletin d'information pénologique - Conseil de L'Europe

* Na fonte referida não constam quaisquer dados

¹⁸ Essa evolução poderá também ser objecto de outro tipo de interpretação: de sinónimo do nível de actividade do sistema de justiça; poderá aventar-se a hipótese de que o nível de criminalidade poderá estar a aumentar; ou que a evolução do índice de denúncia tem vindo a crescer, entre outras possibilidades. Independentemente do significado da variação positiva, no âmbito do número de processos-crime, suspeitos identificados e indivíduos condenados pelos tribunais portugueses por 100.000 habitantes, o que parece indubitável é a crescente percentagem de indivíduos que após serem constituídos arguidos, tendem a ser condenados pelos tribunais.

No que se refere à evolução do número de indivíduos em situação de reclusão, os dados colhidos de 1983 a 2002, tendo como referência o Conselho da Europa, apontam para um crescendo de punibilidade (embora com indícios de abrandamento), só alcançando algum paralelo com a evolução demonstrada pelo sistema espanhol. Todavia, se na leitura da evolução do fenómeno tomarmos as variações constatadas nos períodos 83/02 e 93/02, o último período aponta para interpretações muito diferentes, nas quais se destacam nesse âmbito a Inglaterra e o País de Gales, a Bélgica e só depois Portugal, com índices elevados de punibilidade com a aplicação da pena de prisão. Uma vez mais não podemos esquecer que no ano de 2002, dos indivíduos detidos nas prisões portuguesas, cerca de 30% decorriam da aplicação, durante a fase de investigação criminal, da medida de coacção mais gravosa – prisão preventiva.

Tomando o género como variável de referência, poderemos constatar que no plano europeu também se registam taxas de feminilidade diminutas, não ultrapassando nos países referidos, cerca de 17% de condenações (Inglaterra e País de Gales, e Alemanha) e de cerca de 9% em situação de reclusão (Portugal e Espanha).

Quadro 3.9 Taxa de feminilidade das condenações proferidas nos anos de 1999 e 2003 e respectiva variação

(percentagens)			
PAÍSES	1999	2003	VAR 95/03
Portugal	7,0	8,5	21,4
Espanha	*	5,8	**
França	9,7	9,2	-5,2
Itália	16,5	14,0	-15,2
Bélgica	11,6	13,6	17,2
Luxemburgo	*	*	**
Inglaterra e País de Gales	15,7	17,6	12,1
Alemanha	17,0	17,4	2,4
Grécia	13,1	*	**

Fonte: European Sourcebook of Crime and Criminal Justice

* Na fonte referida não constam quaisquer dados

** Não é possível calcular a variação

Quadro 3.10 Taxa de feminilidade de arguidos em situação de reclusão (condenados e arguidos sujeitos a prisão preventiva) nos anos de 1983, 1993, 1998 e 2002, e respectiva variação

(percentagens)

PAÍSES	1983	1993	1998	2002	VAR 83/02	VAR 93/03
Portugal	2,6	7,3	9,7	8,1	211,5	11,0
Espanha	2,9	9,4	9,1	8,0	175,9	-14,9
França	3,3	4,1	4,0	3,7	12,1	-9,8
Itália	5,0	5,5	3,8	4,4	-12,0	-20,0
Bélgica	4,1	4,8	4,3	4,1	0,0	-14,6
Luxemburgo	2,4	3,8	*	6,1	154,2	60,5
Inglaterra e País de Gales	3,3	3,7	4,2	6,1	84,8	64,9
Alemanha	3,6	4,3	4,4	4,6	27,8	7,0
Grécia	3,3	4,6	3,9	4,9	48,5	6,5

Fonte: Bulletin d'information pénologique - Conseil de L'Europe

* Na fonte referida não constam quaisquer dados

No que se refere ao número de condenações por 100.000 habitantes, de 1999 para 2003 denotam-se variações crescentes em Portugal, Bélgica, Inglaterra e País de Gales, e Alemanha, e variações decrescentes em Itália, e França (nos restantes países não existem dados que permitam proceder ao cálculo). Quanto ao número de reclusos, de 1993 para 2002, denotam-se variações ascendentes em Inglaterra e País de Gales, Luxemburgo, Portugal, Alemanha e Grécia, e tendências descendentes em Itália, Espanha, Bélgica e França.

Tendo como referência o contexto europeu, o sistema de justiça português revela índices baixos, embora em evolução crescente, quer de denúncia de crimes, de indivíduos suspeitos identificados pelas autoridades, quer de indivíduos condenados por 100.000 habitantes, e em simultâneo, um índice elevado de taxa de reclusão, tendo em consideração as situações de trânsito em julgado e em prisão preventiva. Relativamente à taxa de feminilidade, e por comparação também aos pares europeus, o sistema português revela um índice baixo de mulheres condenadas, embora em evolução crescente e uma das taxas mais elevadas de mulheres em situação de reclusão, sendo de destacar o número de mulheres de nacionalidade estrangeira, em prisão preventiva e em situação de trânsito em julgado pela prática do crime de tráfico internacional de droga, na função de «correio de droga».

Todavia, a enunciação de tais indicadores não bastam para podermos equacionar qualquer alteração estrutural na configuração da criminalidade moderna e da expressividade em função do sexo.

3.4 A manifestação do género no sistema de justiça

No contexto da aplicação da justiça penal, as mulheres por relação aos homens, constituem uma população pouco visível (Ferreira, Garcia e Vala, 1993; Santos, Marques, Pedroso, e Ferreira, 1996; Lourenço e Lisboa, 1998a; Barreto, 2000; entre outros autores); tal constatação transversal a qualquer sociedade fundamenta-se, na maioria das situações, com base nas estatísticas oficiais sobre o crime.

Quadro 3.11 Réus/arguidos condenados no período de 1878 a 2003, por 100.000/hab. e sexo

ANO CIVIL	MASCULINO			FEMININO			TOTAIS	100.000/ hab.
	N	%	100.000/ hab.	N	%	100.000/ hab.		
1878	6.985	83,5	321	1.376	16,5	58	8.361	184
1886	9.415	82,7	387	1.970	17,3	75	11.385	225
1903	12.972	79,5	490	3.342	20,5	115	16.314	294
1912	10.285	81,6	363	2.318	18,4	74	12.603	211
1923	8.229	77,3	251	2.414	22,7	82	10.643	171
1932	8.682	80,8	261	2.064	19,2	57	10.746	154
1942	11.495	81,1	305	2.680	18,9	66	14.175	181
1953	20.441	79,0	498	5.450	21,0	123	25.891	303
1962	18.377	82,1	427	4.013	17,9	85	22.390	249
1972	11.647	83,2	286	2.351	16,8	52	13.998	163
1983	11.994	87,5	250	1.706	12,5	33	13.700	137
1993	33.860	90,4	711	3.582	9,6	70	37.442	379
2003	64.215	91,5	1.267	5.952	8,5	110	70.167	670

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Ministério da Justiça

Tomando como referência a evolução do número de indivíduos condenados, constata-se que a relação masculino/feminino desde do início do século XX tem vindo a enunciar uma tendência descendente, atingindo na entrada para o século XXI um dos índices mais baixos – em cada 10 condenados, apenas 1 é do sexo feminino¹⁹.

¹⁹ Tendo em referência os dados constantes no quadro 16, assim como a relação homem/mulher condenados, em cada 10 condenados, por cada ano registaram-se os seguintes índices de feminilidade:

Recorrendo ao conhecimento produzido por exames efectuados à realidade portuguesa pós Estado Novo, Pedro Moura Ferreira, Luís Garcia e Jorge Vala (1993), tendo efectuado um estudo sobre a população juvenil condenada no final da década de 80, referem que a maioria dos indivíduos condenados pertencem ao sexo masculino (92%), esmagadoramente de nacionalidade portuguesa, com níveis baixos de instrução, a maior parte empregados (77%), solteiros (75%) e primários (82%). Em termos de expressividade criminal, «os crimes mais caracteristicamente masculinos são o furto qualificado e o de uso de veículo, o roubo, a desobediência e resistência à autoridade pública e o consumo de estupefacientes. Do lado feminino aparecem as ofensas corporais simples, a difamação e a emissão de cheques sem cobertura.» (p. 104).

Também, Nelson Lourenço e Manuel Lisboa, tendo analisado a criminalidade participada às polícias entre 1984 e 1993, referem que os dados confirmam uma «maior distância das mulheres em relação aos sistemas policial e judicial» (1998a, p. 98), revelando, por comparação aos homens, valores bastante mais reduzidos, seja no número de arguidos, de condenados ou de reclusos; não obstante os autores salientarem o facto da representatividade presencial das mulheres nas prisões, ao longo desse período, ter duplicado (de 4,8% para 10,3%), os índices diminutos dos diversos elementos caracterizadores da expressividade criminal, tendem a sustentar a tese de que, mais do que autoras de crimes, as mulheres assumem fundamentalmente o papel de vítimas. Tal evidência foi largamente explorada pelo movimento feminista, denunciando a subordinação opressiva da mulher face à autoridade do homem, em particular no que se refere aos crimes que afectam a esfera da liberdade e da autodeterminação sexual, assim como a violência doméstica.

A manifestação delinquencial feminina caracteriza-se essencialmente por uma criminalidade pouco violenta e de reduzida gravidade. Não obstante a evolução crescente do número de condenados por 100.000 habitantes, a taxa de feminilidade desde a década de 60 apresenta uma tendência descendente, o que de alguma forma contradiz as teses que tendem a estabelecer uma relação causalista, a partir da qual o processo de conquista de direitos e de maior participação do género feminino na esfera pública, estaria inextrincavelmente associado à suposta evolução crescente da

1878 – 1,7; 1886 – 1,7; 1903 – 2; 1912 – 1,8; 1923 – 2,3; 1932 – 1,9; 1942 – 1,9; 1953 – 2,1; 1962 – 1,8; 1972 – 1,7; 1983 – 1,3; 1993 – 1; 2003 – 0,9.

participação feminina no crime. Efectivamente, verifica-se uma tendência crescente da participação, tanto masculina como feminina, no comportamento criminal – tendo como base o número de indivíduos condenados – todavia nesse âmbito, e tomando como comparação os anos de 1982 e 1993, assim como os anos de 1993 e 2003 o género masculino apresenta variações positivas (crescentes) (respectivamente – 184,8% e 78,3%) superiores ao género feminino (111,6% e 57,5%).

Tomando como referência de análise os dados das estatísticas oficiais de 2003, do total de indivíduos constituídos arguidos e julgados, 66,4% resultaram em condenações pelos tribunais portugueses (a fasquia mais baixa durante o regime democrático situa-se no início da década de 90, com cerca de 30% de condenações). No que respeita à proporção de condenados em função do sexo, os homens no seu sub-universo, na relação entre arguidos e condenados, obtiveram um índice superior de condenações (68,5%) que as mulheres (49,4%) (o índice de condenações de homens e mulheres no início da década de 90 era bastante baixo, situando-se respectivamente em cerca de 30% e 20%).

Tomando especificamente o número de condenados por relação ao tipo de crime subjacente à pena, constata-se que as mulheres, em termos de género e por relação aos homens, se distinguem por lhes estarem associados uma maior proporção de crimes contra as pessoas. Todavia, tal não constitui um esclarecedor indicador de que as mulheres que delinquem estarão cada vez mais a cometer crimes com recurso a meios violentos. O que se verifica é que a delinquência expressa pelo género feminino é cometida de forma pontual, com recurso a algumas violações da esfera pessoal, nomeadamente através da prática de crimes contra a honra, assim como contra a integridade física.

Se das estatísticas oficiais anuais transpusermos a análise para o âmbito da análise longitudinal de trajectórias delinquentiais, verificamos que a expressividade delinquential manifestada pelo género feminino, em particular as trajectórias criminais mais longas e persistentes, tendem a caracterizar-se essencialmente pela afectação de bens patrimoniais, com recurso à emissão de cheques sem provisão, à falsificação de documentos, à astúcia e ao engano, ou simplesmente à subtracção de objectos, e também através do recurso ao tráfico de droga. Denota-se uma dicotomia tipológica: o predomínio sequencial da prática do crime de emissão de cheque sem provisão e de falsificação de documentos com vista à obtenção de bens patrimoniais,

sem qualquer ligação à droga, e o predomínio de outra dimensão delinquencial, em que a droga se entrelaça com a prática de crimes ligados à predação de bens patrimoniais (Leal, 2007).

Tomando as estatísticas oficiais como referência, e em particular os dados correspondentes ao número de indivíduos condenados no ano de 2003, para além da maioria pertencer ao sexo masculino, 50,3% situam a idade na faixa etária entre os 30 e os 59 anos de idade, representando aqueles que se situam na fase da adolescência/juventude (dos 16 aos 29 anos) 44,6%, e os que situam a sua existência na última fase do ciclo de vida (dos 60 e mais anos) 5,1%. Elencando, por ordem decrescente, os vários tipos de crimes associados às condenações, os arguidos são sobretudo condenados por crimes ligados à condução de veículos automóveis (seja por se encontrarem em estado de embriaguez, seja por não possuírem habilitação legal para o fazerem), à afectação do património (através da prática de furto e de roubo), às ofensas à integridade física (devido a alterações na vida quotidiana), à desobediência a determinações emanadas pelos agentes representativos da autoridade do Estado, ao envolvimento no tráfico de droga, à emissão de cheques sem provisão e falsificação de documentos, e à afectação da honra de outrem.

A grande maioria dos indivíduos constituídos arguidos são solteiros (46,8%) e casados (40,9%), apenas 5,3% são estrangeiros, e só 2,3% possuem algum grau do ensino superior. A maioria dos condenados é primária (78,7%). Os condenados reincidentes já tinham sido condenados essencialmente pela prática (por ordem decrescente) de crimes relacionados com o comportamento na estrada (embriaguez e/ou falta de habilitação legal para poderem conduzir), com a subtracção de bens e com o incumprimento de determinações das autoridades ou pela prática de crimes de furto e roubo, tráfico de droga ou ofensas à integridade física.

Também no que se refere aqueles que se encontram a cumprir penas de prisão, a larga maioria encontra-se reclusa em estabelecimentos criminais devido a condenações pela prática de crimes (por ordem decrescente) relacionados com o tráfico de droga, com o furto e roubo e com o homicídio.

Não obstante a maioria dos arguidos, condenados e reclusos, serem do sexo masculino, importa salientar que (tomando como referência a proporção que os crimes contra as pessoas, assim como os crimes contra o património praticados com recurso a

meios violentos, assumem no conjunto da expressividade criminal das mulheres condenadas – percentualmente mais representativo que no conjunto da delinquência manifestada pelos homens condenados) tal evidência remete-nos para a exploração da hipótese a partir da qual a delinquência praticada pelo sexo feminino, em particular a cometida por aqueles que tendem a reincidir no crime, poderá eventualmente estar a associar-se a formas mais violentas de transgressão da normatividade.

3.5 A problemática da violência

Para procedermos à análise da evolução da participação em crimes violentos em função do género, importa seleccionarmos um conjunto de crimes que, pela sua tipicidade, congregam na sua execução a prática da força física ou o recurso a outros instrumentos, e/ou o emprego da ameaça com o objectivo de afectar a esfera da integridade física da vítima.

Efectuaremos assim a análise evolutiva do número de condenados em 1.^a instância, em função do sexo, pelos crimes de homicídio, aborto e infanticídio, ofensas à integridade física, crimes sexuais e roubo, num intervalo compreendido entre 1963 e 2003, composto por cerca de 40 anos, seleccionando, para o efeito, vários anos para análise. Estudaremos isoladamente a evolução de cada expressão criminal, de modo a que no final do processo de análise possamos tecer algumas considerações acerca da evolução da expressividade da criminalidade violenta, praticada por homens e mulheres, tendo como referência o número de condenados por 100.000 habitantes.

Crimes violentos

A criminalidade cometida com recurso a meios violentos, atentatórios da integridade física e da vida das pessoas, constitui um dos maiores receios na construção do sentimento de insegurança. Tal assunção constitui-se na principal razão para procedermos, no âmbito do estudo da relação entre crime e género, à análise evolutiva do nível de participação de homens e mulheres nos tipos de crimes conotados com a prática de violência sobre as vítimas.

Atendendo a que o período em causa foi atravessado por várias reformas legislativas ao nível do direito penal português (em particular a entrada em vigor do Código Penal de 1982), com consequentes reconfigurações, tanto ao nível da sistemática do articulado normativo penal, como da própria estrutura de algumas normas, importa salientar que no plano metodológico, ao se construírem as diversas variáveis representativas da prática de violência, houve a necessidade de se proceder a operações de agrupamento de vários tipos de crimes que não deixaremos de identificar.

Quadro 3.12 Variação de condenados pela prática de crimes violentos e sexo

PERIODOS	(percentagens)	
	VAR - Masculino / Crimes violentos	VAR - Feminino / Crimes violentos
63-03	-4,0	-39,0
63-83	-72,0	-72,0
83-03	239,0	120,0

Fonte: Ministério da Justiça

Deste modo, tendo como referência a totalidade dos vários tipos de crimes anteriormente mencionados, se tomarmos a variação evolutiva de condenados em 1963 e 2003, não obstante se constatar uma variação negativa em ambos os sexos, a evolução da variação das mulheres condenadas por 100.000 habitantes é francamente menor que a registada pelos homens (respectivamente -39% e -4%).

Por outro lado, se tomarmos a evolução da variação registada na vigência do regime democrático, mais concretamente entre a vigência do Código Penal de 1982 (Janeiro de 1983) e o ano de 2003, verifica-se em ambos os sexos uma variação crescente, mais acentuada no sexo masculino. Efectivamente entre 1983 e 2003, registam-se variações crescentes, em contra-ciclo com a evolução enunciada até à década de 80, atingindo na entrada para o século XXI uma clara variação crescente, de 239% nos homens, e 120% nas mulheres.

Quadro 3.13 Condenados pela prática de crimes violentos por 100.000/hab., sexo e respectiva variação

ANOS	MASCULINO	FEMININO	PERÍODOS	VAR - Masculino / Crimes violentos (%)	VAR - Feminino / Crimes violentos (%)
	Condenados - Crimes violentos	Condenados - Crimes violentos			
1963	180	36			
1967	113	27	63-67	-37,0	-25,0
1971	104	25	67-71	-8,0	-7,0
1975	68	13	71-75	-35,0	-48,0
1980	80	15	75-80	18,0	15,0
1983	51	10	80-83	-36,0	-33,0
1987	74	13	83-87	45,0	30,0
1995	104	11	87-95	41,0	-15,0
1999	126	15	95-99	21,0	36,0
2003	173	22	99-03	37,0	47,0

Fonte: Ministério da Justiça

Todavia, desde meados da década de 90 que a análise das estatísticas demonstra que a variação do número de condenados do sexo feminino tende a ser superior à evolução crescente manifestada pelos homens, o que poderá suscitar a fundamentação da hipótese de que, na transição do século XX para o novo milénio, não obstante a ainda manifesta maior participação masculina no crime em geral, e na criminalidade violenta em particular, a participação feminina na prática de crimes violentos estaria a crescer de forma mais acelerada que a participação masculina.

Para compreendermos que tipos de crimes seriam responsáveis por tal aceleração, procederemos de seguida à análise da evolução do número de condenados pelos crimes de homicídio²⁰, aborto e infanticídio²¹, ofensas à integridade física²², crimes sexuais²³ e roubo²⁴.

²⁰ Legislação anterior ao Código Penal de 1982: Grupo de crimes Contra a Segurança das Pessoas – Homicídio involuntário; homicídio agravado; homicídio voluntário agravado por envenenamento; homicídio voluntário simples; Parricídio ou matricídio.

Legislação após a reconfiguração operada pelo Código Penal de 1982: Grupo de crimes Contra a Vida – Homicídio simples e qualificado; homicídio por negligência; tentativa de homicídio; e outros contra a vida.

²¹ Legislação anterior ao Código Penal de 1982: Grupo de crimes Contra a Segurança das Pessoas – Aborto e infanticídio.

Legislação após a reconfiguração operada pelo Código Penal de 1982: Grupo de crimes Contra a Vida – Homicídio privilegiado, a pedido da vítima e infanticídio; e crimes contra a vida intra-uterina.

Homicídio

Tomando, em termos comparativos, os anos de 1963 e 2003 regista-se, em ambos os sexos, uma variação crescente, mais acentuada no sexo feminino que no sexo masculino (respectivamente de 100% e 75%).

Quadro 3.14 Variação de condenados pela prática do crime de homicídio e sexo

PERIODOS	(percentagens)	
	VAR - Masculino / Homicídio	VAR - Feminino / Homicídio
63-03	75,0	100,0
63-83	-50,0	-80,0
83-03	250,0	900,0

Fonte: Ministério da Justiça

²² Legislação anterior ao Código Penal de 1982: Grupo de crimes Contra a Segurança das Pessoas – Ofensas corporais cometidas contra progenitores ou contra outros ascendentes legítimos; ofensas corporais voluntárias de que resulte privação, aleijão ou inabilitação de algum membro ou órgão do corpo; ofensas voluntárias de que resultou a morte, a alienação ou a impossibilidade perpétua de trabalho; ofensas corporais involuntárias; ofensas corporais voluntárias; tentativa de homicídio e homicídio frustrado.

Legislação após a reconfiguração operada pelo Código Penal de 1982: Grupo de crimes Contra a Integridade Física - Ofensa à integridade física simples e privilegiada; ofensa à integridade física grave, agravada e qualificada; ofensa à integridade física por negligência. Grupo de crimes Maus-tratos e Infracções de Regras de Segurança – Maus-tratos de menor ou pessoa indefesa; maus-tratos do cônjuge ou análogo; infracção de regras de segurança. E Grupo de crimes Contra a Liberdade Pessoal – Ameaças ou coacção; sequestro, rapto e tomada de reféns; e outros crimes contra a liberdade pessoal.

²³ Legislação anterior ao Código Penal de 1982: Grupo de crimes Contra a Honestidade – Atentado ao pudor agravado; atentado ao pudor simples; estupro agravado; estupro voluntário; lenocínio; proxenetismo; violação agravada, violação com violência em maiores de 12 anos; violação com violência ou não em menores de 12 anos.

Legislação após a reconfiguração operada pelo Código Penal de 1982: Grupo de crimes Contra a Liberdade e a Autodeterminação Sexual – Violação simples ou agravada; violação com abuso de autoridade simples e agravada; Coacção, abuso e fraude sexual; coacção sexual com abuso de autoridade simples e agravada; tráfico de pessoas e lenocínio (inclui o de menor); lenocínio e tráfico de menores; abuso sexual de crianças e menores dependentes; actos sexuais e homossexuais com adolescentes; outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual.

²⁴ Legislação anterior ao Código Penal de 1982: Grupo de crimes Contra a Propriedade – Roubo; outros casos de roubo qualificado; roubo e homicídio.

Legislação após a reconfiguração operada pelo Código Penal de 1982: Grupo de crimes Contra a Propriedade – Roubo ou violência depois da subtração.

Quadro 3.15 Condenados pela prática do crime de homicídio por 100.000/hab., sexo e respectiva variação

ANOS	MASCULINO	FEMININO	ANOS	VAR - Masculino / Homicídio (%)	VAR - Feminino / Homicídio (%)
	Condenados - Homicídio	Condenados - Homicídio			
1963	8	0,5			
1967	3	0,3	63-67	-63,0	-40,0
1971	3	0,2	67-71	0,0	-33,0
1975	3	0,2	71-75	0,0	0,0
1980	3	0,1	75-80	0,0	-50,0
1983	4	0,1	80-83	33,0	0,0
1987	7	0,3	83-87	75,0	200,0
1995	11	1	87-95	57,0	233,0
1999	15	1	95-99	36,0	0,0
2003	14	1	99-03	-7,0	0,0

Fonte: Ministério da Justiça

Dos anos 60 até ao final da década de 70 verificam-se variações decrescentes negativas em ambos os sexos, registando-se a partir da década de 80 evoluções crescentes, já positivas, nas quais o número de condenações entre as mulheres revela um maior índice de crescimento, com relativa estabilidade a partir da década de 90.

Desde o início da década de 60, até final dos anos 70, que se verificam em ambos os sexos variações negativas, mais acentuada nas mulheres (-80%) que nos homens (-50%), tendência invertida a partir da década de 80 para ambos os sexos, registando-se uma variação crescente muito significativa no número de mulheres condenadas (entre os anos de 1983-2003, variação de 900%) com relativa estabilidade desde a década de 90, e um aumento do número de condenados do sexo masculino até à transição para o século XXI (no mesmo período, variação de 250%).

Aborto e Infanticídio

Tanto o aborto como o infanticídio são crimes que, no âmbito da produção de condenações, não têm registado um número significativo de ocorrências, devendo-se tal a várias ordens de factores.

Para além da discussão gerada pela acção do movimento feminista por relação à questão do aborto, ao direito de interromper voluntariamente a gravidez, fracturante da opinião pública, o processo de repressão a esse tipo de ilícito não constituiu claramente uma prioridade da política criminal; de uma forma geral, não podemos descorar que ambos os tipos de crimes decorrem num contexto em que o agente do crime vive uma experiência crítica, seja no plano individual através das emoções, seja no plano sociocultural, ao nível da família, precipitando todo o desenvolvimento da acção numa profunda clandestinidade.

Quadro 3.16 Condenados pela prática dos crimes de aborto e infanticídio por 100.000/hab., sexo e respectiva variação

MASCULINO			FEMININO		
ANOS	Condenados - Aborto e infanticídio	Condenados - Aborto e infanticídio	ANOS	VAR - Masculino/ Aborto e infanticidio (%)	VAR - Feminino/ Aborto e infanticidio (%)
1963	0,3	1			
1967	0,1	1	63-67	-67,0	0,0
1971	1	0,4	67-71	900,0	-60,0
1975	0,1	0,02	71-75	-90,0	-95,0
1980			75-80	-100,0	-100,0
1983			80-83	*	*
1987	0,02	0,1	83-87	*	*
1995	0,1		87-95	400,0	-100,0
1999		0,1	95-99	-100,0	*
2003			99-03	*	-100,0

Fonte: Ministério da Justiça

* Não se registou qualquer condenação em 1980, 1983, 1995 (feminino), 1999 (masculino), e 2003.

Os dados demonstram um maior número de condenações do sexo feminino, todavia, a evolução desse indicador em ambos os sexos é de tal forma descontinuado, por evidente falta de condenações, que apenas é possível afirmar que a acção do sistema de justiça sobre a realidade da prática abortiva e do infanticídio, tem sido meramente marginal, espúria e reveladora, no primeiro caso da tensão fracturante na sociedade, sustentada pela acção feminista, e no segundo caso, assim queremos crer, no reduzido número de casos existentes e detectados pelas autoridades.

Ofensas à integridade física

O sexo feminino no âmbito do seu universo e expressividade delinquencial, nas estatísticas oficiais, tende a registar uma elevada participação em crimes que lesam directamente a integridade física.

Quadro 3.17 Variação de condenados pela prática do crime de ofensas à integridade física e sexo

(percentagens)		
PERIODOS	VAR - Masculino / Integridade física	VAR - Feminino / Integridade física
63-03	-23,0	-46,0
63-83	-74,0	-74,0
83-03	193,0	111,0

Fonte: Ministério da Justiça

Se tomarmos o processo evolutivo do número de condenados pela prática do crime de ofensas à integridade física, tendo como base os anos de 1963 e 2003, verificamos que em ambos os sexos se verifica uma clara variação negativa, mais acentuada no sexo feminino (-46%) que no masculino (-23%).

Quadro 3.18 Condenados pela prática do crime de ofensas à integridade física por 100.000/hab., sexo e respectiva variação

ANOS	MASCULINO	FEMININO	ANOS	VAR - Masculino / Integridade física (%)	VAR - Feminino / Integridade física (%)
	Condenados - Integridade física	Condenados - Integridade física			
1963	151	35			
1967	88	25	63-67	-42,0	-29,0
1971	86	24	67-71	-2,0	-4,0
1975	57	13	71-75	-34,0	-46,0
1980	70	15	75-80	23,0	15,0
1983	40	9	80-83	-43,0	-40,0
1987	59	13	83-87	48,0	44,0
1995	54	9	87-95	-8,0	-31,0
1999	84	12	95-99	56,0	33,0
2003	117	19	99-03	39,0	58,0

Fonte: Ministério da Justiça

A partir da década de 80 denota-se a tendência para uma evolução crescente do número de condenados de ambos os sexos, de maior expressividade no sexo masculino (tomando os anos de 1983 e 2003, registam-se variações positivas na ordem dos 193% nos homens, e 111% nas mulheres), denotando-se, no entanto, na transição para o século XXI, no âmbito do universo das mulheres, uma maior variação positiva no número de indivíduos condenados.

Crimes sexuais

Os crimes sexuais, por traduzirem fundamentalmente a violação da esfera mais íntima do ser humano – a liberdade e a autodeterminação sexual – constituem-se provavelmente, no período temporal em análise, no grupo de crimes que maior cifras negras gera.

Quadro 3.19 Condenados pela prática de crimes contra a autodeterminação e a liberdade sexual por 100.000/hab., sexo e respectiva variação

ANOS	MASCULINO		FEMININO		ANOS	VAR - Masculino / Sexuais (%)	VAR - Feminino / Sexuais (%)
	Condenados - Sexuais	Condenados - Sexuais	Condenados - Sexuais	Condenados - Sexuais			
1963	20	0,1					
1967	20	1			63-67	0,0	900,0
1971	14	0,1			67-71	-30,0	-90,0
1975	6	0,1			71-75	-57,0	0,0
1980	6	0,2			75-80	0,0	100,0
1983	5	0,1			80-83	-17,0	-50,0
1987	5	0,2			83-87	0,0	100,0
1995	6	0,1			87-95	20,0	-50,0
1999	4	0			95-99	-33,0	-100,0
2003	6	0,3			99-03	50,0	*

Fonte: Ministério da Justiça

* Não se registou qualquer condenação em 1999 (feminino).

Não obstante a lacuna gerada pelas cifras negras, os dados oficiais referentes ao número de condenações, identificam claramente o sexo masculino como sendo o principal agente da prática dos vários tipos de crimes que enformam este grupo de

crimes. Este tipo de crime, em particular a prática de assédio sexual, violação e abuso sexual de mulheres e crianças, estreitamente co-relacionados com o fenômeno da violência doméstica e dos maus-tratos a menores, têm constituído no contexto do movimento feminista, um dos principais argumentos da denúncia do patriarcado, do processo androcêntrico de dominação da mulher e da construção do estatuto de vítima, tanto da mulher como da criança.

Embora se registre entre o ano de 1963 e 2003 uma clara variação assimétrica entre sexos, os dados em análise, em particular os relativos à participação feminina, revelam-se de tal forma diminutos, que tecer considerações acerca da eventual evolução do número de indivíduos condenados do sexo feminino pela prática deste tipo de ilícito, poderá constituir um exercício gerador de equívocos. A análise da evolução do número de condenados, ao longo dos 40 anos referidos, tende fundamentalmente a sublinhar o domínio da participação do sexo masculino na prática deste tipo de ilícito, encontrando-se a representação da participação feminina, e o seu eventual crescimento, essencialmente materializados pela prática dos crimes de tráfico de pessoas e lenocínio, assim como pelo abuso sexual de crianças e menores dependentes.

Roubo

O estudo dos dados referentes às condenações pela prática do crime de roubo, inserem-se parcialmente nas questões levantadas nas anteriores análises, fundamentalmente devido à escassez e ao reduzido número de mulheres condenadas pela prática do crime de roubo.

Quadro 3.20 Variação de condenados pela prática do crime de roubo e sexo

PERIODOS	(percentagens)	
	VAR - Masculino / Roubo	VAR - Feminino / Roubo
63-03	3500,0	1900,0
63-83	200,0	-60,0
83-03	1100,0	4900,0

Fonte: Ministério da Justiça

No período em análise, ambos os sexos registam globalmente elevadíssimas variações positivas, havendo no entanto que destacar, no universo feminino, dois ciclos de desenvolvimento do fenómeno.

Quadro 3.21 Condenados pela prática do crime de roubo por 100.000/hab., sexo e respectiva variação

ANOS	MASCULINO	FEMININO	ANOS	VAR - Masculino / Roubo (%)	VAR - Feminino / Roubo (%)
	Condenados - Roubo	Condenados - Roubo			
1963	1	0,1			
1967	1	0,02	63-67	0,0	-80,0
1971	1	0	67-71	0,0	-100,0
1975	1	0,02	71-75	0,0	*
1980	1	0	75-80	0,0	-100,0
1983	3	0,04	80-83	200,0	*
1987	4	0,1	83-87	33,0	150,0
1995	32	1	87-95	700,0	900,0
1999	23	1	95-99	-28,0	0,0
2003	36	2	99-03	57,0	100,0

Fonte: Ministério da Justiça

* Não se registou qualquer condenação em 1975 e 1983 (feminino).

Enquanto no primeiro ciclo, compreendido entre os anos 60 e a entrada na década de 80, a evolução do número de condenados (do sexo feminino) reporta um ciclo de variações fundamentalmente negativas (tendo como referência a comparação entre 1963 e 1983 regista-se uma variação negativa de -60%), no segundo, compreendido entre a década de 80 e o dealbar do século XXI, registam-se variações positivas (tomando os anos de 1983 e 2003, registam-se variações positivas na ordem dos 1100% nos homens, e 4900% nas mulheres), francamente em crescimento geométrico.

De uma forma em geral, os dados sobre a evolução do número de condenados pela prática de crimes violentos, enunciam, desde a década de 80, a evolução de variações positivas em ambos os sexos, todavia superiores no sexo feminino. A análise da evolução dos vários tipos de crimes, aponta para que tal facto se deva fundamentalmente não só ao maior número de condenações pela prática de crimes de

roubo, mas também por crimes relacionados com o tráfico de pessoas e o lenocínio, assim como por abuso sexual de crianças e menores dependentes.

Não obstante a sustentação das considerações que tecemos, não podemos olvidar que no contexto da análise estatística, tão importante ou mais que o exercício da análise, importa interpretar e atribuir significado aos contextos de onde os dados provêm, explicitando-os. No âmbito do decurso de qualquer análise, em que se recorre à determinação da variação de determinado fenómeno, não podemos esquecer o universo – os dados absolutos – a partir do qual é efectuado o estudo. Efectivamente, tomando o exame dos dados decorrentes do número de condenados nos anos 1995 e 2003 pelo crime de roubo, a evolução de 1 para 2 condenados do sexo feminino possibilita o registo de uma variação positiva de 100%; a evolução de 32 para 36 condenados do sexo masculino permite o registo de uma variação de apenas 13%, quando em termos absolutos a diferença em ambos os processos de determinação da variação seja respectivamente de 1 indivíduo do sexo feminino e de 4 indivíduos do sexo masculino condenados por 100.000 habitantes.

É um facto, demonstrado pelos dados, que desde a década de 80 que o número de condenados de ambos os sexos tem vindo a aumentar. Neste âmbito, parece-nos de particular importância, inclusivamente no âmbito da política criminal, que se proceda à determinação daqueles que, para além do cometimento de certa infracção penal com recurso a violência, tendem a desenvolver trajectórias criminais, nas quais enunciam com alguma intensidade e persistência actos de relativa gravidade.

Conforme demonstrámos noutro estudo (Leal, 2007), no âmbito do universo feminino, a violência, nesse tipo de trajectória criminal – mais longa e persistente – tende a ocorrer numa minoria, de forma rara e episódica, podendo no entanto marcar de forma indelével determinadas trajectórias. Tais práticas de pendor violento, quando se encontram presentes na biografia de indivíduos com trajectórias criminais de expressividade mais longa no tempo, ora se revelam no percurso delinquêncial de forma espúria e sem capacidade reprodutora, ora se constituem em factores que tendem a vincar a trajectória, mediante a repetição de outros casos com recurso à ameaça e à violência, em que o objectivo visa essencialmente alcançar a apropriação ilícita de bens patrimoniais. Procuraremos revisitar mais adiante o tema, incluindo na análise de trajectórias criminais a dimensão da expressividade do sexo masculino.

3.6 A questão da vitimação

Embora os dados apontem para uma tendência de crescimento do número de condenados de ambos os sexos, e aos mesmos acresçam indicadores que apontam no sentido de que a criminalidade com recurso a meios violentos manifestada pelo género feminino estará a evoluir mais rapidamente que a masculina – salientando uma vez mais, que interpretação da tendência deverá ser relativizada em função dos dados absolutos – Santos, Marques, Pedroso e Ferreira (1996), sublinham que a dimensão relativa das mulheres no sistema de justiça se assume fundamentalmente através da qualidade de vítima. Efectivamente, o peso relativo da mulher enquanto vítima é indubitavelmente superior ao peso que assume seja na posição de arguida, condenada ou de reclusa. Neste âmbito, Lourenço e Lisboa (1998a), também defendem a tese de que as mulheres, mais do que ofensoras, são essencialmente vítimas de crimes.

Embora o objecto do presente estudo se centre na análise da relação entre género e crime, e na expressividade trajectorial que homens e mulheres tendem a enunciar no decurso dos seus ciclos de vida, importa sublinhar que no contexto do sistema penal português, uma relevante percentagem das vítimas da criminalidade participada (27,6% em 2003), são pessoas colectivas, maioritariamente ligadas ao sector terciário – instituições comerciais, serviços e crédito – as quais surgem lesadas pela prática de crimes de falsificação e emissão de cheques sem provisão e de crimes relativos à delapidação do património. Tomando como análise os dados oficiais de 2003²⁵, as pessoas singulares constituem 72,4% do total de vítimas, sendo que a esmagadora maioria (68,7%) foi vítima da prática de um crime contra as pessoas, 27,0% contra o património, e os restantes foram vítimas da prática de crimes contra a vida em sociedade, assim como de outros tipos previstos em legislação penal avulsa, nomeadamente, a emissão de cheques sem provisão.

²⁵ No ano de 2003 identificaram-se 47.589 vítimas em processos-crime em fase de julgamento findos, sendo que 34.432 são pessoas singulares e 13.157 pessoas colectivas.

Quadro 3.22 Proporção de vítimas e de condenados e sexo

ANO CIVIL	(percentagens)			
	Vítimas		Condenados	
	M	F	M	F
1962	67,2	32,8	82,1	17,9
2003	59,7	40,3	91,5	8,5

Fonte: Ministério da Justiça

Quadro 3.23 Variação de vítimas e de condenados por 100.000/hab. e sexo

(percentagens)			
Condenados 1962/2003		Vítimas 1962/2003	
<i>Variação Masculino por 100.000/hab.</i>	<i>Variação Feminino por 100.000/hab.</i>	<i>Variação Masculino por 100.000/hab.</i>	<i>Variação Feminino por 100.000/hab.</i>
196,9	48,3	94,0	215,7

Fonte: Ministério da Justiça

Tanto na década de 60 do século XX, como no início do novo milênio, os homens representam a maioria das vítimas, todavia numa relação decrescente face às mulheres. Enquanto a taxa de masculinidade como vítima tende a diminuir, a taxa de masculinidade enquanto ofensor tende a aumentar, relação inversa se assiste na evolução da taxa de feminilidade, quer enquanto vítima, quer enquanto ofensora.

O gênero masculino assume a maior parcela do estatuto de vítima no grosso dos crimes participados. Todavia, existem crimes em que o gênero feminino surge como maioritário: são os casos dos maus-tratos ao cônjuge ou análogo, a menores ou pessoas indefesas; violação simples ou agravada; coação, abuso e fraude sexual; tráfico de pessoas e lenocínio; abuso sexual de crianças, de adolescentes e dependentes; contra a honra; violação de domicílio e introdução em lugar vedado ao público; e violação de obrigação de alimentos.

A diferença representada pelos dados oficiais sobre a vitimação, expõe o fenómeno da vitimação a múltiplas variáveis. O estatuto e os papéis que os indivíduos, em função da pertença de gênero, assumem e desempenham na sociedade, encontram-se em certa medida representados na expressividade revelada pelos dados sobre a vitimação. Uma boa parte das vitimações ocorrem em plena vivência no quotidiano, em particular no espaço público, espaço por excelência dominado desde

sempre pelo homem, e apenas recente e paulatinamente conquistado pela mulher, através da sua crescente taxa de actividade e participação na vida pública. Decorrente de tal, os dados sobre a evolução da relação entre género e vitimação parecem-nos congruentes com o progresso da participação feminina na sociedade. Por outro lado, os dados sobre a vitimação e a crescente representatividade da mulher nesse quadro, são reveladores também de outras dimensões das relações entre o homem e a mulher. Os tipos de crimes nos quais as mulheres se encontram mais representadas que os homens enquanto vítimas, são reveladores ainda do processo de dominação e do estado de subordinação de muitas mulheres.

A esse respeito os dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), referentes ao exercício de 2003, são demonstrativos do processo de emancipação inacabado. Nesse ano, pelo menos cerca de 84,9% das pessoas que recorreram aos serviços de apoio daquela entidade pertenciam ao sexo feminino. Maus-tratos físicos (violência doméstica), ofensas à integridade física, ameaças, coacção e crimes de natureza sexual (nomeadamente a prática de violação), foram os principais tipos de crimes denunciados. O perfil da vítima e do autor do crime eram descritos do seguinte modo: vítima – sexo feminino; na faixa etária entre os 26 e os 45 anos de idade; casada; integrada numa estrutura familiar nuclear; com uma condição perante a actividade económica diversa (empregada/desempregada); subsistindo dos rendimentos do trabalho; com escolaridade ao nível do ensino secundário/superior (poucos dados apurados); portuguesa; a desempenhar funções profissionais no sector terciário; com registos de alguma dependência de fármacos; e vítima maioritariamente de violência doméstica; autor do crime – na maior parte dos casos, cônjuge ou análogo da vítima; sexo masculino; na faixa etária entre os 26 e os 45 anos de idade; com emprego no sector secundário; com antecedentes criminais associados à droga e com hábitos de consumo abusivo de álcool; estando-lhe ao nível do comportamento criminal também associado a continuidade da prática de maus-tratos.

No que se refere à relação entre o género dos autores e das vítimas, nos tipos de crimes em que tenha havido recurso a alguma forma de violência (através de ameaças e de ofensas à integridade física), a auscultação efectuada através do inquérito à vitimação de 1994 concluiu «que os homens foram predominantemente (86% dos casos) vítimas de outros homens; as mulheres foram também predominantemente (em 67% dos casos) vítimas de homens. Mais rara terá sido a

relação inversa, em que a mulher aparece como agente. Os números sugerem (mas a sua representatividade é questionável) que só em 14% das vezes alguém do género masculino terá sido ameaçado ou agredido por alguém do género feminino; mas que um terço das mulheres vítima terá sofrido estes crimes por acto de outras mulheres.» (APAV, p. 122).

A relação entre a figura de vítima e a de ofensor articulada em função do género, revela no tempo uma evolução crescente de ambos os sexos em ambos estatutos, todavia numa tendência de relação inversa representada por uma maior representação assumida pelo homem enquanto agente do crime e gerador de vítimas, e uma menor representatividade enquanto vítima.

Embora se revele inegável a existência de indicadores (número de indivíduos condenados) que apontam para uma tendência crescente de participação da mulher no crime, os dados revelam que a evolução da participação do homem nesse fenómeno é também crescente, e proporcionalmente mais relevante em termos quantitativos; todavia, não podemos deixar de sublinhar que relativamente ao número de indivíduos constituídos arguidos, a taxa de feminilidade a partir da segunda metade do século XX, até ao albar do novo milénio (ano de 2003) revela uma tendência decrescente, atingindo no início do novo milénio o índice mais baixo registado em todo o século XX. Por outro lado, embora de leitura prudente, deparamo-nos com indicadores (número de condenados) que indiciam um crescente envolvimento de indivíduos do sexo feminino na criminalidade violenta, em particular nos crimes contra o património; tal evidência não poderá desagregar-se do facto de que os homens também apresentam indicadores, embora numa tendência evolutiva menos expressiva, de maior participação nesse tipo de criminalidade, em particular mediante a prática do roubo.

Procuraremos aprofundar a relação entre género e crime, e sua especificidade, através da análise da participação dos indivíduos no crime, numa perspectiva longitudinal, procurando enquadrar a manifestação criminal de homens e mulheres no continuum das suas vidas, enunciando o que se configurará como trajetórias criminais por relação às diversas fases em que os indivíduos se envolveram na delinquência.

Capítulo 4

Processo delitivo e género

Até ao dealbar do século XX a compreensão sobre o crime e o delinquente ancorou-se fundamentalmente num esforço de procura das causas (etiologia) dos factos. A interpretação dos fenómenos, fosse de base biológica, psíquica ou social, fundava-se numa lógica de raciocínio determinista. Todavia, a partir do século XX, paulatinamente as explicações estribadas numa causalidade simples vão dando lugar à multi-causalidade; o pendor determinista das correntes biológicas (da hereditariedade específica, à bioquímica, à neurologia, e à genética), psicológicas (da personalidade criminal, à psicodinâmica, e à fenomenologia do sentido da transgressão), e sociológicas (da cartografia do crime, ao conflito de classes, à subcultura desviante, à ecologia, e ao interaccionismo simbólico) ao longo de todo o século XX vão cedendo lugar a um modelo explicativo integrador das diversas dimensões de análise, numa abordagem bio psicossocial sobre o crime e o delinquente.

Da lógica de causalidade, transita-se para uma lógica de processo, na qual domina um multifactorialismo sobre a explicação do crime e os seus agentes. Tal lógica de integração das diversas dimensões explicativas, produziu segundo Agra e Matos (1997) dois modelos de integração bio psicossocial da interpretação do comportamento delinquente. O primeiro, neo-positivista, resulta de uma adaptação do positivismo criminológico aos actuais desenvolvimentos da estatística; fundamentalmente entre «o efeito conjugado das causas ou factores biológico, psicológicos ou sociais» procura-se «encontrar o peso relativo de cada um dos factores na determinação do comportamento delinquente.» (Agra e Matos, 1997:26); o segundo, fenomenológico, procura essencialmente interpretar a relação entre o indivíduo e o mundo, não a partir das causas do acto, mas dos processos que o integram e lhe conferem significado.

O escopo do nosso projecto entronca-se no segundo modelo de produção de conhecimento mas estribado, no plano analítico, na estatística. O estudo de trajectórias criminais tendo como referência permanente a sua expressividade em função do género, aproxima a nossa perspectiva de abordagem da metodologia e dos trabalhos desenvolvidos pela Escola de Chicago (EUA) e pela Escola de Louvain

(Bélgica). Embora de âmbito diferente, na medida em que a Escola de Chicago, numa perspectiva psicossocial, se focou na «análise das significações que toma a criminalidade na relação delinquente/meio físico e social», e a Escola de Louvain, numa perspectiva bio psicossocial, no «estudo das significações do acto criminal, na relação entre o delinquente e o seu meio interior biológico (instintos) e psíquico» (Agra e Matos, 1997:26), ambas procuraram destrinçar o tipo de expressão e o significado que o desvio, e em particular o crime, adquirem na formação da identidade do indivíduo e na sua existência enquanto entidade social. O projecto que empreendemos, ancorado no estudo da relação entre género e trajetórias criminais, entronca todo o seu esforço analítico na influência epistemológica exercida por ambas as escolas, no sentido de procurarmos explicar a diversidade de configurações que a conduta delinquente de homens e mulheres vai tomando ao longo das suas vidas.

Independentemente da pertença de género, a caracterização e a evolução da sequência das diversas fases que compõem o ciclo de vida do indivíduo têm como referência a idade biológica, psíquica e social do sujeito. A idade constitui a linha do tempo na qual os indivíduos se vão desenvolvendo bio psicossocialmente; constitui o referencial para uma série de eventos que vão fazendo parte do curso de vida do indivíduo. O desenvolvimento biológico reflecte as marcas que o tempo imprime ao corpo do indivíduo nas diversas fases da vida, revelando não só a capacidade motora, mas também, e essencialmente, a maturidade biológica. No plano da organização e do equilíbrio da psique, a sequência enunciada da infância à fase adulta, constitui o referencial da evolução dos diversos estados cognitivo e emocional. No âmbito social, representa as expectativas diferenciadas que ao longo das várias fases recaem sobre o processo evolutivo e estruturante do ciclo de vida do indivíduo.

O ser homem ou mulher constitui *a priori*, no sistema social, um elemento diferenciador, estruturante nas diversas fases evolutivas da constituição do indivíduo, com repercussão na identidade do sujeito. O conceito de género, e as diferenças que encerra, encontra-se imerso num longo processo de diferenciação e de distribuição desigual de poder, tendo gerado um estado de dominação do qual sobressai o homem, enquanto ser mais forte, por relação à mulher, mais fraco. O sistema social foi desse modo sendo estruturado ao longo do tempo tendo como referência uma ideologia androcêntrica sobre a realidade, operando-se sobre a consciência dos indivíduos e a

prática social, um processo de legitimação dos interesses do homem, subordinando a condição e a existência da mulher a essa realidade socialmente construída.

Ao longo das diversas fases de desenvolvimento social do indivíduo encontramos as consequências do processo de dominação e de diferenciação em função da pertença de género. O domínio do masculino sobre o feminino, ou seja, dos interesses do homem por relação aos interesses da mulher, encontram-se repercutidos na forma como os indivíduos são educados, no potencial simbólico que a identidade masculina encerra por relação à identidade feminina, nos papéis sociais esperados para o homem e para a mulher, nas práticas e representações acerca do ser homem ou mulher, legitimados pelo poder simbólico dominante.

A legitimação do processo de dominação sustentou-se quase sempre em atributos conferidos pela natureza, mas classificados tendo como base um eixo de diferenciação social. A principal diferença entre o masculino e o feminino encontrar-se-ia à partida na base constitutiva do ser (através da maternidade), construindo-se a partir dessa base (fundamental para o processo de existência) todo um processo de dominação social, sustentado por artificialismos que se repercutiam na identidade da mulher, ora através da sua constituição fenotípica (frágil e fraca), ora na dimensão psíquica (sensível e instável), ora na sua dimensão social (irresponsável), sublinhando a condição de menoridade e de dependência face ao homem.

A existência social contida da mulher, repercutir-se-ia em todos os domínios da expressividade do feminino na sociedade. Menos visível no domínio do espaço público, mais confinada ao espaço privado, às funções da manutenção do lar, da família e da educação dos filhos, a expressividade da mulher no espaço público, nas mais variadas dimensões da vida social, encontrar-se-ia diminuída e repercutida no seu estatuto social. O grau de participação da mulher no crime não constituiria uma excepção.

Na sociedade democrática portuguesa, imersa num processo de modernidade inacabada, existem indicadores que apontam para um claro processo de autonomia e de emancipação feminina. As crescentes taxas de feminilidade, nos diversos sectores de actividade profissional, no ensino, em particular na universidade, em determinados sectores da vida pública tradicionalmente masculinos, como é o caso da política, constituem evidências da crescente participação do género feminino na dimensão da

vida pública. Todavia, repercutir-se-á a maior participação da mulher no espaço público numa maior participação no crime, medida pelas estatísticas oficiais? Embora, em todos os momentos da história do século XX, a participação feminina no crime se situar de forma significativa aquém da participação masculina, o processo de variação da participação feminina ao longo do tempo tende a expressar, com diferenças pontuais, uma tendência evolutiva similar à masculina; a evolução crescente ou decrescente da participação no crime encontra-se em regra repercutida de forma paralela em ambas as categorias de género.

Desde a década de 80 do século XX que se regista, independentemente da pertença de género, um aumento do número de indivíduos condenados pelos tribunais. Todavia, paradoxalmente, é no período de transição para o século XXI que se regista a menor taxa de feminilidade registada ao longo de todo o século XX (9,5% em 1993; e 8,5% em 2003). Ou seja, não obstante a maior participação feminina no crime, ou a maior denúncia de crimes cometidos por mulheres, a participação masculina parece crescer de forma mais acelerada que a feminina, de tal forma que a expressividade criminal da mulher na história moderna portuguesa nunca apresentou uma taxa de feminilidade tão reduzida.

A assunção de tal facto, com base nas estatísticas oficiais, remete o foco da análise para a dimensão da trajetória de vida do indivíduo. Como compreender tais diferenças, senão debruçando-nos sobre a expressividade criminal dos indivíduos ao longo das várias fases das suas vidas – da adolescência à vida adulta. Já referimos o quanto o género feminino, no decurso do processo de socialização – apesar da crescente conquista de direitos e de autonomia relativamente à dependência face ao homem – tende a ser sujeito a um processo de socialização desigual; sujeito a um maior controlo e supervisão, por referência aos padrões de comportamento daquilo que é esperado de uma rapariga que se tornará mulher – a prevalência da imagem hegemónica e androcêntrica de mulher contida e dócil – tende a desenvolver o seu ciclo de vida em contextos em que a influência da normatividade é exercida de forma mais incisiva sobre o seu sistema de disposições (base para a acção).

A análise dos dados oficiais produzidos anualmente pelas instituições de controlo não permitem produzir conhecimento acerca da especificidade delitiva que tanto o homem como a mulher vão expressando ao longo do curso das suas vidas. Todavia, o estudo da sequência delitiva em ambos os sexos poderá, em certa medida,

esclarecer o quanto a expressividade criminal se poderá constituir num reflexo da alteridade ocorrida no processo sequencial de desenvolvimento das diversas fases dos seus ciclos de vida, numa sociedade em que se evidenciam claros sinais de um crescente processo de emancipação e de autonomia da mulher, por relação à anterior relação de vincada subordinação ao poder patriarcal.

4.1 O delito no processo desenvolvimental

Cada fase de desenvolvimento do indivíduo é caracterizada pelo predomínio de determinados factores e eventos que lhe condicionarão o grau de adaptação e inserção social. Ao longo do processo de socialização o indivíduo vai construindo internamente, um sistema de disposições, com base nas quais orientará a sua acção. Desse modo, em função do tipo de envolvimento em determinadas experiências, repercutido no seu sistema de disposições, o indivíduo tende a manifestar, ora um contínuo empenhamento com as convenções da sociedade, ora a fractura com o prescrito e esperado pela normatividade. De uma forma geral, ao longo da sucessão de referências e de experiências dominantes nas diversas fases do ciclo de vida, da fase da infância para a adolescência, o indivíduo tende a transitar do contexto familiar, onde aprende determinados padrões de disciplina e de empenhamento com a escola, para o grupo de pares, no qual procura maior autonomia e independência; do grupo de pares, transitará mais tarde para o mercado de trabalho e para a constituição de um núcleo familiar. O quadro evolutivo referido, enquanto sequência de fases de um ciclo normativizado de desenvolvimento, é experienciado por alguns indivíduos de forma diferente, e em alguns casos como processo fracturado em diversos momentos.

Compreender o modo como o crime adquire significado e se inscreve nas várias fases da vida dos indivíduos, obriga a que nos tenhamos que debruçar sobre o encadeado de eventos que tendem a ocorrer ao longo do ciclo de vida do sujeito. Constitui-se numa perspectiva desenvolvimental, na medida em que o enfoque se centra sobre o percurso do indivíduo, de forma a compreender o momento e o modo como o indivíduo passa a inscrever a transgressão na sua trajectória. O tempo constitui-se na variável de referência, a partir da qual se procede ao exame das variáveis em análise (Loeber e LeBlanc, 1990; Agra e Matos, 1997; Brochu, Agra e Cousineau, 2002). Tanto o tempo, como a capacidade de interacção do sujeito,

constituem-se no eixo referencial da produção de significado sobre o percurso do indivíduo e a transgressão.

A análise longitudinal da sequência delitiva do indivíduo, constitui um exercício de reconstrução do seu passado e do significado que determinados eventos tiveram na sua enunciação. Desse modo, o estudo da trajectória delinquencial do indivíduo distingue-se de outras metodologias de análise, na medida em que tende a produzir um enfoque dinâmico sobre o objecto a estudar – o comportamento delinquente – situando-o simultaneamente no tempo em que decorre, assim como na história do indivíduo (Cusson, 2003), identificando os factores preponderantes, e com capacidade de influência, no processo de vida do sujeito.

A perspectiva desenvolvimental sobre a delinquência, tende a conceber o crime como sendo um fenómeno normal, na medida em que decorre de um processo de adaptação do indivíduo a determinados constrangimentos, inscrevendo-se por isso na temporalidade do sujeito (Sampson e Laub, 2005), mas socialmente negativo, na medida em que ao fracturar a ordem social gera vítimas e lesados, e desencadeia processos psico-sociais de produção de sentimentos de insegurança.

O exame de determinado percurso criminal, com base numa perspectiva desenvolvimental, procurará fundamentalmente identificar a sequência através da qual o indivíduo, ou determinado grupo de indivíduos, exprimem e atribuem significado à transgressão, tendo como referência, não só o momento em que o delito foi cometido, como a presença e a acção de determinadas variáveis que potencialmente poderão influenciar a sua ocorrência, a forma como se correlacionam, como umas se sucedem às outras, e assim identificar a acção preditora de determinadas variáveis sobre outras. De que forma certos eventos funcionam como elementos que protegem e põem em risco? Como se poderão constituir em pontos de mudança na trajectória do indivíduo? De que modo as trajectórias se vão alterando ao longo da idade, e diferindo em função do género? No fundo, em que medida a delinquência se constitui no produto do processo relacional entre a especificidade da constituição do sujeito e os contextos sociais em que desenvolve a sua aprendizagem social?

No projecto que empreendemos tais trajectórias representam a enunciação de sequências de crimes inscritos no tempo de dois conjuntos de sujeitos que compõem duas amostras – masculino e feminino. Que tipos de crimes são cometidos? De que

forma o delito se inscreve na vida dos indivíduos? Em que fases da vida ocorre? Qual a frequência de determinado tipo de crime? Constituirá a ocorrência de certo tipo de crime um elemento preditor de determinado sentido da trajectória? Como é que as diversas manifestações de crime nos percursos de vida do masculino e do feminino tendem a divergir ou a interceptar a normatividade?

4.2 A controvérsia sobre a produção de conhecimento através da análise de trajectórias

O estudo do crime e da delinquência, tendo como metodologia de abordagem a análise sequencial do comportamento transgressivo do indivíduo ao longo do tempo, designado por estudo de trajectórias, percursos ou carreiras criminais, pode situar-se, no mínimo, no século XIX da história da Europa. Procurava-se compreender a forma como a sequência delitiva do indivíduo tendia a evoluir – do pequeno delito ao delito mais grave e hediondo (Loeber e Stouthamer-Loeber, 2006). Na primeira metade do século XX, a Escola de Chicago decorrente dos índices crescentes de criminalidade nas principais cidades dos Estados Unidos da América, procura através do *método biográfico das histórias de vida*, compreender a expressividade existencial daqueles que viviam nas margens da exclusão social, na profunda marginalidade, muitas das vezes expressa através de comportamentos delinquentes.

Na segunda metade do século XX, outras correntes, procuraram atribuir sentido à sequência delitiva, ora através da explicação do agir delincente, tendo como base um processo de atribuição de estigma (teoria da reacção social ou rotulagem de Lemert) – desvio primário e secundário – ora de aprendizagem de comportamentos transgressivos (teoria da associação diferencial de Sutherland e Cressey), ora de incorporação no indivíduo de determinados valores que lhe diminuiriam a capacidade de autocontrolo (a teoria do controlo de Hirschi) e de respeito com o prescrito no sistema normativo. Embora não aludam expressamente ao estudo de sequências delitivas, definidas como trajectórias criminais, o comportamento do indivíduo tendia a ser interpretado por referência ao que Jean Claude-Passeron (1998) referiu como sendo os limites impostos pelo quadro histórico, onde o indivíduo enquadra o seu quotidiano, o tipo de oportunidades objectivas e

acessíveis para a acção, e as expectativas que o animam em função da reacção esperada à enunciação da acção.

Todavia, no final da década de 80 do século XX, a pertinência acerca da utilização do método longitudinal para análise da criminalidade, tendo como base a enunciação de trajectórias criminais, desencadeou uma acesa discussão protagonizada por Gottfredson e Hirschi, e Blumstein, Cohen e Farrington, sobre a mais-valia de tais análises para a produção de conhecimento acerca da evolução da relação entre a idade dos sujeitos, a prevalência e a frequência criminal, tendo em conta a relação custo/benefício dos resultados obtidos a partir dos estudos longitudinais.

No caso da oposição digladiada entre estes autores, a questão foi equacionada tendo como base o suposto antagonismo entre a *teoria geral do crime*, assente nos conceitos de *propensão criminal* e *autocontrolo* de Gottfredson e Hirschi e o resultado do conhecimento produzido pelos estudos longitudinais de Blumstein, Cohen e Farrington assente no desenvolvimento dos conceitos de *carreira criminal*, e de *criminosos de carreira*. Para Gottfredson e Hirschi (1988) os factores de risco e de protecção associados a cada tipo de trajectória ou carreira criminal tendem a assemelharem-se, na medida em que, de um modo geral constituem uma manifestação da propensão do indivíduo para delinquir, resultado fundamentalmente do seu deficiente autocontrolo.

Na óptica de Piquero, Farrington e Blumstein (2007), o que opõe Gottfredson e Hirschi a Blumstein, Cohen e Farrington fundamenta-se no facto de que para os primeiros, decorrente do desenvolvimento da teoria geral sobre o crime, assente na relativa propensão para delinquir e no diferenciado nível de autocontrolo, o que se apresenta de relevante é o estabelecimento da distinção entre aqueles que transgridem e os que se conformam à normatividade, sendo que para os segundos, na óptica do desenvolvimento do paradigma das carreiras criminais, o que se revela importante é o nível de actividade delinquente manifestado por determinados indivíduos.

Não obstante, concordemos com a aceção de Gottfredson e Hirschi (1988), fundada na premissa de que tanto os delinquentes como os não-delinquentes se encontram sujeitos às mesmas forças causais, importa referir que a intensidade e a forma como o agente se interrelaciona com essas forças poderá variar, sendo por isso diferenciada, não só ao nível da faculdade do entendimento, como das vicissitudes

decorrentes dos processos de socialização a que o indivíduo se encontra sujeito ao longo do seu ciclo de vida. Por isso, mesmo que determinados factores se encontrem co-relacionados, identificados como preditores do comportamento delinquente num determinado grau de probabilidade, e encontrando-se presentes como factores de influência em determinado momento do processo de vida do sujeito, o indivíduo poderá não delinquir se para tal, utilizando o conceito de Gottfredson e Hirschi, o seu *autocontrolo* se encontrar reforçado pela convicção, e mesmo pela crença, nas práticas e nos valores legitimados pelo sistema normativo. Tal é perfeitamente compatível com os estudos sobre carreiras ou trajectórias criminais, na medida em que os estudos longitudinais possibilitam, para além de identificar o efeito da acção de determinada variável sobre o comportamento do indivíduo, permitem também aferir o grau de participação, assim como a qualidade da manifestação criminal (intensidade e variedade criminal), distinguindo, para além daqueles que cometem crimes, por oposição aos que não cometem, a identificação de outros indivíduos que se distinguem por enunciarem trajectórias mais longas e graves.

Efectivamente, enquanto Gottfredson e Hirschi (1988) referem que o cometimento de crimes tende a diminuir com a entrada do indivíduo na fase da vida adulta, registando-se um declínio, tanto do número de indivíduos que cometem crimes, como da frequência do comportamento criminal, Blumstein, Cohen e Farrington (1988a) sublinham que o que varia no processo evolutivo do cometimento de crimes ao longo da idade, é a participação no crime e não propriamente a frequência, na medida em que subsiste sempre um pequeno grupo de indivíduos que tendem a prolongar as suas trajectórias delitivas para além da entrada na vida adulta – os *criminosos de carreira*. Importa assim compreender em que medida esses indivíduos se distinguem dos outros. De que modo a configuração trajectorial difere da larga maioria que se detém à entrada na fase da vida adulta?

Embora o conceito de *carreira*, esteja estreitamente associado à esfera das profissões, deverá ser compreendido no sentido de remeter para um fenómeno que ao longo da vida do sujeito tende a manifestar-se de forma sequencial e adquirir determinados significados ao longo do tempo, e por isso eminentemente trajectorial. O estudo de *carreiras criminais* permite a distinção entre aqueles que cometem crimes, de outros que não os cometem (Blumstein, Cohen, e Farrington, 1988a), representando tal acepção o conceito de prevalência. O conceito de *carreira criminal*,

distinguido no conceito de *criminosos de carreira* – representativo daqueles que exprimem trajectórias delinquentiais mais longas – é desenvolvido no sentido de produzir conhecimento acerca das especificidades delitivas daqueles que exprimem, com alguma frequência, comportamentos delinquentes; efectivamente, alguns indivíduos envolvem-se de tal forma na delinquência que estes autores os classificaram como *criminosos de carreira*. Na opinião destes autores, cada *carreira* ou trajectória criminal distingue-se através das diferentes correlações e elementos preditores que caracterizam a passagem ao acto, assim como pelo modo como se manifesta e desenvolve.

4.3 A herança inspirada nas ciências exactas

Mas, o que são trajectórias? Tal noção constitui-se na adaptação, no seio da criminologia, de um conceito das ciências ditas exactas, mais precisamente da física aplicada à balística. No contexto do saber produzido pela balística «denomina-se trajectória a curva descrita pelo centro de gravidade de um projectil no seu movimento de translação através da atmosfera» (Grande Enciclopédia, VOL. XXXII: 431), sendo que a mesma é constituída por quatro grupos de elementos que a caracterizam e definem e que são referidos do seguinte modo: «a) *Elementos iniciais*: linha e plano de tiro, linha e plano de projecção, velocidade inicial, ângulos de levantamento, de tiro, de alça, de projecção e elevação. b) *Elementos intermédios*: vértice, flexa, ramos ascendente e descendente, inclinação da trajectória e velocidade restante. c) *Elementos finais*: ponto de queda, alcance, ângulo de queda, velocidade final e duração de trajecto. d) *Elementos relativos ao objectivo*: ponto de chegada, ângulo de chegada, ângulo de incidência, ângulo de sítio e linha de sítio.» (Grande Enciclopédia, VOL. XXXII: 432). Conforme exploraremos mais adiante, o estudo de trajectórias criminais tem por base a concepção de uma série de factores de caracterização do processo desenvolvimental da trajectória que, em certa medida, se assemelham ao definido pela física para o estudo da balística.

O acto simples de disparo de uma arma de fogo produz, no contexto da física, a projecção de um objecto na atmosfera e a enunciação da correspondente trajectória num determinado sentido. No entanto, a trajectória desenvolvida pelo projectil pode ser prevista ou determinada *a posteriori*, havendo para tal que tomarmos como

referência o ponto de impacto a alcançar, e procedermos para o efeito à preparação da arma, determinando os parâmetros adequados, de modo a alcançarmos, de forma certa, o objectivo do disparo.

Todavia, o estudo da desviância, e como tal do comportamento humano, obriga-nos a romper com essa perspectiva mecanicista de trajectória. Não obstante a previsibilidade trajectorial que a física aplicada à balística determina face ao lançamento de objectos, na esfera das ciências sociais e do comportamento a probabilidade de certa conduta acontecer, e a partir dessa outra de certo tipo lhe suceder, encontra-se muito mais imersa em incertezas, e sujeita a uma maior margem de erro. Depende da dimensão emocional e da precariedade da razão, tão caracteristicamente humana. O desenvolvimento do comportamento delinquente não resulta assim da projecção de um azimuth a partir do qual o indivíduo enunciaria o sentido da sua trajectória de vida. Pelo contrário, Mercier e Alarie (2002) sublinham que a adopção de um estilo de vida desviante é um processo gradual, no qual o indivíduo tende a avançar e a recuar entre a conformidade e o desvio. Sampson e Laub (2005) expõem o fenómeno das trajectórias criminais como sendo o produto de um fenómeno social continuamente produzido ao longo do tempo, no qual o encadeamento comportamental do sujeito constitui um processo resultante das suas decisões e das suas acções, mediante as quais o indivíduo procura compreender, adaptar-se e produzir significado sobre as condições e os condicionalismos da sua existência social, recorrendo em determinadas circunstâncias ao crime.

Recorrendo ao pensamento de Agra e Matos, no plano conceptual «O conceito de trajectória é inerente ao modo de explicação processual que implica a descrição do movimento que liga diferentes estados (pontos) num espaço vital.» (1997:39). O acto transgressor do sujeito decorre de certo contexto em que desenvolve a sua existência, da forma como incorpora as suas experiências; do modo como insere o vivido na esfera da sua inteligibilidade – dimensão da vida psíquica, espaço onde erige a estrutura ético-moral da sua conduta e onde os factos adquirem significado para o sujeito (Agra e Matos, 1997; Brochu, Agra e Cousineau, 2002). Com tal, queremos afirmar que o sistema de disposições para determinado comportamento tem que ser compreendido na intercepção dos elementos que o constituem e o despoletam. A esse respeito, Coninck e Godard (1989) referem que a convencionalidade da trajectória do

indivíduo (ciclo de vida) liga-se a uma certa ordem cultural e moral na qual estão associadas atitudes e práticas consideradas socialmente adequadas a cada fase de vida.

Desse modo, o comportamento delinquente está para além de um simples evento isolado, pois insere-se num processo em que ocorrem outros eventos, com os quais o indivíduo interage, de forma diferenciada, consoante a idade, o estado do seu desenvolvimento e os condicionalismos de ordem social. Nesse sentido, e na esteira de Raudenbush (2005), o estudo de trajectórias reflecte essencialmente a interacção entre a acção do indivíduo e os contextos em que a mesma decorre. Todavia, não apenas num sentido situacional mas dinâmico, no qual o tempo é a linha referencial a partir da qual a sucessão de eventos tende a ser interpretada e a adquirir determinado significado.

4.4 Elementos que enformam as trajectórias criminais

O estudo de carreiras ou trajectórias criminais implica que se identifiquem os elementos que enformam a sua configuração e lhe atribuem sentido. LeBlanc (1986) refere que o conceito de carreira criminal deve ser analisado através dos seus componentes específicos, enunciando-os como sendo a precocidade (a idade no primeiro delito), a frequência (número total de delitos cometidos por indivíduo), a variedade (tipos de delitos cometidos), a gravidade (ponderação jurídico-penal dos delitos), a agravação (processo de progressão, de delitos menos graves para outros de maior gravidade), a violência (crimes contra as pessoas) e a duração (intervalo de tempo entre o início e o fim da manifestação delinquente).

O conceito de carreira criminal pode ser definido como uma sucessão de eventos nos quais decorre a actividade criminal, constituída por etapas e pela eventual intensificação da sua gravidade, da adolescência à fase adulta. É uma forma de demonstração de como a idade ao início do processo desviante se distribui ao longo das diversas fases de desenvolvimento do indivíduo. Para tal há que proceder à determinação dos parâmetros a partir dos quais se definirá a identificação e a definição, tanto da continuidade, como da mudança dos processos causais produtores de alteridades que se vão inscrevendo nas trajectórias de vida dos indivíduos. Os elementos constitutivos de uma trajectória, inserem-se num encadeamento de estados

ou etapas, no decurso do qual os indivíduos aprendem com as suas próprias experiências, e com base nesse processo de conhecimento, tendem a construir o seu próprio desenvolvimento, no qual o indivíduo, ora progride, ora recua no processo delinquente, representando a sequência delitiva um contínuo ajustamento do seu comportamento, ora ao mundo convencional, ora criminal, ora ao sistema de justiça no qual a actividade criminal se insere.

Desse modo, para se proceder ao estudo da actividade criminal, enquanto trajectória, ao longo da sucessão das diversas fases do ciclo de vida do indivíduo, importa recorrer a conceitos que enquadrem a actividade do indivíduo no seu processo de desenvolvimento, identificando os momentos fundamentais da sua manifestação. A esse respeito, Loeber e LeBlanc (1990), no âmbito do processo trajectorial do comportamento delinquente, distinguem conceitos *genéricos* (prevalência, incidência, diversidade e gravidade), ou de caracterização geral da criminalidade, de conceitos *limite* (início da activação, desistência, duração e alternância criminal), os quais delimitam temporalmente o processo delinquencial, e ainda conceitos *de dinâmica*, ou elementos que caracterizam os diversos pontos fulcrais do desenvolvimento da trajectória delinquente (activação, agravamento e desistência). Para estes autores, o termo trajectória desenvolvimental é aplicado para definir a descrição das sucessivas mudanças que vão ocorrendo no processo de transgressão no ciclo de vida do indivíduo, no qual poderão estar presentes de forma sistemática, mas não necessariamente completa, três processos desenvolvimentais, definidos, conforme referimos, como conceitos *de dinâmica* do processo desenvolvimental da delinquência: activação, agravamento e desistência.

A activação constitui-se num processo no qual a actividade delinquente se inicia e prossegue no tempo com determinada frequência (aceleração), duração (estabilização) e variedade de tipos de crimes cometidos (diversificação). A agravamento constitui-se no processo mediante o qual se enuncia a variedade transgressiva (sequência desenvolvimental) e o encadeamento em crescendo da gravidade delinquencial (escalada). Por fim, a desistência corresponde ao processo no qual é identificado o tempo em que a actividade criminal cessa, produzindo-se para o efeito um abrandamento da frequência (desaceleração), uma redução na variedade de tipos de crimes (especialização) e um decréscimo na gravidade dos tipos de delitos cometidos (de-escalada).

Os conceitos definidos por Loeber e LeBlanc (1990) fazem referência à caracterização da criminalidade em geral (*genéricos*) e ao processo de delinquência no plano do indivíduo (*limite* e *de dinâmica*), e constituem-se em formas de medição da criminalidade. Em particular, os conceitos *limite* e *de dinâmica*, permitem, no plano do sujeito e dos estudos desenvolvimentais, construir significado acerca do ciclo de vida dos indivíduos. São variáveis que permitem esboçar o comportamento de determinada trajetória criminal numa determinada fase do ciclo de vida do sujeito, e por isso com capacidade de produzir conhecimento acerca do processo delinquencial.

Tais variáveis implicam que se procure compreender o porquê de só alguns indivíduos se envolverem em comportamentos delinquentes, e desses, porque é que só uma pequena parcela de indivíduos é que desenvolvem trajetórias criminais de alguma expressão, diferenciadas em função da sua precocidade, duração, intensidade, e momento de desistência.

4.5 A procura de paradigmas trajectoriais

Um dos objectivos no desenvolvimento de estudos longitudinais, centra-se na identificação de padrões, de elementos que pela sua similitude suscitam a equação de classificações trajectoriais, representativas de um conjunto de indivíduos cuja sequência comportamental tende a manifestar-se do mesmo modo, enunciando assim um padrão desenvolvimental. O estudo longitudinal de trajetórias criminais, enunciadas pela experiência de vários indivíduos, pode traduzir, no plano estatístico, a enunciação de trajetórias modais, fundamentadas estatisticamente e susceptíveis de representarem a configuração e a tendência trajectorial de determinado grupo de indivíduos (Agra e Matos, 1997).

Nagin e Tremblay (2005a) referem que a análise de trajetórias de grupos é projectada tendo como objectivo a identificação de conjuntos de indivíduos cujas trajetórias se assemelham, constituindo tal exercício uma forma de produzir distinção entre grupos e de construir identidades que teriam uma correspondência directa com o plano da realidade onde existem. Tais distinções corresponderiam a um processo de diferenciação decorrente da própria realidade social, não sendo por isso uma

representação teórica e conceptual da realidade, mas a apresentação da própria realidade, das lógicas do processo desenvolvimental de cada trajectória de grupo e da correspondente etiologia.

Todavia, e na esteira de Raudenbush (2005), no estudo que apresentamos, a análise de trajectórias de grupos não deverá ser perspectivada como algo representativo da exactidão do real, mas de um processo de análise que tende a aproximar-se da complexidade da realidade onde efectivamente tudo se passa, e cuja captação de todas as variáveis presentes no desenvolvimento de determinado sentido trajectorial é em absoluto irrealizável. Registamos indícios, procedemos a operações de análise que nos permitem experimentar exercícios de co-relação oferecendo assim da aparente amálgama de elementos constitutivos da vida do indivíduo, significados sobre o que poderá ser o processo de delinquência.

A procura de identificação de padrões comportamentais a partir do desenvolvimento de estudos longitudinais, conduziu vários autores a enunciarem classificações, muitas vezes designadas de tipologias, relativas às diferenças trajectoriais que diversos grupos apresentam. A esse respeito denota-se um claro destaque na composição da estrutura das diversas categorias que compõem as várias tipologias, procedendo à distinção do comportamento delinvente circunscrito à fase da adolescência, entrada na fase da vida adulta, de outro tipo de categoria trajectorial que define o comportamento criminal como fenómeno que tende a prolongar-se para além da fase de adolescência, continuando ao longo da vida adulta.

LeBlanc (1986) distingue a *actividade criminal de ocasião*, e por isso pontual, da *actividade criminal de transição*, limitada à adolescência ou à fase adulta, de outras formas de *carreiras criminais de intensidade variável*. Fréchette e LeBlanc (1987) enunciam dois tipos de evolução da actividade delinvente na fase de adolescência, classificando-os como *regressivo* e *extensivo*. O primeiro, não obstante poder assumir uma intensidade elevada, reveste-se de alguma transitoriedade, constituindo-se muitas das vezes em experiências comportamentais expressivas do processo de adaptação do sujeito aos padrões da sociedade, que não chegam a desencadear sobre o indivíduo o processo estigmatizante de reconstrução da sua identidade, ficando a experiência delimitada à primeira fase da adolescência. O segundo, caracteriza-se pela precocidade e pela resistência aos processos de reacção social, revelando no decurso do seu desenvolvimento, determinado nível de

inadaptação do indivíduo face às convenções sociais, indício prenunciador de uma eventual continuidade delitiva na fase adulta.

No mesmo sentido, Moffitt (1993) distingue dois tipos de trajectórias delinquentiais – a *limitada à fase de adolescência* e a *persistente ao longo da vida*. O primeiro tipo caracteriza os indivíduos que tendem a manifestar comportamentos delinquentes apenas durante a fase de adolescência. Na trajectória *limitada à fase de adolescência*, o acto transgressivo é gerado pela falta de maturidade e pela influência negativa dos grupos de pares desviantes. Todavia, não obstante a experiência desviante, os indivíduos tendem a restringir a actividade delinquential à fase da adolescência, na medida em que durante o processo de socialização incorporaram capacidades pró-sociais que os reconduzem à normatividade. Por outro lado, o segundo tipo trajectorial tende a caracterizar indivíduos que manifestam comportamentos delinquentiais ao longo de toda a vida. A trajectória *persistente ao longo da vida* é explicada mediante a acção sobre o desenvolvimento da formação do indivíduo, de um processo de acumulação de desvantagens, que lhe afectarão a sua capacidade de adaptação à normatividade, decorrentes de deficits de natureza biológica e psíquica, da ordem neuropsicológica e de insuficiências relativas ao meio socioeconómico onde desenvolve a sua existência.

Patterson e Yoerger (1999) propõem uma tipologia composta por dois tipos de trajectórias preconizadas por indivíduos que tendem a iniciar a manifestação de comportamentos delinquentes, ora de forma *precocemente*, ora *tardamente*. Os indivíduos que tendem a iniciar precocemente o comportamento delinvente são aqueles que, atendendo às falhas ocorridas no processo de socialização e ao consequente envolvimento em grupos de pares desviantes, manifestam um baixo nível de autocontrolo, tendencialmente desenvolvem o comportamento criminal para além da fronteira dos limites da fase da adolescência, podendo tornarem-se criminosos de carreira. Por outro lado, os indivíduos que se iniciam tardiamente no comportamento criminal não revelam propriamente falhas graves no processo de socialização, mantendo por isso níveis de integração e de adaptação social normais. Em regra, iniciam as transgressões no final da fase da adolescência, e tal deve-se essencialmente à influência de determinados meios sociais e à influência negativa dos grupos de pares, factos cujo vínculo a um meio onde predomine a acção de supervisão por

adultos poderá obstar a que o indivíduo progrida no envolvimento em comportamentos anti-sociais.

4.6 Da continuidade do processo de transgressão à desistência

O sentido da trajetória de vida que o indivíduo vai construindo como sua, decorre do resultado da sequência dos diversos eventos que vão ocorrendo ao longo do seu ciclo de vida, por relação às suas estratégias de acção. Depende assim, não só das características da sua constituição biopsicológica, mas também do posicionamento social que ocupa na organização da estrutura do sistema social; além dos condicionalismos em torno dos quais vai desenvolvendo o seu quotidiano e tomando decisões que lhe influenciarão o seu curso de vida. A aparente ruptura com o normativo, provocada pelo comportamento anti-social e em particular pelo crime, constitui uma das possíveis manifestações do processo de adaptação do indivíduo aos condicionalismos sócio-culturais e económicos da sua existência social.

Thornberry (2005) refere que a manifestação de comportamentos de natureza criminal não depende de um inelutável destino, ao qual o indivíduo não pode escapar. Efectivamente, a configuração e o sentido da sua trajetória dependem do modo como interage com as experiências que vão ocorrendo no desenvolvimento do seu ciclo de vida, como reage, integra, organiza e decide em função do capital ético-moral que ao longo do seu percurso de vida vai erigindo como referencial da sua conduta. Daí que o esboço das diversas configurações e sentidos trajectoriais do indivíduo dependem do que Gottfredson e Hirschi (1990) entendem como incorporação diferenciada de certo grau de autocontrolo sobre a sua conduta e como tal, da propensão para delinquir.

A esse respeito Gottfredson (2005) sublinha que a capacidade de decisão do indivíduo referida por Sampson e Laub (2005) é, em certa medida, compatível com a teoria do autocontrolo defendida por si e por Hirschi (1990), pois o facto de sobre o sujeito se exercer um nível baixo de controlo, não constitui de forma determinista e inelutável um mecanismo gerador de comportamentos delinquentes. Tudo depende da capacidade de decisão do indivíduo e, como tal, da sua predisposição para cometer o acto. Tanto a eventual propensão para delinquir, decorrente do sistema de disposições do indivíduo, como a ocorrência de determinados eventos na sua vida, constituem

dimensões que se interpenetram, podendo, desse modo, determinada predisposição afectar o desenvolvimento de certo evento (ex. o sucesso ou o insucesso escolar) e o resultado de tal, influenciar, tanto o capital de reacção do indivíduo, como a ocorrência de outros eventos (ex. a capacidade ou a incapacidade de se realizar profissionalmente), afectando assim, de forma diferenciada, as possibilidades de envolvimento na actividade criminal (Gottfredson, 2005).

Dessa forma, e na esteira dos estudos desenvolvidos por Thornberry (2005), durante a fase de infância apenas uma pequena percentagem da população tende a manifestar comportamentos anti-sociais sérios e problemáticos, com repercussão jurídico-penal. Os indivíduos que desenvolvem esse tipo de comportamentos, tendem a persistir na delinquência e a projectarem trajetórias desviantes mais longas, para além da adolescência, e ao longo da vida adulta. Conforme temos vindo a referir, tal facto dever-se-á à interacção estabelecida entre determinadas características pessoais, certo posicionamento na estrutura social, condicionador do sistema de oportunidades, e a deficits de supervisão sobre o processo de desenvolvimento do indivíduo.

Todavia, é a fase de adolescência que representa maiores riscos no sentido do desenvolvimento de comportamentos anti-sociais de alguma gravidade e repercussão social e jurídica. É uma fase desenvolvimental, na qual o indivíduo busca incessantemente erigir e afirmar a sua identidade social, mediante a demanda de maior autonomia e independência face à autoridade dos adultos e à supervisão exercida pela família, aproximando-se dos seus grupos de pares, no seio dos quais anseia ser aceite, adquirir estatuto e reconhecimento. É no decurso desse processo, de eventual enfraquecimento do vínculo com os valores convencionais, que o sistema de disposições do indivíduo poderá encontrar-se mais vulnerável à influência de valores e práticas desviantes, buscando, mediante a prática de condutas transgressivas, a conquista no seio do grupo de pares, o estatuto, a distinção e a valorização da sua nova identidade, assim como o reconhecimento por parte dos seus pares. Desse modo, o período mais propício à manifestação de comportamentos delinquentes situa-se entre o final da adolescência e a entrada na fase adulta.

LeBlanc (2003) refere que para a maioria dos adolescentes que experimentaram a desviância, e em particular o comportamento delinquente, o mesmo não passou de uma das muitas experiências momentâneas, tratando-se por isso de um epifenómeno da adolescência. É uma conduta, em certa medida, comum ao capital de

experiência acumulado pela maioria dos jovens, geralmente limitada à fase de adolescência, sendo por isso considerada benigna, no sentido de que só uma pequena parcela dos adolescentes chegam a cometer crimes graves e a desenvolver trajetórias criminais que se prolongam para além da fase de adolescência.

Nesse sentido, a taxa de participação tende a aumentar na fase de adolescência, enunciando um efeito de escalada, para de seguida, a partir da fase de entrada na vida adulta, declinar (Ouimet e LeBanc, 1993; Warr, 1993). A este respeito importa referir que na concepção de Moffitt, Caspi, Harrington e Milne (2002), a verdadeira fase adulta começa, hoje em dia, mais tarde, a partir dos 25 anos, prolongando-se os efeitos da adolescência até essa idade. Todavia, no que respeita à manifestação de comportamentos delinquentes mais graves, Cusson (2003) afirma que é no final da fase de adolescência que os indivíduos tendem a enunciar com maior intensidade esse tipo de comportamentos, inflectindo-se essa tendência só no início da faixa etária dos 40 anos.

De uma forma geral, tanto a participação, como a frequência no comportamento delincente tendem a atingir o expoente máximo de expressão no decurso da fase da adolescência, sendo que, tanto a prevalência como a média da frequência desse tipo de comportamentos tende a decrescer no final da adolescência, início da fase da vida adulta. Ocorre assim um fenómeno de desaceleração, conducente à desistência da prática de comportamentos delinquentes.

Segundo Bushway, Thornberry, e Krohn (2003) a desistência não é um evento estático. É um processo dinâmico que ocorre ao longo da vida, no decurso do qual determinados acontecimentos suscitam o propósito e a tomada de decisão de cessar a actividade delincente. A desistência pode manifestar-se de forma gradual ou abrupta, durante a fase da juventude ou numa idade mais avançada. Desse modo, o estudo da desistência, numa perspectiva desenvolvimental, tem como objectivo, para além da identificação do momento da interrupção, proceder à destriça entre (1) a dinâmica do processo de transgressão e o processo de ajustamento do comportamento às convenções normativizadas; (2) indivíduos que continuam o processo transgressivo, daqueles que ao fim de determinado período de transgressão param; (3) assim como a determinação, se a mudança de comportamento é de longa duração, intermitente ou transitória para outro tipo de comportamento transgressivo.

Os eventos que se inscrevem na vida dos indivíduos e que agem como factores de desistência, são em regra, aqueles que se encontram associados aos já referidos factores que protegem o indivíduo do comportamento delinvente, que se repercutem num reforço do autocontrolo e que contribuem para uma melhor inserção e maior adaptabilidade do indivíduo às convenções da sociedade. São, como sublinham Ouimet e LeBlanc (1993), mudanças suscitadas por determinados acontecimentos estruturantes da vida convencional, que poderão propiciar o abandono da trajectória criminal.

Sampson e Laub (2005) referem que existem eventos que funcionam como pontos de mudança na trajectória do indivíduo, no sentido de contribuírem para o processo de desistência. São os casos, entre outros, do casamento, do serviço militar, do investimento na escola e no trabalho e da mudança residencial.

Para além da acção de factores decorrentes da relação que o indivíduo vai estabelecendo com o mundo convencional, alguns autores referem acontecimentos decorrentes da prática delinvente, que poderão despoletar o processo de desistência. É o caso da acção do sistema de controlo e repressão – o sistema policial e judicial – sobre o comportamento delinvente. Na opinião de Ouimet e LeBlanc (1993) o encarceramento poderá suscitar o amadurecimento da decisão de desistir do crime²⁶. A este respeito Sampson e Laub (2005) referem que qualquer mecanismo de desistência terá incluso, embora de forma diferenciada, situações que despoletem uma ruptura com o passado. Eventos que proporcionem em simultâneo, tanto formas de supervisão da conduta, como novas oportunidades de inserção do indivíduo na normatividade, e que suscitem a possibilidade de ocorrerem alterações estruturais no quotidiano e no plano da identidade do indivíduo. Conforme sublinha Thornberry (2005), a desistência não é determinada, nem pela idade, nem pela precocidade no cometimento de crimes, constitui-se mais como o resultado de um processo de mudanças estruturais que vão ocorrendo ao longo da vida.

²⁶ No âmbito do estudo de trajectórias, Eggleston, Laub e Sampson (2004) referem que há que ter algum cuidado na determinação do momento da desistência, na medida em que tanto os períodos de cumprimento de pena, como a situação de óbito, são condições que podem influenciar a configuração das trajectórias criminais, principalmente nas tipologias trajectoriais caracterizadas por períodos mais longos e de maior incidência no crime. Tais factos referem-se a eventuais indicações de falsas desistências no crime, quando o que ocorreu foram o óbito ou o cumprimento de pena. Tais factos, quando considerados sem que se proceda à sua confirmação, poderão constituir-se em factores de enviesamento da configuração desenvolvimental das trajectórias.

Face ao exposto, as análises longitudinais permitem identificar e conhecer a extensão das continuidades e descontinuidades do comportamento delinquente entre indivíduos que delinquent, distinguindo-os daqueles que se comportam conforme ao estabelecido na normatividade (prevalência), analisando os seus comportamentos ao longo da idade (frequência). De que forma determinado evento sucede a outro e como é que determinada variável, neste encadeamento de eventos que se sucedem, se constitui num elemento preditor de determinado sentido trajectorial?

Tal como refere Blumstein (2005) a mais-valia dos estudos longitudinais centra-se no facto de, através desta metodologia de recolha de dados, se tornar possível de forma contínua, seguir o processo desenvolvimental de certa especificidade comportamental do indivíduo, ou grupos de indivíduos, ao longo do tempo. Torna-se possível identificar a sequência de elementos que compõem o agir delinquente, proporcionando dessa forma conhecimento aos poderes públicos para que possam equacionar estratégias de intervenção, que visem a tomada de medidas de carácter, quer preventivo, quer reactivo.

Deste modo, procuraremos, no presente estudo, destrinçar as variações trajectoriais no interior dos universos masculino e feminino, assim como os elementos que distinguem e aproximam ambas as categorias de género, de forma a produzirmos algum conhecimento, não só sobre o quadro geral da criminalidade na sociedade portuguesa, como também, e acima de tudo, no modo como essa criminalidade se inscreve ao longo do tempo nas diversas fases do ciclo de vida dos indivíduos.

4.7 A sequência delitiva no masculino e no feminino

Segundo os dados recolhidos no ano de 2003, no âmbito das estatísticas oficiais sobre o crime, apresenta-se-nos o seguinte quadro:

A análise do quadro que se segue, seja no que respeita a indivíduos identificados enquanto suspeitos da prática de um crime, e por isso constituídos arguidos (no ano de 2003, 14,8% de mulheres e 85,2% de homens), seja no número de condenações (8,5% de mulheres e 91,5% de homens), e mesmo no número de situações de cumprimento de pena de prisão (5,8% de mulheres e 94,2% de homens),

os homens, por comparação com as mulheres, assumem claramente o produto da maioria dos casos processados pelo sistema de justiça.

Quadro 4.1 Proporção e variação do índice de arguidos, condenados e reclusos (pena de prisão) no ano de 2003 e sexo

ESTATUTO PROCESSUAL	Homens (%)	Mulheres (%)	Índice H/M
<i>Arguido (suspeito identificado)</i>	85,2	14,8	6/1
<i>Condenado</i>	91,5	8,5	10/1
<i>Recluso (pena prisão)</i>	94,2	5,8	16/1

Fonte: INE

Se tomarmos como referência os tipos de crimes pelos quais os indivíduos são condenados, verificamos uma maior associação do género feminino à prática de crimes contra a integridade física, na emissão de cheques sem provisão, assim como também noutros tipos de crime que tendem a afectar bens patrimoniais em geral e a vida em sociedade, raramente com recurso à violência, e uma maior expressividade do género masculino na prática de crimes contra a vida em sociedade e contra o património, com uma maior presença do elemento violência (quadros 4 e 5). Por cada indivíduo do sexo feminino arguido, condenado e impelido ao cumprimento de pena de prisão efectiva, correspondem respectivamente, 6, 10 e 16 indivíduos do sexo masculino.

Que factores poderão estar subjacentes ao processo que gera tal diferença e distinção? Moffit, Caspi, Rutter e Silva (2001), referem que a explicação para o comportamento anti-social de ambos os sexos é bastante similar, referindo o envolvimento em relações sociais desfavoráveis e sublinhando, em particular, a fase da puberdade, caracterizada pela afirmação e pela procura da identidade, assim como o contacto com a violência e outros contextos sociais, que negam a conformidade e a relevância do processo de transmissão inter-geracional de valores e práticas adversas, como factores propiciadores ou facilitadores da anti-sociabilidade. Na óptica destes autores, a maior participação dos rapazes em comportamentos anti-sociais, como é o caso do crime, por relação à registada para as raparigas, é sustentada numa suposta maior predisposição do sexo masculino para o desenvolvimento de desequilíbrios do foro neurológico (constatado em cerca de 5% dos indivíduos com comportamentos

anti-sociais), a partir de influências importantes do foro genético ou de outros factores de tipo biológico (manifestações de baixo auto-controlo e hiperactividade), os quais tendem a manifestarem-se no início da fase da infância e a persistir ao longo da vida.

Neste âmbito, Rutter, Giller e Hagell (1998) também estabelecem uma relação associativa entre perturbações clínicas e a expressividade de comportamentos anti-sociais. Referem que, embora na fase de infância entre rapazes e raparigas se registem poucas diferenças ao nível de comportamentos que revelam hostilidade, provocação ou vingança, assim como outros problemas de relacionamento inter-pessoal, os indivíduos do sexo masculino tendem a expressar maior nível de hiperactividade e de desequilíbrio do foro neurológico, muitas das vezes repercutido em comportamentos de risco e do tipo anti-social.

Sem prejuízo da explicação aventada por Rutter, Giller e Hagell (1998) e por Moffit, Caspi, Rutter e Silva (2001), em particular dirigida para uma reduzida percentagem da população masculina sustentada em factores da ordem constitutiva do indivíduo, o que nos parece relevante sublinhar, é o facto de que os factores de risco subjacentes à manifestação de comportamentos anti-sociais, e em particular ao envolvimento no crime, tendem a exercer influência no comportamento do indivíduo, independentemente da pertença a determinada categoria de sexo.

Os factores de risco subjacentes à manifestação de comportamentos anti-sociais, e em particular ao envolvimento no crime são, em certa medida, os mesmos para ambos os sexos. Todavia, atendendo ao processo desenvolvimental físico e psíquico do indivíduo, enquadrado por um contexto social diferenciado e diferenciador, tanto de estatuto, papéis esperados, como de construção da identidade masculina e feminina, o desenvolvimento do sujeito encontra-se delimitado por referência a um quadro de relativa liberdade e de possibilidades para a acção, condicentes com aquilo que vai incorporando enquanto sujeito social sexuado. Desse modo, ao longo do seu percurso desenvolvimental, o indivíduo vai enformando o seu quadro de pré-disposições, por relação às condições e ao grau de exposição a essas, que, no decurso do seu percurso socializador, foi internalizando na constituição da sua estrutura bio psicossocial (e no limite, na sua consciência ético-moral).

A suposta predisposição ou tendência para a anti-socialidade ou para a transgressão penal não radicam no sexo. Constitui antes de mais o resultado de um

processo de desenvolvimento, decorrente do qual o indivíduo, imerso numa existência social profundamente simbólica, geradora de significados, encontra-se permanentemente sujeito à diferença e à distinção, em função não só do sexo, como da raça, da etnia, da classe social, da confissão religiosa e de outros condicionalismos resultantes de construções socioculturais, que se repercutem no seu quadro mental (e em particular na dimensão ético-moral). O processo desenvolvimental do indivíduo é desse modo um mecanismo estruturador da sua constituição e simultaneamente reprodutor ou estruturante dos contextos sociais em que exprime a sua existência.

Desse modo, mais do que os inúmeros tipos de factores de risco para o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais, potencialmente facilitadores do processo de envolvimento na delinquência, importa compreender as circunstâncias e os processos que medeiam o contacto com esses factores de risco, os quais poderão exponenciar ou reduzir a influência que os mesmos poderão exercer sobre a formação do indivíduo e consequentemente sobre a sua acção social. Os factores de risco são classificados consoante a génese e/ou o contexto em que adquirem expressividade. Recorrendo à revisão bibliográfica efectuada por António Fonseca (2004) sobre os vários tipos de factores de risco da delinquência na fase da infância, fundamentalmente com base nos trabalhos desenvolvidos por Loeber e Farrington, podem ser distinguidos entre aqueles que tendem a estar presentes no desenvolvimento da criança, os que tendem a ocorrer em contexto familiar, no ambiente escolar, no âmbito dos grupos de pares e na rede de vizinhança e da comunidade.

Existem assim factores que radicam na estrita constituição do indivíduo, remetendo para a ordem do funcionamento hormonal, dos neurotransmissores, para a dinâmica psicofisiológica do sujeito, e outros que estabelecem uma associação de âmbito mais psicossocial, entre as características dos contextos onde o indivíduo desenvolve o seu processo socializador e os elementos que medeiam a influência das características de contexto, objectivados por modelos de educação e supervisão do comportamento eminentemente relacionais, que suscitam a aculturação de certos valores e práticas, não só no âmbito do seio da família, da escola, do trabalho, do grupo de amigos ou de pares, mas também no âmbito do tipo de rede social que caracteriza a comunidade em que insere o seu quotidiano.

O elemento risco, objectivado em factores potenciadores ou facilitadores da anti-sociabilidade e da delinquência, remete invariavelmente para elementos que tendem a desafiar o equilíbrio precário da normalidade, e da normatividade. Todavia, a influência desses factores varia em função da fase em que se manifestam no ciclo de vida do sujeito, assim como dos contextos em que se exprime e do estado de desenvolvimento bio psicossocial do indivíduo. O processo de fragilização dos laços do indivíduo com a normatividade (Hirschi, 1969), a construção do quadro de avaliação do custo/benefício do seu comportamento (Matza, 1969) ou o processo de aculturação de determinados valores e práticas contrárias à normalidade (Sutherland e Cressey, 1960), resultam invariavelmente da confluência de uma constelação de factores, cujo potencial fracturante da ordem depende de elementos mediadores do processo de constituição e de socialização do indivíduo. Na acepção de Sampson e Laub (1990), se na infância e na adolescência os contextos da família, da escola e do grupo de pares, exercem uma influência importante no processo de socialização dos jovens, aquando na entrada para a fase adulta, e em plena vida adulta, o grau de satisfação profissional, o casamento, a experiência da paternidade/maternidade e o nível de integração na comunidade exercem uma influência importante no comportamento do indivíduo.

Todavia, conforme refere Maughan (2005), para além da exposição a eventuais factores de risco, importa fundamentalmente perceber o grau crítico de exposição a esses, a partir do qual se poderá despoletar o desenvolvimento da anti-sociabilidade e o envolvimento na delinquência. No âmbito do estabelecimento da relação entre género e comportamento delincente, o que efectivamente varia é o grau de exposição dos jovens, rapazes e raparigas, aos factores de risco, através das características e do potencial de influência dos mecanismos mediadores desses factores, articulado com o potencial de disposições acumuladas no indivíduo, a partir das quais se equaciona o tipo de avaliação e reacção face a determinados estímulos e oportunidades. As fases da infância e da adolescência são extraordinariamente importantes, na medida em que é nesses períodos do ciclo de vida do indivíduo, que os primeiros laços com a comunidade e a normatividade são estabelecidos, tendo como pano de fundo a pertença a determinada categoria de género – masculino ou feminino.

O tipo diferenciado de educação e de supervisão, tendo como linha de horizonte a formação de homens e mulheres, difere em função do conceito dominante sobre o que se entende como definição do masculino e do feminino, em termos de identidade, de papéis e estatuto social. As diferenças registadas entre homens e mulheres na transgressão da normatividade, e no comportamento criminal em particular, para além de quaisquer outros factores ou elementos mediadores que poderão concorrer para a sua compreensão, radicam no elemento identidade sexual ou de género, a partir do qual o plano simbólico da existência do masculino e do feminino adquirem significado e relevância social.

Sendo o comportamento das raparigas mais sujeito ao controlo informal nas diversas dimensões onde expressa o seu desenvolvimento, contendo-o nos limites do socialmente esperado para uma rapariga (sensível; sentimental; afectuosa; dependente; etc.), o processo de socialização do rapaz tende a sujeitá-lo a contextos em que a supervisão admite, e em certa medida valoriza, a competitividade e a expressividade de determinado nível de agressividade, condicente com o socialmente adequado e esperado para o homem (corajoso; audacioso; aventureiro; dominador; etc.). O controlo diferenciado sobre o processo de formação bio psicossocial de rapazes e raparigas repercutir-se-á na forma como ambos se envolvem e exprimem a transgressão à normatividade. Se associarmos aos modelos representacionais do socialmente esperado enquanto identidade do masculino e do feminino, certo processo de socialização dominado por factores adversos, e/ou pela acção de mecanismos mediadores desajustados, o resultado de tal processo tende a repercutir-se na fragilidade do vínculo que o indivíduo mantém com a normatividade, potenciando a possibilidade deste poder manifestar comportamentos em conformidade com os contextos e os processos a que foi sujeito, no limite da inadequação, e em certa medida de ajustamento ao imperativo da normalidade.

Ao tomarmos o centro do estudo – a relação entre género e crime – e tomando como facto o processo histórico da distribuição desigual de poder, e como tal de estatuto e de papéis sociais, parece-nos relativamente incontestável que uma importante parcela explicativa da distinta manifestação criminal, expressa por homens e mulheres, esteja alicerçada na reprodução das condições que tomaram a forma de equacionar o mundo, os factos e os actores que nele interagem, a partir de um ponto de vista androcêntrico. Não obstante a relevância da constituição do indivíduo (no

âmbito genético e hormonal) e a sua repercussão no plano neuropsicológico, Stephan Norland e Neal Shover (1977) referem que a criminalidade expressa por homens e mulheres tende a ser uma manifestação dos contextos onde expressam as suas existências (no âmbito do desenvolvimento bio psicossocial; no contexto da família, da vizinhança e da comunidade, da escola, dos grupos de pares, do trabalho, etc.). As diferenças de género encontram-se sustentadas na distinção de papéis, nas expectativas sociais geradas em função de cada categoria de género, nas posições que detêm no quotidiano e como tal no tipo de posicionamento que ocupam nas organizações e nos grupos sociais. Tal processo diferenciador em função do género, condiciona o tipo de oportunidades a que os indivíduos podem aceder enquanto actores sociais, e como tal a possibilidade de se envolverem em comportamentos delinquentes.

Atendendo a que o processo histórico tem reproduzido profundas desigualdades em diversas dimensões da vida humana, sendo a mais básica a expressa em função das categorias de género, não suscita exclamação o facto de que entre o masculino e o feminino se registem diferenças significativas, seja nos índices de participação, frequência, tipo de crime, início e duração da actividade delincente. A este respeito, Hakan Stattin, David Magnusson e Howard Reichel (1989) tendo efectuado um estudo longitudinal sobre o comportamento delincente em ambos os sexos com base nos registos oficiais, abrangendo várias décadas, concluíram que os homens tendem a iniciar a actividade criminal mais cedo, a apresentarem maiores índices de participação, frequência, condenações, e a expressarem trajetórias criminais mais longas que as mulheres. Outros estudos desenvolvidos por outros autores, como Alison Hatch e Karlene Faith (1990), Danielle Laberge e Shirley Roy (1990) reiteram as conclusões de Stattin, Magnusson e Reichel, salientando que a criminalidade expressa pelo género feminino tende a incidir sobre os crimes contra a propriedade – através do furto em lojas, pelo uso fraudulento de cartões de crédito, pela emissão de cheques sem provisão e outros relacionados com a utilização de meios de pagamento; os crimes de natureza sexual – ligados à prática da prostituição, como é o caso do lenocínio; e os crimes relacionados com as drogas – o consumo e o tráfico. Ao contrário da participação do género masculino em crimes que requerem o uso da força e da violência, no universo delinquencial manifesto pelo género feminino, o recurso à violência, em particular associado à prática de crimes contra o

património, é residual (Laberge e Roy, 1990). Também Michael Rutter, Henri Giller e Ann Hagell (1998), a respeito da manifestação delinquencial de homens e mulheres, referem que as mulheres em regra tendem a cometer menos crimes, geralmente sem recurso ao emprego da força física; as suas trajectórias são, em regra, curtas, revelando um menor índice de reincidência.

Na óptica de Frederic Coninck e Francis Godard (1989) entre ambas as categorias de género, existem diferenças que radicam numa origem *arqueológica*, não só em razão do processo reprodutor da diferença ao longo do sucessivo encadeado de gerações, mas também porque no plano do desenvolvimento e da existência do indivíduo, o potencial de anti-sociabilidade ao se iniciar na fase de infância, tende a reflectir-se e a acentuar-se nas diversas fases da existência, constituindo desse modo um reflexo das condições sociais a que o indivíduo terá sido exposto.

Tal evidência remete-nos para a importância do seguimento do processo desenvolvimental do indivíduo, em particular a ocorrência de comportamentos delinquentes, como forma de caracterizar e distinguir eventuais manifestações delinquentiais, as quais representam formas distintas de envolvimento do indivíduo na transgressão. Indubitavelmente, a fase da adolescência constitui um dos marcos mais importantes no processo de construção e afirmação da identidade do sujeito, podendo condicionar definitivamente o processo de desenvolvimento psicossocial do indivíduo, no sentido de consolidar ou enfraquecer os eventuais vínculos que ao longo do processo de desenvolvimento vai estabelecendo com a normatividade. Por isso vários autores (Rutter, Giller e Hagell, 1998; Moffit, Caspi, Rutter e Silva, 2001) referem que, independentemente de qualquer outra variável, o comportamento anti-social na adolescência constitui o melhor preditor de uma subsequente participação no crime.

No âmbito do estudo desenvolvido por Moffit (1993) – no qual se distingue dois tipos de trajectórias delinquentiais: a *limitada à fase de adolescência* e a *persistente ao longo da vida* – retomado na formação Moffit, Caspi, Rutter e Silva (2001), os autores sustentam que o comportamento anti-social, expresso em determinadas expressões criminais, tende a ter origem ora (1) numa desordem desenvolvimental do foro neurológico, de baixa prevalência na população – tende a afectar essencialmente indivíduos do sexo masculino – inicia-se na fase de infância e tende a persistir ao longo das subseqüentes fases de desenvolvimento do indivíduo,

ora (2) em factores decorrentes dos contextos onde o indivíduo enceta as suas relações sociais, afectando de forma igual homens e mulheres. Fundamentalmente, o comportamento anti-social em ambos os sexos tende a depender dos mesmos factores. O facto de em todo o processo de desenvolvimento os indivíduos do sexo feminino serem sujeitos a maiores pressões para agirem conforme a norma, repercute-se na representatividade que revelam em ambos os tipos trajectoriais. Por isso, Moffit, Caspi, Rutter e Silva (2001) referem que a maioria das mulheres que delinquem tende a integrar o tipo *trajectórias limitadas à fase de adolescência*, na relação de 1 mulher para 1,5 homens, diminuindo a sua participação em trajectórias delinquentiais caracterizadas pela continuidade ao longo da vida, referidas como *trajectórias persistentes*, na relação de 1 mulher para 10 homens.

No mesmo sentido, os estudos desenvolvidos por Rutter, Giller e Hagell (1998) apontam para que na fase da vida adulta, perturbações ao nível da personalidade, com repercussões na manifestação de comportamentos anti-sociais, tendem a ser mais frequentes nos homens que nas mulheres, numa relação, respectivamente, de 6 para 1. Tal facto encontra-se sustentado na evidência de que a maioria dos casos de anti-sociabilidade precoce e persistente, embora raros por relação à delinquência em geral, tendem a estar mais associados a indivíduos do sexo masculino. Todavia, importa frisar que na acepção de Moffit, Caspi, Rutter e Silva (2001), em ambos os sexos, a expressividade de *trajectórias persistentes e duradouras*, tem subjacente a partilha dos mesmos factores de risco (baixa disciplina; ambiente familiar adverso; deficits cognitivos; dificuldade em controlar o temperamento; hiperactividade; etc.).

Mas de que forma, homens e mulheres tendem a expressar, nas diversas fases das suas vidas, a continuidade e a descontinuidade delitiva? De que forma expressam a diversidade delinquential, se diferenciam e interceptam? Sem embargo da relevância dos factores de tipo biológico na potenciação da anti-sociabilidade e da delinquência, e sua complementaridade com a influência de factores de contexto no estabelecimento da organização psíquica do indivíduo, importa compreender de que forma ambas as categorias de género se embrenham na delinquência, que tipos de trajectórias criminais esboçam e que potencial de significado poderão conter.

Procederemos de seguida ao estudo empírico, embrenhando-nos num primeiro momento na crítica à fonte dos dados, assim como na identificação de alguns dos

limites à interpretação dos mesmos, para num segundo momento mergulharmos no processo de análise das especificidades trajectoriais de homens e mulheres na sociedade portuguesa do último quartel do século XX.

Parte II

Estudo empírico

Capítulo 5

Limites à interpretação e à produção de conhecimento

Ao longo da história da ciência as abordagens sobre a relação entre género e crime têm sido permeadas à influência dos estereótipos criados no contexto da vida quotidiana, resultante dos processos negociados e impostos sobre a construção do conceito de masculino e feminino, emergindo das características que têm definido as categorias de género. No âmbito da produção de conhecimento sobre a participação do género na transgressão, e em particular no crime, as representações construídas no contexto das relações entre os diversos actores da sociedade têm, em certa medida, sido corroboradas e legitimadas pela produção de conhecimento resultante do labor da ciência; esta relação convergente e complementar entre representações simbólicas produzidas no seio da comunidade, e explicações científicas, resultam num processo circular de estruturação e consolidação de uma realidade eminentemente fundada na distribuição desigual de poder, de estatuto, de papéis sociais, e de identidade, na qual o homem se tem sobreposto à mulher.

As representações simbólicas produzidas sobre o género no contexto da organização da comunidade, estruturam os valores dominantes, e as práticas tidas no quotidiano, numa tal capacidade de influência sobre a forma de pensar, que as produções de conhecimento ocorridas no contexto científico tendem a ser estruturadas em função da forte influência que o pensamento androcêntrico assume na mente dos indivíduos. Nesse sentido, a forma como a realidade social é equacionada encontra-se fortemente condicionada (estruturada) pelo domínio do androcêntrismo sobre a capacidade de inteligibilidade do indivíduo, constituindo a acção quotidiana do sujeito um processo continuado e estruturante quer da forma como a sociedade se encontra organizada, quer do modo como a ciência é produzida, reproduzindo e reforçando valores, práticas, e representações, num ciclo em que o masculino tem predominado em detrimento do feminino – constituindo-se no eterno universal – no qual a acção do indivíduo, guiada pelos referenciais dominantes, tende a repercutir-se na constituição da macroestrutura, e a configuração desta a delimitar a forma de pensar do indivíduo, validando continuamente a relação desigual da distribuição de poder, de estatuto, de papéis sociais, e da identidade tanto do homem como da mulher – no sentido da sua

construção, tendo como referência uma suposta adequação dos papéis sociais em função do género, estreitamente associado a um síndrome de inferioridade ou de menoridade.

Desse modo, as explicações aventadas para compreender a manifestação da transgressão ao normativo penal têm sido exploradas, tendo como referência fundamentalmente o sexo masculino. Como demonstrámos na análise das estatísticas oficiais sobre a participação na criminalidade em função do género, a esmagadora maioria das situações quer de identificação, constituição de arguido, condenação, e cumprimento de pena de reclusão, apontam claramente para o homem como sendo o principal agente da maioria dos factos processados pelo sistema de justiça. Tal evidência, filtrada previamente pelo *status quo* dominante na sociedade e pelo sistema oficial de controlo social, procurou gerar significado e fundamentos explicativos, num primeiro momento, numa suposta diferença enraizada na natureza (a influência da biologia na organização da psique do indivíduo) de ambas categorias de género, e num segundo momento, mais recente da contemporaneidade, nos papéis e no estatuto atribuído às categorias de género, decorrente de um processo de socialização diferenciado, repercutido no grau de participação nas várias dimensões do espaço público, e como tal, no desigual acesso a oportunidades quer legítimas, quer ilegítimas.

Os dados, nomeadamente os resultantes do apuramento estatístico do número de condenações proferidas pelos tribunais portugueses durante o ano de 2003, apontam para uma clara maior participação do sexo masculino em comportamentos que lesam a ordem definida pelo ordenamento jurídico-penal, e uma participação plúrima de ambos os sexos nos mais variados tipos de crimes, mas desigual e em certa medida distintiva, no que se refere à incidência delinquencial em função do sexo dos agentes. Assim, em termos quantitativos, e de forma em geral, os homens destacam-se essencialmente no cometimento de crimes contra a vida em sociedade, em particular através de delitos cometidos no âmbito da condução de veículos rodoviários (ingestão em excesso de bebidas alcoólicas; condução sem habilitação legal), e contra o património (mediante a prática de furtos e roubos), e as mulheres através da prática de crimes que afectam a integridade física (em regra de reduzida gravidade) e crimes que afectam bens patrimoniais e a vida em sociedade (essencialmente com recurso ao

furto, à burla simples, e à emissão de cheques sem provisão, falsificação de meios de pagamento, furto e burla simples).

A interpretação transversal dos dados recolhidos pelo sistema oficial de controlo apresenta várias limitações à interpretação do fenómeno do crime, especialmente quando nos reportamos à relação entre crime e género. Os resultados obtidos pela análise transversal, mesmo quando respeitantes a um longo período de tempo, apenas permitem traçar um quadro limitado e superficial do fenómeno do crime na relação com o sexo de pertença dos autores dos delitos. Importa para tal que se equacionem outras formas de abordagem ao fenómeno que permitam um maior potencial explicativo da relação entre género e crime. Não existem metodologias, nem fontes que não tenham os seus limites interpretativos, e em regra esses decorrem da sua própria constituição. Não existem metodologias nem fontes totais, no sentido de *per si* se bastarem para suscitarem supostas explicações absolutas sobre fenómenos sociais. Abordamos a realidade a partir de um quadro de leitura (metodologia) e interpretação (quadro teórico) cujos limites que impõe ao conhecimento se funda no enfoque a partir do qual prepara o questionamento ao objecto a conhecer. A forma como questionamos condiciona a matéria de conhecimento que obtemos. Conscientes dos limites, entendemos que existem várias formas de ultrapassar as limitações impostas pela análise transversal de dados, encontrando resposta inclusivamente no âmbito da metodologia de análise quantitativa. O estudo de trajectórias criminais, em particular de trajectórias de grupos que apresentam características de base similares, constitui-se numa opção viável de produção de conhecimento científico acerca da relação entre a participação no crime e o género dos agentes.

Em suma, o que é que procuramos conhecer? A explicação da relação entre género e crime, num contexto tão complexo como é a suscitada pela divisão sexual, operada durante o processo de socialização, repercutindo-se na identidade diferenciada, na distinção da atribuição de funções, no estatuto social, na assimetria de acesso a determinadas oportunidades relacionadas com a valorização social e com o prestígio que tal poderá conferir ao indivíduo, não se pode bastar em evidências geradas pela análise transversal das estatísticas oficiais. Importa conhecer como o indivíduo integra o interdito no seu ciclo de vida, em que fase acontece, ou em que momento da vida do indivíduo é detectada pelas instâncias formais de controlo, como se desenvolve, complexifica, intercepta e interrompe o plano da normatividade.

Referimo-nos a uma dimensão desenvolvimental do processo delitivo do indivíduo. Como é que o sujeito insere o interdito, a transgressão, no seu ciclo de vida?

Tendo como pano de fundo a evolução da sociedade portuguesa, do regime ditatorial do Estado Novo à consolidação do processo democrático, a progressiva paridade entre sexos ao nível do que são os direitos e deveres de cidadania e de participação política, a abertura de oportunidades nos mais variados sectores de actividade, a pressão desencadeada pelos movimentos cívicos de pendor feminista sobre os valores conservadores do patriarcado, as profundas alterações que se operaram na definição da identidade da mulher – de doméstica a agente empenhado nas mais diversas esferas da vida pública – estarão indubitavelmente presentes nas diversas formas de expressividade do processo de transgressão do homem e da mulher à normatividade.

Tomando como referência os trabalhos desenvolvidos por Loeber e LeBlanc (1990), Agra e Matos (1997), e mais recentemente por Nagin e Tremblay (2005a) e Raudenbush (2005), procuraremos perceber de que forma os indivíduos inscrevem a delinquência nas diversas fases do ciclo de vida, em particular no período que medeia da adolescência até à vida adulta. Que características sócio-demográficas definem os indivíduos que compõem as amostras? Que tipos de trajectórias enunciam, tendo incessantemente como referência o sexo dos indivíduos? Em que medida se diferenciam e se assemelham? Que características revelam as fases da activação, agravação e desistência na delinquência; que frequência (aceleração), duração (estabilização) e tipos de delitos manifestam (diversificação); que tipo de variedade sequencial transgressiva (sequência desenvolvimental), e gravidade delinquêncial (escalada) apresentam; no processo de desistência, ou de redução do nível de actividade delitiva, de que forma expressam o abrandamento da frequência (desaceleração), redução da variedade (especialização), ou gravidade dos tipos de crimes cometidos (de-escalada)? De que forma as diversas expressividades criminais (trajectoriais) se ligam ao relativo posicionamento do indivíduo na normatividade?

As respostas a estas e outras questões que se tecem no presente estudo encontram-se limitadas em razão das características que enformam a fonte, e da metodologia seleccionada para se proceder à análise.

5.1 Crítica às fontes

Constitui uma evidência científica o facto de que os instrumentos, as técnicas, e as teorias seleccionadas para se proceder à abordagem analítica de determinado fenómeno, desde que livres da influência produzida por determinados obstáculos epistemológicos, constituem meios que permitem produzir análises validadas cientificamente, e como tal conhecimento, embora limitado às formas e aos modos de abordar o fenómeno em estudo. Em certa medida, poderemos afirmar o mesmo quando nos referimos às fontes de informação a partir das quais se procede à análise de determinado fenómeno. A crítica às fontes constitui-se num exercício vital, pois é decorrente dessa operação de análise que se delimitará o conhecimento a produzir, e que as seguintes operações, através do prévio enquadramento teórico das questões a abordar e a aplicação de determinadas técnicas de análise sobre a matéria empírica, legitimarão cientificamente o resultado do conhecimento.

O estudo que abordamos, tendo como principal escopo a análise da relação entre género e crime no âmbito da enunciação de trajectórias criminais, implica que tenhamos que abordar o fenómeno no tempo e no espaço. Conforme temos vindo a explorar, o espaço onde a realidade em estudo decorre, centra-se na sociedade portuguesa, no período pós-revolução de Abril de 1974, mais precisamente, e por razões que adiante exporemos, no intervalo que medeia os anos de 1983 e 2004. Para concretizarmos tal desiderato, impôs-se a selecção de indivíduos de ambos os sexos, preferencialmente nascidos no mesmo ano, e o seguimento da enunciação do processo desviante ao normativo penal no período referido, ou seja as suas eventuais trajectórias criminais.

Fontes de informação disponíveis que existam há algumas décadas, que incluam simultaneamente um elevado número de indivíduos e um leque alargado de tipos de crimes são pouco numerosas, sendo que provavelmente a mais rica, em número e tipos de crimes registados, será a da Polícia Judiciária (PJ). Foi com base nessa certeza que solicitámos à Direcção Nacional da Polícia Judiciária a possibilidade de recolha dos elementos que nos possibilitaram a realização do estudo que apresentamos. Procedemos assim, após a devida anuência da Direcção Nacional

da Polícia Judiciária, ao processo de selecção e recolha dos dados indispensáveis à elaboração da análise.

A Polícia Judiciária, enquanto instituição policial especialmente vocacionada para o desenvolvimento da investigação criminal, herdeira das atribuições da sua predecessora Polícia de Investigação Criminal, desde a sua origem – através do Decreto-Lei n.º 35042, de 20 de Outubro de 1945 – que o objecto fundamental das suas funções se centra na investigação criminal e na prevenção criminal, em particular das formas mais graves e organizadas da criminalidade. Inicialmente com competência para as grandes zonas urbanas (comarcas) de Lisboa, Porto e Coimbra, ao longo do seu processo evolutivo institucional houve a necessidade de estender a sua área de influência e intervenção a outras zonas do território nacional através da instalação de outros departamentos.

De 1945 a 2004 (ano limite dos dados recolhidos), a sociedade portuguesa sofreu várias alterações, de uma sociedade contida e isolada, com o processo democrático (despoletado em 1974) e a adesão à Comunidade Económica Europeia (em 1986), transformou-se numa sociedade moderna, com vantagens sem precedentes, no plano político, económico e social para a larga maioria dos portugueses. Todavia, paralelamente ao processo de desenvolvimento e de modernidade da sociedade, surge um espectro criminal condicente com os novos fenómenos que a ordem democrática e liberal vigente na Europa foi paulatinamente suscitando nos diversos Estados; uma sociedade vincadamente informacional; com uma economia sustentada pelo progresso tecnológico, e pela maximização do consumo; e uma política marcadamente orientada para a defesa dos direitos, liberdades e garantias do cidadão; impôs que no plano da estrutura da PJ, assim como de outras entidades institucionais com responsabilidade na segurança e na justiça, se procedesse à adaptação dessas estruturas às novas expressividades criminais; no plano da criminalidade comum, eminentemente de tipo aquisitivo, lesivas do património de cidadãos e empresas; no plano da criminalidade organizada, expressas fundamentalmente através do fenómeno da droga, da criminalidade económica e financeira, e decorrente da emergência de novos fluxos migratórios para a Europa, através de diversas formas de exploração do ser humano, afectando gravemente não só o cidadão comum, mas fundamentalmente a comunidade e o Estado.

Ao longo de todo o processo de sucessivas reestruturações da orgânica funcional da PJ ocorridas desde a sua criação até à entrada no século XXI, o escopo orientador da sua missão esteve sempre focalizado na prevenção e repressão das formas de criminalidade mais lesivas da vida das pessoas, do tecido da comunidade e da estrutura do Estado. Paralelamente às mudanças ocorridas na sociedade, a PJ foi alargando e aumentando o seu peso institucional, quer em número de departamentos (em 2004 seria constituída por 16 departamentos operacionais), funcionários e meios disponíveis para a prossecução das suas missões. A estrutura da PJ comporta actualmente um articulado de departamentos¹, que tendo em linha de conta a qualidade das acessibilidades, permite mobilizar a todo o momento, para qualquer ponto do país, os recursos operacionais que as situações de natureza criminal e de segurança, possam suscitar.

Para além da PJ se posicionar de forma privilegiada na estrutura do sistema de investigação criminal, cabendo-lhe a competência para investigar, em certos momentos da história, ora exclusiva, ora específica, ora reservada, ora deferida, um alargado catálogo de tipos de crimes², adquire no final do século XX, aquando de

¹ Braga, Porto, Aveiro, Guarda, Coimbra, Leiria, Lisboa, Setúbal, Portimão, Faro, Funchal e Ponta Delgada.

² Articulando o Decreto-Lei n.º. 275-A/2000, de 9 de Novembro (prevê a orgânica da Polícia Judiciária), com a Lei n.º. 21/2000, de 10 de Agosto (estabelece a Organização da Investigação Criminal) – no período em análise constituem os últimos diplomas produzidos sobre a matéria em apreço – poder-se-á sublinhar: enquanto competência específica da PJ, a investigação dos crimes cuja competência reservada lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º. 275-A/2000 e dos crimes cuja investigação lhe seja cometida pela autoridade judiciária competente para a direcção do processo (o Ministério Público na fase de inquérito, e o Juiz de Instrução Criminal na fase de instrução), nos termos do n.º. 3 (do mesmo Decreto-Lei n.º. 275-A/2000); assegurar a ligação dos órgãos e autoridades de polícia criminal portugueses e de outros serviços públicos nacionais com as organizações internacionais de cooperação de polícia criminal, designadamente a INTERPOL e a EUROPOL; assegurar os recursos nos domínios da centralização, tratamento, análise e difusão, a nível nacional, da informação relativa à criminalidade participada e conhecida, da perícia técnico-científica e da formação específica adequada às atribuições de prevenção e investigação criminais, necessários à sua actividade e que apoiem a acção dos demais órgãos de polícia criminal. E enquanto competência reservada da PJ, a investigação criminal dos seguintes crimes: homicídio voluntário, desde que o agente não seja conhecido; contra a liberdade e contra a autodeterminação sexual a que corresponda, em abstracto, pena superior a 5 anos de prisão, desde que o agente não seja conhecido, ou sempre que sejam expressamente referidos ofendidos menores de 16 anos ou outros incapazes; incêndio, explosão, exposição de pessoas a substâncias radioactivas e libertação de gases tóxicos ou asfixiantes, desde que, em qualquer caso, o facto seja imputável a título de dolo; poluição com perigo comum; furto, roubo, dano, contrafacção ou recepção de coisa móvel que tenha valor científico, artístico ou histórico ou para o património cultural que se encontre em colecções públicas ou privadas ou em local acessível ao público, que possua elevada significação no desenvolvimento tecnológico ou económico ou que, pela natureza, seja substância altamente perigosa; falsificação de cartas de condução, livretes e títulos de propriedade de veículos automóveis, de certificados de habilitações literárias, de passaportes e de bilhetes de identidade; tráfico e viciação de veículos furtados ou roubados; contra a paz e a humanidade; escravidão, sequestro e rapto ou tomada de reféns; organizações terroristas e terrorismo; contra a segurança do Estado, com excepção dos que respeitem ao processo eleitoral; participação em motim

uma maior intervenção de outros organismos no desenvolvimento da actividade de investigação criminal (em particular pela Guarda Nacional Republicana; Polícia de Segurança Pública; e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), a responsabilidade da centralização nacional da informação criminal e a respectiva coordenação operacional, de que o processo de repressão ao fenómeno do consumo e tráfico de droga constitui o exemplo paradigmático desse esforço de centralização e coordenação (Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de Abril; e Protocolo das Unidades de Coordenação e Intervenção, Conjunta, de 7 de Outubro de 1996).

A matéria empírica sobre a qual procedemos à exploração da problemática da relação entre género e crime, mediante a análise de trajectórias criminais enunciadas por indivíduos de ambos os sexos no período compreendido entre 1983 e 2004, resulta do produto de parte das investigações criminais desenvolvidas durante esse período da história portuguesa, e cujo acervo documental consta do Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC). Os dados existentes resultam dos elementos apurados no âmbito da abertura de investigações criminais por parte do Ministério Público, a quem

armado; captura ou atentado à segurança de transporte por ar, água, caminho-de-ferro ou rodovia a que corresponda, em abstracto, pena igual ou superior a 8 anos de prisão; executados com bombas, granadas, matérias ou engenhos explosivos, armas de fogo e objectos armadilhados, armas nucleares, químicas ou radioactivas; roubo em instituições de crédito, repartições da Fazenda Pública e correios; associações criminosas; relativos ao tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, tipificados nos artigos 21.º, 22.º, 23.º, 27.º, e 28.º, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, e dos demais previstos neste diploma que lhe sejam participados ou de que colha notícia; branqueamento de capitais, outros bens ou produtos; corrupção, peculato e participação económica em negócio e tráfico de influências; administração danosa em unidade económica do sector público e cooperativo; fraude na obtenção ou desvio de subsidio ou subvenção e ainda fraude na obtenção de crédito bonificado; infracções económico-financeiras cometidas de forma organizada ou com recurso à tecnologia informática; infracções económico-financeiras de dimensão internacional ou transnacional; informáticos; contrafacção de moeda, títulos de crédito, valores selados, selos e outros valores equiparados ou a respectiva passagem; relativos ao mercado de valores imobiliários; insolvência dolosa; abuso de liberdade e imprensa, quando cometida através de órgão de comunicação social de difusão nacional; e outros conexos que se configurem com a criminalidade económico-financeira; ofensas, nas suas funções ou por causa delas, ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, aos presidentes dos tribunais superiores e ao Procurador-Geral da República. (Decreto-Lei n.º 275-A/2000); crimes tributários de valor superior a € 500.000 quando assumam especial complexidade, forma organizada ou carácter transnacional; tráfico de armas, quando praticado de forma organizada. (Artigos 4.º e 5.º respectivamente dos Decretos-Lei n.ºs 305/2002 e 304/2002). Podendo ainda para além do elenco de crimes de matéria específica e reservada, ser deferida à PJ outros tipos criminais «quando tal se afigurar em concreto mais adequado ao bom andamento da investigação», ou «quando, em face das circunstâncias concretas, se preveja que a investigação requiera conhecimentos ou meios técnicos especiais e mobilidade de actuação, em razão do alargamento espaço-temporal da actividade delituosa ou da multiplicidade das vítimas ou dos suspeitos.» (Artigo 5.º da Lei n.º 21/2000), tendo em 2002 se alargado à investigação de crimes, sem prejuízo das competências do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, à investigação de crimes: auxilio à imigração ilegal; tráfico de pessoas, com o emprego de coacção grave, extorsão ou burla relativa a trabalho; falsidade de testemunho, perícia, interpretação ou tradução, conexos com os crimes referidos nas alíneas a) e b). (Artigos 3.º e 5.º respectivamente dos Decretos-Lei n.ºs 305/2002 e 304/2002).

competem a acção penal e o controlo das investigações desenvolvidas pelas entidades com estatuto de Órgão de Polícia Criminal. O labor da investigação criminal implica a produção de registos, informações acerca dos casos investigados e dos indivíduos envolvidos, de importância vital na monitorização da criminalidade e da actividade de determinados indivíduos que tendem a incidir o seu comportamento na transgressão a valores protegidos pelo ordenamento penal. Tal labor de registo, inicialmente produzido em formato de papel (do qual as *fichas biográficas manuais* constituem um artefacto histórico), com o desenvolvimento da tecnologia informática, o suporte em papel foi paulatinamente cedendo lugar a várias bases de dados informatizadas, distinguidas em função do tipo de informação, e do tipo de criminalidade que incluíam. Todavia, a existência de uma pluralidade de fontes de informação criminal, em particular na mesma instituição, constituir-se-ia num elemento obstaculizador à necessidade de um eficiente acesso à informação; efectivamente, encontrando-se a informação criminal tratada em bolsas dispersas, tal constituía uma deficiente racionalização do trabalho, seja ao nível da recuperação da informação, seja ao nível da coordenação das investigações.

No plano da organização da informação criminal, na PJ, tal situação foi colmata em 1999, com a implementação do SIIC, tendo-se previamente efectuado o processo de migração para esse sistema dos dados existentes nos diversos suportes e bases de dados, e iniciado o processamento no SIIC de toda a informação criminal gerada pelas investigações. A implementação do SIIC significou uma profunda alteração na cultura organizacional.

Tal como perspectivado por Fernando Negrão (1998), a centralização da informação num só instrumento desencadeou a eliminação de bolsas dispersas de dados, incentivando a circulação da informação, e o aperfeiçoamento do processo de coordenação das investigações, eliminando a duplicação de investigações sobre os mesmos factos; assim como a melhoria da eficiência interna, repercutida na diminuição de custos, e no aumento da produtividade, reforçando a qualidade e a credibilidade da actividade de investigação criminal no plano do sistema de justiça e na sociedade civil.

A arquitectura do SIIC encontra-se estruturada fundamentalmente a partir de duas aplicações de recolha e tratamento (e pesquisa) de informação, autónomas mas articuladas: (1) a referente aos casos investigados ou em investigação, nos quais

constam os mais variados campos de informação pertinentes e necessários para a investigação criminal, e (2) a referente às pessoas envolvidas nas investigações, na qual constam os elementos suficientes relativos à identificação do sujeito. A articulação e complementaridade das aplicações referidas encontra-se concretizada do seguinte modo: em cada caso (investigação), encontra-se-lhe associadas as várias pessoas envolvidas; e em cada pessoa encontra-se-lhe associados os vários casos em que teve participação. É no âmbito da articulação dos casos com as pessoas e destas com os diversos casos em que estiveram envolvidas, que se procedeu ao processo de recolha de informação para o presente estudo, tendo previamente procedido à construção de matrizes de recolha de dados.

5.2 O processo de selecção das amostras

Tendo sido identificada e caracterizada a fonte – Sistema Integrado de Informação Criminal da Polícia Judiciária – importa tecermos algumas considerações acerca do processo de selecção das amostras. Referimo-nos no plural, na medida em que, sendo objecto do estudo a relação entre género e crime, numa perspectiva trajectorial, importa identificar os dois grupos de indivíduos que se distinguem pela pertença a cada categoria de género, e assim determinar amostras representativas da população.

A primeira questão que previamente se nos pôs no processo de selecção dos indivíduos constituintes das amostras traduziu-se pela dúvida: que indivíduos deveriam ser seleccionados? Baseando-se o estudo numa análise longitudinal de percursos criminais, implicava seleccionar indivíduos cujo ano de nascimento permitisse, face à data de início da recolha dos dados (2006), um intervalo de tempo bastante dilatado, pois só desse modo seria possível colher elementos que se adequassem ao escopo do estudo. Por outro lado, importaria que os elementos das amostras tivessem nascido no mesmo ano, para assim poder ser possível seguir os seus percursos no mesmo período histórico, estando desse modo, no plano da normatividade, sob a alçada do mesmo articulado jurídico-penal.

O facto de estarmos a trabalhar com base em algumas definições jurídicas, nomeadamente com os conceitos de crime e de imputabilidade, em particular por referência à idade dos indivíduos, o ordenamento jurídico português impõe que

apenas os indivíduos com idade superior a 16 anos sejam considerados agentes susceptíveis de serem responsabilizados penalmente pela prática de um crime. Também ainda no âmbito do Direito, importa frisar que no último quartel do século XX, em particular no início da década de 80, se processaram reformas importantes no edifício da estrutura reguladora da sociedade portuguesa³, fruto da consolidação do processo democrático iniciado em 1974.

Enquanto influência directa para o estudo que desenvolvemos, apresenta-se-nos a reforma do Código Penal de 1982, nomeadamente pelo rompimento definitivo com o Código Penal de 1886, emanação jurídica iniciada pelo Código Penal de 1852, e vigente no ordenamento da sociedade portuguesa, durante mais de cem anos, sujeito a sucessivas alterações. O pendor humanista do Código Penal de 1982, fortemente influenciado pelos trabalhos desenvolvidos por Eduardo Correia em 1963 e 1966, só vingaria em pleno sistema democrático e pós período revolucionário (Dias, 1993). Entre o Código de 1886, e suas sucessivas alterações, e o publicado em 1982, encontramos reflectida tanto na orientação política como na estrutura axiológica, e mesmo na sistemática que compõe ambos, a natureza dos regimes políticos vigentes. O pendor correcionista e corrigibilista do Código Penal de 1886, cede no Código Penal de 1982 à onnipresença dos limites à criminalização e à punibilidade, assentes nos princípios da legalidade, da culpa, da estrita proporcionalidade, com o objectivo último de reinserir o agente do crime na comunidade (Andrade, 1993).

A subordinação ao mesmo intervalo de tempo, ordenamento jurídico, e o facto de todos os indivíduos terem nascido no mesmo ano, constituíram-se factores determinantes na selecção das amostras. Nesse sentido, tendo em referência a evolução histórica da sociedade portuguesa, o ano de entrada em vigor do Código Penal de 1982 (1 de Janeiro de 1983), e o marco da imputabilidade em razão da idade (16 anos), constituíram-se nos marcos referenciais a partir dos quais procederíamos à selecção da amostra – nascidos em 1967.

³ Em matéria de direito penal e processual penal, durante o ano de 1982 foram publicados diplomas estruturantes do edifício da justiça: 1.ª. Revisão Constitucional (Lei Constitucional n.º. 1/82, de 30 de Setembro); a criação do Instituto de Reinserção Social (Decreto-Lei n.º. 319/82, de 11 de Agosto); o Regime Especial em Matéria Penal aplicável a menores entre os 16 e os 21 anos (Decreto-Lei n.º. 401/82, de 23 de Setembro); o Direito de Ordenação Social (Decreto-Lei n.º. 433/82, de 27 de Outubro); a reestruturação da orgânica da Polícia Judiciária (Decreto-Lei n.º. 458/82, de 24 de Novembro); as revisões do Código de Processo Penal (Decreto-Lei n.º. 402/82, de 23 de Setembro), e do Código Penal (Decreto-Lei n.º. 400/82, de 23 de Setembro).

Tendo como principal referência o ano de 1983, os indivíduos que completariam o 16.º ano das suas existências, seriam os nascidos durante o ano de 1967. Seriam esses os potenciais candidatos a incorporarem as amostras. Desse modo, recorrendo ao SIIC, procedeu-se à pesquisa e determinação de todos os indivíduos nascidos em 1967, de naturalidade e nacionalidade portuguesa, que tivessem sido pelo menos uma vez constituídos arguidos. Optámos por considerar apenas os indivíduos com naturalidade e nacionalidade portuguesa, na medida em que esses estariam, em princípio, ao longo do período que respeita a recolha dos dados – 1983 a 2004 – a residir em território português e como tal sujeitos ao efeito de controlo das instituições. Da pesquisa foi possível identificar e quantificar 8.800 e 1.637 indivíduos, respectivamente do sexo masculino e feminino. Estas constituiriam as populações sobre as quais se incidiria a determinação das amostras.

Em razão do processo demorado de recolha de dados, ao tempo disponível para se proceder à realização da investigação, e à dimensão bem diferenciada de ambas as populações, optámos por seleccionar dois conjuntos de indivíduos, diferenciados em função do género, de modo a conseguirmos duas amostras distintas, em dimensão e sexo, representativas de ambas populações. De forma a garantirmos o princípio da aleatoriedade na escolha dos indivíduos, procedemos a partir das listagens correspondentes às populações proceder, no caso do sexo masculino (população mais numerosa), à selecção de em cada 4 seria escolhido 1 indivíduo, e na população correspondente ao sexo feminino (menos numerosa), em cada 2 seria escolhido 1 indivíduo. Importa salientar que das amostras não resultaram necessariamente $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ da dimensão das respectivas populações na medida em que sempre que da selecção de determinado indivíduo, a informação constante acerca da sua identidade e ou da sua trajectória se revelava francamente deficitária, em razão de *insuficiências* ora da investigação criminal, ora do processo de tratamento da informação, procurou-se seleccionar o indivíduo que se encontrava imediatamente a seguir na listagem, desde que preenchesse as necessidades de recolha de informação previamente definidas nas matrizes de recolha de dados.

Decorrente do capital de conhecimento que obtivemos sobre a estrutura e os processos desenvolvidos no SIIC, importou acautelar eventuais situações em que o

mesmo indivíduo pudesse encontrar-se duplicado no sistema⁴, mediante a aplicação de técnica já efectuada em estudo anterior (Leal, 2007). Do processo aplicado para determinação das amostras resultou a selecção de 1.665 e 717 indivíduos, respectivamente do sexo masculino e feminino.

Procedeu-se à recolha de dados referentes à caracterização sócio-demográfica dos sujeitos, e aos processos-crime em que foram intervenientes, na condição jurídica de arguidos, num potencial período compreendido entre 1983 e 2004, ou seja num lapso de tempo de cerca de 22 anos, que compreende as fases de desenvolvimento caracterizadas a partir da adolescência até à plena inserção do indivíduo na vida adulta (dos 16 aos 37 anos de idade). Tendo como referência a grandeza das populações e o processo de definição da dimensão das amostras, a margem de erro subjacente à sua determinação, num intervalo de confiança de 95%, seria nas dimensões masculino e feminino, de respectivamente 2,17% e 2,75%, ou seja, margens de erro muito baixas, que se tomarmos o somatório de ambas populações, assim como das respectivas amostras, alcançaria uma margem de erro muito mais reduzida, na ordem de 1,765%, traduzindo-se tais indicadores, em critérios representativos da elevada fiabilidade que os resultados da análise das amostras representarão ao nível da representatividade e da expressão de significado das populações das quais decorrem.

⁴ «Ao se ter efectuado a listagem dos indivíduos existentes, limitados às condições e características referidas, encontraram-se repetições de *números de pessoa*, referentes ao mesmo indivíduo. Nesse sentido, os registos foram ordenados por data de nascimento, para que desse modo se evitasse o problema existente no sistema e que se refere à repetição de algumas pessoas (ora do mesmo *número de pessoa* referente ao mesmo indivíduo, casos em que no mesmo número de pessoa constam vários nomes associados ao mesmo sujeito, ora de diferentes *números de pessoa* referentes ao mesmo indivíduo, casos em que determinado sujeito foi *criado* mais que uma vez no sistema sem que se tenha identificado com grau de certeza a sua prévia existência), sendo por isso possível identificar as repetições quer de pessoa, quer de factos associados. Por esse motivo, no momento da recolha dos dados no sistema procurou-se sempre agrupar os *números de pessoa* pertencentes ao mesmo indivíduo, e aí explorar a informação existente, eliminando, para efeito de recolha, as repetições referentes à caracterização do indivíduo e dos factos que lhe estão associados. Também se recorreu, sempre que existia, à *ficha biográfica* manual digitalizada, a qual corresponde à *ficha biográfica* em suporte papel utilizada pelos serviços da Polícia Judiciária, anterior à existência do SIIC, na qual se inscreviam os factos de natureza criminal relevantes, respeitantes aos suspeitos arguidos.» (Leal, 2007:93-94).

5.3 A metodologia de recolha e análise dos dados

O processo de definição das variáveis, a partir do qual se procedeu à construção dos instrumentos de recolha dos dados, teve subjacente um trabalho prévio de conhecimento da estrutura informacional do SIIC; antes de iniciarmos a recolha dos dados, importou identificar o tipo e a qualidade de informação constante nesse acervo documental da PJ, para que desse modo se pudesse equacionar a construção de quadros de registo (matrizes) adequados para a recolha dos dados. Importa sublinhar que os dados em forma de informação criminal, aquando do seu apuramento no processo de investigação criminal, tiveram subjacente enquanto primeiro objectivo a recolha de matéria que pudesse conduzir à produção de elementos de prova sobre determinadas suspeitas, confirmando-as ou não.

Desse modo, tanto o tipo como a qualidade da informação, preexistem à abordagem académica. Tal evidência é reveladora do facto de que a capacidade de recolha de informação por parte dos investigadores académicos encontra-se previamente delimitada e circunscrita à natureza da fonte, e poucas possibilidades se configuram de modo a afectar a consolidação dessa pré-existência.

O processo de construção das matrizes foi desenvolvido tendo em linha de conta a arquitectura informacional da estrutura do SIIC, e o tipo e a qualidade da informação criminal apurada pela actividade de investigação criminal, e consequentemente pelo labor do tratamento de informação criminal dos serviços da PJ. Tendo em referência os condicionalismos referidos, foram criadas cinco matrizes de recolha de dados, cada uma direccionada para determinado nível de informação, e por isso tendo em vista o princípio da especialidade, mas complementares, na medida em que cada indivíduo constituinte das amostras poderia gerar o preenchimento das cinco matrizes. A elaboração das matrizes foi efectuada tendo em conta (1) as características do indivíduo (sexo; estado civil; naturalidade; nacionalidade; sinalética; habilitações literárias; profissão); (2) os vários locais onde o indivíduo terá residido (freguesia; concelho; distrito; ano); (3) os vários tipos de crimes e os locais onde presumivelmente foram cometidos (tipo de crime; *modus operandi*; data de cometimento; local em que foi cometido – freguesia, concelho, distrito); (4) as características de eventuais privações da liberdade (ano; tipo de crime; a pena); e (5)

as várias classificações policiais atribuídas ao indivíduo em função do tipo de crime e o modo utilizado para o cometer.

O longo processo de identificação e recolha de dados foi desenvolvido com base na análise de conteúdo da informação sobre as características do indivíduo seleccionado e dos diversos casos que lhes estavam associados, e por referência aos diversos itens previamente definidos nas matrizes de recolha de dados. Concluído esse processo, iniciou-se a construção de uma base de dados no programa de tratamento e análise de informação estatística *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS)⁵. Nesse ambiente foram consolidadas as variáveis e construídas as categorias que as integram. De sublinhar que com base na definição das variáveis iniciais, se procederam a operações de associação e/ou de recodificação que geraram a criação de outras variáveis, desenvolvendo desse modo o potencial de análise e de interpretação da matéria empírica. Após o processo de codificação da matéria empírica recolhida com base nas matrizes de recolha de dados, procedeu-se à inserção dos dados na base em SPSS, e consequentemente o labor da análise.

Paralelamente ao estudo desenvolvido em ambiente SPSS, e de modo a podermos elaborar algumas interpretações de natureza mais qualitativa acerca das várias configurações enunciadas pelas diversas trajectórias identificadas, procedemos à aplicação do programa de análise de informação *Analyst's Notebook*⁶ (AN), aprofundando desse modo a expressividade e as variações das configurações trajectoriais.

Ao longo do processo de interpretação gerado pelo desenvolvimento da análise procurou-se aferir sempre que possível o nível de significância estatística que as operações de cruzamento e/ou de articulação entre variáveis tendem a gerar. Desse modo, e atendendo a que no decurso do processo analítico se efectuaram inúmeras operações de cruzamento entre variáveis, de forma a testar o nível de significância

⁵ «O sistema SPSS foi concebido para análise de dados, estatística, e tratamento de informação em ambiente gráfico. Utiliza menus descritivos e caixas de diálogo de forma a oferecer uma interface amigável com o utilizador. O editor de dados (Data Editor) disponibiliza uma 'folha de cálculo' que facilita a entrada de dados e a definição de variáveis para análise. Pode ainda importar dados de outras folhas de cálculo, bases de dados ou outro tipo de ficheiros para gerar relatórios, gráficos, estatísticas descritivas e análises estatísticas complexas», (in www.uc.pt/ciuc/spss.htm) que se constituem instrumentos de apoio à decisão.

⁶ O sistema de análise de informação *Analyst's Notebook* permite estabelecer ligações entre dados projectando graficamente diagramas e fluxos de interligação entre elementos, processando-os segundo uma lógica sequencial, e cronológica, permitindo efectuar análises de estruturas de organizações ou outros fenómenos, no espaço e no tempo.

que as diversas variáveis adquirem fundamentalmente quando articuladas com a variável *sexo*, procedemos sempre que possível à aplicação do teste *qui-quadrado* de modo a aferir o grau de similitude ou de diferenciação na distribuição das frequências de determinada variável dependente, pelas categorias da variável independente *sexo*.

Outras considerações de carácter metodológico serão retomadas ao longo do processo de análise da matéria empírica, assim como nos Anexos da presente investigação, referente aos diversos estudos prévios que sustentam a análise crítica dos dados.

5.4 Os vários tipos de crimes

As matrizes de recolha de dados permitiram a selecção e a recollecção da informação necessária e indispensável para o desenvolvimento do estudo que apresentamos. Conforme referimos a construção de cada uma das cinco matrizes teve como referência, para além da especificidade da informação por relação aos indivíduos que constituem as amostras – caracterização social; potencial mobilidade no espaço; tipos de crimes; momento em que foram cometidos; reacção das instituições – o conhecimento prévio do tipo e da forma como a informação se encontrava inscrita no Sistema Integrado de Informação Criminal.

Da informação recolhida, resultaram no plano da arquitectura da base de dados em SPSS a criação de variáveis correspondentes ao tipo de informação prevista e recolhida nas matrizes, tendo com base nessa matéria-prima procedido a várias operações de recodificação, assim como de associação de variáveis. Tais operações deveram-se à extensa lista de categorias que determinadas variáveis apresentaram, dificultando desse modo a análise e a interpretação, havendo para tal a necessidade de proceder ao agrupamento e recodificação de categorias a fim de tornar as variáveis que incorporam o objecto de estudo susceptíveis de leitura e interpretação.

No que se refere à explicação da estrutura da maioria das variáveis que enformam o presente estudo, remetemo-la para os diversos itens em que as mesmas são evocadas ao processo de análise. Pensamos que enquadrando a explicitação das suas estruturas nos momentos em que são objecto de análise, tornará a sua interpretação e razão de terem sido inclusas no estudo, mais esclarecedor ao

entendimento dos leitores. Todavia, parece-nos que não obstante o referido, importa tecermos algumas considerações acerca de uma das variáveis mais ricas do estudo. Referimo-nos à informação relativa aos tipos de crimes cometidos pelos diversos sujeitos que compõem as amostras. A recolha da informação referente aos tipos de crimes obedeceu à tipologia prevista no Código Penal de 1982, assim como aos constantes em legislação penal avulsa em vigor à data do referido diploma estruturante do sistema penal português. Conforme se depreende da consulta do Código Penal, os tipos de crimes são inúmeros, em número, assim como nos tipos de valores jurídicos que pretendem acautelar.

Quadro 5.1 Correspondências do processo de agrupamento e recodificação dos vários tipos de crimes – *grupo e subgrupo*

TIPOS DE CRIMES			
GRUPO	SUBGRUPO	GRUPO	SUBGRUPO
Património Sem Violência	Património C/Subtração	Vida em Sociedade	Crimes Perigo Comum
	Património C/Burla		Falsificação Moeda/Outros Similares
	Património C/Abuso Confiança		Falsificação Documentos
	Receptação		Falsificação Cheques/Equiparados
Património C/Recurso ao Cheque	Emissão de Cheque Sem Provisão	Estado	Falsificação Doc. Identificação
Património Com Violência	Património C/Violência		Falsificação Doc. Aquisição Bem
	Património C/Arma		Economia
Sexuais	Liberdade Sexual		Fiscais
	Autodeterminação Sexual		Corrupção
Vida	Vida		Peculato
Liberdade Pessoal	Liberdade Pessoal		Violação Providências Públicas
Integridade Física	Integridade Física		Realização Justiça
Droga	Consumo Droga		Resistência/Desobediência Autoridade Pública
	Tráfico-Consumo Droga		Cometidos na Prisão
	Tráfico Droga		Auxílio Imigração Ilegal
Pessoas Menos Graves	Reserva Vida Privada	Estatisticamente Minoritários	Informáticos
	Honra		Paz Pública
			Cometidos na Estrada
			Não Especificados

A partir dessa informação foram criadas várias variáveis referidas como *registo-crime*, cuja ordem obedece à sequência da experiência delinquencial manifesta pelos indivíduos no tempo. Cada registo-crime comporta os vários tipos de crimes cometidos por homens e mulheres, que produziram o registo de 7.295 crimes. Assim, cada registo-crime incorpora uma extensa lista de categorias correspondentes aos

vários tipos de crimes associados aos indivíduos. O elevado número de tipos de crimes identificados e a necessidade de exequibilidade da análise, conduziu a que as diversas variáveis registo-crime (em número: 90) fossem objecto de duas operações de agrupamento e recodificação, tendo para o efeito sido designadas de *grupo de crimes* e de *subgrupo de crimes*.

As variáveis registo-crime, construídas tendo por base o conjunto de tipos de crimes pertencentes ao *subgrupo de crimes*, foram objecto de uma primeira operação de agrupamento e recodificação decorrente do processo directo de recolha da informação referente aos inúmeros tipos de crimes identificados⁷. A elevada diversidade de tipos de crimes identificados é representativa da potencial pluralidade de sequências criminais, o que motivou a que procedêssemos ao alargamento da dimensão das amostras.

Desse modo, tendo como base a similitude do valor lesado e do *modus operandi* utilizado para o cometimento do crime, procedemos à primeira operação de

⁷ Os vários tipos de *subgrupos de crimes*, agrupam os seguintes tipos de crimes, articulados com o *modus operandi*: *Património com subtracção* – furto, furto doméstico, furto de dinheiro/equiparados, furto de veículo, furto em estabelecimento aberto, furto em estabelecimento fechado, furto em veículo, furto de obras de arte, furto em residência, furto no trabalho, furto de uso de veículo, acesso. *Património com burla* – burla, burla na obtenção de um bem, burla informática e nas comunicações, burla na obtenção de serviços, burla no trabalho. *Património com abuso de confiança* – abuso de confiança, abuso de cartão de crédito, usura. *Receptação* – receptação. *Património com recurso ao cheque* – emissão de cheque sem provisão. *Património com violência* – dano com violência, extorsão, roubo, roubo por esticção, usurpação de coisa imóvel. *Património com arma* – roubo à mão armada. *Liberdade sexual* – actos sexuais exibicionistas, atentado ao pudor, exploração sexual de pessoas, exploração sexual de menores, violação. *Autodeterminação sexual* – Abuso sexual de menores. *Vida* – homicídio, tentativa de homicídio, aborto, infanticídio. *Liberdade pessoal* – sequestro, rapto, ameaça, coacção. *Integridade física* – integridade física. *Consumo de droga* – consumo. *Tráfico-consumo de droga* – tráfico-consumo de droga. *Tráfico de droga* – tráfico de droga. *Crimes de perigo comum* – incêndio-fogo posto, posse de arma proibida. *Falsificação de moeda e de outros similares* – contrafacção de cunhos ourivesaria, contrafacção de moeda e de equiparados, passagem de moeda falsa. *Falsificação de documentos* – falsificação de documentos. *Falsificação de cheques e de equiparados* – falsificação de cheques e equiparados. *Falsificação de documentos de identificação* – falsificação de documentos de identificação. *Falsificação de documentos para aquisição de um bem* – falsificação de documentos para obtenção de um serviço, falsificação de documentos para obtenção de um bem. *Economia* – manipulação do mercado de capitais, fraude na obtenção de subsidio ou subvenção, violação das regras do mercado de valores, branqueamento de capitais, insolvência dolosa. *Fiscais* – contrabando, crimes fiscais, fraude fiscal. *Corrupção* – corrupção. *Peculato* – peculato. *Violação de providências públicas* – descaminho e ou destruição de bens sob o poder público. *Realização da justiça* – falso depoimento, simulação de crime. *Resistência e desobediência a determinação da autoridade pública* – desobediência. *Cometidos na prisão* – evasão, participação em motim. *Reserva da vida privada* – violação de correspondência e das telecomunicações, introdução em casa alheia, introdução em lugar vedado ao público. *Honra* – difamação, injúria, publicidade e calúnia, abuso de liberdade de imprensa. *Auxílio à imigração ilegal* – auxílio à imigração ilegal. *Informáticos* – cópia ilegal de software, criminalidade informática, acesso ilegítimo, utilização ilegal de dados. *Paz pública* – associação criminosa, terrorismo. *Cometidos na estrada* – condução perigosa, condução estado de embriaguez, condução sem habilitação. *Não especificados* – registo da prática de crime não identificado.

agrupamento e recodificação – *subgrupos de crime* – a qual tendo registado ainda um elevado número de tipos de crimes, procedemos com base na definição dos vários *subgrupos*, a novo processo de agrupamento e recodificação – *grupos de crime* – tendo para o efeito privilegiado o critério referente ao valor jurídico.

Ao longo do desenvolvimento da análise, procedemos ao estudo da criminalidade violenta, ou cometida com recurso a meios violentos, tendo para o efeito considerado o definido enquanto tal no Capítulo 3, ou seja, os tipos de crimes que para a sua prossecução se terá que recorrer à ameaça e/ou à violência física, em particular sobre a integridade física, a vida, a liberdade pessoal, e a liberdade e a autodeterminação sexual das potenciais vítimas, mesmo quando o principal móbil do crime se centra na apropriação de bens patrimoniais.

Para concluir, importa ainda referir que existem tipos de crimes que pelas suas características se enquadram no que juridicamente se define, ora como crime permanente, ora como crime continuado. O primeiro refere-se à conduta do indivíduo através da qual esse se encontra ininterruptamente em situação de transgressão à norma (o caso da posse de arma proibida), o segundo reporta-se à conduta do indivíduo através da qual, na sequência plúrima da prática do mesmo tipo de ilícito, a conduta apenas suscita o registo de um único registo-crime (o caso do tráfico de droga – o registo de um crime de droga, é efectivamente bastante ambíguo. Efectivamente, quando determinado indivíduo se encontra associado a um processo-crime por tráfico de droga, pela natureza do tipo de crime – comércio ilícito – a conduta do indivíduo na delinquência tende a repetir-se, na medida em que a prática da venda da droga, em particular ao nível da venda directa ao consumidor, resulta de sucessivas cedências da droga a vários indivíduos e ao longo do tempo. O tráfico de droga, constitui frequentemente um tipo de crime que revela continuidade, e uma prática reiterada durante determinado intervalo de tempo).

Capítulo 6

Características gerais das amostras

A vivência em comunidade pressupõe complementaridade, todavia numa lógica de distribuição de funções e papéis que se repercutem na identidade e no estatuto dos indivíduos, e na capacidade de mobilizarem recursos de forma a exprimirem as suas existências. O processo de diferenciação ao produzir distinção fá-lo com base na distribuição desigual de capital social, de protagonismo e poder. A história da evolução humana e das suas sociedades tem demonstrado que tal distinção tem-se exprimido muitas das vezes com base na diferença de nacionalidade, da cor da pele, da pertença étnica, classe social, género, entre outras características.

O género humano é representado fundamentalmente por duas categorias de seres que são à partida distinguidos pela diferença de sexo. Ao nascer, exclama-se «é menino» ou «é menina», de modo a categorizar que determinado ser pertence à ordem categorial do masculino ou do feminino. A pertença a uma dessas categorias vincou identidades, representações, práticas, e processos de legitimação do que em determinada época se entendeu como adequado à identidade, e aos papéis desempenhados por cada categoria diferenciada pelo sexo.

Ao longo da história, entre o masculino e o feminino, tem-se estabelecido uma complementaridade manifesta em *ultima ratio* pela função reprodutora da espécie. Tanto a identidade da mulher como a do homem têm sido representadas com base nos estereótipos fundados na imagem primária da reprodução e dos supostos papéis naturais que ambos representam na gestação e na educação dos novos seres. À mulher, enquanto receptáculo do *milagre* da concepção, do gerar e sustentar vida, ter-se-lhe-á associado a identidade e o papel maternal de cuidadora dos filhos, a quem incumbe a responsabilidade de suprir a dependência que as crianças revelam nos primeiros anos. Ao homem, parte complementar no milagre da concepção, ao não depender do seu corpo o desenvolvimento do período de gestação de uma nova vida, tem-se-lhe associado a representação da identidade e do papel *ideal* de protector, a quem cabe providenciar pela sobrevivência da prole.

As imagens estereotipadas sobre a identidade do homem e da mulher, fundadas numa suposta *naturalização* das funções *primárias* de cada um, têm sido

instrumentalizadas no plano da organização da vida em sociedade e transformadas em diferença, repercutindo-se ao longo da história, numa relação de poder desigual entre o masculino e o feminino, e reflectida em todas as dimensões da existência do indivíduo. A diferença materializada no recate da mulher e na projecção pública do homem, durante um longo período na história, estribou-se em fundamentos da ordem da biologia e de uma suposta naturalização de papéis, apenas profundamente questionada na segunda metade do século XX, em particular pelos movimentos contestatários de cariz feminista. A partir da naturalização biologizada da identidade, dos papéis e do estatuto do homem e da mulher, procurou-se descortinar a diferença entre categorias de género, quando no fundo a mesma foi sendo, desde sempre, urdida no âmbito da estrutura da sociedade e do processo de distinção de papéis em função do sexo, em particular através da organização da família (na qual o homem assume o referencial de autoridade e respeito) e da própria ordem vigente na sociedade (no âmbito da qual tudo é equacionado tendo como referencial universal a categoria de género masculino), repercutida irremediavelmente na dimensão da organização da psique do indivíduo.

Desse modo, a partir da segunda metade do século XX questionam-se os determinismos da ordem constitutiva do indivíduo, a biologização e a sexualização do comportamento, vincando a necessidade de descortinar a diferença e a produção de distinção com base em processos sociais diferenciadores, do percurso de socialização do indivíduo, da eventual estrutura de oportunidades a que terá acesso, e do processo diferenciado de interacção social em função do género. A fractura do processo de discriminação e de subordinação do género feminino, estribado em fundamentos da ordem da natureza ou da constituição genotípica ou fenotípica do indivíduo, assentou essencialmente na denúncia do predomínio do patriarcado sobre a ordem dos processos sociais e do sistema androcêntrico total. As explicações sobre a relação entre género e crime, e em particular o descortinar da etiologia do crime em função do sexo dos seus agentes, anteriormente estribadas na constituição biopsicológica do indivíduo, e suas repercussões nos papéis sociais concebidos como naturais porque decorrentes da natureza (essência) do indivíduo enquanto masculino ou feminino, cedem à evolução histórica encetada pelas sociedades modernas norte-americana e europeias, nas quais os movimentos cívicos pelos direitos das minorias e dos grupos sociais mais desfavorecidos se repercutiram na esfera da política e da ciência, e cujos

produtos legitimariam um novo paradigma explicativo fundado no processo de reacção social ao crime, diferenciado, entre outras variáveis, em função do género.

No plano do edifício do direito e da aplicação da justiça penal, das práticas e representações dos diversos agentes nos processos judiciais, o grau diferenciado de participação do masculino e do feminino encontra-se reflectido nas diversas fases que constituem a representação do género na transgressão das normas jurídico-penais, materializada nas estatísticas oficiais. No âmbito da sociedade portuguesa, desde que existe produção de estatísticas criminais em função do género (segunda metade do século XVIII) até ao dealbar do século XXI, o género feminino surge representado por uma minoria de indivíduos, seja na dimensão da constituição do estatuto de arguido, de condenado, ou no cumprimento de pena de prisão.

Neste âmbito, a representatividade do género nas diversas fases que compõem o processo penal, constitui um reflexo ou uma representação do posicionamento que as categorias de género assumem na sociedade. As diferenças no plano da realidade social repercutem-se no âmbito do microcosmo quotidiano do indivíduo, assim como no âmbito da edificação do direito, e de forma mais acentuada, na aplicação da justiça. Desse modo, o prévio estudo de elementos, quer qualitativos, quer quantitativos, decorrentes do sistema de justiça, deve ter em linha de conta o facto do próprio sistema de justiça, e em particular o penal, constituir parte da representação da configuração do modelo de sociedade em que se insere (materialista, produtora e reprodutora de desigualdades aos mais diversos níveis – dos quais, para o presente estudo, se destaca a dimensão do género). Os valores dominantes nas sociedades modernas, assentes na maximização do consumo e na diversificação de estilos de vida, encontram-se presentes nas mais diversas instituições que enformam a sociedade – da diversidade dos modelos de família e de ensino, à pluralidade de confissões religiosas, à explosão de sectores de actividade e de participação política e cívica na sociedade – todavia todos orientados, ora na prossecução, ora na crítica ao materialismo estrutural vigente na sociedade.

O edifício jurídico-penal e o sistema repressivo do crime assentam fundamentalmente na defesa dos valores dominantes no modelo de sociedade democrática e capitalista – a vida, a liberdade e a integridade das pessoas, e seus bens patrimoniais. Desse modo, os crimes mais denunciados pelas vítimas referem-se, para além das alterações decorrentes da interacção no quotidiano, à apropriação de bens

patrimoniais seja por intermédio da subtracção, da astúcia e do engano, da falsificação ou mesmo por intermédio da ameaça e da violência. Os indivíduos mais associados ao cometimento deste tipo de criminalidade são em regra pessoas com baixos recursos económicos e estatuto social, constituindo a transgressão em certos casos um meio pontual de suprir uma necessidade ou um desejo, e para determinados indivíduos um modo de vida, uma oportunidade de aceder por meios ilegítimos a anseios e bens valorizados socialmente, que de outro modo lhes seriam mais difícil alcançar. Nesse sentido, parece-nos que este tipo de população encontra-se sujeita a um duplo factor de condicionamento; sendo um segmento da população geral caracterizado por revelar algum *deficit* de capital e de recursos que permita aos indivíduos que o compõem aceder a determinados bens e valores socialmente valorizados, quando o comportamento delinquente de alguns desses indivíduos tende a afectar valores privilegiados pelo modelo de sociedade vigente – a propriedade privada – tal característica social e económica no plano do estereotipo transforma-se num factor de risco e de perigosidade que tende a afectar todo o segmento populacional a que os agentes do crime pertencem, suscitando no âmbito do sistema de controlo e de repressão uma especial atenção sobre todo esse segmento populacional menos dotado de recursos – e consequentemente a construção de estigma.

Todavia, na esteira do pensamento de Sutherland e Cressey, para além da criminalidade tipicamente aquisitiva, existe uma outra dimensão da expressividade transgressiva, mais oculta, e que se reporta à criminalidade económico-financeira e fiscal, de colarinho branco, que tende a afectar o tecido empresarial e o Estado, e como tal as bases do sector produtivo e regulador da sociedade, e de forma indirecta o cidadão. Algumas dessas transgressões, ora pelos interesses de grupo (com capacidade de influência) que por vezes acarretam, ora pela resolução política, ora pela sua complexidade administrativa e técnica, não se encontram tipificados como crime, enquadrando-se fundamentalmente nos limites do direito contra-ordenacional, sendo por isso essencialmente punidos com recurso à aplicação de coimas. Paralelamente à grande criminalidade económico-financeira e fiscal, subsiste a pequena criminalidade económica, fundamentalmente de âmbito fiscal, praticada por uma pluralidade de cidadãos, e cuja actuação do Estado não chega a descortinar. Efectivamente o dispositivo oficial, em razão da apoteose da propriedade privada, das práticas aquisitivas com relativa associação à droga, em particular com recurso à

violência, susceptíveis de produzirem na comunidade sentimentos de insegurança, direccionou uma parcela relevante dos recursos disponíveis do processo de repressão para a identificação e punição dos actos delinquentes que se inserem nesse tipo de criminalidade; tal encontra-se largamente demonstrado nos tipos de crime que em regra são mais punidos com penas de prisão efectiva (homicídio; roubo; tráfico de droga; furto).

A repercussão indirecta, e de algum modo difusa, dos efeitos da criminalidade económico-financeira e fiscal não tende a ser percepcionada pelo cidadão como constituindo uma ameaça à sua segurança e ao desenvolvimento do seu quotidiano; questiona-se muitas das vezes, quem é que ao longo das suas vidas nunca cometeu um delito? Fosse um crime de delito comum, ou percepcionado de tal forma – por se constituir numa prática percepcionada como *normal*, porque desvalorizada no plano moral ao nível da consciência do indivíduo e da reacção formal do sistema – que neste âmbito entre a normatividade e a transgressão (penal) nunca tivesse fracturado o equilíbrio sempre instável entre as duas dimensões da vivência em sociedade? Os factos em torno destas e outras considerações do mesmo âmbito, remetem para a acção do sistema oficial de controlo, o qual na maioria das situações processa indivíduos de poucos recursos económicos e reduzido estatuto social.

Nesse sentido, decorrendo as amostras em estudo da população processada pelo sistema oficial de justiça, a caracterização sociocultural e económica das mesmas não deverá apresentar um desvio significativo por relação ao apresentado nas estatísticas oficiais sobre o crime. A especificidade do estudo sobre trajectórias criminais, e em particular sobre aquelas que apresentam uma maior incidência na prática de crimes, assume relevância no sentido de que as estatísticas oficiais anuais sobre a prática de crimes não constituírem matéria adequada para descortinar a complexidade social e criminológica da inserção do crime no ciclo de vida do indivíduo, na medida em que, como se depreende, não contêm uma estrutura longitudinal; não permitem esboçar possibilidade de resposta ao equacionar de questões: de que modo o indivíduo insere o interdito ao longo das diversas fases que compõem o seu ciclo de vida? De que forma a relação entre o género e a prática de delitos constitui um reflexo do modo como se encontra organizado o *status quo* dominante? Em que medida a expressividade criminal das categorias de género se

interceptam ou diferem ao longo das diversas fases que compõem a vida dos indivíduos?

Embora a selecção das amostras se constitua num produto dos vários efeitos de filtro do processo de administração da justiça, sendo esse facto por vezes percepcionado como uma das fragilidades de tais fontes, na nossa óptica e no âmbito do projecto que desenvolvemos, constitui fundamentalmente uma dupla potencialidade: o estudo de trajetórias criminais com base nos indivíduos identificados e processados pelo sistema oficial de justiça, não representando o espectro total da complexidade da expressividade criminal que se desenvolve na sociedade, constitui uma oportunidade para analisar a especificidade do desenvolvimento do percurso criminal enunciado por determinados grupos de sujeitos, permitindo conhecer melhor, de forma crítica, parte do sistema de reacção ao crime, que enquanto construção social, tende a produzir resultados bem reais na vida dos indivíduos e na forma como a estrutura da sociedade se encontra organizada. A análise longitudinal de informação criminal, em particular de delitos cometidos por determinado grupo de indivíduos ao longo de certo intervalo de tempo, constitui uma possibilidade de conhecimento não só da complexidade relacional estabelecida entre género e crime, como da especificidade dos percursos criminais enunciados pelas categorias de género, e da estrutura de reacção à transgressão penal.

O crime enquanto antítese dos valores tutelados pelo sistema normativo depende da ordem prevista e imposta pela norma, sendo por esta definido. A transgressão é nesse sentido uma manifestação da existência da ordem e do quadro axiológico que a estrutura, constituindo o crime uma reacção jurídica emanada da vida em sociedade. Debruçarmo-nos sobre as estatísticas oficiais sobre o crime, pressupõe que todo um leque diversificado de comportamentos lesivos da ordem social dominante e estabelecida pelo direito não constem do acervo para análise, porque por variadíssimas razões, aquando da sua ocorrência, seja em função do tipo de crime, dos agentes ou do circunstancialismo, não chegaram ao conhecimento das autoridades – a problemática das cifras negras. Tal facto não se revela de primordial relevância, na medida em que o escopo do projecto que desenvolvemos não se centra nem na desconstrução dos significados produzidos pelo discurso dos indivíduos acerca do agir delinquente, nem na edificação de representações simbólicas sobre a expressividade criminal de homens e mulheres, mas sim, com base nos elementos

resultantes do processo de repressão encetado pela estrutura normativa, pretendemos fundamentalmente compreender de que forma o sistema penal tem contribuído para estabelecer vectores de convergência ou de divergência na relação entre género e crime, estudando para tal percursos criminais enunciados tendo por base o produto da acção do sistema sobre determinados comportamentos sancionados – os registos oficiais.

6.1 Caracterização social dos indivíduos constituintes das amostras

Os sujeitos de ambos os sexos que constituem as duas amostras – masculino e feminino – resultam do processo repressivo do sistema penal português. Encontram-se inscritos na base de dados da PJ – SIIC – são todos de nacionalidade portuguesa, nasceram no ano de 1967, e atingiram durante o ano de 1983 a capacidade de serem responsabilizados em termos penais – a imputabilidade em razão da idade. O processo de recolha de dados sobre o potencial de delinquência, prolongou-se de 1983 até ao ano de 2004, tendo as eventuais manifestações de delinquência – os registos policiais que lhes estão associados – sido seguidas durante um período temporal de 22 anos, ou seja, a partir dos 16 até aos 37 anos de idade – da fase de adolescência até à plena fase adulta de desenvolvimento bio psicossocial.

O processo de selecção dos indivíduos, com base na constituição de arguido⁸, resulta do prescrito no Código de Processo Penal – Lei n.º 59/98, de 25 de Agosto – o qual se compõe fundamentalmente por três fases: o inquérito⁹; a instrução¹⁰; e o julgamento¹¹. O momento em que os indivíduos constituintes das amostras em estudo foram seleccionados situa-se na fase de inquérito, período de desenvolvimento

⁸ É obrigatório a constituição de arguido nas seguintes situações: «a) Correndo inquérito contra pessoa determinada, esta prestar declarações perante qualquer autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal; b) Tenha de ser aplicada a qualquer pessoa uma medida de coacção ou garantia patrimonial; c) Um suspeito for detido, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 254.º a 261.º; ou d) For levantado auto de notícia que dê uma pessoa como agente de um crime e aquele lhe for comunicado.» (n.º 1 do Artigo 58.º da Lei n.º 59/98, de 25 de Agosto).

⁹ «1. O inquérito compreende o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação» (n.º 1 do Artigo 262.º da Lei n.º 59/98, de 25 de Agosto).

¹⁰ «1. A instrução visa a comprovação judicial da decisão de deduzir acusação ou de arquivar o inquérito em ordem a submeter ou não a causa a julgamento.» (n.º 1 do Artigo 286.º da Lei n.º 59/98, de 25 de Agosto).

¹¹ Caracterizado pela Audiência, ou seja, pela fase em que os elementos de prova colhidos durante a fase de inquérito têm que ser produzidos perante um Juiz ou um colectivo, de forma a serem escrutinados pelos diversos intervenientes no processo.

processual caracterizado pela investigação criminal, não havendo ainda qualquer decisão judicial sobre a suficiência da matéria de prova colhida para se proceder à possível dedução de acusação do indivíduo ou de arquivamento do inquérito.

São por isso indivíduos constantes nos registos biográficos da PJ, mais especificamente no sistema de informação criminal SIIC, enquanto pessoas que, pelo menos uma vez, terão tido contacto com o sistema de justiça na qualidade de suspeitos da prática de determinado crime, tendo sido por isso constituídos arguidos. Do universo de 10.437 indivíduos, de naturalidade e nacionalidade portuguesa, de ambos os sexos, nascidos no ano de 1967, constantes do sistema de informação criminal, procedeu-se à selecção de duas amostras – masculino e feminino – compostas no total por 2.382 indivíduos (1.665 homens e 717 mulheres).

Importa perceber em que medida os elementos seleccionados decorrem do que se poderá referir como sendo as características médias do cidadão comum da sociedade portuguesa, ou se, pelo contrário, apresentam indicadores que inflectem esse padrão referencial de mediania. Com base nas características estruturantes do capital socioeconómico e estatutário – habilitações literárias e profissão – recorremos aos dados apurados pelos Censos de 2001, para que tendo como referência os dados colhidos dos indivíduos na faixa etária entre os 15 e os 34 anos, residentes em Portugal, pudéssemos estabelecer uma base de comparação entre as características dos indivíduos que compõem as amostras e as características da população geral na referida faixa etária. Os indivíduos que estruturam as amostras em estudo completaram no ano de 2001, os 33 anos de idade.

Importa sublinhar que no decurso do processo de recolha de elementos sobre as características dos indivíduos que compõem as amostras, não foi possível apurar as habilitações literárias e a experiência profissional de todos. Do total de homens e mulheres seleccionados para o presente estudo, no âmbito do apuramento de informação acerca das habilitações literárias apenas foi possível recolher informação de cerca de 44,4% e 31,7%, e no plano da experiência profissional, 79,1% e 71,8% das suas respectivas dimensões categoriais.

A experiência colhida ao longo de todo o processo de recolha de dados permite concluir que a informação acerca das habilitações literárias e da experiência profissional dos indivíduos suspeitos da prática de crimes nem sempre é inscrita na

base de informação criminal, constituindo claramente um *deficit* de informação útil, para o qual o processo de recolha não contribuiu de todo. Tal facto, em particular no que se refere às habilitações literárias, aquando da extrapolação para a dimensão da população da qual decorrem as amostras poderá potenciar algum risco de enviesamento interpretativo dos dados. Identificados os limites impostos pela fonte, importa procedermos à caracterização das amostras por relação à população geral na faixa etária entre os 14 e os 34 anos.

Quadro 6.1 Indivíduos constituintes das amostras, habilitações literárias e sexo

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Analfabeto	21	2,8	20	8,8
Sabe ler e escrever	32	4,3	9	4,0
1º ciclo	296	40,1	78	34,3
2º ciclo	203	27,4	42	18,5
3º ciclo	140	18,9	39	17,2
Secundário	28	3,8	24	10,6
Superior	20	2,7	15	6,6
TOTAIS	740	100,0	227	100,0

Qui-quadrado $p = 0,000$; V de Cramer = 0,213

Quadro 6.2 Indivíduos residentes em Portugal, entre os 15 e os 34 anos de idade, qualificação académica e sexo

QUALIFICAÇÃO ACADÉMICA	(percentagens)		
	MASCULINO	FEMININO	TOTAL M+F
Sem qualificação	3,9	2,9	3,4
1.º Ciclo	12,6	10,8	11,7
2.º Ciclo	24,6	19,8	22,2
3.º Ciclo	30,9	28,1	29,5
Ensino Secundário	20,9	25,7	23,3
Ensino Médio	0,1	0,1	0,1
Ensino Superior	7,0	12,6	9,8
TOTAIS	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE - Censos 2001

A grande maioria da população residente em Portugal no ano de 2001, inserida na referida faixa etária, em termos de qualificações escolares revela uma distribuição maioritária pelos 2.º. e 3.º. ciclos, e pelo ensino secundário, com particular evidência

no 3.º ciclo. Os indivíduos do sexo masculino destacam-se do sexo feminino fundamentalmente pela maior representatividade que assumem nos três primeiros ciclos escolares, e as mulheres pela representatividade que revelam por associação aos níveis mais qualificados do ensino, em particular no ensino secundário e superior.

No que respeita aos elementos que compõem as amostras diferenciadas em função do sexo, verifica-se no contexto do universo masculino comparado com a distribuição no universo feminino, uma maior representatividade nos três primeiros ciclos de ensino, com especial concentração no 1.º ciclo, e uma maior representatividade feminina nos níveis mais qualificados – secundário e superior. Em termos gerais, tal distribuição é apenas parcialmente correspondente às características apresentadas pelos indivíduos da população geral na faixa etária entre os 15 e os 34 anos, denotando-se uma marcada representatividade dos grupos amostrais no 1.º ciclo, e uma maior representatividade em particular das mulheres, por relação aos homens, no grupo caracterizado por ainda uma relevante taxa de analfabetismo.

Reportando-nos à distribuição dos indivíduos da população geral, pertencentes à faixa etária referida, pelos diversos grupos socioeconómicos, em função do género, verificamos que os homens revelam uma maior representatividade nos sectores do operariado, do empresariado, e da agricultura e pescas. As mulheres por relação aos homens encontram-se proporcionalmente mais presentes nos grupos representativos dos sectores dos serviços, dos profissionais técnicos e de enquadramento, e no grupo composto pelos trabalhadores não qualificados.

Quadro 6.3 Indivíduos constituintes das amostras, experiência profissional e sexo

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Empresários e Dirigentes	99	7,8	32	9,3
Profissionais técnicos e de enquadramento	79	6,2	43	12,5
Comerciantes e pessoal dos serviços	236	18,5	155	45,2
Trabalhadores da agricultura e pescas	56	4,4	2	0,6
Operários	587	46,1	22	6,4
Trabalhadores não Qualificados	216	17,0	89	25,9
TOTAIS	1.273	100,0	343	100,0

Qui-quadrado $p = 0,000$; V de Cramer = 0,377

Quadro 6.4 Indivíduos constituintes das amostras, outras condições perante o trabalho e sexo

OUTRAS CONDIÇÕES	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Domésticas	0	0,0	150	87,2
Estudantes	44	100,0	22	12,8
TOTAIS	44	100,0	172	100,0

Qui-quadrado $p = 0,000$; V de Cramer = 0,762**Quadro 6.5** Indivíduos residentes em Portugal, entre os 15 e os 34 anos de idade, grupo socioeconómico e sexo

GRUPO SÓCIOECONÓMICO	(percentagens)		
	MASCULINO	FEMININO	TOTAL M+F
Empresários e Dirigentes	7,0	4,3	5,7
Profissionais técnicos e de enquadramento	10,5	13,2	11,8
Serviços	14,6	23,0	18,7
Agricultura e Pescas	2,0	0,8	1,4
Operariado	30,6	11,3	21,0
Trabalhadores não qualificados	7,1	10,1	8,6
Outros Activos	1,9	2,8	2,4
Inactivos	26,3	34,5	30,4
TOTAIS	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE - Censos 2001

Relativamente à experiência profissional dos indivíduos que compõem as amostras verifica-se no grupo composto pelo sexo masculino uma fortíssima representatividade no sector do operariado, seguindo-se em menor grau as profissões ligadas ao sector dos serviços, assim como as profissões não qualificadas. O sexo feminino destaca-se fundamentalmente por uma relevante representatividade nos sectores compostos pelos serviços, e pelas profissões não qualificadas. A condição de doméstica representa uma parcela bastante relevante (29,1%), no compito das mulheres em que foi possível determinar a condição e/ou tipo de experiência perante o trabalho, revelador do estatuto social de parte substancial dessas mulheres.

Tanto homens como mulheres pertencentes às amostras em estudo, no plano das características reveladas pelas habilitações literárias e pelo tipo de experiência profissional, apresentam indicadores que vincam alguma diferença com as características demonstradas pela população em geral na faixa etária entre os 15 e os 34 anos. Efectivamente, a distribuição de ambos os sexos, pertencentes às amostras e

à população geral na faixa etária entre os 15 e os 34 anos, pelos principais veículos de promoção e mobilidade social – capital escolar e competências de trabalho – geradores de estatuto social, diferenciado e diferenciador, não obstante a evidente assimetria entre o masculino e o feminino, no âmbito das habilitações literárias dos indivíduos que compõem as amostras verifica-se por relação à população geral um predomínio de indivíduos de ambos os sexos nos três primeiros ciclos escolares, em particular no 1.º. ciclo, denotando-se assim alguma desqualificação das amostras relativamente à população geral na faixa etária referida (nesta, entre o 1.º. e o 3.º. ciclos verifica-se uma relação crescente).

Relativamente à experiência profissional denota-se um maior peso representativo das mulheres no sector terciário, e os homens no sector secundário; a condição de doméstica marca profundamente o universo feminino; em ambas amostras paradoxalmente, por relação à população geral, denota-se uma maior representatividade de indivíduos no sector de actividade caracterizado pelas profissões não qualificadas assim como nos sectores caracterizados por maior estatuto social e elevado capital de competências. De forma geral., tendo como base os elementos apurados, entre a população geral na faixa etária referida e as amostras, denota-se nestas últimas em ambos os sexos ao nível da qualificação académica e da experiência profissional uma relativa desqualificação por relação às características reveladas pela população geral. Todavia existem indicadores associados ao sexo feminino que por comparação às características apresentadas pela população geral apontam para uma crescente representatividade feminina, quer nos níveis mais qualificados do ensino, quer nos grupos profissionais caracterizados por maiores índices de especialização e estatuto social.

As dissemelhanças evidenciadas demonstram uma relação desigual entre as características da população geral e as reveladas pelas amostras, remetendo os indivíduos destas últimas para uma dimensão social e económica de maior fragilidade. Tal assunção poderá suscitar a formulação precipitada da afirmação de que o sistema de justiça tende a processar de forma desigual os diversos grupos sociais que compõem a sociedade portuguesa. A precipitação da afirmação fundamenta-se na medida em que os dados de referência da população geral centram-se no estado da população residente em Portugal durante os Censos de 2001, e por isso, respeitar a indivíduos pertencentes a várias gerações (sendo por isso uma perspectiva de análise

transversal) encontrando-se os mesmos em fases distintas do processo de desenvolvimento bio psicossocial (respeita a indivíduos na faixa etária entre os 15 e os 34 anos), em função do ano em que nasceram.

Os dados referentes aos elementos que compõem as amostras dizem respeito a indivíduos nascidos no mesmo ano – 1967 – e respeitam à enunciação de sequências delitivas expressas num longo período de tempo (de 1983 a 2004) durante o qual os indivíduos experimentaram a delinquência de forma muito diversificada, seja em função da idade ou da fase de desenvolvimento pessoal em que a experiência transgressiva ocorreu, do tipo de crime cometido, e ou da probabilidade de reincidência (decorrendo por isso de uma perspectiva de análise longitudinal).

Tais variáveis complexificam a referida formulação na medida em que ao compararmos um quadro situacional de um determinado momento histórico – no presente caso um ano civil – com um quadro dinâmico, em que os indivíduos exprimem as suas existências de forma diversa, num intervalo de tempo mais alargado (22 anos) a produção de significado com base na interpretação comparativa de ambas perspectivas (transversal e longitudinal) sobre o mesmo objecto (características sociais dos indivíduos) constituirá, num primeiro momento de abordagem, matéria com interesse exploratório sobre as características que os indivíduos que constituem as amostras evidenciam por comparação com as características demonstradas pela população geral num determinado momento da história da sociedade portuguesa.

Efectivamente, conforme demonstraremos, no âmbito da expressividade criminal dos elementos das amostras, enquanto que para alguns a delinquência se revelou num epifenómeno ocorrido num determinado momento das suas vidas, sendo por isso uma experiência *pontual*, para outros a experiência da delinquência tendeu a repetir-se no tempo, ao longo de determinado período, enunciando assim uma potencial trajectória criminal mais longa, em regra mais problemática, e de repercussões mais graves para o sujeito.

Atendendo a que os indivíduos em estudo se encontram ao longo de todo o período de análise em estados de desenvolvimento e de aquisição de capital social muito diversificado, importa fazermos coincidir na medida do possível a faixa etária do período em que o indivíduo expressa a delinquência, apresentando nessa altura

determinado índice socioeconómico e escolar, com as características da população em geral, na mesma faixa etária.

Embora os indivíduos que compõem as amostras tenham nascido no mesmo ano civil, o momento em que expressam o envolvimento na delinquência tende a ocorrer de forma diversa ao longo dos 22 anos em estudo; não só pelo tipo de valores que tendem a violar, mas fundamentalmente pela especificidade do momento do ciclo das suas vidas em que a transgressão se insere nas suas trajectórias desenvolvimentais. Face ao referido, procederemos mais adiante ao aprofundamento da caracterização sócio-demográfica dos indivíduos em estudo, tendo como referência a tipologia dos grupos de trajectórias que integram por relação ao período do ciclo de desenvolvimento bio psicossocial em que exprimem a delinquência, e as características dos indivíduos da população geral que nesse mesmo período se enquadram na correspondente faixa etária.

6.2 O potencial delitivo das amostras

De que forma poderemos determinar a carga transgressiva dos indivíduos que compõem as amostras? Julgamos que a exploração de tal potencial poderá ser determinado através da determinação preliminar da frequência, ou do número de ocorrências associadas a cada categoria de género, articulada com a determinação da eventual inscrição de pelo menos uma ocorrência dos vários tipos de crimes nas trajectórias enunciadas pelos indivíduos.

Desse modo, aos 2.382 indivíduos que compõem as amostras, estão-lhes associados 9.265 registos de crimes. Tendo como referência a sua distribuição por categoria de género, aos 1.665 indivíduos do sexo masculino estão-lhes associados 7.295 crimes, correspondendo em média 4,4 crimes por indivíduo, e aos 717 indivíduos do sexo feminino, 1.970 crimes, estando-lhes associados uma média de 2,8 crimes por indivíduo.

Tendo sido quantificado o número de ocorrências associadas às amostras, importa procedermos à verificação do nível de envolvimento dos indivíduos nos vários tipos de crimes em estudo, determinando para o efeito a eventual presença dos

vários tipos de crimes nas trajetórias dos indivíduos, bastando para tal que determinado tipo de crime se encontre inscrito apenas uma vez na trajetória.

Quadro 6.6 Crimes (grupo e subgrupo) *contra o património sem violência* e sexo

TIPOS DE CRIMES		MASCULINO		FEMININO		Qui- quadrado (p)	V Cramer
GRUPO	SUBGRUPO	N	%	N	%		
Contra o Património Sem Violência	Património C/Subtracção	723	43,4	185	25,8	0,000	0,166
	Património C/Burla	137	8,2	72	10,0	0,151	0,029
	Património C/Abuso Confiança	49	2,9	23	3,2	0,729	0,007
	Receptação	85	5,1	37	5,2	0,955	0,001
TOTAL - Contra o Património Sem Violência		847	50,9	278	38,8	0,000	0,111

NOTA: Basta que cada tipo de crime esteja inscrito pelo menos uma vez na trajetória.

A maioria dos indivíduos constituintes das amostras revela uma elevada participação em crimes que tendem a afectar valores patrimoniais, maioritariamente sem recurso à violência, estando presentes em cerca de 47,2% das trajetórias. Se nos reportarmos à participação do género em tais tipos de crimes verificamos que os homens revelam uma maior participação nesse tipo de crimes que as mulheres (masculino – 50,9%; feminino – 38,8%).

Os homens, mais que as mulheres, tendem a afectar valores patrimoniais através da prática da subtracção. Em razão inversa, mas sem diferenças estatisticamente significativas, as mulheres ligeiramente mais que os homens exprimem este tipo de transgressão através da prática de crimes de burla e de abuso de confiança.

Quadro 6.7 Crimes (grupo e subgrupo) *contra o património com recurso a cheque* e sexo

TIPOS DE CRIMES		MASCULINO		FEMININO		Qui- quadrado (p)	V Cramer
GRUPO	SUBGRUPO	N	%	N	%		
	Património C/Recurso Cheque	247	14,8	216	30,1	0,000	0,177

NOTA: Basta que cada tipo de crime esteja inscrito pelo menos uma vez na trajetória.

A prática da emissão de cheques sem provisão atinge uma relevante percentagem (19,4%) das trajetórias dos indivíduos em estudo (de referir que o ilícito em causa perde abrangência jurídico-penal a partir da revisão legislativa

ocorrida no ano de 1997), adquirindo substancialmente maior expressividade na dimensão da amostra feminina (30,1%) que na masculina (14,8%).

Quadro 6.8 Crimes (grupo e subgrupo) de *droga* e sexo

TIPOS DE CRIMES		MASCULINO		FEMININO		Qui- quadrado (p)	V Cramer
GRUPO	SUBGRUPO	N	%	N	%		
Droga	Consumo Droga	585	35,1	84	11,7	0,000	0,239
	Tráfico-Consumo Droga	361	21,7	108	15,1	0,000	0,076
	Tráfico Droga	205	12,3	165	23,0	0,000	0,136
TOTAL - Droga		878	52,7	290	40,4	0,000	0,113

NOTA: Basta que cada tipo de crime esteja inscrito pelo menos uma vez na trajectória.

Nesta ordem, suplantando inclusivamente o envolvimento dos indivíduos na criminalidade predatória de bens patrimoniais, assume particular relevância os crimes de droga, seja na dimensão do consumo (descriminalizado a partir do segundo semestre de 2001), seja na dimensão do tráfico ou do tráfico-consumo, encontrando-se tais práticas presentes em cerca de 49,0% do total das trajectórias em estudo.

No âmbito da configuração delinquencial em função do género, a droga tende a marcar de forma mais vincada, as trajectórias enunciadas pelo sexo masculino (52,7%), que as do sexo feminino (40,4%). O envolvimento de ambas categorias de género na droga adquire em termos de peso proporcional, significados bem diferenciados; homem e mulher encontram-se, em termos proporcionais, inversamente associados ao fenómeno da droga; enquanto que o sexo masculino se encontra de forma mais evidente associado ao consumo e ao tráfico-consumo, o sexo feminino evidencia uma maior associação ao comércio de droga, sem ligação ao consumo, dispondo-se apenas depois as práticas do tráfico-consumo e do estrito consumo de droga.

O grupo de crimes que tende a afectar valores da vida em sociedade assume uma importância significativa, em particular através da expressividade revelada pelos crimes de falsificação, encontrando-se inscritos em 20,2% das trajectórias em estudo. Tomando a distribuição do grupo de crimes contra a vida em sociedade pelas respectivas estruturas delinquentiais de ambos os sexos, constata-se uma relativa similitude (masculino – 21,1%; feminino – 18,0%), quase sempre sem significância estatística, todavia expressa de forma diversa.

Quadro 6.9 Crimes (grupo e subgrupo) *contra a vida em sociedade* e sexo

TIPOS DE CRIMES		MASCULINO		FEMININO		Qui- quadrado (p)	V Cramer
GRUPO	SUBGRUPO	N	%	N	%		
Vida em Sociedade	Crimes Perigo Comum	75	4,5	14	2,0	0,003	0,062
	Falsificação Moeda/Outros Similares	68	4,1	29	4,0	0,964	0,001
	Falsificação Documentos	61	3,7	20	2,8	0,280	0,022
	Falsificação Cheques/Equiparados	92	5,5	53	7,4	0,081	0,036
	Falsificação Doc. Identificação	54	3,2	16	2,2	0,180	0,027
	Falsificação Doc. Aquisição Bem	69	4,1	15	2,1	0,013	0,051
TOTAL - Vida em Sociedade		352	21,1	129	18,0	0,079	0,036

NOTA: Basta que cada tipo de crime esteja inscrito pelo menos uma vez na trajetória.

A relativa paridade expressa-se de forma diferente; enquanto que os crimes de perigo comum, e a falsificação de documentos para a aquisição de bens dominam nas trajetórias masculinas (com diferenças estatisticamente pouco significativas), as trajetórias criminais femininas caracterizam-se fundamentalmente através da prática de crimes de falsificação de cheques e títulos equiparados a moeda.

Quadro 6.10 Crimes (grupo e subgrupo) *contra o património com violência* e sexo

TIPOS DE CRIMES		MASCULINO		FEMININO		Qui- quadrado (p)	V Cramer
GRUPO	SUBGRUPO	N	%	N	%		
Contra o Património	Património C/Violência	226	13,6	39	5,4	0,000	0,119
Com Violência	Património C/A.ma	62	3,7	5	0,7	0,000	0,084
TOTAL - Contra o Património Com Violência		247	14,8	42	5,9	0,000	0,136

NOTA: Basta que cada tipo de crime esteja inscrito pelo menos uma vez na trajetória.

Quadro 6.11 Crimes (grupo e subgrupo) *contra a vida, integridade física, liberdade pessoal* e sexo

TIPOS DE CRIMES		MASCULINO		FEMININO		Qui- quadrado (p)	V Cramer
GRUPO	SUBGRUPO	N	%	N	%		
	Vida	78	4,7	15	2,1	0,003	0,061
	Integridade Física	84	5,0	9	1,3	0,000	0,090
	Liberdade Pessoal	45	2,7	6	0,8	0,004	0,059

NOTA: Basta que cada tipo de crime esteja inscrito pelo menos uma vez na trajetória.

Quadro 6.12 Crimes (grupo e subgrupo) *sexuais* e sexo

TIPOS DE CRIMES		MASCULINO		FEMININO		Qui- quadrado (p)	V Cramer
GRUPO	SUBGRUPO	N	%	N	%		
Sexuais	Liberdade Sexual	34	2,0	6	0,8	0,036	0,043
	Autodeterminação Sexual	15	0,9	1	0,1	0,037	0,043
TOTAL - Sexuais		47	2,8	7	1,0	0,005	0,057

NOTA: Basta que cada tipo de crime esteja inscrito pelo menos uma vez na trajetória.

O envolvimento em crimes cuja consumação exige o recurso a formas de violência através da agressão física, da afectação traumática da esfera psíquica do indivíduo, como é o caso da apropriação ilegítima de bens patrimoniais através do recurso à ameaça, ou da afectação da integridade física, da própria vida, da restrição da liberdade pessoal ainda que momentânea, ou da violação da liberdade e da autodeterminação sexual, encontram-se presentes nas trajetórias dos indivíduos de forma minoritária (respectivamente em 12,1%; 3,9%; 3,9%; 2,1%; 2,3%). Inequivocamente e de forma estatisticamente significativa, os homens revelam claramente um maior envolvimento em todos os tipos de crimes perpetrados com recurso a meios violentos.

A participação dos indivíduos em grupos de crimes que lesam valores representativos da função reguladora e da autoridade do Estado, e de outras dimensões da vida em sociedade (referidos como contra o Estado; estatisticamente minoritários; e contra as pessoas menos graves) encontram-se presentes, conforme se depreende dos quadros 6.13, 6.14 e 6.15, numa minoria das trajetórias em análise.

Quadro 6.13 Crimes (grupo e subgrupo) *contra o Estado* e sexo

TIPOS DE CRIMES		MASCULINO		FEMININO		Qui- quadrado (p)	V Cramer
GRUPO	SUBGRUPO	N	%	N	%		
Estado	Economia	18	1,1	11	1,5	0,355	0,019
	Fiscais	4	0,2	1	0,1	*	0,010
	Corrupção	12	0,7	8	1,1	0,332	0,020
	Peculato	4	0,2	2	0,3	*	0,004
	Violação Providências Públicas			1	0,1	*	0,031
	Realização Justiça	20	1,2	10	1,4	0,698	0,008
	Resist./Desob. Autoridade Pública	12	0,7	2	0,3	0,196	0,027
	Cometidos na Prisão	13	0,8	4	0,6	0,553	0,012
	TOTAL - Estado	91	5,5	44	6,1	0,516	0,013

NOTA: Basta que cada tipo de crime esteja inscrito pelo menos uma vez na trajetória.

* Não estão preenchidas as condições para a execução do Qui-quadrado.

Quadro 6.14 Crimes (grupo e subgrupo) *estatisticamente minoritários* e sexo

TIPOS DE CRIMES		MASCULINO		FEMININO		Qui- quadrado (p)	V Cramer
GRUPO	SUBGRUPO	N	%	N	%		
Estatisticamente Minoritários	Auxílio Imigração Illegal	2	0,1	1	0,1	*	0,003
	Informáticos	3	0,2	2	0,3	*	0,010
	Paz Pública	18	1,1	5	0,7	0,380	0,018
	Cometidos na Estrada	38	2,3			*	0,084
	<i>Não Especificados</i>	38	2,3	15	2,1	0,773	0,006
TOTAL - Estatisticamente Minoritários		80	4,8	18	2,5	0,010	0,053

NOTA: Basta que cada tipo de crime esteja inscrito pelo menos uma vez na trajetória.

* Não estão preenchidas as condições para a execução do Qui-quadrado.

Quadro 6.15 Crimes (grupo e subgrupo) *contra as pessoas menos graves* e sexo

TIPOS DE CRIMES		MASCULINO		FEMININO		Qui- quadrado (p)	V Cramer
GRUPO	SUBGRUPO	N	%	N	%		
Contra as Pessoas Menos Graves	Reserva Vida Privada	9	0,5	1	0,1	0,165	0,028
	Honra	20	1,2	4	0,6	0,149	0,030
TOTAL - Contra as Pessoas Menos Graves		28	1,7	5	0,7	0,059	0,039

NOTA: Basta que cada tipo de crime esteja inscrito pelo menos uma vez na trajetória.

Com a exceção dos crimes estatisticamente minoritários, e em particular da criminalidade cometida na estrada, a distribuição dos outros tipos de crimes pelo género não revelou qualquer diferença estatisticamente significativa. Nos crimes que lesam o Estado revela-se uma paridade entre categorias de género, e nos restantes tipos de crimes, os homens assumem uma relativa maior representatividade, em particular nos crimes associados à condução de veículos rodoviários. A referida reduzida proporção que demonstram na totalidade das trajetórias em estudo é reveladora de duas dimensões de significado; a primeira dimensão respeita ao facto da investigação de determinados tipos de crimes não ser da exclusiva competência da PJ (caso dos crimes contra a reserva da vida privada; a honra; a paz pública; etc.), ou ao constarem não serem de todo da sua competência, figurando no acervo de informação da PJ apenas em razão da ordem do dever de colaboração inter-institucional, e por isso lhe terem sido comunicados. A segunda dimensão explicativa encontra-se sustentada no próprio modelo de sociedade, e que se repercute nas práticas e na organização do sistema de justiça, que procura acautelar fundamentalmente o valor primordial da vida, e a primazia da propriedade privada, em detrimento de outras

práticas transgressivas que tendem a afectar dimensões mais macro da organização da sociedade.

Da análise da contagem de frequências, enquanto indicador do potencial delitivo de ambos os sexos, determinou-se que em termos proporcionais, por relação à distribuição das ocorrências associadas às dimensões de cada uma das amostras, em média cada indivíduo do sexo masculino tem associado cerca do dobro dos crimes associados a cada indivíduo do sexo feminino.

Quadro 6.16 Participação nos diversos tipos de crimes e sexo

TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (%)	FEMININO (%)	Qui-quadrado (p)	V Cramer
Contra Património Sem Violência	50,9	38,8	0,000	0,111
Contra Património Com Violência	14,8	5,9	0,000	0,136
Emissão Cheque Sem Provisão	14,8	30,1	0,000	0,177
Droga	52,7	40,4	0,000	0,113
Vida em Sociedade	21,1	18,0	0,079	0,036
Sexuais	2,8	1,0	0,005	0,057
Vida	4,7	2,1	0,003	0,061
Liberdade Pessoal	2,7	0,8	0,004	0,059
Integridade Física	5,0	1,3	0,000	0,090
Contra as Pessoas Menos Graves	1,7	0,7	0,059	0,039
Estado	5,5	6,1	0,516	0,013
Estatisticamente Minoritários	4,8	2,5	0,010	0,053

NOTA: Basta que cada tipo de crime esteja inscrito pelo menos uma vez na trajectória.

Em ambas amostras uma relevante percentagem das trajectórias dos indivíduos encontra-se marcada pela afectação de bens patrimoniais sem recurso a meios violentos (com a prática da subtracção a caracterizar o comportamento dos homens, e a emissão de cheques sem provisão, as mulheres), e ao envolvimento na droga (com homens e mulheres a revelarem envolvimento assimétricos, e inversamente proporcionais – com a mulher a associar as suas práticas ilícitas à dimensão estrita do comércio, e o homem ao consumo, ou ao tráfico-consumo).

Os restantes tipos de crimes inscrevem-se nas trajectórias dos indivíduos em estudo, mas de forma menos expressiva. As práticas lesivas da vida em sociedade, essencialmente com recurso às falsificações, tendem a inscrever-se mais nas trajectórias do sexo feminino (destacando-se a prática da falsificação de cheques e outros títulos equiparados a moeda, mas sem significância estatística). A manifestação

de comportamentos violentos, dos quais se destaca a apropriação ilegítima de bens patrimoniais, tendem a marcar fundamentalmente as trajectórias do género masculino, adquirindo proporcionalmente à distribuição verificada no género feminino, uma dimensão na ordem do quádruplo. Os tipos de crimes que lesam a integridade do Estado, a esfera das pessoas, mas de menor gravidade, e outros valores, cuja expressividade será explorada mais adiante, estão presentes mas numa reduzida percentagem de indivíduos de ambos os sexos.

Quadro 6.17 Ordenação da participação nos diversos tipos de crimes e sexo

ORDEM PROPORCIONAL	MASCULINO	FEMININO
1.º	Droga	Droga
2.º	Contra Património Sem Violência	Contra Património Sem Violência
3.º	Vida em Sociedade	Emissão Cheque Sem Provisão
4.º	Contra Património Com Violência	Vida em Sociedade
5.º	Emissão Cheque Sem Provisão	Estado
6.º	Estado	Contra Património Com Violência
7.º	Integridade Física	Estatisticamente Minoritários
8.º	Estatisticamente Minoritários	Vida
9.º	Vida	Integridade Física
10.º	Sexuais	Sexuais
11.º	Liberdade Pessoal	Liberdade Pessoal
12.º	Contra as Pessoas Menos Graves	Contra as Pessoas Menos Graves

Não obstante o significado que tais indicadores poderão revelar, o escopo do projecto fundado na análise longitudinal de elementos respeitantes a um longo período da vida dos indivíduos, impõe-nos que situemos no processo de desenvolvimento bio psicossocial, os momentos em que o indivíduo, masculino e feminino, inscreve o delito nas diversas fases da sua vida, esboçando desse modo o que designamos de trajectória criminal. Procuraremos de seguida identificar eventuais grupos de trajectórias, de modo a podermos *a posteriori* situar e diferenciar, dando significado, às diversas manifestações da delinquência de homens e mulheres nas mais diversas fases do processo de desenvolvimento enquanto indivíduos, na faixa etária dos 16 aos 37 anos de idade.

Capítulo 7

A identificação de grupos de trajectórias

No âmbito da caracterização sócio-demográfica dos indivíduos, a idade constitui-se num referencial central em todo o estudo, não no sentido de determinado ano figurar como referência central ao longo de toda a análise, mas por relação a um determinado período – de 1983 a 2004 – ou seja dos 16 aos 37 anos de idade. O escopo da análise que empreendemos é eminentemente dinâmico, na medida em que não se atem a um tempo único, estático, mas a uma lógica de desenvolvimento da acção do indivíduo no tempo, procurando a expressividade e o significado que a sequência e a complexidade delitiva poderá encerrar. Uma das questões que equacionamos centra-se na determinação do momento em que as autoridades oficiais registaram pela primeira vez na vida de determinado indivíduo, a prática de comportamentos transgressivos da ordem normativo-penal, e em que ponto da sequência delitiva se poderá considerar o eventual término ou abrandamento da actividade delinquente. Se o primeiro momento é relativamente evidente, encontrando-se representado pela data em que foi efectuado o primeiro registo da prática de crime, o período ou o momento referente à fase do eventual abrandamento ou da desistência da actividade criminal não se revela tão claro. A dificuldade em determinar o momento da desistência prende-se com o facto do equilíbrio comportamental do indivíduo, ao longo do seu curso de vida, poder a todo o momento sofrer alterações que o poderão em certa medida precipitar na transgressão de uma norma penal. Atento ao factor de indeterminação referido, importa fundamentalmente perceber em que medida a intensidade da frequência delitiva tende a interromper-se, ou a restabelecer laços com o agir delinquente.

Sendo objecto central do nosso projecto, o estudo de trajectórias criminais que se desenvolvem de forma diferenciada ao longo das várias fases do ciclo de vida do sujeito, optámos por identificar previamente grupos de indivíduos que pela similitude trajectorial as suas experiências transgressivas tendem a assemelharem-se por relação estrita ao momento em que inscreveram o crime nas suas vidas. Desse modo, tendo como referência o ano em que as autoridades detectaram o cometimento do primeiro e do último crime, procedemos ao agrupamento dos indivíduos por faixas etárias que correspondessem no plano teórico às diversas fases de desenvolvimento do indivíduo no período dos 16 aos 37 anos de idade. Foi possível assim criar duas variáveis

representativas das diversas faixas etárias de início e de fim da trajectória. Estabelecemos as seguintes faixas etárias: dos 16 aos 21 anos, enquanto primeira fase da juventude; dos 22 aos 25 anos, como segunda fase da juventude; dos 26 aos 30 anos, caracterizada pela fase de entrada na vida adulta; e dos 31 aos 37 anos, representativa da plena inserção na vida adulta.

Quadro 7.1 Definição de grupos de trajectórias criminais

GRUPOS TRAJECTORIAIS		FAIXA ETÁRIA FIM DA TRAJECTÓRIA			
		16-21 anos	22-25 anos	26-30 anos	31-37 anos
FAIXA ETÁRIA INÍCIO DA TRAJECTÓRIA	16-21 anos	215	72	155	199
	%	9,0%	3,0%	6,5%	8,4%
	22-25 anos		254	139	145
	%		10,7%	5,8%	6,1%
	26-30 anos			539	223
	%			22,6%	9,4%
	31-37 anos				441
	%				18,5%

Qui-quadrado $p = 0,000$; V de Cramer = 0,540

Grupos de Trajectórias Criminais:

- Limitado à fase da juventude
- A partir da fase da vida adulta
- Transversal às fases da juventude e da vida adulta

Com base no resultado do cruzamento efectuado entre as variáveis *faixa etária de início da trajectória*, e *faixa etária de fim da trajectória*, efectuaram-se vários agrupamentos de categorias por forma a podermos equacionar uma operação de distinção dos vários tipos de trajectórias que os indivíduos tendem a exprimir ao longo das diversas fases de desenvolvimento que compõem os seus ciclos de vida no período em estudo. Conforme se depreende dos indicadores de significância e de associação, o cruzamento entre as referidas variáveis revela-se não só estatisticamente significativo, mas também com grau de associação médio.

Procurámos fundamentalmente delimitar a experiência delitiva dos indivíduos recorrendo para tal à referência das datas do primeiro e do último registo de crime, tendo como especial referencial as várias fases de desenvolvimento bio psicossocial que o indivíduo atravessa ao longo do período compreendido entre os 16 e os 37 anos de idade. Assim, tendo em referência a distribuição dos sujeitos pelas diversas

categorias das variáveis mencionadas, e por relação às principais fases de desenvolvimento que tendem a ocorrer no período em estudo – fases caracterizadas pela juventude, entrada na vida adulta, e plena inserção na vida adulta – podemos elencar vários tipos de expressividade trajectorial que ocorrem em momentos distintos do processo de desenvolvimento dos indivíduos. O processo de reagrupamento de elementos, com base na similitude da expressividade criminal e por relação à faixa etária em que ocorre, permitiu-nos esboçar três grupos de trajectórias criminais: o *limitado à fase da juventude* (na faixa etária dos 16 aos 25 anos de idade); o que se caracteriza por os indivíduos tenderem a envolverem-se na delinquência apenas *a partir da fase da vida adulta* (na faixa etária dos 26 em diante, até ao limite dos 37 anos de idade); e o grupo *transversal às fases da juventude e da vida adulta* (na faixa etária compreendida entre os 16 e os 37 anos de idade), ou seja, constituído por aqueles que tendo experimentado o envolvimento na fase da juventude, voltaram a delinquir na fase adulta.

Quadro 7.2 Grupos de trajectórias criminais e sexo

GRUPOS DE TRAJECTÓRIAS	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Limitado à fase da juventude	375	22,5	166	23,2
A partir da fase da vida adulta	776	46,6	427	59,6
Transversal às fases da juventude e da vida adulta	514	30,9	124	17,3
TOTAIS	1.665	100,0	717	100,0

Qui-quadrado $p = 0,000$; V de Cramer = 0,147

Atendendo ao período de desenvolvimento bio psicossocial que cada um dos grupos de trajectórias criminais abrange, qualquer um dos grupos trajectoriais encontra-se marcado por essa marca distintiva de âmbito qualitativo da existência do indivíduo. Tal facto encontrar-se-á reflectido no processo de desenvolvimento da manifestação do comportamento lesivo da ordem jurídico-penal. Todavia, a construção dos vários grupos de trajectórias não obedece apenas a uma lógica da ordem do desenvolvimento do indivíduo, revelando-se também estatisticamente significativa. Embora a definição das diversas fases do processo de evolução, transformação, ou de desenvolvimento do indivíduo tenham uma base biológica, a referência cronológica dessas fases varia fundamentalmente consoante os contextos

socioculturais que tenhamos como referencial. A definição de qualquer das fases tem uma base estatística e cultural sobre o que em determinada comunidade se convencionou acerca da normalidade, ou da adequabilidade da conduta (expectável) para determinada idade.

Da dimensão constitutiva dos grupos de trajectórias identificados no quadro 7.2 depreende-se que os indivíduos do sexo masculino, por relação ao sexo feminino, tendem a apresentar uma maior proporção de indivíduos cuja experiência na delinquência se situa na fase da juventude (53,4%) – proporcionalmente o sexo feminino apresenta 40,5%. Efectivamente o envolvimento do sexo masculino na delinquência tende a caracterizar-se inicialmente por ser eminentemente juvenil – enquadrando-se no que se designa de delinquência juvenil – e a maior proporção de indivíduos do sexo feminino por se exprimir apenas a partir da vida adulta (59,5% dos indivíduos). Da totalidade de indivíduos que se iniciam na delinquência na fase da juventude, enquanto que a maioria dos indivíduos do sexo feminino restringe a experiência a essa fase da vida (57,2%), a maioria dos indivíduos do sexo masculino tende a prosseguir na delinquência ao longo da fase adulta (57,8%). Tais evidências constituem a primeira nota explicativa da relação entre género e grupos de trajectórias criminais. Os rapazes, mais que as raparigas, após se terem envolvido na delinquência, tendem a embrenharem-se na delinquência durante a fase adulta, dando assim continuidade a uma tendência comportamental iniciada na fase da juventude. Importa centrarmo-nos na definição das três configurações delinquentiais, de modo a desenvolvermos o estudo da sua expressividade.

O grupo de trajectórias *limitado à fase da juventude* confina os elementos que o compõem à fase de desenvolvimento da adolescência até à eminente entrada na vida adulta. Nas sociedades europeias modernas, e em particular na portuguesa, a juventude é definida como uma fase evolutiva do indivíduo, caracterizada por um processo de transformação generalizado, expresso em primeira linha através de mudanças que se operam na fisiologia do indivíduo, mas também na organização da psique, do intelecto, na esfera dos afectos, e das relações sociais. É um período em que a puberdade produz profundas alteridades no corpo, na mente e no comportamento; o indivíduo transita paulatinamente do estado de criança, para o estado de pré-adulto, deparando-se com a necessidade de adesão a normas que impõem limites, capacidade de decisão, e de afirmação.

Na transição da juventude para a vida adulta o indivíduo depara-se com adaptações que lhe exigem uma maior conformidade com o mundo dos adultos. É neste processo de contínuo contacto, inserção, e colisão com a dimensão da maioridade que o indivíduo vai construindo a sua autonomia, e consolidando a sua identidade, e alguns exprimindo a fractura momentânea ou continuada com o sistema normativo. O vínculo do indivíduo com a família tende a afrouxar, procurando no grupo de pares o reconhecimento e valorização da sua conduta, assim como o espaço de autonomia e independência face à autoridade da família. Vários autores (Quimet e LeBlanc, 1993; Cusson, 2003; entre outros) referem que é durante a fase da juventude que se regista uma maior participação e intensidade em comportamentos delinquentes, todavia, sublinham que só uma pequena percentagem de indivíduos tendem a prolongar o envolvimento na delinquência para além da juventude (LeBlanc, 2003).

Pedro Moura Ferreira, Luís Garcia e Jorge Vala (1993) referindo-se aos factores subjacentes à expressividade de comportamentos lesivos da ordem estabelecida cometidos por jovens, referem que a especificidade da expressão do comportamento criminal encontra-se estreitamente associada a factores de ordem constitutiva da personalidade do indivíduo, das suas motivações, e da sua racionalidade, mas também por ordem a determinados condicionalismos externos, situacionais, e de enquadramento da sua existência social. Dando continuidade ao raciocínio dos referidos autores podemos sublinhar que as transgressões cometidas noutras fases de desenvolvimento do indivíduo ligar-se-ão também inextrincavelmente aos factores elencados.

O grupo de trajectórias caracterizado por apresentar expressões apenas *a partir da fase adulta*, assume expressão numa fase de desenvolvimento na qual é esperado que o indivíduo se encontre inserido nas mais diversas instituições, papéis e funções que revestem a maioridade e a maturidade do adulto. A fase da vida adulta caracteriza-se pelo pleno desenvolvimento biológico, pela consolidação da personalidade e da identidade do indivíduo, pela assunção de papéis sociais, e pela adopção de um estilo de vida que reflecta parte do seu estatuto social. Assumem particular importância, nesta fase, a dimensão do trabalho e das profissões, a constituição de família e a procriação, e o envolvimento na vida colectiva da comunidade em que se insere. Constituem chavões desta fase de desenvolvimento, os

termos: maturidade, autonomia, independência, responsabilidade, por referência à adesão do indivíduo ao projecto social.

Este grupo de trajectórias é constituído por indivíduos que atravessaram a fase da juventude sem que tivessem sido assinalados pelo sistema oficial de controlo. Os factores de risco subjacentes à explicação do despoletar da delinquência na fase da juventude aparentemente, neste grupo de indivíduos, não terão exercido influência geradora de comportamentos lesivos da normatividade durante a adolescência. Todavia, tendem a experimentar o envolvimento na delinquência após a fase crítica de desenvolvimento do indivíduo – a juventude. Não constituirá, tal facto, um paradoxo para o quadro teórico que procura incessantemente explicar as origens da delinquência? Thornberry (2005) refere que em tal grupo de indivíduos a transição do jovem para a fase adulta não terá ocorrido de forma a que o indivíduo conseguisse ajustar-se com sucesso aos novos estados de existência (através do trabalho e da família). A ausência de factores de protecção existentes na fase da juventude e a deficiente preparação do jovem adulto para se integrar na vida activa de forma autónoma, produzirão desajustamentos na forma como o indivíduo se organiza, assim como comportamentos reveladores de inadaptação a esses novos estados, que no limite se expressarão através do envolvimento na delinquência.

A manifestação de comportamentos delinquentes em tal grupo de indivíduos – que se encontram na fase adulta de desenvolvimento – parece indicar-nos que a delinquência e a transgressão poderão fazer parte da trajectória de vida do indivíduo em qualquer fase em que se encontre o seu ciclo de vida. A transgressão, e a delinquência em particular, só adquirem sentido a partir da definição da estrutura que compõe a normalidade e a normatividade. É a partir do estado e do posicionamento do indivíduo face a esses referenciais que a fractura se concretiza e adquire significado.

O grupo de trajectórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta* caracteriza-se por incluir indivíduos cujas experiências delitivas se situam em ambas fases de desenvolvimento referidas – juventude e vida adulta. Caracteriza-se por a experiência dos indivíduos na transgressão penal se ter iniciado durante a fase da juventude e prolongado pela vida adulta.

O grupo de trajectórias de maior dimensão em ambos os sexos é indubitavelmente aquele que inclui o conjunto de indivíduos cujo primeiro registo-

crime se situa a partir da fase da vida adulta (caracterizado por 12 anos), assumindo na dimensão feminina uma maior expressividade. O grupo de trajectórias que se caracteriza por situar os registos-crime nos limites da fase da juventude (constituído por 10 anos), revela uma relativa equidade proporcional entre ambas categorias de género. Todavia entre homens e mulheres verifica-se uma clara representação assimétrica nas suas estruturas, com uma maior proporção de homens no grupo de trajectórias cuja experiência delitiva tende a prolongar-se ao longo da vida (caracterizado por 22 anos) e uma maior proporção de raparigas no grupo de trajectórias *limitado à fase da juventude*; ou seja, enquanto que no conjunto do género masculino o grupo de trajectórias *limitado à fase da juventude* se revela como sendo o de menor dimensão, no conjunto do género feminino o grupo de trajectórias em que esse se encontra menos representado é o que se caracteriza por um envolvimento na delinquência mais prolongado ao longo da vida.

Os três grupos de trajectórias foram equacionados tendo como referência fundamental a fase de desenvolvimento bio psicossocial do indivíduo durante a qual o primeiro e o último crime terão sido alegadamente cometidos pelo sujeito. Se o grupo de trajectórias *limitado à fase da juventude* se refere aos vários tipos de expressividade criminal manifesta estritamente durante a fase da juventude, cessando após tal fase o envolvimento em actividades delinquentes, o grupo de trajectórias expressas *a partir da fase da vida adulta*, refere-se a indivíduos que tendo atravessado a adolescência e a juventude aparentemente sem terem tido contacto com o sistema de justiça, a partir da fase caracterizada pelas valências da maioridade, autonomia e independência, iniciam a manifestação de comportamentos lesivos da ordem jurídico-penal. Colateral a ambos os grupos referidos, enuncia-se o grupo de trajectórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta*, constituído por indivíduos que iniciaram a experiência da delinquência na fase da juventude e a estenderam ao longo da vida adulta, configurando-se assim neste grupo, para além da diversidade transgressiva, expressividades criminais mais prolongadas no tempo.

Proviremos ao desenvolvimento do estudo dos três grupos de trajectórias, procedendo a uma prévia caracterização social dos indivíduos, por referência à população geral correspondente à faixa etária dos mesmos, analisando de forma distinta a expressividade criminal daqueles cujo envolvimento na delinquência se revelou num epifenómeno – *primários* – ora ocorrido durante a juventude, ora na fase

da vida adulta, de outros cujo envolvimento na delinquência revelou uma sequência delitiva – *reincidentes* – centrando desse modo uma parte substancial da nossa análise na sequência delitiva enunciada por estes indivíduos.

7.1 O grupo de trajectórias criminais *limitado à fase da juventude*

Para além de se perfilar como uma fase entre e na sequência de outras que enformam o ciclo de desenvolvimento do indivíduo, a juventude é muitas das vezes percebida como uma fase crítica do processo de desenvolvimento, na qual o jovem se encontra num processo de transição entre a infância despreocupada e a imposição de responsabilidades através da maioridade. Moffit, Caspi, Harrington e Milne (2002), referem que na contemporaneidade a adolescência, e como tal a fase da juventude, tende a alargar-se até por volta dos 25 anos de idade. Efectivamente, com o maior envolvimento dos jovens, em número, no principal veículo de promoção social e de aquisição de competências – escolarização – assiste-se ao progressivo adiamento do processo de autonomia e independência dos jovens face aos progenitores.

Por outro lado, tendo o presente projecto como um dos principais conceitos delimitadores da análise o conceito jurídico-penal de crime, a estrutura normativa apenas prevê que o indivíduo seja capaz de avaliar as repercussões da sua conduta a partir dos 16 anos de idade – o início da imputabilidade. Tal facto impõe limites à aplicação da lei penal, na medida em que mesmo que o comportamento do indivíduo preencha os requisitos do facto típico, a idade do indivíduo, se inferior a 16 anos, impede a aplicação do processo penal ao agente do facto típico, ilícito, e culposos, mas não punível em virtude da razão da idade. Desse modo, a idade mínima em que os indivíduos constituintes das amostras, e do grupo de trajectórias criminais *limitado à fase da juventude* em particular, poderão ter associado o primeiro registo-crime ao seu percurso de vida será os 16 anos de idade. A amplitude do grupo de trajectórias estritamente ligado à fase da juventude terá como limite inferior e superior, respectivamente os 16 e os 25 anos de idade, decorrendo a análise das suas experiências delitivas num intervalo temporal de cerca de 10 anos de desenvolvimento do indivíduo.

Desse modo, o grupo de trajetórias criminais em estudo é composto por 541 indivíduos, representativo de 22,7% dos indivíduos que se distribuem pelos três grupos de trajetórias, representando homens e mulheres, respectivamente 22,5% e 23,2% da dimensão total das amostras a que pertencem. Em termos de número de indivíduos, a dimensão trajectorial confinada à juventude é constituída por 375 e 166 indivíduos, pertencentes respectivamente ao sexo masculino e feminino. Desses, apenas menos de metade, respectivamente 46,7% e 44,0%, revelam o desenvolvimento de uma sequência delitiva, sendo por isso reincidentes.

No âmbito da caracterização social, rapazes e raparigas, apresentam indicadores referentes à experiência conjugal e à experiência profissional que tendem a distinguir ambos os sexos. Essa distinção entre categorias de género materializa-se fundamentalmente, em termos proporcionais e comparativos, por uma menor representatividade masculina e uma maior representatividade feminina em formas de existência de experiência conjugal, em certa medida consentâneas com as características apresentadas pela população geral na faixa etária entre os 20 e os 24 anos de idade – predomínio de indivíduos solteiros, mais acentuado no universo masculino.

Quadro 7.3 Indivíduos constituintes das amostras, experiência conjugal e sexo

EXPERIÊNCIA CONJUGAL	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Nunca tiveram	282	77,3	102	62,6
Têm	64	17,5	49	30,0
Já tiveram	19	5,2	12	7,4
TOTAIS	365	100,0	163	100,0

Qui-quadrado $p = 0,002$; V de Cramer = 0,154

Quadro 7.4 Indivíduos residentes em Portugal, entre os 20 e os 24 anos de idade, experiência conjugal e sexo

EXPERIÊNCIA CONJUGAL	(percentagens)		
	MASCULINO	FEMININO	TOTAL M+F
Nunca tiveram	81,0	61,0	71,0
Têm	17,8	36,9	27,4
Já tiveram	1,2	2,1	1,6
TOTAIS	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE - Censos 1991

No plano das habilitações literárias, não se registam diferenças entre sexos. A maioria dos rapazes e das raparigas enquadram as suas qualificações académicas, no limite, ao nível do 2.º ciclo, denotando-se no entanto, em termos proporcionais, uma maior proporção de raparigas que enquadram a experiência escolar, mas sem significância estatística, em níveis mais elevados do ensino.

Quadro 7.5 Indivíduos constituintes das amostras, habilitações literárias e sexo

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Analfabeto	2	2,4	2	7,4
Sabe ler e escrever	4	4,8		
1º ciclo	38	45,8	10	37,0
2º ciclo	22	26,5	6	22,2
3º ciclo	12	14,5	5	18,6
Secundário	2	2,4	2	7,4
Superior	3	3,6	2	7,4
TOTAIS	83	100,0	27	100,0

Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,223

Quadro 7.6 Indivíduos residentes em Portugal, entre os 20 e os 24 anos de idade, qualificação académica e sexo

QUALIFICAÇÃO ACADÉMICA	(percentagens)		
	MASCULINO	FEMININO	TOTAL M+F
Sem qualificação	1,1	1,0	1,1
1.º Ciclo	21,7	20,8	21,1
2.º Ciclo	29,3	24,6	27,0
3.º Ciclo	17,7	15,0	16,4
Ensino Secundário	18,1	20,5	19,3
Ensino Médio	0,9	1,8	1,4
Ensino Superior	11,2	16,3	13,7
TOTAIS	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE - Censos 1991

Por comparação à população geral, as amostras revelam uma maior proporção de indivíduos sem qualquer qualificação escolar, e uma menor proporção de indivíduos com qualificações ao nível do ensino superior. Enquanto que no âmbito da dimensão das amostras, a maioria dos indivíduos em termos proporcionais tende a

concentrar o nível de qualificação escolar entre o 1.º e o 2.º ciclo, na população geral a maioria dos indivíduos, de ambos os sexos, tende a ampliar o nível de qualificação escolar, até ao 3.º ciclo.

No que se refere à condição perante o trabalho e à experiência profissional, o grupo de trajetórias criminais *limitado à fase da juventude*, destaca-se dos demais por apresentar a maior proporção de indivíduos de ambos os sexos, em que a ligação com a dimensão *actividade* se traduz pelo estatuto estudantil, de maior relevo no sexo feminino, e no caso específico das raparigas, também através do estatuto de doméstica.

Quadro 7.7 Indivíduos constituintes das amostras, experiência profissional e sexo

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Empresários e Dirigentes	17	7,0	5	9,1
Profissionais técnicos e de enquadramento	8	3,3	4	7,3
Comerciantes e pessoal dos serviços	44	18,1	27	49,1
Trabalhadores da agricultura e pescas	15	6,2	0	0,0
Operários	114	46,9	2	3,6
Trabalhadores não Qualificados	45	18,5	17	30,9
TOTAIS	243	100,0	55	100,0

Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,403

Quadro 7.8 Indivíduos constituintes das amostras, outras condições perante o trabalho e sexo

OUTRAS CONDIÇÕES	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Domésticas	0	0,0	45	76,3
Estudantes	22	100,0	14	23,7
TOTAIS	22	100,0	59	100,0

Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,683

Os rapazes destacam-se essencialmente por experiências tidas no sector do operariado, perfilando-se após esse, o sector dos serviços, assim como outras actividades de trabalho não qualificado. As raparigas evidenciam-se por experiências tidas no sector do comércio e dos serviços, assim como por actividades de baixa qualificação. Tal facto encontra parte da sua justificação na especificidade que caracteriza a fase de vida em que os indivíduos se encontram – juventude –

caracterizada pela transição, entre a dimensão da escolarização e a dimensão da inserção no mundo do trabalho.

Quadro 7.9 Indivíduos residentes em Portugal, entre os 20 e os 24 anos de idade, grupo socioeconómico e sexo

(percentagens)			
GRUPO SÓCIOECONÓMICO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL M+F
Empresários e Dirigentes	4,2	3,5	4,0
Profissionais técnicos e de enquadramento	6,2	10,5	8,2
Serviços	22,6	32,6	27,2
Agricultura e Pescas	5,3	3,3	4,5
Operariado	44,6	27,6	37,0
Trabalhadores não qualificados	13,8	17,9	15,7
Outros Activos	3,3	4,6	3,4
TOTAIS	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE - Censos 1991

Os dados expressos pelas amostras relativamente à experiência profissional, e as características demonstradas pela população geral na faixa etária em análise, revelam algumas clivagens; as amostras denotam um pendor distintivo por relação à população geral, expresso por uma menor proporção de indivíduos de ambos os sexos com experiência de actividade profissional em profissões técnicas e de enquadramento, e uma maior proporção de indivíduos com experiência ao nível dos quadros empresariais e dirigentes, mas também outros sem qualquer experiência profissional, manifesto pela proporção de indivíduos cujo quadro de actividade se insere ao nível da frequência escolar, e no caso das raparigas ao nível da execução de tarefas domésticas.

Por relação à população geral, em particular as raparigas revelam uma relevante proporção de indivíduos que enquadram as suas experiências profissionais ao nível do sector dos serviços, e em profissões cujo trabalho não requer qualquer tipo de qualificação, destacando-se ainda no âmbito do sexo feminino uma reduzida proporção de raparigas associadas ao sector do operariado.

De forma geral os indivíduos pertencentes às amostras, com experiências delinquentiais no limite da juventude apresentam características que se diferenciam da população geral, denotando-se essencialmente uma clivagem no plano da

experiência profissional e da qualificação académica, revelando as amostras (masculino e feminino) uma diminuição de capital, mais acentuado nas raparigas no âmbito da experiência profissional, e nos rapazes, no plano da qualificação académica. Tal facto encontra-se de algum modo representado pela população geral na faixa etária entre os 20 e os 24 anos, por comparação com os rapazes e as raparigas que compõem as amostras, na evidência demonstrada pelo índice de indivíduos que não possuem qualquer qualificação académica; enquanto que na população geral tal índice se situa em 1,1%, nas amostras em estudo tal indicador atinge no sexo masculino 7,2% e no sexo feminino 7,4%.

7.2 O grupo de trajectórias criminais *a partir da fase da vida adulta*

Embora ao longo de todo o processo de socialização, homens e mulheres, estejam de um modo geral sujeitos aos mesmos factores de influência, a frequência e a intensidade a que estão expostos à interferência desses factores, tendo como base o género, varia em função de múltiplas variáveis, assim como também em função dos modelos de acompanhamento e supervisão familiar, e de outras instituições e grupos sociais extraordinariamente importantes na formação do indivíduo, como são a escola, a religião, e o grupo de pares. Quando o desenvolvimento do indivíduo atinge a fase da vida adulta, pressupõe-se que tenha alcançado um estado de maturidade que se reflecte nas mais variadas dimensões da sua existência, seja através da suposta consolidação da identidade social, do nível de inserção na vida activa e/ou em experiências estruturantes do seu quotidiano, como são o trabalho, o matrimónio, a maternidade ou a paternidade.

Os indivíduos que se inserem neste grupo trajectorial foram sinalizados pelas instâncias formais de controlo social como tendo praticado o primeiro crime no período das suas vidas entre os 26 e os 37 anos de idade, não havendo registo de qualquer envolvimento em condutas delinquentes em fase anterior. No plano da análise é um grupo composto por 12 anos do processo de desenvolvimento do indivíduo, no qual a delinquência se terá inscrito nas suas vidas após a fase da juventude, ou seja em plena maioridade. É um grupo de trajectórias composto por 1.203 indivíduos, representativo de 50,5% da totalidade dos indivíduos que se distribuem pelos três grupos de trajectórias criminais, representando, tanto homens

como mulheres, respectivamente 46,6% e 59,6% da dimensão total das amostras a que pertencem.

O grupo de trajectórias criminais *a partir da fase da vida adulta*, em ambas dimensões diferenciadas em função do género, constitui o grupo trajectorial de maior dimensão, sendo constituído por 776 e 427 indivíduos, pertencentes respectivamente ao sexo masculino e feminino. Na estrutura das amostras denota-se que em termos proporcionais os indivíduos do sexo masculino revelam um maior envolvimento na reincidência (50,3%) que os indivíduos do sexo feminino (41%).

O estudo da caracterização social destes indivíduos, em particular a análise da experiência conjugal, da experiência profissional e das habilitações literárias revela diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres. No âmbito da experiência conjugal, os indivíduos do sexo feminino destacam-se, em termos proporcionais do sexo masculino, essencialmente por revelarem uma maior representatividade em formas de convivência conjugal, presentes (através do casamento e da união de facto) ou findas (através do divórcio, da separação e da viuvez); os indivíduos do sexo masculino revelam uma menor ligação a relações afectivas duráveis.

Quadro 7.10 Indivíduos constituintes das amostras, experiência conjugal e sexo

EXPERIÊNCIA CONJUGAL	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Nunca tiveram	326	44,7	138	34,2
Têm	281	38,5	179	44,3
Já tiveram	123	16,8	87	21,5
TOTAIS	730	100,0	404	100,0

Qui-quadrado $p = 0,002$; V de Cramer = 0,104

Por comparação à população geral na faixa etária entre os 30 e os 34 anos de idade, verificamos que a proporção de homens e mulheres solteiros pertencentes às amostras em estudo se configura ao nível do dobro da revelada pela população geral; a união de facto ou o casamento representam, proporcionalmente, apenas metade da expressão revelada por ambos os sexos na população geral, assumindo aqueles que

representam o rompimento de uma relação um nível proporcionalmente superior ao exposto pela população geral na faixa etária referida.

Quadro 7.11 Indivíduos residentes em Portugal, entre os 30 e os 34 anos de idade, experiência conjugal e sexo

(percentagens)			
EXPERIÊNCIA CONJUGAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL M+F
Nunca tiveram	24,7	16,2	20,5
Têm	72,4	78,8	75,6
Já tiveram	2,9	5,0	3,9
TOTAIS	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE - Censos 2001

Embora de forma diferenciada em função da categoria de género, os indivíduos pertencentes às amostras apresentam uma clara clivagem com o nível de experiência conjugal revelado pela população geral, em particular pela reduzida proporção de casados ou em união de facto, de maior expressão no sexo masculino, pela consequente elevada proporção de solteiros, com maior expressão comparativa no sexo feminino, e pela proporção amplificada de casos de dissolução de relações, atingindo no universo masculino a maior expressividade.

Quadro 7.12 Indivíduos constituintes das amostras, habilitações literárias e sexo

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Analfabeto	6	2,0	9	7,1
Sabe ler e escrever	9	3,0	7	5,6
1º ciclo	122	40,1	44	34,9
2º ciclo	82	27,0	23	18,3
3º ciclo	59	19,4	20	15,9
Secundário	12	3,9	11	8,7
Superior	14	4,6	12	9,5
TOTAIS	304	100,0	126	100,0

Qui-quadrado $p = 0,003$; V de Cramer = 0,215

No que se refere ao capital escolar, a maioria dos indivíduos pertencentes às amostras, embora proporcionalmente mais representativo no sexo masculino,

posicionam o nível das habilitações literárias entre o 1.º e o 2.º ciclo. Os indivíduos sem qualificação académica, e os que se distinguem por maiores índices habilitacionais tendem, em termos proporcionais, a adquirir uma maior representatividade na amostra feminina.

Efectivamente tal encontra-se demonstrado pelo índice de homens e mulheres que não possuem qualquer qualificação académica (respectivamente, 5,0% e 12,7%), e aqueles que revelam habilitações literárias ao nível do ensino superior (respectivamente, 4,6% e 9,5% de homens e mulheres).

Quadro 7.13 Indivíduos residentes em Portugal, entre os 30 e os 34 anos de idade, qualificação académica e sexo

(percentagens)			
QUALIFICAÇÃO ACADÉMICA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL M+F
Sem qualificação	5,8	4,5	5,1
1.º Ciclo	20,8	20,2	20,6
2.º Ciclo	25,2	22,5	23,9
3.º Ciclo	19,9	16,5	18,2
Ensino Secundário	16,9	18,5	17,7
Ensino Médio	0,4	0,3	0,3
Ensino Superior	11,0	17,5	14,2
TOTAIS	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE - Censos 2001

A população geral tende a revelar níveis de escolarização superiores aos demonstrados pelas amostras, seja através do índice de analfabetismo, seja no que se refere aos escalões mais qualificados, ou mesmo no que respeita a uma distribuição mais homogénea de ambos os sexos pelos três primeiros ciclos de ensino, com as mulheres a revelarem distinção, a partir do ensino secundário.

No plano da experiência profissional, os homens adquirem particular expressão através da representatividade que revelam de forma significativa no sector do operariado, e de forma menor no sector dos serviços e das actividades não qualificadas. As mulheres apresentam níveis de representatividade proporcionalmente relevantes no sector dos serviços, e nas actividades não qualificadas.

Quadro 7.14 Indivíduos constituintes das amostras, experiência profissional e sexo

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Empresários e Dirigentes	57	9,8	21	9,6
Profissionais técnicos e de enquadramento	56	9,7	35	16,0
Comerciantes e pessoal dos serviços	114	19,7	95	43,4
Trabalhadores da agricultura e pescas	21	3,6	2	0,9
Operários	261	45,0	17	7,8
Trabalhadores não Qualificados	71	12,2	49	22,4
TOTAIS	580	100,0	219	100,0

Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,384

Quadro 7.15 Indivíduos constituintes das amostras, outras condições perante o trabalho e sexo

OUTRAS CONDIÇÕES	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Domésticas	0	0,0	72	94,7
Estudantes	8	100,0	4	5,3
TOTAIS	8	100,0	76	100,0

Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,795

Quadro 7.16 Indivíduos residentes em Portugal, entre os 30 e os 34 anos de idade, grupo socioeconómico e sexo

GRUPO SÓCIOECONÓMICO	(percentagens)		
	MASCULINO	FEMININO	TOTAL M+F
Empresários e Dirigentes	13,3	8,2	10,9
Profissionais técnicos e de enquadramento	15,6	22,5	18,9
Serviços	18,8	31,6	24,8
Agricultura e Pescas	3,0	1,5	2,3
Operariado	41,2	16,9	29,8
Trabalhadores não qualificados	7,2	18,1	12,3
Outros Activos	0,9	1,2	1,0
TOTAIS	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE - Censos 2001

O pendor distintivo entre categorias de género, complementa-se através da maior representatividade masculina ao nível do sector primário, e uma maior representatividade feminina nas profissões técnicas e de enquadramento, e uma relativa paridade ao nível das profissões ligadas à liderança e gestão empresarial. No âmbito do universo feminino o estatuto de doméstica representa cerca de 25% do total

de mulheres, nas quais foi possível identificar o tipo de condição perante o trabalho e o nível de experiência profissional.

A transposição dos indicadores de actividade das categorias de género pertencentes às amostras, para as características expostas pela dimensão da população geral na faixa etária entre os 30 e os 34 anos, revela uma relativa similitude no que respeita às diferenças de género, denotando-se no entanto ao nível das amostras, e em particular no sexo feminino, um eventual *deficit* de capitalização do nível de experiência profissional, em particular devido ao peso substancial revelado pela condição de doméstica.

7.3 O grupo de trajectórias criminais *transversal às fases da juventude e da vida adulta*

A extensibilidade criminal iniciada na juventude e continuada pela vida adulta, pressupõe que os indivíduos pertencentes a este tipo de grupo de trajectórias expressem a delinquência de forma transversal às diversas fases da vida – da adolescência à plena inserção na vida adulta. O indivíduo pertencente a este tipo de trajectória inscreve o primeiro registo-crime durante a fase da juventude, reincidindo na conduta delinquente, pelo menos mais uma vez, durante a fase da vida adulta.

Estes indivíduos iniciaram o seu percurso delinquente durante a fase da juventude e tenderam a desenvolver a prática da delinquência nas fases subsequentes do processo de socialização, suscitando por isso a hipótese de que durante todo o processo de desenvolvimento do sujeito não se terão envolvido em experiências suficientemente fortes que alterassem o sistema de disposições e de controlo do comportamento, no sentido de uma maior adesão aos valores e práticas previstas no plano da normalidade e da normatividade como adequadas à vivência em sociedade.

A faixa etária em que os indivíduos inscrevem a experiência na delinquência situa-se assim entre os 16 e os 37 anos de idade, num período do processo de desenvolvimento do indivíduo composto por 22 anos. É um grupo constituído por 638 indivíduos, representativo de 26,8% da dimensão total dos três grupos de trajectórias criminais, representando, tanto homens como mulheres, respectivamente 30,9% e 17,3% da dimensão total das amostras a que pertencem. Embora constitua o grupo de trajectórias menos numeroso no universo feminino – 124 indivíduos – no âmbito do

universo masculino – 514 indivíduos – adquire uma dimensão intermédia, entre o maior peso revelado pelo grupo de trajetórias *a partir da fase da vida adulta*, e o menor peso manifesto pela estrutura do grupo de trajetórias *limitado à fase da juventude*.

Conforme veremos mais adiante, a proporção relativa assumida pela dimensão da estrutura delinquencial do grupo de trajetórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta* – exclusivamente composta por reincidentes – por comparação aos restantes grupos de trajetórias, alterar-se-á quando procedermos exclusivamente ao estudo dos indivíduos reincidentes, assumindo em ambos os sexos, por comparação aos indivíduos reincidentes pertencentes aos outros dois grupos de trajetórias criminais, um peso proporcionalmente de maior relevância quantitativa e de significado delinquencial.

No que se refere à caracterização social dos indivíduos que pertencem a este grupo trajectorial, constata-se que em geral, no que respeita à experiência conjugal, a maioria dos indivíduos não mantêm qualquer tipo de relação conjugal. Homens e mulheres não apresentam diferenças estatisticamente significativas. Os solteiros predominam em ambos os sexos, todavia as mulheres apresentam um índice mais elevado de divorciadas ou separadas.

Quadro 7.17 Indivíduos constituintes das amostras, experiência conjugal e sexo

EXPERIÊNCIA CONJUGAL	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Nunca tiveram	278	54,3	56	45,2
Têm	120	23,4	32	25,8
Já tiveram	114	22,3	36	29,0
TOTAIS	512	100,0	124	100,0

Qui-quadrado $p = 0,153$; V de Cramer = 0,077

Relativamente ao exercício de comparação entre as características apresentadas pela população geral e os elementos das amostras, optaremos por comparar as características desses, com as daqueles cuja faixa etária em 2001 se situaria entre os 30 e os 34 anos de idade (quadros 7.11, 7.13 e 7.16).

O grupo de trajetórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta*, compõe-se por indivíduos que expressaram pela primeira vez comportamentos delinquentes na fase da juventude, tendo prolongado o seu envolvimento na delinquência pelo menos uma vez mais durante a fase da vida adulta. Atendendo a tal facto entendemos que no plano da comparação com a população geral, a faixa etária da população geral de referência deveria ser a que se situaria de forma consistente na fase da vida adulta. Desse modo, os indivíduos de ambos os sexos que compõem as amostras tendem a diferenciarem-se da população geral por revelarem um menor índice de casados e/ou em união de facto, e uma maior proporção de indivíduos que situam a experiência conjugal, ora na condição de solteiros, ora na condição de separados, divorciados ou viúvos.

No âmbito das habilitações literárias, as mulheres embora revelem uma maior proporção de indivíduos sem qualquer tipo de qualificação académica (alcançando no presente grupo de trajetórias a maior proporção – 14,9%), aquelas que apresentam determinado nível de qualificação académica revelam, por comparação com os homens, um maior índice de escolaridade. A maioria dos indivíduos de ambos os sexos situa o capital escolar acumulado ao nível do 1.º e 2.º. ciclos, destacando-se as mulheres, em particular ao nível do secundário.

Quadro 7.18 Indivíduos constituintes das amostras, habilitações literárias e sexo

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Analfabeto	13	3,7	9	12,2
Sabe ler e escrever	19	5,4	2	2,7
1º ciclo	136	38,6	24	32,3
2º ciclo	99	28,0	13	17,6
3º ciclo	69	19,5	14	18,9
Secundário	14	4,0	11	14,9
Superior	3	0,8	1	1,4
TOTAIS	353	100,0	74	100,0

Qui-quadrado $p = 0,000$; V de Cramer = 0,243

Os elementos que compõem as amostras revelam um índice de capital escolar muito inferior ao da população geral na faixa etária considerada como referência. Embora as mulheres revelem uma maior proporção de indivíduos sem qualificação

académica, o *deficit* de capital escolar naqueles que revelam alguma escolarização manifesta-se mais evidente nos homens que nas mulheres.

No que respeita à experiência profissional, dos indivíduos que compõem as amostras, as mulheres destacam-se por revelarem uma forte representatividade no âmbito do sector dos serviços e em actividades não qualificadas. Os homens manifestam uma elevada proporção de indivíduos ao nível do sector secundário, das profissões não qualificadas, e também ao nível dos serviços.

Quadro 7.19 Indivíduos constituintes das amostras, experiência profissional e sexo

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Empresários e Dirigentes	25	5,6	6	8,7
Profissionais técnicos e de enquadramento	15	3,3	4	5,8
Comerciantes e pessoal dos serviços	78	17,3	33	47,8
Trabalhadores da agricultura e pescas	20	4,4	0	0,0
Operários	212	47,1	3	4,3
Trabalhadores não Qualificados	100	22,2	23	33,3
TOTAIS	450	100,0	69	100,0

Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,342

Quadro 7.20 Indivíduos constituintes das amostras, outras condições perante o trabalho e sexo

OUTRAS CONDIÇÕES	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Domésticas	0	0,0	33	89,2
Estudantes	14	100,0	4	10,8
TOTAIS	14	100,0	37	100,0

Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,833

Uma vez mais, paradoxalmente, as mulheres por comparação com os homens, apresentam concomitantemente uma maior proporção de indivíduos nas profissões que requerem maior qualificação e nas que não requerem qualquer tipo de qualificação. De sublinhar que no compito total dos indivíduos do sexo feminino em que foi possível determinar o nível de envolvimento com a dimensão do trabalho cerca de 31% encontram-se associadas à condição de doméstica.

Tomando como referência comparativa os indivíduos da população geral na faixa etária referida, a distribuição dos indivíduos pertencentes às amostras pelas

várias categorias da experiência profissional, revela que de forma geral estes possuem experiências menos qualificadas que as manifestadas pela população geral. Com excepção das mulheres cuja proporção de indivíduos associados à liderança e à gestão empresarial se equipara ao expresso pela população feminina na faixa etária entre os 30 e 34 anos, ambos os sexos se encontram sobre-representados nos grupos profissionais menos qualificados; as mulheres, em particular, no sector dos serviços (revelando outra excepção no sector do operariado, onde se encontram sub-representadas), e ambos os sexos nas profissões não qualificadas.

As baixas qualificações escolares e competências profissionais, por comparação com a população geral, mais pronunciadas no sexo masculino, constituem-se indicadores que poderão indiciar que ao nível das amostras estas se encontram munidas de menores recursos para competirem no plano do mercado das oportunidades legítimas.

Capítulo 8

Estruturas delinquentiais

Os três grupos de trajectórias estruturados de forma diferenciada em função do período da vida (e por correspondência à idade) em que os delitos foram cometidos, e em função do género, encontram-se em certa medida complexificados pela evidência do nível diferenciado de envolvimento na delinquência que os indivíduos apresentam em termos quantitativos e qualitativos.

Para além da arquitectura dos referidos grupos de trajectórias, construída com base no período de vida em que os indivíduos exprimiram comportamentos lesivos da ordem jurídico-penal, importa determinar o potencial de delinquência dos indivíduos que compõem os vários grupos de trajectórias. Referimo-nos ao facto de nem todos os indivíduos revelarem um comportamento reincidente na prática de crimes. Importa assim, distinguir aqueles que apenas têm associado um registo-crime, de outros que revelam determinado índice de reincidência, até porque geralmente estes últimos constituem o grupo que maior interesse revelam para o sistema repressivo e de reabilitação. O espectro delinquential do total da amostra encontra-se evidenciado no mínimo necessário de 1 registo-crime e no máximo de 90, sendo que nas dimensões das categorias masculino e feminino se regista, respectivamente, o máximo de 90 e 18 registos-crime.

Quadro 8.1 Grupos de trajectórias criminais, estrutura delinquential e sexo

ESTRUTURAS DELINQUÊNCIAS	JUVENTUDE				VIDA ADULTA				TRANSVERSAL			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Primários	200	53,3	93	56,0	386	49,7	252	59,0	*		*	
Reincidentes	175	46,7	73	44,0	390	50,3	175	41,0	514	100,0	124	100,0
TOTAIS	375	100,0	166	100,0	776	100,0	427	100,0	514	100,0	124	100,0

Juventude: Qui-quadrado $p = 0,562$; V de Cramer = 0,025.

Vida Adulta: Qui-quadrado $p = 0,002$; V de Cramer = 0,089.

Transversal: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,136.

* Apenas existem reincidentes.

Desse modo, dos 2.382 indivíduos (1.665 homens e 717 mulheres) em estudo, 931 registam o envolvimento em apenas um único registo-crime (586 homens, representando 35,2% do total da amostra masculina, e 345 mulheres, as quais representam 48,1% da respectiva amostra), assumindo tal grupo a dimensão de 39,1% do conjunto total das amostras (masculino e feminino). Tais indivíduos foram classificados noutro estudo especificamente dedicado à análise da criminalidade expressa por mulheres (Leal, 2007) como sendo *primários*, por apresentarem uma trajectória *pontual*, e sem sequência delitiva. O estudo das características desses indivíduos será retomada nos itens dedicados à análise da expressividade da delinquência enquadrada em cada grupo trajectorial. De qualquer modo, importa sublinhar que a análise, para além dos limites impostos pelos grupos de trajectórias criminais referidos, será desenvolvida tendo em linha de conta, e de diferenciação, aqueles cujo comportamento delinquente aponta para uma experiência *pontual*, assumindo-se como um epifenómeno nas suas vidas – *primários* – e outros que a partir do primeiro registo-crime, tendem a desenvolver uma sequência delitiva, *intermitente* ou *contínua*, mas definitivamente mais *persistente* e *duradoura* – *reincidentes*.

Conforme referimos, a estrutura delinquencial dos indivíduos que compõem as amostras distinguem-se em primeiro plano pelo número de registos-crime a que se encontram associados. *Primários* e *reincidentes*, diferenciam-se fundamentalmente por os segundos manifestarem uma sequência delitiva inexistente nos primeiros. Face à estrutura dos vários grupos de trajectórias criminais, e tendo como referência os elementos constantes no quadro 8.1, apenas encontramos trajectórias *pontuais* enunciadas por *primários*, nos grupos de trajectórias *limitado à fase da juventude* e *a partir da fase da vida adulta*. O grupo de trajectórias criminais *transversal às fases da juventude e da vida adulta* é estritamente constituído por *reincidentes*. No grupo de trajectórias *limitado à fase da juventude* a maioria dos indivíduos de ambos os sexos apresentam uma estrutura delinquencial de tipo *primário*, não se registando entre estruturas delinquentiais e entre sexos diferenças estatisticamente significativas. No que respeita ao grupo de trajectórias *a partir da vida adulta*, verificamos que entre sexos se registam diferenças estatisticamente relevantes, com as mulheres a exprimirem uma maior proporção de *primários* que os homens, os quais se diferenciam por apresentarem uma maior proporção de *reincidentes*.

Importa compreendermos como os indivíduos, de ambos os sexos, primários e reincidentes, inseridos nos vários grupos de trajectórias, manifestam a delinquência e essa adquire determinado significado. Tomando como referência o género e os limites dos três grupos de trajectórias, de que forma os indivíduos primários inscrevem a delinquência nas suas vidas enquanto epifenómeno, e os reincidentes desenvolvem determinada sequência delitiva; como a manifestam e que significados adquire; como procedem à activação (idade em que se procedeu à primeira detecção e ou ao cometimento do primeiro delito), à agravação (frequência; duração; diversificação ou variedade transgressiva; e escalada), e ao processo de desistência no crime (determinando os efeitos da detenção, condenação e do cumprimento efectivo da pena de prisão)? Procederemos de seguida à análise da expressividade criminal daqueles que apresentam uma estrutura delinquencial de tipo *primário*, e num capítulo autónomo, desenvolveremos o estudo sobre aqueles que tendem a enunciar uma sequência delitiva, configurando-se desse modo como reincidentes.

8.1 A delinquência enquanto epifenómeno

Dos grupos de trajectórias em estudo, aqueles cuja estrutura delinquencial permite identificar a inclusão de trajectórias *pontuais*, sem repetição no período em análise, são os grupos compostos por indivíduos cuja experiência delitiva ora se limita à fase da juventude, ora se inicia a partir da fase da vida adulta – sendo por isso classificados como *primários*. Os indivíduos que compõem o grupo de trajectórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta*, pela evidência da sua estrutura delinquencial, necessariamente plúrima, serão excluídos da análise por não incluírem quaisquer indivíduos com trajectórias *pontuais*.

Procederemos à determinação da dimensão que assumem face aos grupos de trajectórias criminais a que pertencem, assim como à exploração da expressividade delinquencial que revelam, não só mediante a identificação dos tipos de crimes a que se encontram associados, mas também através da aferição do momento em que cometeram o crime, da tipologia de co-participação, e experiência em eventual privação da liberdade.

Na fase da juventude

A dimensão do número de indivíduos cuja trajectória criminal se expressa através de um registo-crime assume em ambos os grupos diferenciados em função do sexo, um peso superior a 50%. No grupo masculino, o envolvimento na delinquência como tendo sido uma experiência *pontual* encontra-se presente em cerca de 53,3% (200 indivíduos), e no grupo feminino em cerca de 56% (93 indivíduos) da totalidade da dimensão desses grupos que enquadram a experiência na delinquência durante a fase da juventude. Definitivamente, para a maioria dos jovens que se envolvem na delinquência estritamente durante a fase da juventude, a experiência consistiu num epifenómeno, e por isso sem continuidade. A idade em que rapazes e raparigas tendem a ser identificados pelas autoridades por se terem envolvido na delinquência é sensivelmente similar, sendo a média de idade respectivamente de 21 e 22 anos, e a moda, ou seja, a idade em que mais frequentemente foram identificados como tendo inserido o interdito penal nas suas vidas, respectivamente 25 e 24 anos de idade.

No plano da caracterização social, entre sexos registam-se diferenças significativas em particular no que se refere à experiência conjugal e à experiência profissional. Os rapazes apresentam um menor envolvimento em experiências conjugais, apresentando um maior índice de indivíduos solteiros que as raparigas (Anexo A, quadro a.19). No âmbito das qualificações académicas, embora as raparigas apresentem indicadores ténues e estatisticamente não significativos de maior capital escolar, a maioria dos rapazes e das raparigas demonstram índices de capital escolar relativamente similares, revelando a maioria dos indivíduos habilitações literárias ao nível do 1.º e 2.º ciclos (Anexo A, quadro a.20). Relativamente à experiência profissional, rapazes e raparigas manifestam diferenças estatisticamente significativas. Enquanto que a maioria dos rapazes apresentam experiências profissionais ao nível do operariado, a maioria das raparigas revelam experiências ao nível do sector dos serviços e das profissões não qualificadas. Os rapazes encontram-se proporcionalmente mais representados no grupo profissional dos quadros de direcção e gestão de empresas, e as raparigas no grupo de profissões técnicas e de enquadramento (Anexo A, quadro a.21). Aqueles que apenas estudam constituem em ambos os sexos uma minoria (não ultrapassa os 15%) todavia importa referir que em

qualquer das estruturas delinquentiais dos outros grupos de trajectórias não se constatará maior registo de estudantes que o evidenciado por este grupo de indivíduos; no sexo feminino, no âmbito da totalidade daqueles em que foi possível apurar o tipo de condição perante o trabalho assim como o tipo de experiência profissional, o estatuto de doméstica (38,3%) assume uma dimensão consideravelmente relevante.

Rapazes e raparigas tendem maioritariamente a serem solteiros, facto consentâneo com a faixa etária que caracteriza a fase de desenvolvimento em que se encontram – entre os 16 e os 25 anos de idade. Independentemente do sexo, de forma crescente, na contemporaneidade os indivíduos tendem a consolidar relações de conjugalidade para além da segunda metade da faixa etária dos vinte, encontrando-se desse modo muito próximos do nível de experiência conjugal revelado pela população geral na faixa etária entre os 20 e os 24 anos de idade. No mesmo sentido que o registado pela população geral, o sexo feminino tende a apresentar um nível de envolvimento em experiências conjugais superior ao registado pelo sexo masculino (Anexo A, quadro a.19); tal evidência constitui o indicador que gera o pendor distintivo entre os sexos.

A relativa similitude entre rapazes e raparigas ao nível das qualificações académicas (a maioria inscreve as habilitações literárias ao nível do 1.º e 2.º ciclo) – desfasando-se ligeiramente pela maior proporção de raparigas com capital escolar ao nível do ensino secundário e superior – expressa-se no plano da experiência profissional pela diferença; só uma pequena percentagem de rapazes e raparigas manifestam experiências profissionais ao nível das profissões que em regra requerem capital escolar de nível superior. A maioria dos rapazes regista experiências ligadas ao operariado, e as raparigas ao sector dos serviços, assim como às profissões não qualificadas (Anexo A, quadro a.21). Todavia, importa referir que tendo como referência a população geral na faixa etária referida, verificamos que os indivíduos pertencentes às amostras apresentam indicadores de caracterização socioeconómica relativamente similares aos apresentados pela população geral.

No que respeita aos vários tipos de valores jurídicos transgredidos, da interpretação dos dados constantes no quadro 8.2, verificamos que a maioria dos indivíduos incidiram os seus comportamentos transgressivos no grupo de crimes contra o património sem recurso a violência, mediante a prática da subtracção de

bens, seguido da relevância do envolvimento na droga, essencialmente através do consumo, assim como da emissão de cheques sem provisão, e da prática da falsificação. Não se regista qualquer envolvimento em crimes que lesem a liberdade pessoal, e que se enquadrem no grupo classificado como estatisticamente minoritário.

Quadro 8.2 Indivíduos *primários*, pertencentes ao grupo de trajetórias *limitado à fase da juventude*, participação no crime e sexo

TIPOS DE CRIMES	MASCULINO		FEMININO		TOTAIS	
	N	%	N	%	N	%
Contra Património Sem Violência	92	46,0	36	38,7	128	43,7
Contra Património Com Violência	9	4,5	2	2,2	11	3,8
Emissão Cheque Sem Provisão	23	11,5	27	29,0	50	17,1
Droga	52	26,0	17	18,3	69	23,5
Vida em Sociedade	8	4,0	5	5,4	13	4,4
Sexuais	1	0,5	1	1,1	2	0,7
Vida	12	6,0	3	3,2	15	5,1
Liberdade Pessoal						
Integridade Física	3	1,5			3	1,0
Contra as Pessoas Menos Graves			1	1,1	1	0,3
Estado			1	1,1	1	0,3
Estatisticamente Minoritários						
TOTAIS	200	100,0	93	100,0	293	100,0

NOTA: Não estão preenchidas as condições para a execução do Qui-quadrado.

A violência encontra-se presente em particular através da prática de crimes que afectam a vida e o património, mas de forma reduzida. Os crimes que tendem a lesar a liberdade e ou a autodeterminação sexual, a esfera da integridade física, o Estado, ou a honra e o bom-nome das pessoas são francamente minoritários.

Ambos os sexos revelam um envolvimento semelhante na criminalidade aquisitiva sem violência, assumindo os rapazes proporcionalmente uma relativa maior participação na droga, em particular através do consumo, e as raparigas uma evidente maior participação no crime de emissão de cheque sem provisão. Os comportamentos associados à prática de violência estão mais associados aos homens (12,5%) que às mulheres (6,5%), quer no atentado à vida, quer na apropriação violenta de património, todavia essa diferença não adquire relevância estatística.¹²

¹² Qui-quadrado: $p=0,117$ e V de Cramer= $0,092$.

Quadro 8.3 Indivíduos *primários*, pertencentes ao grupo de trajetórias limitado à fase da juventude, co-participação e sexo

CO-PARTICIPAÇÃO	MASCULINO (%)	FEMININO (%)	Qui-quadrado (p)	V Cramer
Sem co-participantes	33,0	37,6	0,437	0,045
1 Masculino	19,5	11,8	0,104	0,095
1 Feminino	1,0	2,2	*	0,046
2 + Masculino	22,0	4,3	0,000	0,223
2 + Feminino		3,2	*	0,149
2 + Masculino e Feminino	3,0	14,0	0,000	0,208
<i>Indeterminado</i>	21,5	26,9		
TOTAIS	100,0	100,0		

* Não estão preenchidas as condições para a execução do Qui-quadrado.

No plano da co-participação, ou seja, no âmbito da cumplicidade ou da co-autoria na prática dos crimes referidos, verificamos que não se registam grandes diferenças entre rapazes e raparigas. Em cerca de $\frac{1}{3}$ da dimensão total de ambos os grupos, os indivíduos cometeram os crimes sem o envolvimento de quaisquer outros agentes, o que nos permite afirmar que na maioria dos casos a prática do crime por primários na fase da juventude é concretizada no contexto de grupo. Os dados resultantes do quadro 8.3, permitem também aferir que tanto rapazes como raparigas tendem a manifestar associações similares ao nível de co-participações compostas por apenas 1 indivíduo do sexo masculino ou do sexo feminino, configurando-se a primeira mais frequente em ambos os sexos, que a segunda, não constituindo assim marcadores de distinção entre categorias de género.

No plano da significância estatística, as diferenças entre rapazes e raparigas revelam-se significativas mediante o envolvimento em grupos constituídos por 2 ou mais indivíduos. Os rapazes tendem a distinguirem-se das raparigas por se associarem a 2 ou mais rapazes, e as raparigas por na altura do cometimento do crime o terem feito no contexto de grupo composto por 2 ou mais indivíduos de ambos os sexos. Embora sem indicador de relevância estatística, as raparigas tendem também a distinguirem-se dos rapazes pelo envolvimento em grupos estritamente femininos, compostos por 2 ou mais indivíduos.

A larga maioria dos indivíduos primários jovens (66,6%) nunca experimentaram qualquer medida privativa da liberdade, em particular através da

detenção. Se tomarmos proporcionalmente o peso que tal experiência privativa da liberdade adquire em função do género, a detenção foi experimentada por cerca de 40% dos rapazes e 19,4% das raparigas.

Os tipos de crimes registados e sua gravidade, reveladores do nível de envolvimento dos indivíduos na transgressão, encontram de algum modo confirmação nas decisões proferidas pelos tribunais, em particular através da condenação a penas de prisão. Apenas uma pequena proporção de indivíduos (8,9%) foram sujeitos à reclusão em resultado de sentença condenatória. Também nesse sentido, a aplicação de tal medida punitiva nos rapazes (22 indivíduos em 200, ou seja 11,5%) assume proporcionalmente uma maior dimensão que nas raparigas (3 indivíduos em 93, ou seja 3,2%). A maioria dos rapazes foram condenados pelos crimes de homicídio (9), furto (8), e tráfico de droga (2), distribuindo-se as restantes condenações pelos crimes de violação, roubo, e incêndio. As três raparigas condenadas a penas de prisão foram-no pela prática dos crimes de homicídio, infanticídio, e emissão de cheque sem provisão.

No grupo de trajectórias *limitado à fase da juventude*, mais de metade dos indivíduos são primários, com trajectórias *pontuais*, sem continuidade delitiva. Em termos médios, rapazes e raparigas, tendem a envolverem-se no crime sensivelmente com a mesma idade, denotando-se no entanto que o envolvimento dos rapazes ocorre ligeiramente mais cedo que nas raparigas. A maioria dos jovens tende a cometer os crimes em co-participação com outros indivíduos; entre rapazes e raparigas a grande diferença é assumida, no caso dos rapazes, pelo tipo de co-participação dominante, caracterizado por um grupo composto por 2 ou mais indivíduos do sexo masculino, e no caso das raparigas, pelo envolvimento em grupos compostos por 2 ou mais indivíduos de ambos os sexos, assim como em menor grau, em grupos compostos estritamente por indivíduos do sexo feminino.

A larga maioria dos indivíduos que compõem ambos os grupos diferenciados em função do género, tendem a comportarem-se de forma a afectar o património, em regra sem recurso à violência; os rapazes com maior participação através da subtracção, e as raparigas através da emissão de cheques sem provisão ou das falsificações. A violência encontra-se mais presente no grupo masculino, seja no âmbito das acções que visam a apropriação violenta de património, seja na afectação da integridade física ou da vida. A droga atinge uma relativa proporção de indivíduos

de ambos os grupos, todavia encontra-se mais presente no universo masculino que no feminino.

Tanto o valor da norma afectada, como a especificidade das expressões delinquentiais encontram repercussão diferenciada em função do género. A experiência de privação da liberdade, através da detenção, tende a afectar proporcionalmente mais rapazes que raparigas. Por outro lado, a administração da condenação através da reclusão, tende a trespassar a juventude de rapazes e raparigas sobretudo devido à prática de crimes contra a vida, mas particularmente no caso dos rapazes devido ao envolvimento no tráfico de droga.

Na fase da vida adulta

Tomando o peso proporcional dos indivíduos cujo envolvimento *pontual* no crime se centra na fase da vida adulta, verifica-se à semelhança do registado no grupo de trajectórias *limitado à fase da juventude*, uma maior representatividade de *primários* no sexo feminino (59,0% – 252 indivíduos) que no sexo masculino (49,7% – 386 indivíduos).

Tomando uma vez mais a comparação entre as expressões criminais na fase em análise – vida adulta – com o demonstrado no grupo de trajectórias criminais caracterizado pela fase da juventude, verifica-se uma relação inversa, embora estatisticamente sem significado, entre masculino e feminino, revelando o sexo masculino uma maior proporção de indivíduos primários na fase da juventude, e o sexo feminino na fase da vida adulta.

Relativamente ao momento em que ocorreu a sinalização dos indivíduos, associando-os ao envolvimento *pontual* no crime, a média de idade dos homens (31 anos) é ligeiramente superior à registada pelas mulheres (30 anos). Todavia, a moda tende a vincar de forma mais expressiva as diferenças de género, registando enquanto idade mais frequente em que se procedeu à sinalização dos indivíduos, respectivamente 26 e 28 anos de idade.

No âmbito da caracterização social, à semelhança dos indivíduos primários que experimentaram a delinquência apenas na fase da juventude, também os primários da fase adulta tendem a revelar diferenças estatisticamente significativas ao nível da

conjugalidade e da experiência profissional, porém a um nível diferente. Se na fase da juventude a maioria dos indivíduos de ambos os sexos eram solteiros, aqueles que revelaram envolvimento na delinquência apenas na fase adulta apresentam índices mais elevados de experiência de vida conjugal. Todavia, o sexo masculino continua a diferenciar-se do sexo feminino essencialmente pela maior representatividade que os homens revelam na categoria de solteiro, e as mulheres por uma maior proporção de indivíduos na situação de casado ou em união de facto, assim como, embora em menor dimensão, na situação de divorciado, separado ou viúvo (Anexo A, quadro a.22).

No que se refere ao capital escolar, embora as mulheres apresentem uma maior proporção de indivíduos com qualificações ao nível do secundário e do ensino superior, e uma menor proporção de indivíduos sem qualquer tipo de qualificação, em termos estatísticos não se registam diferenças significativas entre sexos (Anexo A, quadro a.23). A maioria de homens e mulheres inscreve o grau académico de pertença ao nível do 1.º e do 2.º ciclo.

No plano da experiência profissional, as mulheres revelam a maior representatividade no sector terciário, no âmbito dos serviços, e os homens no sector secundário, em particular no operariado. Ao contrário do revelado pelos primários do grupo de trajectórias *limitado à fase da juventude*, as mulheres por comparação com os homens na fase adulta, revelam uma maior proporção de indivíduos com experiência profissional ao nível da gestão e direcção de empresas. Tal evidência encontra-se reforçada pela maior representatividade feminina no grupo caracterizado por profissões técnicas e de enquadramento, que requerem maior capital escolar (Anexo A, quadro a.24). Por outro lado, homens como mulheres apresentam níveis de representatividade similar nas profissões não qualificadas (cerca de 13%). Em ambos os sexos, tanto a proporção de estudantes (não chega aos 2%), como o estatuto de doméstica no sexo feminino (25,8%), por comparação com o grupo de trajectórias *limitado à fase da juventude*, revelam níveis de menor representatividade.

As mulheres por comparação com os homens revelam um maior índice de envolvimento em lógicas de conjugalidade, apresentando indicadores de maior estabilidade afectiva, todavia esses valores ainda ficam aquém dos parâmetros manifestos pela população geral na faixa etária entre os 30 e os 34 anos de idade; a grande maioria dos indivíduos de ambos os sexos que pertencem à população geral

encontram-se casados ou em união de facto (cerca de 75%), facto que contrasta com o exposto pelas amostras, nas quais conforme referimos, nessa dimensão, o sexo feminino sobrepõe-se em termos proporcionais (Anexo A, quadro a.22) ao sexo masculino.

No que se refere à qualificação académica, situando-se o capital escolar da maioria dos indivíduos ao nível do 1.º e 2.º ciclo, embora não se registem diferenças estatisticamente significativas entre sexos, as mulheres apresentam indicadores que apontam para uma maior proporção de indivíduos com qualificações ao nível do ensino secundário e superior (Anexo A, quadro a.23). Tomando como referência a população geral na faixa etária referida, as amostras apresentam uma sobre-representação proporcional de indivíduos nos níveis de ensino de base, e uma sub-representação a partir do ensino secundário, mais flagrante no sexo masculino que no feminino.

No âmbito da experiência profissional, homens e mulheres tendem a diferenciarem-se fundamentalmente por uma maior representatividade masculina no sector do operariado, e pela expressividade feminina no sector dos serviços; os indícios revelados pelo capital escolar feminino concretizam-se de forma significativa no plano do trabalho, registando-se uma maior proporção de mulheres com experiências profissionais que requerem qualificações ao nível do ensino superior (Anexo A, quadro a.24).

No plano da comparação com as características da população geral na faixa etária entre os 30 e os 34 anos de idade, as mulheres pertencentes à amostra em estudo apresentam níveis de maior descoincidência, em particular pela maior proporção de indivíduos a enquadrarem o nível de experiência profissional ligado à direcção e gestão empresarial, ao sector dos serviços, e pela menor proporção de indivíduos nas profissões técnicas e de enquadramento, no operariado e na profissões não qualificadas. Os homens apresentam níveis de experiência profissional mais consentâneos com os manifestos pela população geral, sendo de destacar na amostra uma maior proporção de indivíduos associados às profissões não qualificadas, e uma menor proporção com experiências profissionais ao nível da direcção e gestão de empresas e outras que requerem elevadas qualificações.

Quadro 8.4 Indivíduos *primários*, pertencentes ao grupo de trajectórias *a partir da fase da vida adulta*, participação no crime e sexo

TIPOS DE CRIMES	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
Contra Património Sem Violência	65	16,8	49	19,4	114	17,9
Contra Património Com Violência	12	3,1	5	2,0	17	2,7
Emissão Cheque Sem Provisão	37	9,6	67	26,6	104	16,3
Droga	149	38,6	66	26,2	215	33,7
Vida em Sociedade	55	14,2	31	12,3	86	13,5
Sexuais	10	2,6	3	1,2	13	2,0
Vida	17	4,4	10	4,0	27	4,2
Liberdade Pessoal	3	0,8	2	0,8	5	0,8
Integridade Física	7	1,8	1	0,4	8	1,3
Contra as Pessoas Menos Graves	5	1,3	1	0,4	6	0,9
Estado	20	5,2	15	6,0	35	5,5
Estatisticamente Minoritários	6	1,6	2	0,8	8	1,3
TOTAIS	386	100,0	252	100,0	638	100,0

NOTA: Não estão preenchidas as condições para a execução do Qui-quadrado.

De forma global, os indivíduos incidiram as suas condutas delitivas, em primeiro lugar mediante o envolvimento na droga, seja através do consumo, do tráfico, ou do tráfico-consumo, seguido da afectação de valores patrimoniais, fundamentalmente através do uso fraudulento de meios de pagamento e da prática dos crimes de furto e de burla, assim como através do envolvimento em falsificações que afectam valores da vida em sociedade – o caso da passagem de moeda falsa. A violência embora se encontre presente, assume particular relevância através da afectação do valor da vida humana, encontrando expressão minoritária nos crimes contra o património, contra a liberdade e a autodeterminação sexual, a integridade física e a liberdade pessoal. O grupo de crimes estatisticamente minoritários, assim como aqueles que atingem a honra e o bom-nome das pessoas, revelam-se de menor expressão. Verifica-se uma relativa incidência nos crimes contra o Estado, em particular através do envolvimento em práticas corruptivas e de outras que afectam a economia.

No que se refere à distribuição da participação pelos diversos tipos de crimes, em função da categoria de género, enquanto que os homens revelam um maior envolvimento na droga e só depois nos crimes contra o património sem violência, as mulheres manifestam um maior envolvimento no crime de emissão de cheque sem

provisão, em relativa paridade com a droga, todavia, ao contrário do sexo masculino, cujo envolvimento na droga se efectua maioritariamente através do consumo e do tráfico-consumo, o envolvimento do sexo feminino na droga efectiva-se essencialmente através do tráfico.

Embora a violência sob todas as suas formas esteja mais presente no universo masculino, as diferenças entre sexos tendem a esbaterem-se. Importa referir que nos homens e nas mulheres a violência atinge respectivamente 12,7% e 8,3% das trajectórias, diferença sem significância estatística¹³.

Quadro 8.5 Indivíduos *primários*, pertencentes ao grupo de trajectórias a partir da fase da vida adulta, co-participação e sexo

CO-PARTICIPAÇÃO	MASCULINO (%)	FEMININO (%)	Qui-quadrado (p)	V Cramer
Sem co-participantes	35,0	25,0	0,008	0,105
1 Masculino	16,6	15,1	0,613	0,020
1 Feminino	2,8	5,2	0,134	0,059
2 + Masculino	17,4	9,5	0,006	0,110
2 + Feminino	0,3	0,4	*	0,012
2 + Masculino e Feminino	11,4	21,8	0,000	0,141
<i>Indeterminado</i>	16,5	23,0		

* Não estão preenchidas as condições para a execução do Qui-quadrado.

No âmbito das formas de co-participação no crime e da relevância estatística que assumem, os homens tendem a distinguirem-se das mulheres revelando uma maior participação no crime sem recurso à co-autoria ou à cumplicidade, assim como através da configuração expressa mediante o conluio com outros indivíduos do mesmo sexo. As mulheres, por outro lado, tendem a distinguirem-se pela maior associação a formas de co-participação caracterizadas por grupos compostos por indivíduos de ambos os sexos. Nas restantes formas de co-participação, a acção do masculino e do feminino tende a assemelhar-se.

Dos indivíduos que experimentaram a delinquência como um fenómeno *pontual* nas suas vidas na fase adulta, apenas 27,0% no decurso da investigação criminal foram detidos pelas autoridades. Se nos reportarmos à representatividade que tal experiência adquire nas dimensões dos grupos masculino e feminino, verificamos

¹³ Qui-quadrado: $p=0,085$ e V de Cramer= $0,068$.

que proporcionalmente houve mais homens (34,5%), que mulheres (15,5%), sujeitos a essa medida restritiva da liberdade.

Findo o processo penal, apenas uma pequena percentagem foi condenada a uma pena privativa da liberdade (7,2%). Nesse âmbito os homens (34 indivíduos em 386, ou seja 8,8%) assumem proporcionalmente um maior peso que as mulheres (11 indivíduos em 252, ou seja 4,4%). A maioria dos indivíduos do sexo masculino foi condenada a cumprir penas de prisão pelos crimes de tráfico de droga (16), homicídio (7), por crimes vários cometidos no exercício da condução de veículos rodoviários (5), e furto (2), distribuindo-se as restantes condenações pelos crimes de violação, ofensas à integridade física, roubo, e incêndio. As mulheres condenadas ao cumprimento de penas de prisão foram-no essencialmente pelos crimes de tráfico de droga (8), e por homicídio (3).

8.2 Tangibilidades entre a juventude e a fase adulta

Os indivíduos que tendem a experimentar a delinquência como um epifenómeno nas suas vidas, distribuem-se pelos grupos de trajectórias criminais *limitado à fase da juventude e a partir da fase da vida adulta*. Conforme referimos, ambos os grupos distinguem-se por o primeiro apresentar manifestações delinquentes estritamente na fase da juventude, e o segundo por a conduta delinquente se inscrever em plena fase adulta da vida do indivíduo.

O facto da estrutura delinquencial primário se inscrever em duas fases bem distintas do processo de desenvolvimento do indivíduo – fase da juventude (dos 16 aos 25 anos de idade) e fase adulta (dos 26 aos 37 anos de idade), tendencialmente os indicadores de caracterização social – tipo de conjugalidade, experiência profissional e capital escolar acumulado – tenderão a diferir em razão da fase de desenvolvimento bio psicossocial em que o Indivíduo se encontra. No âmbito da conjugalidade é notório no grupo de trajectórias *a partir da vida adulta* uma maior proporção de indivíduos de ambos os sexos que revelam terem, ou terem já tido, experiências conjugais com outrem – as mulheres apresentam uma maior proporção que os homens. No que concerne ao capital escolar, as diferenças entre grupos de trajectórias revelam-se menos notórias, assumindo no plano das categorias de género uma relativa

relação inversa; enquanto o sexo masculino revela no grupo de trajectórias caracterizado pela fase adulta uma menor proporção de indivíduos nos níveis de escolaridade mais elevados, o sexo feminino apresenta nessa fase de desenvolvimento uma maior proporção de indivíduos com capital escolar nesses níveis de ensino. No que respeita à experiência profissional, em termos gerais na fase da vida adulta verifica-se uma maior proporção de indivíduos de ambos os sexos em profissões que requerem maiores qualificações; no sexo masculino tal facto materializa-se no aumento da proporção de indivíduos com experiências ao nível das profissões técnicas e de enquadramento, e no sexo feminino, por uma dupla tendência caracterizada por uma maior proporção de indivíduos nas profissões associadas à direcção e gestão empresarial, assim como nas profissões técnicas e de enquadramento, e por uma menor proporção de indivíduos em profissões não qualificadas.

A configuração da caracterização social dos indivíduos *primários* em cada uma das fases de desenvolvimento é em certa medida condicente com o processo de envolvimento do Indivíduo com a sociedade, verificando-se na fase adulta, por comparação com a fase da juventude, uma maior proporção de indivíduos com estabilidade afectiva e relacional, capital escolar, e experiências profissionais qualificadas. Importa voltar a sublinhar que a experiência na delinquência, independentemente do grupo de trajectórias a que os indivíduos pertencem, se insere na vida como um epifenómeno, sem que desencadeie uma sequência delitiva – a reincidência. Por outro lado, não obstante o facto da experiência no crime se revelar única, a gravidade de alguns dos delitos cometidos em qualquer uma das referidas fases sublinha a necessidade de nos determos um pouco mais sobre a expressividade da delinquência nestas duas fases distintas.

Conforme abordámos nos itens anteriores, a grande maioria dos indivíduos *primários* nunca experimentaram uma medida privativa da liberdade, tendo só uma pequena percentagem sido condenada ao cumprimento efectivo de uma pena de prisão (alcançando na fase da juventude a maior expressão – 8,9% do total de indivíduos). Todavia, importa aferir no plano da manifestação criminal, de que forma se distinguem, em particular quando integrados no grupo de trajectórias a que pertencem, incluindo como tal aqueles que a partir do primeiro registo-crime tendem a enunciar uma sequência transgressiva. Entre grupos de trajectórias que indícios

podemos encontrar que permitam identificar alguma semelhança, ou dissemelhança, entre a categoria estrutural primário, inserida nos respectivos grupos de trajetórias diferenciados por se inscreverem e se caracterizarem por fases bem distintas do processo de desenvolvimento do indivíduo e aqueles cujo comportamento indicia reincidência.

Recorrendo ao nível *subgrupo de crimes*, variável mais precisa do tipo de crime efectivamente cometido, procederemos à análise comparativa da distribuição dos indivíduos primários pelos respectivos subgrupos de crimes, calculando por cada tipo de crime a proporção de primários por relação à participação dos reincidentes.

Quadro 8.6 Proporção entre *primários* e *reincidentes*, nos grupos de trajetórias limitado à fase da juventude e a partir da fase da vida adulta, tipo de crime contra o património sem violência e sexo

GRUPO DE TRAJECTÓRIAS	SUBGRUPO DE CRIMES	MASCULINO			FEMININO		
		Primários (N)	Reincidentes (N)	Primários (%)	Primários (N)	Reincidentes (N)	Primários (%)
JUVENTUDE	Património C/Subtração	83	119	41,1	29	36	44,6
	Património C/Burla	5	18	21,7	4	10	28,6
	Património C/Abuso Confiança		4	0,0	1	1	50,0
	Receptação	4	11	26,7	2	1	66,7
	Património C/Recurso Cheque	23	42	35,4	27	37	42,2
VIDA ADULTA	Património C/Subtração	42	134	23,9	21	41	33,9
	Património C/Burla	13	41	24,1	16	19	45,7
	Património C/Abuso Confiança	7	14	33,3	8	6	57,1
	Receptação	3	24	20,0	4	17	19,0
	Património C/Recurso Cheque	37	63	37,0	67	41	62,0

NOTA: Basta que o tipo de crime (grupo e subgrupo) contra o património sem violência esteja inscrito pelo menos uma vez na trajetória.

Os crimes contra o património sem violência revelam-se, no grupo de trajetórias criminais limitado à fase da juventude, como sendo o grupo de crimes com maior participação de *primários* de ambos os sexos; no grupo de trajetórias a partir da fase da vida adulta, a participação de indivíduos primários nesse grupo de crimes é suplantada, em ambos os sexos, pela dimensão da droga.

Em ambos grupos de trajetórias e em ambos os sexos, com a excepção do sexo feminino no que respeita ao envolvimento no abuso de confiança e na receptação durante a fase da juventude, e na emissão de cheque sem provisão durante a fase caracterizada pela inserção na vida adulta, a maioria dos indivíduos que se envolvem nos diversos tipos de crimes elencados tendem a reincidir no crime durante o período

em que se insere a estrutura do grupo de trajectória a que pertencem. Daí que os primários se constituam numa minoria, todavia tendem a adquirir relevância, em particular durante a fase da juventude através dos crimes contra o património com subtracção, e em particular no sexo feminino, embora com frequências muito baixas, nos tipos de crimes caracterizados pela receptação e pelo abuso de confiança. Na fase caracterizada pela inserção na vida adulta, os primários tendem a assumir uma maior expressão que os reincidentes, em particular o sexo feminino, nos tipos de crimes que se caracterizam pela emissão de cheques sem provisão e pelo abuso de confiança.

Desse modo, a distribuição comparada pelos diversos tipos de crimes pertencentes ao grupo de crimes contra o património sem recurso a meios violentos, o produto da relação proporcional entre primários e reincidentes pertencentes às duas fases de expressividade criminal – juventude e vida adulta – reveste-se nos primários, na fase da juventude em ambos os sexos, de particular relevância através dos tipos de crimes que se caracterizam pelo recurso à subtracção e à receptação (sexo feminino), e na fase adulta, com maior incidência nas mulheres, através dos tipos de crimes que se caracterizam pela burla, pelo abuso de confiança, e pela emissão de cheques sem provisão.

Enquanto os tipos de crimes referidos como relevantes na fase da juventude são desenvolvidos num contexto de clandestinidade, em que entre delinquente e potencial vítima, o agente do crime procura fundamentalmente evitar o contacto directo e o conhecimento pessoal com a vítima, recorrendo para tal à subtracção, ou noutra dimensão do fenómeno, à aquisição de bens a preço manifestamente inferior ao valor real praticado no mercado, os tipos de crimes referidos como relevantes na fase da vida adulta caracterizam-se pela interacção aberta entre delinquente e vítima, ora com recurso ao erro e ao engano provocado de forma astuciosa, ora com recurso ao abuso da confiança previamente conquistada, indiciando que estes tipos de crimes são perpetrados no contexto das relações estabelecidas no quotidiano, nas mais diversas circunstâncias, muitas das vezes em aparentes relações comerciais legítimas (pelo delinquente), e desenvolvidas de boa fé (pela vítima).

Todavia o facto de se constituírem em episódios únicos na vida dos indivíduos e de na maior parte dos casos não resultarem em punições geradoras de estigma e trauma (como é o caso da pena de prisão efectiva), os actos delitivos desses indivíduos indiciam experiências limite (relativamente à norma), pontuais (únicas),

cuja reacção penal, através do processo penal, entre outros eventuais factores cujos elementos colhidos não permitem descortinar, tendem a agir sobre o comportamento do indivíduo de forma a reconduzi-lo aos padrões da normalidade estabelecida pela normatividade (a não transgressão penal).

No que se refere à distribuição da participação dos indivíduos – primários e reincidentes – em função do género e respectivos grupos de trajectórias criminais, pelos diversos tipos de crimes, na experiência limitada à fase da juventude constata-se que ambos os sexos se alinham na ordem distributiva pelos diversos tipos de crimes, dominada pelos crimes que requerem a prática da subtracção, seguido da emissão de cheques sem provisão, pela burla, e só depois de forma minoritária, pela prática do abuso de confiança, e pela recepção.

No grupo de trajectórias caracterizado por experiências delitivas estritamente na vida adulta, a participação dos indivíduos pelos diversos tipos de crimes já não apresenta a mesma ordem revelada pelos que integram trajectórias criminais nos limites da fase da juventude. Enquanto que os homens adquirem particular expressão no recurso à subtracção, e só depois através da emissão de cheques sem provisão, as mulheres exprimem a delinquência de forma inversa, destacando-se por isso fundamentalmente através do recurso a meios de pagamento fraudulentos; a ordem que os restantes tipos de crimes adquirem em função do género revela-se similar, destacando-se, após os tipos já referidos, o recurso ao erro e ao engano através da prática do crime de burla, e de forma minoritária, o abuso de confiança e a receptação.

Os *grupos de crimes* que requerem o uso da ameaça assim como da violência para a consumação da transgressão, quer no âmbito dos grupos de trajectórias, do tipo de delinquente e do género, embora assumam maior representatividade no sexo masculino, a expressividade em qualquer dos grupos de trajectórias em análise não ultrapassa os 10,6% e os 11% da dimensão total de indivíduos primários pertencentes respectivamente aos grupos de trajectórias *limitado à fase da juventude* e *a partir da fase da vida adulta*.

Quadro 8.7 Proporção entre *primários* e *reincidentes*, nos grupos de trajetórias limitado à fase da *juventude* e a *a partir da fase da vida adulta*, tipo de crime *contra o património com violência; com recurso a arma; contra a liberdade sexual; autodeterminação sexual; contra a vida; a liberdade pessoal; e a integridade física* e *sexo*

GRUPO DE TRAJECTÓRIAS	SUBGRUPO DE CRIMES	MASCULINO			FEMININO		
		Primários (N)	Reincidentes (N)	Primários (%)	Primários (N)	Reincidentes (N)	Primários (%)
JUVENTUDE	Património C/Violência	6	30	16,7	1	5	16,7
	Património C/Arma	3	8	27,3	1	1	50,0
	Liberdade Sexual	1	5	16,7	1	1	50,0
	Autodeterminação Sexual		1	0,0			
	Vida	12	7	63,2	3		100,0
	Liberdade Pessoal		2	0,0			
	Integridade Física	3	5	37,5			
VIDA ADULTA	Património C/Violência	9	38	19,1	3	12	20,0
	Património C/Arma	3	14	17,6	2	1	66,7
	Liberdade Sexual	6	10	37,5	2	1	66,7
	Autodeterminação Sexual	4	5	44,4	1		100,0
	Vida	17	14	54,8	10		100,0
	Liberdade Pessoal	3	19	13,6	2	3	40,0
	Integridade Física	7	20	25,9	1	4	20,0

NOTA: Basta que os tipos de crimes (grupo e subgrupo) *contra o património com violência, contra o património com arma, contra a liberdade sexual, contra a autodeterminação sexual, contra a vida, contra a liberdade pessoal, e contra a integridade física*, estejam inscritos pelo menos uma vez na trajetória.

A grande maioria dos indivíduos do sexo masculino que revelam participações em crimes de pendor violento, independentemente do grupo de trajetórias a que pertencem, com a exceção dos que manifestam participação nos crimes contra a vida, tendem a reincidir no crime; tal facto sustenta a afirmação de que de todos os indivíduos do sexo masculino que tendem a participar em crimes violentos, aqueles que apresentam uma expressão única e irrepetível no crime – primários – constituem uma minoria. Com a exceção daqueles que pelo tipo de participação serão classificados como homicidas, a grande maioria dos indivíduos do sexo masculino que experienciaram a participação em crimes violentos tende a reincidir no crime.

O sexo feminino apresenta uma expressividade muito diferente. Aqueles que exprimem a transgressão estritamente durante a fase da juventude, com a exceção da participação nos crimes de roubo sem recurso a arma nos quais revela um elevado índice de reincidência, as raparigas tendem a manifestar uma baixa participação em crimes violentos, e em regra tais delitos inserem-se no percurso das suas vidas sem despoletar o fenómeno da reincidência; as mulheres que manifestam comportamentos delinquentes apenas durante a fase da vida adulta, revelam de certo modo um

envolvimento na delinquência violenta similar à das jovens, apresentando algum grau de reincidência no crime, em particular aquelas que revelam participações em tipos de crimes caracterizados pela apropriação de bens patrimoniais com violência, e pela afectação da integridade física.

Independentemente do grupo de trajectórias de pertença, ou do sexo, a maior ligação que os primários revelam com a violência é expressa através dos crimes contra a vida – o sexo masculino em particular através do homicídio, e o sexo feminino através do homicídio e do infanticídio. De sublinhar que, nos grupos de trajectórias em estudo, a maior parte dos percursos criminais marcados pela violência contra a vida são maioritariamente constituídos por indivíduos primários. O homicídio é na maior parte dos casos perpetrado por indivíduos sem qualquer ligação prévia à delinquência.

Para além da relevância do envolvimento de ambos os sexos no grupo de crimes referido, durante a fase da juventude a violência perpetrada por indivíduos primários do sexo feminino revela expressões diminutas nos crimes que tendem a afectar o património, através do roubo e a liberdade sexual, e de baixa probabilidade nos tipos de crimes contra a autodeterminação sexual, a liberdade pessoal e a integridade física. Por outro lado, os indivíduos do sexo masculino tendem a revelar outro nível de envolvimento na violência, mais acentuado, através da prática de crimes orientados para a apropriação ilícita de bens patrimoniais, destacando-se a prática do roubo com e sem recurso a arma, a afectação da integridade física, embora em menor grau, e da liberdade sexual, e uma baixa probabilidade nos crimes que afectam a autodeterminação sexual e que lesam a liberdade pessoal.

Aqueles que revelam envolvimento na delinquência na fase adulta, a associação das suas experiências a formas de violência tende, por comparação com os que manifestam a violência estritamente na fase da juventude, a exprimir uma tendência de expansão e alargamento desse tipo de manifestações criminais. Os primários de ambos os sexos, com maior expressão no sexo masculino, revelam participação em todos esses tipos de crimes, com particular incidência nos crimes contra o património, de forma menor pelo envolvimento em delitos de natureza sexual, e ainda em menor número em crimes que tendem a afectar a integridade física e a liberdade pessoal.

Da análise dos dados depreende-se que entre os primários que delinquentes estritamente na fase da juventude e aqueles que manifestam a delinquência na fase da vida adulta, os indivíduos do sexo feminino que inscrevem a sua experiência delitiva na fase caracterizada pela maioridade revelam claramente, nesse período de desenvolvimento, um maior envolvimento na violência. Os indivíduos do sexo masculino, embora revelem parcelarmente a mesma tendência, manifestam durante a fase da juventude, proporcionalmente, um maior envolvimento em crimes contra a vida, contra a integridade física, assim como contra o património com recurso a arma.

Quadro 8.8 Proporção entre *primários* e *reincidentes*, nos grupos de trajectórias limitado à fase da juventude e a partir da fase da vida adulta, tipo de crime droga e sexo

GRUPO DE TRAJECTÓRIAS	SUBGRUPO DE CRIMES	MASCULINO			FEMININO		
		Primários (N)	Reincidentes (N)	Primários (%)	Primários (N)	Reincidentes (N)	Primários (%)
JUVENTUDE	Consumo Droga	36	49	42,4	7	14	33,3
	Tráfico-Consumo Droga	2	14	12,5	3	3	50,0
	Tráfico Droga	14	9	60,9	7	10	41,2
VIDA ADULTA	Consumo Droga	73	152	32,4	7	27	20,6
	Tráfico-Consumo Droga	41	112	26,8	16	43	27,1
	Tráfico Droga	35	50	41,2	43	65	39,8

NOTA: Basta que o tipo de crime (grupo e subgrupo) droga esteja inscrito pelo menos uma vez na trajectória.

A droga constitui-se num dos grupos de crimes de maior presença nas trajectórias em estudo. Efectivamente, embora mais presente no sexo masculino que no feminino, em ambos os grupos de trajectórias – *limitado à fase da juventude* e *a partir da vida adulta* – a droga insere-se na vida de respectivamente 23,5% e 33,7% de indivíduos primários pertencentes aos referidos grupos trajectoriais (quadros 8.2 e 8.4). Todavia é no grupo de trajectórias cuja experiência na delinquência se confina à fase da juventude que a relação entre primários e reincidentes adquire maior expressão. É durante esta fase que a relação dos indivíduos com a droga enquanto epifenómeno, seja através do consumo, seja através do tráfico, por comparação com aqueles que inserem as suas expressões criminais na fase da vida adulta, tende a releva-se de maior expressividade proporcional nesse grupo de trajectórias. Se compararmos a proporção de primários em ambos grupos de trajectórias, de forma geral, com a excepção da participação dos rapazes no tráfico-consumo durante a fase da juventude, o envolvimento de ambos os sexos na droga como experiência única no crime revela-se proporcionalmente maior durante a fase da juventude que durante a

fase da vida adulta. Duma forma geral, com a excepção dos rapazes, verifica-se que em termos proporcionais, os indivíduos ao se envolverem com o fenómeno da droga, em qualquer das fases de desenvolvimento, tendem a reincidir no comportamento delinquente.

Independentemente da fase de desenvolvimento, os indivíduos primários do sexo masculino apresentam um maior envolvimento no consumo que nas práticas do comércio da droga; relação inversa manifesta pelos indivíduos primários do sexo feminino, os quais apresentam claramente um maior envolvimento na droga através da prática do comércio, que propriamente através do consumo, em particular na fase caracterizada pela vida adulta.

A participação em crimes que afectam a vida em sociedade, maioritariamente através da prática de falsificações, tende a ser efectuada durante a fase da vida adulta. Tal encontra-se francamente demonstrado no quadro 8.9, e no peso que tal grupo de crimes adquire, no âmbito da estrutura delinquencial primário e nos grupos de trajectórias em análise – 4,4% no grupo de trajectórias *limitado à fase da juventude* (quadro 8.2) e 13,5% no grupo de trajectórias *a partir da fase da vida adulta* (quadro 8.4).

Quadro 8.9 Proporção entre *primários* e *reincidentes*, nos grupos de trajectórias *limitado à fase da juventude* e *a partir da fase da vida adulta*, tipo de crime *contra a vida em sociedade* e sexo

GRUPO DE TRAJECTÓRIAS	SUBGRUPO DE CRIMES	MASCULINO			FEMININO		
		Primários (N)	Reincidentes (N)	Primários (%)	Primários (N)	Reincidentes (N)	Primários (%)
JUVENTUDE	Crimes Perigo Comum	5	4	55,6	2		100,0
	Falsificação Moeda/Outros Similares	1	2	33,3		1	0,0
	Falsificação Documentos		1	0,0		4	0,0
	Falsificação Cheques/Equiparados	2	15	11,8	1	10	9,1
	Falsificação Doc. Identificação		4	0,0	1	2	33,3
	Falsificação Doc. Aquisição Bem		5	0,0	1		100,0
VIDA ADULTA	Crimes Perigo Comum	19	17	52,8	4	8	33,3
	Falsificação Moeda/Outros Similares	11	31	26,2	10	8	55,6
	Falsificação Documentos	5	18	21,7	1	3	25,0
	Falsificação Cheques/Equiparados	4	24	14,3	6	14	30,0
	Falsificação Doc. Identificação	8	19	29,6	4	6	40,0
	Falsificação Doc. Aquisição Bem	8	21	27,6	6	3	66,7

NOTA: Basta que o tipo de crime (grupo e subgrupo) *contra a vida em sociedade* esteja inscrito pelo menos uma vez na trajectória.

A maioria dos indivíduos que manifestam participações neste grupo de crimes, tende a revelar continuidade no crime. Tal facto encontra-se francamente demonstrado no exercício de comparação proporcional, em ambos grupos de trajectórias criminais, entre aqueles que revelam uma expressão primária e os que manifestam uma continuidade no crime – reincidentes – excepcionado, no caso do sexo masculino, em ambas as fases de desenvolvimento, através de um maior envolvimento em crimes de perigo comum, os casos de incêndio ou de posse de arma proibida, e no caso do sexo feminino, durante a fase adulta, através de uma maior participação nas falsificações com o intuito de adquirir determinado bem ou no envolvimento em lógicas relacionadas com a contrafacção de moeda ou similar.

Os crimes contra o Estado adquirem particular expressão no grupo de trajectórias cuja expressão criminal se manifesta durante a vida adulta. Embora de maior expressão durante a fase da vida adulta, constituem-se num grupo de crimes em que a participação dos indivíduos – quer primários, quer reincidentes – se revela francamente minoritária.

Quadro 8.10 Proporção entre *primários* e *reincidentes*, nos grupos de trajectórias limitado à fase da juventude e a partir da fase da vida adulta, tipo de crime *contra o Estado* e sexo

GRUPO DE TRAJECTÓRIAS	SUBGRUPO DE CRIMES	MASCULINO			FEMININO		
		Primários (N)	Reincidentes (N)	Primários (%)	Primários (N)	Reincidentes (N)	Primários (%)
JUVENTUDE	Economia						
	Fiscais						
	Corrupção						
	Peculato						
	Violação Providências Públicas						
	Realização Justiça		1	0,0	1	5	16,7
	Resist./Desob. Autoridade Pública		1	0,0			
VIDA ADULTA	Cometidos na Prisão						
	Economia	4	5	44,4	9	2	81,8
	Fiscais	1	3	25,0		1	0,0
	Corrupção	10	2	83,3	3	4	42,9
	Peculato	3		100,0	1	1	50,0
	Violação Providências Públicas						
	Realização Justiça	1	2	33,3		1	0,0
	Resist./Desob. Autoridade Pública	1	5	16,7	2		100,0
	Cometidos na Prisão		3	0,0		1	0,0

NOTA: Basta que o tipo de crime (grupo e subgrupo) *contra o Estado* esteja inscrito pelo menos uma vez na trajectória.

A diminuta expressividade durante a fase da juventude, em particular através de crimes que coíbem a realização da justiça, como é o caso do falso testemunho, da resistência ou da desobediência a ordens emanadas pela autoridade pública, tende a ser manifestada essencialmente por indivíduos reincidentes, e não por primários; os indivíduos primários, de ambos os sexos, nesta fase de desenvolvimento do indivíduo revelam uma expressividade residual neste grupo de crimes. Efectivamente, a prática dos tipos de crimes referidos, enquadra-se na sequência do envolvimento do indivíduo em outros tipos de transgressões, e constituem fundamentalmente, formas evasivas da responsabilidade criminal dos próprios ou de terceiros.

Durante a fase da vida adulta, os indivíduos revelam essencialmente participações em outros tipos de crimes que tendem a afectar a integridade ou a autoridade do Estado, como são os casos da corrupção, dos crimes contra a economia, os crimes fiscais, e outros cometidos por indivíduos que em regra se encontram numa fase de desenvolvimento caracterizada pela maioridade, e pela inserção na vida activa da sociedade. Desse modo, poderemos afirmar que é durante a fase da vida adulta que os primários, de ambos os sexos, de forma variável, tendem a manifestar participação em crimes contra a economia, corrupção, e peculato.

Quadro 8.11 Proporção entre *primários* e *reincidentes*, nos grupos de trajectórias limitado à fase da juventude e a partir da fase da vida adulta, tipo de crime contra as pessoas menos graves e sexo

GRUPO DE TRAJECTÓRIAS	SUBGRUPO DE CRIMES	MASCULINO			FEMININO		
		Primários (N)	Reincidentes (N)	Primários (%)	Primários (N)	Reincidentes (N)	Primários (%)
JUVENTUDE	Reserva Vida Privada		1	0,0			
	Honra				1		100,0
VIDA ADULTA	Reserva Vida Privada		3	0,0	1		100,0
	Honra	5	6	45,5			

NOTA: Basta que o tipo de crime (grupo e subgrupo) *contra as pessoas menos graves* esteja inscrito pelo menos uma vez na trajectória.

Os crimes contra as pessoas menos graves constituem-se num grupo de crimes de menor expressão. Embora residual em ambos os sexos, a dimensão deste grupo de crimes adquire maior expressividade na fase da vida adulta. Não obstante o reduzido número de casos, poderemos afirmar que as mulheres que apresentam participação neste tipo de crimes – contra a reserva da vida privada, e contra a honra – revelam uma estrutura delinquencial fundamentalmente *primária*, e os homens *reincidente*; tal

facto suscita o equacionar da hipótese de que o cometimento deste tipo de crimes por parte do sexo masculino, decorre do desenvolvimento de uma sequência de outras transgressões, na qual estes tipos de crimes constituem ora o despoletar, ou o agudizar de determinado conflito inter-pessoal.

Quadro 8.12 Proporção entre *primários* e *reincidentes*, nos grupos de trajectórias limitado à fase da juventude e a partir da fase da vida adulta, tipo de crime estatisticamente minoritários e sexo

GRUPO DE TRAJECTÓRIAS	SUBGRUPO DE CRIMES	MASCULINO			FEMININO		
		Primários (N)	Reincidentes (N)	Primários (%)	Primários (N)	Reincidentes (N)	Primários (%)
JUVENTUDE	Auxílio Imigração Ilegal						
	Informáticos						
	Paz Pública						
	Cometidos na Estrada		1	0,0			
	<i>Não Especificados</i>		5	0,0	6		0,0
VIDA ADULTA	Auxílio Imigração Ilegal		2	0,0	1		0,0
	Informáticos	1	2	33,3	2		100,0
	Paz Pública		11	0,0	1		0,0
	Cometidos na Estrada	5	12	29,4			
	<i>Não Especificados</i>		4	0,0	2		0,0

NOTA: Basta que o tipo de crime (grupo e subgrupo) estatisticamente minoritários esteja inscrito pelo menos uma vez na trajectória.

À semelhança da distribuição da participação dos indivíduos verificada nos crimes contra o Estado e contra as pessoas menos graves, nos crimes estatisticamente minoritários, a participação neste grupo de crimes é também manifestamente reduzida. O grupo de crimes estatisticamente minoritários, é constituído por tipos de crimes que tendem a afectar valores jurídicos diferentes. As mulheres tendem a revelar uma expressão muito limitada e pouco significativa. Por outro lado, a afectação desses valores tende a ocorrer durante a fase adulta do indivíduo, e conforme se depreende da sua distribuição no quadro 8.12, a transgressão desses valores tende a ser efectivada por indivíduos que na sua maioria reincidem no crime.

Efectivamente, de forma geral, a eventual tangibilidade entre as experiências manifestas por indivíduos primários, por comparação com os que apresentam uma estrutura delinquencial reincidente, quer na fase da juventude, quer na fase da vida adulta, metamorfoseia-se no âmbito dos grupos de trajectórias e de género, em efectiva diferença e distinção. Entre grupos de trajectórias encontra-se manifesta através de uma maior proporção de indivíduos primários que na fase da juventude se envolvem em crimes que tendem a afectar o património, fundamentalmente através da

subtracção e da receptação de bens, e *a contrario* um aumento relativo da proporção de indivíduos primários que na fase adulta se envolvem em tipos de crimes contra o património sem violência que implicam um maior envolvimento do sujeito na vida social adulta – a burla, o abuso de confiança, e em particular no caso do sexo feminino através da emissão de cheques sem provisão.

Do mesmo modo, a violência constitui-se num elemento relativamente raro em indivíduos que revelam uma estrutura delinquencial do tipo primário, todavia, verifica-se que em termos proporcionais, os indivíduos do sexo masculino na fase da juventude tendem a apresentar maiores índices de violência, em particular através do envolvimento em agressões, assaltos, e homicídios, e na fase da vida adulta, através da prática de roubos, assim como mediante a afectação da esfera sexual, ora mediante a transgressão da defesa da autodeterminação sexual, ora da violação da liberdade pessoal e sexual; os indivíduos do sexo feminino, em ambas fases de desenvolvimento revelam índices menores de envolvimento na delinquência violenta. Em ambos grupos de trajectórias o homicídio constitui-se no tipo de crime cuja participação de mulheres com estrutura delinquencial primária se revela absoluta, registando-se ainda em ambos grupos trajectoriais o envolvimento de algumas mulheres na afectação de bens patrimoniais, mediante a prática do crime de roubo, e na afectação da liberdade sexual, através da prática do lenocínio, e em particular durante a fase adulta, embora de expressividade menor, algum envolvimento em agressões físicas e na afectação da liberdade pessoal – o caso do crime de sequestro.

Independentemente do sexo, os indivíduos primários que enformam o grupo de trajectórias *a partir da vida adulta*, revelam um maior envolvimento na droga que aqueles que integram o grupo que se caracteriza por manifestações expressas durante a fase da juventude. Todavia, encontramos diferenças de género; enquanto que o sexo masculino em ambos grupos trajectoriais tende a revelar uma maior proporção de indivíduos a envolverem-se com a dimensão do consumo, o sexo feminino revela em ambas fases um maior envolvimento nas dimensões caracterizadas pelo comércio da droga.

Entre aqueles, sejam primários ou reincidentes, que enformam o grupo de trajectórias caracterizado pela fase da juventude e os que se inserem no grupo caracterizado pela fase adulta, a proporção de envolvimento de indivíduos de ambos os sexos em crimes que afectam a vida em sociedade tende a aumentar no grupo *a*

partir da vida adulta. Maioritariamente caracterizados pela falsificação – sem embargo dos crimes de perigo comum (incêndio; posse de arma; etc.) – em regra são crimes que pelas características da acção criminógena – os contextos onde decorrem (actividade comercial e de registo); o acesso a determinados documentos e instrumentos; e a capacidade de interacção nesses meios – necessitam que o agente alcance o que se define como a capacidade física, psíquica, intelectual e social adequada e necessária para delinquir, ou seja que alcance determinado nível de maioridade e inserção na vida social que lhe permita o acesso aos meios materiais e de relacionamento social indispensáveis para o cometimento destes tipos de crimes, geralmente alcançáveis na fase da vida adulta. Ao maior envolvimento na fase da vida adulta de primários de ambos os sexos, acrescenta ainda a distinção relativa ao género, na qual se verifica uma maior proporção de mulheres na participação de crimes relacionados com a prática da falsificação, e uma maior proporção de homens nos crimes de perigo comum.

Embora os indivíduos caracterizados por uma estrutura delinquencial primária revelem em qualquer das fases de desenvolvimento uma diminuta participação em crimes que afectam o Estado, assim como em outros tipos de crimes classificados como contra as pessoas menos graves e estatisticamente minoritários, é na fase da juventude que o índice de participação desses indivíduos nesses tipos de crimes atinge os níveis mais baixos; a maior expressividade de primários nesses tipos de crimes ocorre durante a fase da vida adulta. A explicação para tal fundamenta-se uma vez mais no facto de que a violação de determinada regra pressupõe a aquisição da capacidade específica para a transgredir; crimes como a corrupção, o peculato, ou crimes que afectam a economia ou o sistema fiscal, ao serem cometidos por indivíduos primários, são-no por ao terem alcançado a maioridade, determinado nível de inserção no sistema da organização social e capital económico, social, e capacidade de interacção nos diversos contextos da sociedade activa, se deparam com a opção de quebrar a normatividade por forma a alcançarem por meios ilegítimos determinado benefício que se integra na organização da estrutura do sistema legítimo.

Todavia, sem embargo do dano que o comportamento delinvente de indivíduos com estrutura primária tende a produzir na vida das pessoas e nas instituições e da eventual necessidade de equacionar programas de prevenção, punição, e reinserção desses indivíduos, a prioridade do conhecimento gerado pela

ciência centra-se sobre aqueles que após terem experimentado pela primeira vez a delinquência tendem a reincidir, apresentando padrões de reincidência e de sequência delitiva diferenciados, seja em função do sexo, seja em função da fase de desenvolvimento em que se encontram. Centraremos de seguida o nosso enfoque analítico sobre as características manifestas por indivíduos reincidentes.

Capítulo 9

A delinquência enquanto sequência transgressiva

Tendo sido desenvolvida a análise dos elementos que caracterizam os indivíduos que apresentam uma estrutura delinquencial *primária*, importa debruçarmo-nos sobre o processo desviante daqueles cuja prática de condutas delinquentes tende a ser mais prolongada no tempo – reincidentes.

Os *reincidentes* são indivíduos que na sua estrutura delinquencial apresentam o envolvimento em mais que um crime, encontrando-se distribuídos por três grupos de trajetórias criminais – *limitado à fase da juventude*; *a partir da vida adulta*; e *transversal às fases da juventude e da vida adulta* – consoante o momento em que ocorreu o primeiro registo de transgressão e o intervalo de duração do envolvimento na delinquência.

Na sequência do que abordámos ao analisarmos a estrutura delinquencial primária, os reincidentes no conjunto das amostras como um todo, representam cerca de $\frac{2}{3}$ do total dos indivíduos em estudo, assumindo na dimensão em função do género, a proporção de 64,8% e 51,9%, respectivamente das amostras masculina e feminina. Tal evidência é demonstrativa da relevância dos estudos sobre a reincidência na produção de conhecimento sobre a delinquência enquanto suporte dos programas de prevenção e de repressão da criminalidade.

Quadro 9.1 Indivíduos *reincidentes* constituintes das amostras, grupos de trajetórias e sexo

GRUPOS DE TRAJECTÓRIAS	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Limitado à fase da juventude	175	16,2	73	19,6
A partir da fase da vida adulta	390	36,1	175	47,0
Transversal às fases da juventude e da vida adulta	514	47,6	124	33,3
TOTAIS	1.079	100,0	372	100,0

Qui-quadrado $p = 0,000$; V de Cramer = 0,126

Conforme se constata da interpretação do quadro 9.1, a expressividade da reincidência assume um peso diverso, seja em função do género, seja em função dos

vários grupos de trajectórias criminais. Efectivamente, se tomarmos os indivíduos reincidentes como um todo, excluindo para esse efeito os primários, e os distribuirmos pelos vários grupos de trajectórias criminais em que a expressividade criminal se insere, verificamos que por relação ao género a categoria reincidência se encontra menos representada no grupo de trajectórias cuja expressividade na delinquência se limita à fase da juventude, alcançando a maior expressividade, no caso do sexo feminino no grupo de trajectórias caracterizadas pela manifestação estrita do crime durante a fase adulta, e no sexo masculino no grupo de trajectórias que se caracterizam pela concomitante transversalidade da delinquência nas fases caracterizadas pela juventude e pela vida adulta.

Independentemente de tal evidência, a distribuição dos indivíduos *reincidentes* em função do género encerra outros níveis de significado transversais até aos grupos de trajectórias a que pertencem. Ao nível da expressividade da reincidência, a maioria dos indivíduos de ambos os sexos tende a contactar pela primeira vez com a delinquência durante a fase da juventude (os rapazes representam 63,9%, e as raparigas 53,0% dos respectivos universos), todavia daqueles que se iniciam na fase da juventude, os rapazes (74,6%) mais que as raparigas (62,9%), tendem a desenvolver sequências delitivas para além da fase de desenvolvimento em que se iniciaram.

Não obstante a relevância que a fase adulta representa enquanto momento em que uma expressiva proporção de indivíduos de ambos os sexos experimentaram pela primeira vez o contacto com a delinquência (de maior relevância no sexo feminino que no sexo masculino), importa fundamentalmente sublinhar que aqueles que tendem a expressar comportamentos delinquentes durante a fase da juventude, tendem maioritariamente a desenvolver sequências delitivas que se prolongam pela vida adulta. Tal facto é indiciador da importância que o contacto com a delinquência durante a juventude poderá representar no desenvolvimento de uma potencial trajectória criminal que se prolongará para além dessa fase. Indubitavelmente que tomando o comportamento de reincidentes que se iniciaram na fase da juventude, a experiência na delinquência durante essa fase constitui um forte preditor do desenvolvimento de sequências delitivas que se prolongam pela vida adulta. Daqueles que reincidem no crime, iniciando-se na fase da juventude, apenas uma pequena percentagem restringe a reincidência a essa fase de desenvolvimento humano (apenas

25,4% dos rapazes e 37,1% das raparigas que apresentam padrões de reincidência durante a juventude, restringem o comportamento delitivo a essa fase de desenvolvimento).

O estudo da reincidência no crime constitui um objecto de análise que no plano da ciência e em particular da criminologia representa um dos principais desafios à produção de conhecimento, no sentido de compreender o comportamento em si, e em particular, o processo que despoleta o acto de transgredir a normatividade. No âmbito da relação entre género e crime, parece-nos de particular relevância determinar a configuração dos indicadores de caracterização social dos indivíduos, relacionando tais elementos com as características representativas da população geral, da qual sucede aquele que delinquí, assim como outros que não apresentam qualquer indício de delinquência. Que características sociais revelam aqueles que reincidem no crime nas diversas fases que compõem o ciclo de vida do Indivíduo?

Em função do género, os reincidentes que compõem o grupo de trajetórias *limitado à fase da juventude* (dos 16 aos 25 anos de idade) não revelam diferenças estatisticamente significativas ao nível da experiência conjugal e do capital escolar. A maioria dos indivíduos de ambos os sexos nunca teve qualquer experiência conjugal (cerca de ⅔); daqueles que apresentam ter ou já ter tido experiência conjugal, as raparigas revelam ligeiramente uma maior proporção de indivíduos em que a relação se encontra dissolvida (Anexo A, quadro a.10). Em ambos os sexos, por comparação aos indivíduos primários, regista-se uma diminuição da proporção de solteiros, e um aumento de indivíduos que tendo tido já não mantêm a experiência conjugal (Anexo A, quadro a.19). Tomando como referência a população geral na faixa etária entre os 20 e 24 anos de idade, ambos os sexos distinguem-se desse segmento de população, por uma maior proporção de indivíduos em que os laços de conjugalidade se desfizeram, e em particular no sexo feminino, por uma maior proporção de indivíduos casados e/ou em união de facto (Anexo A, quadro a.1).

No que se refere às qualificações académicas, a maioria dos indivíduos que exprimem a delinquência estritamente na fase da juventude possuem capital escolar ao nível do 1.º e 2.º ciclo (Anexo A, quadro a.12); por relação aos indivíduos primários denota-se uma relativa diminuição de capital (Anexo A, quadro a.20), mais patente nos rapazes, e uma evidente diferença, no sentido da descapitalização, relativamente à população geral na faixa etária referida (Anexo A, quadro a.7). O

reduzido capital escolar encontra-se repercutido de algum modo no nível de experiência profissional, verificando-se diferenças significativas entre categorias de género (Anexo A, quadro a.11); os rapazes apresentam uma elevada proporção de indivíduos com experiência profissional ao nível do operariado e as raparigas ao nível do sector dos serviços; os dois sexos revelam proporções relevantes nas profissões não qualificadas. Por comparação com os indivíduos que apresentam uma estrutura delinquencial primária, os reincidentes distinguem-se fundamentalmente pela menor proporção de indivíduos com experiência de trabalho ao nível das profissões técnicas e de enquadramento (Anexo A, quadro a.21); tal diferença revela-se ainda mais profunda quando tomamos como referência a população geral (Anexo A, quadro a.4), em particular na dimensão das profissões não qualificadas, em particular nas raparigas, na medida em que da totalidade de indivíduos do sexo feminino em que foi possível colher informação acerca da condição perante o trabalho, cerca de 41,0% revelaram deter apenas o estatuto de doméstica (Anexo A, quadros a.21 e a.21-1).

Os reincidentes de ambos os sexos que estruturam o grupo de trajectórias cuja expressão delinquencial se manifesta apenas na fase adulta (entre os 26 e os 37 anos de idade) tendem a não revelar diferenças estatisticamente significativas no âmbito da experiência conjugal (Anexo A, quadro a.13). No plano da amostra predominam os indivíduos solteiros, com uma forte representação daqueles que tendo tido uma experiência conjugal, a não mantêm. Por relação aos indivíduos primários, a proporção de reincidentes que já tiveram experiências conjugais aumenta substancialmente (Anexo A, quadro a.22). Se estabelecermos uma ponte comparativa com a população geral na faixa etária entre os 30 e os 34 anos de idade, verificamos que as características de conjugalidade das amostras (masculino e feminino) se distanciam das expostas pela população geral (Anexo A, quadro a.2). O peso de indivíduos que nunca tiveram e que tendo já tido experiências conjugais as não mantiveram é substancialmente superior ao exposto pela população geral. Tal evidência poderá constituir-se num indicador de alguma instabilidade afectiva e emocional deste grupo de trajectórias que se caracteriza por se embrenhar na delinquência apenas a partir da fase da vida adulta, desenvolvendo uma sequência delitiva.

Relativamente ao capital escolar e à experiência profissional, estes indivíduos tendem a revelar diferenças que se revelam estatisticamente significativas por relação

ao género (Anexo A, quadros a.15 e a.14). Embora a maioria dos indivíduos tenda a apresentar habilitações literárias ao nível do 1.º e do 2.º ciclo, os homens apresentam uma maior proporção de indivíduos com habilitações ao nível desses ciclos; por outro lado as mulheres evidenciam-se por apresentarem uma distinção ambígua face ao sexo masculino, destacando-se desse por apresentarem concomitantemente uma maior proporção de indivíduos sem qualquer tipo de qualificação escolar, assim como uma maior proporção de indivíduos cujo capital escolar se situa nos níveis mais elevados do ensino. Se compararmos reincidentes com primários, em ambos os sexos os primeiros revelam menor capital escolar que os segundos (Anexo A, quadro a.23). Tomando como referência as características do nível académico da população geral na referida faixa etária (Anexo A, quadro a.8), a descapitalização da população reincidente é evidente, de forma mais pronunciada no sexo feminino que no masculino.

À semelhança das características apresentadas por outros grupos de trajectórias criminais, no plano da experiência profissional os homens destacam-se fundamentalmente pela proporção que revelam no sector do operariado, e as mulheres no sector dos serviços (Anexo A, quadro a.14). As reduzidas qualificações académicas que os reincidentes de ambos os sexos apresentam, face aos primários e à população geral, encontra-se em certa medida repercutida na configuração da experiência profissional destes indivíduos, em particular do sexo feminino (Anexo A, quadros a.23 e a.24). Tal é patente na reduzida proporção, por relação à população geral, de indivíduos ao nível das profissões técnicas e de enquadramento, e na elevada proporção, em particular de mulheres, no grupo de profissões não qualificadas, com a particularidade de cerca de 23,0% das mulheres reincidentes em que foi possível apurar a condição perante o trabalho deterem exclusivamente o estatuto de doméstica.

Em razão da composição da estrutura delinquencial do grupo de trajectórias que se caracteriza por a primeira experiência no crime ocorrer na fase da juventude, enunciando a partir daí uma sequência delitiva que se prolonga até à fase da vida adulta – grupo de trajectórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta* – todos os indivíduos que compõem esse grupo de trajectórias apresentam uma estrutura delinquencial caracterizada pela reincidência. Atendendo à configuração deste grupo de trajectórias, a caracterização social dos elementos que a compõem já foi abordada

no ponto subordinado à caracterização do grupo de trajectórias criminais *transversal às fases da juventude e da vida adulta* (Capítulo 7).

Desse modo, no que se refere à experiência conjugal, estes indivíduos não manifestam diferenças estatisticamente significativas em função do género (Anexo A, quadro a.16); no entanto apresentam evidentes diferenças por relação ao nível de experiência conjugal da população geral (Anexo A, quadro a.3); por comparação, os primeiros revelam uma menor proporção de indivíduos que mantêm relações conjugais, e uma maior proporção de indivíduos que ora nunca tiveram qualquer experiência conjugal, ora já a tendo tido a não mantêm – prenunciador de alguma instabilidade na capacidade de consolidar relações de carácter afectivo.

Embora no que se refere ao capital escolar e à experiência no trabalho se registem diferenças estatisticamente significativas em função do género (Anexo A, quadros a.18 e a.17), por comparação com a população geral (Anexo A, quadros a.8 e a.5), ambos os sexos revelam uma elevada proporção de indivíduos com baixos recursos habilitacionais e profissionais. Tal diferença poderá constituir-se num elemento indiciador da condição de fragilidade dos recursos que estes indivíduos possuem, assim como do reduzido leque de oportunidades, socialmente valorizadas, a que poderão ter acesso.

Efectivamente, o relativo deficit de capital escolar e de competências profissionais revelado pelos primários, por comparação à população geral, assume no âmbito dos *reincidentes*, e em particular no grupo de trajectórias *transversal à fase da juventude e da vida adulta*, uma maior diferença que se repercutirá na capacidade de competir com outros ao longo da vida. O tipo de recursos que os indivíduos podem mobilizar na sua acção social constituem-se num primeiro indicador das suas características enquanto actores sociais. Tal encontrará repercussão indirecta ao nível da participação no crime. Desse modo, importa centrarmo-nos no estudo dos indícios de envolvimento na delinquência que os reincidentes pertencentes aos três grupos de trajectórias apresentam por forma a produzirmos algum significado sobre as respectivas sequências criminais em função das categorias de género.

Os indivíduos cuja estrutura delinquencial revela uma sequência delitiva, constituem o grupo que em termos de análise oferecem maior complexidade e articulação de variáveis produtoras de significado sobre o processo delinquente.

Recorrendo aos trabalhos desenvolvidos por LeBlanc e Loeber (1986; 1990) sobre a definição dos elementos *limite* e de *dinâmica* que enformam o estudo de trajetórias criminais, articulando-os com o conceito de *processo desviante*, desenvolvido nos estudos de Agra e Matos (1997), Brochu, Agra e Cousineau (2002) e ajustando tais definições à análise de *trajetórias de grupos* (Nagin e Trembley 2005a), não como algo representativo da exactidão da realidade mas como um exercício de conhecimento que procura construir uma representação sobre a mesma, validada cientificamente (Raudenbush, 2005), procederemos à análise das trajetórias enunciadas por indivíduos reincidentes que integram vários grupos de trajetórias criminais, diferenciados pelo momento em que no ciclo de vida do sujeito as autoridades oficiais procederam à sinalização do envolvimento na delinquência.

Desenvolveremos a análise de grupos de trajetórias criminais, tendo como referência o momento em que as autoridades oficiais de controlo social registaram o primeiro envolvimento do indivíduo no crime (activação), procurando desse modo determinar tanto a idade, como o tipo de crime cometido pelo sujeito; assim como o modo como estes indivíduos tendem a mergulhar na delinquência (agravação), procurando determinar o tipo de frequência, duração, intensidade dos delitos, pico da idade, nível de co-participação, mobilidade criminal, variedade transgressiva, incidência em determinados tipos de crimes, presença da violência, e a especificidade da sequência transgressiva.

Para além do limite inferior das trajetórias em estudo, manifesto pelo momento em que ocorreu o primeiro registo de crime, e da diversidade de variáveis que revelam a potencial complexidade da sequência delitiva, caracterizadora da dinâmica expressa pelos três grupos de trajetórias que se amplifica em função do género, importa sublinhar ainda o exercício analítico sobre a eventual determinação do limite superior das trajetórias, definidor do potencial abandono ou abrandamento, seja ao nível da duração ou da intensidade do percurso criminal (desistência); atento os limites da matéria empírica em análise, procurou-se, para além da determinação do momento a que corresponde o último registo associado aos sujeitos, aferir em que medida o índice de sujeição dos indivíduos, diferenciados em função do género e dos grupos de trajetórias a que pertencem, a medidas de privação da liberdade poderá ser indiciador de um eventual abandono ou abrandamento do processo delinquente.

A produção de significado sobre os resultados do exercício que propomos – a relação entre género e crime mediada pelos diversos processos que se operam na sociedade e que geram identidade e distinção – encontrar-se-á inextrincavelmente ligada à revisão teórica sobre o processo evolutivo, tanto dos papéis como do estatuto do masculino e do feminino, ao longo da história das sociedades ocidentais, e sua consequente repercussão na estrutura e no funcionamento das instituições mais estreitamente ligadas ao exercício do controlo social, assim como nas práticas e nas representações dos profissionais que nelas operam, e no quadro de inteligibilidade do quotidiano do cidadão comum.

9.1 A activação

O conceito de *activação* refere-se ao ponto, ou ao momento a partir do qual determinado fenómeno se inscreve numa determinada fase do ciclo de vida do indivíduo; no âmbito do estudo de trajectórias criminais, constitui-se no marco referencial do despoletar da transgressão, não no sentido de que o processo desviante que conduziu à delinquência se tenha iniciado no exacto momento em que se identifica o primeiro registo de crime, mas sim na medida em que representa o momento em que o resultado do rompimento com o normativo penal se efectua, potenciando sobre o indivíduo as eventuais sanções previstas na norma. Nesse âmbito o conceito de activação constitui-se *a posteriori* e nos limites do presente projecto, no sinónimo definido pelo momento em que as autoridades oficiais detectaram pela primeira vez a experiência do indivíduo com a delinquência.

No contexto da realidade social, dimensão em que ocorrem os factos, e no âmbito do difícil descortinar das cifras negras, estima-se que na vida de uma relevante percentagem de indivíduos que experienciaram o crime pela primeira vez, tal nunca chegou a ser objecto de detecção e registo por parte das autoridades, ou até mesmo do conhecimento daqueles que lhe são mais próximos. Todavia, a activação para além de ponto marcador de determinada iniciação na transgressão, constitui-se *a priori* num processo, de duração variável, decorrido em vários contextos, no decurso do qual o indivíduo vai incorporando no seu sistema de disposições um conjunto de valores que o predispõem a aceitar o risco digladiado entre a ameaça sancionatória prevista pela norma e o alcance do potencial de determinado valor através da acção delinvente.

A activação constitui-se essencialmente num conceito limite, que marca o potencial início do processo individual de transgressão à norma (jurídico-legal). Mas de que modo, e em que medida poderemos caracterizar tal eclodir da delinquência nos grupos de trajectórias que estudamos? A este respeito importa sublinhar que os dados que subjazem ao labor de análise que expomos, dependem do resultado da apresentação de denuncia ou queixa, ou da actividade de detecção efectuada pelas autoridades que têm como responsabilidade a prevenção e a repressão de ilícitos de natureza criminal, nos quais foi possível identificar o(s) seu(s) autor(es). Esse facto, de ordem simultaneamente material e metodológica, constitui o principal limite do projecto que desenvolvemos.

Quadro 9.2 Indivíduos *reincidentes*, grupos de trajectórias, idade em que ocorreu o primeiro registo-crime e sexo

IDADE AO PRIMEIRO REGISTO CRIME	JUVENTUDE				VIDA ADULTA				TRANSVERSAL			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
16	12	6,9	2	2,7					49	9,5	4	3,2
17	24	13,7	7	9,6					53	10,3	11	8,9
18	17	9,7	2	2,7					43	8,4	7	5,6
19	20	11,4	9	12,3					50	9,7	9	7,3
20	20	11,4	7	9,6					55	10,7	15	12,1
21	15	8,6	7	9,6					42	8,2	16	12,9
22	18	10,3	12	16,4					40	7,8	11	8,9
23	20	11,4	13	17,8					52	10,1	14	11,3
24	18	10,3	8	11,0					57	11,1	18	14,5
25	11	6,3	6	8,2					73	14,2	19	15,3
26					87	22,3	38	21,7				
27					57	14,6	34	19,4				
28					64	16,4	26	14,9				
29					51	13,1	17	9,7				
30					26	6,7	21	12,0				
31					22	5,6	7	4,0				
32					21	5,4	11	6,3				
33					23	5,9	8	4,6				
34					22	5,6	8	4,6				
35					8	2,1	1	0,6				
36					6	1,5	3	1,7				
37					3	0,8	1	0,6				
TOTAIS	175	100,0	73	100,0	390	100,0	175	100,0	514	100,0	124	100,0

Juventude: Qui-quadrado $p = 0,413$; V de Cramer = 0,193.

Vida Adulta: Qui-quadrado $p = 0,304$; V de Cramer = 0,129.

Transversal: Qui-quadrado $p = 0,494$; V de Cramer = 0,136.

Os marcadores a que recorremos para proceder à identificação do momento da activação, assim como das fases subsequentes do desenvolvimento das trajetórias (agravação e desistência), foram determinados pela actividade de registo das instâncias formais de controlo social, e centraram-se, no âmbito da activação, no ano em que o crime terá ocorrido, por correspondência *a posteriori* com a idade do arguido, e o tipo de crime cometido.

Com base na determinação da média e da moda, e do nível de significância estatística que a idade poderá revelar ao se distribuir pelo momento em que as instâncias formais de controlo procederam à identificação da primeira transgressão penal, procuraremos aferir de que modo a experiência na delinquência em função da pertença de género e no plano dos três grupos de trajetórias criminais se expressa no tempo.

Quadro 9.3 Índices estatísticos, grupos de trajetórias, idade aquando do 1.º registo-crime e sexo

MEDIDAS DE ESTATÍSTICA	JUVENTUDE		VIDA ADULTA		TRANSVERSAL	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Média	20	21	29	29	21	21
Moda	17	23	26	26	25	25

A distribuição da idade em função do sexo aquando da detecção do primeiro crime efectuada pelas autoridades revelou-se, nos três grupos de trajetórias, sem qualquer significância estatística; em suma, a forma como os indivíduos em função da pertença de género distribuem a idade pelo primeiro crime registado pelas autoridades, não revela diferenças significativas. Masculino e feminino tendem a manifestar no tempo o primeiro registo-crime de forma similar, sem revelarem qualquer expressão que estatisticamente se manifeste como indiciadora de alguma especificidade e diferenciadora entre categorias de género. Tal encontra-se fundamentalmente corroborado através da determinação da média em cada grupo de trajetórias.

No compito geral, em qualquer dos grupos de trajetórias criminais em análise não existem diferenças significativas entre categorias de género. No âmbito dos três grupos de trajetórias, só no grupo que expressa a delinquência nos limites da fase da

juventude, é que os indivíduos do sexo masculino tendem a revelar uma média inferior à manifesta pelo sexo feminino – expressando desse modo, por relação às raparigas, uma ligeira precocidade no crime – todavia, tal não é revelador, no plano da aferição estatística, de uma diferença que possa marcar uma distinção relevante entre sexos. A ligeira precocidade do sexo masculino no crime, revelada pela média, encontra-se de algum modo repercutida na moda, a qual enquanto que nas raparigas se situa nos 23 anos, no universo dos rapazes inscreve-se nos 17 anos de idade. Enquanto que no caso dos rapazes as autoridades tendem a detectar pela primeira vez o envolvimento desses na delinquência antes dos 21 anos, no caso das raparigas a larga maioria das primeiras detecções efectuadas pelas autoridades, apontam como momento da primeira experiência na delinquência, idade posterior à determinada nos rapazes, ou seja na segunda metade da fase da juventude.

No grupo de trajectórias criminais caracterizado pela manifestação da delinquência estritamente durante a fase adulta, a tendência manifesta pelo momento em que as autoridades detectam pela primeira vez o envolvimento de ambos os sexos no crime revela-se decrescente; ou seja tanto a média de idades como a moda tendem a situar a experiência no crime, respectivamente nos 29 e 26 anos, ou seja, nos primeiros anos do período que caracteriza este grupo trajectorial (dos 26 aos 37 anos de idade).

De outro modo, mas no mesmo sentido, no grupo de trajectórias criminais que se caracteriza pela transversalidade da delinquência, a média de idade de ambas categorias de género situa-se nos 21 anos, ou seja no limite da primeira fase da adolescência, sendo que a moda, em ambos os sexos, se inscreve no limite da transição da fase da juventude para a vida adulta – 25 anos de idade.

Conforme demonstrámos, nos grupos de trajectórias criminais em estudo, a determinação do momento em que foi detectada a primeira manifestação no crime, revelou um nível de similitude entre sexos. De forma geral, rapazes e raparigas, homens e mulheres, aquando do primeiro registo-crime efectuado pelas instâncias formais de controlo social tendem, em qualquer grupo de trajectórias criminais que integrem, a revelar uma idade muito similar. Encontraremos, entre categorias de género, tal nível de ausência de diferença significativa no tipo de crime a que se encontram associadas como primeiro tipo de crime que terão cometido?

No contexto dos três grupos de trajetórias, embora não seja possível aferir o grau de significância estatística da distribuição das frequências pelas diversas categorias das variáveis em análise, verifica-se que nos grupos de trajetórias criminais *limitado à fase da juventude* e *transversal às fases da juventude e da vida adulta*, a associação das variáveis sexo e tipo de crime produz um nível de intensidade mais relevante que no grupo de trajetórias *a partir da vida adulta*. Sem embargo de procedermos à análise da expressividade criminal revelada pelos indivíduos que enformam o grupo trajectorial *a partir da vida adulta*, o grau de associação entre as variáveis em estudo revelado nos dois primeiros grupos de trajetórias referidos, impõe que se proceda ao desenvolvimento da sua compreensão.

Quadro 9.4 Indivíduos *reincidentes*, grupos de trajetórias, 1.º tipo de crime e sexo

TIPOS DE CRIMES	JUVENTUDE				VIDA ADULTA				TRANSVERSAL			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Contra Património Sem Violência	96	54,9	23	31,5	90	23,1	41	23,4	237	46,1	37	29,8
Contra Património Com Violência	17	9,7	1	1,4	18	4,6	5	2,9	28	5,4	3	2,4
Emissão Cheque Sem Provisão	25	14,3	28	38,4	52	13,3	35	20,0	34	6,6	36	29,0
Droga	26	14,9	11	15,1	165	42,3	79	45,1	160	31,1	28	22,6
Vida em Sociedade	6	3,4	4	5,5	34	8,7	6	3,4	19	3,7	11	8,9
Sexuais	1	0,6			6	1,5			3	0,6	1	0,8
Vida					3	0,8			1	0,2	1	0,8
Liberdade Pessoal					4	1,0	1	0,6	2	0,4		
Integridade Física					3	0,8	1	0,6	9	1,8	1	0,8
Contra as Pessoas Menos Graves					4	1,0			2	0,4	1	0,8
Estado	1	0,6	1	1,4	6	1,5	5	2,9	5	1,0	2	1,6
Estatisticamente Minoritários	3	1,7	5	6,8	5	1,3	2	1,1	14	2,7	3	2,4
TOTAIS	175	100,0	73	100,0	390	100,0	175	100,0	514	100,0	124	100,0

Juventude: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,350.

Vida Adulta: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,172.

Transversal: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,319.

No grupo caracterizado pelos limites da juventude, o início da sequência das trajetórias em ambos os sexos encontra-se marcado pela ausência de participação nos tipos de crimes contra a vida, liberdade pessoal, integridade física e contra as pessoas menos graves, assim como por uma reduzida participação nos tipos de crimes contra a vida em sociedade, Estado, e estatisticamente minoritários. As categorias de género tendem a distinguirem-se pelo facto de se registar no sexo masculino uma fortíssima representatividade do grupo de crimes contra o património sem violência, e de apenas

nesta categoria de género se registar, embora muito baixa, expressividade nos crimes sexuais. O sexo feminino adquire particular expressão através da participação em crimes com recurso à emissão de cheques sem provisão e a crimes que afectam bens patrimoniais sem recurso a meios violentos. A droga, tipo de crime que se confirmará estruturante na expressividade criminal de ambas amostras, e em qualquer dos grupos trajectoriais, adquire na fase da juventude uma expressão proporcionalmente similar nos dois sexos, na ordem dos 15,0%. A violência, embora quase sem expressão no sexo feminino, tende a revelar-se através dos crimes contra o património, sendo que no sexo masculino, a violência marca o início do percurso criminal de cerca de 10,0% dos rapazes.

No grupo de trajectórias criminais *a partir da vida adulta* a articulação entre sexo e tipo de crime que marca o início da sequência delitiva de homens e mulheres, tende a revelar um grau de associação muito fraco ou praticamente inexistente. Todavia importa sublinhar que enquanto o início das trajectórias criminais do sexo masculino abrange todos os grupos de crimes considerados, o início do percurso criminal enunciado pelo sexo feminino regista uma ausência de participação nos grupos de crimes contra a vida, sexuais e contra as pessoas menos graves. Nestes últimos tipos de crimes os homens revelam uma expressividade muito reduzida, extensível a ambos os sexos nos tipos de crimes contra a liberdade pessoal, integridade física, Estado, e estatisticamente minoritários. Neste grupo de trajectórias os dois sexos tendem a revelar uma forte e similar expressividade nos grupos de crimes contra o património sem violência, assim como na droga; os homens revelam proporcionalmente uma maior expressividade nos crimes que tendem a afectar valores da vida em sociedade, e as mulheres a manifestarem no início da sequência delitiva uma maior participação em crimes de emissão de cheque sem provisão. A violência encontra-se presente em ambos os sexos, essencialmente através da afectação de bens patrimoniais, adquirindo no universo masculino uma maior expressividade que no universo feminino.

Nas trajectórias em que o envolvimento na delinquência se revelou transversal ao período total do ciclo de vida em estudo (formalmente no limite – dos 16 aos 37 anos de idade), o nível de associação das variáveis em estudo revelou-se similar ao grupo de trajectórias estritamente caracterizado pela juventude. No grupo de trajectórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta*, não obstante a

distribuição distintiva do género, pelos vários tipos de crimes, o início da sequência delitiva de ambas categorias de género deste grupo de trajectórias, tende a revelar participações em todos os tipos de crimes, com excepção do sexo feminino nos crimes contra a liberdade pessoal. Os tipos de crimes que estruturam a diferença e a distinção do processo inicial da activação da sequência delitiva em função do género, revelam-se através da forte expressividade que os crimes contra o património sem violência assumem no início da sequência delitiva do sexo masculino, imediatamente secundados pelo envolvimento na droga; no sexo feminino assumem particular expressão, quase paritária, a participação em crimes que afectam o património sem recurso à violência e o envolvimento em crimes de emissão de cheques sem provisão, assumindo a droga também uma importância muito relevante. De forma proporcionalmente comparável, o início da sequência delitiva do género masculino tende a expressar uma relativa participação em crimes de emissão de cheque sem provisão, e o género feminino a manifestar uma relativa participação em crimes contra a vida em sociedade. No que se refere à violência, o início da sequência delitiva dos homens encontra-se proporcionalmente mais marcada por esse tipo de crimes, em particular através da afectação de bens patrimoniais.

Tendo explorado o processo inicial das trajectórias criminais de indivíduos que inscrevem a reincidência de forma desigual, ora em função do sexo, ora em função do período do ciclo de vida em que manifestam comportamentos delinquentes, importa desenvolvermos a análise do percurso delinquencial explorando o processo de agravção da trajectória criminal; em suma, continuando o estudo nos limites da matéria empírica, centrado na expressividade e na especificidade delinquencial de homens e mulheres.

9.2 A agravção

O conceito de *agravção* define-se por um processo dinâmico de progressivo envolvimento no crime, não só no que se refere à sequência do tipo de valores que vão sendo transgredidos ao longo do percurso delinvente, mas também através da forma como esse processo de agravção se vai manifestando no tempo, nas diversas fases do ciclo de vida do indivíduo, e pelo tipo de configuração delinquencial que apresenta.

No âmbito do estudo que desenvolvemos e tendo em conta os limites impostos pela especificidade dos dados recolhidos, o processo de agravação será analisado tendo como referência o género e os respectivos grupos de trajectórias nos quais a experiência delitiva dos indivíduos se inscreve; aprofundaremos a problemática da agravação, tendo em linha de conta o estudo da frequência com que os indivíduos manifestam a participação no crime, a duração do percurso delinquente, a intensidade com que se expressa, o pico de frequência, o nível de co-participação dos indivíduos na prática dos crimes, o espectro de mobilidade criminal, a variedade transgressiva, o grau de incidência ou de reincidência em determinados crimes, o nível de violência, assim como a especificidade da sequência transgressiva.

Frequência

A *frequência* constitui a principal variável na definição da estrutura delinquencial dos indivíduos – permitindo classificá-los como primários ou reincidentes. Tal deve-se fundamentalmente à sua constituição quantitativa, reveladora de parte do nível de envolvimento do indivíduo no crime – número de registos-crime que se lhe encontram associados.

Os indivíduos em estudo – reincidentes – revelaram uma diversidade de número de frequências muito elevada – mínimo de 2 e máximo de 90 – pelo que, para que fosse possível a análise, procedemos ao agrupamento dessa multiplicidade de expressões, tendo obtido uma estrutura de frequências constituída por quatro categorias, diferenciadas em função do número de registos-crime que as compõem. Definimos assim, em termos quantitativos, uma primeira categoria composta por apenas 2 *registos-crime*, de baixa frequência, uma outra categoria composta por 3 a 5 *registos-crime*, de média expressão no crime, e duas categorias representativas do nível de participação mais elevado no crime, composta por 6 a 12, e *mais de 12 registos-crime*.

O nível de significância estatística da distribuição dos vários grupos de frequências em função do género demonstrou, com excepção no grupo de trajectórias *a partir da vida adulta*, não existirem diferenças significativas entre homens e mulheres. Mesmo no referido grupo de trajectórias caracterizadas por se exprimirem

estritamente na fase da vida adulta do indivíduo, o nível de associação das variáveis em estudo revela-se muito fraco.

Quadro 9.5 Indivíduos *reincidentes*, grupos de trajectórias, número de registos-crime e sexo

QUANTIDADE DE REGISTOS CRIME	JUVENTUDE				VIDA ADULTA				TRANSVERSAL			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2 Registos	71	40,6	32	43,8	155	39,7	82	46,9	71	13,8	20	16,1
3-5 Registos	75	42,9	26	35,6	153	39,2	73	41,7	180	35,0	50	40,3
6-12 Registos	25	14,3	14	19,2	62	15,9	17	9,7	170	33,1	44	35,5
> 12 Registos	4	2,3	1	1,4	20	5,1	3	1,7	93	18,1	10	8,1
TOTAIS	175	100,0	73	100,0	390	100,0	175	100,0	514	100,0	124	100,0

Juventude: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,085.

Vida Adulta: Qui-quadrado $p = 0,038$; V de Cramer = 0,122.

Transversal: Qui-quadrado $p = 0,056$; V de Cramer = 0,109.

Independentemente do sexo, a maior parte das trajectórias criminais que se exprimem apenas na fase da juventude distribuem-se de forma proporcionalmente similar pelos grupos de frequências estruturados por 2 registos, e por 3-5 registos (assumindo cerca de 2/5 cada). Apenas em cerca de 1/5 das trajectórias se verifica o desenvolvimento de sequências com 6 ou mais registos-crime.

Em certa medida, o mesmo se verifica no grupo de trajectórias caracterizadas por expressões criminais apenas na vida adulta. Todavia, neste grupo, entre categorias de género denota-se uma relativa clivagem no grupo de frequências caracterizado pela estrutura 6 ou mais registos, e em particular na categoria mais de 12 registos; enquanto que no sexo masculino o somatório de ambas categorias referente ao número de registos assume a representatividade de cerca de 1/5, no sexo feminino tal proporcionalidade revela-se apenas de 1/10; ou seja, neste grupo de trajectórias verifica-se uma maior proporção de homens, por comparação com o índice revelado pelas mulheres, que na sua estrutura delinquencial manifestam uma sequência delitiva composta por um número elevado de registos-crime.

Na sequência da análise do grupo de trajectórias criminais cuja expressividade criminal se restringe à fase da juventude, no grupo de trajectórias que se iniciam na fase da juventude mas que se prolongam pela vida adulta, a distribuição dos dois sexos pelas diversas categorias representativas do nível de frequência revelado pela

sequência delitiva apresenta um grau de intensidade de associação entre variáveis muito fraco. Nesse grupo trajectorial, homens e mulheres tendem a revelar, proporcionalmente, estruturas quantitativas de participação no crime similares. Todavia numa relação inversa ao revelado por aqueles que apenas delinquentes estritamente na fase da juventude. No grupo de trajectórias em análise uma importante proporção de indivíduos tende a apresentar sequências delitivas constituídas sobretudo por 6 e mais registos (mais homens que mulheres), mas também por 3-5 registos (mais mulheres que homens). As estruturas delinquentiais com apenas 2 registos são francamente minoritárias, representando em ambos os sexos pouco mais que 1/10 do total das trajectórias.

Entre as categorias masculino e feminino, em qualquer dos grupos de trajectórias criminais, com uma ligeira excepção verificada no grupo que revela expressões apenas *a partir da vida adulta*, não se detectaram diferenças significativas ao nível do grau de participação no crime. No âmbito do processo de produção de conhecimento sobre a relação entre género e crime, e sua expressividade no estudo de trajectórias, tão relevante se revelam as similitudes como as distinções manifestas entre sexos. É nesse sentido, que a *frequência* se constitui indubitavelmente num indicador relevante tanto na definição da estrutura da trajectória como na aferição do nível de manifestação da delinquência, todavia para podermos caracterizar a expressividade dos percursos criminais enunciados pelos indivíduos, importa descortinarmos também o tipo de *duração* da trajectória, assim como a *intensidade* da mesma. É o que procuraremos aferir nos próximos itens.

Duração

Na sequência do que referimos relativamente à variável frequência – estruturante na identificação de estruturas delinquentiais de base: primários e reincidentes – a variável *duração*, definida enquanto intervalo de tempo que medeia a ocorrência do primeiro e último registo-crime, constitui-se na variável a partir da qual foi possível identificar intervalos de expressividade criminal distintos, os quais foram designados de *grupos de trajectórias criminais*, por relação às diversas fases de desenvolvimento bio psicossocial do indivíduo – *limitado à fase da juventude*; *a partir da fase da vida adulta*; e *transversal às fases da juventude e da vida adulta*.

No que respeita ao período de duração das trajectórias, a manifestação criminal dos indivíduos revelou intervalos de duração muito diversificados – *de 1 dia a mais de 20 anos* – pelo que se procedeu ao reagrupamento dessa multiplicidade tendo resultado tal operação na enunciação de quatro categorias representativas do nível de duração das trajectórias. Tratando-se de reincidentes, procurámos na medida do possível construir categorias representativas de intervalos de duração que diferenciasssem claramente os vários tipos de intervalos em que as manifestações ocorreram. Assim, definimos a primeira categoria – *até 1 ano* – como sendo representativa de um nível de envolvimento na delinquência muito limitado no tempo; as categorias *1 a 4 anos*, e *4 a 10 anos*, representativos de níveis crescentes de duração da experiência do indivíduo na delinquência, representando a quarta categoria – *superior a 10 anos* – o expoente máximo da durabilidade de qualquer trajectória em análise.

Quadro 9.6 Indivíduos *reincidentes*, grupos de trajectórias, duração das trajectórias e sexo

DURAÇÃO DAS TRAJECTÓRIAS	JUVENTUDE				VIDA ADULTA				TRANSVERSAL			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
até 1 ano	71	40,6	37	50,7	116	29,7	73	41,7	4	0,8		
1 a 4 anos	67	38,3	27	37,0	136	34,9	64	36,6	52	10,1	17	13,7
4 a 10 anos	37	21,1	8	11,0	128	32,8	38	21,7	181	35,2	66	53,2
> 10 anos					10	2,6			277	53,9	41	33,1
<i>Indeterminado</i>			1	1,4								
TOTAIS	175	100,0	73	100,0	390	100,0	175	100,0	514	100,0	124	100,0

Juventude: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,135.

Vida Adulta: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,162.

Transversal: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,174.

Atento a distribuição da variável *duração* pelas categorias de género em cada grupo de trajectórias, verifica-se que apenas nas trajectórias daqueles que tendem a exprimir a delinquência estritamente na fase da juventude a duração do percurso criminal dos indivíduos, pertencentes a qualquer categoria de género, tende a assemelhar-se. Efectivamente, uma proporção substancial de rapazes e de raparigas tende a inscrever a durabilidade da experiência delitiva no limite de 1 ano. Embora sem significância estatística, uma proporção relativa de rapazes, mais que as raparigas, tende a exprimir a delinquência em intervalos de tempo mais dilatados.

Todavia, é nos grupos de trajectórias criminais *a partir da vida adulta e transversal às fases da juventude e da vida adulta* que a duração do percurso criminal de homens e mulheres se reveste de algum carácter distintivo.

Nas expressões que se caracterizam por inscreverem a delinquência apenas na fase da vida adulta, os homens revelam um nível de envolvimento na delinquência mais prolongado no tempo que as mulheres; estas últimas, no que se refere à duração das suas experiências na delinquência, apresentam uma distribuição decrescente, assumindo o limite 1 ano, a categoria de duração da trajectória proporcionalmente mais representada no universo feminino; os homens por seu lado, tendem a revelar proporções mais elevadas, em intervalos mais dilatados de duração da experiência delincente, com destaque para aqueles que tendem a inscrever a manifestação de comportamentos delinquentes num período superior a 4 anos.

Embora no grupo de trajectórias *a partir da vida adulta* se denote uma maior extensibilidade do comportamento masculino no crime, é no grupo de trajectórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta* que se constata os níveis mais elevados de envolvimento no crime. As diferenças entre sexos são manifestamente evidentes, com mais de metade dos indivíduos do sexo masculino a inscreverem o envolvimento no crime em períodos superiores a 10 anos, e as mulheres em períodos que se situam entre os 4 e os 10 anos. Neste grupo de trajectórias, apenas uma pequena proporção de indivíduos dos dois sexos delimita as suas experiências delitivas a intervalos de tempo inferiores a 4 anos.

Em regra os indivíduos de ambos os sexos que se ligam à delinquência na fase da juventude e não a prolongam pela vida adulta expressam um envolvimento na delinquência juvenil relativamente limitado no tempo. Por outro lado, aqueles que se iniciaram na delinquência apenas na fase da vida adulta, tendem a revelar intervalos de envolvimento diferenciados em função do sexo; os homens, mais que as mulheres, encontram-se mais representados nos intervalos de tempo mais dilatados, em particular em limites que compreendem intervalos de tempo entre os 4 e os 10 anos.

É no grupo daqueles que, tendo-se envolvido na delinquência na fase da juventude e a prolongaram pela vida adulta, se verificam os níveis mais elevados de durabilidade das trajectórias criminais; na sequência da análise desenvolvida sobre a expressividade do grupo de trajectórias que se caracteriza estritamente por

experiências na fase da vida adulta, os homens mais que as mulheres, pertencentes ao grupo de trajectórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta*, revelam um nível de envolvimento no crime mais dilatado, sendo que cerca de $\frac{1}{2}$ e $\frac{1}{3}$ de indivíduos, respectivamente do sexo masculino e feminino, inscrevem as suas experiências delinquentes em intervalos correspondentes a uma durabilidade superior a 10 anos, e entre os 4 e os 10 anos.

Se a *frequência* nos permitiu escalonar de forma diferenciada, em função do género e do grupo de trajectórias, o número de participações no crime em que os indivíduos se envolveram, do mesmo modo, as quatro categorias da variável *duração* da trajectória, permitiram-nos identificar intervalos diferenciados de duração da participação do Indivíduo na delinquência. *Frequência* e *duração* constituem-se dois indicadores do nível de expressividade do percurso delinquential dos indivíduos; todavia não permitem aferir o nível de intensidade da acção do indivíduo. Possibilitar tal determinação implica que as acções concretas caracterizadoras da primeira variável (nível de frequência) interceptem as várias dimensões temporais da segunda variável (intervalo de duração). É o que procuraremos concretizar.

Intensidade

Entre o espaço e o tempo, medeia a acção do indivíduo, a qual ocorre num determinado espaço e num determinado tempo, que no âmbito da reincidência tende a repetir-se, e a enunciar uma sequência de vários eventos que se inscrevem num determinado intervalo de tempo do ciclo de vida do indivíduo. De que forma a sucessão de acções que se inscrevem num determinado período de tempo produzem significado? A acção do sujeito materializada na *frequência* e na *duração* intercepta-se na *intensidade*, a qual se define pelo grau de sucessão das acções no tempo. No âmbito do estudo que desenvolvemos sobre trajectórias criminais, a *intensidade* da acção delinvente adquire sentido através da relação articulada entre a determinação do número de participações no crime e certo intervalo de tempo que medeia o primeiro e o último registo-crime.

Quadro 9.7 Indivíduos constituintes das amostras *reincidentes* e cruzamento entre as variáveis frequência e duração

RELAÇÃO FREQUÊNCIA / DURAÇÃO		DURAÇÃO			
		Até 1 ano	1 a 4 anos	4 a 10 anos	> 10 anos
FREQUÊNCIA	2 registos	196	125	81	29
	%	13,5%	8,6%	5,6%	2,0%
	3-5 registos	90	178	198	90
	%	6,2%	12,3%	13,7%	6,2%
	6-12 registos	14	50	145	123
	%	1,0%	3,4%	10,0%	8,5%
	> 12 registos	1	10	32	88
	%	0,1%	0,7%	2,2%	6,1%

Qui-quadrado $p = 0,000$; V de Cramer = 0,335.**Percursos delinquentes caracterizados por:**

	reduzida actividade / curta duração
	reduzida actividade / longa duração
	elevada actividade / curta duração
	elevada actividade / longa duração

Face ao exposto, importa determinar o índice de *intensidade* que os percursos criminais poderão revelar. A partir de duas variáveis de nível quantitativo – *frequência* e *duração* – procedemos à construção de uma variável, que embora ordinal se reveste de natureza qualitativa, e que exprime o diferencial de *intensidade* manifesto pelas trajectórias de homens e mulheres.

Conforme se depreende do quadro 9.7, do cruzamento das categorias que estruturam a frequência e a duração resultaram vários níveis de intensidade, que se articulam entre a *reduzida* e a *elevada* frequência, manifestas num *curto* ou *longo* período de tempo.

A pertença dos indivíduos a cada categoria de género e grupo de trajectórias, e respectiva distribuição pelos diversos níveis de intensidade da actividade delincente, revelou diversificação quer em função dos grupos de trajectórias, quer em função do género. No que respeita a diferenças entre categorias de género apenas no grupo de trajectórias cuja experiência na delinquência se situa estritamente na fase da juventude é que se demonstrou que entre sexos não existem diferenças significativas; nos outros dois grupos de trajectórias, a distribuição dos indivíduos pelos diversos níveis de

expressividade da intensidade delinquencial, revelou diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres.

Quadro 9.8 Indivíduos *reincidentes*, grupos de trajectórias, intensidade da actividade delinquente e sexo

INTENSIDADE	JUVENTUDE				VIDA ADULTA				TRANSVERSAL			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
reduzida Actividade / curta Duração	122	69,7	54	74,0	220	56,4	128	73,1	52	10,1	13	10,5
reduzida Actividade / longa Duração	24	13,7	3	4,1	88	22,6	27	15,4	199	38,7	57	46,0
elevada Actividade / curta Duração	16	9,1	10	13,7	32	8,2	9	5,1	4	0,8	4	3,2
elevada Actividade / longa Duração	13	7,4	5	6,8	50	12,8	11	6,3	259	50,4	50	40,3
<i>Indeterminado</i>			1	1,4								
TOTAIS	175	100,0	73	100,0	390	100,0	175	100,0	514	100,0	124	100,0

Juventude: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,137.

Vida Adulta: Qui-quadrado $p = 0,012$; V de Cramer = 0,140.

Transversal: Qui-quadrado $p = 0,111$; V de Cramer = 0,097.

Desse modo, embora não se registem diferenças significativas no grupo de trajectórias que limita a experiência da delinquência à fase da juventude, os dados apontam para um claro predomínio do nível de intensidade caracterizado por reduzida actividade e curta duração; ou seja, de uma forma clara a maioria, tanto de rapazes como de raparigas, tendem a expressar condutas reincidentes no crime (nunca superiores a 5 registos) num relativo limitado intervalo de tempo (nunca superior a 4 anos). Os restantes níveis de intensidade são manifestamente minoritários neste grupo trajectorial, denotando-se nesse âmbito uma maior associação dos rapazes ao nível de intensidade caracterizada por reduzida actividade e longa duração (superior a 4 anos), e as raparigas ao nível de intensidade classificado como elevada actividade (superior a 4 registos) e curta duração (inferior a 4 anos).

No grupo de trajectórias cuja experiência delinquente se expressa apenas na fase da vida adulta, embora os dois sexos apresentem uma elevada representatividade de indivíduos no nível de intensidade caracterizado por reduzida actividade (nunca superior a 5 registos) e curta duração (nunca superior a 4 anos), as diferenças de género manifestam-se essencialmente através de uma maior representatividade feminina no referido nível de intensidade, e de uma maior representação masculina nos restantes níveis de intensidade, caracterizados pela elevada actividade (superior a

6 registos), ora em curta (até 4 anos), ora em longa duração (mais de 4 anos), e pela reduzida actividade e longa duração.

O grupo de trajectórias criminais caracterizado pela transversalidade da experiência delinvente, iniciada na fase da juventude e continuada pela vida adulta, apresenta níveis de intensidade que revelam diferenças estatisticamente significativas entre categorias de género. No âmbito do tipo de expressividade manifestada pelos três grupos de trajectórias, este grupo de trajectórias apresenta uma maior proporção de indivíduos de ambos os sexos em níveis de intensidade caracterizados essencialmente pela longa duração da expressão delinvente (superior a 4 anos); tal facto é condicente com a própria estrutura do grupo (caracterizado por indivíduos que independentemente do nível de actividade criminal, a enquadram num intervalo de tempo dilatado – obrigatoriamente da juventude à vida adulta), todavia no plano das diferenças de género, verifica-se uma maior proporção de indivíduos do sexo masculino no nível de intensidade caracterizado pela elevada actividade (superior a 6 registos) e longa duração (superior a 4 anos), e uma maior proporção de indivíduos do sexo feminino no nível de intensidade expresso através da reduzida actividade (nunca superior a 5 registos) e longa duração. A actividade criminal dos homens, por comparação à expressa pelas mulheres, tende a apresentar índices de intensidade que revelam um nível de participação na delinquência mais persistente e duradouro.

Tendo-se caracterizado os percursos criminais em função da estrutura delinvente, e do espectro temporal em que os indivíduos manifestaram a conduta delinvente, importa prosseguirmos no sentido de percebermos em que medida o pico da idade no cometimento dos crimes tende a emergir em função das estruturas trajectoriais e de género.

Pico da idade

Conforme temos vindo a demonstrar, o processo de análise da expressividade trajectorial da acção delinvente dos indivíduos é composto por variáveis de natureza diversa. O *pico da idade* no cometimento de crimes constitui um indicador do expoente máximo do nível de participação no crime (através da frequência), por relação a determinado momento (idade) em que esse máximo de frequências tende a

ocorrer. Podemos medi-lo através da determinação da média ou da moda; o primeiro afere, por relação à dimensão da amostra de que depende e independentemente do tipo de distribuição das frequências ao longo da idade, o ponto médio (idade) teórico produzido entre o produto das frequências e o desenrolar da idade dos indivíduos durante a qual as participações ocorreram; o segundo possibilita a identificação da idade que evidencia o maior número de frequências associadas. O pico da idade constitui-se assim numa espécie de corolário quantitativo de determinado tipo de actividade, sendo por vezes referido, consoante a matéria em análise, como ponto crítico da expressão do fenómeno – no presente caso, a manifestação da delinquência em função do género e das fases distintas do ciclo de vida do Indivíduo – os grupos de trajectórias criminais.

Quadro 9.9 Evolução da participação no crime ao longo da idade, em indivíduos *reincidentes* pertencentes a cada um dos três grupos de trajectórias e sexo

IDADE	JUVENTUDE				VIDA ADULTA				TRANSVERSAL			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
16	33	4,8	4	1,4					106	2,5	4	0,5
17	49	7,2	13	4,6					110	2,6	17	2,3
18	49	7,2	6	2,1					112	2,7	13	1,8
19	62	9,1	21	7,5					156	3,7	25	3,4
20	64	9,4	28	10,0					183	4,4	32	4,3
21	67	9,8	20	7,1					183	4,4	36	4,9
22	63	9,2	45	16,1					198	4,8	35	4,7
23	91	13,3	65	23,2					212	5,1	44	5,9
24	96	14,0	48	17,1					284	6,8	77	10,4
25	110	16,1	30	10,7					390	9,4	75	10,1
26					150	8,1	64	10,6	316	7,6	77	10,4
27					159	8,6	85	14,0	269	6,5	54	7,3
28					208	11,2	72	11,9	268	6,4	64	8,6
29					189	10,2	73	12,0	282	6,8	43	5,8
30					173	9,3	67	11,1	199	4,8	43	5,8
31					161	8,7	50	8,3	162	3,9	24	3,2
32					196	10,5	61	10,1	206	4,9	20	2,7
33					118	6,4	42	6,9	150	3,6	29	3,9
34					146	7,9	34	5,6	138	3,3	11	1,5
35					147	7,9	16	2,6	89	2,1	9	1,2
36					87	4,7	21	3,5	101	2,4	9	1,2
37					124	6,7	21	3,5	53	1,3		
TOTAIS	684	100,0	280	100,0	1.858	100,0	606	100,0	4.167	100,0	741	100,0

Conforme se depreende da estrutura de cada grupo de trajectórias criminais, a evolução do nível de participação no crime de cada grupo de trajectórias tende a variar na medida em que os grupos se diferenciam em função das fases de desenvolvimento em que o indivíduo revelou comportamentos transgressivos de âmbito penal.

Quadro 9.10 Índices estatísticos, grupos de trajectórias, idade em que se alcançou o pico da delinquência e sexo

MEDIDAS DE ESTATÍSTICA	JUVENTUDE		VIDA ADULTA		TRANSVERSAL	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Média	21	22	31	30	26	26
Moda	25	23	28	27	25	24/26

No grupo de trajectórias *limitado à fase da juventude*, a distribuição da participação no crime em função do género ao longo do período compreendido entre os 16 e os 25 anos de idade, revela que o comportamento dos rapazes tende a pronunciar uma evolução continuamente crescente até ao limite da idade deste grupo de trajectórias, alcançando um máximo de registos aos 25 anos de idade, e uma média de participação que se situa nos 21 anos. As raparigas, por seu lado, manifestam uma evolução mais irregular, alcançando mais cedo o pico de participação no crime – 23 anos – e uma média, ligeiramente mais tarde que os rapazes, aos 22 anos.

Nas trajectórias caracterizadas pela estrita participação no crime durante a fase da vida adulta, ou seja, no intervalo compreendido entre os 26 e os 37 anos de idade, verifica-se uma tendência evolutiva relativamente similar nos dois sexos, constatando-se o culminar do pico da delinquência logo nos primeiros anos – aos 28 e 27 anos, respectivamente para homens e mulheres – mas com uma média sensivelmente mais tarde – respectivamente aos 31 e 30 anos – iniciando-se a partir dos 32 anos de idade, em ambos os sexos, uma tendência definitivamente decrescente ao nível das participações, evoluindo a partir dessa idade para índices sucessivamente mais baixos que os revelados logo no início da trajectória.

No que se refere ao grupo de trajectórias que se caracteriza pelo evolutivo envolvimento na delinquência juvenil e na vida adulta, não se registam diferenças significativas entre sexos. Os indivíduos do sexo masculino tendem a evoluir a partir

da fase da adolescência de uma forma mais rápida, todavia as raparigas por volta dos 19 anos de idade alcançam, em termos proporcionais, o índice dos rapazes, evoluindo de forma crescente e em relativa paridade até ao final da fase da juventude, alcançando aí o pico da delinquência na transição para a vida adulta – os rapazes aos 25, e as raparigas no intervalo entre os 24 e os 26 anos de idade – de alguma forma corroborado pela média de idade – 26 anos. A partir da entrada na vida adulta, tanto homens como mulheres tendem a declinar o nível de participação no crime, um pouco mais vertiginoso no sexo feminino que no sexo masculino.

Os índices de expressividade de determinado fenómeno constituem-se invariavelmente em indicadores de parte do potencial de significado do objecto em análise. Importa, de modo a reduzir ao máximo o enviesamento da interpretação, identificar de onde decorrem (em que contexto), e a que tipo de fenómeno respeitam, para que desse modo possam acrescentar valor à produção de conhecimento. A moda e a média enunciadas inserem-se no processo de detecção e registo de ilícitos criminais desenvolvido pelas instituições formais de controlo social – no caso em estudo, da Polícia Judiciária. Procuraremos no item seguinte explorar uma dimensão mais qualitativa do fenómeno da delinquência, procurando interpretar a expressividade da *co-participação* nos limites do quadro da análise de trajectórias de grupos.

Co-participação

Constituindo o crime um facto que decorre da vivência em sociedade, reactivo à forma como a estrutura normativa prevê comportamentos, adesão a convenções e valores, a transgressão constitui um dos potenciais resultados da interacção que o indivíduo desenvolve no quotidiano com outros. Decorre, do estabelecimento de acordos, de vontades, de sinergias, de empreendimentos de valorização comum. Nesse sentido, a expressividade da delinquência enquanto conduta humana, poderá não decorrer apenas e só do comportamento de determinado indivíduo, mas da convergência de várias vontades e acções que se interceptam no cometimento da transgressão. Em suma, o delito não constitui necessariamente acto da vontade de determinado indivíduo isolado que age apenas na primeira pessoa, constitui-se

também expressão de determinado tipo de cumplicidades e de associações estabelecidas entre indivíduos.

Ao longo da vida o indivíduo co-relaciona-se com inúmeros actores, integra grupos nos mais variados contextos, das relações primárias estabelecidas ao nível da família e dos grupos de pares, às relações de carácter secundário ao nível da esfera do trabalho e de outras dimensões expressivas da sociabilidade do indivíduo. É no desenvolvimento da interacção do indivíduo com os outros, nos encontros e desencontros do quotidiano, que estabelece afiliações a determinados valores e estilos de vida, estruturantes do quadro de referência a partir do qual percepção e interpreta a realidade social.

A identidade social de género desempenha uma influência relevante na distribuição tanto de papéis, como de estatuto. O modo como rapazes e raparigas são socializados, por forma a inscreverem nas suas existências os papéis e o estatuto de género que lhes estão reservados, implica desde tenra idade a aplicação de formas de supervisão diferenciadas, assim como níveis de inter-relacionamento distintos com os vários actores da vida quotidiana.

De que modo, homens e mulheres, reincidentes, diferenciados em função do momento em que inscreveram a experiência com a delinquência em determinada fase das suas vidas, estabelecem convívios com outros para o cometimento de crimes?

Os dados que constam do quadro 9.11 referem-se aos vários tipos de associações de género que os indivíduos estabeleceram no cometimento dos crimes que lhes estão associados. Daí que em termos de interpretação dos mesmos, à guisa de exemplo, determinado indivíduo ao longo do seu percurso criminal, pode ter cometido determinados crimes sem recurso a qualquer tipo de co-participação, e outros em que para o seu cometimento se envolveu em vários tipos de co-participação. A configuração de determinada co-participação no crime depende assim, para além da identidade de género e da fase de desenvolvimento bio psicossocial em que o indivíduo se encontra, do tipo de recursos disponíveis para delinquir, do nível de capital social, humano e relacional, e do tipo de crime em causa.

Procurámos estruturar as várias categorias de co-participação, tendo como primeira referência a existência ou não de co-participação. Nos casos em que se verificou determinada co-participação, estabelecemos uma série de relações entre a

co-participação com mais um indivíduo, ou com mais do que um indivíduo, e a pertença de género desses co-participantes. Os dados que se apresentam no quadro seguinte estabelecem a associação articulada entre tipos de co-participação no crime e a frequência no seu cometimento.

Quadro 9.11 Indivíduos *reincidentes*, grupos de trajetórias, associação aos vários tipos de co-participação e sexo¹⁴

CO-PARTICIPAÇÃO	JUVENTUDE		VIDA ADULTA		TRANSVERSAL	
	M	F	M	F	M	F
	%	%	%	%	%	%
Sem co-participantes	68,6	52,1	50,8	26,9	74,9	42,7
1 Masculino	33,7	41,1	39,2	43,4	60,9	54,0
1 Feminino	4,6	9,6	7,9	8,6	14,0	21,0
2 ou + Masculino	35,4	15,1	34,9	28,0	50,2	38,7
2 ou + Feminino		2,7	0,3	6,3	1,0	4,8
2 ou + Masculino e Feminino	9,7	11,0	22,3	41,1	32,9	41,1

No grupo de trajetórias *limitado à fase da juventude*, o nível de co-participação no cometimento dos crimes, revela algumas diferenças entre categorias de género. Embora mais de metade dos percursos criminais de rapazes e raparigas esteja marcado pelo envolvimento na criminalidade sem recurso a qualquer tipo de co-autoria ou cumplicidade, os rapazes tendem a distinguirem-se significativamente das raparigas, por se envolverem na criminalidade, ora de forma individual, ora no contexto de um grupo constituído por 2 ou mais indivíduos do sexo masculino. As raparigas tendem a desenvolver comportamentos delinquentes no contexto de grupos constituídos por 1 indivíduo do sexo masculino, e de forma diminuta mas significativa em grupos compostos exclusivamente por 2 ou mais indivíduos do sexo feminino.

¹⁴ *Sem co-participantes* – juventude: $p=0,014$ e V de Cramer= $0,157$; vida adulta: $p=0,000$ e V de Cramer= $0,223$; transversal: $p=0,000$ e V de Cramer= $0,274$.

1 Masculino – juventude: $p=0,269$ e V de Cramer= $0,070$; vida adulta: $p=0,347$ e V de Cramer= $0,040$; transversal: $p=0,162$ e V de Cramer= $0,055$.

1 Feminino – juventude: $p=0,131$ e V de Cramer= $0,096$; vida adulta: $p=0,802$ e V de Cramer= $0,011$; transversal: $p=0,054$ e V de Cramer= $0,076$.

2 ou + Masculino – juventude: $p=0,001$ e V de Cramer= $0,204$; vida adulta: $p=0,108$ e V de Cramer= $0,068$; transversal: $p=0,022$ e V de Cramer= $0,091$.

2 ou + Feminino – juventude: não estão preenchidas as condições de execução do Qui-quadrado, V de Cramer= $0,140$; vida adulta: não estão preenchidas as condições de execução do Qui-quadrado, V de Cramer= $0,193$; transversal: $p=0,003$ e V de Cramer= $0,118$.

2 ou + Masculino e Feminino – juventude: $p=0,767$ e V de Cramer= $0,019$; vida adulta: $p=0,000$ e V de Cramer= $0,194$; transversal: $p=0,083$ e V de Cramer= $0,069$.

A expressividade dos diversos níveis de co-participação no grupo de trajectórias *a partir da vida adulta* tende a revelar configurações estatisticamente significativas, evidenciando diferenças entre categorias de género essencialmente nos tipos de co-participação caracterizados pela ausência de associação a outros indivíduos e pelo envolvimento em grupos, ora constituídos por 2 ou mais indivíduos do sexo feminino, ora por grupos mistos de 2 ou mais indivíduos de cada sexo. Ao longo da sequência delitiva, e em termos proporcionais, os homens tendem a manifestar a delinquência de forma individual, e as mulheres fundamentalmente com recurso à co-autoria ou à cumplicidade de 1 indivíduo do sexo masculino. Em termos de diferenciação, estatisticamente significativa, os homens distinguem-se das mulheres essencialmente por se envolverem mais no crime sem recurso à ajuda de outros, e as mulheres por integrarem, proporcionalmente mais vezes, grupos de indivíduos, ora constituídos exclusivamente por indivíduos do sexo feminino, ora por indivíduos de ambos os sexos. Os dois sexos revelam associações similares e de alguma relevância a configurações constituídas por 1 indivíduo, do sexo masculino ou feminino, e em grupos constituídos por 2 ou mais homens.

À semelhança do referido nos grupos trajectoriais anteriores, nas trajectórias criminais caracterizadas pela continuidade da delinquência nas fases da juventude e da vida adulta, entre categorias de género denotam-se algumas diferenças ao nível da co-participação. Na sequência do revelado no grupo de trajectórias *a partir da vida adulta*, mas de forma ainda mais acentuada, as sequências delitivas masculinas *transversais às fases da juventude e da vida adulta* encontram-se marcadas por evidenciarem um grau muito elevado de actuação estritamente individual, e as mulheres por revelarem uma configuração bastante significativa de co-participação ao nível da associação com mais 1 indivíduo do sexo masculino; estas constituem as expressões, proporcionalmente mais representadas em cada categoria de género. No plano da significação estatística, demonstrativo de diferenças entre sexos, evidencia-se uma maior representatividade masculina nas formas de actuação em que não existe qualquer tipo de co-autoria ou cumplicidade, assim como no contexto de grupo estritamente composto por indivíduos do sexo masculino; as mulheres evidenciam-se do sexo masculino essencialmente por integrarem grupos de indivíduos compostos por 2 ou mais indivíduos do seu sexo. Encontramos também similitudes entre categorias de género, em particular nos grupos compostos, ora por 1 indivíduo do

sexo masculino ou feminino, ora em grupos compostos por 2 ou mais indivíduos de ambos os sexos.

Não obstante a relevância do nível de participação no crime sem recurso à co-autoria ou cumplicidade, em qualquer das categorias de género e dos grupos de trajectórias criminais, a participação na delinquência tende a ser efectuada no contexto de grupo, frequentemente em ambos os sexos através da associação a mais 1 indivíduo do sexo masculino, ou mesmo a grupos compostos por 2 ou mais indivíduos, geralmente do sexo masculino; quer homens, quer mulheres, tendem a revelar maioritariamente co-participações com indivíduos do sexo masculino. O nível de co-participação mais elevado com configurações estritamente femininas ou mistas (compostas por indivíduos de ambos os sexos), é expresso fundamentalmente pelas mulheres, as quais em qualquer dos grupos de trajectórias apresentam índices proporcionalmente mais elevados que os homens.

Constituindo o crime um acto que radica eminentemente na capacidade de responsabilidade individual, os dados apontam para que ao longo do desenvolvimento da sequência delitiva de ambos os sexos, uma crescente proporção dos delitos cometidos tendem a ser perpetrados mediante a configuração de determinado nível de co-autoria e/ou cumplicidade.

Mobilidade criminal

A sequência delitiva manifesta-se no tempo e no espaço. Tendo sido abordada a dimensão do tempo, importa debruçarmo-nos sobre a expressividade do encadeamento delitivo no plano do espaço. O conceito de mobilidade criminal remete o centro da análise para o local onde o delito foi cometido; em que medida a sequência da acção do indivíduo tende a adquirir determinado tipo de expressão no espaço?

O estudo do grau de mobilidade do indivíduo, permite determinar o tipo de volubilidade espacial do comportamento daquele que delinquí, podendo desse modo, ser revelador no plano criminológico, do nível de constância, mutabilidade e versatilidade da capacidade do indivíduo ao delinquir, e por outro lado, no plano do controlo social, da investigação criminal e da prossecução da justiça, ser revelador do

grau de dificuldade que as instituições oficiais de controlo social se deparam para proceder ao exercício da análise de informação criminal com vista a estabelecer ligações entre os vários locais onde os crimes ocorreram, por vezes distantes entre si, e a identidade do autor dos mesmos.

O articulado das várias categorias que formam a variável *mobilidade criminal* encontra-se organizado com referência às designações previstas pela divisão administrativa do território – para o caso: *concelho* e *distrito* – até ao nível internacional, por forma a estabelecer uma relação entre os vários crimes cometidos e determinado nível de expressividade criminal no espaço. Daí que a escala varie entre os limites do concelho e o território de vários países.

Em qualquer dos grupos de trajectórias criminais registaram-se, em alguns indivíduos, níveis de indeterminação da mobilidade criminal, em particular no grupo de trajectórias *limitado à fase da juventude*. A interpretação do quadro que se segue permitirá aferir em que medida os indivíduos reincidentes, pertencentes aos vários grupos de trajectórias criminais em estudo, tendem, em função do género, a exprimir o nível de mobilidade criminal.

Quadro 9.12 Indivíduos *reincidentes*, grupos de trajectórias, mobilidade criminal e sexo

MOBILIDADE CRIMINAL	JUVENTUDE				VIDA ADULTA				TRANSVERSAL			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Vários crimes no mesmo concelho	47	26,9	21	28,8	150	38,5	61	34,9	172	33,5	38	30,6
Vários crimes em diferentes concelhos do mesmo distrito	18	10,3	5	6,8	52	13,3	36	20,6	98	19,1	21	16,9
Vários crimes em diferentes distritos	7	4,0	3	4,1	50	12,8	26	14,9	75	14,6	30	24,2
Vários crimes em diferentes países					25	6,4	2	1,1	26	5,1	5	4,0
<i>Indeterminado</i>	103	58,9	44	60,3	113	29,0	50	28,6	143	27,8	30	24,2
TOTAIS	175	100,0	73	100,0	390	100,0	175	100,0	514	100,0	124	100,0

Juventude: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,084.

Vida Adulta: Qui-quadrado $p = 0,015$; V de Cramer = 0,175.

Transversal: Qui-quadrado $p = 0,115$; V de Cramer = 0,113.

Em termos de distribuição proporcional dos indivíduos pelos diversos níveis de mobilidade criminal, em qualquer das categorias de género dos três grupos de trajectórias, o índice mais elevado é revelado pelo nível mais limitado de mobilidade – concelho. Com a excepção do grupo de trajectórias *a partir da vida adulta*, os outros dois grupos de trajectórias, em termos estatísticos, não revelam indicadores de

significância demonstrativos de diferenças entre sexos. Em qualquer das trajectórias em estudo o nível de mobilidade da maioria dos indivíduos não ultrapassa o limite administrativo do distrito.

Os índices de maior mobilidade criminal registam-se no grupo de trajectórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta*, nos dois sexos, em particular ao nível da participação criminal em vários distritos, e no sexo feminino, ao nível da participação em formas criminais que decorreram em vários países – caso frequente do tráfico de droga.

Efectivamente, no plano da significância estatística, apenas no grupo de trajectórias *a partir da vida adulta* se revelam diferenças entre sexos, essencialmente pela constatação de um maior índice de mobilidade do sexo masculino, em particular ao nível da participação em crimes cujo resultado, embora ocorra em Portugal, a acção delituosa tende a desenvolver-se em vários países.

Variedade transgressiva

Uma das variáveis de natureza qualitativa, embora de tipo ordinal, indiciadora da complexidade do percurso delinvente, centra-se na identificação da tipologia criminal que enforma a sequência delitiva – a potencial variedade transgressiva. Procura-se aferir se os indivíduos tendem a reincidir no mesmo tipo de crime, ou se expressam uma dispersão delinqüencial por vários tipos de crimes.

Entronca-se nesta ordem de análise, a discussão se o comportamento delinvente tenderia para uma potencial especialização em determinada área criminal ou tipo de crime – pressupondo-se um acumular de experiência e de aperfeiçoamento no cometimento de determinado tipo de crime – ou se pelo contrário, ao participar no crime, a acção do indivíduo tenderia a transgredir uma pluralidade de normas que prevêm a defesa de valores bem diferenciados – pressupondo o desenvolvimento da conduta delinvente sem uma linha estratégica que implicasse a especialização.

As categorias da variável *variedade transgressiva* encontram-se estruturadas em função do número de tipos de crimes (*grupos de crimes*) cometidos pelos indivíduos.

Quadro 9.13 Indivíduos *reincidentes*, grupos de trajetórias, quantidade de tipos de crimes e sexo

TIPOS DE CRIMES COMETIDOS	JUVENTUDE				VIDA ADULTA				TRANSVERSAL			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Só 1 tipo	66	37,7	35	47,9	105	26,9	58	33,1	56	10,9	15	12,1
2 tipos	72	41,1	25	34,2	168	43,1	82	46,9	151	29,4	41	33,1
3 tipos	33	18,9	9	12,3	64	16,4	27	15,4	123	23,9	37	29,8
> 3 tipos	4	2,3	4	5,5	53	13,6	8	4,6	184	35,8	31	25,0
TOTAIS	175	100,0	73	100,0	390	100,0	175	100,0	514	100,0	124	100,0

Juventude: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,181.

Vida Adulta: Qui-quadrado $p = 0,033$; V de Cramer = 0,146.

Transversal: Qui-quadrado $p = 0,210$; V de Cramer = 0,123.

A distribuição da variedade transgressiva, por relação ao sexo, apenas adquire expressão estatisticamente significativa no grupo de trajetórias criminais *a partir da vida adulta*. No grupo de trajetórias associado estritamente à expressividade criminal durante a fase da juventude, não obstante a esmagadora maioria dos indivíduos de ambos os sexos (cerca de 80,0%) inscreverem nas suas trajetórias, no máximo, 2 tipos de crimes diferentes, os rapazes revelam proporcionalmente um nível ligeiramente mais elevado de variedade transgressiva que as raparigas, em particular quando as sequências criminais se compõem por 3 ou mais tipos de crimes diferentes.

Noutro sentido, mas também sem qualquer relevância estatística, os indivíduos dos dois sexos que inscrevem a delinquência nas suas vidas de uma forma mais prolongada, abrangendo a juventude e a vida adulta, tendem a exprimir uma sequência delitiva mais diversificada; cerca de 60,0% dos indivíduos experimentaram pelo menos 3 tipos de crimes diferentes.

Efectivamente, só no grupo de trajetórias em que a experiência criminal se inicia na fase adulta é que o nível de variedade transgressiva em função do sexo tende a revelar algumas diferenças estatisticamente significativas. Embora a maioria dos homens e das mulheres que estruturam este grupo exprimam sequências delitivas compostas, no limite por 2 tipos de crimes, os homens revelam uma variedade delinquencial mais acentuada que as mulheres, em particular nas trajetórias criminais cuja estrutura delinquencial se compõe por uma variedade superior a 3 tipos de crimes.

Tanto no grupo de trajectórias *limitado à fase da juventude*, como no grupo *a partir da vida adulta*, a maioria das sequências delitivas são compostas no máximo por 2 tipos de crimes diferentes; no grupo de trajectórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta* dominam as sequências mais diversificadas em tipos de crimes, todavia em termos de significância estatística por relação ao género, só no grupo de trajectórias *a partir da vida adulta* é que se aferem diferenças significativas, manifestas essencialmente pela maior variedade delitiva expressa pelos homens.

9.3 Incidência e sequência transgressiva

A expressividade da delinquência no tempo e no espaço, remete a dimensão da análise para o tipo de actividade delinvente que os indivíduos tendem a manifestar. Tendo-se finalizado a aferição do nível de participação no crime através da análise da frequência e da determinação do pico da idade, do tipo de duração e da intensidade da experiência delinvente, do grau de co-participação e de mobilidade criminal, importa tendo por base o estudo qualitativo do tipo de sequência delitiva manifesta pelos indivíduos, determinar o tipo de especificidade que a reincidência adquire ao nível dos valores jurídicos que vão sendo transgredidos pelo comportamento do Indivíduo. No âmbito da expressividade criminal, exploraremos a alternância criminal, e sua composição, por relação aos diversos grupos de trajectórias e ao género.

O desenvolvimento de tal objectivo assentará, com base no recurso à *regressão logística* em ambiente SPSS, na determinação do impacto que os vários tipos de crimes detêm na estrutura dos grupos de trajectórias em estudo. Com base na identificação dos vários tipos de crimes estatisticamente significativos na produção de diferenciação e especificidade trajectorial, procuraremos articular tais resultados com vários instrumentos e técnicas de análise de dados, inclusos em anexo ao presente estudo, e que poderemos referir como sendo compostos: (1) pela *representação gráfica das trajectórias* através da demonstração da sequência dos vários tipos de crimes que as compõem, mediante a aplicação do instrumento de análise de informação *Analyst's Notebook*; (2) pelo estudo da *incidência* dos diversos tipos de crimes, recorrendo para tal à definição do conceito de *incidência* desenvolvido por Marcelo Aebi (2004; 2007); e (3) pela *análise sequencial de antecedentes* dos

diversos tipos de crimes, através da qual se procurará aferir que tipos de crimes tendem a anteceder a ocorrência de determinado tipo de crime.

Procuraremos estudar a alternância criminal, seguindo o desenvolvimento sequencial dos vários tipos de crimes nas trajectórias, descortinando o encadeamento delinquencial que as compõem – a disposição dos vários tipos de crimes nas trajectórias segundo a enunciação de determinada ordem, procurando na medida do possível, com recurso à regressão logística a estimação de factores comuns e específicos, quer aos três grupos de trajectórias, quer às categorias de género. O objectivo do exercício que propomos centra-se na determinação da diferenciada constelação de sequências delitivas compostas pelos vários tipos de crimes que se inscrevem nas trajectórias, assim como, na identificação de potenciais sequências que pela repetição e similitude, possam indiciar a identificação de elementos preditores subjacentes ao desenvolvimento do percurso delinquente em ambos os sexos.

Recorrendo ao instrumento de análise de informação *Analyst's Notebook*, procedemos à *representação gráfica do desenvolvimento das trajectórias*, tendo para o efeito restringido a análise ao encadeado sequencial enunciado pelos primeiros quatro registos-crime inscritos nas trajectórias. Para tal, foi efectuado o estudo da sequência trajectorial, tendo como referência o primeiro tipo de crime na trajectória, por relação aos três grupos de trajectórias criminais e ao género. A interpretação da expressão gráfica que referimos será complementada pelo estudo da *incidência* e pelos resultados da *análise sequencial de antecedentes*, a qual procura aferir o tipo de expressão sequencial de cada tipo de crime, diferenciado em função do grupo de trajectórias e do género; em suma, procuraremos perceber em que medida a ocorrência de determinado tipo de crime no percurso criminal tende a ser precedido pelos restantes tipos de crimes.

O aprofundamento de tal matéria requer que determinemos o número de indivíduos que tendem, pelo menos uma vez, a cometer cada um dos vários tipos de crimes em estudo, assim como à determinação do número de vezes que esses tipos de crimes são cometidos pelos indivíduos. Para tal importa recorrer aos conceitos de *prevalência* e de *incidência*. Recorrendo ao pensamento de Aebi (2004; 2007), no âmbito do presente estudo, o conceito de prevalência traduz-se pelo número de indivíduos que num determinado intervalo de tempo cometeram pelo menos uma vez

um certo tipo de crime. E o conceito de incidência, como sendo o número de vezes que determinado tipo de crime foi cometido num determinado período.

Neste âmbito, a incidência constitui-se numa das variáveis estruturantes da análise da reincidência, na medida em que se procura determinar em que medida os indivíduos ao terem experimentado pela primeira vez o crime, tendem a repetir comportamentos da mesma natureza, e em que tipos de crime. Funda-se num exercício complementar à interpretação desenvolvida no estudo da variedade delitiva, procurando assim determinar em que tipos de crimes é que os indivíduos poderão revelar algum indicio de especialização.

O estudo da manifestação da violência, atendendo à sua relevância na ordem das prioridades da administração da justiça e da influência na produção de representações relativas ao sentimento de insegurança por parte do cidadão comum, será abordado e desenvolvido de forma autónoma.

A operação de regressão logística sobre o tipo de expressividade criminal de reincidentes possibilita a ordenação dos tipos de crimes que tendem a ser mais representativos ou determinantes em cada grupo de trajectórias, considerando para tal o tipo de expressividade criminal de todos os indivíduos do respectivo grupo trajectorial, independentemente da estrutura delinquencial que apresentem; em que medida os diversos tipos de crimes são determinantes na configuração e na caracterização de determinada especificidade trajectorial de indivíduos reincidentes, pertencentes a cada grupo trajectorial, assim como a cada categoria de género?

O grupo de trajectórias criminais limitado à fase da juventude

Conforme se depreende da interpretação do quadro 9.14, a influência que os vários tipos de crimes detêm sobre a determinação do percurso delinquente limitado à fase da juventude é diferente para rapazes e raparigas. As trajectórias criminais dos rapazes são determinadas por um maior número de tipos de crimes que os revelados nas trajectórias expressas pelas raparigas (9 nos rapazes, e apenas 2 nas raparigas), o que à partida poderá constituir um indicador de diferenciação ao nível da complexidade delitiva expressa por indivíduos do sexo masculino.

Enquanto que nas trajectórias do sexo masculino se denota a influência da violência na determinação da especificidade da sequência delitiva, nas trajectórias do sexo feminino a violência não se revela determinante na caracterização da especificidade da sequência delitiva das raparigas. Embora a violência não seja objecto de análise no presente ponto, só na esfera da delinquência masculina é que se revela estatisticamente significativo a manifestação de grupos de crimes que tendem a afectar a esfera pessoal das pessoas, nomeadamente através da integridade física, da liberdade pessoal, da liberdade e da autodeterminação sexual, e de outros que embora contra as pessoas se revestem de menor gravidade.

Quadro 9.14 Tipos (grupos) de crimes determinantes no grupo de trajectórias de reincidentes *limitado à fase da juventude*

TIPOS DE CRIMES	<i>Odds Ratio</i> Masculino	TIPOS DE CRIMES	<i>Odds Ratio</i> Feminino
Contra Património Sem Violência	1,341	Vida em Sociedade	0,491
Integridade Física	0,398	Droga	0,331
Sexuais	0,386	Sexuais	**
Estatisticamente Minoritários	0,304	Estatisticamente Minoritários	**
Vida em Sociedade	0,277	Contra Património Sem Violência	**
Droga	0,242	Integridade Física	**
Liberdade Pessoal	0,185	Liberdade Pessoal	**
Contra as Pessoas Menos Graves	0,121	Contra as Pessoas Menos Graves	**
Estado	0,062	Estado	**
Vida	**	Vida	**
Contra Património Com Violência	**	Contra Património Com Violência	**
Emissão Cheque Sem Provisão	**	Emissão Cheque Sem Provisão	**
Nagelkerke R ²	0,202	Nagelkerke R ²	0,110
Qui-quadrado do Modelo	237,070	Qui-quadrado do Modelo	54,258

** Sem contribuição significativa (Sig.>0,050)

Entre rapazes e raparigas que tendem a reincidir na delinquência estritamente durante a fase da juventude, denota-se, como se tem vindo a referir, uma clara diferença entre sexos. O envolvimento na droga e na criminalidade contra a vida em sociedade (maioritariamente composta pelas falsificações) constituem-se nos tipos de crimes de maior influência na determinação da especificidade trajectorial das raparigas. Não obstante tais tipos de crimes figurarem também como estatisticamente significativos na caracterização da constelação delitiva masculina, o tipo de crime que marca definitivamente a expressividade masculina caracteriza-se pela predação

patrimonial sem recurso à violência (furtos); a ponderação da relevância estatística dos restantes tipos de crimes que caracterizam a estrutura delinquencial dos rapazes fica aquém do grupo de crimes contra o património sem violência.

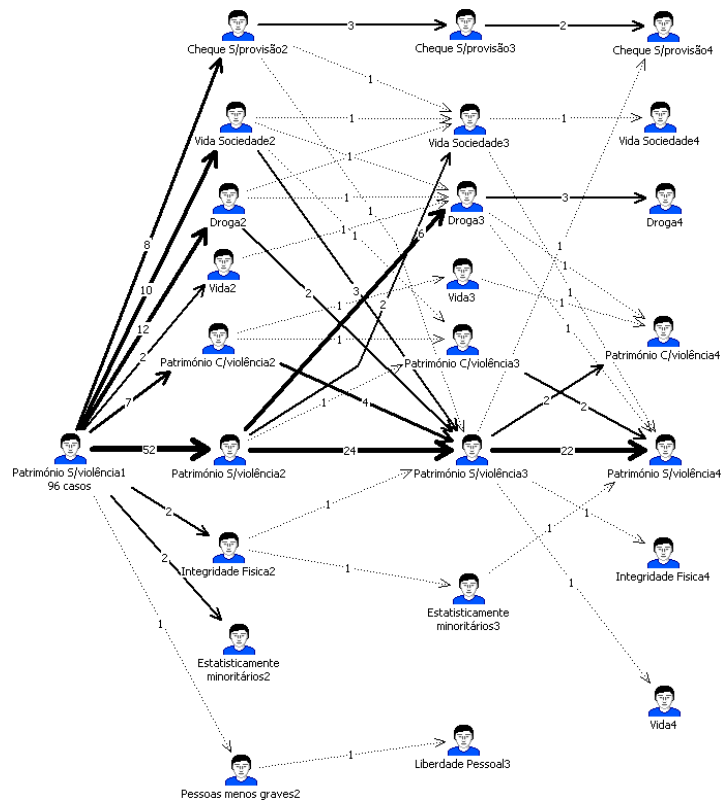
Enquanto que na configuração trajectorial das raparigas os tipos de crimes contra a vida em sociedade e a droga se revelam os únicos grupos de crimes com capacidade para determinar significativamente a configuração das trajectórias do sexo feminino, nas trajectórias delinquentes dos rapazes, o grau de ponderação desses tipos de crimes nas sequências delitivas masculinas fica aquém do revelado no universo feminino. Nas trajectórias do sexo masculino os grupos de crimes referidos surgem também como estatisticamente determinantes mas, com menor impacto que os tipos de crimes contra o património sem violência, integridade física, sexuais e estatisticamente minoritários.

A configuração das trajectórias criminais dos rapazes encontra-se marcada por outros tipos de crimes que se revelaram determinantes para a especificidade da transgressão masculina estritamente na fase juvenil. Remetendo a análise da influência da violência para item próprio (na qual nos debruçaremos sobre os grupos de crimes contra a integridade física; liberdade pessoal; contra as pessoas menos graves; e de natureza sexual), destaca-se para além dos já referidos, o envolvimento em crimes contra o Estado.

O grupo de crimes contra o património sem violência revela-se como sendo o grupo de crimes de maior determinação da constelação trajectorial dos rapazes.

Do estudo da análise sequencial de antecedentes expressa pela sequência delitiva dos rapazes, verifica-se que a maioria das frequências deste grupo de crimes tende a ser precedida por frequências pertencentes ao mesmo grupo de crimes (72,3% das frequências), encontrando tal facto confirmação no grau de reincidência sobre o mesmo tipo de crime que se revelou de nível elevado, em particular através da prática da subtracção; todavia importa sublinhar que para além da referida preponderância, se evidência uma pluralidade de antecedentes, que embora de expressão minoritária, se revelam com alguma expressão, dos quais se destacam a droga, a afectação de bens patrimoniais com recurso à violência e os crimes contra a vida em sociedade.

Figura 9.1 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime *contra o património sem recurso à violência*



Na fase da juventude, o envolvimento dos rapazes no grupo de crimes contra o património sem violência adquire particular expressão essencialmente através da prática reiterada de furtos (e de forma menos expressiva através da burla, da receptação, e do abuso de confiança), todavia importa sublinhar que numa proporção limitada dessas trajetórias a afectação sem violência de bens patrimoniais entrelaça-se com a droga, em particular com a dimensão do consumo, e com uma pluralidade de outros grupos de crimes, cuja maioria tende a afectar fundamentalmente a esfera do património (com recurso à violência, à emissão de cheques sem provisão, e às falsificações previstas no grupo de crimes contra a vida em sociedade), assim como, embora de menor expressão, a esfera pessoal do Indivíduo.

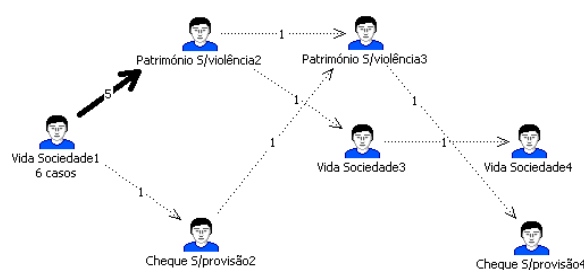
A participação em crimes contra o Estado consubstancia-se na prática de crimes contra a realização da justiça e em crimes de resistência ou de desobediência a determinações emanadas da autoridade pública, integrando-se no plano da sequência delitiva (constituída estritamente por crimes sem violência) como um tipo de crime que ocorre na sequência directa do cometimento de outro sobre o qual o Indivíduo se

encontra a ser processado pela justiça, visando fundamentalmente iludir ou elidir-se à realização da justiça. À semelhança do grupo de crimes anterior, o envolvimento dos rapazes em crimes referidos como estatisticamente minoritários revela-se reduzido, e tende a materializar-se essencialmente através da prática de delitos cometidos no exercício da condução de veículos rodoviários. Por outro lado, o envolvimento em delitos pertencentes ao grupo de crimes contra as pessoas menos graves, tende a ser precedido pelo furto. Em qualquer dos grupos de crimes em estudo, o grau de reincidência dos rapazes nos mesmos tipos de crimes é nulo.

Conforme ficou demonstrado na operação de regressão logística, tanto o envolvimento em crimes contra a vida em sociedade como na droga, revelou-se com potencial de influência na configuração das trajetórias criminais dos dois sexos, em particular na sequência delitiva expressa pelas raparigas.

O grupo de crimes contra a vida em sociedade constitui o principal tipo de crime determinante na configuração das trajetórias criminais do sexo feminino.

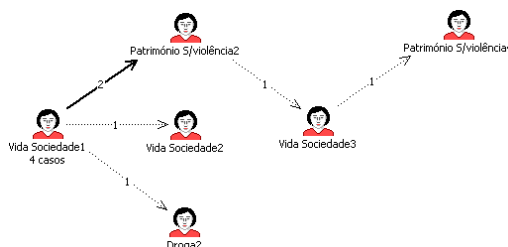
Figura 9.2 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime *contra a vida em sociedade*



Tomando o exercício decorrente da análise sequencial de antecedentes desse grupo de crimes, verifica-se que na maioria das vezes em que ambos os sexos se envolvem nesse tipo de crime o mesmo tende a ser precedido pelo grupo de crimes contra o património sem violência (assumindo 51,4% e 68,8% das frequências, respectivamente no sexo masculino e feminino, em particular através da subtracção), destacando-se essencialmente na sequência delitiva dos rapazes, embora de forma menor, a antecedência de tipos de crimes pertencentes ao mesmo grupo de crimes em análise, assim como a emissão de cheque sem provisão. O resultado da análise de antecedentes encontra em certa medida repercussão no estudo sobre a incidência no

mesmo tipo de crime (contra a vida em sociedade), registando-se em ambos os sexos um grau de reincidência de nível baixo.

Figura 9.3 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime *contra a vida em sociedade*



A configuração da sequência delitiva iniciada por rapazes, no grupo de crimes contra a vida em sociedade, articulada com os resultados da análise sequencial de antecedentes indicia uma relativa independência face ao fenómeno da droga, inserindo-se desse modo, em trajetórias onde dominam outros tipos de crimes que visam lesar bens de natureza patrimonial, na maioria das vezes recorrendo para tal à subtração e à emissão de cheques sem provisão.

No que se refere ao envolvimento dos dois sexos na droga, na maior parte das situações tal facto foi precedido por um crime do mesmo tipo (41,3% e 55,6% das frequências, respectivamente do sexo masculino e feminino), sendo que para além do referido antecedente, embora menos representativo, surgem também nas trajetórias de ambos os sexos outros tipos de crimes sendo os mais significativos aqueles que tendem a afectar o património sem violência, embora no caso dos rapazes se denote que em alguns casos o envolvimento com a droga tende a ser precedido por predações patrimoniais com recurso à violência. No que se refere à incidência na droga verifica-se, independentemente do sexo, que o grau de reincidência sobre o mesmo tipo de crime é de nível médio.

Iniciado o processo sequencial com o envolvimento na droga, a maioria dos rapazes tende a reincidir no mesmo tipo de crime, registando-se no entanto algumas inflexões noutros tipos de crimes (essencialmente contra o património sem violência [esmagadoramente mediante a prática da subtração] e emissão de cheque sem provisão, e de menor expressão contra o património com violência [roubo], a vida, a liberdade pessoal, e a vida em sociedade [dos quais se destaca a falsificação de

cheques ou equiparados]) sendo que no decurso do processo delitivo algumas dessas trajetórias tendem a voltar a convergir com a droga (destacando-se a dimensão do consumo).

Figura 9.4 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime *droga* (tráfico; consumo)

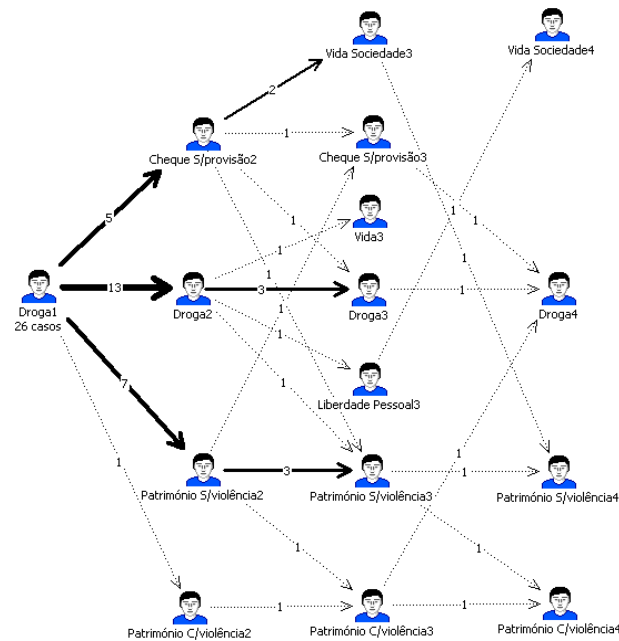
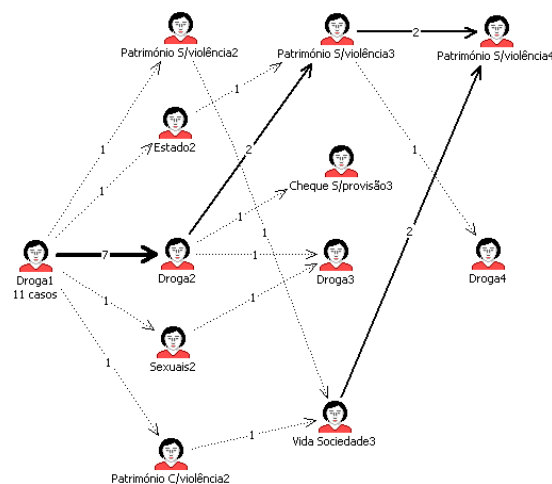


Figura 9.5 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime *droga* (tráfico; consumo)



A maioria das raparigas tende a desenvolver a sequência delitiva reincidindo na droga, registando-se algumas inflexões de muito menor expressividade noutros

tipos de crimes (predações patrimoniais sem [fundamentalmente com recurso à subtração e à burla] e com violência [roubo sem recurso a arma]; crimes contra o Estado [que obstam à realização da justiça]), sendo que algumas dessas sequências (crimes sexuais [liberdade sexual] e contra o património sem violência) tendem a voltar a reincidir na droga (relativa paridade de influência entre a dimensão do consumo e a do tráfico).

Tanto o envolvimento em crimes relacionados directamente com a droga como a prática de crimes contra a vida em sociedade configuram-se na constelação delitiva destes indivíduos como tipos de crimes comuns ao percurso delinquente de ambos os sexos, cuja experiência delinquente se limita à fase da juventude. Todavia de forma diversa, na medida em que na esfera do sexo feminino, tais tipos de crimes revelam um grau de determinação superior ao revelado nas sequências delitivas masculinas. Por outro lado, enquanto que a droga se enuncia nas trajectórias de ambas categorias de género com um grau médio de reincidência sobre o mesmo tipo de crime, os crimes contra a vida em sociedade revelam um grau baixo de reincidência. Tal evidência poderá levar-nos a questionar em que medida os crimes contra a vida em sociedade serão de facto determinantes na especificidade trajectorial destes indivíduos. Não poderemos olvidar que a influência do grau de determinação dos vários grupos de crimes nas diversas trajectórias e estruturas delinquentiais tem como suporte uma operação de *regressão logística binária*, a qual se desenvolve tendo como base a totalidade da expressividade de cada grupo trajectorial, independentemente da estrutura delinquential; efectivamente, embora à partida não se vislumbre uma potencial especialização na prática de crimes pertencentes ao grupo de crimes contra a vida em sociedade (mediante a aferição do grau de reincidência sobre si mesmo), da totalidade dos indivíduos que exprimem a delinquência apenas na fase da juventude (primários e reincidentes), a efectiva dimensão daqueles que se envolveram pelo menos uma vez em crimes contra a vida em sociedade adquire relevância nos dois sexos, pelo facto da maioria daqueles que cometeram delitos pertencente a esse grupo de crimes revelarem uma estrutura delinquential de reincidência no crime.

O grupo de trajectórias criminais a partir da vida adulta

Da interpretação do quadro 9.15, e tomando em linha de conta o expresso pelo grupo de trajectórias cuja delinquência se exprime apenas na fase da juventude, no grupo de trajectórias *a partir da vida adulta* enquanto que os homens mantêm o mesmo número de grupos de crimes de influência determinante na configuração da sequência delitiva (9 grupos de crimes), a estrutura sequencial da experiência delitiva das mulheres revela um aumento do número de grupos de crime com potencial de influência na configuração das trajectórias (6 grupos de crimes).

Outra dimensão distintiva entre categorias de género, assim como entre grupos de trajectórias (juventude e fase adulta) materializa-se no facto de se verificar na fase adulta uma maior presença de grupos de crimes directamente relacionados com a violência, tanto na dimensão masculina como feminina (na fase da juventude a violência não se revelou determinante nas trajectórias femininas).

Ao inverso do registado no grupo de trajectórias com expressividade apenas na fase da juventude, a sequência delinquencial do sexo masculino no grupo de reincidentes que expressam a delinquência apenas *a partir da fase da vida adulta* tende a alcançar o nível de determinação mais elevado no grupo de crimes que transgridem o valor da liberdade pessoal, remetendo o nível de determinação do grupo de crimes contra o património sem violência para o último escalão de determinação dos grupos de crimes que se inscrevem na sequência delitiva dos homens. Por outro lado, os indivíduos do sexo feminino pertencentes ao grupo de trajectórias *a partir da vida adulta*, tende a reproduzir a ordem e o nível de determinação manifesto no grupo de trajectórias *limitado à fase da juventude* (vida em sociedade e droga), alargando o leque de tipos de crimes com potencial de determinação da sequência trajectorial feminina.

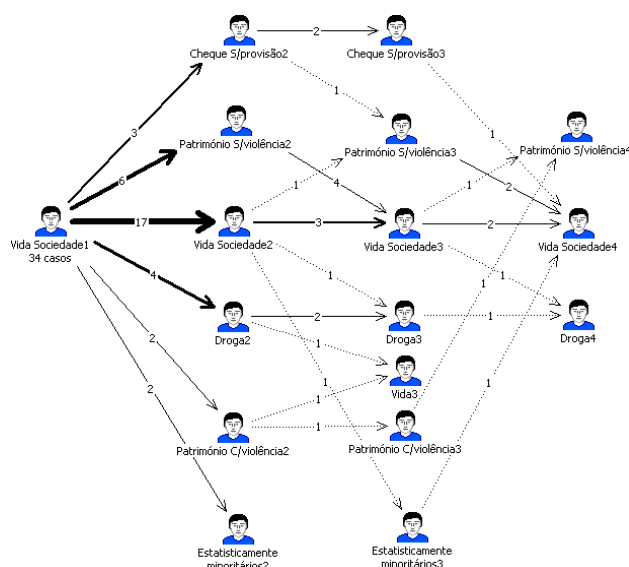
Quadro 9.15 Tipos (grupos) de crimes determinantes no grupo de trajetórias de reincidentes *a partir da fase da vida adulta*

TIPOS DE CRIMES	<i>Odds Ratio</i> Masculino	TIPOS DE CRIMES	<i>Odds Ratio</i> Feminino
Liberdade Pessoal	2,432	Vida em Sociedade	0,634
Vida em Sociedade	1,445	Droga	0,455
Integridade Física	0,558	Estatisticamente Minoritários	0,227
Droga	0,518	Contra Patrimônio Sem Violência	0,215
Estatisticamente Minoritários	0,509	Emissão Cheque Sem Provisão	0,207
Vida	0,450	Sexuais	0,158
Emissão Cheque Sem Provisão	0,391	Vida	**
Contra Patrimônio Com Violência	0,340	Liberdade Pessoal	**
Contra Patrimônio Sem Violência	0,187	Integridade Física	**
Estado	**	Contra as Pessoas Menos Graves	**
Contra as Pessoas Menos Graves	**	Estado	**
Sexuais	**	Contra Patrimônio Com Violência	**
Nagelkerke R ²	0,242	Nagelkerke R ²	0,195
Qui-quadrado do Modelo	332,905	Qui-quadrado do Modelo	111,635

** Sem contribuição significativa (Sig.>0,050)

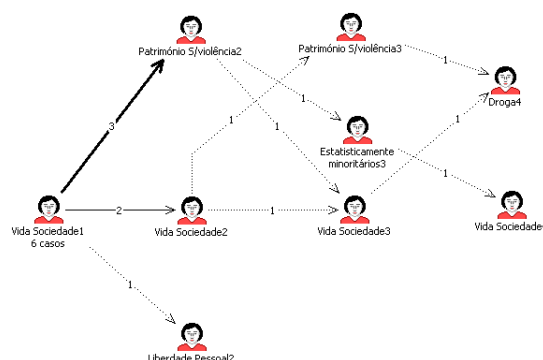
O estudo da análise sequencial de antecedentes centrado no grupo de crimes contra a vida em sociedade tende a revelar em ambos os sexos um nível de precedência sobre si mesmo de nível relativamente baixo. Tanto nas trajetórias enunciadas pelos homens como pelas mulheres, o maior índice de precedência face à ocorrência de um crime que se insere no referido grupo de crimes é assumido pelo grupo de crimes contra o patrimônio sem violência (respectivamente 47,9% e 31,4% das frequências); entre categorias de gênero o peso que o grupo de crimes contra a vida em sociedade revela enquanto antecedente de si mesmo, é manifestamente distinto, assumindo na dimensão da expressividade delinquencial masculina 35,6% dos casos, e na dimensão feminina 15,7%. A influência da droga na lógica trajectorial enquanto antecedente revela-se maior na sequência delitiva das mulheres (27,5% das frequências) que no enunciado pelos homens (7,5%). A influência desigual da inscrição do grupo de crimes contra a vida em sociedade na sequência delitiva, enquanto antecedente de si mesmo, encontra-se reflectida na média do índice de reincidência sobre o mesmo tipo de crime, revelando na dimensão da expressividade masculina um grau elevado, e na dimensão feminina um grau baixo.

Figura 9.6 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime *contra a vida em sociedade*



A expressividade da sequência delitiva iniciada pelos indivíduos no grupo de crimes contra a vida em sociedade, é essencialmente dominada pela prática de crimes de falsificação, constituindo os crimes de perigo comum uma minoria, que se expressa eminentemente pela posse ilegal de arma, e no crime de incêndio. Em ambos os sexos a prática de crimes de perigo comum tende a ser precedida maioritariamente pelo envolvimento na droga, mais expressivo nas sequências delitivas das mulheres que nas dos homens; estes últimos revelam uma maior pluralidade de tipos de crimes que tendem a preceder a ocorrência de crimes de perigo comum, em particular quando nos referimos à posse ilegal de arma, destacando-se nesse âmbito o prévio envolvimento em alguns comportamentos violentos atentatórios da liberdade pessoal, da integridade física e mesmo da vida das vítimas. O envolvimento das mulheres em crimes de perigo comum tende a ser precedido maioritariamente pela presença da droga, mas também, de forma minoritária, pela subtração de bens patrimoniais, assim como pela emissão de cheque sem provisão.

Figura 9.7 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime *contra a vida em sociedade*

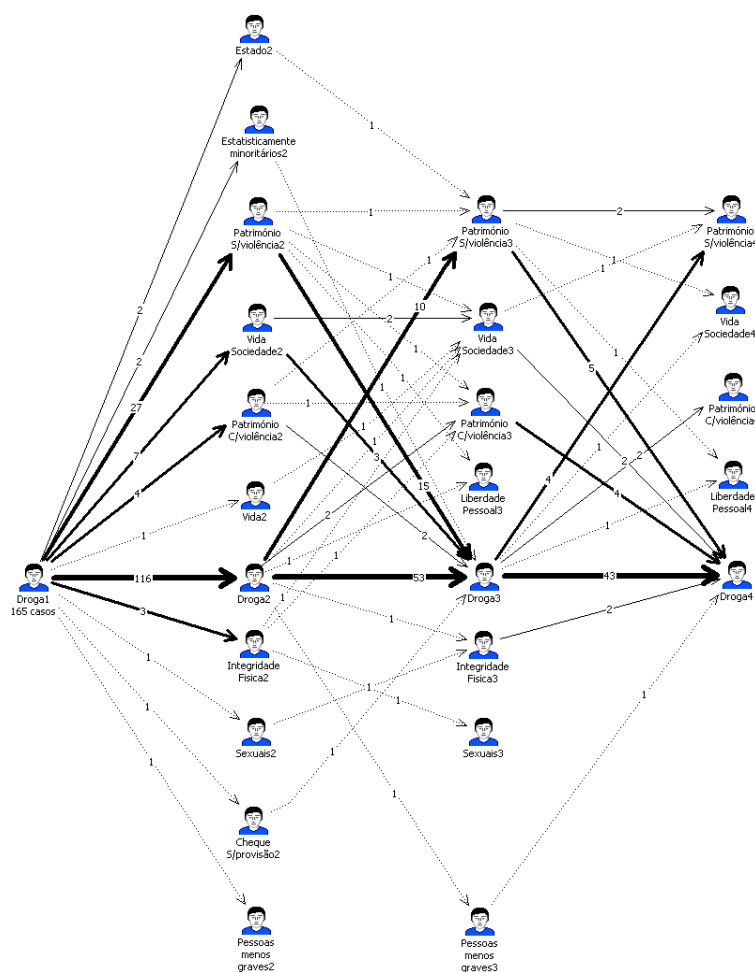


A análise sequencial de antecedentes permite aferir que a prática de falsificações por parte dos indivíduos do sexo masculino tende a ser precedida pela afectação de bens patrimoniais, em regra sem violência, com recurso à subtracção, à burla, mas também com recurso a outras falsificações com o objectivo de apropriação de valores de natureza patrimonial. No sexo feminino, as falsificações são geralmente precedidas pela prática de crimes contra o património sem violência, com recurso à subtracção, à burla e à aquisição fraudulenta de património, registando-se todavia também uma relevante associação à droga, eminentemente ligada à dimensão do tráfico. A violência constitui um elemento minoritário na expressão das trajetórias iniciadas ou marcadas pelo grupo de crimes contra a vida em sociedade, todavia e em particular nos poucos casos em que se encontra presente no sexo masculino, a manifestação da violência tende a revelar-se num elemento reprodutor de outras condutas de pendor violento.

A presença da droga nas trajetórias de homens e mulheres é na grande maioria dos casos precedida por si mesma. Embora de forma mais expressiva no sexo feminino (81,0% das frequências) que no masculino (72,7%), em qualquer das categorias de género o elemento droga parece revelar-se um elemento atractor de si mesmo. Embora de forma secundária, por relação ao efeito da droga na sequência delitiva, outro grupo de crimes que tende a preceder a ocorrência do envolvimento na droga refere-se à afectação de bens patrimoniais sem violência (entre 14% a 15% das frequências), em ambos os sexos através da prática de furtos, e no sexo feminino através também da receptação, em particular quando o envolvimento na droga se

efectiva mediante a prática do tráfico. O resultado da análise sequencial de antecedentes encontra-se em certa medida consolidado pela média do índice de reincidência na droga, a qual se revela em ambos os sexos de grau elevado, alcançado no sexo masculino através da dimensão do consumo e do tráfico, e no sexo feminino, eminentemente através do tráfico, e no limite do tráfico-consumo.

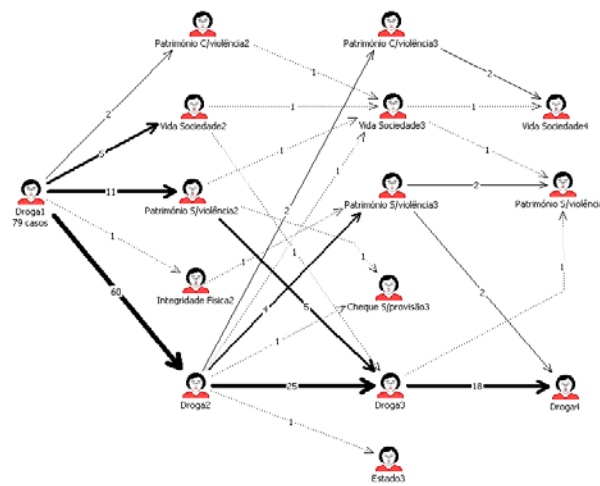
Figura 9.8 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime *de droga* (*tráfico; consumo*)



Se tomarmos a evolução delitiva dos primeiros quatro registos-crime nas trajetórias evidenciadas pelo sexo masculino, iniciadas com a expressividade da droga, verificamos que as sequências se desenvolvem em torno de um eixo central dominado pela droga, entrecortado em algumas trajetórias por outros tipos de crimes que tendem a afectar bens patrimoniais e outros que se relacionam com a actividade do tráfico, como são os casos das alterações motivadas pelo comércio ilícito que

geram ofensas corporais, o atentado à liberdade pessoal (através de sequestros e raptos), e outros menos graves contra as pessoas (a honra e a reserva da vida privada). Em algumas sequências delitivas denota-se também a presença de crimes que afectam bens patrimoniais cometidos com violência (roubo), estreitamente associados à dimensão do consumo de drogas.

Figura 9.9 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime *de droga (tráfico; consumo)*



As trajetórias do sexo feminino desenvolvem-se na mesma lógica das sequências enunciadas pelo sexo masculino, todavia as mulheres no âmbito da droga, tendem a revelar uma maior associação à dimensão do tráfico e do tráfico-consumo, que ao estrito consumo no qual os homens se destacam. As sequências delitivas centram-se na droga, inserindo no encadeado delitivo a afectação de outros valores jurídicos, em particular através da apropriação ilícita de bens patrimoniais (através do furto e da receptação), no decurso do qual o elemento violência apenas parece inserir-se na lógica delitiva através da apropriação de bens patrimoniais (roubo).

O grupo de crimes classificado como estatisticamente minoritário agrupa tipos de crimes (subgrupos de crimes) que protegem bens jurídicos muito diversos. Embora o que aproxima esses tipos de crimes, de modo a figurarem no mesmo grupo de crimes, respeite a baixa participação e frequência dos mesmos, tal evidência constitui-se parte da especificidade trajectorial de indivíduos dos dois sexos, reincidentes, que se envolvem no crime apenas na fase da vida adulta. Relativamente à análise sequencial de antecedentes, verificamos que os homens por relação às mulheres, apresentam uma diversidade de precedências, assumindo o grupo de crimes contra a

vida em sociedade a maior proporção de frequências (28,0%) que tendem a preceder a ocorrência do referido grupo de crimes (estatisticamente minoritários). As poucas mulheres que inserem o grupo de crimes em análise nas suas trajetórias, a sua ocorrência tende a ser precedida pela afectação de bens patrimoniais sem recurso à violência, assim como através de crimes contra a vida em sociedade. No que se refere ao nível de reincidência sobre o mesmo tipo de crime, com a excepção do envolvimento de ambas categorias de género no subgrupo de crimes auxílio à imigração ilegal, que se revelou elevado, em qualquer dos sexos a média do índice de reincidência em crimes estatisticamente minoritários revela-se num grau fraco.

Figura 9.10 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime *estatisticamente minoritários*

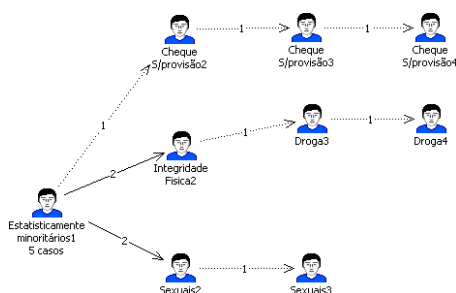
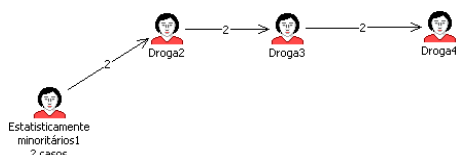


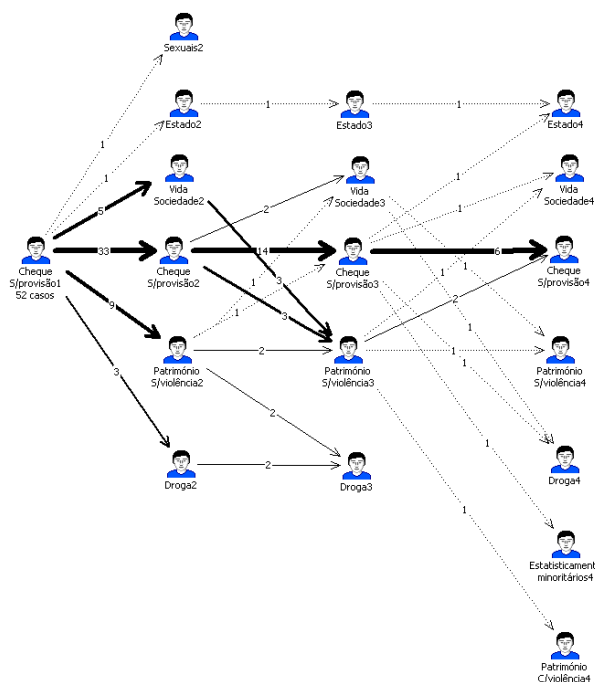
Figura 9.11 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime *estatisticamente minoritários*



Efectivamente, se tomarmos em consideração a evolução das trajetórias iniciadas com registos-crime pertencentes ao grupo de crimes estatisticamente minoritários, verificamos que esses crimes tendem a inserir-se nas trajetórias dos indivíduos quase de forma isolada e irrepetível, consistindo o desenvolvimento da reincidência, no caso do sexo masculino, ora na obtenção de património com recurso às mais variadas formas, inclusivamente com recurso à violência, ora no envolvimento com a droga, ora na afectação da esfera sexual das vítimas; as mulheres por seu lado inserem esses delitos eminentemente em trajetórias marcadas pela droga. Com a excepção do subgrupo de crimes auxílio à imigração ilegal, os

elementos apurados acerca da participação dos dois sexos no grupo de crimes estatisticamente minoritários, não parece indiciar qualquer nível de especialização no cometimento de tipos de crimes pertencentes ao grupo de crimes referido.

Figura 9.12 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime *emissão de cheque sem provisão*

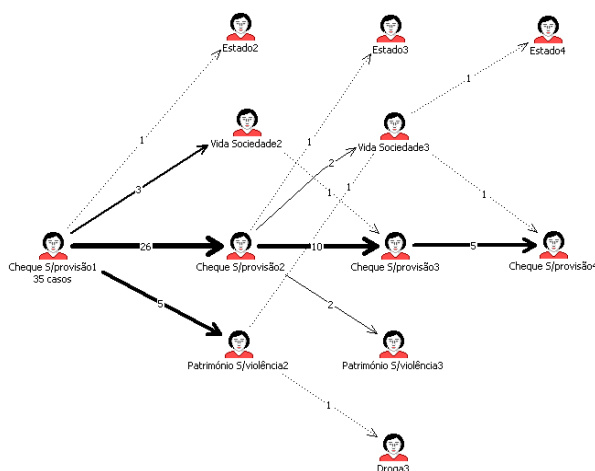


O grupo de crimes classificado de emissão de cheques sem provisão revelou influência significativa na especificidade delitiva tanto de homens como de mulheres, adquirindo uma relativa relevância mediana. De uma forma geral a ocorrência deste grupo de crimes na sequência delitiva de ambos os sexos tende a ser maioritariamente precedida por um crime da mesma natureza, adquirindo na expressividade feminina uma maior dimensão (86,9% das frequências) que na manifesta pelo sexo masculino (78,6%). Em qualquer das categorias de género o índice de reincidência sobre o mesmo tipo de crime é de nível elevado.

As trajetórias masculinas iniciadas neste grupo de crimes tendem a desenvolverem-se maioritariamente em torno de um eixo sobre si mesmo, articulando-se no caso dos homens fundamentalmente através da afectação de bens patrimoniais (burla) e de valores da vida em sociedade (falsificações de documentos).

A droga revela-se um elemento raro e quase sem expressão, assim como outros tipos de crimes que requerem o recurso à violência.

Figura 9.13 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime *emissão de cheque sem provisão*



Na sequência delitiva feminina, o eixo referido para caracterizar a lógica delinquencial masculina tende a adensar-se e a revelar uma sequência de transgressões cuja matriz se centra fundamentalmente na utilização abusiva e ilícita do cheque como meio de pagamento fraudulento, minoritariamente complementada com outros tipos de crimes que afectam bens patrimoniais (furto e a burla) inclusivamente com recurso às falsificações. A droga constitui-se num elemento de extrema raridade, e a violência inexistente.

Referindo-nos ao estudo da expressividade do grupo de crimes contra o património sem violência, sempre que o referido grupo de crimes se inscreve nas trajectórias do sexo masculino, o mesmo tende a ser precedido pelo respectivo grupo de crimes (36,1% das frequências), por crimes contra a vida em sociedade (32,9%) e pela droga (17,1%); nas trajectórias do sexo feminino, a ocorrência do grupo de crimes contra o património sem violência é em regra precedido maioritariamente por crimes do mesmo tipo (51,7% das frequências), pela droga (22,5%) e só depois pelos crimes que tendem a lesar valores da vida em sociedade (12,4%).

Figura 9.14 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime *contra o património sem recurso à violência*

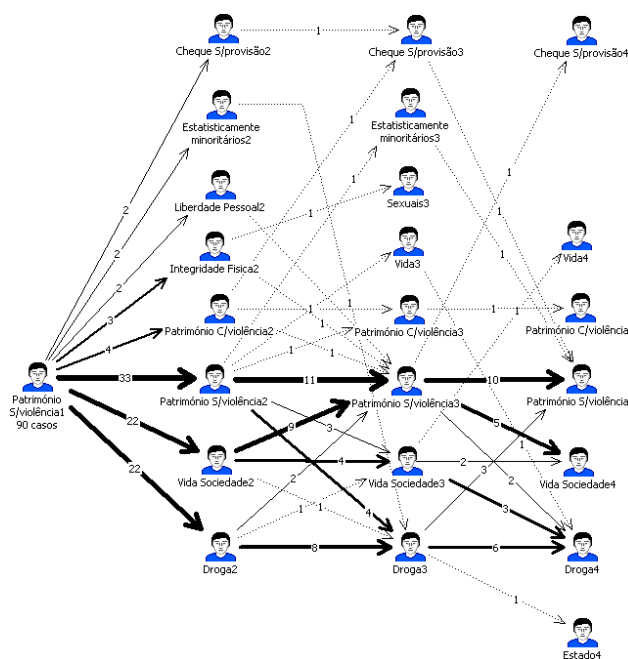
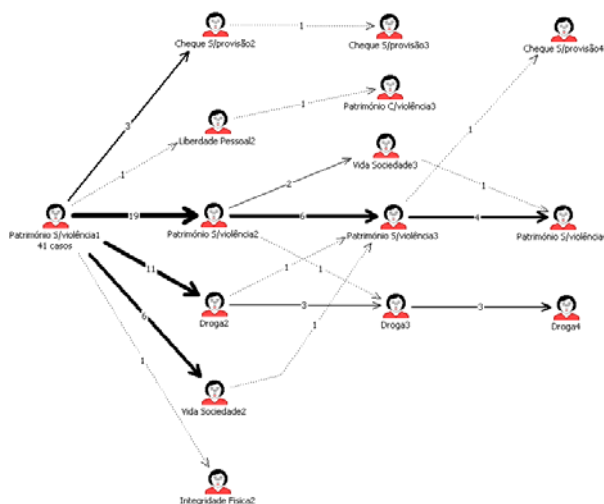


Figura 9.15 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime *contra o património sem recurso à violência*



Na sequência delitiva de qualquer das categorias de género inserem-se outros tipos de crimes, mas de forma menos expressiva. O fenómeno do consumo e do tráfico de droga apenas atinge uma proporção minoritária de indivíduos de ambos os sexos cujas trajetórias se iniciam com a transgressão de valores referentes a bens patrimoniais sem recurso à violência, todavia a droga parece exercer uma maior influência na sequência delitiva das mulheres que na dos homens.

Conforme se depreende das figuras 9.14 e 9.15 o eixo de desenvolvimento da sequência delitiva centra-se nos três grupos de crimes referidos, todavia a expressividade das trajectórias revela-se muito diversificada, com alguma independência da influência da droga (a qual no caso dos homens se manifesta maioritariamente através do consumo), e uma reduzida presença da violência. Nas trajectórias do sexo feminino a droga tende a marcar uma maior proporção de sequências delitivas (essencialmente na dimensão do comércio), entrecruzando-se com a afectação de bens patrimoniais. A violência neste tipo de trajectória parece revelar-se um elemento raro e meramente pontual. O envolvimento dos dois sexos neste grupo de crimes tende a manifestar-se essencialmente com recurso à subtracção, e de forma menor através da burla, do abuso de confiança e da receptação. No que se refere à média do índice de reincidência no grupo de crimes em análise denotam-se diferenças entre sexos; enquanto que os homens manifestam uma elevada reincidência (com predominância do furto e da receptação), as mulheres apresentam um índice de grau médio (essencialmente expresso através da prática de furtos e burlas).

O grupo de trajectórias criminais transversal às fases da juventude e da vida adulta

Os resultados decorrentes da aplicação da regressão logística (quadro 9.16) sobre o grau de influência dos vários grupos de crimes no grupo de trajectórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta* identificaram igual número de grupos de crimes (em número de 5) com influência determinante na configuração da sequência delitiva de ambos os sexos. Todavia, importa sublinhar que os dois conjuntos de tipos de crimes que influenciam a estrutura delinquencial de homens e mulheres se distinguem pela ordem do potencial de influência que detêm sobre a expressividade da delinquência em função do género. Desse modo, com a excepção da droga os outros grupos de crimes, pelo tipo e pela ordem que ocupam no potencial de influência sobre as trajectórias de género, encontram-se estruturados de forma descoincidente; nesse âmbito, importa ainda referir que enquanto a configuração delinquencial masculina se encontra marcada pelo elemento violência contra o património assim como contra as pessoas através da afectação da integridade física, a configuração trajectorial feminina apenas se encontra marcada pelo último grupo de crimes referido.

Quadro 9.16 Tipos (grupos) de crimes determinantes no grupo de trajectórias de reincidentes *transversal às fases da juventude e da vida adulta*

TIPOS DE CRIMES	Odds Ratio Masculino	TIPOS DE CRIMES	Odds Ratio Feminino
Droga	6,801	Droga	13,867
Contra Património Sem Violência	4,951	Emissão Cheque Sem Provisão	10,598
Estatisticamente Minoritários	4,364	Integridade Física	6,502
Contra Património Com Violência	3,482	Contra Património Sem Violência	5,535
Integridade Física	3,060	Estatisticamente Minoritários	3,890
Emissão Cheque Sem Provisão	2,943	Vida em Sociedade	3,566
Vida em Sociedade	1,414	Estado	2,486
Sexuais	**	Contra Património Com Violência	**
Vida	**	Vida	**
Contra as Pessoas Menos Graves	**	Contra as Pessoas Menos Graves	**
Estado	**	Sexuais	**
Liberdade Pessoal	**	Liberdade Pessoal	**
Nagelkerke R ²	0,375	Nagelkerke R ²	0,368
Qui-quadrado do Modelo	515,059	Qui-quadrado do Modelo	179,361

** Sem contribuição significativa (Sig.>0,050)

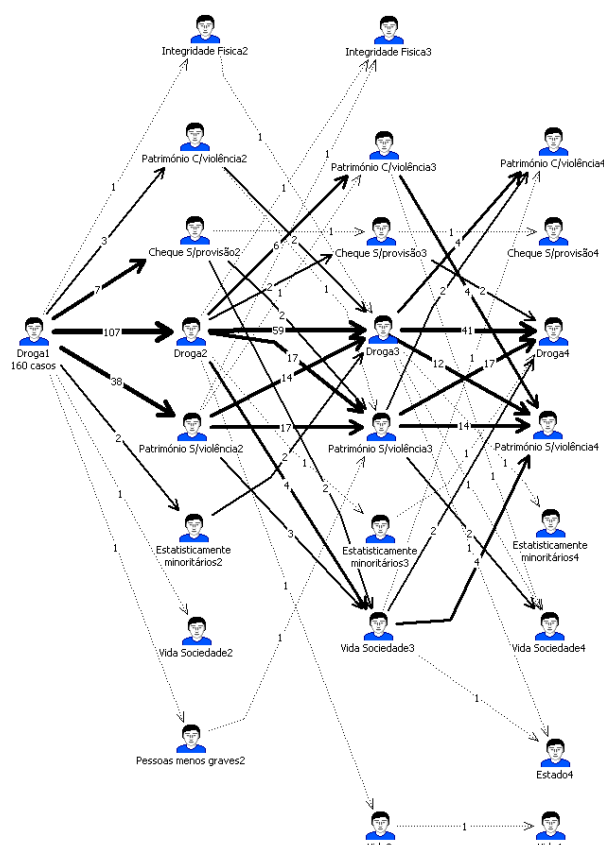
Dos tipos de crimes identificados como detendo determinado potencial de influência na configuração das trajectórias de homens e mulheres, a droga constituiu-se no grupo de crimes de maior potencial de influência. Na maioria das situações em que os dois sexos cometeram um crime directamente relacionado com a droga, o mesmo foi precedido por outro da mesma natureza (cerca de 58,0% das frequências). Tal encontra-se em certa medida repercutido na média do índice de reincidência sobre o mesmo tipo de crime, o qual em qualquer dos sexos encontra registos de grau elevado nas diversas dimensões da droga (consumo; tráfico-consumo; e tráfico), com a excepção do sexo feminino na dimensão do consumo, no qual se regista um grau médio de reincidência.

Também sem se constituir num elemento distintivo em razão da categoria de género, a seguir à influência da droga sobre si mesma enquanto antecedente, perfila-se o grupo de crimes contra o património sem violência, e com menor influência, outros tipos de crimes, de maior diversidade qualitativa no sexo masculino que no sexo feminino.

Se nos centrarmos sobre o desenvolvimento das trajectórias dos homens iniciadas com o elemento droga, verificamos que a sequência delitiva se centra

fundamentalmente sobre a droga, verificando-se uma dispersão sobre outros tipos de crimes que em regra tendem a afectar bens patrimoniais, mas cujo desenvolvimento delitivo tende a redireccionar a sequência no elemento droga.

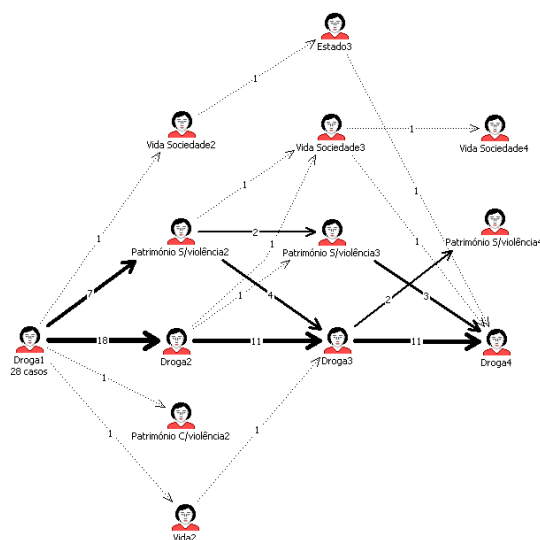
Figura 9.16 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime de droga (*tráfico; consumo*)



O projecto delitivo feminino quando iniciado pela droga tende a apresentar uma sequência menos diversificada em termos de tipos de crimes. Denota-se um desenvolvimento delinquencial sobre o eixo da droga, com algumas inflexões sobre outros tipos de crimes, em regra contra o património, mas que na maioria das situações retornam ao segmento desenvolvimental da droga. Em ambos os sexos, a droga ao se manifestar através do consumo ou do tráfico-consumo tende a desenvolver sequências sobre o mesmo tipo de comportamento, assim como através da prática da subtracção e do roubo para angariação de meios para o sustento da toxicodependência. O envolvimento na estrita dimensão do comércio da droga (tráfico) regista antecedentes significativos no mesmo tipo de crime, assim como nos

crimes contra o património, com recurso à subtração, e em particular no sexo feminino com recurso à receptação.

Figura 9.17 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime *de droga* (*tráfico; consumo*)



No âmbito da expressividade delinquencial do sexo masculino, o grupo de crimes contra o património sem violência reveste-se com potencial de influência sobre a especificidade da sequência transgressiva apenas superável pela droga. No sexo feminino tal grau de influência apenas adquire relevo após o potencial exercido pelo grupo de crimes emissão de cheque sem provisão, assim como pelo grupo de crimes que afecta a integridade física.

O grupo de crimes contra o património sem violência quando se inscreve na trajectória criminal de homens e mulheres tende a ser precedido maioritariamente por crimes do mesmo tipo (respectivamente em 62,2% e 54,3% das frequências). A inserção de crimes que afectam o património sem violência nas trajectórias do sexo feminino tende também a ser precedida pela droga (17,3%) e pelo grupo de crimes contra a vida em sociedade (15,2%), e no sexo masculino pela droga (16,3%). A precedência da violência é manifestamente maior no desenvolvimento trajectorial enunciado pelo sexo masculino (9,4% das frequências) que no manifesto pelo sexo feminino (1,5%).

Figura 9.18 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime *contra o patrimônio sem recurso à violência*

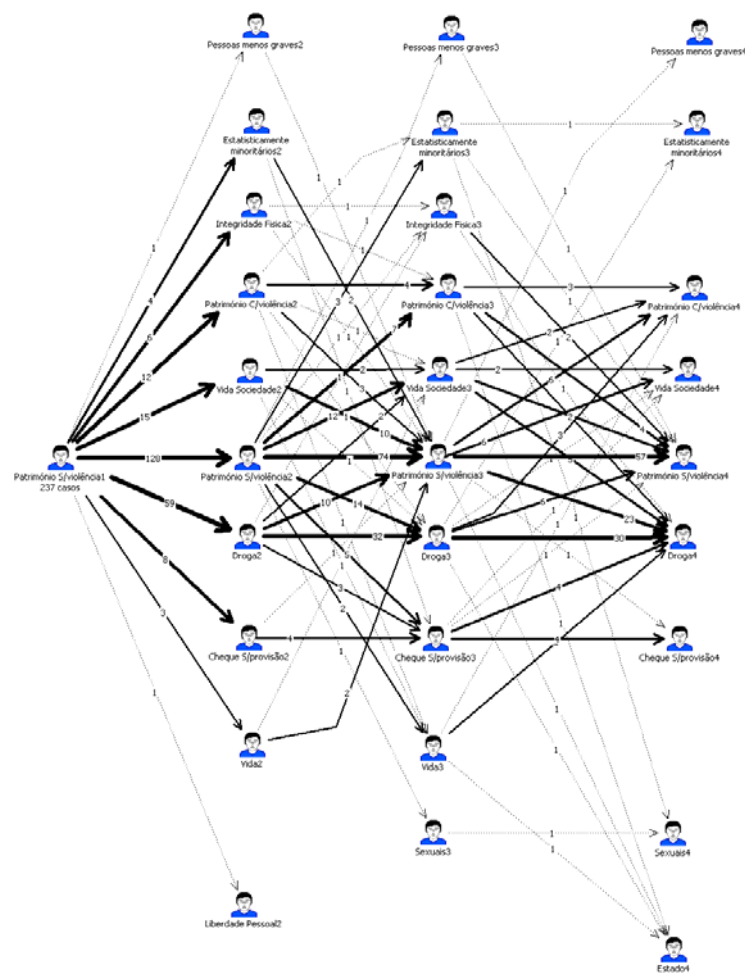
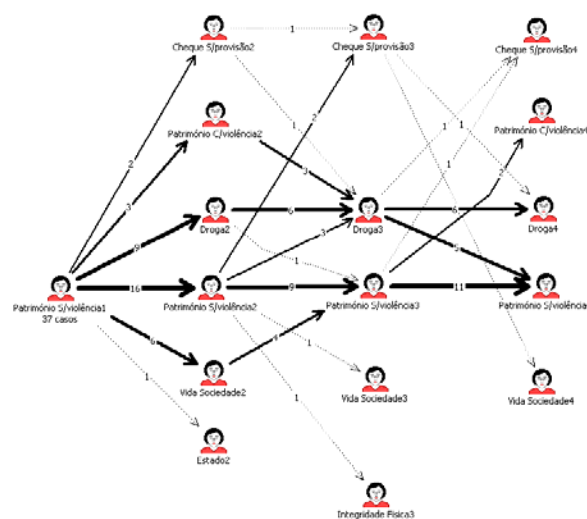


Figura 9.19 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime *contra o patrimônio sem recurso à violência*



Não obstante a relevância dos vários tipos de crimes, enquanto factores de precedência do grupo de crimes em análise, e do facto das trajectórias criminais dos homens revelarem uma maior diversidade delinquencial que as trajectórias enunciadas pelas mulheres, a média do índice de reincidência sobre o grupo de crimes contra o património sem violência revela-se de nível elevado em ambos os sexos.

Debruçando-nos sobre o desenvolvimento delitivo quando iniciado pelo grupo de crimes em análise, constatamos que embora a sequência delitiva enuncie um eixo de reprodução sobre o mesmo grupo de crimes, verificamos que paralelamente se insere na sequência delinquencial uma diversidade de outros tipos de crimes que complexificam o encadeado da sequência delitiva. Embora a reprodução da sequência criminal se centre em torno da afectação de bens patrimoniais, destacam-se algumas trajectórias marcadas pelo envolvimento na droga, e de forma menor em crimes que tendem a afectar valores de natureza pessoal.

O sexo feminino enuncia uma tendência similar à revelada pelo sexo masculino, todavia de menor diversidade de tipos de crimes, em particular no que se refere aos tipos de crimes cujo elemento típico objectivo se centra na prática da violência ou da ameaça.

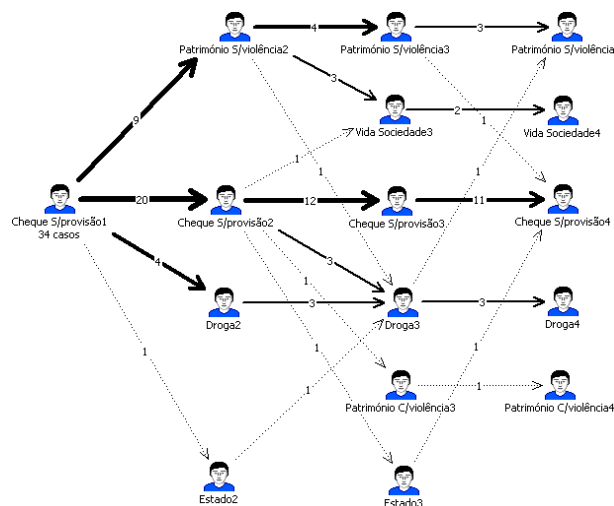
Na maior parte das trajectórias dos dois sexos, a prática do crime de furto tende a se precedida por comportamentos do mesmo tipo, assim como em menor grau pela droga; a burla e o abuso de confiança revela precedências em tipos de crimes eminentemente associados às falsificações, ao próprio crime de burla, e a outros contra o património sem recurso à violência, como são no caso do sexo feminino, os crimes de emissão de cheque sem provisão.

Masculino e feminino diferenciam-se fundamentalmente pelo envolvimento na receptação; enquanto que no sexo feminino a maioria das situações é precedida pelo envolvimento na droga, em particular na dimensão do tráfico, no sexo masculino destacam-se os crimes que afectam o património sem violência, em particular mediante a prática de furtos.

O grupo de crimes caracterizado pela emissão de cheques sem provisão demonstrou ser mais determinante na especificidade trajectorial das mulheres que na dos homens. Efectivamente no âmbito do potencial de influência que os vários grupos de crimes revelaram nas categorias de género, na expressividade delinquencial das

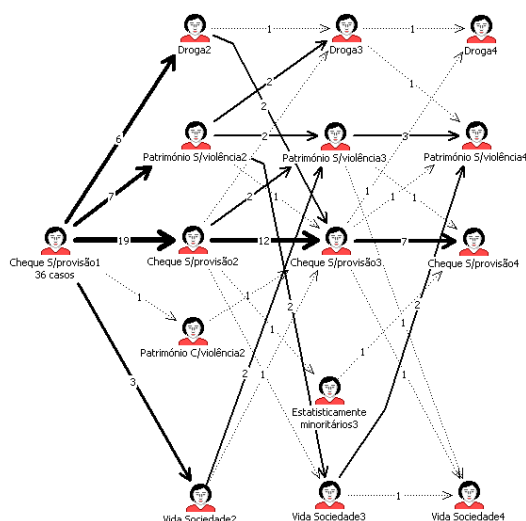
mulheres o grupo de crimes em análise apenas é sobreposto pelo elemento da droga, enquanto que nas configurações masculinas, o grau de influência do envolvimento no grupo de crimes emissão de cheques sem provisão se perfila como sendo um dos grupos de menor determinação das constelações delitivas.

Figura 9.20 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime *emissão de cheque sem provisão*



Na maioria das situações em que os indivíduos procederam à emissão de cheques sem provisão (65,7% e 77,6% das frequências, respectivamente homens e mulheres), tal envolvimento na delinquência foi precedido pela prática de um crime do mesmo tipo. O peso que os restantes tipos de crimes adquirem enquanto elemento predecessor no cometimento do tipo de ilícito em análise revela-se francamente minoritário, destacando-se no entanto o envolvimento em crimes contra o património sem violência (através do furto e da burla), e em particular no sexo masculino com a droga (essencialmente na dimensão do consumo). A violência constitui um elemento de extrema raridade. Todavia, a relevância deste grupo de crimes na definição da especificidade trajectorial dos dois sexos encontra repercussão na média do índice de reincidência sobre si mesmo, que atinge um grau de nível elevado.

Figura 9.21 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime *emissão de cheque sem provisão*



A articulação delitiva dos primeiros registos-crime nas trajetórias iniciadas com a prática do crime emissão de cheque sem provisão é demonstrativa, em ambos os sexos, da tendência reprodutiva sobre si mesma, denotando-se algumas inflexões da transgressão para crimes contra o património sem violência, e em particular no sexo feminino em tipos de crimes que requerem o recurso à falsificação. A droga embora presente em algumas sequências delitivas, em particular no sexo masculino, não marca a maioria das trajetórias dos indivíduos.

O conjunto dos tipos de crimes englobados na categorização do grupo de crimes estatisticamente minoritários compreende um leque de tipos de crimes que se caracterizam pela diversidade de valores jurídicos. Foram assim classificados na medida em que tanto a prevalência, como a incidência nesses tipos de crimes, por comparação com outros grupos de crimes, revelou-se relativamente baixa. Importa sublinhar que o grupo de trajetórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta* é constituído estritamente por reincidentes, não havendo registo de quaisquer primários em razão da estrutura delinquencial do grupo.

Figura 9.22 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime *estatisticamente minoritários*

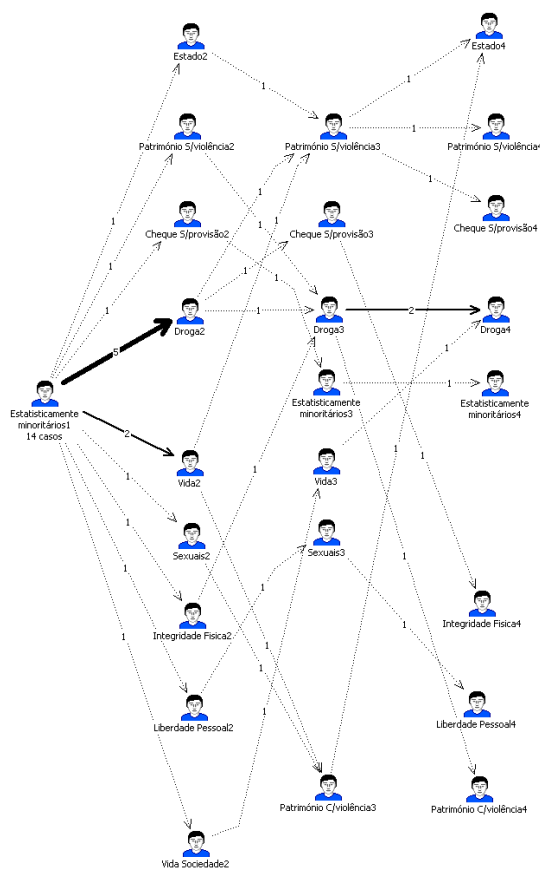
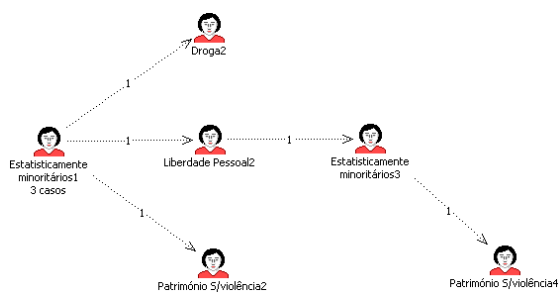


Figura 9.23 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime *estatisticamente minoritários*



Atendendo à diversidade de valores jurídicos em jogo, tanto na experiência delitiva dos homens como na das mulheres não encontraremos indícios de trajetórias marcadamente vincadas pelo grupo de crimes estatisticamente minoritários. Em regra consiste num grupo de crimes que se insere em sequências delitivas marcadas pelo

predomínio de outros grupos de crimes. Tal evidência factual encontra-se repercutida no índice de precedência que o grupo revela sobre si mesmo; a composição das trajectórias de ambos os sexos indicam que homens e mulheres ao se envolverem em tipos de crime pertencentes ao grupo de crimes em estudo, na esmagadora maioria dos casos, o tipo de crime precedente não pertence à mesma ordem do cometido.

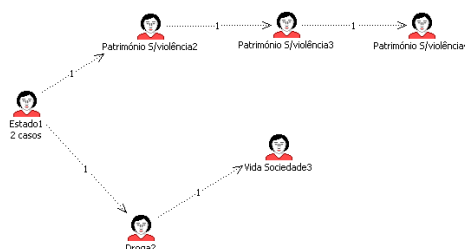
As trajectórias masculinas revelam uma maior pluralidade de tipos de crimes que tendem a preceder a ocorrência do grupo de crimes em análise. Nas sequências delitivas do sexo masculino, os grupos de crimes mais relevantes na precedência de crimes estatisticamente minoritários, em termos de frequência, são os que afectam o património sem violência e a droga; no âmbito do sexo feminino o reduzido número de precedências concentram-se exclusivamente nos grupos de crimes contra o património sem violência, contra a vida em sociedade e contra a liberdade pessoal.

Em termos de reincidência sobre o mesmo tipo de crime, homens e mulheres distinguem-se por os primeiros revelarem uma média do índice de reincidência de grau médio, e os segundos apresentarem grau baixo. Efectivamente se tomarmos como objecto de análise a sequência delitiva das trajectórias criminais de homens e mulheres quando iniciadas no grupo de crimes em estudo, verificamos que o desenvolvimento da acção delinquente do sexo masculino revela uma maior deflagração de tipos de crime, denotando-se no início do processo de desenvolvimento trajectorial um predomínio central da droga, mas também o desenrolar de outro tipo de trajectórias, ora marcadas pela apropriação ilícita de bens patrimoniais com recurso ao furto e à burla, ora pela violência estreitamente ligada à exploração sexual, ora pela apropriação de património com recurso ao roubo, entre outras. A reduzida prevalência e incidência do sexo feminino no grupo de crimes em estudo, encontram-se repercutidas na diminuta expressividade que esse grupo de crimes adquire na estrutura trajectorial das mulheres, caracterizada por baixo índice de actividade criminal, mas inserido em trajectórias longas.

O grupo de crimes contra a vida em sociedade caracteriza-se por um vasto conjunto de tipos de crimes que requerem formas distintas de actuação e de recursos para o seu cometimento, que vão desde a prática de crimes de perigo comum (posse de arma proibida; incêndio; etc.) até ao extenso leque de falsificações (de documentos de identificação, de práticas comerciais, até a títulos de crédito e à moeda). No conjunto dos grupos de crimes que manifestam potencial de influência na

configuração das trajectórias criminais de reincidentes de ambos os sexos, tal grupo de crimes, à semelhança do grupo de crimes contra o Estado (este apenas no âmbito da expressividade estritamente feminina) constitui-se num dos grupos de crimes de menor potencial de influência.

Figura 9.24 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime *contra o Estado*



Na sequência delitiva de qualquer das categorias de género o grupo de crimes contra a vida em sociedade tende a ser precedido em primeiro lugar pelo grupo de crimes contra o património sem violência (54,5% e 45,3% respectivamente nos homens e na mulheres, com o furto a representar uma proporção substancial dos antecedentes em ambos os sexos, e a burla fundamentalmente no sexo feminino), e só depois por registos pertencentes ao seu próprio grupo, o que em certa medida revela a característica eminentemente instrumental deste grupo de crimes, em particular através da prática de falsificações que visam fundamentalmente afectar bens patrimoniais. A droga em ambos os sexos, e a emissão de cheques sem provisão no sexo feminino, surgem como grupos de crimes que se revelam antecedentes relevantes na ocorrência da prática de crimes contra a vida em sociedade.

Outra tónica do significado deste grupo de crimes nas trajectórias em estudo centra-se no facto das frequências referentes a crimes de perigo comum (na maior parte dos casos, à posse de arma proibida, ou crime de incêndio) se encontrarem apenas associadas a indivíduos do sexo masculino. O nível instrumental da expressividade do grupo de crimes contra a vida em sociedade nas trajectórias dos dois sexos, encontra-se também expresso no desenvolvimento da sequência das trajectórias quando iniciadas por esse grupo de crimes, as quais são fundamentalmente dominadas pelos grupos de crimes referidos como precedentes à ocorrência do grupo de crimes em análise.

Figura 9.25 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime *contra a vida em sociedade*

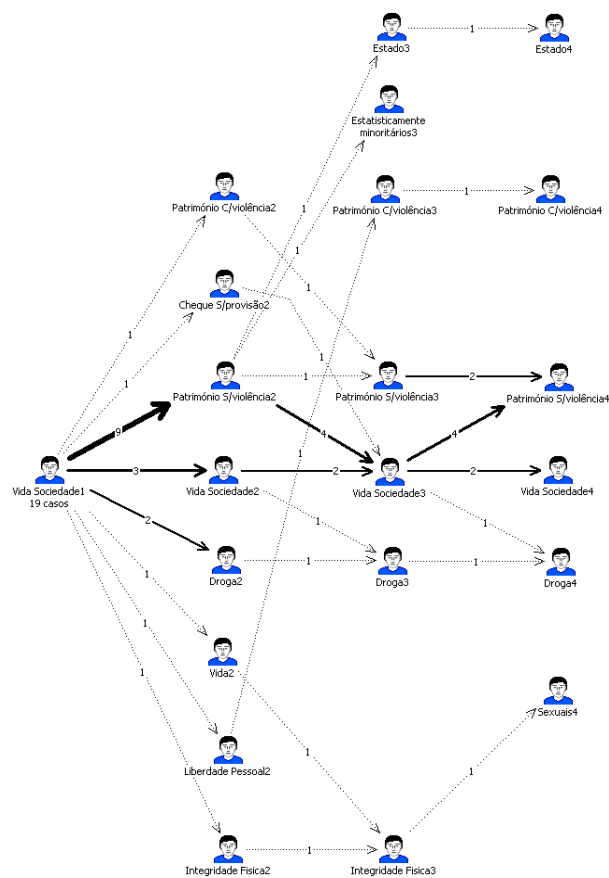
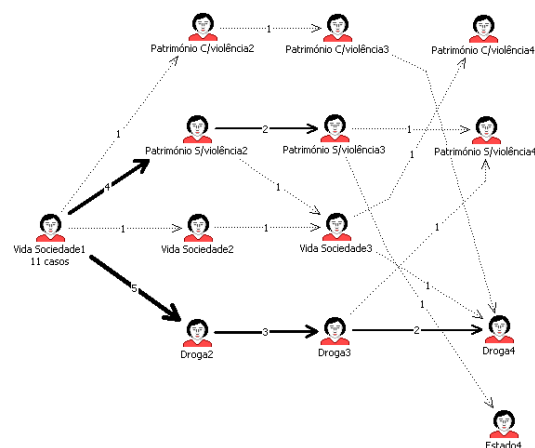


Figura 9.26 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo feminino no tipo de crime *contra a vida em sociedade*



A relativa relevância deste grupo de crimes sobre si mesmo encontra-se em certa medida repercutida no seu índice de reincidência, alcançando no máximo grau

de nível médio apenas em alguns dos tipos de crimes que enformam o grupo de crimes contra a vida em sociedade, apresentando por isso níveis bem diferenciados em função do sexo, apresentando os homens antecedentes de crimes de perigo comum, assim como de falsificações, em particular cheques e documentos para aquisição de bens, e as mulheres apenas e estritamente na prática de falsificações, em particular de documentos e cheques ou equiparados.

9.4 Violência

A aferição da gravidade das condutas delinquentes constitui-se essencial para a caracterização da delinquência geral, e da relação género e crime em particular. O estudo da criminalidade violenta remete-nos, no plano da estrutura do direito, para a ordem da ponderação jurídico-penal dos delitos, e no plano da vivência no quotidiano, para níveis diferenciados de percepção do risco e do receio de se ser vitimado. No âmbito da relação género *versus* violência, o recurso a meios violentos tem sido ao longo da história eminentemente associado à criminalidade praticada pelo género masculino.

Embora no último quartel do século XX tenham surgido teses que defendiam um eventual aumento da criminalidade violenta praticada por indivíduos do sexo feminino, associando tal crescimento à maior participação da mulher na vida activa, se analisarmos os dados respeitantes à evolução do número de condenações proferidas pelos tribunais portugueses pela prática de crimes violentos, do início da segunda metade do século XX até ao início do século XXI, verifica-se efectivamente um aumento do número de indivíduos condenados, essencialmente por crimes contra a vida (homicídio) e por crimes contra o património com recurso à violência (roubo), mas de ambos os sexos.

Embora se verifique uma maior expressividade manifesta pelo sexo feminino, tais variações positivas devem ser relativizadas, na medida em que uma variação expressa na ordem dos 100% com base na evolução de um caso para dois por 100.000/hab. (situação por vezes registada pelo género feminino), deve ser interpretada de forma distinta, compreendendo como tal um potencial de significado diferente de variações positivas de menor expressão registadas pelo sexo masculino

mas decorrentes de universos constituídos por um maior número de indivíduos (caso frequente do gênero masculino).

No plano do estudo de trajetórias criminais, o aprofundar da problemática da violência relativamente ao gênero, centra-se fundamentalmente na determinação se a manifestação da violência tende a catalisar outras condutas do mesmo tipo na mesma trajetória, ou se constitui, na generalidade, um epifenómeno no percurso trajectorial dos indivíduos, em particular em sujeitos que apresentam configurações de reincidência na delinquência.

Quadro 9.17 *Reincidentes*, grupos de trajetórias e violência

EXISTÊNCIA DE VIOLÊNCIA NAS TRAJECTÓRIAS	JUVENTUDE				VIDA ADULTA				TRANSVERSAL			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	47	26,9	6	8,2	86	22,1	16	9,1	214	41,6	23	18,5
Não	128	73,1	67	91,8	304	77,9	159	90,9	300	58,4	101	81,5
TOTAIS	175	100,0	73	100,0	390	100,0	175	100,0	514	100,0	124	100,0

Juventude: Qui-quadrado $p = 0,001$; V de Cramer = 0,207.

Vida Adulta: Qui-quadrado $p = 0,000$; V de Cramer = 0,155.

Transversal: Qui-quadrado $p = 0,000$; V de Cramer = 0,189.

A distribuição da eventual existência de violência nas sequências delitivas de qualquer dos grupos de trajetórias em função do gênero revelou-se claramente significativa. Independentemente da pertença a qualquer dos grupos de trajetórias, a violência marca de forma mais veemente as trajetórias dos indivíduos pertencentes ao grupo de trajetórias cuja sequência delinquencial se manifesta ao longo da vida, com particular relevância no sexo masculino.

Todavia, dando continuidade ao que desenvolvemos no item subordinado à análise da *incidência e sequência transgressiva*, no estudo da violência recorreremos ao mesmo método para analisarmos a reincidência associada à violência, de modo a verificarmos não só em que medida a existência do elemento violência se revela determinante para a constelação delinquencial de cada um dos três grupos de trajetórias criminais, como também de que forma tais trajetórias tendem a desenvolver as suas sequências delitivas.

Violência – o grupo de trajectórias criminais limitado à fase da juventude

A violência quando se inscreve nas trajectórias de indivíduos que tendem a exprimir a delinquência estritamente na fase da juventude, apenas adquire potencial determinante na configuração de trajectórias delinquentes do sexo masculino. As sequências delitivas do sexo feminino não apresentam indícios de que a violência se revista como elemento com relevância estatística nas configurações manifestas pela delinquência juvenil expressa por raparigas. Mesmo na dimensão delinquencial masculina, a influência de tais grupos de crimes que requerem o elemento violência, ameaça, ou mesmo a intimidação na estrutura trajectorial configuram-se como de menor relevância.

As trajectórias criminais dos rapazes são determinadas fundamentalmente pelos grupos de crimes que afectam directamente a integridade física, a esfera da liberdade e da autodeterminação sexual e a liberdade pessoal das vítimas. O grupo de crimes contra a integridade física tende a ser essencialmente precedido pelo envolvimento em crimes de furto, mas também pela resistência a ordens emanadas da autoridade pública, ou por outros tipos de crimes cometidos no âmbito da condução de veículos rodoviários; os crimes de natureza sexual tendem a ser precedidos por crimes que contêm o elemento violência, em particular através do roubo, ou de outros tipos de crimes que afectam a esfera sexual das vítimas; os delitos que afectam a liberdade pessoal revelaram ser precedidos por crimes que atentam contra a reserva da vida privada, assim como pelo tráfico-consumo.

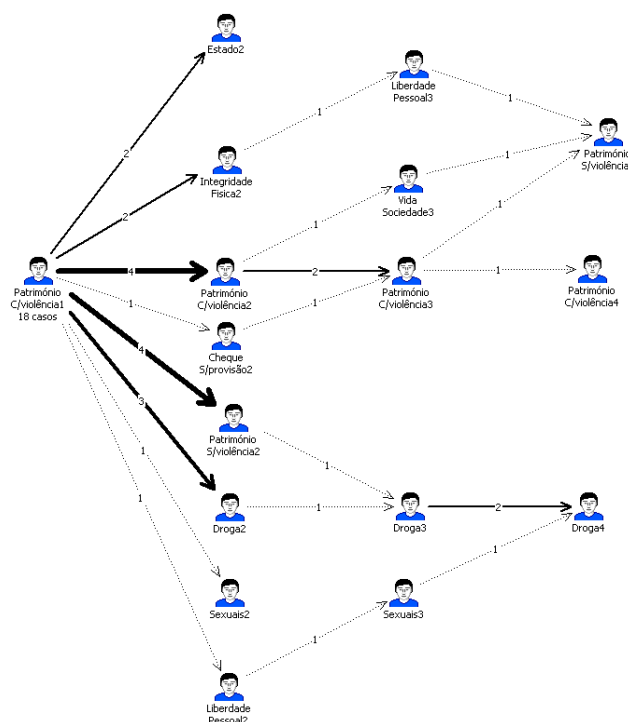
Não podemos deixar de relativizar a importância da violência no quadro dos vários grupos de crimes que tendem a determinar a configuração das trajectórias criminais dos rapazes; tal facto encontra-se em certa medida reflectido na média do índice de reincidência que cada grupo de crimes em análise revelou, geralmente de grau nulo, com excepção do grupo de crimes de natureza sexual, que revelou grau médio de reincidência. Os dados analisados evidenciam que, de uma forma geral, as sequências delitivas dos indivíduos do sexo masculino, reincidentes, cuja experiência na delinquência se circunscreve à fase da juventude, não revelam indícios suficientes para que se possam distinguir profusamente pela violência.

Violência – o grupo de trajectórias criminais a partir da vida adulta

Se na delinquência estritamente juvenil a violência apenas tende a exercer influência estatisticamente significativa, embora relativa, na configuração das trajectórias criminais do sexo masculino, na delinquência exclusivamente praticada por indivíduos a partir da fase adulta denota-se a presença desse potencial delinquêncial em ambos os sexos, embora de forma menor, na configuração das trajectórias do sexo feminino. Tal elemento distintivo nos reincidentes do sexo feminino encontra expressão essencialmente através do grupo de crimes de natureza sexual, o qual tende a ser precedido eminentemente por crimes que lesam a liberdade pessoal (os casos do rapto e do sequestro, muitas das vezes com fins de exploração sexual da vítima – lenocínio), revelando no entanto uma fraca expressividade determinada pela média do índice de reincidência sobre si mesmo, a qual é de grau nulo.

No universo da expressividade delinquêncial do sexo masculino, o elemento representativo da violência na configuração das trajectórias dos homens adquire uma dimensão de maior relevo que nas trajectórias demonstradas pelo rapazes. Tal facto encontra-se francamente expresso pela maior variedade de grupos de crimes, e em particular pela relevância estatisticamente significativa evidenciada pelo grupo de crimes que atentam contra a liberdade pessoal. A inscrição do grupo de crimes contra a liberdade pessoal na experiência delitativa tende a ser precedida eminentemente por crimes contra o património, assim como de forma menos expressiva por outros tipos de crimes, denotando-se uma presença relevante do elemento violência em cerca de metade das frequências (dominado pela apropriação violenta de património, pelos crimes de natureza sexual, contra a liberdade pessoal e integridade física). O envolvimento em crimes que afectam a integridade física, tende a ser maioritariamente precedido por registos relativos a apropriação de património sem recurso à violência assim como pela droga. Por outro lado, a ocorrência de crimes contra a vida, tende a ser maioritariamente precedida por grupos de crimes em que existe recurso à violência e/ou à intimidação (contra o património com violência; de natureza sexual; contra a integridade física), mas também de forma minoritária, entre outros, a droga.

Figura 9.27 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime *contra o património com violência*



Embora o grupo de crimes contra o património com violência não se destaque como sendo o grupo de crimes que mais marca as trajetórias de indivíduos cuja experiência na delinquência se inicia na fase da vida adulta, a preponderância deste grupo de crimes na estrutura delinquencial dos homens manifesta-se através de outros indícios, seja através do nível de precedência que o mesmo adquire, seja ao nível do índice de reincidência sobre si mesmo nas trajetórias em que se inscreve.

O grupo de crimes contra o património com violência (caracterizado pelo roubo e pelo assalto à mão armada) tende a ser maioritariamente precedido por registos do mesmo grupo de crimes (37,5%), pela afectação de bens patrimoniais sem violência (25,0%) e pela droga (17,2%), e a média do índice de reincidência sobre si mesmo é claramente superior à revelada pelos restantes grupos de crimes conotados com a violência e que influenciam a configuração trajectorial destes indivíduos; enquanto que neste grupo de crimes o grau de reincidência atinge grau médio (nas situações de recurso a arma de fogo atinge grau elevado) o grau de reincidência dos restantes grupos de crimes determinantes para a caracterização do potencial de violência deste grupo de trajetórias oscila entre os graus nulo e baixo.

A expressão gráfica da sequência delitiva quanto iniciada com o grupo de crimes contra o património com violência é representativa da relevância do grupo de crimes em análise, cujos indícios revelam vários vectores de desenvolvimento trajectorial, ora afectando valores patrimoniais, ora entrecruzando-se com o elemento droga, ora com outros embora menos expressivos, mas eminentemente ligados a tipos de crimes marcados pelos elementos da violência, da ameaça e da intimidação.

Violência – o grupo de trajectórias criminais transversal às fases da juventude e da vida adulta

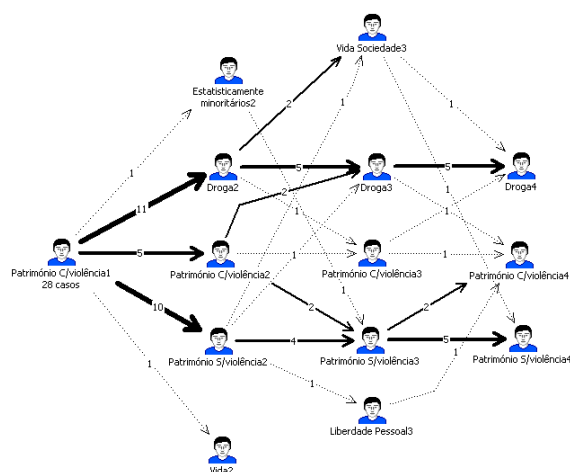
As trajectórias daqueles que tendo iniciado a experiência na delinquência durante a fase da juventude continuaram o processo de reincidência na fase da vida adulta, encontram a sequência delitiva marcada pela influência, em ambos os sexos, do grupo de crimes contra a integridade física, e em particular na configuração trajectorial masculina, pelo grupo de crimes contra o património com violência.

A relativa influência do grupo de crimes contra a integridade física encontra-se sustentada nos dois sexos pelo fraco índice de reincidência sobre si mesmo. Enquanto que nas trajectórias enunciadas pelo sexo masculino a afectação da integridade física tende a ser precedida essencialmente pelo envolvimento na droga e pela afectação de património, nas trajectórias do sexo feminino o envolvimento em tal grupo de crimes embora tenda a ser precedido por crimes contra o património, domina essencialmente o elemento violência e/ou ameaça, não só com o objectivo de apropriação de bens patrimoniais, como pela afectação de valores pessoais.

O grupo de crimes contra o património com violência nas trajectórias enunciadas pelos homens, à semelhança do revelado no grupo de trajectórias *a partir da fase da vida adulta*, adquire no grupo de trajectórias em estudo uma particular relevância na caracterização das trajectórias delinquentiais do sexo masculino; quando tal grupo de crimes se inscreve nas trajectórias tende a ser precedido maioritariamente pela afectação de património sem violência, com recurso ao furto, pelo envolvimento na droga, em particular mediante a dimensão do consumo, mas também por uma relevante presença da violência (em cerca de 31,7% das frequências), especificamente associada à apropriação violenta de bens, com recurso

ao roubo e ao assalto à mão armada, e à afectação de outros bens jurídicos de extrema relevância como são a vida, a liberdade sexual, a integridade física e a liberdade pessoal.

Figura 9.28 Início da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) do sexo masculino no tipo de crime *contra o património com violência*



As sequências iniciadas pelo grupo de crimes contra o património com violência evidenciam como esse elemento objectivo se entrecruza com a droga e com outras formas de apropriação de património, com e sem recurso a meios violentos. Não sendo dominante, a violência na apropriação de património marca presença em cerca de $\frac{1}{3}$ das trajetórias masculinas, facto demonstrado não só pelo tipo e distribuição dos grupos de crimes que o precedem, como pelo índice de grau elevado demonstrado pela média de reincidência sobre si mesmo.

9.5 A Desistência

O processo que se entende como *desistência* é indubitavelmente complexificado pelo equilíbrio precário do comportamento humano (por relação à norma e à normatividade) que se materializa ora na descontinuidade da participação no crime, ora no abrandamento da actividade delinquente que poderá não culminar com a efectiva desistência na prática de crimes.

Como definir a desistência enquanto estado em que o indivíduo se abstém definitivamente de condutas lesivas da ordem jurídico-penal? Efectivamente se para o cidadão médio, ligado estreitamente às convenções e ao prescrito pela normatividade e pelo que se entende como sendo a normalidade, o crime ao inscrever-se na sua vida tende a constituir-se num processo reactivo a determinada situação crítica, mas pontual e de imediato retorno à normatividade, para o cidadão que reincide no crime, a inserção do delito na sua trajectória de vida, para alguns, tende a ser efectuada como se tratasse de uma das valências do seu modo de vida.

O processo de desistência nestes últimos não pode ser explicado apenas pelo facto de terem parado de cometer crimes, mas por uma constelação de alteridades ocorridas ao nível do seu sistema de vida, ao nível dos contextos e do envolvimento com a normatividade, e/ou do sistema de disposições e representações e do seu estado biopsicológico; nestes, a interrupção da acção delinvente constitui o reflexo de mudanças sobre as condições de existência do sujeito e que se repercutem na sua consciência, e/ou no capital de recursos e capacidades necessários para delinquir.

Mais do que não reincidir no crime, a desistência pressupõe o envolvimento e a adesão do indivíduo a valores, práticas e representações ora prescritas pela normatividade, ora validadas pela normalidade. Mas como medir ou determinar a assunção desse estado referido como desistência? No âmbito do estudo que desenvolvemos tal definição é de difícil determinação. A matéria em análise resulta do processo de registo de participações do indivíduo no crime, efectuado pelas autoridades oficiais, ao longo do percurso de vida de um conjunto de indivíduos, cujos elementos de caracterização comum se materializam fundamentalmente na nacionalidade portuguesa, e no facto de terem nascido no mesmo ano civil.

No presente estudo, a determinação do momento caracterizado pela desistência da prática de crimes é composto pela análise de vários elementos que constituem indicadores da provável desistência. O primeiro indicador, de extrema relatividade, sobre o qual procederemos ao início do estudo do processo de desistência, centra-se na determinação da idade limite em que terá sido efectuado o *último registo* de participação no crime. A análise prosseguirá no sentido de aferir de que modo medidas privativas da liberdade – a *detenção* e a *condenação* – poderão influir nos processos de reincidência e da eventual desistência no crime.

A variável através da qual se identifica o último registo-crime constituiu-se estruturante na determinação, assim como na definição dos vários grupos de trajectórias criminais. Enquanto indicador do ano ou idade limite em que foi registada a última participação do indivíduo no crime, num intervalo de desenvolvimento bio psicossocial entre os 16 e os 37 anos de idade, o último registo-crime constituiu-se no primeiro indicador aferidor tanto do tipo de percurso delinquente como da potencial interrupção da conduta delinquente.

Quadro 9.18 Indivíduos *reincidentes*, grupos de trajectórias, idade em que se registou o último registo-crime e sexo

IDADE AO ÚLTIMO REGISTO CRIME	JUVENTUDE				VIDA ADULTA				TRANSVERSAL			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
16	2	1,1	1	1,4								
17	7	4,0	2	2,7								
18	8	4,6										
19	11	6,3	2	2,7								
20	9	5,1	7	9,6								
21	17	9,7	4	5,5								
22	12	6,9	6	8,2								
23	22	12,6	14	19,2								
24	32	18,3	23	31,5								
25	55	31,4	13	17,8								
26					9	2,3	6	3,4	50	9,7	12	9,7
27					25	6,4	14	8,0	37	7,2	12	9,7
28					26	6,7	21	12,0	35	6,8	18	14,5
29					28	7,2	25	14,3	49	9,5	15	12,1
30					29	7,4	15	8,6	52	10,1	14	11,3
31					33	8,5	13	7,4	41	8,0	13	10,5
32					35	9,0	22	12,6	44	8,6	9	7,3
33					28	7,2	19	10,9	40	7,8	12	9,7
34					55	14,1	15	8,6	47	9,1	8	6,5
35					36	9,2	8	4,6	34	6,6	6	4,8
36					27	6,9	12	6,9	47	9,1	5	4,0
37					59	15,1	5	2,9	38	7,4		
<i>Indeterminado</i>	1											
TOTAIS	175	100,0	73	100,0	390	100,0	175	100,0	514	100,0	124	100,0

Juventude: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,261.

Vida Adulta: Qui-quadrado $p = 0,000$; V de Cramer = 0,259.

Transversal: Qui-quadrado $p = 0,013$; V de Cramer = 0,193.

Da distribuição da última participação no crime ao longo do intervalo referido apenas no grupo de trajectórias *limitado à fase da juventude* não se registaram

diferenças significativas entre sexos. Nos grupos de trajectórias *a partir da fase da vida adulta*, e *transversal às fases da juventude e da vida adulta*, as diferenças entre categorias de género revelaram-se estatisticamente significativas.

Quadro 9.19 Índices estatísticos, grupos de trajectórias, idade em que se registou o último registo-crime e sexo

MEDIDAS DE ESTATÍSTICA	JUVENTUDE		VIDA ADULTA		TRANSVERSAL	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Média	23	23	33	31	31	30
Moda	25	24	37	29	30	28

No grupo que se caracteriza pela reincidência restrita à fase da juventude, a maioria dos indivíduos dos dois sexos tende a manifestar a última participação no crime nos últimos anos da juventude. A média de idade em que rapazes e raparigas, expressaram o último crime situa-se nos 23 anos; ao nível da moda, as raparigas indiciam um potencial abandono da actividade delinquente ligeiramente mais cedo que os rapazes.

Os reincidentes de ambos os sexos cuja sequência criminal apenas se exprime durante a fase adulta, apresentam níveis de potencial abandono diferenciados. Os homens, ao nível da média e da moda apresentam indícios de abandono mais tardio que as mulheres; enquanto que nos homens a média de idade no último registo-crime se apresenta aos 33 anos, nas mulheres afigura-se aos 31 anos, sendo que de forma inversa, a moda na dimensão masculina tende a identificar o limite dos 37 anos como sendo a idade em que mais homens inscreveram a última participação no crime, registando-se na dimensão feminina o recuo até aos 29 anos.

Nas trajectórias reincidentes iniciadas na fase da juventude e prolongadas pela vida adulta, as diferenças registadas entre sexos não são tão vincadas quanto as registadas no grupo de trajectórias anterior. Constata-se um abandono mais tardio no sexo masculino, mas com uma diferença substancialmente inferior à registada no grupo de trajectórias *a partir da vida adulta*. Os homens tendem a concentrar os indicadores de abandono – média e moda – na transição da primeira para a segunda metade do período da vida adulta em estudo – média aos 31 e a moda aos 30 anos – e

as mulheres a concentrarem ambos indicadores ainda na primeira metade da vida adulta – média aos 30 e a moda aos 28 anos.

Desse modo, verificamos que a participação dos indivíduos no último crime, enquanto potencial indicador de eventual *desistência* no crime, adquire particular expressão distintiva entre categorias de género no grupo de trajectórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta*, e fundamentalmente no grupo *a partir da fase adulta*. Nas trajectórias *limitadas à fase da juventude*, rapazes e raparigas apresentam indicadores que indiciam o potencial abandono da actividade delinquente sensivelmente na mesma altura, ou seja, no final da juventude. Nos grupos de trajectórias em que existe expressão delinquencial durante a fase adulta, constata-se que os homens tendem a registar a última participação no crime mais tarde que as mulheres, essencialmente aqueles que inscrevem as suas trajectórias no grupo de trajectórias que se exprimem estritamente na fase adulta.

Não obstante o significado que o último registo-crime poderá revelar na determinação da eventual desistência, importa centrarmo-nos de seguida no estudo sobre o tipo de efeito que as medidas privativas da liberdade poderão exercer no desenvolvimento da sequência delitiva dos dois sexos integrados nos respectivos grupos trajectoriais.

A detenção

Em que medida a sujeição a uma medida temporária privativa da liberdade, com é o caso da *detenção*, se poderá articular com as várias tipologias trajectoriais no sentido de se constituir num eventual indicador da desistência na actividade criminal? Na acepção da lei de processo penal, o instrumento jurídico da detenção, tem como finalidade «para, no prazo máximo de 48 horas, o detido ser apresentado a julgamento sob a forma sumária ou ser presente ao juiz competente para primeiro interrogatório judicial ou para aplicação ou execução de uma medida de coacção;» ou «para assegurar a presença imediata ou, não sendo possível, no mais curto prazo, mas sem nunca exceder 24 horas, do detido perante a autoridade judiciária em acto

processual»¹⁵. Conforme se depreende da letra da lei, o instrumento da detenção não constitui qualquer tipo de punição; figura dum elenco de instrumentos jurídico-penais necessários para a vinculação do indivíduo ao processo penal.

Independentemente de não se tratar de uma medida punitiva, o circunstancialismo da detenção executada pelas autoridades competentes, pode em certos casos exercer influência sobre o estatuto e a conduta do indivíduo. Os ritos subjacentes à prossecução do processo penal poderão constituir uma ameaça, sob a forma de estigma, sobre a identidade social do indivíduo. Em que medida constituirá um obstáculo à continuidade delitiva? Daqueles que foram sujeitos a uma medida de detenção, quantos prosseguiram na experiência da delinquência? Quantos foram detidos, e quantas vezes? Com que idade se efectivou a primeira (ou única) detenção?

Quadro 9.20 Indivíduos *reincidentes*, grupos de trajectórias, medida privativa da liberdade e sexo

EXISTÊNCIA DE PRIVAÇÕES DA LIBERDADE	JUVENTUDE				VIDA ADULTA				TRANSVERSAL			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
nenhuma	73	41,7	42	57,5	169	43,3	97	55,4	82	16,0	43	34,7
pelo menos uma	102	58,3	31	42,5	221	56,7	78	44,6	432	84,0	81	65,3
TOTAIS	175	100,0	73	100,0	390	100,0	175	100,0	514	100,0	124	100,0

Juventude: Qui-quadrado $p = 0,023$; V de Cramer = 0,145.

Vida Adulta: Qui-quadrado $p = 0,008$; V de Cramer = 0,112.

Transversal: Qui-quadrado $p = 0,000$; V de Cramer = 0,187.

Em qualquer dos grupos trajectoriais a distribuição da experiência dos reincidentes pela restrição da liberdade em função do sexo revelou-se estatisticamente significativa. Em qualquer dos grupos de trajectórias, a maioria dos indivíduos do sexo masculino experimentaram pelo menos uma medida privativa da liberdade; do mesmo modo, o sexo feminino apenas apresenta indicadores similares ao do sexo masculino no grupo de trajectórias em que os indivíduos inscrevem a delinquência ao longo das várias fases da vida.

¹⁵ Alíneas a) e b) do Artigo 254.º do Código de Processo Penal (Decreto-Lei n.º 317/95, de 28 de Novembro).

Ambas categorias de gênero atingem o menor índice de sujeição a uma medida privativa da liberdade no grupo de trajetórias *a partir da vida adulta*, e o maior índice no grupo de trajetórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta*.

Em que medida os indivíduos tendem a ser sujeitos a várias medidas privativas da liberdade, em particular através do instrumento jurídico da detenção?

Quadro 9.21 Indivíduos *reincidentes*, grupos de trajetórias, número de privações da liberdade (detenção) e sexo

NÚMERO DE PRIVAÇÕES DA LIBERDADE	JUVENTUDE				VIDA ADULTA				TRANSVERSAL			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	63	61,8	22	71,0	117	52,9	50	64,1	122	28,2	38	46,9
2	20	19,6	6	19,4	71	32,1	23	29,5	120	27,8	29	35,8
3	10	9,8	2	6,5	23	10,4	4	5,1	68	15,7	5	6,2
> 3	9	8,8	1	3,2	10	4,5	1	1,3	122	28,2	9	11,1
TOTAIS	102	100,0	31	100,0	221	100,0	78	100,0	432	100,0	81	100,0

Juventude: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,110.

Vida Adulta: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,127.

Transversal: Qui-quadrado $p = 0,000$; V de Cramer = 0,204.

Da interpretação do quadro 9.20 depreende-se que enquanto nos grupos de trajetórias caracterizados, ora pela delinquência juvenil, ora pela participação no crime apenas na fase adulta, a maioria dos indivíduos sujeitos à situação de detenção apenas o foram uma vez, não se registrando diferenças significativas entre categorias de gênero, de modo diverso se registra no grupo de trajetórias criminais que se expressam em ambas fases de desenvolvimento do indivíduo – fase da juventude e da vida adulta – verificando-se que em termos proporcionais os homens, mais que as mulheres, ao longo da sequência delitiva tendem em maior número a serem sujeitos a mais que uma medida de detenção. Mas em que momento da sequência delitiva é que os indivíduos experimentam a primeira medida privativa da liberdade?

Quadro 9.22 Indivíduos *reincidentes*, grupos de trajectórias, idade a que foram sujeitos à 1.^a detenção e sexo

IDADE AQUANDO DA 1. ^a DETENÇÃO	JUVENTUDE				VIDA ADULTA				TRANSVERSAL			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
16	5	4,9							12	2,8	1	1,2
17	6	5,9	1	3,2					25	5,8	2	2,5
18	16	15,7	1	3,2					20	4,6	3	3,7
19	6	5,9	1	3,2					31	7,2		
20	10	9,8	5	16,1					31	7,2	6	7,4
21	11	10,8	3	9,7					21	4,9	4	4,9
22	6	5,9	2	6,5					38	8,8	2	2,5
23	8	7,8	9	29,0					33	7,6	8	9,9
24	13	12,7	2	6,5					43	10,0	5	6,2
25	15	14,7	4	12,9					57	13,2	10	12,3
26	3	2,9	1	3,2	32	14,5	13	16,7	36	8,3	8	9,9
27			1	3,2	22	10,0	5	6,4	12	2,8	3	3,7
28	2	2,0			27	12,2	11	14,1	21	4,9	10	12,3
29			1	3,2	30	13,6	8	10,3	13	3,0	4	4,9
30	1	1,0			24	10,9	11	14,1	10	2,3	7	8,6
31					16	7,2	6	7,7	8	1,9	2	2,5
32					9	4,1	6	7,7	5	1,2		
33					13	5,9	1	1,3	5	1,2	3	3,7
34					11	5,0	8	10,3	4	0,9		
35					14	6,3	3	3,8	2	0,5	2	2,5
36					13	5,9	3	3,8	2	0,5	1	1,2
37					9	4,1	3	3,8	2	0,5		
Indeterminado					1	0,5			1	0,2		
TOTAIS	102	100,0	31	100,0	221	100,0	78	100,0	432	100,0	81	100,0

Juventude: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,413.

Vida Adulta: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,185.

Transversal: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,272.

Quadro 9.23 Índices estatísticos, grupos de trajectórias, idade em que se registou a 1.^a privação (detenção) e sexo

MEDIDAS DE ESTATÍSTICA	JUVENTUDE		VIDA ADULTA		TRANSVERSAL	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Média	21	23	30	30	24	26
Moda	18	23	26	26	25	25/28

As trajectórias que se expressam apenas na fase da juventude, e na fase da vida adulta, não revelaram diferenças significativas ao nível do género. A sujeição à situação de detenção tende a ocorrer de forma semelhante em ambos os sexos. Apenas

no grupo de trajectórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta* se registaram diferenças que no plano da significância estatística geram alguma distinção entre categorias de género.

No grupo de trajectórias *limitado à fase da juventude*, a sujeição dos indivíduos à medida de detenção não produz diferenças significativas em função do sexo; todavia, importa salientar que tendo em referência as medidas de estatística, média e moda, o comportamento delinquente dos rapazes tende a suscitar mais cedo a aplicação de uma medida privativa da liberdade. De salientar que ao nível da delinquência estritamente juvenil, apenas uma pequena percentagem dos indivíduos que se enquadram nesse grupo de trajectórias, se sujeitou à aplicação da primeira medida privativa da liberdade após os 25 anos de idade.

Nas sequências delitivas caracterizadas exclusivamente pela enunciação do comportamento criminal durante a fase adulta também não se registaram diferenças significativas entre categorias de género. Tal encontra-se francamente demonstrado pelo apuramento da média e da moda em ambos os sexos; outra nota comum, que em certa medida complementa a similitude entre a expressão masculina e feminina, centra-se no facto da maioria das situações de detenção ocorrer na primeira metade da fase da vida adulta, ou seja até aos 30 anos de idade, insinuando-se a partir desse limite uma tendência evolutiva descendente.

A distinção entre categorias de género encontra maior expressão essencialmente no grupo de trajectórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta*. Independentemente do sexo, neste grupo de trajectórias o contacto com a medida restritiva da liberdade – detenção – assume particular expressão no momento de transição entre a fase da juventude e a fase da vida adulta, mais precoce e expressiva na sequência delitiva dos homens – média de 24 e moda de 25 anos de idade – que nas mulheres – média de 25 e moda de 25 ou 28 anos de idade. Mas em que medida a detenção se poderá constituir num factor de desistência? Daqueles que experimentaram tal medida privativa da liberdade, quantos voltaram a reincidir no crime?

Quadro 9.24 Indivíduos *reincidentes*, grupos de trajectórias, reincidência após a 1.^a detenção e sexo

REINCIDÊNCIA APÓS DETENÇÃO	JUVENTUDE				VIDA ADULTA				TRANSVERSAL			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sem continuidade criminal	49	48,0	15	48,4	74	33,5	33	42,3	42	9,7	17	21,0
Com continuidade criminal	53	52,0	16	51,6	147	66,5	45	57,7	390	90,3	64	79,0
TOTAIS	102	100,0	31	100,0	221	100,0	78	100,0	432	100,0	81	100,0

Juventude: Qui-quadrado $p = 0,973$; V de Cramer = 0,003.Vida Adulta: Qui-quadrado $p = 0,155$; V de Cramer = 0,082.Transversal: Qui-quadrado $p = 0,004$; V de Cramer = 0,129.

Em ambos os sexos, a influência da medida detenção sobre a eventual desistência na continuidade criminal atinge o nível mais elevado no grupo de trajectórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta*. Em qualquer dos grupos de trajectórias, os homens apresentam índices de menor sensibilidade à medida de detenção, sendo que apenas no grupo de trajectórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta* se verificam diferenças estatisticamente significativas. Nos outros dois grupos de trajectórias, embora se verifique nos dois sexos uma maior proporção de indivíduos que não obstante terem sido sujeitos a uma medida privativa da liberdade, continuaram a delinquir, tal não adquire expressão distintiva geradora de diferenças entre masculino e feminino. Efectivamente, a diferença entre sexos encontra-se estatisticamente demonstrada fundamentalmente no grupo de trajectórias caracterizadas pela extensibilidade das carreiras criminais ao longo da vida; os homens, por relação às mulheres, tendem a revelar uma menor sensibilidade à medida de detenção, obstando desse modo à eventual interrupção da actividade delitiva.

A condenação

Na sequência do estudo sobre o efeito da *detenção* na interrupção da actividade delinquente, impõe-se que se proceda à análise do efeito da *condenação* sobre o percurso delinquente dos indivíduos. Ao contrário da detenção, a condenação constitui-se fundamentalmente numa decisão judicial (sentença) sobre a determinação da culpa do agente do crime, culminando na aplicação de uma sanção privativa da liberdade. A sanção pode ter carácter efectivo ou suspensivo por determinado período

de tempo. Independentemente da natureza da sanção, a imposição do rótulo de condenado, ou seja, de comprovadamente culpado da prática de determinado tipo de crime, poderá produzir consequências bem reais sobre o sistema de vida do indivíduo.

No caso da aplicação da pena de prisão efectiva a sua execução tende a afectar determinantemente a vida do indivíduo, na medida em que o afasta do seu quotidiano, e da vida em sociedade, encontrando-se desse modo privado do sistema de vida que enquadra a sua existência, assim como da proximidade e do afecto daqueles que fazem parte da rede de relacionamento primário e secundário. A sujeição à situação de reclusão poderá despoletar sobre a identidade do indivíduo um processo de estigmatização que lhe poderá alterar a sua identidade social, com eventuais repercussões negativas sobre o percurso de vida futuro.

Em que medida a sentença condenatória poderá afectar o desenvolvimento do percurso delinquentes? Das amostras em análise, respeitantes a indivíduos *reincidentes*, quantos foram condenados, e quantas vezes? Com que idade o foram pela primeira (ou única) vez, e por que tipo de crime? Que índice de reincidência após a primeira condenação? Procuraremos ao longo da presente análise equacionar algumas respostas às questões expostas, de modo a podermos aferir o efeito da potencial sujeição a uma sanção que culmina com a aplicação de uma medida privativa da liberdade.

Quadro 9.25 Indivíduos *reincidentes*, grupos de trajetórias, sujeição a pelo menos uma condenação e sexo

EXISTÊNCIA DE CONDENAÇÕES	JUVENTUDE				VIDA ADULTA				TRANSVERSAL			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
nenhuma	140	80,0	66	90,4	273	70,0	136	77,7	242	47,1	89	71,8
pelo menos uma	35	20,0	7	9,6	117	30,0	39	22,3	272	52,9	35	28,2
TOTAIS	175	100,0	73	100,0	390	100,0	175	100,0	514	100,0	124	100,0

Juventude: Qui-quadrado $p = 0,046$; V de Cramer = 0,127.

Vida Adulta: Qui-quadrado $p = 0,058$; V de Cramer = 0,080.

Transversal: Qui-quadrado $p = 0,000$; V de Cramer = 0,196.

Do quadro supra depreende-se que a experiência dos indivíduos relativamente à aplicação de uma sentença condenatória se encontra diferenciada em função do grupo de trajetórias. Aqueles que inserem a sua experiência delitiva no grupo de

trajectórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta* revelam uma maior proporção de indivíduos que foram sujeitos a sanções condenatórias, seguidos daqueles que integram os grupos de trajectórias que se caracterizam, ora por delinquirem apenas durante a vida adulta, ora por se exprimirem estritamente durante a fase da juventude.

No âmbito da potencial repercussão que as sanções condenatórias adquirem em função do género, o significado que encerram encontra-se diferenciado em função dos grupos de trajectórias criminais que cada indivíduo integra. Se nos grupos de trajectórias *limitado à fase da juventude e transversal às fases da juventude e da vida adulta* se verifica uma clara distinção entre sexos, mais evidente no segundo grupo de trajectórias e que se traduz por uma maior proporção de indivíduos do sexo masculino a serem sujeitos a sanções condenatórias, no grupo de trajectórias criminais expressas *a partir da vida adulta*, não se registam diferenças estatisticamente significativas em função do sexo.

A maior representatividade do sexo masculino na experiência de condenação, em particular nos grupos de trajectórias *limitado à fase da juventude e transversal às fases da juventude e da vida adulta*, encontrará repercussão no que respeita ao grau de reincidência nesse tipo de experiência?

Quadro 9.26 Indivíduos *reincidentes*, grupos de trajectórias, número de condenações e sexo

NÚMERO DE CONDENAÇÕES	JUVENTUDE				VIDA ADULTA				TRANSVERSAL			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	26	74,3	6	85,7	67	57,3	29	74,4	113	41,5	27	77,1
2	8	22,9	1	14,3	28	23,9	5	12,8	59	21,7	6	17,1
>2	1	2,9		0,0	22	18,8	5	12,8	100	36,8	2	5,7
TOTAIS	35	100,0	7	100,0	117	100,0	39	100,0	272	100,0	35	100,0

Juventude: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,109.

Vida Adulta: Qui-quadrado $p = 0,242$; V de Cramer = 0,164.

Transversal: Qui-quadrado $p = 0,000$; V de Cramer = 0,245.

No que se refere ao número de vezes que os indivíduos foram sujeitos a sanções condenatórias, nos grupos de trajectórias *limitado à fase da juventude e a partir da vida adulta*, a maioria dos indivíduos dos dois sexos apenas foram condenados uma vez; embora os indivíduos do sexo masculino revelem nesses grupos

de trajectórias uma maior representatividade nas categorias que definem a reincidência na sujeição a sanções condenatórias, tal diferença não se revela estatisticamente significativa que possa gerar distinção entre homens e mulheres.

As diferenças de género adquirem expressão fundamentalmente no grupo de trajectórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta*; neste grupo de trajectórias, os indivíduos do sexo masculino sujeitos à experiência de condenação tendem mais vezes a serem sancionados (58,5%) que os indivíduos do sexo feminino (22,8%). Constituirá o tipo de crime pelo qual foram condenados um elemento distintivo da pertença a determinada categoria de género?

Tomando a análise da distribuição dos indivíduos pelos diversos tipos de crimes a que foram indiciados e sentenciados pela primeira vez pelos tribunais, verificamos que as duas categorias de género apresentam expressões bem diferenciadas em qualquer dos grupos de trajectórias criminais que integrem.

Quadro 9.27 Indivíduos *reincidentes*, grupos de trajectórias, tipo de crime decorrente na 1.^a condenação e sexo

TIPOS DE CRIMES	JUVENTUDE				VIDA ADULTA				TRANSVERSAL			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Contra Património Sem Violência	12	34,3	3	42,9	23	19,7	4	10,3	72	26,5	2	5,7
Contra Património Com Violência	2	5,7			6	5,1	1	2,6	15	5,5	2	5,7
Emissão Cheque Sem Provisão	1	2,9	1	14,3	4	3,4			2	0,7		
Droga	4	11,4	3	42,9	52	44,4	26	66,7	87	32,0	21	60,0
Vida em Sociedade									4	1,5	2	5,7
Sexuais					1	0,9			1	0,4		
Vida					3	2,6			7	2,6	1	2,9
Liberdade Pessoal												
Integridade Física					3	2,6			1	0,4		
Contra as Pessoas Menos Graves											2	5,7
Estado					1	0,9			2	0,7		
Estatisticamente Minoritários					5	4,3			9	3,3		
Vários crimes de tipos diferentes	5	14,3			4	3,4	5	12,8	6	2,2	3	8,6
<i>Indeterminado</i>	11	31,4			15	12,8	3	7,7	66	24,3	2	5,7
TOTAIS	35	100,0	7	100,0	117	100,0	39	100,0	272	100,0	35	100,0

Juventude: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,837.

Vida Adulta: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,771.

Transversal: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,743.

As condenações dos indivíduos que integram o grupo de trajectórias caracterizado estritamente pela delinquência juvenil, expressam condenações

essencialmente em crimes ligados ao património e à droga. As raparigas encontram-se quase exclusivamente associadas a condenações por crimes relacionados com o tráfico de droga, e por crimes contra o património sem violência, em particular com recurso ao furto; indivíduos condenados pelo crime de emissão de cheque sem provisão constituem uma clara minoria. Os rapazes destacam-se por terem sido condenados essencialmente por crimes contra o património sem recurso à violência, recorrendo para tal ao furto, representando os outros tipos, nomeadamente o envolvimento no tráfico de droga, uma dimensão menos expressiva; a condenação por crimes violentos, em particular contra o património através da prática do roubo, revela-se exclusivamente masculina.

Aqueles que delinquem apenas aquando da fase adulta, revelam uma maior dispersão de condenações por mais tipos de crimes, em particular o género masculino. As mulheres, na sequência do revelado pela delinquência das jovens raparigas, mas de forma mais evidente apresentam fundamentalmente condenações devido ao envolvimento no fenómeno do tráfico de droga, e de forma menos expressiva, em crimes que tendem a afectar bens patrimoniais sem recurso à violência – fundamentalmente com recurso ao furto, mas também à burla.

A violência (através do crime de roubo) constitui um elemento que embora manifesto no universo feminino, se revela espúrio. A expressividade condenatória do sexo masculino revela-se, ao nível dos tipos de crimes, mais extensa; uma proporção substancial das condenações incide sobre o envolvimento dos indivíduos no fenómeno da droga, maioritariamente ligado à dimensão do comércio, mas também, de menor expressão, ao consumo de drogas. As restantes condenações assumem uma dimensão menos expressiva, todavia importa salientar ainda as condenações pela prática de crimes contra o património sem recurso à violência, essencialmente através da prática do furto, mas também da emissão de cheques sem provisão, da burla e do abuso de confiança; os crimes violentos sobre os quais são condenados vão além da dimensão da apropriação ilícita de bens patrimoniais, estendendo-se à esfera da integridade física, da vida, e da esfera sexual.

Surgem nesta fase da vida (adulta), as condenações por crimes que revelam uma maior integração do indivíduo no buliço da vida activa, mediante o envolvimento em crimes que afectam o Estado e a sociedade, através da receptação, do crime de desobediência a determinações emanadas da autoridade, assim como através da

condução de veículos rodoviários, ora sem habilitação legal para o fazerem, ora por consumo excessivo de álcool.

Os indivíduos cujo envolvimento na delinquência se inicia na fase adulta e que se prolonga pela vida adulta, apresentam também condenações bem diferenciadas em função das categorias de género. Os homens, adquirem particular expressão devido ao envolvimento no tráfico de droga, mas também no entrelaçar das dimensões do tráfico com o consumo, assim como pelo envolvimento em actividades predatórias do património, maioritariamente através do furto, mas também de menor expressão, com recurso à burla e à emissão de cheques sem provisão. O envolvimento na violência adquire a maior expressão através do crime de roubo, por vezes com recurso a arma proibida, mas também através do atentado à vida, e de forma mais residual afectando as esferas da integridade física e sexual das vítimas. Os homens adquirem ainda expressão, embora menor, através de crimes que transgridem valores do Estado, e da vida em sociedade, como são os ligados à condução de veículos rodoviários, à posse de arma proibida, ao incêndio, à falsificação de documentos, e falsidade de depoimento.

A maioria das condenações de indivíduos do sexo feminino centra-se no envolvimento no tráfico de droga; os restantes tipos de crimes pelos quais foram condenadas revelam-se francamente minoritários, destacando-se os crimes contra as pessoas menos graves, em regra através da difamação, os crimes contra o património sem violência, recorrendo para tal ao furto, os crimes que afectam a vida em sociedade, mediante a prática da falsificação de documentos; a violência encontra-se presente em similar proporção revelada pelo universo masculino, manifesta essencialmente através dos crimes de roubo, e homicídio.

E com que idade é que as categorias de género, em função dos grupos trajectoriais que integram, tendem a experienciar o resultado da primeira sentença condenatória?

A distribuição da idade em que foi proferida a primeira condenação pelos três grupos de trajectórias e pelo sexo, tende a apresentar relativas similitudes em função do género, todavia importa sublinhar que o nível de intensidade da associação das variáveis em análise, nos diversos grupos de trajectórias, adquire graus muito diversificados; enquanto que no grupo de trajectórias *a partir da vida adulta* a relação

entre variáveis se revela muito fraca, nos grupos de trajetórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta* e *limitado à fase da juventude*, o grau da relação é respectivamente, fraco e médio.

Quadro 9.28 Indivíduos *reincidentes*, grupos de trajetórias, idade na 1.^a condenação e sexo

IDADE AQUANDO DA 1. ^a CONDENÇÃO	JUVENTUDE				VIDA ADULTA				TRANSVERSAL			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
16												
17	2	5,7%							8	2,9%		
18	3	8,6%							7	2,6%		
19	7	20,0%							9	3,3%		
20	2	5,7%	2	28,6%					9	3,3%		
21	2	5,7%							8	2,9%		
22	2	5,7%	1	14,3%					7	2,6%		
23	3	8,6%							7	2,6%		
24	1	2,9%	1	14,3%					9	3,3%		
25	2	5,7%	1	14,3%					12	4,4%	3	8,6%
26	8	22,9%	2	28,6%	2	1,7%			23	8,5%		
27	2	5,7%			6	5,1%	2	5,1%	20	7,4%	1	2,9%
28	1	2,9%			9	7,7%	2	5,1%	34	12,5%	3	8,6%
29					17	14,5%	5	12,8%	25	9,2%	7	20,0%
30					12	10,3%	6	15,4%	17	6,3%	4	11,4%
31					21	17,9%	6	15,4%	22	8,1%	3	8,6%
32					12	10,3%	5	12,8%	15	5,5%	1	2,9%
33					8	6,8%	2	5,1%	8	2,9%	3	8,6%
34					7	6,0%	4	10,3%	8	2,9%	2	5,7%
35					5	4,3%	2	5,1%	11	4,0%	3	8,6%
36					11	9,4%	3	7,7%	7	2,6%	3	8,6%
37					7	6,0%	1	2,6%	6	2,2%		
<i>Indeterminado</i>							1	2,6%			2	5,7%
TOTAIS	35	100,0%	7	100,0%	117	100,0%	39	100,0%	272	100,0%	35	100,0%

Juventude: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,493.

Vida Adulta: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,154.

Transversal: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,308.

Quer no grupo de trajetórias criminais *limitado à fase da juventude*, quer no grupo *transversal às fases da juventude e da vida adulta*, as medidas de estatística – média e moda – revelam indicadores que apontam para uma ligeira precocidade do sexo masculino; na dimensão da delinquência juvenil, os rapazes tendem a apresentar uma distribuição das condenações ao longo de quase todo o intervalo de tempo que configura o grupo trajectorial; enquanto que os rapazes marcam o limite inferior do

momento em que ocorreu a primeira condenação nos 17 anos de idade, as raparigas delineiam esse limite aos 20 anos; os poucos casos associados às raparigas expandem-se pelo processo desenvolvimental a partir dessa idade. Em ambos os sexos se verificam casos em que a idade em que ocorreram as condenações extravasa os limites do grupo trajectorial; tal dever-se-á a factores referentes à marcha do processo no tempo.

Quadro 9.29 Índices estatísticos, grupos de trajectórias, idade em que se registou a 1.^a condenação e sexo

MEDIDAS DE ESTATÍSTICA	JUVENTUDE		VIDA ADULTA		TRANSVERSAL	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Média	23	24	32	31	28	29
Moda	26	20/26	31	30/31	28	29

As condenações de indivíduos que pertencem ao grupo de trajectórias cuja experiência delitiva atravessa a fase da juventude e a fase adulta, no universo masculino tendem a estenderem-se ao longo do curso da estrutura delinquencial, em particular a partir dos 17 anos até ao limite do intervalo que caracteriza este grupo trajectorial, assumindo particular expressão quantitativa no período entre os 26 e os 31 anos de idade; no universo feminino as primeiras condenações são proferidas aos 25 anos, e tendem a distribuírem-se ao longo da idade, até aos 36 anos.

No grupo de trajectórias cuja expressividade criminal marca apenas a plena idade adulta, as medidas estatísticas revelam uma relativa paridade entre categorias de género. Os dois sexos apresentam distribuições de condenações ao longo de quase todo o curso da idade, com particular expressão entre os 29 e os 32 anos de idade.

Mas em que medida a primeira condenação poderá exercer influência sobre o comportamento do indivíduo, contribuindo para a interrupção da conduta delinquente?

Quadro 9.30 Indivíduos *reincidentes*, grupos de trajectórias, reincidência após a 1.^a condenação e sexo

REINCIDÊNCIA APÓS CONDENAÇÃO	JUVENTUDE				VIDA ADULTA				TRANSVERSAL			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sem continuidade criminal	30	85,7	5	71,4	53	45,3	27	69,2	80	29,4	26	74,3
Com continuidade criminal	5	14,3	2	28,6	64	54,7	12	30,8	192	70,6	9	25,7
TOTAIS	35	100,0	7	100,0	117	100,0	39	100,0	272	100,0	35	100,0

Juventude: Qui-quadrado $p = 0,459$; V de Cramer = 0,113.Vida Adulta: Qui-quadrado $p = 0,010$; V de Cramer = 0,207.Transversal: Qui-quadrado $p = 0,000$; V de Cramer = 0,300.

Da interpretação do quadro 9.29 depreende-se que o efeito da condenação sobre o comportamento delincente varia consoante o grupo de trajectórias criminais, e no âmbito desses, em função do género. Importa referir que apenas no grupo de trajectórias *limitado à fase da juventude*, se registam indicadores que apontam para a inexistência de diferenças significativas entre sexos. Neste grupo de trajectórias, dominado pela delinquência juvenil, só uma pequena percentagem de rapazes e raparigas tende a continuar a actividade delincente após terem sido sujeitos a uma primeira condenação. Nos grupos de trajectórias criminais caracterizados pela delinquência apenas na fase adulta, e pela transversalidade da delinquência ao longo da vida, verificam-se expressões distintas em função do género. Verifica-se em ambos os sexos uma clara distribuição assimétrica nos referidos grupos trajectoriais, com os homens a destacarem-se das mulheres por revelarem uma continuidade delitiva mais marcada e acentuada, essencialmente no grupo de trajectórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta*.

Os indivíduos do sexo feminino que em qualquer dos grupos de trajectórias criminais revelam continuidade criminal após uma primeira condenação, constituem uma clara minoria, pelo que se poderá afirmar que a sujeição das mulheres a uma condenação, tende a produzir efeitos que contribuem para a desistência.

Os indivíduos do sexo masculino tendem a manifestar expressões bem diversificadas, em função do grupo de trajectórias a que pertencem. Entre os três grupos de trajectórias criminais em estudo, a continuidade no envolvimento na delinquência após a primeira condenação revela-se crescente, configurando-se de

reduzida expressão naqueles que apenas desenvolvem condutas delinquentes na fase da juventude, de significativa expressão nas trajectórias que se iniciam na fase adulta, e de extraordinária expressividade naqueles que tendo iniciado o envolvimento na delinquência na fase da juventude, a prolongam pela vida adulta. Estes últimos revelam um menor grau de sensibilidade às eventuais repercussões despoletadas por uma condenação.

A análise dos dados comprova que quando os indivíduos são sujeitos a medidas restritivas da liberdade, se verificam diferenças entre categorias de género. As mulheres mais que os homens revelam uma maior sensibilidade à restrição da liberdade, potenciando assim uma eventual desistência da actividade criminal.

Parte III

Discussão crítica

Capítulo 10

Por entre a dimensão histórica e biográfica

História e biografia interceptam-se através da acção do indivíduo, assim como dos grupos, nos produtos de cultura que emergem da vida em sociedade. Em certa medida, transpondo o pensamento de Bourdieu (1979) para o estabelecimento da dimensão relacional entre história e biografia, poderíamos afirmar que de forma simbiótica sendo ambas estruturantes da organização da sociedade e da vida do Indivíduo, ao longo do tempo vão sendo continuamente estruturadas uma pela outra através do poder simbólico da cultura dominante sobre a vida quotidiana do indivíduo, e da acção desse sobre a forma como as praticas e representações sociais vão sendo reproduzidas na interacção estabelecida com os seus pares.

A este respeito Passeron (1989) refere que a biografia do indivíduo, e no presente estudo, de grupos, encontra-se potencialmente delimitada por três quadros explicativos e interpretativos da sua lógica, através dos quais o sujeito organiza as suas decisões e despoleta a acção social: são eles, (1) o quadro histórico ou social, onde o indivíduo e os grupos a que pertence se integram no plano sociopolítico e económico, (2) o quadro axiológico-normativo, por referência às normas e valores que orientam a decisão, (3) e o quadro das oportunidades no quotidiano, relativo às condições objectivas de existência. Qualquer trajectória encontra-se condicionada não só por estes factores, como também pelos diversos tipos de capital que o indivíduo vai incorporando no seu potencial para a acção.

Coninck e Godard (1989) sublinham que no âmbito do estudo de trajectórias, as dimensões da história (cultura) e do tempo, suscitam uma lógica de processo, no decurso do qual a ocorrência dos fenómenos tende a variar em função do desenvolvimento das interacções humanas, das características dos actores, do sentido da acção, e dos contextos em que essa decorre. No âmbito da relação entre género e crime, integrando-a na lógica do processo histórico e da biografia do sujeito, ou de grupos, as trajectórias enunciadas pelas categorias de género, masculino e feminino, encontram-se logo à partida, no desencadear do processo de socialização, diferenciadas em função de uma certa ordem cultural e moral que se repercute na identidade, nos papéis, e no estatuto que se espera que rapazes e raparigas, homens e

mulheres, representem ao longo das diversas fases do ciclo de vida. Neste sentido, recorrendo a Bourdieu (1979) poderemos assegurar que o sentido da trajetória de determinado indivíduo, ou grupos, resulta de um contínuo processo de ajustamento do seu sistema de disposições, ou de características, às condições objectivas de existência. Condições essas desiguais, muitas vezes reprodutoras de processos de fechamento a eventuais oportunidades de desenvolvimento que permitiriam um maior equilíbrio e justiça entre indivíduos. Tal desajustamento gerador de desigualdades em função do género, encontramos-lo tanto na história, como nas condições de existência do sujeito atestada pela sua biografia, constituindo o grau de participação das categorias de género na transgressão de valores protegidos socialmente pelo edifício jurídico-penal um claro exemplo da condição e do estatuto diferenciado existente entre masculino e feminino.

10.1 O processo histórico na relação entre género e crime

A participação de homens e mulheres no crime, com base na análise de registos oficiais do final do século XIX até ao dealbar do século XXI sobre a criminalidade em Portugal, apontam para um claro predomínio da participação masculina, representando a taxa de feminilidade, no máximo, cerca de 20% da totalidade dos registos (quadro 2.1). As explicações para tal diferença quantitativa entre categorias de género têm sido sustentadas por diversas teses, na maioria das vezes estribadas em representações simbólicas dominantes sobre o estatuto, o papel e as funções sociais de ambos os sexos. As explicações de âmbito científico têm sido muitas das vezes permeáveis ao que de fundamental deve orientar a produção de conhecimento – a separação do método e objecto de estudo da influência de determinados obstáculos epistemológicos, que na maioria das vezes se encontram fundados em especificidades culturais estruturadas e reproduzidas no quotidiano e estruturantes da organização mental dos indivíduos, que irremediavelmente poderão condicionar o acto de pensar e de trabalhar em ciência.

A organização social da sociedade portuguesa, assim como a divisão sexual do trabalho, dependem inextricavelmente da forma como a base produtiva se encontra estruturada, e dos modelos de organização da família. O modelo familiar dominante

nos séculos XIX e XX assentava sobre a figura masculina, na qual o homem surgia como o referencial de autoridade e respeito, e a mulher, de algum modo subalternizada, surgia como a figura a quem competia a organização do lar, contida aos limites do espaço doméstico, cuidadora e educadora dos filhos. Tal modelo seria definido como fundado no patriarcado, ou seja, na figura do homem, pai e chefe de família. Os papéis socialmente *naturalizados* do masculino e do feminino encontravam-se reconhecidos, não só no plano das práticas do quotidiano, como reforçados pelo Estado, nas disposições legais que regulavam os direitos e deveres de cada actor, representando as funções do homem e da mulher na sociedade como se resultantes de um processo *jus natural*. Feeley e Aviram (2008) referem que o domínio do patriarcado não foi sempre exercido da mesma forma. Entre os séculos XVII e XVIII a mulher encontrava-se menos sujeita ao controlo social da figura masculina, participando no espaço público e na esfera produtiva, de modo a contribuir para a subsistência da família. Os estudos de Feeley e Aviram (2008) e Feeley e Little (1991) referem uma forma de organização do trabalho, da família e da própria comunidade, em que a economia de base familiar, permitia que a mulher estivesse mais presente no espaço público, aumentando desse modo – com base no estudo da sociedade inglesa do século XVII – a possibilidade de experienciar situações que a impeliriam a transgredir normas penais.

No século XIX, com o advento da revolução industrial, o modelo de produção desloca-se da unidade familiar, para a unidade industrial – para o espaço da fábrica. A organização da família altera-se, confinando a mulher ao espaço privado da vida doméstica, e o homem ao espaço público da produção económica. Destituída dos meios de produção económica, o modelo de patriarcado público cede a um modelo de patriarcado privado, reduzindo o espectro de participação da mulher no espaço, em particular na vida pública. Tal facto, na opinião de Feeley e Aviram (2008) terá tido repercussões na redução da participação feminina no crime.

O tipo de participação, a imagem social e os papéis sociais esperados do homem e da mulher nas diversas instituições da sociedade, inseriam-se num quadro cultural androcêntrico em que as categorias de género se distinguiam por características inatas e por isso da ordem da natureza, que a própria organização da sociedade legitimava através da produção legislativa, tornando-as assim *jus naturais*, e por isso dogmáticas. O homem dotado de autoridade e dominante no espaço

público, e a mulher subalternizada ao poder da figura masculina, e em particular do marido, e dominante no espaço privado, constituem estados de género *naturais* com explicações que radicam na diferença que a natureza impôs à constituição do masculino e do feminino. Tal influência da ordem do fenótipo e do genótipo é compreendida como deterministicamente associada à forma de organização da psique e da expressividade do comportamento em função do sexo. Na perspectiva androcêntrica sobre a organização sexual dos papéis masculino e feminino, dominante nos séculos XIX e XX, à mulher caber-lhe-ia, dado a atribuída fragilidade física e debilidade psíquica, o papel de esposa, de cuidadora da família e da educação dos filhos, e ao homem, dado a robustez física e o vigor mental, a obtenção do provento da família, assim como a sua representação no espaço público. Na opinião de Marie-Andrée Bertrand (2003), tal condição diferenciada em função do sexo, atingiu no século XIX um estado de desvalorização social da mulher e de redução da sua participação pública, que a terá conduzido a um estado de quase inexistência social.

A reduzida participação feminina no crime, e a relevância do sexo masculino nas estatísticas criminais, consolidaram o estabelecimento da ideia de que o crime se encontraria estreitamente associado ao sexo masculino, e como tal às características que definem o homem enquanto entidade social – a virilidade e a força física. Procura-se fundamentalmente nas características físicas do indivíduo a razão para determinado comportamento lesivo da ordem social. Na transição para o século XX, a etiologia do comportamento delinquente encontra-se fortemente influenciada pela corrente positivista, que se funda na produção de conhecimento através da aplicação do método científico, ora recorrendo à biologia e à antropologia, ora à psicologia e à psiquiatria, ora à ecologia, à sociologia e à economia. Todavia o processo de demonstração e de *verificabilidade* da validade do conhecimento científico, essencialmente quando estribado em explicações determinísticas, ou quando se procura torná-lo aplicável, sem critério, a outras áreas do saber que não a própria, cede precocemente ao processo, referido por Karl Popper (1934) como de *falsificabilidade*, que resulta na falibilidade da validade da tese demonstrada. Efectivamente, algumas das teorias que marcaram a história do conhecimento do comportamento delinquente resultaram da forte influência ideológica dos estereótipos que subjazem à representação do género; ao estatuto e ao *papel natural* esperado, que tanto homens como mulheres devem deter e desempenhar nas diversas instituições

que compõem a sociedade. A história do pensamento científico e a construção do próprio conhecimento, tem sido edificado a partir de erros, lacunas e equívocos, os quais após desconstruídos através de um processo de análise crítica se transformam em matéria-prima para o surgimento de conhecimento novo.

As explicações sobre a relação entre género e crime geraram ao longo da história do conhecimento, em particular entre os séculos XIX e XX, vários discursos que procuraram legitimar pretensas evidências, articulando para tal representações simbólicas sobre o estatuto e o papel socialmente atribuído e esperado do masculino e do feminino, com premissas de certas teorias dominantes em cada momento histórico, conferindo desse modo a essas explicações legitimidade, reconhecimento e validade científica e social. Procura-se a explicação do comportamento criminal na identificação de traços biopsicológicos que potenciariam a pulsão do indivíduo para o crime (Lombroso, 1887; Lombroso e Ferrero, 1895), no processo de descompensação e de desorganização da dimensão psíquica (Freud, 1923), no deficiente processo de socialização (Garofalo, 1916), em condicionalismos da ordem não só do indivíduo, mas também da organização social e económica da sociedade (Durkheim, 1895; Ferri, 1901; Bonger, 1916). Conforme se constata, no final do século XIX surgem várias correntes que sustentarão a base de desenvolvimento do pensamento criminológico – da biopsicologização do acto delinvente, à influência dos contextos sobre o comportamento.

A primeira evidência das diferenças existentes entre categorias de género na participação no crime é quantitativa, e por isso de âmbito estatístico. No século XIX, os estudos desenvolvidos por Quetelet (1842) evidenciaram o predomínio da participação masculina no crime, sendo a mesma de cerca de quatro vezes superior à revelada pelo sexo feminino, associando por isso o comportamento criminal a características reconhecidas socialmente como eminentemente masculinas – a virilidade e a força física. Outros autores, na esteira da influência da *teoria da evolução das espécies* de Charles Darwin, relacionaram o comportamento delinvente com supostos determinismos da ordem da constituição biopsicológica do Indivíduo, e por isso inatos, assim como ao despoletar de determinado processo regressivo e degenerativo ao nível físico e psíquico, que impelira o Indivíduo para o cometimento de comportamentos criminógenos (Lombroso, 1887). Nesta lógica, a diferença de participação no crime entre categorias de género encontrava-se sustentada

fundamentalmente por ao sexo feminino serem atribuídas características que o remetiam para um estado de menoridade social. A mulher no século XIX era considerada um ser passivo tanto em termos físico (e sexuais), como psíquico, e dependente da autoridade do homem. O conservadorismo, o recato, e a incompletude evolutiva da mulher constituiriam as razões fundamentais da reduzida participação no crime; todavia quase paradoxalmente, devido ao seu deficit evolutivo, quando o sexo feminino se embrenhava no crime, a degenerescência física e o deficiente sentido moral atingiam uma tal ordem de influência que as suas acções podiam atingir níveis de frieza e calculismo que superariam o homem delinquente nato (Lombroso e Ferrero, 1895). O desvio comportamental da mulher do século XIX, através da delinquência, atingia na figura da prostituta o arquétipo da disfuncionalidade daquilo que era a representação dominante do estatuto e do papel da mulher na sociedade – esposa e mãe, confinada ao espaço privado do domicílio, e da família – sendo por isso de esperar que sobre aquelas que se atrevessem a quebrar o prescrito pela cultura dominante do patriarcado, se despoletasse a crítica social, o estigma e se construísse sobre a sua identidade um processo de diabolização sobre o seu estatuto social.

No decurso do século XIX, o comportamento delinquente é, de uma forma geral, perspectivado como sendo eminentemente masculino, derivado de uma propensão da ordem constitutiva do indivíduo, logo biologizado e anormal face à ordem *natural* da vida em sociedade, sendo por isso perspectivado como algo de patológico. Quando manifesto pelo sexo feminino, esses vectores explicativos do comportamento delinquente tendem a ser reforçados por argumentos sexualizados. Partindo de supostas características *naturais* estreitamente associadas ao sexo feminino – na suposta fraqueza física, debilidade psíquica e menoridade social – a fractura com o socialmente esperado da mulher – a fragilidade, a candura, o recato, a obediência – tende a ser perspectivada como decorrendo de alguém em processo de transformação na figura que se lhe opõe – o sexo masculino – incorporando por isso o que de negativo e reprovável se encontra associado a essa figura. Numa organização social profundamente influenciada pelo pensamento androcêntrico, dominador e reprodutor da figura masculina enquanto referencial, na qual é conferido ao masculino e ao feminino um poder simbólico e material desigual (Bourdieu, 1999), as explicações aventadas sobre a criminalidade manifestada pelo sexo feminino foram sendo assentes em argumentos biologizados, patologizados, sexualizados e

masculinizados (Matos, 2008), de modo a produzir uma imagem de certa forma híbrida, quase que despersonalizada, e por isso pouco normal, daquela que se atrevera a delinquir.

Na transição para o século XX os enfoques positivistas e deterministas, cedem às explicações fundadas no processo social diferenciador e criminalizador. Decorrentes do processo de industrialização do aparelho produtivo das sociedades ocidentais, as sociedades transformam-se de predominantemente rurais a eminentemente urbanas e industriais. A necessidade de mão-de-obra para a indústria, gera uma rápida concentração populacional nas cidades, assim como alguma incapacidade por parte das autoridades e das diversas instituições da sociedade civil, em integrar tão elevado afluxo de indivíduos. Entre a oferta e a procura de mão-de-obra gera-se uma população excedentária, desenraizada, desempregada, desocupada, a viver em condições insalubres, gerando-se processos de segregação, marginalização e violência social. O foco explicativo da delinquência centra-se na forma como as sociedades evoluem em função de determinado modelo de produção, na organização do espaço urbano, assim como nas características das diversas populações que habitam as diversas áreas da urbe.

Surgem neste contexto, e em particular no âmbito dos projectos desenvolvidos pela Escola de Chicago, vectores de análise que a partir do estudo de *histórias de vida* decorrentes da diáspora rural para o meio urbano e respectivas consequências, assim como do específico *modo de vida urbano*, procuraram, com base numa perspectiva interaccionista e trajectorial, compreender a forma como o indivíduo insere o interdito ao longo da vida e que sentido adquire no seu sistema de vida. Surgem ao longo do século XX correntes que procuram explicar o desvio e a delinquência a partir da relação entre o indivíduo e o contexto social em que se insere; são os casos das teorias da *anomia*, da *rotulagem*, da *associação diferencial*, do *conflito de culturas*, da *subcultura delinquente*, da *escolha racional*, entre outras, todavia, poucas referências foram produzidas acerca da relação entre género e crime.

Ao longo do século XX tanto a biologização como a sexualização do comportamento enquanto vectores explicativos da relação entre género e crime, foram sendo recuperadas por vários autores. No início da segunda metade do século XX, Pollack (1950) refere que a criminalidade cometida pelo sexo feminino se encontra sub-representada pelas estatísticas. A razão para tal é invocada pela reacção

cavalheiresca do sistema de justiça, assim como pela natureza, estatuto e papel do sexo feminino na sociedade. A grande maioria dos crimes cometidos por mulheres é considerada como *tipicamente feminina*, na medida em que são cometidos em espaços onde o sexo feminino exprime a sua existência *natural*; ou seja, na privacidade do domicílio, da família ou na actividade de empregada doméstica, ou de outras profissões estreitamente associadas ao sexo feminino – nos sectores da saúde e da educação. Desse modo, devido às características das vítimas – emocionalmente próximas do agressor ou incapazes – e dos contextos em que os crimes são cometidos, a maioria nunca chega ao conhecimento das instâncias formais de controlo social, figurando assim numa invisibilidade social sem que se desencadeie de forma directa qualquer consequência sobre a conduta dos autores dos crimes.

Smart (1976) referido-se especificamente aos trabalhos de Cowie, Cowie e Slater, assim como de Konopka, sublinha que na segunda metade do século XX, estes autores voltam a recuperar o vector determinista. Cowie, Cowie e Slater sustentam que determinadas deficiências e anormalidades na estrutura fisiológica, hormonal e cromossómica quando articuladas com factores ambientais adversos poderiam desencadear a propensão para a delinquência. Konopka, por seu lado, restabelece a relação entre o comportamento delinquente do sexo feminino e uma certa inadequação aos papéis sociais inerentes à mulher.

Na década de 60 do século XX as mulheres encontram-se de forma crescente mais presentes no ensino e no aparelho produtivo. Em plena guerra-fria, e crise económica e social, no enlevo dos movimentos contestatários de cariz social, económico e político, em particular nos Estados Unidos da América e na Europa Ocidental, o movimento feminista reposiciona e reforça a sua expressividade no espaço público. Tendo como base a contestação das relações de poder em função do género, fundadas no modelo patriarcal de organização da sociedade e da família, o objectivo destes movimentos sociais visa fundamentalmente a fragilização da autoridade do patriarcado e a consequente alteração da forma de redistribuição do poder simbólico e material. Importa desconstruir a fundamentação que legitima o poder do patriarcado e o processo de reprodução do pensamento androcêntrico. Daly (2002) refere que o movimento feminista ao procurar despoletar a mudança social procurou fazê-lo através dos discursos político e científico. Através da contestação política procurou-se expor a injustiça produzida pela desigual distribuição de poder,

colocando para tal as questões da mulher na agenda política – o processo diferenciado de socialização; a desigual estrutura de oportunidades; o processo diferenciado de reacção social; etc. – defendendo-as segundo o *ponto de vista feminino*, expondo a evidência da relação desigual entre o homem e a mulher. Através da ciência, procurou-se a desconstrução de argumentação alegadamente reconhecida como cientificamente válida e demonstrada, que impunha determinismo à condição feminina, evidenciando a permeabilidade da ciência a estereótipos dominantes na estrutura do pensamento androcêntrico e no modelo de organização patriarcal da sociedade e das suas instituições. Sublinham que recuando na história do conhecimento gerado pela relação entre género e crime, a mulher ora se encontra omissa, ora surge como actor marginal, ora surge de forma estereotipada e distorcida, remetendo demasiadas vezes a origem do comportamento delinquente da mulher para fundamentos de uma suposta natureza feminina, estreitamente associados à sua sexualidade. Na opinião de Heidensohn e Gelsthorpe (2007), o discurso feminista rompe no espaço público com a hegemonia androcêntrica das versões sobre a suposta condição feminina, fundamentando-a na distinta e desigual divisão sexual dos papéis sociais e por consequência de estatuto. Daly e Chesney-Lind (2002) referem que desse modo se denunciam os modelos diferenciados de socialização de ambos os sexos, a subjugação e os processos de vitimização feminina, as justificações *naturalizadas* para a violência masculina, na qual a agressão sexual constitui uma referência, assim como o desigual acesso a oportunidades valorizadas socialmente.

À progressiva participação da mulher na sociedade e conquista de direitos de cidadania, aumento da população geral, e dos índices de participação de ocorrências criminais, surgem na década de 70 teses que estabelecem a relação entre emancipação feminina e alteração dos padrões de criminalidade, seja em termos quantitativos, seja em termos qualitativos (Simon, 1975; Adler, 1975), em particular através de uma alegada maior participação na criminalidade violenta, e na criminalidade que tende a afectar o património. Tais teses foram contestadas por vários autores, entre os quais Smart (1976) e Heidensohn (1994), os quais reiteram a inexactidão dos argumentos apresentados, na medida em que embora efectivamente os valores absolutos da participação na criminalidade em função do género possam ter aumentado no último quartel do século XX, tal facto não constitui matéria para se fundar uma tese de aumento da participação do sexo feminino no crime. Embora se registe aumento de

participação em ambos os sexos, importa relativizar determinadas tendências de evolução, em particular quando se procuram relações de causa e efeito, fundadas, em particular no sexo feminino, no processo de emancipação social, económico e político. Outros autores como Snider (2003, cit. in Heidensohn e Gelsthorpe, 2007) e Steffensmeier, Schwartz, Zhong, Ackerman, e Agha (2005, cit. in Heidensohn e Gelsthorpe, 2007), referem que as alterações registadas da participação feminina no crime devem-se mais a mudanças no plano político e cultural, e às práticas das instituições, que propriamente a um efectivo e substancial aumento da participação feminina; estes referem-se à forma como as instituições tendem a abordar as transgressões da mulher – da paternalista e tradicional indulgência cavalheiresca, o controlo do comportamento criminal feminino tende a aproximar-se de forma igualitária ao aplicado ao sexo masculino.

No plano da realidade social e criminógena da sociedade portuguesa, recorrendo às estatísticas oficiais (indivíduos condenados), constata-se que a taxa de feminilidade desde a década de 50 que se encontra numa tendência descendente (quadro 2.1). Importa sublinhar que entre as décadas de 30 e 70 do século XX a história de Portugal foi conduzida sob a égide do Estado Novo, regime totalitário, nacionalista, e profundamente paternalista. Até à queda do fascismo (ano de 1974) os movimentos feministas, assim como outros de cariz contestatário, existiam de forma titubeante, justificável pelo cariz autoritário do regime. Só a partir do processo democrático o germen dos movimentos cívicos de carácter contestatário conquista espaço público e massa humana aderente às causas defendidas.

As decisões dos tribunais penais portugueses, no último quartel do século XX, registam um exponencial aumento de condenações de indivíduos de ambos os sexos, todavia a taxa de feminilidade, de uma forma em geral, tem manifestado uma tendência decrescente (quadros 2.1 e 3.11). Por outro lado, se nos debruçamos sobre a questão da violência, verifica-se que em ambos os sexos se registam variações positivas, e por isso crescentes, de maior expressão no sexo masculino mas com alguma especificidade no sexo feminino. Tal deve-se não propriamente a um decréscimo do número de condenações masculinas pelo cometimento de crimes violentos, mas a um crescimento mais lento que o registado pelo sexo feminino, em particular nos crimes que tendem a afectar a vida – homicídio – e bens patrimoniais com recurso à violência – roubo (quadros 3.12, 3.13, 3.14, 3.15, 3.16, 3.17, 3.18, 3.19,

3.20, e 3.21). Os registos de Simon e Adler encontram algum eco na nossa análise, em particular no que respeita ao aumento mais acelerado da criminalidade violenta praticada por mulheres, todavia a ligação de tal facto ao processo de emancipação feminina já nos parece de alguma fragilidade justificativa. Mas ainda que esse constituísse uma parte do argumento justificativo de tal fenómeno, não nos parece que tal pudesse pôr em risco, mesmo no plano político e sectário, a bondade e a justeza das grandes linhas de luta e contestação dos movimentos feministas. Não podemos deixar de equacionar que grandes mudanças sociais, ao nível da redistribuição do poder simbólico e material, se efectuem sem consequências. A violência, neste âmbito, poderá constituir para o masculino e o feminino, consoante a posição dos actores no quotidiano, um meio extremo ora de subjugação, ora de libertação de determinada situação opressiva.

Os dados oficiais sobre a participação no crime, revelam um aumento do número absoluto de condenações em ambos os sexos. Todavia, quando nos reportamos à evolução da taxa de feminilidade verificamos que se regista uma evolução inversa, o que pressupõe que não obstante os dados apontem para um aumento das condenações em ambas categorias de género, tal desenvolve-se segundo uma lógica de maior crescimento da participação masculina na criminalidade em geral. No início do século XXI, o índice de decisões de condenação é de cerca de $\frac{2}{3}$ e $\frac{1}{2}$ dos indivíduos constituídos arguidos, respectivamente do sexo masculino e feminino. Em termos absolutos em cada 10 indivíduos condenados apenas 1 pertence ao sexo feminino, projectando a taxa de feminilidade na ordem dos 8,5%. Se tomarmos como referência os índices da taxa de feminilidade relativos ao período anterior ao processo democrático (ano de 1974), e como tal anteriores à entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (ano de 1986) – enquanto marcos do processo de modernização da sociedade portuguesa – constata-se uma tendência crescente do número absoluto de condenações em ambos os sexos, mas uma evidente variação negativa da taxa de feminilidade. Neste âmbito, qualquer relação determinista do processo de emancipação e de integração da mulher na vida activa com a crescente participação feminina no crime, fica tolhida pelo facto de paralelamente ao crescimento da participação feminina, assiste-se a uma maior participação masculina, verificável inclusivamente pela evolução da taxa de feminilidade.

Constitui um facto demonstrável pelas diversas valências, e critérios de análise estatística, que independentemente da selecção do tipo de variável em função do género, a taxa de feminilidade na condição de suspeito, arguido, condenado, ou recluso tem registado valores francamente residuais quando comparados com os níveis de registo associados ao sexo masculino. Reportando-nos a uma dimensão mais qualitativa, referente aos tipos de crimes pelos quais os indivíduos tendem a ser condenados, no início do século XXI as estatísticas oficiais permitem estabelecer uma relação de associação, por ordem decrescente, do sexo masculino aos crimes contra a vida em sociedade (os crimes cometidos na estrada), aos que afectam o património (mediante o furto e o roubo), o Estado (desobediência) e a integridade física, e do sexo feminino aos crimes que lesam a integridade física, o património e a propriedade (através da emissão de cheques sem provisão, do furto e da burla simples) assim como a vida em sociedade (através do comportamento na estrada, assim como mediante a prática de falsificações), a honra das pessoas, e o Estado (desobediência). Constituirá tal evidência estatística um quadro representativo do tipo de participação de homens e mulheres no crime? Parece-nos que a análise transversal das estatísticas oficiais sobre o crime, por relação ao género, apenas nos permite produzir um retrato parcial do nível e do tipo de participação de ambos os sexos no crime. Constitui-se assim numa base primária de análise para que através do estudo mais aprofundado da participação dos indivíduos no crime, mediante métodos e técnicas longitudinais, poderemos compreender que tipo de significado é que a transgressão de ambas categorias de género poderá enunciar, e que factores de ordem social se poderão encontrar a montante do fenómeno.

10.2 O sentido trajectorial da biografia de grupos

Tendo tido como ponto de partida a análise das estatísticas oficiais sobre a participação no crime numa lógica transversal a vários anos, tal permitiu que produzíssemos um primeiro esboço, ainda que eventualmente provisório, da configuração da transgressão jurídico-penal por relação ao género. Todavia, mais que perceber a relação entre género e crime num determinado momento da história da sociedade portuguesa, importava fundamentalmente compreender em que medida

ambos os sexos se embrenham pelo interdito, inserindo-o nas suas trajectórias de vida, em que fase do ciclo de vida e de que forma o exprimem. Recorremos para tal à metodologia longitudinal de recolha e análise de dados, tomando como matéria-prima os elementos constantes do Sistema Integrado de Informação Criminal da Polícia Judiciária, e como instrumentos de investigação, os fundamentos da criminologia desenvolvimental, e os programas de análise *Statistical Package for the Social Sciences* e *Analyst's Notebook*.

Conforme referem Mattoso e Ferreira (1994), Machado e Costa (1998), Barreto (2000), Ferreira (2000), e Valente e Rosa (2003), na sociedade portuguesa do último quartel do século XX ocorreram inúmeras alterações ao nível político, económico e social, que catapultaram o processo histórico de Portugal na senda do progresso e do desenvolvimento europeu. À generalização do acesso ao ensino, opera-se um processo de recomposição socioprofissional e de crescente feminização da vida activa, representando o sexo feminino na transição para o século XXI praticamente metade da população activa empregada, revelando-se ligeiramente maioritário nos sectores terciário e primário. Todavia, à crescente escolarização feminina não corresponderá proporcionalmente o mesmo nível evolutivo em determinados sectores de actividade, como são os ligados ao exercício da direcção empresarial, e à representação política. Tal dever-se-á a processos de relativo fechamento social, cuja matriz de organização e distribuição de poder se encontra ainda influenciada pelo pensamento androcêntrico, mas que paulatinamente se vão desfazendo em virtude dos movimentos sociais que pugnam pela igualdade de direitos e deveres de ambos os sexos, e por alterações no plano jurídico, algumas delas impondo em determinadas dimensões da vida social – como a representação política – um sistema de quotas, gerador de discriminação positiva.

O aumento de capital escolar e de competências de trabalho conquistado pelo sexo feminino, associado à progressiva inserção da mulher na vida activa, gerou no universo feminino um alargamento do espaço de existência, em particular na dimensão pública, onde a capacidade de produção e de intervenção cívica e política se jogam. A emancipação da mulher por relação ao poder conservador do patriarcado surge a partir de um processo de autonomia material face à anterior dependência do homem, e como tal de afirmação da identidade feminina enquanto actor social independente. As alterações de estatuto e de papéis em função do sexo, geraram

mudanças na forma como homens e mulheres participam no quotidiano. A uma maior autonomia e independência feminina na vida social, consequência da conquista de recursos materiais e simbólicos geradores da redistribuição de poder em função do sexo, interpõe-se uma maior presença pública da mulher nas mais diversas dimensões da organização social. Tais alteridades, na esteira do pensamento de Bertrand (2003), estarão na origem do aumento da participação da mulher no crime, tanto em termos quantitativos (frequência), como em termos qualitativos (diversidade delinquencial), assim como na forma como o sistema sócio-jurídico tem reagido (mais penalizador) face ao comportamento delinquente do sexo feminino.

Mas em que medida homens e mulheres que registam participações no crime se diferenciam em termos de características sócio-demográficas, e por relação à população em geral de onde decorrem. Que tipos de trajectórias enunciam? Partindo dos estudos desenvolvidos por Agra e Matos (1997), Brochu, Agra e Cousineau (2002), Nagin e Tremblay (2005), referentes a trajectórias de grupos, procedemos à análise crítica do potencial delitivo das amostras colhidas. Importa salientar que se tratam de indivíduos de ambos os sexos inscritos no SIIC, de nacionalidade portuguesa, nascidos no ano de 1967, com pelo menos uma constituição de arguido. Foram recolhidos elementos de caracterização sócio-demográfica e de participação na delinquência de 1.665 e 717 indivíduos, respectivamente do sexo masculino e feminino, num potencial período de vida compreendido por 22 anos, entre os 16 e os 37 anos de idade.

O estudo de trajectórias de grupo assenta na prévia identificação de indivíduos que possuam elementos estruturantes comuns para a configuração da trajectória. Num primeiro momento tomámos como unidade estruturadora com capacidade de agrupamento a variável sexo; procedemos como tal à análise das duas amostras iniciais por relação à categoria de género – masculino e feminino.

Nesse sentido, no que respeita à caracterização social dos indivíduos, em termos de capital escolar ambos os sexos evidenciaram uma relevante representatividade nos três primeiros ciclos de ensino, em particular no 1.º ciclo. Entre masculino e feminino constata-se que o segundo, embora ainda com uma relevante taxa de analfabetismo, apresenta maiores índices de representatividade nos níveis de ensino mais qualificados – secundário e superior. No plano profissional, em termos representativos, o sexo masculino apresenta uma maior proporção de indivíduos

associados ao sector secundário, com particular expressão nas dimensões de actividade caracterizadas pelo operariado, pela agricultura e pescas. A condição de doméstica marca profundamente o sexo feminino, o qual por comparação com o sexo masculino, apresenta um maior peso representativo de sujeitos no sector terciário, em particular nas dimensões de actividade caracterizadas pelos serviços, pelas profissões técnicas e de enquadramento, pelas profissões não qualificadas, e pelo empresariado.

Efectivamente, no que tange ao capital escolar e à experiência profissional, as amostras (masculino e feminino) por comparação com as características demonstradas pela população geral, denotam uma evidente desqualificação. Todavia, importa frisar que, ao contrário do evidenciado pela população geral, a amostra feminina revela uma maior proporção de indivíduos cujas competências e desempenhos profissionais se situam ao nível do empresariado e da direcção de empresas, assim como nas profissões técnicas e de enquadramento, em certa medida condicente com a crescente escolarização feminina, a paulatina aquisição de competências qualificadas e a conquista de oportunidades no mercado de trabalho.

Em termos de potencial delitivo, a cada indivíduo do sexo masculino e feminino, corresponde em média o registo de, respectivamente, 4,4 e 2,8 crimes. Importa sublinhar que na análise longitudinal de trajectórias se torna possível estabelecer a ligação entre o indivíduo e os casos (registos de crimes) que ao longo do tempo vai inscrevendo no seu percurso de vida. Na análise transversal das estatísticas oficiais, indivíduos e casos representam a mesma dimensão, a do facto inscrito e fixo no tempo sem possibilidade de enunciar uma continuidade.

Se procurarmos compreender em que medida os dois sexos inserem nas suas trajectórias os diversos grupos de crimes – bastando para tal que apenas um registo de determinado tipo de crime se encontre associado à trajectória do Indivíduo – verifica-se que, com a exclusão dos grupos de crimes emissão de cheque sem provisão e contra o Estado, o sexo masculino, na maioria dos grupos de crimes – contra o património sem violência; droga; contra a vida em sociedade; contra o património com violência; contra a vida; contra a integridade física; contra a liberdade pessoal; contra a liberdade e a autodeterminação sexual; estatisticamente minoritários; e contra as pessoas menos graves – revela maior proporção de indivíduos em que esses tipos de crimes se encontram pelo menos uma vez inscritos nas trajectórias.

Tanto a droga como os crimes que afectam o património sem recurso a meios violentos, constituem os tipos de crimes que mais trajectórias marcam em qualquer das categorias de género; a droga tende a inscrever-se nas trajectórias masculinas através da dimensão do consumo e do tráfico consumo, e nos percursos femininos através da dimensão do comércio, e como tal do estrito tráfico; o grupo de crimes contra o património sem violência, tende a marcar as trajectórias de ambos os sexos, essencialmente mediante a prática da subtracção, denotando-se no sexo feminino uma maior proporção de indivíduos cujas trajectórias se encontram marcadas pelo recurso à burla e ao abuso de confiança.

A secundar o nível de influência dos grupos de crimes referidos, os grupos de crimes emissão de cheque sem provisão e contra a vida em sociedade tendem a revelar na estrutura trajectorial dos indivíduos, uma relevância inversa em função do sexo; enquanto que a emissão de cheque sem provisão tende a afectar substancialmente mais trajectórias do sexo feminino que do sexo masculino, o grupo de crimes contra a vida em sociedade tende a estar proporcionalmente mais presente nas trajectórias masculinas que femininas, manifestando-se nos primeiros, fundamentalmente através da prática de crimes de perigo comum, e de falsificações, e nos segundos eminentemente através das falsificações, em particular de cheques e de outros títulos equiparados a moeda. Com a excepção do grupo de crimes que se caracteriza pela afectação de património com recurso a meios violentos, que atinge cerca de 14,8% das trajectórias masculinas – no sexo feminino, 5,9% – qualquer dos restantes grupos de crimes – contra a vida; contra a integridade física; contra a liberdade pessoal; contra a liberdade e a autodeterminação sexual; estatisticamente minoritários; e contra as pessoas menos graves – apenas se inscrevem, correspondentemente, numa percentagem inferior a 7,0% das trajectórias em ambos os sexos.

Dando continuidade à análise das amostras numa perspectiva transversal, verifica-se que em qualquer dos sexos domina a criminalidade estritamente aquisitiva, ou de recurso a certos meios, como são o tráfico de droga, e as falsificações, cujo objectivo final visa a aquisição de recursos materiais de forma ilícita. O nível de afectação de outros valores de extraordinária importância social, como são os que lesam a integridade psíquica e física da pessoa humana (os casos da vida, da liberdade

e autodeterminação sexual, da liberdade pessoal, e da integridade física), tendem a marcar apenas uma pequena percentagem das trajectórias de ambos os sexos.

Todavia, o escopo fundamental do estudo que desenvolvemos centrou-se numa lógica de processo, ou seja, numa análise longitudinal e como tal trajectorial do envolvimento dos indivíduos no crime. Procurámos sinalizar o envolvimento no crime e as eventuais sequências delitivas, no tempo em que as mesmas ocorreram, tomando como referência as fases que compõem o ciclo de vida dos indivíduos – em concreto dos 16 aos 37 anos de idade. Constituiu-se assim numa perspectiva desenvolvimental, a partir da qual procurámos compreender o momento em que os indivíduos inseriram o interdito nas suas vidas, em que medida o prolongaram no tempo, e eventualmente indiciam o processo de desistência ou de abrandamento na prática de crimes.

Procedemos à identificação de grupos trajectoriais, tendo tomado para o efeito como referência a correspondência dos momentos relativos ao *primeiro-registo* e ao *último-registo* de envolvimento na delinquência e a fase do ciclo de vida em que tais eventos ocorreram. Tal permitiu-nos a determinação e a construção de grupos de trajectórias, que se constituíram na base da análise, tendo sido definidos como *limitado à fase da juventude* – entre os 16 e os 25 anos de idade – *a partir da fase da vida adulta* – entre os 26 e os 37 anos de idade – e *transversal às fases da juventude e da vida adulta* – entre os 16 e os 37 anos de idade.

Da distribuição de ambos os sexos que compõem as amostras pelos três grupos de trajectórias, constata-se que só no grupo de trajectórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta* é que os homens apresentam uma maior proporção que as mulheres. Tal facto constitui *à priori* um primeiro indício de que o sexo masculino tende a ser aquele cuja experiência delinquencial tende a prolongar-se mais no tempo. Efectivamente, tendo como referencia a categoria de género, independentemente do grupo trajectorial de pertença, os indivíduos do sexo masculino (53,4%) apresentam uma maior proporção de indivíduos cujo primeiro envolvimento na delinquência ocorreu na fase da juventude (o sexo feminino – 40,5%); na mesma lógica, os indivíduos do sexo masculino, voltam a revelar uma maior proporção de sujeitos (30,9%) que tendo tido a primeira experiência delinquente na fase da juventude, voltaram a reincidir pelo menos uma vez mais na fase da vida adulta (o sexo feminino – 17,3%). A maioria dos indivíduos do sexo feminino (59,6%) regista envolvimento no crime apenas *a partir da fase da vida adulta* (o sexo masculino – 46,6%).

Os grupos de trajectórias encontram-se complexificados, num primeiro momento pela estrutura delinquencial de âmbito quantitativo, e num segundo momento, pela composição qualitativa dos tipos de crimes que as enformam. Com a excepção do grupo de trajectórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta* – estritamente composto por indivíduos que reincidem no crime, na medida em que iniciaram o envolvimento na delinquência durante a fase da juventude, e a prolongaram pela vida adulta – os outros dois grupos de trajectórias são compostos por indivíduos cuja estrutura delinquencial se decompõe entre primários e reincidentes; ou seja, entre aqueles cujo envolvimento no crime se constitui num epifenómeno, e outros cujo envolvimento na delinquência indicia o desenvolvimento de uma sucessão de crimes. Numa perspectiva desenvolvimental, embora a identificação de grupos de trajectórias delinquentes se revele central no estudo da delinquência – tendo como referência os momentos em que o envolvimento no crime ocorre – a determinação do tipo de envolvimento no crime constitui-se de extrema importância, na medida em que tal permite efectuar o estudo da reincidência.

Em qualquer dos grupos de trajectórias criminais – *limitado à fase da juventude e a partir da fase da vida adulta* – em que se revela possível o estudo da estrutura delinquencial dos indivíduos – *primário e reincidente* – o sexo masculino, por relação ao feminino, revela uma maior proporção de indivíduos com estrutura reincidente; todavia importa sublinhar que com a excepção do sexo masculino no grupo de trajectórias *a partir da fase da vida adulta*, entre primários e reincidentes de ambas categorias de género, se verifica um predomínio de indivíduos com estrutura delinquencial primária. Tal é revelador de que a delinquência para a maioria dos indivíduos que constituem os grupos de trajectórias referidos, cuja experiência no crime se inicia ora na fase da juventude e a delimitam a essa fase, ora na fase caracterizada pela vida adulta, tende a constituir-se eminentemente num epifenómeno, e como tal sem indícios de continuidade.

A relevância da dimensão daqueles que pertencem aos grupos de trajectórias *limitado à fase da juventude e a partir da fase da vida adulta* e cuja experiência na delinquência se revela à partida como irrepetível, impôs que compreendêssemos as características sócio-demográficas destes indivíduos, assim como o tipo de expressividade criminal.

A experiência delinquente como epifenómeno

As características estruturais de cada grupo de trajectórias – *limitado à fase da juventude e a partir da fase da vida adulta* – delimitados a períodos de desenvolvimento bio psicossocial do indivíduo muito diferenciados – inscrevendo o primeiro a existência do indivíduo nos limites entre os 16 e os 25 anos, e o segundo nos limites dos 26 e os 37 anos de idade – resultam irremediavelmente em manifestações diferentes, quer entre grupos trajectoriais, quer nestes, entre categorias de género. Efectivamente, o nível de desenvolvimento biológico, psíquico, e social dos indivíduos nas duas fases referidas é manifestamente distinto. A primeira, dominada pela adolescência e pela juventude caracteriza-se pela emergência da maturidade física, sexual e social. O jovem encontra-se num processo de busca pela sua identidade, e de conquista de alguma autonomia e independência – em particular por relação à autoridade dos adultos – expectante por tomar decisões, a centralidade da família enquanto elemento referencial tende a ceder à influência do grupo de amigos. A segunda, dominada pela fase adulta, caracteriza-se pelo culminar do resultado da passagem do ciclo escolar para o ciclo do trabalho. O processo de construção da identidade enquanto indivíduo adulto, autónomo e independente, completa-se com a expectativa social de que o mesmo proceda ao investimento na família, no trabalho, na comunidade, e noutras dimensões da vida activa.

O nível diferenciado de desenvolvimento do indivíduo nas duas fases encontra-se irremediavelmente associado à capacidade para delinquir. Os dados apontam claramente para o facto de que existe uma ligação entre os limites impostos pelo processo de desenvolvimento bio psicossocial e de aquisição de competências sociais, e os tipos de crimes cometidos. Daí que independentemente da estrutura delinquencial (primário/reincidente) de rapazes e raparigas cuja experiência delitativa se inscreve estritamente na juventude, o processo inacabado de autonomia e de independência repercutido na ténue inserção na vida activa, tende a repercutir-se na baixa participação em crimes que tendem a lesar o Estado (contra a economia; fiscais; corrupção; peculato; violação de providências públicas; realização da justiça; resistência e desobediência à autoridade pública; e cometidos no interior da prisão),

assim como no grupo de crimes classificados como estatisticamente minoritários (auxílio à imigração ilegal; informáticos; contra a paz pública; cometidos na estrada; e outros não especificados). Por outro lado, aqueles que delinquentes apenas *a partir da fase da vida adulta* revelam um nível de participação maior nesse tipo de criminalidade, na medida em que uma boa parte desses tipos de crimes requerem, por parte do autor, capital económico e capacidade de intervenção no mundo do trabalho e na vida activa que os jovens ainda não possuem.

Atendendo aos limites impostos pelo processo de desenvolvimento do indivíduo, importou que distinguíssemos a experiência delincente quando a mesma se manifesta enquanto epifenómeno nas fases, da juventude e da vida adulta.

Na fase da juventude

A experiência delincente quando se inscreve na fase da juventude (ou seja no grupo de trajectórias *limitado à fase da juventude*), em média a sinalização efectuada pelas autoridades ocorre quando os jovens, rapazes e raparigas, têm respectivamente 21 e 22 anos, sendo a idade mais frequente (moda) respectivamente, 25 e 24 anos, ou seja, na fase final da juventude, ou no limiar da transição para a fase da vida adulta.

Em termos de caracterização social, a maioria dos dois sexos nunca teve qualquer relação conjugal, todavia as raparigas, por relação aos rapazes, apresentam maior índice de envolvimento em experiências conjugais. No plano das qualificações escolares, independente do sexo, a situação habilitacional da maioria dos indivíduos situa-se ao nível do 1.º e 2.º ciclo, registando-se no entanto nos níveis mais qualificados – ensino secundário e superior – uma maior proporção de raparigas que de rapazes. No âmbito da experiência profissional, os rapazes caracterizam-se pela forte associação ao sector do operariado, e as raparigas por se encontrarem associadas ao sector dos serviços e das profissões não qualificadas.

Regista-se um forte envolvimento na criminalidade aquisitiva; com uma maior proporção de rapazes ligados a crimes relacionados directamente com a droga, e as raparigas ao crime de emissão de cheque sem provisão. Verifica-se uma maior proporção de rapazes a envolverem-se em comportamentos (crimes) violentos

(12,5%, por oposição a 6,5% das raparigas), em ambos os sexos através da prática de crimes contra a vida, e contra o património com violência.

Neste grupo de trajectórias, tendo como referência a expressividade criminal de indivíduos com estrutura delinquencial primária e reincidente, independentemente do sexo, a maioria dos crimes de homicídio, assim como daqueles que lesam a vida em sociedade tendem a ser cometidos por indivíduos de estrutura primária (com os rapazes mais associados ao crimes de perigo comum, e as raparigas à falsificação); em termos de diferenças de género, os primários do sexo masculino, por relação aos reincidentes, tendem a ser maioritários na prática do crime de tráfico, e os do sexo feminino no crime de receptação.

Independentemente do sexo, aquando da prática do crime, a maioria dos indivíduos cometeu o crime em contexto de grupo. Os rapazes envolveram-se no crime maioritariamente integrando grupos constituídos por indivíduos do sexo masculino; e as raparigas mediante o envolvimento em grupos compostos por indivíduos de ambos os sexos, mas também em grupos constituídos eminentemente por indivíduos do sexo masculino, e de forma menos expressiva através da inclusão em grupos estritamente femininos.

No que respeita a experiências de privação da liberdade, os rapazes revelaram uma maior proporção de indivíduos que foram sujeitos à situação de detenção (40%, por oposição a 19,4% das raparigas). A relação entre categorias de género no que respeita a condenações a penas de prisão segue a lógica enunciada pelas detenções, com uma maior proporção de rapazes a serem condenados a penas de prisão (11,5%, por oposição a 3,2% das raparigas), sendo que a larga maioria dos rapazes tende a ser condenada pelos crimes de homicídio, furto e tráfico de droga, e também, embora em menor número, pelos crimes de violação, roubo e incêndio, e as raparigas pela prática de crimes de homicídio, infanticídio e emissão de cheque sem provisão.

No grupo de trajectórias *limitado à fase da juventude*, os indivíduos de estrutura delinquencial *primária* constituem a maioria (rapazes – 53,3%; raparigas – 56,0%), não se registando a esse nível diferenças estatisticamente significativas entre sexos.

Todavia rapazes e raparigas tendem a distinguirem-se, num primeiro plano, no que se refere aos indicadores de caracterização social; de uma forma em geral, no que se refere à conjugalidade a maioria dos indivíduos de ambos os sexos revelam nunca terem tido qualquer experiência conjugal, todavia o nível de significância estatística sublinha a diferença consubstanciada numa maior proporção de raparigas a manterem experiências de conjugalidade; também no que se refere ao capital escolar e à experiência profissional denotam-se diferenças, com ambos os sexos a revelarem uma forte representatividade de indivíduos com habilitações escolares ao nível do 1.º e 2.º ciclos, mas com as raparigas a revelarem uma maior proporção de indivíduos nos escalões de ensino mais elevados; no plano da experiência profissional, a diferença entre sexos encontra-se profundamente vincada pela associação dos rapazes ao sector do operariado, e as raparigas ao sector dos serviços, apresentando o sexo feminino ainda um elemento distintivo que se estenderá a outras estruturas delinquentiais dos três grupos de trajectórias, e que se materializa no estatuto de doméstica, atingindo cerca de 40% da totalidade das jovens às quais foi possível apurar o nível de experiência ou de condição perante o trabalho. Importa no entanto sublinhar que o grupo de trajectórias em análise incide sobre uma população muito jovem em que o contacto com a delinquência ocorreu no período entre os 16 e os 25 anos, fase de desenvolvimento mais dominada pelo estado civil de solteiro, e pela aquisição de habilitações escolares que propriamente pela experiência profissional.

No que se refere ao envolvimento na delinquência denotam-se algumas similitudes entre sexos: a idade aquando do envolvimento na delinquência revela-se muito similar, ora com a moda a sinalizar o final da adolescência, ora com a média a situar a experiência no limiar da transição para a vida adulta. Ambos os sexos revelam elevadas proporções de indivíduos cuja experiência delinvente se liga à criminalidade aquisitiva, denotando-se no entanto um maior envolvimento à droga e à emissão de cheque sem provisão, respectivamente de rapazes e raparigas. Ambos os sexos revelam um diminuto, ou mesmo nulo, envolvimento em crimes que para serem cometidos o seu autor teria que ter alcançado determinadas competências sociais e profissionais (ex. crimes contra a economia; fiscais; corrupção; peculato; auxílio à imigração ilegal; etc.), geralmente adquiridas noutra fase de desenvolvimento – fase adulta. A violência tende a não atingir uma elevada proporção de rapazes e raparigas, situando-se no entanto a proporção masculina no dobro da revelada pelo sexo

feminino, eminentemente pela prática de crimes que tendem a afectar a vida e o património. De salientar que, nos dois sexos, os homicidas ao nível do registo policial tendem a ser indivíduos com estrutura delinquencial primária.

Aquando do cometimento do crime, embora rapazes e raparigas tendam na sua maioria a encontrarem-se numa lógica de grupo, os rapazes encontram-se mais associados a grupos estritamente masculinos, e as raparigas a grupos em que, na maioria das vezes, se incluem indivíduos do sexo masculino.

No que respeita a eventuais situações de privação da liberdade, mediante a execução da figura jurídica da detenção, ou da condenação, os rapazes distinguem-se profusamente das raparigas por serem sujeitos de forma mais frequente a qualquer das situações. Tanto, rapazes como raparigas tendem a ser condenados pelo crime de homicídio, ou de outros contra a vida, destacando-se os rapazes por condenações associadas a crimes contra o património e ao envolvimento no tráfico de droga, e as raparigas pelo recurso à emissão de cheque sem provisão.

Na fase da vida adulta

Quando a experiência delinquencial se inscreve estritamente em plena fase adulta (ou seja no grupo de trajectórias *a partir da fase da vida adulta*), em média a sinalização do envolvimento de homens e mulheres no crime ocorre quando ambos apresentam, respectivamente 31 e 30 anos, sendo a idade mais frequente (moda) respectivamente, aos 26 e 28 anos, ou seja, logo após a entrada na fase da vida adulta.

No âmbito da caracterização social dos indivíduos, a maioria dos dois sexos revela terem ou já terem tido experiências conjugais, sendo que as mulheres evidenciam um indicador de manutenção da relação conjugal superior ao registado pelos homens. No que respeita à qualificação escolar, a maioria dos indivíduos dos dois sexos situa o quadro habilitacional ao nível do 1.º e 2.º ciclo, todavia as mulheres destacam-se por revelarem uma maior proporção de indivíduos ao nível do ensino secundário e superior. No plano da experiência profissional, os homens caracterizam-se pela forte associação ao sector secundário, ao nível do operariado, e as mulheres por se encontrarem associadas ao sector terciário, ao nível dos serviços. Constata-se que as mulheres revelam uma maior proporção de indivíduos nos sectores de

actividade que se caracterizam pela qualificação do trabalho, em particular ao nível do empresariado e da direcção de empresas, e das profissões técnicas e de enquadramento.

Em qualquer das categorias de género, o registo de envolvimento no crime encontra-se fortemente associado à droga, embora de forma diferenciado, com os homens mais associados às dimensões do consumo e do tráfico-consumo, e as mulheres à dimensão do tráfico. A criminalidade aquisitiva também adquire relevância em qualquer dos sexos, através de crimes que afectam o património sem violência, com maior proporção no sexo feminino. A criminalidade feminina adquire particular relevância através do recurso ao cheque como meio de pagamento fraudulento. No que respeita à violência, verifica-se uma maior proporção de homens a envolverem-se em comportamentos (crimes) violentos (12,7%, por oposição a 8,3% das mulheres), em ambos os sexos através da prática de crimes contra a vida, contra o património com violência, mas também embora em menor grau, contra a integridade física, contra a esfera sexual e a liberdade pessoal.

Tendo como referência a expressividade criminal de indivíduos com estrutura delinquencial primária e reincidente, independentemente do sexo, a maioria dos crimes de homicídio são cometidos por primários. As mulheres de estrutura primária revelam-se particularmente maioritárias, por relação às de estrutura reincidente, na prática de crimes de emissão de cheque sem provisão, abuso de confiança, e nos relacionados com a economia; os homens primários revelam-se maioritários no crime de corrupção. Também em determinados tipos de crimes que afectam a vida em sociedade os primários dos dois sexos tendem a revelarem-se maioritários, os homens através dos crimes de perigo comum, e as mulheres através do recurso à fraude, em particular associada à falsificação de documentos para obtenção de determinado bem, assim como às lógicas criminógenas associadas à moeda falsa e de outros equiparados.

No que se refere ao nível da co-participação, a maioria cometeu o crime em contexto de grupo. Os homens através de grupos constituídos essencialmente por indivíduos do sexo masculino, e as mulheres, mediante o envolvimento em grupos compostos por indivíduos de ambos os sexos, mas também em grupos constituídos eminentemente por indivíduos do sexo masculino, e de forma menos expressiva através da inclusão em grupos estritamente femininos.

Em termos de experiência de privação da liberdade, os homens revelam uma maior proporção de indivíduos que foram sujeitos à situação de detenção (34,5%, por oposição a 15,5% das mulheres). A relação entre categorias de género no que respeita a condenações a penas de prisão segue a lógica enunciada pelas detenções, com uma maior proporção de homens a serem condenados a penas de prisão (8,8%, por oposição a 4,4% das mulheres), sendo que a larga maioria dos dois sexos tende a ser condenada pelos crimes de tráfico de droga e homicídio, e em particular no caso dos homens, pela prática de furto e por crimes cometidos no exercício da condução de veículos rodoviários, e de forma menos expressiva por crimes que afectam a esfera sexual das vítimas, as ofensas à integridade física, o roubo e o incêndio.

A distribuição da estrutura delinquencial em função do género no grupo de trajectórias *a partir da vida adulta*, revela diferenças significativas entre homens e mulheres. No contexto deste grupo trajectorial, enquanto os primários do sexo masculino se revelaram numa minoria relativa (49,7%), os primários do sexo feminino revelaram-se numa clara maioria (59,0%). Efectivamente, se em termos da dimensão proporcional entre os dois sexos se manifesta logo à partida um elemento distintivo – em termos de estrutura delinquencial, os indivíduos adultos do sexo masculino tendem a revelar uma maior proporção de reincidentes que os adultos do sexo feminino – tal evidência voltaremos a entrá-la quando nos reportarmos à caracterização social destes indivíduos.

No que respeita ao nível de experiência conjugal, homens e mulheres distinguem-se significativamente por a maioria dos indivíduos do sexo feminino manterem relações conjugais, iniciando assim uma maior estabilidade afectiva. Em termos de capital escolar, não obstante as mulheres revelarem uma maior proporção de indivíduos ao nível dos ensinos secundário e superior, tal não se revela em termos estatísticos gerador de diferença significativa, figurando o nível de capital escolar da maioria de ambos os sexos ao nível do 1.º e 2.º ciclos. No que respeita à experiência profissional, embora as mulheres ainda apresentem cerca de 23% de indivíduos cuja condição perante o trabalho se traduz por serem domésticas, denota-se no sexo

feminino outro elemento distintivo, mas noutro sentido, que poderá decorrer do facto de se verificar nessa categoria de género uma maior proporção de indivíduos com maiores recursos habilitacionais; as mulheres registam maior proporção de sujeitos ligados ao sector do empresariado e da direcção de empresas, assim como às profissões técnicas e de enquadramento. Todavia, a maioria dos indivíduos dos dois sexos tende a inserir as suas competências e experiência profissional, respectivamente, nos sectores de actividade secundário e terciário. Importa sublinhar que os indivíduos deste grupo trajectorial encontram-se numa fase de desenvolvimento bio psicossocial caracterizada pelo envolvimento na vida social, através da família, do trabalho, e da comunidade em que se inserem.

Ambos os sexos tendem a apresentar indicadores que apontam para um envolvimento na delinquência sensivelmente na mesma altura, com a média a sinalizar a experiência delinquente em plena fase adulta, e a moda a assinalar o início da referida fase. Não obstante a relevância da criminalidade aquisitiva, com os homens associados mais aos crimes contra o património sem violência e as mulheres à utilização do cheque, independentemente da categoria de género o envolvimento na droga domina nos dois sexos, com os homens mais associados às dimensões do consumo e do tráfico-consumo, e as mulheres à dimensão do tráfico. Atendendo à fase de desenvolvimento bio psicossocial em que se encontram, por comparação com os primários do grupo de trajectórias *limitado à fase da juventude*, apresentam um maior envolvimento em crimes que requerem um maior envolvimento na vida social activa, assim como a aquisição de determinadas competências sociais e profissionais (os casos dos crimes contra a economia; fiscais; corrupção; peculato; auxílio à imigração ilegal; etc.).

Também na esteira do revelado pelos primários do grupo de trajectórias cuja experiência se centra na fase da juventude, os *primários* na fase adulta, tendem a não manifestar uma elevada proporção de indivíduos com comportamentos violentos. Todavia, os homens, mais que as mulheres, revelam uma maior proporção de indivíduos com comportamentos violentos, em particular através da afectação da esfera da vida, assim como do património, e em menor grau, da integridade física, da liberdade e ou da autodeterminação sexual e da liberdade pessoal das vítimas. Também neste grupo de trajectórias – *a partir da fase da vida adulta* – a maioria dos homicidas revela uma estrutura delinquencial primária.

Em termos de co-participação, embora a maioria de ambos os sexos tenda a cometer os crimes em regime de co-autoria, os homens tendem a executar o crime integrados em grupos eminentemente masculinos, e as mulheres a inserirem-se em grupos na maior parte das vezes constituídos por indivíduos do sexo masculino, mas também em grupos constituídos, embora em menor expressão, apenas por indivíduos do sexo feminino. Neste âmbito, enquanto a experiência delinquente tanto dos jovens como dos adultos do sexo masculino tende a ser concretizada em contextos dominados pela presença quase exclusiva do sexo masculino, a experiência delinquente feminina, em qualquer dos grupos trajectoriais, tende a efectivar-se em contextos de grupo nos quais a composição tende a ser dominada não por indivíduos do mesmo sexo, mas por indivíduos do sexo masculino.

Também no que se refere às situações de privação da liberdade se verificam assimetrias entre sexos, com os homens a revelarem através da figura da detenção, e da condenação, maior proporção de indivíduos; ambos os sexos tendem a ser condenados a penas de prisão efectiva pela prática de crimes de tráfico de droga, assim como de homicídio, registando em particular o sexo masculino a sujeição a reclusão pelo envolvimento em crimes que afectam o património sem violência, assim como outros cometidos na estrada, e em menor grau por outros crimes que envolvem violência contra o património e contra as pessoas, assim como de perigo comum.

O processo de reincidência

Em qualquer dos grupos de trajectórias em estudo, os reincidentes, por comparação com a população geral, apresentam indicadores de caracterização social reveladores de uma maior instabilidade afectiva, fragilidade de recursos habilitacionais e de competências de trabalho, com particular incidência no grupo de trajectórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta*. Em qualquer dos grupos trajectoriais as mulheres tendem a apresentar, por comparação com os homens, uma maior proporção de indivíduos quer nos níveis mais elevados definidores do capital escolar, quer no que se refere ao analfabetismo. Também no que se respeita à experiência profissional, homens e mulheres tendem a dissemelharem-se, com o sexo masculino a revelar uma maior proporção de indivíduos no sector secundário, e o sexo

feminino no sector terciário. Enquanto repercussão do capital escolar na dimensão do trabalho, as mulheres também apresentam maior proporção de indivíduos em sectores de actividade caracterizados pelo predomínio das profissões técnicas e de enquadramento, assim como com o estatuto de doméstica.

Os reincidentes constituem a maioria dos indivíduos que compõem as amostras, representando cerca de $\frac{2}{3}$ da totalidade de ambas, ou seja 64,8% da amostra masculina e 51,9% da amostra feminina. Da totalidade de reincidentes, 63,9% e 53,0%, respectivamente do sexo masculino e feminino, iniciaram o contacto com a delinquência na fase da juventude, sendo que desses 74,6% e 62,9%, prolongaram a experiência delitiva para além da fase da juventude; *a contrario sensu* daqueles cuja experiência delinvente se iniciou na fase da juventude, 25,4% e 37,1% respectivamente do sexo masculino e feminino, restringiram a delinquência a essa fase de desenvolvimento do Indivíduo, representando tais indicadores uma clara evidência de que o contacto com a delinquência na fase da juventude constituirá um relevante preditor do desenvolvimento de uma trajectória delinvente ao longo da vida.

Não obstante tal evidência de extrema importância, importa debruçarmo-nos sobre as características dos reincidentes assim como sobre a forma como expressam a delinquência, e a inserem no ciclo de vida. Em que medida se diferenciam e se assemelham tendo como referência o género e o momento do ciclo da vida em que iniciaram a sequência delitiva.

Quando se limita à juventude

o Características sociais do grupo

Tomando como referência a experiência conjugal, constatou-se em ambos os sexos o predomínio de indivíduos nas situações ora de nunca terem tido qualquer relação conjugal, ora tendo tido, não a mantiveram. No que respeita ao capital escolar, a maioria dos jovens de ambos os sexos situa as qualificações escolares ao nível do 1.º e 2.º ciclos. No plano da experiência profissional, os dois sexos revelam uma relevante associação às profissões não qualificadas, sendo que os rapazes tendem a associar as suas experiências ao sector do operariado, e as raparigas ao sector dos serviços,

importando referir que estas últimas apresentam uma percentagem substancial de indivíduos com estatuto de doméstica (41%).

○ *Activação – detecção e primeiro tipo de crime*

As autoridades tendem a sinalizar o envolvimento dos rapazes na delinquência mais cedo que as raparigas. Nesse sentido, em média o indicador de envolvimento de rapazes e raparigas no crime situa-se respectivamente nos 20 e 21 anos, sendo a idade mais frequente (moda) respectivamente, 17 e 23 anos. No que respeita ao primeiro tipo de crime cometido, rapazes e raparigas tendem a envolverem-se nos mesmos tipos de crimes (os mais significativos em termos quantitativos), mas com níveis de associação diferenciados; os rapazes tendem a manifestar uma maior associação aos grupos de crimes contra o património sem violência (54,9%), droga (14,9%), e emissão de cheque sem provisão (14,3%); as raparigas manifestam um envolvimento nos mesmos tipos de crimes mas com ponderações diferentes dos rapazes, representando o grupo de crimes emissão de cheque sem provisão (38,4%) o tipo de crime de maior relevo, dispondo-se de seguida a participação nos grupos contra o património sem violência (31,5%), e o envolvimento na droga (15,1%). No que se refere ao precoce envolvimento dos indivíduos em comportamentos violentos, cerca de 10,3% do início das trajectórias dos rapazes encontra-se marcado pelo cometimento de crimes de algum pendor violento: contra o património com violência (9,7%), e contra a esfera sexual (0,6%); contrapondo-se tal proporção masculina com o índice de 1,4% das trajectórias das raparigas que no início se encontram marcadas pela violência, através do cometimento de crimes contra o património com violência (1,4%). Ao longo do desenvolvimento da sequência delitiva, o envolvimento em comportamentos violentos marcará 26,9% e 8,2% das trajectórias, respectivamente, de rapazes e raparigas.

○ *Agravação – frequência, duração, intensidade, pico da idade, co-participação, mobilidade criminal e variedade transgressiva (diversificação)*

Independentemente do sexo, em cerca de 80,0% dos indivíduos o nível de actividade delinquente não ultrapassou os 5 registos, sendo que em cerca de 40,0% apenas se

encontram associados 2 registos. Os indivíduos cuja estrutura da trajectória é composta por mais de 5 registos constituem uma minoria, proporcionalmente menos expressiva nos rapazes (16,6%) que nas raparigas (20,6%).

As raparigas apresentam uma maior proporção de indivíduos cuja expressividade criminal se circunscreve até aos 4 anos (87,7%; e no caso dos rapazes 78,9%), sendo que em metade do grupo das raparigas tal não ultrapassa 1 ano. Os rapazes mais que as raparigas apresentam uma maior proporção de indivíduos cuja sequência criminal se inscreve num período superior a 4 anos (21,1%; e no caso das raparigas 11,0%).

Em ambos os sexos se constata o predomínio de trajectórias cuja intensidade se caracteriza por *reduzida actividade/curta duração* (superior a $\frac{2}{3}$), todavia uma pequena percentagem encontra-se associada, no caso dos rapazes ao nível de intensidade caracterizado por *reduzida actividade/longa duração*, e no caso das raparigas ao nível de intensidade caracterizado por *elevada actividade/curta duração*.

Em média, verifica-se um pico da idade no cometimento dos crimes ligeiramente mais precoce nos rapazes (aos 21 anos) que nas raparigas (22 anos), tendência que se inverte quando nos reportamos à idade mais frequente (moda), respectivamente 25 e 23 anos, todavia o cálculo da média indicia um pico da idade muito similar em ambos os sexos.

O sexo feminino mais que o masculino, tende a cometer crimes em contexto de co-participação. Os rapazes tendem a envolverem-se na delinquência inseridos em grupos eminentemente masculinos, compostos por 1 ou mais indivíduos. O envolvimento em grupos compostos por raparigas representa uma proporção residual das experiências masculinas. O envolvimento das raparigas na delinquência tende a efectivar-se fundamentalmente pela sua inserção em grupos compostos por apenas 1 indivíduo do sexo masculino, denotando-se no entanto, por comparação com a expressividade masculina, um maior envolvimento das raparigas, embora residual, em grupos estritamente femininos.

Independentemente da categoria de género, uma relevante percentagem daqueles em que foi possível determinar o nível de mobilidade criminal apresentam indicadores de cometimento de vários crimes no mesmo concelho, com os rapazes a revelarem uma maior proporção de indivíduos cuja mobilidade criminal tende a

estender-se a outros concelhos pertencentes ao mesmo distrito. O nível de mobilidade criminal da maioria dos indivíduos não ultrapassa o limite administrativo do distrito.

Embora com pouca expressividade, o sexo feminino tende a revelar uma maior proporção de indivíduos que apenas inscrevem nas suas trajectórias criminais 1 tipo de crime. Cerca de 80,0% de ambos os sexos inscrevem nas suas trajectórias no máximo 2 tipos de crimes.

○ *Incidência e sequência dos tipos de crimes determinantes*

Da expressividade delitiva dos rapazes identificaram-se 9 tipos de crimes com potencial determinante para a definição da constelação delinquencial do sexo masculino – por ordem decrescente de determinação: contra o património sem violência; integridade física; sexuais; estatisticamente minoritários; vida em sociedade; droga; liberdade pessoal; pessoas menos graves; e Estado. No âmbito da expressividade delitiva das raparigas identificaram-se 2 tipos de crimes com o referido potencial – por ordem decrescente de determinação: contra a vida em sociedade; e droga.

Tendo como referência os tipos de crimes identificados como determinantes na definição da constelação delinquencial de rapazes e raparigas, procurou-se compreender em que medida esses tipos de crimes se inscrevem nas sequências delitivas de ambos os sexos. Nos rapazes, o grupo de crimes contra o património sem violência reveste-se de particular importância na medida em que para além de se revelar como sendo o grupo de crime de maior potencial determinante das trajectórias masculinas, tende também a preceder a ocorrência da maioria dos tipos de crimes determinantes (contra o património sem violência; integridade física; contra a vida em sociedade; droga; contra as pessoas menos graves; e contra o Estado); efectivamente, tendo como referência os outros grupos de crimes determinantes, o índice de reincidência no grupo de crimes contra o património sem violência é o único que regista um nível elevado. Todos os outros registaram índices de reincidência na mesma trajectória mais baixos, destacando-se por revelarem um índice médio de reincidência, os grupos de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, e a droga. Importa pela relevância do valor a salvaguardar – a esfera sexual – referir que na sequência delitiva dos ofensores a maioria dos crimes que lesam a dimensão da

sexualidade das vítimas foram precedidos pelos grupos de crimes que se caracterizam pela afectação do património com violência (roubo). A liberdade pessoal (sequestro e rapto) e a droga (consumo; tráfico-consumo e tráfico) foram precedidos por este último. Nas raparigas, o grupo de crimes contra a vida em sociedade tende a ser maioritariamente precedido pelo grupo de crimes contra o património sem violência, registando no entanto um nível de reincidência na mesma trajectória de nível baixo. A droga revela-se como sendo um grupo de crimes que tende a ser precedido por si mesmo, registando um índice de reincidência de nível médio.

- *Desistência – idade aquando do último registo, e experiências privativas da liberdade: detenção e condenação*

As autoridades tendem a sinalizar em média o último envolvimento no crime, tanto dos rapazes como das raparigas, aos 23 anos, sendo a idade mais frequente (moda) respectivamente, 25 e 24 anos, ou seja no momento da transição para a vida adulta.

Mais de metade dos rapazes (58,3%) experimentaram pelo menos uma vez uma situação de privação da liberdade (detenção); desses 38,2% experimentaram tal privação pelo menos mais uma vez. Em média a primeira detenção ocorreu aos 21 anos, sendo que a idade mais frequente (moda) se situa nos 18 anos. Em cerca de 52,0% dos indivíduos, não obstante terem tido tal experiência, continuaram a delinquir. No caso das raparigas menos de metade (42,5%) experimentaram pelo menos uma vez uma situação de privação da liberdade (detenção); dessas 29,0% voltaram a experimentar tal privação, pelo menos mais uma vez. Tanto por relação à média como por referência à moda, a primeira vez ocorreu aos 23 anos de idade. Mais de metade (51,6%) continuaram a delinquir.

No que se refere à experiência de condenação 20,0% dos rapazes foram sujeitos pelo menos uma vez a tal decisão; desses 25,7% voltaram a ser condenados pelo menos mais uma vez. Em média a primeira vez ocorreu aos 23 anos, sendo que a idade mais frequente (moda) se situa nos 26 anos. Em termos do tipo de crimes pelos quais os rapazes são condenados, estes registam uma maior diversidade que as raparigas. A primeira condenação foi maioritariamente pelo cometimento de crimes contra o património sem violência ou pelo envolvimento na droga. Cerca de 14,3% não obstante terem tido tal experiência voltaram a reincidir no crime. No âmbito do

sexo feminino, 9,6% experimentaram pelo menos uma vez a medida de condenação; dessas 14,3% voltaram a sê-lo pelo menos mais uma vez. Em média a primeira vez ocorreu aos 24 anos, todavia a idade mais frequente (moda) situa tal experiência em dois momentos no tempo, aos 20 e aos 26 anos. À semelhança dos rapazes a primeira condenação foi maioritariamente pelo cometimento de crimes contra o património sem violência ou pelo envolvimento na droga. Após a primeira condenação 28,6% voltaram a reincidir no crime.

Em qualquer das categorias de género, os indivíduos com estrutura delinquencial *reincidente* constituem uma minoria (rapazes – 46,7%; raparigas – 44,0%), não se registando nesse âmbito diferenças estatisticamente significativas. Importa frisar que da totalidade dos reincidentes, tendo como referência os três grupos de trajectórias, aqueles cuja experiência delitiva se inscreve estritamente na fase da juventude, constituem em termos proporcionais o menor grupo de reincidentes, representando 16,2% e 19,6% da totalidade dos reincidentes, do sexo masculino e feminino, dos três grupos de trajectórias.

Estes indivíduos apresentam indicadores de caracterização social, por comparação com a população geral entre os 20 e os 24 anos, de manifesta descapitalização de recursos sociais e económicos. Ambos os sexos apresentam similitudes em particular no que se refere à experiência conjugal, através da manifesta instabilidade de relações conjugais, assim como ao nível do capital escolar, situando-se o nível das habilitações literárias da maioria dos indivíduos no 1.º e 2.º ciclos. Neste âmbito, não obstante ambos os sexos apresentarem uma forte associação às profissões não qualificadas, em certa medida efeito decorrente dos baixos recursos habilitacionais, as raparigas apresentam um elevado índice de indivíduos associados ao estatuto de doméstica, assim como ao sector dos serviços, e os rapazes ao sector do operariado.

A sinalização por parte das autoridades, do envolvimento de rapazes e raparigas na delinquência, tende a ocorrer sensivelmente na mesma idade – final da adolescência – não se registando diferenças significativas. O primeiro tipo de crime

registado pelas autoridades tende a associar ambos os sexos à criminalidade que afecta o património, assim como ao envolvimento com a droga, todavia de forma diferenciada, com os rapazes mais associados à prática da subtracção, e as raparigas à utilização do cheque como meio fraudulento. Enquanto que nos rapazes a violência no início da sequência delinquente tende a atingir cerca de 10,0% das trajectórias, no sexo feminino tal envolvimento é extraordinariamente raro, atingindo pouco mais de 1,0% das trajectórias; efectivamente é neste grupo de trajectórias com expressividade na juventude que a violência ao longo da sequência delitiva no sexo feminino tende a alcançar a menor proporção de indivíduos; enquanto que 26,9% das trajectórias dos rapazes se encontra marcada por esse elemento, tal apenas atinge 8,2% das trajectórias das raparigas.

As sequências delitivas tendem a ser relativamente curtas, com cerca de 40,0%, em ambos os sexos, a serem compostas no máximo por 2 registos de crimes, e apenas cerca de 16,6% e 20,6% das sequências, respectivamente, de rapazes e raparigas a incluírem mais de 5 registos de crimes. Tais registos tendem a inscreverem-se num relativo curto intervalo de tempo da vida dos jovens, com a maioria das raparigas a revelarem um envolvimento na delinquência não superior a 1 ano, sendo que apenas 21,1% e 11,0% das trajectórias, respectivamente, do sexo masculino e feminino apresentam um período de duração superior a 4 anos, traduzindo-se tais indicadores de envolvimento na delinquência para a maioria dos indivíduos de ambos os sexos por um nível de intensidade que se poderia traduzir por *reduzida actividade* numa *curta duração*, e por isso de *baixa intensidade*. No que respeita à mobilidade criminal uma significativa proporção de ambos os sexos apresenta indicadores de cometimento de vários crimes no mesmo concelho, todavia os rapazes revelam uma maior proporção de indivíduos cuja mobilidade criminal tende a estender-se a outros concelhos pertencentes ao mesmo distrito. A mobilidade criminal da maioria dos indivíduos não ultrapassa o limite administrativo do distrito.

Ao nível da co-participação no crime, rapazes e raparigas tendem a produzir distinção; o sexo masculino através do envolvimento em grupos eminentemente masculinos, e o sexo feminino pela sua inserção em grupos compostos por indivíduos do sexo oposto. Independentemente do sexo, a idade em que a actividade delinquente atinge o pico, tende em média a ocorrer no final da adolescência. No que se refere à diversidade delinquencial, embora os rapazes apresentem uma maior variedade

transgressiva, a esmagadora maioria (cerca de 80,0%) das trajectórias de ambos os sexos encontra-se limitada à composição no máximo por 2 tipos de crimes. Todavia, a configuração delitiva das trajectórias dos rapazes tende a ser determinada por um maior número de grupos de crimes que a das raparigas, revelador em certa medida de uma maior expansividade e diversidade delinquêncial do sexo masculino, a qual se inscreve em períodos de tempo mais alargados que a manifesta pelo sexo feminino. Verifica-se nas sequências delitivas de ambos os sexos um denominador comum materializado essencialmente pela influência dos grupos de crimes contra a sociedade e pela droga. Todavia tal similitude é tão só aparente, na medida em que a constelação transgressiva das trajectórias do sexo masculino encontra-se profundamente influenciada pelo grupo de crimes contra o património sem violência, e em menor grau pelos grupos de crimes, contra a integridade física, sexuais, estatisticamente minoritários, contra a liberdade pessoal, pessoas menos graves e contra o Estado.

Independentemente do sexo, as autoridades em média sinalizam o último envolvimento dos indivíduos no crime, sensivelmente na mesma altura, muito perto do final da juventude – 23 anos de idade. No que respeita à experiência de privação da liberdade, tanto ao nível da detenção como da condenação, os rapazes registam significativamente maiores índices de sujeição a essas medidas e determinações judiciais; o potencial de influência de tais medidas na desistência da actividade criminal, atinge no âmbito da detenção cerca de 48,0% dos indivíduos de ambos os sexos e da condenação 85,7% e 71,4%, respectivamente do sexo masculino e feminino, todavia tais indicadores de inibição de continuidade criminal não se revelam geradores de diferença estatisticamente significativa entre categorias de género. Não obstante a maior eficácia da medida judicial condenação no processo de desistência, os indicadores relativos à reincidência, após a aplicação das medidas referidas, não geram distinção estatisticamente significativa entre rapazes e raparigas.

Quando se exprime a partir da vida adulta

o Características sociais do grupo

No que respeita à experiência conjugal daqueles cuja experiência delinvente se inicia na fase adulta, independentemente do sexo, constata-se o predomínio de indivíduos que tendo tido experiências conjugais as não mantiveram. Em termos de qualificação

escolar, a maioria dos dois sexos situa o capital escolar ao nível do 1.º e 2.º ciclos. Homens e mulheres tendem a dissemelhar-se em particular pela ambiguidade feminina manifesta por maiores proporções de mulheres cujo capital escolar se situa quer ao nível do analfabetismo, quer nos níveis mais elevados de escolaridade. No plano da experiência profissional, os homens encontram-se essencialmente associados ao sector do operariado, e as mulheres ao sector dos serviços. De referir a percentagem relevante de mulheres com estatuto de doméstica (23%). As mulheres por relação à população geral apresentam características de uma maior descapitalização de recursos.

o *Activação – detecção e primeiro tipo de crime*

Em média a sinalização, por parte das autoridades, do envolvimento de homens e mulheres no crime situa-se nos 29 anos, sendo a idade mais frequente (moda) 26 anos. Os tipos de crimes mais significativos que caracterizam o início das trajectórias tendem a ser os mesmos em ambos os sexos embora com ponderações diferentes; a droga, a afectação de património sem violência, e a emissão de cheque sem provisão são os grupos de crimes, em termos quantitativos, mais significativos, assumindo cada um deles respectivamente no sexo masculino e feminino, a proporção, no caso do grupo de crimes de droga 42,3% e 45,1%; contra o património sem violência 23,1% e 23,4%; e na emissão de cheque sem provisão 13,3% e 20%. No que respeita ao elemento violência, 8,7% e 4,1% do início das trajectórias respectivamente de homens e mulheres encontra-se marcado pelo cometimento de crimes de algum pendor violento. No caso dos homens tal ocorre devido ao envolvimento em crimes: contra o património com violência (4,6%), sexuais (1,5%), contra a vida (0,8%), liberdade pessoal (1,0%) e contra a integridade física (0,8%), e nas mulheres pelo envolvimento em crimes contra o património com violência (2,9%), contra a liberdade pessoal (0,6%) e integridade física (0,6%). No compito total da sequência delitiva deste grupo trajectorial, a violência inscrever-se-á em 22,1% e 9,1% das trajectórias, respectivamente de homens e mulheres.

- *Agravação – frequência, duração, intensidade, pico da idade, co-participação, mobilidade criminal e variedade transgressiva (diversificação)*

Na grande maioria dos indivíduos, o nível de frequência não ultrapassou os 5 registos (80%), registando-se no entanto entre ambos os sexos uma maior proporção de mulheres com frequências até 5 registos, e os homens com uma maior proporção de indivíduos com trajectórias compostas por mais de 5 registos.

As mulheres apresentam uma maior proporção de indivíduos cuja expressividade criminal se circunscreve até aos 4 anos (78,3%; e no caso dos homens 64,6%). Os homens mais que as mulheres apresentam uma maior proporção de indivíduos cuja sequência criminal se inscreve num período superior 4 anos (35,4%; e no caso das mulheres 21,7%).

Embora com maior incidência no sexo feminino, a maioria dos indivíduos de ambos os sexos, exprime a intensidade das suas trajectórias através do nível de actividade caracterizado por *reduzida actividade/curta duração* (56,4% dos homens e 73,1% das mulheres). Nos restantes escalões de intensidade as trajectórias masculinas registam proporções superiores às registadas pelo sexo feminino.

Relativamente ao pico da idade no cometimento dos crimes, em média verifica-se um pico ligeiramente mais tardio nos homens (aos 31 anos) que nas mulheres (30 anos), tendência que se confirma quando nos reportamos à idade mais frequente (moda) em que tal fenómeno ocorre, respectivamente 28 e 27 anos.

As mulheres, por comparação com os homens, ao se envolverem na delinquência, tendem a efectivar mais tais experiências em contexto de co-participação. Os indivíduos do sexo masculino tendem a envolverem-se na delinquência inseridos em grupos eminentemente masculinos, compostos por 1 ou mais indivíduos, denotando-se por comparação com os jovens (cuja delinquência se inscreve apenas na juventude), um maior envolvimento em grupos mistos. O envolvimento das mulheres na delinquência efectiva-se fundamentalmente na companhia de pelo menos 1 Indivíduo do sexo masculino, ou integrando grupos compostos por indivíduos de ambos os sexos. Regista-se um fraco envolvimento no crime de forma isolada.

As mulheres apresentam indicadores de maior mobilidade criminal, todavia em ambos os sexos, a mobilidade criminal da maioria dos indivíduos não ultrapassa o limite administrativo do distrito. Registam-se no entanto diferenças estatisticamente significativas entre categorias de género, que para além do maior índice feminino associado à mobilidade entre concelhos pertencentes ao mesmo distrito, constata-se igualmente um maior índice masculino associado a actividades delituosas que tendem a decorrer em vários países.

Cerca de 80,0% dos indivíduos de ambos os sexos inscrevem nas suas trajectórias no máximo 2 tipos de crimes, denotando-se no entanto uma maior variedade delitiva do sexo masculino.

○ *Incidência e sequência dos tipos de crimes determinantes*

Da configuração delitiva dos homens identificaram-se 9 tipos de crimes que se revelaram determinantes na caracterização da manifestação delinquencial do sexo masculino – por ordem decrescente de determinação: contra a liberdade pessoal; vida em sociedade; integridade física; droga; estatisticamente minoritários; contra a vida; emissão de cheque sem provisão; contra o património com violência; e contra o património sem violência. No caso das mulheres identificaram-se 6 tipos de crimes, número substancialmente superior ao registado pelas raparigas pertencentes ao grupo de trajectórias *limitado à fase da juventude*, revelador por isso de uma maior diversidade delinquencial – apresentam-se assim, por ordem decrescente de determinação: contra a vida em sociedade; droga; estatisticamente minoritários; contra o património sem violência; emissão de cheque sem provisão; e sexuais.

A constelação delinquencial dos homens encontra-se mais complexificada que a manifesta pelos rapazes. Embora se verifique a relevância do grupo de crimes contra o património sem violência enquanto elemento precedente, em particular na ocorrência dos grupos de crimes contra a liberdade pessoal, contra a vida em sociedade e estatisticamente minoritários, na configuração das sequências delitivas do sexo masculino, tal grupo de crimes revela-se como detendo o menor grau de determinação da lógica delitiva dos homens. A droga e a emissão de cheque sem provisão tendem a ser precedidos por registos dos seus correspondentes grupos de

crimes, e os grupos de crimes contra a integridade física, a vida, e o património com violência tendem a ser precedidos por registos deste último grupo.

No que respeita ao nível de reincidência, verifica-se que nem sempre o maior nível de determinação coincide com níveis de reincidência significativos. É o caso paradigmático do grupo de crimes contra a liberdade pessoal (através do sequestro ou do rapto), o qual sendo o grupo de crimes de maior potencial determinante da constelação delitiva dos homens, o mesmo revela um índice de reincidência baixo. Tal facto é revelador de que determinados grupos de crimes, não sendo dominantes em termos quantitativos na composição de determinada sequência delitiva, revelam-se em determinado grupo de delinquentes num elemento distintivo da sua expressividade delitiva. Desse modo, com a exclusão dos grupos de crimes contra a vida em sociedade, droga, cheque sem provisão e contra o património sem violência, os quais manifestam índices de reincidência de nível elevado, assim como o grupo de crimes contra o património com violência, o qual regista um índice médio de reincidência, todos os outros revelam índices de reincidência na mesma trajectória de nível baixo (contra a liberdade pessoal; estatisticamente minoritários; e contra a vida) ou nulo (contra a integridade física), todavia encontram-se de tal forma presentes nas trajectórias do sexo masculino do grupo trajectorial em análise (e tendencialmente ausentes nos outros grupos trajectoriais), que despoletam no sexo masculino relevância distintiva.

Do mesmo modo, a configuração das trajectórias do sexo feminino também se encontra marcada pela relevância da precedência do grupo de crimes contra o património sem violência (em particular nos grupos de crimes contra a vida em sociedade; estatisticamente minoritários; e no próprio grupo), todavia de modo algum esse grupo de crimes se revela como sendo o mais determinante na configuração das trajectórias femininas. Tanto a droga como a emissão de cheque sem provisão tendem a ser precedidos pelos seus correspondentes grupos de crimes. Os que afectam a esfera sexual das vítimas (lenocínio) tendem a ser precedidos pela afectação da liberdade pessoal (sequestro e rapto). Os grupos de crimes que revelam maior índice de reincidência na mesma trajectória são a droga e a emissão de cheque sem provisão, revelando o grupo de crimes contra o património sem violência um índice de reincidência de nível médio, e os restantes níveis baixo (contra a vida em sociedade; estatisticamente minoritários) ou nulo (contra a esfera sexual).

- *Desistência – idade aquando do último registo, e experiências privativas da liberdade: detenção e condenação*

Em média a sinalização por parte das autoridades do último envolvimento de homens e mulheres no crime situa-se, respectivamente nos 33 e 31 anos, sendo a idade mais frequente (moda) respectivamente, 37 e 29 anos.

Cerca de mais de metade dos homens (56,7%) experimentaram pelo menos uma vez uma situação de privação da liberdade (detenção); desses 47,1% repetiram tal experiência. Em média a primeira detenção ocorreu aos 30 anos, sendo que a idade mais frequente (moda) se situa nos 26 anos. Uma relevante percentagem de indivíduos (66,5%) não obstante terem tido tal experiência continuaram a delinquir. No caso das mulheres, menos de metade (44,6%) experimentaram pelo menos uma vez tal situação (detenção); dessas 35,9% voltaram a ser detidas. Tanto em termos de cálculo da média como por referência à moda, a primeira experiência ocorreu nas mesmas idades que as referidas para os homens. Cerca de 57,7% não obstante terem tido tal experiência continuaram a delinquir.

Relativamente à sujeição à condenação, 30,0% dos homens foram sujeitos pelo menos uma vez a tal determinação; desses 42,7% foram condenados mais que uma vez. Em média a primeira condenação ocorreu aos 32 anos, sendo que a idade mais frequente (moda) se situa nos 31 anos. Em termos do tipo de crimes pelos quais os homens são condenados, estes registam uma maior diversidade de crimes que as mulheres. A primeira condenação foi maioritariamente pelo envolvimento em crimes de droga ou pelo cometimento de crimes contra o património sem violência. Cerca de 54,7% não obstante terem tido tal experiência voltaram a reincidir no crime. No âmbito do sexo feminino, 22,3% foram condenados pelo menos uma vez; dessas 25,6% voltaram a experimentar tal medida. Em média a primeira condenação ocorreu aos 31 anos, e a idade mais frequente (moda) situa tal experiência em dois momentos no tempo, aos 30 e aos 31 anos. A primeira condenação foi maioritariamente pelo envolvimento na droga. Após a primeira condenação 30,8% voltaram a reincidir no crime.

Neste grupo de trajectórias, caracterizado por a experiência delitiva se iniciar na fase adulta dos indivíduos, a distribuição da estrutura delinquencial pelas categorias de género revela existirem diferenças significativas entre sexos. Efectivamente a proporção de reincidentes em ambas categorias de género revela uma tendência inversa. Enquanto que no sexo masculino, os reincidentes representam 50,3% dos indivíduos, no sexo feminino, os reincidentes representam 41,0%. Neste âmbito, tendo em conta estritamente a totalidade dos reincidentes dos três grupos de trajectórias, verifica-se que o sexo feminino revela neste grupo trajectorial a maior proporção de indivíduos com estrutura reincidente, atingindo um índice de 47,0% – o sexo masculino revelará tal dimensão no grupo de trajectórias *transversal às várias fases do ciclo de vida* – e o sexo masculino um índice de 36,1%. Tal significa que ao nível da reincidência, o sexo feminino mais que o masculino, tende a iniciar-se na delinquência em plena fase adulta.

No plano da caracterização social destes indivíduos, por comparação com a população geral entre os 30 e os 34 anos, ambos os sexos apresentam elevados deficits seja através do indicador de estabilidade familiar, de capital escolar ou de competências profissionais. No que se refere à experiência conjugal, homens e mulheres apresentam similitudes, através da manifesta instabilidade de relações conjugais, materializada pela elevada proporção de indivíduos solteiros ou que tendo tido relações conjugais as não mantiveram. No âmbito do capital escolar, não obstante se verificar que ambos os sexos apresentam proporções significativas de indivíduos ao nível do 1.º e 2.º ciclos, as categorias de género tendem a dissemelharem-se em particular pela maior proporção de mulheres analfabetas ou que apenas sabem ler e escrever. No plano da experiência profissional, homens e mulheres revelam diferenças significativas, em particular através da forte representatividade do sexo masculino no sector secundário, mediante o operariado, e as mulheres com uma maior representatividade no sector terciário, através do envolvimento no pequeno comércio e nos serviços. As mulheres revelam uma maior proporção de indivíduos cuja experiência profissional se liga às profissões técnicas e de enquadramento, assim como às profissões não qualificadas, e os homens às profissões relacionadas com a

liderança empresarial. As mulheres apresentam um índice significativo de indivíduos cuja experiência profissional se liga ao trabalho doméstico.

Em média, as autoridades sinalizaram o envolvimento de ambos os sexos na delinquência aos 29 anos de idade, embora a moda revele os 26 anos, ou seja em pleno início da fase adulta. No que se refere ao primeiro tipo de crime registado pelas autoridades, ambos os sexos revelam em termos proporcionais a mesma ordem de envolvimento através da droga, dos crimes contra o património sem violência, e da emissão de cheques sem provisão. Enquanto que 8,7% do início das trajectórias das trajectórias do sexo masculino se encontram marcadas pelo elemento violência, essencialmente afectando o património, mas também a esfera sexual, a vida, a liberdade pessoal e a integridade física, a violência no início das sequências delitivas do sexo feminino tende a estar presente em 4,1% das trajectórias, afectando principalmente o património, mas também a liberdade pessoal e a integridade física. Todavia, é neste grupo de trajectórias que os homens revelam o menor índice de envolvimento na violência. Ao longo da fase adulta, 22,1% e 9,1% das trajectórias, respectivamente de homens e mulheres, inscreverão num determinado momento da sequência delitiva o elemento violência.

Embora uma significativa percentagem de homens e mulheres apresentem trajectórias de reduzida expressão, compostas no máximo por 2 registos de crimes, as categorias de género tendem a produzir distinção e diferença, com as mulheres a revelarem uma maior proporção de indivíduos com trajectórias compostas no máximo por 5 registos de crimes, e os homens a manifestarem uma maior proporção de indivíduos com trajectórias compostas por mais de 5 registos de crimes. Uma relevante percentagem das trajectórias do sexo feminino (41,7%) inscrevem-se num relativo curto intervalo de tempo, não superior a 1 ano; o sexo masculino revela um envolvimento na delinquência mais prolongado no tempo, com 33,4% e 21,7%, respectivamente de homens e mulheres a inscreverem as suas experiências delitivas num intervalo de tempo superior a 4 anos, traduzindo-se tais indicadores de envolvimento na delinquência, mais para o sexo feminino que para o masculino, por um nível de intensidade que se poderia traduzir por *reduzida actividade* numa *curta duração*, e por isso de baixa intensidade, registando o sexo masculino em quase todos os escalões de intensidade proporções superiores às registadas pelo sexo feminino,

traduzindo-se por a delinquência masculina se inscrever em períodos de tempo mais alargados que a manifesta pelo sexo feminino.

Embora numa relevante proporção de indivíduos de ambos os sexos o nível de mobilidade criminal não ultrapasse os limites do mesmo concelho, sendo por isso localizada, verificam-se diferenças entre sexos significativas, as quais se traduzem por uma maior proporção feminina no nível de mobilidade caracterizado por vários concelhos pertencentes ao mesmo distrito, e por uma maior proporção masculina associada ao nível caracterizado pelo cometimento de crimes em vários países. De uma forma geral, a maioria dos indivíduos de ambos os sexos não regista um nível de mobilidade criminal para além do mesmo distrito.

Ao nível da co-participação no crime, as mulheres por oposição aos homens, registam um menor envolvimento no crime de forma isolada. O sexo masculino tende a embrenhar-se no crime mediante o envolvimento em grupos eminentemente masculinos, e o sexo feminino pela sua inserção em grupos compostos por indivíduos do sexo oposto. Por outro lado, independentemente do sexo, a idade em que a actividade delinquente atinge o pico tende em média a ocorrer sensivelmente no início dos 30 anos de idade. No que se refere à diversidade delinquencial, embora os homens demonstrem uma maior variedade transgressiva, a esmagadora maioria (cerca de 80,0%) das trajectórias de ambos os sexos encontra-se limitada à composição no máximo por 2 grupos de crimes. A configuração delitiva das trajectórias do sexo masculino tende a ser determinada por um maior número de grupos de crimes que a do sexo feminino, representativo de certa forma de uma maior expansividade e diversidade delinquencial masculina, mas não tão vincada como a registada entre rapazes e raparigas pertencentes ao grupo de trajectórias *limitado à fase da juventude*. A constelação delitiva dos homens encontra-se profundamente marcada pelos grupos de crimes contra a liberdade pessoal e vida em sociedade, mas também pela afectação da integridade física, pela droga, pelos crimes referidos como estatisticamente minoritários, pela vida, emissão de cheque sem provisão, e contra o património sem e com violência. Por seu lado a configuração das trajectórias das mulheres encontra-se estreitamente assinalada pela influência dos grupos de crimes contra a vida em sociedade, e pelo envolvimento na droga, e em menor grau pelos grupos de crimes estatisticamente minoritários, contra o património sem violência, emissão de cheque sem provisão e pela afectação da esfera sexual.

No que respeita à sinalização, por parte das autoridades, do último envolvimento dos indivíduos no crime, tanto a média como a moda apontam para um potencial abandono da actividade delinquente mais cedo nas mulheres (respectivamente 31 e 29 anos – e os homens, 33 e 37 anos). Em termos de privação da liberdade, embora os homens registem proporções superiores às mulheres, tanto ao nível da detenção como da condenação, as mesmas apenas adquirem significância estatística ao nível da detenção, com os homens a apresentarem um índice de 56,7%, e as mulheres 44,6%, todavia o efeito de tal medida na reincidência ou na desistência não se revelou estatisticamente gerador de distinção entre sexos. Por outro lado, embora não se registem diferenças significativas entre categorias de género, quando sujeitas a uma medida de condenação, em 30,0% e 22,3% tal medida encontra repercussão significativa ao nível da reincidência ou de uma potencial desistência da actividade criminal, com os homens a revelarem uma menor sensibilidade a essa medida potencialmente restritiva da liberdade e geradora de estigma. Efectivamente, 54,7% e 30,8% respectivamente do sexo masculino e feminino, não obstante terem tido tal experiência voltaram a reincidir no crime.

Quando atravessa as várias fases da vida

o Características sociais do grupo

Verifica-se em ambos os sexos o predomínio de indivíduos solteiros ou que tendo tido experiências conjugais as não mantiveram, o que em certa medida se constitui num indicador de alguma instabilidade e incapacidade em consolidar relações afectivas ou projectos em comum.

Em termos de qualificação escolar, independentemente do sexo a maioria dos indivíduos situa o capital escolar ao nível do 1.º ciclo, com os homens a concentrarem uma proporção significativa de indivíduos ao nível do 2.º ciclo, e as mulheres a distribuírem uma proporção relevante de indivíduos pelos 2.º, 3.º ciclos. As mulheres por relação aos homens apresentam a mesma tendência revelada no grupo de trajectórias *a partir da vida adulta*, na qual a ambiguidade feminina se manifesta quer através do maior índice de analfabetismo, quer através de uma maior proporção de indivíduos cujo capital escolar se situa nos níveis mais elevados de escolaridade.

No plano da experiência profissional, ambos os sexos apresentam uma proporção considerável de indivíduos associados às profissões não qualificadas, diferenciando-se fundamentalmente com os homens a situarem as suas experiências no sector do operariado, e as mulheres no sector dos serviços, salientando a relevante percentagem de mulheres com estatuto de doméstica (31,0%). Por relação à população geral, ambos os sexos revelam uma dupla fragilidade estrutural, quer ao nível da debilidade do capital escolar, quer ao nível do deficit de competências profissionais.

○ *Activação – detecção e primeiro tipo de crime*

A sinalização por parte das autoridades do envolvimento de ambos os sexos no crime ocorreu em média aos 21 anos, registando-se no entanto enquanto idade mais frequente (moda) os 25 anos. As autoridades sinalizam o início da transgressão penal destes indivíduos no final da adolescência.

Enquanto que as trajectórias dos homens tendem a ser iniciadas fundamentalmente pela participação em crimes contra o património sem violência (46,1%) e através do envolvimento na droga (31,1%), as trajectórias das mulheres tendem a ser iniciadas também pela afectação do património sem recurso à violência (29,8%), mas também pela emissão de cheque sem provisão (29,0%), surgindo o envolvimento na droga em terceiro lugar (22,6%). A afectação inicial das trajectórias por crimes marcados pela violência, atinge no caso dos homens, 8,4% das trajectórias, através do envolvimento em crimes contra o património com violência (5,4%), sexuais (0,6%), contra a vida (0,2%), liberdade pessoal (0,4%) e contra a integridade física (1,8%); e no caso das mulheres 4,8%, essencialmente pelo envolvimento em crimes contra o património com violência (2,4%), sexuais (0,8%), contra a vida (0,8%), e contra a integridade física (0,8%). A violência aquando do desenvolvimento da sequência delitiva, marcará 41,6% e 18,5% das trajectórias, respectivamente do sexo masculino e do sexo feminino.

- *Agravação – frequência, duração, intensidade, pico da idade, co-participação, mobilidade criminal e variedade transgressiva (diversificação)*

A maioria dos indivíduos manifesta o nível de frequência entre os 3 e os 12 registos, em particular as mulheres (75,8% - e os homens 68,1%); todavia os homens revelam uma maior proporção de indivíduos com frequências superiores a 12 registos (18,1% - e as mulheres 8,1%). Desse modo, constata-se em qualquer das categorias de género uma reduzida expressão em escalões de frequência ao nível dos 2 registos, apresentando as mulheres a esse nível uma expressividade ligeiramente mais acentuada que os homens (16,1% - mulheres, e os homens 13,8%).

No que se refere à duração das trajectórias, ambos os sexos apresentam um predomínio de trajectórias cujo tempo da sequência delitiva se situa acima dos 4 anos (89,1% - homens, e as mulheres 86,3%). Uma percentagem substantiva do sexo masculino tende a concentrar a duração trajectorial no escalão de duração superior a 10 anos (53,9%) e as mulheres no intervalo entre os 4 e os 10 anos (53,2%).

Em termos de intensidade no envolvimento no crime, a grande maioria dos indivíduos insere o escalão de intensidade das suas trajectórias no nível *longa duração* com uma maior proporção de homens a expressarem uma *elevada actividade*, e as mulheres com uma maior proporção de indivíduos a expressarem uma *reduzida actividade*. Os homens evidenciam um nível de participação e de reincidência na delinquência mais persistente e duradouro.

No que se refere ao momento em que a delinquência tende a ser mais frequente, em média homens e mulheres registam o pico da idade no cometimento dos crimes aos 26 anos, todavia quando nos reportamos à idade mais frequente (moda) verificamos que embora se verifiquem algumas discrepâncias, a moda sinaliza sensivelmente o mesmo momento que o determinado através do calculo da média; com os homens a registarem a moda aos 25 anos, e as mulheres aos 24 e aos 26 anos de idade.

Na sequência do que verificámos em qualquer dos outros grupos trajectoriais, o sexo feminino mais que o masculino, tende a cometer crimes em contexto de co-participação. Os homens tendem a envolverem-se na delinquência inseridos em grupos eminentemente masculinos, compostos por 1 ou mais indivíduos, constatando-se por comparação aos outros grupos trajectoriais uma maior participação no crime

em co-participação com o sexo feminino, essencialmente em contexto de grupo composto por indivíduos de ambos os sexos. Na maioria das situações o envolvimento das mulheres na delinquência tende a efectivar-se fundamentalmente na companhia de pelo menos 1 Indivíduo do sexo masculino, ou integrando grupos compostos por indivíduos do sexo feminino, com particular relevância em grupos compostos por indivíduos de ambos os sexos.

Não obstante a maioria dos indivíduos inscreverem o espectro de mobilidade criminal no máximo ao nível do mesmo distrito, não se registando por isso diferenças significativas entre categorias de género, por comparação com os outros grupos de trajectórias constata-se uma maior proporção de indivíduos que registam um alargamento da mobilidade criminal, em particular ao nível da participação no crime em distritos diferentes, e uma maior presença feminina em crimes que tendem a ocorrer em vários países.

Em termos de diversificação transgressiva, a maioria inscreve nas suas trajectórias pelo menos 3 tipos de crime, denotando-se, embora sem significância estatística, que os homens tendem a revelar uma maior variedade transgressiva. Embora com pouca expressividade, mas extensível a qualquer dos grupos trajectoriais em estudo, o sexo feminino tende a revelar uma maior proporção de indivíduos que apenas inscrevem nas suas trajectórias criminais 1 tipo de crime.

○ *Incidência e sequência dos tipos de crimes determinantes*

Homens e mulheres revelaram deter o mesmo número de tipos de crimes com potencial determinante para a caracterização das suas constelações delitivas – 7 tipos de crimes. Na dimensão masculina, por ordem decrescente de determinação: droga; contra o património sem violência; estatisticamente minoritários; contra o património com violência; integridade física; emissão de cheque sem provisão; e contra a vida em sociedade. Na dimensão feminina, por ordem decrescente de determinação: droga; emissão de cheque sem provisão; contra a integridade física; contra o património sem violência; estatisticamente minoritários; contra a vida em sociedade; e contra o Estado.

Tendo como referência os tipos de crimes determinantes na sequência trajectorial de ambos os sexos, importa compreender em que medida os mesmos se

inserir nas trajectórias de homens e mulheres. Independentemente do sexo, e com a excepção dos tipos de crimes emissão de cheque sem provisão na dimensão feminina, e droga, em ambos os sexos, os quais tendem a ser precedidos nas trajectórias dos indivíduos por crimes pertencentes aos respectivos grupos de crimes, a esmagadora maioria dos outros tipos de crimes tendem a ser precedidos pelo grupo contra o património sem violência. Não constituindo o tipo de crime de maior grau de determinação em qualquer das categorias de género, a afectação de património sem recurso à violência constitui um elemento quase omnipresente na maioria das sequências delitivas deste grupo trajectorial. No que se refere ao índice de reincidência de cada um dos tipos de crimes nas trajectórias, no sexo masculino verifica-se que com a excepção dos grupos de crimes estatisticamente minoritários, contra a vida em sociedade, e integridade física, em que nos dois primeiros se verifica um índice médio e no terceiro um índice de reincidência baixo, em todos os outros se regista um índice de reincidência de nível elevado. Em certa medida o mesmo se constata no sexo feminino, embora de forma menos acentuada, com índices de reincidência de nível elevado nos tipos de crimes relativos ao envolvimento na droga, na emissão de cheque sem provisão, na afectação de património sem violência; de nível médio nos tipos de crimes estatisticamente minoritários, e contra a vida em sociedade; registando nos restantes tipos de crimes níveis de reincidência baixo e nulo.

- *Desistência – idade aquando do último registo, e experiências privativas da liberdade: detenção e condenação*

A sinalização por parte das autoridades do último envolvimento de homens e mulheres no crime, ocorre em média respectivamente aos 31 e 30 anos, sendo a idade mais frequente (moda) respectivamente, 30 e 28 anos.

No que respeita a experiências privativas da liberdade, através da medida de detenção, mais de metade dos homens (84%) experimentaram pelo menos uma vez uma situação de privação da liberdade (detenção); desses 71,8% voltaram a experimentar tal privação. A primeira vez ocorreu em média aos 24 anos, sendo que a idade mais frequente (moda) se situa nos 25 anos. Cerca de 90,3% não obstante terem tido tal experiência continuaram a delinquir. No universo feminino, embora numa proporção menor que a registada pelo sexo masculino, também mais de metade das

mulheres (65,3%) experimentaram pelo menos uma vez uma situação de privação da liberdade (detenção); dessas 53,1% voltaram a ser detidas. Em média a primeira vez ocorreu aos 26 anos, sendo a idade mais frequente (moda) os 25 e 28 anos. Cerca de 79,0% não obstante terem tido tal experiência continuaram a delinquir.

No que respeita a condenações, no âmbito do sexo masculino, 52,9% foram pelo menos uma vez condenados; desses 58,5% foram sujeitos a tal decisão pelo menos mais uma vez. Em média a idade em que a primeira vez ocorreu foi aos 28 anos; a moda coincide com a média. No que respeita aos tipos de crimes pelos quais os homens são condenados, estes registam uma maior diversidade que as mulheres. A primeira condenação foi maioritariamente pelo envolvimento em crimes de droga ou pelo cometimento de crimes contra o património sem violência. Cerca de 70,6% não obstante terem tido tal experiência voltaram a reincidir no crime. Relativamente ao sexo feminino, 28,2% foram pelo menos uma vez condenadas; dessas 22,9% voltaram a sê-lo. Em média a primeira vez ocorreu aos 29 anos; sendo que a moda sinaliza a mesma idade determinada pela média. A primeira condenação ocorreu maioritariamente pelo envolvimento na droga. Após a primeira condenação 25,7% voltaram a reincidir no crime.

Os indivíduos cuja experiência delinquente se inicia na fase da juventude e se prolonga pela fase da vida adulta, representam independentemente da estrutura delinquencial dos indivíduos 30,9% e 17,3%, respectivamente das amostras do sexo masculino e feminino. Se tomarmos nos três grupos de trajectórias como referência apenas o universo daqueles que manifestam reincidência, os homens e as mulheres que se inscrevem neste grupo de trajectórias atingem uma proporção de respectivamente 47,6% e 33,3%. No plano da reincidência, enquanto que o sexo feminino atinge a maior proporção de indivíduos no grupo de trajectórias *a partir da fase da vida adulta*, no sexo masculino tal facto encontra-se materializado no grupo de trajectórias cuja experiência delinquente *atravessa as várias fases da vida do indivíduo*.

No que se refere à caracterização social destes indivíduos, tendo como referência a população geral entre os 15 e os 34 anos, a maioria apresenta indicadores de conjugalidade reveladores de ausência de laços, ou de experiências falhadas, manifesta de instabilidade e ou incapacidade em consolidar relações afectivas; também no que se refere ao capital escolar e à experiência profissional, embora a maioria apresente indicadores reveladores de deficits, verificam-se diferenças entre categorias de género. Denota-se uma elevada proporção de indivíduos cujas habilitações se situam ao nível do 1.º ciclo; uma vez mais, por comparação com o sexo masculino, as mulheres apresentam a este nível uma situação de ambiguidade que se traduz pelo maior índice de indivíduos analfabetos, e de habilitações ao nível do ensino secundário. No plano da experiência profissional embora o sexo feminino manifeste maior proporção de indivíduos ligados a profissões cujo desempenho exige maior qualificação académica, condicente com as diferenças registadas ao nível do capital escolar em função do sexo, mulheres e homens continuam fundamentalmente a distinguirem-se pela representatividade que assumem, respectivamente, através do estatuto de doméstica e da participação no sector do comércio e dos serviços, e no sector do operariado.

Em média e independentemente do sexo, as autoridades sinalizaram pela primeira vez o envolvimento no crime aos 21 anos de idade, ou seja na fase final da adolescência. Enquanto a maioria dos indivíduos do sexo masculino se inicia na delinquência através do envolvimento na criminalidade aquisitiva sem recurso a violência e na droga, os indivíduos do sexo feminino manifestam o seu índice de envolvimento, quase em paralelo, através do cometimento de crimes contra o património sem violência, e mediante o recurso à emissão de cheques sem provisão, perfilando-se apenas depois a relevância da droga. No início da sequência delitiva, a violência no sexo feminino representa em termos proporcionais cerca de metade (4,8%) da manifestada pelo sexo masculino (8,4%). Por relação aos outros grupos de trajectórias, a expressividade da violência é mais diversificada, em particular a revelada pelo sexo feminino, através da afectação do património de forma violenta, da esfera sexual, da vida e da integridade física (para além dos tipos de crimes referidos, na expressividade do sexo masculino há a acrescentar a liberdade pessoal). Ao longo de todo o desenvolvimento da sequência delitiva a violência encontrar-se-á inscrita em 41,6% e 18,5% das trajectórias, respectivamente de homens e mulheres.

No que respeita ao nível de envolvimento no crime, em termos de frequência de registos crime não se verificam diferenças significativas entre ambos os sexos. Denota-se uma minoria de indivíduos com trajectórias de reduzida expressão, compostas no máximo por 2 registos de crimes, e significativas proporções de indivíduos com um nível de expressividade, em primeiro lugar, entre os 3 e os 5 registos, e em segundo, entre os 6 e os 12 registos. Embora sem relevância estatística, os homens tendem a revelar uma maior proporção de indivíduos com trajectórias compostas por mais de 12 registos. Neste grupo de trajectórias, enquanto o sexo masculino tende a revelar uma proporção significativa de indivíduos cuja duração da actividade delinquente se situa acima dos 10 anos (53,9%), no mesmo sentido, as mulheres manifestam uma duração da trajectória entre os 4 e os 10 anos (53,2%), traduzindo-se nos dois sexos tais indicadores de envolvimento na delinquência, por um nível de intensidade caracterizado pela *longa duração*, com uma maior proporção de homens a manifestarem uma *elevada actividade* e as mulheres uma *reduzida actividade*. Os homens expressam indícios de um nível de participação e reincidência mais intenso, persistente e duradouro.

No âmbito da mobilidade criminal não se registam diferenças significativas entre sexos. Denota-se uma expressiva proporção de indivíduos com um nível de mobilidade criminal que não ultrapassa o mesmo concelho, verificando-se no entanto por comparação com os outros grupos de trajectórias um alargamento da mobilidade dos indivíduos, em particular ao nível da participação no crime em vários distritos, e estritamente o sexo feminino em formas criminais que tendem a decorrer em vários países.

Homens e mulheres registam, neste grupo de trajectórias, os índices mais elevados de envolvimento no crime sem recurso a qualquer forma de co-participação, continuando o sexo masculino, na sequência do verificado no grupo de trajectórias que se exprime *a partir da fase da vida adulta*, a apresentar uma maior proporção de indivíduos a envolverem-se na delinquência sem recurso à co-autoria. Todavia, verifica-se em ambos os sexos, índices elevados de participação em qualquer das formas de co-participação na qual estão presentes indivíduos do sexo masculino, sendo que as mulheres tendem a apresentar índices mais elevados de co-participação em grupos mistos e em grupos cujos outros co-participantes são exclusivamente do sexo feminino.

Independentemente do sexo, a idade em que a actividade delinquente atinge o pico, tende em média a ocorrer sensivelmente aos 26 anos de idade. Também no que se refere à diversidade delinquencial, embora os homens demonstrem uma maior variedade transgressiva, pouco mais de 50% das trajectórias de ambos os sexos tende a encontrar-se constituída por uma variedade delinquencial superior a 2 grupos de crimes. Tal facto encontra repercussão na constelação delitiva das trajectórias. Tanto as trajectórias do sexo masculino como as do sexo feminino tendem a ser determinadas por igual número de grupos de crimes; embora marcadas pela droga, os restantes grupos de crimes diferem no tipo e no grau de influência que adquirem na configuração trajectorial. Não obstante a intensa influência da droga nas trajectórias de ambos os sexos, a constelação delitiva dos homens encontra-se profundamente marcada pelos grupos de crimes contra o património sem violência e pelos estatisticamente minoritários, mas também através da afectação do património com recurso a meios violentos, da integridade física, da emissão de cheque sem provisão e da vida em sociedade. A configuração das trajectórias das mulheres, por seu lado, encontra-se estreitamente assinalada pela influência da emissão de cheque sem provisão, pela afectação da integridade física, e do património sem violência, mas também, em menor grau através do grupo de crimes estatisticamente minoritários, contra a vida em sociedade e contra o Estado.

As autoridades sinalizam em média o último envolvimento de homens e mulheres no crime, respectivamente aos 31 e aos 30 anos, todavia denota-se, com significância estatística, que os indivíduos do sexo masculino tendem a desistir mais tardiamente que os indivíduos do sexo feminino. No que se refere à experiência de privação da liberdade através da medida de detenção, os homens revelam significativamente maior índice de sujeição a tal restrição (84% – as mulheres, 65,3%), encontrando-se tal diferença repercutida no nível de reincidência, o qual se revelou com potencial distintivo entre sexos (90,3% dos homens voltaram a reincidir, por oposição a 79,0% das mulheres). Tais diferenças encontram eco na medida relativa à condenação, com os homens (52,9%) a revelarem mais uma vez um maior índice que as mulheres (28,2%), repercutindo-se tal evidência no nível de reincidência. Daqueles que foram condenados, 70,6% e 25,7%, respectivamente de homens e mulheres, voltaram a reincidir no crime, revelando o sexo feminino claramente uma maior sensibilidade, que o sexo masculino, à situação de reclusão.

10.3 Conclusão

Os dados apontam para uma evidente diferença quantitativa entre sexos ao nível da participação no crime. Conforme se tem vindo a demonstrar ao longo da história, o acervo documental das autoridades referente a registos de participação no crime atesta uma maior participação masculina no crime; efectivamente quer em termos de valores absolutos de tais registos, quer da taxa de feminilidade, quer da distribuição por 100 mil habitantes, tais indicadores confirmam uma evidente maioria masculina. Todavia, conforme demonstrámos, tendo como base a análise longitudinal de grupos de trajectórias, a diferença quantitativa evidenciada entre feminino e masculino quando pesquisada em termos qualitativos e tomada em termos proporcionais por relação à respectiva dimensão de cada categoria de género (daqueles que delinquem), tende a atenuar-se e a transformar-se num elemento não de absoluta diferença, mas de distinção tendo como referência explicativa não só os processos que subjazem ao desenvolvimento do indivíduo, como aos contextos social, económico e político em que se insere.

Desenvolvemos o estudo através de uma dupla valência de análise, num primeiro momento, tendo como referência o grupo trajectorial a que os indivíduos pertencem situando no ciclo de vida o encadeado da sequência de crimes que fazem a trajectória do grupo, ora estritamente na fase da juventude, ora na fase da vida adulta, ora atravessando ambas as fases e por isso ao longo da vida, e num segundo momento, determinando a estrutura delinquencial dos indivíduos definindo-os como *primários* ou *reincidentes*. Em qualquer dos grupos trajectoriais, com maior incidência na estrutura delinquencial daqueles que tendem a reincidir no crime, evidenciam-se indicadores de caracterização social reveladores de alguma instabilidade afectiva, e de algum deficit tanto de capital escolar como de competências profissionais. Qualquer dos três grupos de trajectórias manifesta o seu potencial delitivo num quadro societário em transformação, no qual embora o sexo feminino apresente indicadores de maior capital escolar, tal apenas se repercute parcialmente no nível de experiência profissional; embora se registem proporções significativas de mulheres com experiência profissional, em particular ao nível das

profissões técnicas e de enquadramento, regista-se igualmente ainda uma proporção significativa de mulheres com estatuto de doméstica, ou com associação a actividades profissionais não qualificadas.

A fase de desenvolvimento bio psicossocial, e os indicadores de caracterização social que estruturam os diversos grupos trajectoriais, encontram-se estreitamente relacionados com a capacidade que o Indivíduo manifesta para delinquir. Existe uma evidente relação entre idade, aquisição de competências, determinado nível de inserção na vida activa, e potencial para delinquir, quer no que se refere ao valor jurídico a afectar, quer no que se refere aos recursos necessários para executar o crime. Todavia, sem embargo da relevância incontornável de tal nexos, em qualquer dos grupos de trajectórias detectam-se grupos de crimes que se revelam estruturantes na configuração da delinquência cometida por *reincidentes*. Não obstante a importância dos tipos de crimes cujo objecto se centra na apropriação ilícita de determinado bem patrimonial, em particular através da prática da subtracção, independentemente da categoria de género e do grupo trajectorial, o envolvimento na droga constitui-se num elemento criminógeno de grande relevância na configuração da constelação delitiva de ambos os sexos. Denota-se assim, numa relevante percentagem de sequências delitivas, a influência do envolvimento em tipos de crimes que se relacionam com a apropriação ilícita de bens patrimoniais, assim como com o envolvimento com as lógicas da droga.

Embora com maior destaque no sexo masculino, em ambos os sexos o contacto com a delinquência na fase da juventude constitui um elemento com capacidade preditora de uma trajectória delinquente mais persistente; no sexo feminino, por comparação com o masculino, uma significativa proporção de indivíduos com estrutura delinquencial reincidente tende a contactar com a delinquência pela primeira vez já em plena fase adulta. Independentemente do grupo trajectorial, a violência encontra-se claramente mais presente nas trajectórias do sexo masculino.

Todavia, o fundamento das diferenças e similitudes entre sexos encontram-se nas a montante do acto de delinquir. Os processos de socialização e de construção da identidade do masculino e do feminino, assim como o estatuto e os papéis que se espera que desempenhem ao longo do ciclo de vida revelam-se centrais no envolvimento de ambos os sexos na delinquência. Apesar das transformações

operadas na estrutura do pensamento androcêntrico, assim como nas relações entre categorias de género, repercutidas no estatuto e nos papéis que ambos desempenham na sociedade, de crescente paridade, embora ainda incompleta, denota-se entre sexos, em qualquer dos grupos trajectoriais, uma franca similitude no que respeita ao deficit de recursos emocionais, habilitacionais e profissionais, por relação à população em geral, assim como uma manifesta diferença na forma como essa descapitalização de recursos se evidencia entre categorias de género.

A dualidade similitude / dissemelhança encontramos-la também ao nível do envolvimento no crime. A demonstrada diferença quantitativa entre sexos produzida pelo nível de participação no crime tende a esbater-se quando analisamos o tipo de envolvimento de ambas categorias de género na delinquência. Tomando como referência a sequência delitiva de *reincidentes*, o grupo de trajectórias *limitado à fase da juventude* constitui-se naquele em que de forma mais flagrante se verifica um menor número de tipos de crimes que tendem a determinar a configuração das trajectórias do sexo feminino; no grupo de trajectórias *a partir da fase da vida adulta*, tal diferença encontra-se francamente atenuada, alcançando a paridade no grupo de trajectórias *transversal às fases da juventude e da vida adulta*, todavia os tipos de crimes que determinam as sequências delitivas de ambos os sexos não se revelaram necessariamente os mesmos ou com potencial de influência idêntico.

Tais constatações são reveladoras de que as alteridades ocorridas no quadro societário, das quais se destaca o processo de emancipação da mulher face ao poder do homem, não constituem matéria suficiente para que a mulher, em termos de participação, manifeste um nível de envolvimento no crime similar ao do homem. O tempo que marca a cadência da mudança ao nível da estrutura e da organização da sociedade não se revela necessariamente o mesmo quando nos reportamos à vida quotidiana do indivíduo, assim como às práticas e representações e como tal ao nível dos valores e das crenças. A forma como o masculino e o feminino, nos três grupos de trajectórias, manifestam o envolvimento na delinquência, constitui-se num potencial indício da influência que as condições (limites) materiais e simbólicas que enformam o processo de socialização tendem a impor a ambos os sexos ao longo das diversas fases que compõem o ciclo de vida do indivíduo.

Efectivamente, quer no interior de cada grupo trajectorial, quer no âmbito da expressividade delinquencial em função do género, as sequências delitivas

fragmentam-se, manifestando uma potencial variedade delinquencial que quebra em absoluto com os estereótipos sobre o que se tem considerado ser a delinquência expressa por ambos os sexos. Nesse sentido, *Género e trajectórias criminais* constitui-se fundamentalmente num exercício crítico, relacional entre a condição de género, os contextos onde a existência social se exprime, e o comportamento criminal, nos quais o tempo, materializado na história das sociedades e no desenvolvimento da ciência, assim como na biografia dos indivíduos, se constitui no elemento através do qual a acção social adquire sentido e se complexifica.

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas

- ADLER, Freda (1975); *Sisters in Crime – The rise of the New Female Criminal*, New York, McGraw-Hill Book Company;
- AEBI, Marcelo F. (2007); «Crítica y contracrítica de la criminología crítica: una respuesta a Elena Larrauri» in *Revista de Derecho Penal y Criminología*, 2.^a Época, n.º 19, pp 377-395;
- AEBI, Marcelo F. (2004); «Crítica de la criminología crítica: Una lectura escéptica de Baratta» in F. Pérez-Alvarez (Ed.), *Serta in Memorium Alexandri Baratta*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 17-56;
- AGACINSKI, Sylviane (1999); *Política dos Sexos*, Oeiras, Celta Editora;
- AGRA, Cândido da (2001); «Elementos para uma epistemologia da criminologia» in *Estudos em Comemoração dos cinco anos (1995-2000) da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, Coimbra, Coimbra Editora, 63-95;
- AGRA, Cândido da, e MATOS, Ana Paula (1997); *Trajectórias desviantes*, Gabinete de Planeamento e Coordenação de Combate à Droga;
- ALTAVILLA, Enrico (1964); *O Delinquente e a Lei Penal*, Volume I, Coimbra, Coimbra Editora Lda;
- AMÂNCIO, Lúcia (1994); *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*, Porto, Edições Afrontamento;
- ANDRADE, Manuel da Costa (1993); «Sobre a reforma do Código Penal português – Dos crimes contra as pessoas, em geral, e das gravações e fotografias ilícitas, em particular» in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Fasc. 2-4, 427-497;
- ASCHAFFENBURG, G. (1904); *Crime e Repressão*, Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira;
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA (2004); Estatísticas APAV 2003, Lisboa, disponível em <http://www.apav.pt/> e acedido a 25 de Fevereiro de 2009;

- AZAMBUJA, Mariana, NOGUEIRA, Conceição, e SAAVEDRA, Luísa (2007); «Feminismo(s) e psicologia em Portugal», in *Psico*, Instituto de Educação e Psicologia/Universidade do Minho, Vol. 38 (3), Braga, 207-215, disponível em, <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/2879/2175> e acedido a 5 de Dezembro de 2008;
- BARRE, Marie-Danièle, e POTTIER, Marie-Lys (2003) ; «Interpellés hier, aujourd’hui et demain. Analyse des séquences de mises en cause dans des procédures de Police Judiciaire» in *Déviance et Société*, Vol. 27, N.º. 2, pp 131-159;
- BARRETO, António (2000); «Portugal e a Europa: quarto décadas», in *A Situação Social em Portugal, 1960-1999*, António Barreto, Clara Valadas Preto, Maria João Valente Rosa, Marina Costa Lobo, e Paulo Chitas, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp 37-75;
- BEAUVOIR, Simone De (2008 [1949]); *O Segundo Sexo (I)*, Lisboa, Quetzal Editores, 1.º. volume;
- BECCARIA, Cesare (1998 [1766]); *Dos delitos e das penas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian;
- BELEZA, Teresa Pizarro (1998a); *Direito Penal*, Vol. I, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa;
- BELEZA, Teresa Pizarro (1998b); «”Their roots in many fields”: a Criminologia no enclave da produção discursiva sobre o fenómeno criminal», in *Sub Júdice – Justiça e Sociedade*, Coimbra, N. 13, pp 35-50;
- BELEZA, Teresa Pizarro (1990); *Mulheres, Direito, Crime ou A Perplexidade de Cassandra*, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa;
- BERTRAND, Marie-Andrée (2003); *Les femmes et la criminalité*, Quebec, Athéna Éditions;
- BLUMSTEIN, Alfred (2005); «An Overview of the Symposium and Some Next Steps» in *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 602, pp 242-258;

- BLUMSTEIN, Alfred, COHEN, Jacqueline, e FARRINGTON, David P. (1988a); «Criminal career research: it's value for criminology» in *Criminology*, Vol. 26. N.º. 1, pp 1-35;
- BLUMSTEIN, Alfred, COHEN, Jacqueline, e FARRINGTON, David P. (1988b); «Longitudinal and criminal career research: further clarifications» in *Criminology*, Vol. 26. N.º. 1, pp 57-74.
- BONGER, Willem (1916); *Criminality and Economic Conditions*, London, Heinemann;
- BORN, Michel, e GAVRAY, Claire (2002); «Deviant Trajectories at the Turning Point between Adolescence and Adulthood» in *Drugs and Crime: Deviant Pathways*, Serge Brochu, Cândido da Agra, e Marie-Marthe Cousineau, Ashgate, pp 97-114;
- BOUDON, Raymond (2002); «Penser la relation entre le droit et les mœurs» in *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique et Scientifique*, Vol. 55, pp 3-16;
- BOURDIEU, Pierre (1999); *A dominação masculina*, Celta Editora, Oeiras;
- BOURDIEU, Pierre (1979); *La Distinction – Critique Sociale du Jugement*, Paris, Minuit;
- BROCHU, Serge, AGRA, Cândido da, e COUSINEAU, Marie-Marthe (2002); «Introduction» in *Deviant Pathways*, Serge Brochu, Cândido da Agra, e Marie-Marthe Cousineau, Ashgate, pp 1-6;
- BRUNELLE, Natacha, COUSINEAU, Marie-Marthe, e BROCHU, Serge (2002); «Deviant Youth Trajectories: Adoption, Progression and Regression of Deviant Lifestyles» in *Drugs and Crime: Deviant Pathways*, Serge Brochu, Cândido da Agra, e Marie-Marthe Cousineau, Ashgate, pp 115-135;
- BUSHWAY, Shawn D., THORNBERRY, Terence P., e KROHN, Marvin D. (2003); «Desistance as a Developmental Process: A Comparison of Static and Dynamic Approches» in *Journal of Quantitative Criminology*, 19, (2), pp 129-153;
- CARBONNEAU, René (2002); «Developmental Trajectories Leading to Delinquency and Substance Use in Adolescence: Results from Quebec Studies» in *Drugs*

- and Crime: Deviant Pathways*, Serge Brochu, Cândido da Agra, e Marie-Marthe Cousineau, Ashgate, pp 85-95;
- CARIO, Robert (1987); «Contribution à la connaissance et à l'explication de la criminalité des femmes», in *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique*, Genève, N. 3, pp 306-330;
- CARVALHO, Helena (2004); *Análise Multivariada de Dados Qualitativos – Utilização da Homals com o SPSS*, Lisboa, Edições Silabo, 1.ª. Edição;
- CATALANO, Richard, e Hawkins, David (1996); «The Social Development Model: A Theory of Antisocial Behavior», in *Delinquency and Crime – current theories*, Edited by J. David Hawkins, Cambridge, Cambridge University Press, pp 149-197;
- CAZÉS, Daniel (1998); *La perspectiva de género: Guía para diseñar, poner en marcha, dar seguimiento y evaluar proyectos de investigación y acciones públicas y civiles*, CONAPO; PRONAM, México;
- CHESNEY-LIND, Meda (1995); «Girls, Delinquency, and Juvenile Justice: Toward a Feminist Theory of Young Women's Crime», in *The Criminal Justice System and Women – offenders, victims and workers*, Barbara Raffel Price and Natalie Sokoloff, McGraw-Hill, pp 71-88;
- COCKBURN, James J., e MACLAY, Inga (1965); «Sex differentials in juvenile delinquency» in *British Journal of Criminology*, Vol. 5, N.º.3, pp 289-308;
- COHEN, Lawrence E., e LAND, Kenneth C. (1987); «Age structure and crime: symmetry versus asymmetry and the projection of crime rates through the 1990s» in *American Journal of Sociology*, Vol. 52, N.º. 2, pp 170-183;
- CONINCK, Frédéric de, e GODARD, Francis (1989); «L'approche biographique à l'épreuve de l'interprétation» in *Revue Française de Sociologie*, Vol. xxxi, N.º. 1, pp 23-53;
- CORRELL, Shelley J. (2001); «Gender and the Career Choice Process: The Role of Biased Self-Assessments» in *American Journal of Sociology*, Vol. 106, N.º. 6, pp 1691-1730;
- COURGEAU, David, e LELIEVRE, Eva (1989); «L'approche biographique en démographie» in *Revue Française de Sociologie*, Vol. xxxi, N.º. 1, pp 55-74;

- COUSINEAU, Marie-Marthe, AGRA, Cândido da, e BROCHU, Serge (2002); «Conclusion» in *Drugs and Crime: Deviant Pathways*, Serge Brochu, Cândido da Agra, e Marie-Marthe Cousineau, Ashgate, pp 241-245.
- CUSSON, Maurice (2003); «La criminologie développementale et la criminologie situationnelle: des théories complémentaires» in *Annales Internationale de Criminologie*, Vol. 41 (1-2), pp 191-202 ;
- DALY, Kathleen, and CHESNEY-LIND, Meda (2002); «Feminism and Criminology», in *Criminological Theories – Bridging the Past to the Future*, Suzette Cote (editor), SAGE Publications, pp 267-276;
- DALY, Kathleen, and CHESNEY-LIND, Meda (1988); «Feminism and Criminology», in *Justice Quarterly*, (5), pp 497-538;
- DALY, Kathleen, (2002); «Different Ways of Conceptualizing Sex/Gender in Feminist Theory and Their Implications for Criminology», in *Criminological Theories – Bridging the Past to the Future*, Suzette Cote (editor), SAGE Publications, pp 277-284;
- DIAS, Jorge de Figueiredo (1993); «O Código Penal português de 1982 e a sua reforma» in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Fasc. 2-4, pp 161-195;
- DIAS, Mário Gomes (1983); «Algumas implicações da entrada em vigor do novo Código Penal no sistema processual penal» in *Revista do Ministério Público*, N.º.13, pp 61-86;
- DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (1979); Porto, Dicionários «Editora», Porto Editora;
- DICRISTINA, Bruce (2006); «Durkheim's latent theory of gender and homicide», in *British Journal of Criminology*, Oxford, Vol. 16, N. 2, pp 212-233;
- DOISE, Willem (1994); «Prefácio» in *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*, Lígia Amâncio. Porto, Edições Afrontamento, 1994;
- DONKER, Andrea G., SMEENK, Wilma H., LAAN, Peter, e VERHULST, Frank (2003); «Individual Stability of Antisocial Behavior from Childhood to Adulthood: Testing the Stability Postulate of Moffitt's Developmental Theory» in *Criminology*, Vol. 41, N.º 3, pp 593-609;

- DURKHEIM, Émile (1992[1897]); *O Suicídio*, Lisboa, Editorial Presença;
- DURKHEIM, Émile (1993[1895]); *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Editorial Presença;
- DURKHEIM, Émile (1977[1893]); *A Divisão do Trabalho Social*, 1.º e 2.º volumes, Lisboa, Editorial Presença;
- EGGLESTON, Elaine P., LAUB, John H., and SAMPSON, Robert J. (2004); «Methodological Sensitivities to Latent Class Analysis of Long-Term Criminal Trajectories», in *Journal of Quantitative Criminology*, Vol. 20, n.º 1, March, pp 1-26;
- ELLIOTT, Delbert, e MENARD, Scott (1996); «Delinquent Friends and Delinquent Behavior: Temporal and Developmental Patterns», in *Delinquency and Crime – current theories*, Edited by J. David Hawkins, Cambridge, Cambridge University Press, pp 28-67;
- EMSLEY, Clive (1987); *Crime and society in England, 1750-1900*, Themes in British Social History, Longman Group Limited;
- ERICKSON, Patricia G., BUTTERS, Jennifer, e GERMAN, Eric (2002); «Flexing Crack in Toronto: a Deviant Pathway for Poor, Homeless Drug Users» in *Drugs and Crime: Deviant Pathways*, Serge Brochu, Cândido da Agra, e Marie-Marthe Cousineau, Ashgate, pp 155-165;
- FARRINGTON, David (1998); «O Desenvolvimento do Comportamento Anti-Social e Ofensivo desde a Infância até à Idade Adulta», in *Temas Penitenciários*, Serie II, Vol. I, pp 7-16;
- FARRINGTON, David (1996); «The Explanation and Prevention of Youthful Offending», in *Delinquency and Crime – current theories*, Edited by J. David Hawkins, Cambridge, Cambridge University Press, pp 68-148;
- FEELEY, Malcolm M., e AVIRAM, Hadar (2008); *Where Have All the Women Gone? – The Decline of Women in the Criminal Justice Process*, 3rd Annual Conference on Empirical Legal Studies Papers, disponível em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1130587 e acedido a 22 de Setembro de 2008;

- FEELEY, Malcolm M., e LITTLE, Deborah (1991); «The vanishing female: The decline of women in the criminal process, 1687-1912», in *Law and Society Review*, Vol. 25, pp 719-757;
- FERNANDES, Luís, e NEVES, Tiago (2002); «Ethnographic Space – Time: Culture of Resistance in a ‘Dangerous Place’» in *Drugs and Crime: Deviant Pathways*, Serge Brochu, Cândido da Agra, e Marie-Marthe Cousineau, Ashgate, pp71-83;
- FERREIRA, José Medeiros (1994); *História de Portugal – Portugal em Transe (1974-1985)*, Volume VIII, direcção de José Mattoso, Lisboa, Circulo de Leitores;
- FERREIRA, Manuel Cavaleiro de (1981); *Direito Penal Português – Parte Geral I*, Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, Verbo;
- FERREIRA, Pedro Moura, GARCIA, Luís, e VALA, Jorge (1993); *Delinquência e Criminalidade Recenseadas dos Jovens em Portugal (1980-1989)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Instituto da Juventude;
- FERREIRA, Virgínia, (2000); «Sexualizando Portugal: Mudança Social, Políticas Estatais e Mobilização Social das Mulheres», in *Portugal Contemporâneo*, António Costa Pinto (coordenador), Sequitur, pp 180-212;
- FERRI, Enrico (1968 [1901]); *The Positive School of Criminology; Three Lectures by Enrico Ferri*, Pittsburgh, University of Pittsburgh Press;
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro, BARRETO, Fabiana Costa Oliveira, e GROSNER, Marina Quezado (2004); «A liberdade nas escolas penais», in *Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios*, Brasília, Ano 12, Volume 23, pp 28-41;
- FLEMING, Charles, CATALANO, Richard, OXFORD, Mónica, e HARACHI, Tracy (2002); «A Test of Generalizability of the Social Development Model Across Gender and Income Groups with Longitudinal Data from the Elementary School Developmental Period» in *Journal of Quantitative Criminology*, Vol. 18, N.º 4, pp 423-439;
- FONSECA, António C. (2004); «Diferenças individuais no desenvolvimento do comportamento anti-social: o contributo dos estudos longitudinais», in

- Comportamento Anti-Social e Crime – da infância à idade adulta*, António Castro Fonseca (Editado por), Coimbra, Almedina, pp 413-461;
- FRECHETTE, Marcel e LEBLANC, Marc. (1987); *Délinquances and délinquants*. Paris: Gaétan Morin;
- FREUD, Sigmund (2005 [1933]); «Femininity», in *The Essentials of Psycho-Analysis*, selected, with an introduction and commentaries by Anna Freud, London, Vintage Books, pp 412-432;
- FREUD, Sigmund (2005 [1925]); «Some Psychological Consequences of the Anatomical Distinction between the Sexes», in *The Essentials of Psycho-Analysis*, selected, with an introduction and commentaries by Anna Freud, London, Vintage Books, pp 402-411;
- FREUD, Sigmund (2005 [1923]); «The Ego and the Id», in *The Essentials of Psycho-Analysis*, selected, with an introduction and commentaries by Anna Freud, London, Vintage Books, pp 439-483;
- GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (1995); *Inquérito de Vitimação 1994*, Relatório elaborado por Maria Rosa Crucho de Almeida e Ana Paula Alão, Lisboa, Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça;
- GAROFALO, Rafael (1916); *Criminologia: estudo sobre o delicto e a repressão penal*, Lisboa, Livraria Clássica Editora;
- GAVRAY, C. (1997); «Trajectoire déviante à la lisière entre adolescence et âge adulte» in *Déviance et Société*, Vol. 21, N.º. 3, pp 273-288;
- GHIGLIONE, Rodolphe, e MATALON, Benjamin (1997); *O Inquérito – Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora, 3ª edição;
- GLUECK, Sheldon, e GLUECK, Eleanor (1965); «Varieties of delinquent types» in *British Journal of Criminology*, Vol. 5, N.º.3, pp 236-248;
- GOTTFREDSON, Michael (2005); «Offender Classifications and Treatment Effects in Developmental Criminology: A Propensity/Event Consideration» in *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 602, pp 46-56;

- GOTTFREDSON, Michael, e HIRSCHI, Travis (1990); *A General Theory of Crime*, California, Stanford University Press, Stanford;
- GOTTFREDSON, Michael R, and HIRSCHI, Travis (1987); «The Methodological Adequacy of Longitudinal Research in Crime and Delinquency» in *Criminology*, 25, pp 581-614;
- GOTTFREDSON, Michael, e HIRSCHI, Travis (1988); «Science, public policy, and the career paradigm» in *Criminology*, Vol. 26, N.º 1, pp 37-55;
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA (s/d); Volume XXXII, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada;
- GREENBERG, David F. (1985); «Age, Crime, and Social Explanation» in *American Journal of Sociology*, Vol. 91, N.º 1, pp 1-21;
- GUIMARÃES, Elina (1991); *Sete décadas de feminismo*, Ditos & Escritos n.º. 2, Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres – Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa;
- HAGAN, John, e PALLONI, Alberto (1988); «Crimes as Social Events in the Life Course: Reconceiving a Criminological Controversy» in *Criminology*, Vol. 26. N.º. 1, pp 87-100;
- HAYNE, Dana L. (2001); «Delinquent Peers Revisited: Does Network Structure Matter» in *American Journal of Sociology*, Vol. 106, N.º. 4, pp 1013-1057;
- HARRATI, Sonia, VAVASSORI, David, e FAVARD, Anne-Marie (2001); «La criminalité des femmes: données théoriques» in *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique et Scientifique*, Vol. 54, N.º. 3, 334-348;
- HATCH, Alison, e FAITH, Karlene (1989-1990); «The Female Offender in Canada: A Statistical Profile» in *Canadian Journal of Women and the Law – Revue Juridique La Femme et le Droit*, Vol. 3, N.º. 2, pp 432-456;
- HEIDENSOHN, Frances (1994); «Gender and Crime», in *The Oxford Handbook of Criminology*, Mike Maguire, Rod Morgan, and Robert Reiner (Edited by), Oxford, Oxford University Press, pp 997-1039;

- HEIDENSOHN, Frances e GELSTHORPE, Loraine (2007); «Gender and Crime», in *The Oxford Handbook of Criminology*, Mike Maguire, Rod Morgan, and Robert Reiner (Edited by), Oxford, Oxford University Press, pp 381-420;
- HEIMER, Karen (1995); «Gender, Race, and the Pathways to Delinquency: An Interactionist Explanation», in *Crime and Inequality*, John Hagan and Ruth D. Peterson (Edited by), Stanford – California, Stanford University Press, pp 140-173;
- HILL, Gary, e ATKINSON, Maxine P. (1988); «Gender, Familial Control and Delinquency» in *Criminology*, Vol. 26, N.º 1, pp 127-147;
- HIRSCHI, Travis (1969); *Causes of delinquency*, Berkeley, University of California Press;
- HORNEY, Julie, OSGOOD, D. Wayne, e MARSHALL, Ineke Haen (1995); «Criminal careers in the short-term: intra-individual variability in crime and its relation to local life circumstances» in *American Sociological Review*, Vol. 60, N.º 5, pp 655-673;
- INSTITUTO DA DROGA E DA TOXICODPENDÊNCIA (2003); *Estudo sobre o Consumo de Alcool, Tabaco e Droga*, em alunos do ensino público – Portugal Continental, Lisboa, Observatório de Drogas e Toxicodpendências (Autores: Fernanda Feijão e Elsa Lavado);
- JÚNIOR, Plínio (2006); *Tornar-se Homem – O projeto masculino na perspectiva de género*, Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica, sob orientação da Professora Doutora Rosane Mantilla de Souza, São Paulo, Brasil;
- KARNAL, Leandro, PURDY, Sean, FERNANDES, Luiz, e MORAES, Marcus (2007); *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*, São Paulo, Editora Contexto;
- KAZEMIAN, Lila, e LEBLANC, Marc (2003); «Le passage à l'acte criminel de l'adolescence à l'âge adulte: analyse des formes et des trajectoires de modus operandi» in *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique et Scientifique*, Vol. 56, N.º 4, pp 417-450;

- KERNER, Hans-Jürgen (2005); «Book Review Essay: The Complex Dynamics of the Onset, the Development, and the Termination of a Criminal Career: Lessons on Repeat Offenders to Be Drawn from Recent Longitudinal Studies in Criminology» in *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 602, pp 259-279;
- KLEIN, Dorie (1995); «The Etiology of Female Crime: a Review of the Literature», in *The Criminal Justice System and Women – offenders, victims and workers*, Barbara Raffel Price and Natalie Sokoloff, McGraw-Hill, pp 30-53;
- KOKOREFF, Michel, e FAUGERON, Claude (2002); «Drug Addiction and Drug Dealing – from Trajectories to Careers: the Status of the Question in Social Sciences in France» in *Drugs and Crime: Deviant Pathways*, Serge Brochu, Cândido da Agra, e Marie-Marthe Cousineau, Ashgate, pp 51-69;
- LABERGE, Danielle, e ROY, Shirley (1989-1990); «Femmes et criminalité: Le contrôle social est-il sexué? Une analyse des données statistiques québécoises» *Canadian Journal of Women and the Law – Revue Juridique La Femme et le Droit*, Vol. 3, N.º. 2, pp 457-464;
- LAURITSEN, Janet (2005); «Explaining Patterns of Offending across the Life Course: Comments on Interactional Theory and Recent Tests Based on the RYDS-RIS Data» in *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 602, pp 212-228;
- LEAL, José M. P. (2007); *Crime no Feminino*, Coimbra, Almedina;
- LEBLANC, Marc (2003); «La conduite délinquante des adolescents: son développement et son explication» in *Traité de Criminologie Empirique*, Marc LeBlanc, Marc Ouimet e Denis Szabo, Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal, pp 367-420, extraído de www.classiques.uqac.ca, em 3 de Setembro de 2007;
- LEBLANC, Marc (1986); «La carrière criminelle: definition et prédiction» in *Criminologie*, Vol. 19. N.º. 2, pp 79-99.
- LEONARD, Eileen (1995); «Theoretical Criminology and Gender», in *The Criminal Justice System and Women – offenders, victims and workers*, Barbara Raffel Price and Natalie Sokoloff, McGraw-Hill, pp 54-70;

- LOEBER, Rolf, SLOT, N. Wim e STOUTHAMER-LOEBER, Magda (2006); «A three-dimensional, cumulative developmental model of serious delinquency», in *The Explanation of Crime – Context, Mechanisms and Development*, Cambridge, Cambridge University Press, pp 153-194.
- LOEBER, Rolf (1996); «Developmental Continuity, Change, and Pathways in Male Juvenile Problem Behaviors and Delinquency», in *Delinquency and Crime – current theories*, Edited by J. David Hawkins, Cambridge, Cambridge University Press, pp 1-27.
- LOEBER, Rolf, and LE BLANC, Marc (1990); «Toward a developmental criminology», in *Crime and Justice*, Vol. 12, University of Chicago Press Journals, pp 375-459;
- LOMBROSO, Cesare (1887); *L’homme criminal*, Paris, Félix Aican;
- LOMBROSO, Cesare, e FERRERO, William (1895); *The Female Offender*, London, Jisher Unwin;
- LOPES, José Silva (2004); *A economia portuguesa no século XX*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;
- LOURENÇO, Nelson, e LISBOA, Manuel (1998a); *Dez Anos de Crime em Portugal – Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*, Lisboa, Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do Centro de Estudos Judiciários;
- LOURENÇO, Nelson, LISBOA, Manuel, e FRIAS, Graça (1998b); «Crime e insegurança: delinquência urbana e exclusão social» in *Jub Judice – Justiça e Sociedade*, N.º 13, pp 51-59;
- MACHADO, Fernando Luís, e COSTA, António Firmino da (1998); «Processos de uma modernidade inacabada», in *Portugal que Modernidade?*, José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa, Oeiras, Celta Editora, pp 17-43;
- MAGALHÃES, Maria José (1998); *Movimento Feminista e Educação – Portugal, décadas de 70 e 80*, Oeiras, Celta Editora;
- MAHER, Lisa, DUNLAP, Eloise, e JOHNSON, Bruce D. (2002); «Black Women’s Pathways to Involvement in Illicit Drug Distribution and Sales: an Exploratory

- Ethnographic Analysis» in *Drugs and Crime: Deviant Pathways*, Serge Brochu, Cândido da Agra, e Marie-Marthe Cousineau, Ashgate, pp 167-195;
- MANITA, Celina, e AGRA, Cândido da (2002); «The Study of Psychological Self-organization Processes in Deviant Pathways: Contributions of the Biogram Method» in *Drugs and Crime: Deviant Pathways*, Serge Brochu, Cândido da Agra, e Marie-Marthe Cousineau, Ashgate, pp 33-49;
- MAROCO, João (2003); *Análise Estatística com utilização do SPSS*, Lisboa, Edições Silabo, 2.^a. Edição;
- MATOS, Raquel (2008); *Vidas raras de mulheres comuns: percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*, Coimbra, Almedina;
- MATZA, David (1969); *El proceso de desviación*, Madrid, Ed. Taurus;
- MAUGHAN, Barbara (2005); «Developmental Trajectory Modeling: A View from Developmental Psychopathology» in *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 602, pp 118-130;
- MCGLOIN, Jean Marie, e PRATT, Travis C. (2003); «Cognitive Ability and Delinquent Behavior among Inner-City Youth: A Life-Course Analysis of Main, Mediating, and Interaction Effects» in *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 43 (3), pp 253-271;
- MERCIER, Céline, e ALARIE, Sophie (2002); «Pathways out of Deviance: Implications for Programme Evaluation» in *Deviant Pathways*, Serge Brochu, Cândido da Agra, e Marie-Marthe Cousineau, Ashgate, pp 229-240;
- MIRANDA, Jorge (1973); *Direitos Fundamentais e Ordem Social (Na Constituição de 1933)*, disponível em http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/Miranda1933.pdf e acedido em 20 de Novembro de 2008;
- MOFFITT, Terrie e CASPI, Avshalom (2006); «Evidence from behavioral genetics for environmental contributions to antisocial conduct», in *The Explanation of Crime – Context, Mechanisms and Development*, Cambridge, Cambridge University Press, pp 108-152;
- MOFFITT, Terrie E., CASPI, Avshalom, HARRINGTON, Honalee, and MILNE, Barry J. (2002); «Males on the life-course-persistent and adolescence-limited

- pathways: Follow-up at age 26 years», in *Development and Psychopathology*, Vol. 14, pp 179-207;
- MOFFITT, Terrie E., CASPI, Avshalom, RUTTER, Michael, e SILVA, Phil A. (2001); *Sex Differences in Antisocial Behaviour – Conduct Disorder, Delinquency, and Violence in the Dunedin Longitudinal Study*, Cambridge, Cambridge University Press;
- MOFFITT, Terrie (1993); «Life-Course-Persistent and Adolescence-Limited Antisocial Behavior: A Developmental Taxonomy», in *Psychological Review*, Vol. 100, N. 4, pp 674-701;
- NAFFIN, Ngaire (1985); «The Masculinity-Femininity hypothesis. A Consideration of Gender-based Personality Theories of Female Crime» in *British Journal of Criminology*, Vol. 25, N.º. 4, pp 365-381;
- NAGIN, Daniel S, e TREMBLAY, Richard E. (2005a); «What Has Been Learned from Group-Based Trajectory Modeling? Examples from Physical Aggression and Other Problem Behaviors» in *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 602, pp 82-117;
- NAGIN, Daniel S, e TREMBLAY, Richard E. (2005b); «Further Reflections on Modeling and Analyzing Developmental Trajectories: A Response to Maughan and Raudenbush» in *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 602, pp 145-154;
- NEGRÃO, Fernando (1998); «O Sistema Integrado da Informação Criminal» in *Lusíada - Revista de Ciência e Cultura*, Instituto Lusíada para o Direito do Ambiente, Coimbra Editora, Série Especial – Informações e Segurança Interna, pp 56-64;
- NEGREIROS, Jorge (2001); *Delinquências Juvenis*, Lisboa, Editorial Notícias, 1.ª. Edição;
- NORLAND, Stephan, e SHOVER, Neal (1977); «Gender Roles and Female Criminality» in *Criminology*, Vol. 15, N.º. 1, pp 87- 104;
- OLIVEIRA, Marcus (2006); «Criminalidade feminina: um fenómeno em transformação», in *Revista Diálogo Jurídico*, pp 203-218; disponível em

- http://www.ffb.edu.br/download/Dialogo_Juridico_n5_11.PDF e acedido em 4 de Setembro de 2008;
- OSGOOD, D. Wayne (2005); «Making Sense of Crime and the Life Course» in *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 602, pp 196-211;
- OSGOOD, D. Wayne, JOHNSTON, Lloyd D., O'MALLEY, Patrick M., e BACHMAN, Jerald G. (1988); «The generality of deviance in late adolescence and early adulthood» in *American Journal of Sociology*, Vol. 53, N.º. 1, pp 81-93;
- OUMET, Marc, e LEBLANC, Marc (1993); «Événements de vie et continuation de la carrière criminelle au cours de la jeunesse» in *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique et Scientifique*, Vol. 46, N.º. 3, pp 321-344;
- QUEIRÓS, Cristina (1997); «A importância das abordagens biológicas no estudo do crime» in *Revista do Ministério Público*, N.º 69, pp 37-53;
- QUETELET, Adolphe (1842); *A Treatise on Man*, Edinburgh, Chambers; disponível em http://books.google.pt/books?id=qvCS65xCT0sC&dq=A+Treatise+on+Man+quetelet&printsec=frontcover&source=bl&ots=L1mdEW_CgS&sig=HPfr2dBKEGRolJfJbMoGx0BYxdk&hl=pt-PT&sa=X&oi=book_result&resnum=1&ct=result#PPA2,M1 e acedido em 14 de Dezembro de 2008;
- QUIVY, Raymond, e CHAMPENHOUDT, Luc Van (1992); *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1.ª Edição;
- PARENT, Isabelle, e BROCHU, Serge (2002); «Drug/Crime Pathways Among Cocaine Users» in *Drugs and Crime: Deviant Pathways*, Serge Brochu, Cândido da Agra, e Marie-Marthe Cousineau, Ashgate, pp 139-154;
- PASSERON, Jean-Claude (1989); «Biographies, flux, itinéraires, trajectoires» in *Revue Française de Sociologie*, Vol. xxxi, N.º. 1, pp 3-22;
- PATTERSON, Gerald, e YOERGER, Karen (1999); «Intraindividual Growth in Covert Antisocial Behaviour: A Necessary Precursor to Chronic Juvenile and Adult Arrests?» in *Criminal Behaviour and Mental Health*, Vol. 9, N.º.1, pp 24-38;

- PIQUERO, Alex R., FARRINGTON, David P., e BLUMSTEIN, Alfred (2007); *Key Issues in Criminal Career Research – New Analyses of the Cambridge Study in Delinquent Development*, Cambridge, Cambridge University Press;
- POLLAK, Otto (1950); *The criminality of women*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press;
- POPPER, Karl (1993 [1934]); *Lógica da pesquisa científica*, São Paulo, Cultrix;
- RAUDENBUSH, Stephen W. (2005); «How do We Study “What Happens Next”?» in *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 602, pp 131-144;
- ROBINS, Lee (2005); «Explaining When Arrests End for Serious Juvenile Offenders: Comments on the Sampson and Laub Study » in *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 602, pp 57-72;
- ROCHA, Manuel António Lopes (1993); «A revisão do Código Penal português: sentido e extensão das alterações da Parte Geral no anteprojecto da Comissão Revisora» in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Fasc. 2-4, pp 231-243;
- ROSA, Maria João Valente, e VIEIRA, Cláudia (2003); *A população portuguesa no século XX – Análise dos Censos de 1900 a 2001*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;
- RUTTER, Michael, GILLER, Henri, e HAGELL, Ann (1998); *Antisocial Behavior by Young People*, Cambridge, Cambridge University Press;
- SAMPSON, Robert J., e LAUB, John H. (2005a); «A Life-Course View of the Development of Crime» in *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 602, pp 12-45;
- SAMPSON, Robert J., e LAUB, John H. (2005b); «When Prediction Fails: From Crime-Prone Boys to Heterogeneity in Adulthood» in *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 602, pp 73-79;
- SAMPSON, Robert J., e LAUB, John H. (1990); «Crime and deviance over the life course: the salience of adult social bonds» in *American Journal of Sociology*, Vol. 55, N.º. 5, pp 609-627;

- SANTOS, Boaventura de Sousa, MARQUES, Maria Manuel Leitão, PEDROSO, João, e FERREIRA, Pedro Lopes (1996); *Os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas: o Caso Português*, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, Edições Afrontamento;
- SAWLE, Gary A., e KEAR-COLWELL, Jon (2001); «Adult Attachment Style and Pedophilia: A Developmental Perspective» in *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 45 (1), pp 32-50;
- SCOTT, Joan Wallach (1990); «Género: uma categoria útil de análise histórica», in *Educação e Realidade*, Vol. 16 (2), Porto Alegre, pp 5-22;
- SEELIG, Ernest (1957); *Manual de Criminologia*, 1.º Volume, Coimbra, Arménio Amado – Editor, Sucessor;
- SILVA, Susana (2007); «Classificar e silenciar: vigilância e controlo institucionais sobre a prostituição feminina em Portugal», in *Análise Social*, Vol. XLII, pp 789-810;
- SIMON, Rita (1975); *Women and Crime*, Lexington, Mass.: Lexington Books;
- SMART, Carol (1979); «The New Female Criminality: Reality or Myth?» in *British Journal of Criminology*, Vol. 19, N. 1, pp 50-59;
- SMART, Carol (1976); *Women, Crime and Criminology: A Feminist Critique*, London, Routledge & Kegan Paul;
- SOKOLOFF, Natalie, e PRICE, Barbara Raffel (1995); «The Criminal Law and Women», in *The Criminal Justice System and Women – offenders, victims and workers*, Barbara Raffel Price and Natalie Sokoloff, McGraw-Hill, pp 11-29;
- SPROTT, Jane B. (2004); «The Development of Early Delinquency: Can Classroom and School Climates Make a Difference?» in *Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice*, October, pp 553-572;
- STANDER, Julian, FARRINGTON, David P., HILL, Gillian, e ALTHAM, Patricia M. E. (1989); «Markov chain analysis and specialization in criminal careers» in *British Journal of Criminology*, Vol. 29, N.º 4, pp 317-335;

- STATTIN, Hakan, MAGNUSSON, David, e REICHEL, Howard (1989); «Criminal activity at different ages. A study Based on a Swedish Longitudinal Research Population» in *British Journal of Criminology*, Vol. 29, N.º. 4, pp 368-385;
- STEFFENSMEIER, Darrell (1995); «Trends in female crime: it's still a man's world», in *The Criminal Justice System and Women – offenders, victims and workers*, Barbara Raffel Price and Natalie Sokoloff, McGraw-Hill, pp 89-104;
- SUTHERLAND, Edwin, and CRESSEY, Donald (1960); *Principles of Criminology*, Philadelphia, Lippincott;
- SVENSSON, Robert (2002); «Strategic offences in the criminal career context» in *British Journal of Criminology*, Vol. 42, N.º 2, pp 395-411;
- THOMAS, William Isaac (1907); *Sex and Society*, Chicago, The University of Chicago Press; disponível em <http://books.google.pt/books?id=fJ4yI3b6cMsC&printsec=frontcover&dq=sex+and+society#PPA5,M1> acedido em 14 de Dezembro de 2008;
- THORNBERRY, Terence P. (2005); «Explaining Multiple Patterns of Offending across the Life Course and across Generations» in *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 602, pp 156-195;
- THORNTON, William, e JAMES, Jennifer (1979); «Masculinity and delinquency revisited» in *British Journal of Criminology*, Vol. 19, N.º 3, pp 225-241;
- TITTLE, Charles (1988); «Two Empirical Regularities (Maybe) in Search of an Explanation: Commentary on the Age/Crime Debate» in *Criminology*, Vol. 26, N.º. 1, pp 75-86;
- VANDIVER, Donna (2006); «A Prospective Analysis of Juvenile Male Sex Offenders – characteristics and recidivism rates as adults» in *Journal of Interpersonal Violence*, Vol. 21, N.º 5, pp 673-688;
- VARGAS, Ana (s/d); *Mulheres na Assembleia Nacional (1933/1974)*, disponível em <http://www.stape.pt/data/docs/mulheres4.doc> e acedido em 5 de Dezembro de 2008;
- VAZ, Maria João (1998); *Crime e Sociedade – Portugal na segunda metade do século XIX*, Oeiras, Celta Editora;

VIEGAS, José Manuel Leite, e FARIA Sérgio (1999); *As mulheres na politica*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda;

VILLALOBOS, Jorge Ulisses Guerra (1999); «América Latina: movimentos sociais e desafios futuros» in *Acta Scientiarum*, Brasil, 21 (1), pp 163-167;

WARR, Mark (1993); «Age, Peers, and Delinquency» in *Criminology*, 31, pp 17-40.

Legislação

1854 [Código Penal];

Decreto de 16 de Setembro de 1886 [Código Penal];

Decreto-Lei n.º. 35 042 de 20 de Outubro de 1945 [cria a Polícia Judiciária];

Lei Constitucional n.º. 1/82 de 30 de Setembro [1.ª. Revisão Constitucional];

Decreto-Lei n.º. 319/82 de 11 de Agosto [cria o Instituto de Reinserção Social];

Decreto-Lei n.º. 400/82 de 23 de Setembro [aprova o novo Código Penal em vigor a partir de 01 de Janeiro de 1983, e revoga o Decreto de 16 de Setembro de 1886];

Decreto-Lei n.º. 401/82 de 23 de Setembro [o Regime Especial em Matéria Penal aplicável a menores entre os 16 e os 21 anos];

Decreto-Lei n.º. 402/82 de 23 de Setembro [revisão do Código de Processo Penal];

Decreto-Lei n.º. 433/82 de 27 de Outubro [Direito de Ordenação Social];

Decreto-Lei n.º. 458/82 de 24 de Novembro [revê a estrutura orgânica da Polícia Judiciária];

Decreto-Lei n.º. 78/87. De 17 de Fevereiro, [aprova o novo Código de Processo Penal];

Decreto-Lei n.º. 387-H/87 de 30 de Novembro [revê a estrutura orgânica da Polícia Judiciária];

Decreto-Lei n.º. 295-A/90 de 21 de Setembro [revê a estrutura orgânica da Polícia Judiciária];

Decreto-Lei n.º 81/95 de 22 de Abril [Prevê a criação de brigadas anti-crime e de unidades mistas de coordenação integrando a Polícia Judiciária, a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Direcção-Geral das Alfândegas];

Lei n.º. 59/98 de 25 de Agosto [Altera o Código de Processo Penal];

Lei n.º. 21/2000 de 10 de Agosto [Organização da Investigação Criminal];

Decreto-Lei n.º. 275-A/2000 de 9 de Novembro [revê a estrutura orgânica da Polícia Judiciária];

Decreto-Lei n.º. 304/2002 de 13 de Dezembro [revê a estrutura orgânica da Polícia Judiciária];

Decreto-Lei n.º. 305/2002 de 13 de Dezembro [revê a Organização da Investigação Criminal];

Protocolo das Unidades de Coordenação e Intervenção Conjuntas, de 8 de Outubro de 1996;

Fontes de informação estatística

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima;

Conselho da Europa;

European Sourcebook of Crime and Criminal Justice;

Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça;

Instituto Nacional de Estatística;

Inter-Parliamentary Union;

Sistema Integrado de Informação Criminal da Polícia Judiciária.

Anexos

Anexo A

Elementos de caracterização social dos grupos de trajectórias criminais

Anexo A

Elementos de caracterização social dos grupos de trajectórias criminais

Os dados que se apresentam decorrem da população geral, dos censos de 1991 e 2001, e das duas amostras estruturadas em função do sexo, e dizem respeito às variáveis de caracterização social: experiência conjugal, grupo socioeconómico e nível de qualificação académica dos indivíduos, permitindo desse modo não só proceder a uma comparação entre os dois sexos, mas também à confrontação entre as características expostas pela população estudada (duas amostras – masculino e feminino) e as características da população geral da qual decorrem os primeiros.

Os dados respeitantes às amostras encontram-se estruturados em função da categoria de género articulada num primeiro momento pelos três grupos de trajectórias criminais – *limitado à fase da juventude; a partir da fase da vida adulta; e transversal às fases da juventude e da vida adulta* – e num segundo momento pela estrutura delinquencial dos indivíduos – *primária e reincidente*.

REFERÊNCIAS DA POPULAÇÃO EM GERAL

Quadro a.1 Distribuição dos indivíduos residentes em Portugal aquando dos Censos de 1991, na faixa etária entre os 20 e os 24 anos, pelo tipo de experiência conjugal, e sexo

EXPERIÊNCIA CONJUGAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL M+F
Nunca tiveram	81,0%	61,0%	71,0%
Têm	17,8%	36,9%	27,4%
Já tiveram	1,2%	2,1%	1,6%
TOTAIS	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: INE - Censos 1991

Quadro a.2 Distribuição dos indivíduos residentes em Portugal aquando dos Censos de 2001, na faixa etária entre os 30 e os 34 anos, pelo tipo de experiência conjugal, e sexo

EXPERIÊNCIA CONJUGAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL M+F
Nunca tiveram	24,7%	16,2%	20,5%
Têm	72,4%	78,8%	75,6%
Já tiveram	2,9%	5,0%	3,9%
TOTAIS	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: INE - Censos 2001

Quadro a.3 Distribuição dos indivíduos residentes em Portugal aquando dos Censos de 2001, na faixa etária entre os 15 e os 34 anos, pelo tipo de experiência conjugal, e sexo

EXPERIÊNCIA CONJUGAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL M+F
Nunca tiveram	64,4%	53,3%	58,9%
Têm	34,4%	44,4%	39,3%
Já tiveram	1,2%	2,3%	1,8%
TOTAIS	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: INE - Censos 2001

Quadro a.4 Distribuição dos indivíduos residentes em Portugal aquando dos Censos de 1991, na faixa etária entre os 20 e os 24 anos, pelo respectivo grupo socioeconómico, e sexo

GRUPO SÓCIOECONÓMICO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL M+F
Empresários e Dirigentes	4,2%	3,5%	4,0%
Profissionais técnicos e de enquadramento	6,2%	10,5%	8,2%
Serviços	22,6%	32,6%	27,2%
Agricultura e Pescas	5,3%	3,3%	4,5%
Operariado	44,6%	27,6%	37,0%
Trabalhadores não qualificados	13,8%	17,9%	15,7%
Outros Activos	3,3%	4,7%	3,4%

Fonte: INE - Censos 1991

Quadro a.5 Distribuição dos indivíduos residentes em Portugal aquando dos Censos de 2001, na faixa etária entre os 30 e os 34 anos, pelo respectivo grupo socioeconómico, e sexo

GRUPO SÓCIOECONÓMICO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL M+F
Empresários e Dirigentes	13,3%	8,2%	10,9%
Profissionais técnicos e de enquadramento	15,6%	22,5%	18,9%
Serviços	18,8%	31,6%	24,8%
Agricultura e Pescas	3,0%	1,5%	2,3%
Operariado	41,2%	16,9%	29,8%
Trabalhadores não qualificados	7,2%	18,1%	12,3%
Outros Activos	0,8%	1,3%	1,1%

Fonte: INE - Censos 2001

Quadro a.6 Distribuição dos indivíduos residentes em Portugal aquando dos Censos de 2001, na faixa etária entre os 15 e os 34 anos, pelo respectivo grupo socioeconómico, e sexo

GRUPO SÓCIOECONÓMICO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL M+F
Empresários e Dirigentes	9,5%	6,6%	8,1%
Profissionais técnicos e de enquadramento	14,2%	20,2%	17,0%
Serviços	19,9%	35,1%	27,0%
Agricultura e Pescas	2,7%	1,2%	2,0%
Operariado	41,4%	17,2%	30,1%
Trabalhadores não qualificados	9,7%	15,4%	12,4%
Outros Activos	2,6%	4,3%	3,4%

Fonte: INE - Censos 2001

Quadro a.7 Distribuição dos indivíduos residentes em Portugal aquando dos Censos de 1991, na faixa etária entre os 20 e os 24 anos, pela respectiva qualificação académica, e sexo

QUALIFICAÇÃO ACADÉMICA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL M+F
Sem qualificação	1,1%	1,0%	1,1%
1.º Ciclo	21,7%	20,8%	21,2%
2.º Ciclo	29,4%	24,7%	27,0%
3.º Ciclo	17,7%	15,0%	16,4%
Ensino Secundário	18,1%	20,5%	19,3%
Ensino Médio	0,9%	1,8%	1,4%
Ensino Superior	11,2%	16,3%	13,7%

Fonte: INE - Censos 1991

Quadro a.8 Distribuição dos indivíduos residentes em Portugal aquando dos Censos de 2001, na faixa etária entre os 30 e os 34 anos, pela respectiva qualificação académica, e sexo

QUALIFICAÇÃO ACADÉMICA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL M+F
Sem qualificação	5,8%	4,5%	5,1%
1.º Ciclo	20,8%	20,3%	20,6%
2.º Ciclo	25,3%	22,6%	23,9%
3.º Ciclo	19,9%	16,5%	18,2%
Ensino Secundário	16,9%	18,5%	17,7%
Ensino Médio	0,4%	0,3%	0,3%
Ensino Superior	11,0%	17,5%	14,2%

Fonte: INE - Censos 2001

Quadro a.9 Distribuição dos indivíduos residentes em Portugal aquando dos Censos de 2001, na faixa etária entre os 15 e os 34 anos, pela respectiva qualificação académica, e sexo

QUALIFICAÇÃO ACADÉMICA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL M+F
Sem qualificação académica	3,9%	2,9%	3,4%
Com qualificação académica	96,1%	97,1%	96,6%
1.º Ciclo	12,6%	10,8%	11,7%
2.º Ciclo	24,6%	19,8%	22,2%
3.º Ciclo	30,9%	28,1%	29,5%
Ensino Secundário	20,9%	25,7%	23,3%
Ensino Médio	0,1%	0,1%	0,1%
Ensino Superior	7,0%	12,6%	9,8%

Fonte: INE - Censos 2001

TOTALIDADE DOS INDIVÍDUOS QUE COMPÕEM A AMOSTRA

GRUPO DE TRAJETÓRIAS CRIMINAIS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE

Quadro a.10 Distribuição dos indivíduos constituintes do grupo de trajetórias criminais *Limitado à fase da juventude*, pela respectiva experiência conjugal, e sexo

EXPERIÊNCIA CONJUGAL	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Nunca tiveram	282	77,3	102	62,6
Têm	64	17,5	49	30,0
Já tiveram	19	5,2	12	7,4
TOTAIS	365	100,0	163	100,0

Qui-quadrado $p = 0,002$; V de Cramer = 0,154

Quadro a.11 Distribuição dos indivíduos constituintes do grupo de trajetórias criminais *Limitado à fase da juventude*, pela respectiva experiência profissional, e sexo

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Empresários e Dirigentes	17	7,0	5	9,1
Profissionais técnicos e de enquadramento	8	3,3	4	7,3
Comerciantes e pessoal dos serviços	44	18,1	27	49,1
Trabalhadores da agricultura e pescas	15	6,2	0	0,0
Operários	114	46,9	2	3,6
Trabalhadores não Qualificados	45	18,5	17	30,9
TOTAIS	243	100,0	55	100,0

Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,403

Quadro a.11-1 Distribuição dos indivíduos constituintes do grupo de trajetórias criminais *Limitado à fase da juventude*, pela respectiva experiência profissional, e sexo

OUTRAS CONDIÇÕES	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Domésticas	0	0,0	45	76,3
Estudantes	22	100,0	14	23,7
TOTAIS	22	100,0	59	100,0

Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,683

Quadro a.12 Distribuição dos indivíduos constituintes do grupo de trajetórias criminais *Limitado à fase da juventude*, pelas respectivas habilitações literárias, e sexo

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Analfabeto	2	2,4	2	7,4
Sabe ler e escrever	4	4,8		
1º ciclo	38	45,8	10	37,0
2º ciclo	22	26,5	6	22,2
3º ciclo	12	14,5	5	18,6
Secundário	2	2,4	2	7,4
Superior	3	3,6	2	7,4
TOTAIS	83	100,0	27	100,0

Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,223

GRUPO DE TRAJETÓRIAS CRIMINAIS A PARTIR DA VIDA ADULTA

Quadro a.13 Distribuição dos indivíduos constituintes do grupo de trajetórias criminais *A partir da fase da vida adulta*, pela respectiva experiência conjugal, e sexo

EXPERIÊNCIA CONJUGAL	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Nunca tiveram	326	44,7	138	34,2
Têm	281	38,5	179	44,3
Já tiveram	123	16,8	87	21,5
TOTAIS	730	100,0	404	100,0

Qui-quadrado $p = 0,002$; V de Cramer = 0,104

Quadro a.14 Distribuição dos indivíduos constituintes do grupo de trajetórias criminais *A partir da fase da vida adulta*, pela respectiva experiência profissional, e sexo

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Empresários e Dirigentes	57	9,8	21	9,6
Profissionais técnicos e de enquadramento	56	9,7	35	16,0
Comerciantes e pessoal dos serviços	114	19,7	95	43,4
Trabalhadores da agricultura e pescas	21	3,6	2	0,9
Operários	261	45,0	17	7,8
Trabalhadores não Qualificados	71	12,2	49	22,4
TOTAIS	580	100,0	219	100,0

Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,384

Quadro a.14-1 Distribuição dos indivíduos constituintes do grupo de trajetórias criminais *A partir da fase da vida adulta*, pela respectiva experiência profissional, e sexo

OUTRAS CONDIÇÕES	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Domésticas	0	0,0	72	94,7
Estudantes	8	100,0	4	5,3
TOTAIS	8	100,0	76	100,0

Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,795

Quadro a.15 Distribuição dos indivíduos constituintes do grupo de trajetórias criminais *A partir da fase da vida adulta*, pelas respectivas habilitações literárias, e sexo

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Analfabeto	6	2,0	9	7,1
Sabe ler e escrever	9	3,0	7	5,6
1º ciclo	122	40,1	44	34,9
2º ciclo	82	27,0	23	18,3
3º ciclo	59	19,4	20	15,9
Secundário	12	3,9	11	8,7
Superior	14	4,6	12	9,5
TOTAIS	304	100,0	126	100,0

Qui-quadrado $p = 0,003$; V de Cramer = 0,215

GRUPO DE TRAJETÓRIAS CRIMINAIS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA

Quadro a.16 Distribuição dos indivíduos constituintes do grupo de trajetórias criminais *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, pela respectiva experiência conjugal, e sexo

EXPERIÊNCIA CONJUGAL	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Nunca tiveram	278	54,3	56	45,2
Têm	120	23,4	32	25,8
Já tiveram	114	22,3	36	29,0
TOTAIS	512	100,0	124	100,0

Qui-quadrado $p = 0,153$; V de Cramer = 0,077

Quadro a.17 Distribuição dos indivíduos constituintes do grupo de trajetórias criminais *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, pela respectiva experiência profissional, e sexo

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Empresários e Dirigentes	57	9,8	21	9,6
Profissionais técnicos e de enquadramento	56	9,7	35	16,0
Comerciantes e pessoal dos serviços	114	19,7	95	43,4
Trabalhadores da agricultura e pescas	21	3,6	2	0,9
Operários	261	45,0	17	7,8
Trabalhadores não Qualificados	71	12,2	49	22,4
TOTAIS	580	100,0	219	100,0

Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,384

Quadro a.17-1 Distribuição dos indivíduos constituintes do grupo de trajetórias criminais *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, pela respectiva experiência profissional, e sexo

OUTRAS CONDIÇÕES	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Domésticas	0	0,0	72	94,7
Estudantes	8	100,0	4	5,3
TOTAIS	8	100,0	76	100,0

Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,795

Quadro a.18 Distribuição dos indivíduos constituintes do grupo de trajetórias criminais *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, pelas respectivas habilitações literárias, e sexo

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%
Analfabeto	13	3,7	9	12,2
Sabe ler e escrever	19	5,4	2	2,7
1º ciclo	136	38,6	24	32,3
2º ciclo	99	28,0	13	17,6
3º ciclo	69	19,5	14	18,9
Secundário	14	4,0	11	14,9
Superior	3	0,8	1	1,4
TOTAIS	353	100,0	74	100,0

Qui-quadrado $p = 0,000$; V de Cramer = 0,243

PRIMÁRIOS E REINCIDENTES

GRUPO DE TRAJETÓRIAS CRIMINAIS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE

Quadro a.19 Distribuição dos indivíduos constituintes do grupo de trajetórias criminais *Limitado à fase da Juventude*, pela respectiva experiência conjugal, estrutura delinqüencial e sexo

EXPERIÊNCIA CONJUGAL	MASCULINO				FEMININO			
	Primários		Reincidentes		Primários		Reincidentes	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Nunca tiveram	156	80,4	126	73,7	58	63,7	44	61,1
Têm	32	16,5	32	18,7	29	31,9	20	27,8
Já tiveram	6	3,1	13	7,6	4	4,4	8	11,1
TOTAIS	194	100,0	171	100,0	91	100,0	72	100,0

Entre *primários* de ambos os sexos: Qui-quadrado $p = 0,009$; V de Cramer = 0,182
Entre *reincidentes* de ambos os sexos: Qui-quadrado $p = 0,149$; V de Cramer = 0,125
Entre estruturas delinqüenciais do sexo masculino: Qui-quadrado $p = 0,114$; V de Cramer = 0,109
Entre estruturas delinqüenciais do sexo feminino: Qui-quadrado $p = 0,255$; V de Cramer = 0,129

Quadro a.20 Distribuição dos indivíduos constituintes do grupo de trajetórias criminais *Limitado à fase da Juventude*, pelas respectivas habilitações literárias, estrutura delinqüencial e sexo

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	MASCULINO				FEMININO			
	Primários		Reincidentes		Primários		Reincidentes	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Analfabeto	1	3,6	1	1,8			2	10,5
Sabe ler e escrever	1	3,6	3	5,5				
1º ciclo	9	32,1	29	52,7	4	50,0	6	31,6
2º ciclo	8	28,6	14	25,5	1	12,5	5	26,3
3º ciclo	5	17,9	7	12,7	1	12,5	4	21,1
Secundário	1	3,6	1	1,8	1	12,5	1	5,3
Superior	3	10,7			1	12,5	1	5,3
TOTAIS	28	100,0	55	100,0	8	100,0	19	100,0

Entre *primários* de ambos os sexos: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,278
Entre *reincidentes* de ambos os sexos: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,352
Entre estruturas delinqüenciais do sexo masculino: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,322
Entre estruturas delinqüenciais do sexo feminino: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,325

Quadro a.21 Distribuição dos indivíduos constituintes do grupo de trajetórias criminais *Limitado à fase da Juventude*, pela respectiva experiência profissional, estrutura delinquencial e sexo

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	MASCULINO				FEMININO			
	Primários		Reincidentes		Primários		Reincidentes	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Empresários e Dirigentes	8	6,8	9	7,1	1	3,6	4	14,8
Profissionais técnicos e de enquadramento	5	4,3	3	2,4	3	10,7	1	3,7
Comerciantes e pessoal dos serviços	20	17,1	24	19,0	13	46,4	14	51,9
Trabalhadores da agricultura e pescas	8	6,8	7	5,6				
Operários	59	50,4	55	43,7	2	7,1		
Trabalhadores não Qualificados	17	14,5	28	22,2	9	32,1	8	29,6
TOTAIS	117	100,0	126	100,0	28	100,0	27	100,0

Entre *primários* de ambos os sexos: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,428

Entre *reincidentes* de ambos os sexos: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,405

Entre estruturas delinquentiais do sexo masculino: Qui-quadrado $p = 0,625$; V de Cramer = 0,120

Entre estruturas delinquentiais do sexo feminino: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,298

Quadro a.21-1 Distribuição dos indivíduos constituintes do grupo de trajetórias criminais *Limitado à fase da Juventude*, pela respectiva experiência profissional, estrutura delinquencial e sexo

OUTRAS CONDIÇÕES	MASCULINO				FEMININO			
	Primários		Reincidentes		Primários		Reincidentes	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Domésticas					23	71,9	22	81,5
Estudantes	17	100,0	5	100,0	9	28,1	5	18,5
TOTAIS	17	100,0	5	100,0	32	100,0	27	100,0

Entre *primários* de ambos os sexos: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,686

Entre *reincidentes* de ambos os sexos: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,638

Entre estruturas delinquentiais do sexo masculino: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado e V de Cramer

Entre estruturas delinquentiais do sexo feminino: Qui-quadrado $p = 0,388$; V de Cramer = 0,112

GRUPO DE TRAJETÓRIAS CRIMINAIS A PARTIR DA VIDA ADULTA

Quadro a.22 Distribuição dos indivíduos constituintes do grupo de trajetórias criminais *A partir da vida Adulta*, pela respectiva experiência conjugal, estrutura delinquencial e sexo

EXPERIÊNCIA CONJUGAL	MASCULINO				FEMININO			
	Primários		Reincidentes		Primários		Reincidentes	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Nunca tiveram	159	45,3	167	44,1	76	32,3	62	36,7
Têm	150	42,7	131	34,6	124	52,8	55	32,5
Já tiveram	42	12,0	81	21,4	35	14,9	52	30,8
TOTAIS	351	100,0	379	100,0	235	100,0	169	100,0

Entre *primários* de ambos os sexos: Qui-quadrado $p = 0,007$; V de Cramer = 0,130Entre *reincidentes* de ambos os sexos: Qui-quadrado $p = 0,052$; V de Cramer = 0,104Entre estruturas delinquenciais do sexo masculino: Qui-quadrado $p = 0,002$; V de Cramer = 0,132Entre estruturas delinquenciais do sexo feminino: Qui-quadrado $p = 0,000$; V de Cramer = 0,229**Quadro a.23** Distribuição dos indivíduos constituintes do grupo de trajetórias criminais *A partir da vida Adulta*, pelas respectivas habilitações literárias, estrutura delinquencial e sexo

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	MASCULINO				FEMININO			
	Primários		Reincidentes		Primários		Reincidentes	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Analfabeto	3	2,9	3	1,5	1	2,1	8	10,1
Sabe ler e escrever	8	7,8	1	0,5	1	2,1	6	7,6
1º ciclo	34	33,3	88	43,6	19	40,4	25	31,6
2º ciclo	28	27,5	54	26,7	6	12,8	17	21,5
3º ciclo	19	18,6	40	19,8	9	19,1	11	13,9
Secundário	3	2,9	9	4,5	4	8,5	7	8,9
Superior	7	6,9	7	3,5	7	14,9	5	6,3
TOTAIS	102	100,0	202	100,0	47	100,0	79	100,0

Entre *primários* de ambos os sexos: Qui-quadrado $p = 0,140$; V de Cramer = 0,255Entre *reincidentes* de ambos os sexos: Qui-quadrado $p = 0,000$; V de Cramer = 0,322Entre estruturas delinquenciais do sexo masculino: Qui-quadrado $p = 0,009$; V de Cramer = 0,237Entre estruturas delinquenciais do sexo feminino: Qui-quadrado $p = 0,180$; V de Cramer = 0,266

Quadro a.24 Distribuição dos indivíduos constituintes do grupo de trajectórias criminais *A partir da vida Adulta*, pela respectiva experiência profissional, estrutura delinquencial e sexo

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	MASCULINO				FEMININO			
	Primários		Reincidentes		Primários		Reincidentes	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Empresários e Dirigentes	16	6,2	41	12,8	17	14,4	4	4,0
Profissionais técnicos e de enquadramento	31	11,9	25	7,8	21	17,8	14	13,9
Comerciantes e pessoal dos serviços	54	20,8	60	18,8	53	44,9	42	41,6
Trabalhadores da agricultura e pescas	9	3,5	12	3,8			2	2,0
Operários	116	44,6	145	45,3	11	9,3	6	5,9
Trabalhadores não Qualificados	34	13,1	37	11,6	16	13,6	33	32,7
TOTAIS	260	100,0	320	100,0	118	100,0	101	100,0

Entre *primários* de ambos os sexos: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,396

Entre *reincidentes* de ambos os sexos: Qui-quadrado $p = 0,000$; V de Cramer = 0,435

Entre estruturas delinquenciais do sexo masculino: Qui-quadrado $p = 0,087$; V de Cramer = 0,129

Entre estruturas delinquenciais do sexo feminino: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,294

Quadro a.24-1 Distribuição dos indivíduos constituintes do grupo de trajectórias criminais *A partir da vida Adulta*, pela respectiva experiência profissional, estrutura delinquencial e sexo

OUTRAS CONDIÇÕES	MASCULINO				FEMININO			
	Primários		Reincidentes		Primários		Reincidentes	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Domésticas					42	93,3	30	96,8
Estudantes	4	100,0	4	100,0	3	6,7	1	3,2
TOTAIS	4	100,0	4	100,0	45	100,0	31	100,0

Entre *primários* de ambos os sexos: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,730

Entre *reincidentes* de ambos os sexos: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,880

Entre estruturas delinquenciais do sexo masculino: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado e V de Cramer

Entre estruturas delinquenciais do sexo feminino: Não estão preenchidas as condições para a execução do qui-quadrado; V de Cramer = 0,0076

Anexo B

Estudo da Incidência

Anexo B

Estudo da Incidência

Tendo como referência o estudo da sequência e da variedade delitiva, importa determinar, por referência ao género e ao grupo de trajetórias, em que tipos de crimes se tende a verificar um maior índice de reincidência sobre o mesmo tipo de crime – *grau de incidência*. O estudo da incidência implica que recorramos a um outro conceito – prevalência. Recorrendo ao pensamento de Marcelo Aebi (2004; 2007), o conceito de prevalência pode ser traduzido pelo número de indivíduos, que num determinado intervalo de tempo, cometeram pelo menos uma vez um certo tipo de crime:

$$\text{Prevalência} = \frac{\text{N.º. de indivíduos que cometeram determinado tipo de crime no período X}}{\text{Totalidade de indivíduos que cometeram crimes no período X}}$$

E o conceito de incidência, como sendo o número de vezes que determinado tipo de crime foi cometido num determinado período:

$$\text{Incidência} = \frac{\text{N.º. de vezes que o crime Y foi cometido no período X}}{\text{N.º. de indivíduos que cometeram o crime Y no período X}}$$

Para podermos desenvolver o estudo da *incidência*, procedemos previamente – em cada grupo de trajetórias e em função do género – à determinação do número de indivíduos que nas suas trajetórias apresentam pelo menos um registo-crime de cada tipo de crime; determinámos também o número de frequências associadas a cada tipo de crime. Com base nos elementos referidos, foi possível determinar a proporção de indivíduos que nos respectivos grupos de trajetórias, apresentam a participação em

pelo menos um registo-crime de determinado tipo de crime, assim como à determinação da média do índice de reincidência no mesmo tipo de crime. Para tal importou construir uma tabela classificatória da escala de reincidência no mesmo tipo de crime.

Quadro b.1 Correspondência entre a média do índice de reincidência no mesmo tipo de crime, e o significado que a média do índice representa ao nível do grau de probabilidade

GRAU INCIDÊNCIA	GRAU PROBABILIDADE
Igual a 1,0	Nulo
Até 1,5	Baixo
Superior a 1,5 até 2,0	Médio
Superior a 2,0	Elevado

Sempre que a média do índice de reincidência em determinado tipo de crime apresentar um valor igual a 1,0 a probabilidade de reincidência é nula, na medida em que tal índice significa que o número de frequências em determinado tipo de crime corresponde ao número de indivíduos que as exprimem; valores até 1,5 significam que no máximo metade dos indivíduos que manifestaram um registo-crime do tipo de crime em estudo poderão ter voltado a reincidir no mesmo tipo de crime, revelando assim uma baixa probabilidade de reincidência; valores que se situam no intervalo de 1,5 até 2,0 são reveladores de que no máximo a maioria dos indivíduos poderá ter reincidido no mesmo tipo de crime, constituindo por isso um grau médio de probabilidade de reincidência; valores que se situam acima de 2,0 indiciam a probabilidade de um grau elevado de reincidência, na medida em que a totalidade dos indivíduos poderá ter reincidido pelo menos uma vez ou mais no mesmo tipo de crime.

Quadro b.2 Número de registos-crime, e nível de incidência de pelo menos um registo pertencente aos vários tipos de crimes nas trajectórias de indivíduos do sexo *masculino*, *reincidentes*, pertencentes ao grupo de trajectórias criminais *limitado à fase da juventude*, e respectiva média do índice de reincidência no mesmo tipo de crime

TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=175)				
	Número de registos-crime		Trajectórias com pelo menos um registo-crime dos correspondentes tipos de crimes		Média do índice de reincidência de cada indivíduo
	Freq.	% n=684	Indivíduos	% n=175	
Contra Património Sem Violência	352	51,5%	129	73,7%	2,73
Contra Património Com Violência	62	9,1%	33	18,9%	1,88
Emissão Cheque Sem Provisão	93	13,6%	42	24,0%	2,21
Droga	105	15,4%	63	36,0%	1,67
Vida em Sociedade	41	6,0%	30	17,1%	1,37
Sexuais	8	1,2%	5	2,9%	1,60
Vida	7	1,0%	7	4,0%	1,00
Liberdade Pessoal	2	0,3%	2	1,1%	1,00
Integridade Física	5	0,7%	5	2,9%	1,00
Contra as Pessoas Menos Graves	1	0,1%	1	0,6%	1,00
Estado	2	0,3%	2	1,1%	1,00
Estatisticamente Minoritários	6	0,9%	6	3,4%	1,00

Quadro b.3 Número de registos-crime, e nível de incidência de pelo menos um registo pertencente aos vários tipos de crimes nas trajectórias de indivíduos do sexo *feminino*, *reincidentes*, pertencentes ao grupo de trajectórias criminais *limitado à fase da juventude*, e respectiva média do índice de reincidência no mesmo tipo de crime

TIPOS DE CRIMES	FEMININO (n=73)				Média do índice de reincidência de cada indivíduo
	Número de registos-crime		Trajectórias com pelo menos um registo-crime dos correspondentes tipos de crimes		
	Freq.	% n=280	Indivíduos	% n=73	
Contra Património Sem Violência	99	35,4%	40	54,8%	2,48
Contra Património Com Violência	7	2,5%	5	6,8%	1,40
Emissão Cheque Sem Provisão	95	33,9%	37	50,7%	2,57
Droga	38	13,6%	21	28,8%	1,81
Vida em Sociedade	20	7,1%	15	20,5%	1,33
Sexuais	1	0,4%	1	1,4%	1,00
Vida					
Liberdade Pessoal					
Integridade Física					
Contra as Pessoas Menos Graves					
Estado	5	1,8%	5	6,8%	1,00
Estatisticamente Minoritários	15	5,4%	6	8,2%	2,50

Quadro b.4 Número de registos-crime, e nível de incidência de pelo menos um registo pertencente aos vários tipos de crimes nas trajectórias de indivíduos do sexo *masculino*, *reincidentes*, pertencentes ao grupo de trajectórias criminais *limitado à fase da juventude*, e respectiva média do índice de reincidência no mesmo tipo de crime

REINCIDENTES SEXO MASCULINO DO GRUPO DE TRAJECTÓRIAS LIMITADAS À FASE DA JUVENTUDE						
GRUPO DE CRIMES	SUBGRUPO DE CRIMES	Número de registos-crime		Trajectórias com pelo menos um registo-crime dos correspondentes tipos de crimes		Média do índice de reincidência de cada indivíduo
		Freq.	% n=684	Indivíduos	% n=175	
Contra o Património Sem Violência	Património C/Subtracção	313	45,8%	119	68,0%	2,63
	Património C/Burla	22	3,2%	18	10,3%	1,22
	Património C/Abuso Confiança	4	0,6%	4	2,3%	1,00
	Receptação	13	1,9%	11	6,3%	1,18
	Património C/Recurso Cheque	93	13,6%	42	24,0%	2,21
Contra o Património Com Violência	Património C/Violência	51	7,5%	30	17,1%	1,70
	Património C/Ama	11	1,6%	8	4,6%	1,38
Sexuais	Liberdade Sexual	7	1,0%	5	2,9%	1,40
	Autodeterminação Sexual	1	0,1%	1	0,6%	1,00
	Vida	7	1,0%	7	4,0%	1,00
	Liberdade Pessoal	2	0,3%	2	1,1%	1,00
	Integridade Física	5	0,7%	5	2,9%	1,00
Droga	Consumo Droga	69	10,1%	49	28,0%	1,41
	Tráfico-Consumo Droga	20	2,9%	14	8,0%	1,43
	Tráfico Droga	16	2,3%	9	5,1%	1,78
Vida em Sociedade	Crimes Perigo Comum	5	0,7%	4	2,3%	1,25
	Falsificação Moeda/Outros Similares	2	0,3%	2	1,1%	1,00
	Falsificação Documentos	1	0,1%	1	0,6%	1,00
	Falsificação Cheques/Equiparados	23	3,4%	15	8,6%	1,53
	Falsificação Doc. Identificação	5	0,7%	4	2,3%	1,25
	Falsificação Doc. Aquisição Bem	5	0,7%	5	2,9%	1,00
Estado	Economia					
	Fiscais					
	Corrupção					
	Peculato					
	Violação Providências Públicas					
	Realização Justiça	1	0,1%	1	0,6%	1,00
	Resist./Desob. Autoridade Pública	1	0,1%	1	0,6%	1,00
	Cometidos na Prisão					
Contra as Pessoas Menos Graves	Reserva Vida Privada	1	0,1%	1	0,6%	1,00
	Honra					
Estatisticamente Minoritários	Auxílio Imigração Ilegal					
	Informáticos					
	Paz Pública					
	Cometidos na Estrada	1	0,1%	1	0,6%	1,00
	Não Especificados	5	0,7%	5	2,9%	1,00

Quadro b.5 Número de registos-crime, e nível de incidência de pelo menos um registo pertencente aos vários tipos de crimes nas trajectórias de indivíduos do sexo *feminino*, *reincidentes*, pertencentes ao grupo de trajectórias criminais *limitado à fase da juventude*, e respectiva média do índice de reincidência no mesmo tipo de crime

REINCIDENTES SEXO <i>FEMININO</i> DO GRUPO DE TRAJECTÓRIAS <i>LIMITADAS À FASE DA JUVENTUDE</i>						
GRUPO DE CRIMES	SUBGRUPO DE CRIMES	Número de registos-crime		Trajectórias com pelo menos um registo-crime dos correspondentes tipos de crimes		Média do índice de reincidência de cada indivíduo
		Freq.	% n=280	Indivíduos	% n=73	
Contra o Património Sem Violência	Património C/Subtracção	82	29,3%	36	49,3%	2,28
	Património C/Burla	15	5,4%	10	13,7%	1,50
	Património C/Abuso Confiança	1	0,4%	1	1,4%	1,00
	Receptação	1	0,4%	1	1,4%	1,00
	Património C/Recurso Cheque	95	33,9%	37	50,7%	2,57
Contra o Património Com Violência	Património C/Violência	6	2,1%	5	6,8%	1,20
	Património C/Ama	1	0,4%	1	1,4%	1,00
Sexuais	Liberdade Sexual	1	0,4%	1	1,4%	1,00
	Autodeterminação Sexual					
	Vida					
	Liberdade Pessoal					
	Integridade Física					
Droga	Consumo Droga	17	6,1%	12	16,4%	1,42
	Tráfico-Consumo Droga	6	2,1%	3	4,1%	2,00
	Tráfico Droga	15	5,4%	10	13,7%	1,50
	Crimes Perigo Comum					
Vida em Sociedade	Falsificação Moeda/Outros Similares	2	0,7%	1	1,4%	2,00
	Falsificação Documentos	4	1,4%	4	5,5%	1,00
	Falsificação Cheques/Equiparados	12	4,3%	10	13,7%	1,20
	Falsificação Doc. Identificação	2	0,7%	2	2,7%	1,00
	Falsificação Doc. Aquisição Bem					
	Economia					
	Fiscais					
	Corrupção					
	Peculato					
Estado	Violação Providências Públicas					
	Realização Justiça	5	1,8%	5	6,8%	1,00
	Resist./Desob. Autoridade Pública					
	Cometidos na Prisão					
Contra as Pessoas Menos Graves	Reserva Vida Privada					
	Honra					
	Auxílio Imigração Ilegal					
Estatisticamente Minoritários	Informáticos					
	Paz Pública					
	Cometidos na Estrada					
	<i>Não Especificados</i>	15	5,4%	6	8,2%	2,50

Quadro b.6 Número de registos-crime, e nível de incidência de pelo menos um registo pertencente aos vários tipos de crimes nas trajetórias de indivíduos do sexo *masculino*, *reincidentes*, pertencentes ao grupo de trajetórias criminais *a partir da fase vida adulta*, e respectiva média do índice de reincidência no mesmo tipo de crime

TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=390)				
	Número de registos-crime		Trajetórias com pelo menos um registo-crime dos correspondentes tipos de crimes		Média do índice de reincidência de cada indivíduo
	Freq.	% n=1.858	Individuos	% n=390	
Contra Património Sem Violência	458	24,7%	183	46,9%	2,50
Contra Património Com Violência	82	4,4%	49	12,6%	1,67
Emissão Cheque Sem Provisão	155	8,3%	63	16,2%	2,46
Droga	642	34,6%	229	58,7%	2,80
Vida em Sociedade	326	17,5%	110	28,2%	2,96
Sexuais	24	1,3%	15	3,8%	1,60
Vida	15	0,8%	14	3,6%	1,07
Liberdade Pessoal	24	1,3%	19	4,9%	1,26
Integridade Física	20	1,1%	20	5,1%	1,00
Contra as Pessoas Menos Graves	14	0,8%	9	2,3%	1,56
Estado	74	4,0%	26	6,7%	2,85
Estatisticamente Minoritários	24	1,3%	19	4,9%	1,26

Quadro b.7 Número de registos-crime, e nível de incidência de pelo menos um registo pertencente aos vários tipos de crimes nas trajetórias de indivíduos do sexo *feminino*, *reincidentes*, pertencentes ao grupo de trajetórias criminais *a partir da fase vida adulta*, e respectiva média do índice de reincidência no mesmo tipo de crime

TIPOS DE CRIMES	FEMININO (n=175)				Média do índice de reincidência de cada indivíduo
	Número de registos-crime		Trajectórias com pelo menos um registo-crime dos correspondentes tipos de crimes		
	Freq.	% n=606	Indivíduos	% n=175	
Contra Património Sem Violência	130	21,5%	74	42,3%	1,76
Contra Património Com Violência	20	3,3%	12	6,9%	1,67
Emissão Cheque Sem Provisão	96	15,8%	41	23,4%	2,34
Droga	279	46,0%	104	59,4%	2,68
Vida em Sociedade	50	8,3%	38	21,7%	1,32
Sexuais	1	0,2%	1	0,6%	1,00
Vida					
Liberdade Pessoal	3	0,5%	3	1,7%	1,00
Integridade Física	4	0,7%	4	2,3%	1,00
Contra as Pessoas Menos Graves					
Estado	19	3,1%	11	6,3%	1,73
Estatisticamente Minoritários	4	0,7%	3	1,7%	1,33

Quadro b.8 Número de registos-crime, e nível de incidência de pelo menos um registo pertencente aos vários tipos de crimes nas trajectórias de indivíduos do sexo *masculino*, *reincidentes*, pertencentes ao grupo de trajectórias criminais *a partir da fase vida adulta*, e respectiva média do índice de reincidência no mesmo tipo de crime

REINCIDENTES SEXO MASCULINO DO GRUPO DE TRAJECTÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA						
GRUPO DE CRIMES	SUBGRUPO DE CRIMES	Número de registos-crime		Trajectórias com pelo menos um registo-crime dos correspondentes tipos de crimes		Média do índice de reincidência de cada indivíduo
		Freq.	% n=1.858	Indivíduos	% n=390	
Contra o Património Sem Violência	Património C/Subtracção	266	14,3%	134	34,4%	1,99
	Património C/Burla	76	4,1%	41	10,5%	1,85
	Património C/Abuso Confiança	16	0,9%	14	3,6%	1,14
	Receptação	100	5,4%	24	6,2%	4,17
Património C/Recurso Cheque		155	8,3%	63	16,2%	2,46
Contra o Património Com Violência	Património C/Violência	52	2,8%	38	9,7%	1,37
	Património C/Ama	30	1,6%	14	3,6%	2,14
Sexuais	Liberdade Sexual	15	0,8%	10	2,6%	1,50
	Autodeterminação Sexual	9	0,5%	5	1,3%	1,80
Vida		15	0,8%	14	3,6%	1,07
Liberdade Pessoal		24	1,3%	19	4,9%	1,26
Integridade Física		20	1,1%	20	5,1%	1,00
Droga	Consumo Droga	312	16,8%	152	39,0%	2,05
	Tráfico-Consumo Droga	215	11,6%	112	28,7%	1,92
	Tráfico Droga	115	6,2%	50	12,8%	2,30
Vida em Sociedade	Crimes Perigo Comum	22	1,2%	17	4,4%	1,29
	Falsificação Moeda/Outros Similares	38	2,0%	31	7,9%	1,23
	Falsificação Documentos	28	1,5%	18	4,6%	1,56
	Falsificação Cheques/Equiparados	42	2,3%	24	6,2%	1,75
	Falsificação Doc. Identificação	26	1,4%	19	4,9%	1,37
	Falsificação Doc. Aquisição Bem	170	9,1%	21	5,4%	8,10
Estado	Economia	7	0,4%	5	1,3%	1,40
	Fiscais	8	0,4%	3	0,8%	2,67
	Corrupção	36	1,9%	2	0,5%	18,00
	Peculato					
	Violação Providências Públicas					
	Realização Justiça	2	0,1%	2	0,5%	1,00
Contra as Pessoas Menos Graves	Resist./Desob. Autoridade Pública	6	0,3%	5	1,3%	1,20
	Cometidos na Prisão	3	0,2%	3	0,8%	1,00
	Reserva Vida Privada	3	0,2%	3	0,8%	1,00
Estatisticamente Minoritários	Honra	11	0,6%	6	1,5%	1,83
	Auxílio Imigração Ilegal	4	0,2%	2	0,5%	2,00
	Informáticos	3	0,2%	2	0,5%	1,50
	Paz Pública	12	0,6%	11	2,8%	1,09
	Cometidos na Estrada	13	0,7%	12	3,1%	1,08
Não Especificados		4	0,2%	4	1,0%	1,00

Quadro b.9 Número de registos-crime, e nível de incidência de pelo menos um registo pertencente aos vários tipos de crimes nas trajectórias de indivíduos do sexo *feminino*, *reincidentes*, pertencentes ao grupo de trajectórias criminais *a partir da fase vida adulta*, e respectiva média do índice de reincidência no mesmo tipo de crime

REINIDENTES SEXO <i>FEMININO</i> DO GRUPO DE TRAJECTÓRIAS <i>A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA</i>						
GRUPO DE CRIMES	SUBGRUPO DE CRIMES	Número de registos-crime		Trajectórias com pelo menos um registo-crime dos correspondentes tipos de crimes		Média do índice de reincidência de cada indivíduo
		Freq.	% n=606	Indivíduos	% n=175	
Contra o Património Sem Violência	Património C/Subtracção	75	12,4%	41	23,4%	1,83
	Património C/Burla	32	5,3%	19	10,9%	1,68
	Património C/Abuso Confiança	6	1,0%	6	3,4%	1,00
	Receptação	17	2,8%	17	9,7%	1,00
	Património C/Recurso Cheque	96	15,8%	41	23,4%	2,34
Contra o Património Com Violência	Património C/Violência	16	2,6%	12	6,9%	1,33
	Património C/Ama	4	0,7%	1	0,6%	4,00
Sexuais	Liberdade Sexual	1	0,2%	1	0,6%	1,00
	Autodeterminação Sexual					
	Vida					
	Liberdade Pessoal	3	0,5%	3	1,7%	1,00
	Integridade Física	4	0,7%	4	2,3%	1,00
Droga	Consumo Droga	39	6,4%	27	15,4%	1,44
	Tráfico-Consumo Droga	86	14,2%	43	24,6%	2,00
	Tráfico Droga	154	25,4%	65	37,1%	2,37
Vida em Sociedade	Crimes Perigo Comum	8	1,3%	8	4,6%	1,00
	Falsificação Moeda/Outros Similares	9	1,5%	8	4,6%	1,13
	Falsificação Documentos	3	0,5%	3	1,7%	1,00
	Falsificação Cheques/Equiparados	19	3,1%	14	8,0%	1,36
	Falsificação Doc. Identificação	8	1,3%	6	3,4%	1,33
	Falsificação Doc. Aquisição Bem	3	0,5%	3	1,7%	1,00
Estado	Economia	2	0,3%	2	1,1%	1,00
	Fiscais	1	0,2%	1	0,6%	1,00
	Corrupção	12	2,0%	4	2,3%	3,00
	Peculato	1	0,2%	1	0,6%	1,00
	Violação Providências Públicas					
	Realização Justiça	1	0,2%	1	0,6%	1,00
	Resist./Desob. Autoridade Pública					
	Cometidos na Prisão	1	0,2%	1	0,6%	1,00
Contra as Pessoas Menos Graves	Reserva Vida Privada					
	Honra					
	Auxílio Imigração Ilegal	2	0,3%	1	0,6%	2,00
Estatisticamente Minoritários	Informáticos					
	Paz Pública	1	0,2%	1	0,6%	1,00
	Cometidos na Estrada					
	Não Especificados	2	0,3%	2	1,1%	1,00

Quadro b.10 Número de registos-crime, e nível de incidência de pelo menos um registo pertencente aos vários tipos de crimes nas trajetórias de indivíduos do sexo *masculino*, *reincidentes*, pertencentes ao grupo de trajetórias criminais *transversal às fases da juventude e da vida adulta*, e respectiva média do índice de reincidência no mesmo tipo de crime

TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=514)				
	Número de registos-crime		Trajetórias com pelo menos um registo-crime dos correspondentes tipos de crimes		Média do índice de reincidência de cada indivíduo
	Freq.	% n=4.167	Individuos	% n=514	
Contra Património Sem Violência	1.616	38,8%	378	73,5%	4,28
Contra Património Com Violência	323	7,8%	160	31,1%	2,02
Emissão Cheque Sem Provisão	237	5,7%	82	16,0%	2,89
Droga	1.402	33,6%	385	74,9%	3,64
Vida em Sociedade	296	7,1%	149	29,0%	1,99
Sexuais	20	0,5%	16	3,1%	1,25
Vida	29	0,7%	28	5,4%	1,04
Liberdade Pessoal	32	0,8%	21	4,1%	1,52
Integridade Física	57	1,4%	49	9,5%	1,16
Contra as Pessoas Menos Graves	15	0,4%	13	2,5%	1,15
Estado	54	1,3%	43	8,4%	1,26
Estatisticamente Minoritários	86	2,1%	49	9,5%	1,76

Quadro b.11 Número de registos-crime, e nível de incidência de pelo menos um registo pertencente aos vários tipos de crimes nas trajectórias de indivíduos do sexo *feminino*, *reincidentes*, pertencentes ao grupo de trajectórias criminais *transversal às fases da juventude e da vida adulta*, e respectiva média do índice de reincidência no mesmo tipo de crime

TIPOS DE CRIMES	FEMININO (n=124)				
	Número de registos-crime		Trajectórias com pelo menos um registo-crime dos correspondentes tipos de crimes		Média do índice de reincidência de cada indivíduo
	Freq.	% n=739	Indivíduos	% n=124	
Contra Património Sem Violência	234	31,7%	79	63,7%	2,96
Contra Património Com Violência	23	3,1%	18	14,5%	1,28
Emissão Cheque Sem Provisão	134	18,1%	44	35,5%	3,05
Droga	233	31,5%	82	66,1%	2,84
Vida em Sociedade	75	10,1%	40	32,3%	1,88
Sexuais	4	0,5%	1	0,8%	4,00
Vida	2	0,3%	2	1,6%	1,00
Liberdade Pessoal	2	0,3%	1	0,8%	2,00
Integridade Física	5	0,7%	4	3,2%	1,25
Contra as Pessoas Menos Graves	3	0,4%	3	2,4%	1,00
Estado	10	1,4%	10	9,7%	1,00
Estatisticamente Minoritários	14	1,9%	7	5,6%	2,00

Quadro b.12 Número de registos-crime, e nível de incidência de pelo menos um registo pertencente aos vários tipos de crimes nas trajectórias de indivíduos do sexo *masculino*, *reincidentes*, pertencentes ao grupo de trajectórias criminais *transversal às fases da juventude e da vida adulta*, e respectiva média do índice de reincidência no mesmo tipo de crime

REINIDENTES SEXO MASCULINO DO GRUPO DE TRAJECTÓRIAS EXTENSÍVEIS AO LONGO DA VIDA						
GRUPO DE CRIMES	SUBGRUPO DE CRIMES	Número de registos-crime		Trajectórias com pelo menos um registo-crime dos correspondentes tipos de crimes		Média do índice de reincidência de cada indivíduo
		Freq.	% n=4.167	Indivíduos	% n=514	
Contra o Património Sem Violência	Património C/Subtracção	1.428	34,3%	345	67,1%	4,14
	Património C/Burla	116	2,8%	60	11,7%	1,93
	Património C/Abuso Confiança	24	0,6%	24	4,7%	1,00
	Receptação	48	1,2%	43	8,4%	1,12
	Património C/Recurso Cheque	237	5,7%	82	16,0%	2,89
Contra o Património Com Violência	Património C/Violência	259	6,2%	143	27,8%	1,81
	Património C/Ama	64	1,5%	34	6,6%	1,88
Sexuais	Liberdade Sexual	15	0,4%	12	2,3%	1,25
	Autodeterminação Sexual	5	0,1%	5	1,0%	1,00
Vida	Vida	29	0,7%	28	5,4%	1,04
	Liberdade Pessoal	32	0,8%	21	4,1%	1,52
	Integridade Física	57	1,4%	49	9,5%	1,16
Droga	Consumo Droga	663	15,9%	275	53,5%	2,41
	Tráfico-Consumo Droga	494	11,9%	192	37,4%	2,57
	Tráfico Droga	245	5,9%	97	18,9%	2,53
Vida em Sociedade	Crimes Perigo Comum	47	1,1%	30	5,8%	1,57
	Falsificação Moeda/Outros Similares	28	0,7%	23	4,5%	1,22
	Falsificação Documentos	44	1,1%	37	7,2%	1,19
	Falsificação Cheques/Equiparados	90	2,2%	47	9,1%	1,91
	Falsificação Doc. Identificação	29	0,7%	23	4,5%	1,26
	Falsificação Doc. Aquisição Bem	58	1,4%	35	6,8%	1,66
Estado	Economia	11	0,3%	9	1,8%	1,22
	Fiscais					
	Corrupção					
	Peculato	1	0,02%	1	0,2%	1,00
	Violação Providências Públicas					
	Realização Justiça	26	0,6%	16	3,1%	1,63
Contra as Pessoas Menos Graves	Resist./Desob. Autoridade Pública	5	0,1%	5	1,0%	1,00
	Cometidos na Prisão	11	0,3%	10	1,9%	1,10
	Reserva Vida Privada	5	0,1%	5	1,0%	1,00
Estatisticamente Minoritários	Honra	10	0,2%	9	1,8%	1,11
	Auxílio Imigração Ilegal					
	Informáticos					
	Paz Pública	11	0,3%	7	1,4%	1,57
	Cometidos na Estrada	31	0,7%	20	3,9%	1,55
	Não Especificados	44	1,1%	29	5,6%	1,52

Quadro b.13 Número de registos-crime, e nível de incidência de pelo menos um registo pertencente aos vários tipos de crimes nas trajectórias de indivíduos do sexo *feminino*, *reincidentes*, pertencentes ao grupo de trajectórias criminais *transversal às fases da juventude e da vida adulta*, e respectiva média do índice de reincidência no mesmo tipo de crime

REINIDENTES SEXO FEMININO DO GRUPO DE TRAJECTÓRIAS EXTENSIVEIS AO LONGO DA VIDA						
GRUPO DE CRIMES	SUBGRUPO DE CRIMES	Número de registos-crime		Trajectórias com pelo menos um registo-crime dos correspondentes tipos de crimes		Média do índice de reincidência de cada indivíduo
		Freq.	% n=739	Indivíduos	% n=124	
Contra o Património Sem Violência	Património C/Subtracção	174	23,5%	58	46,8%	3,00
	Património C/Burla	36	4,9%	23	18,5%	1,57
	Património C/Abuso Confiança	7	0,9%	7	5,6%	1,00
	Receptação	17	2,3%	13	10,5%	1,31
	Património C/Recurso Cheque	134	18,1%	44	35,5%	3,05
Contra o Património Com Violência	Património C/Violência	23	3,1%	18	14,5%	1,28
	Património C/Ama					
Sexuais	Liberdade Sexual	4	0,5%	1	0,8%	4,00
	Autodeterminação Sexual					
	Vida	2	0,3%	2	1,6%	1,00
	Liberdade Pessoal	2	0,3%	1	0,8%	2,00
	Integridade Física	5	0,7%	4	3,2%	1,25
Droga	Consumo Droga	51	6,9%	31	25,0%	1,65
	Tráfico-Consumo Droga	96	13,0%	43	34,7%	2,23
	Tráfico Droga	86	11,6%	40	32,3%	2,15
	Crimes Perigo Comum					
Vida em Sociedade	Falsificação Moeda/Outros Similares	11	1,5%	10	8,1%	1,10
	Falsificação Documentos	19	2,6%	12	9,7%	1,58
	Falsificação Cheques/Equiparados	37	5,0%	22	17,7%	1,68
	Falsificação Doc. Identificação	3	0,4%	3	2,4%	1,00
	Falsificação Doc. Aquisição Bem	5	0,7%	5	4,0%	1,00
	Economia					
	Fiscais					
Estado	Corrupção	1	0,1%	1	0,8%	1,00
	Peculato					
	Violação Providências Públicas	1	0,1%	1	0,8%	1,00
	Realização Justiça	4	0,5%	3	2,4%	1,33
	Resist./Desob. Autoridade Pública					
	Cometidos na Prisão	4	0,5%	3	2,4%	1,33
Contra as Pessoas Menos Graves	Reserva Vida Privada					
	Honra	3	0,4%	3	2,4%	1,00
	Auxílio Imigração Ilegal					
Estatisticamente Minoritários	Informáticos					
	Paz Pública	5	0,7%	4	3,2%	1,25
	Cometidos na Estrada					
	Não Especificados	9	1,2%	7	5,6%	1,29

Anexo C

Representação gráfica das trajectórias

Sequência delitiva operada pelos primeiros quatro *registos-crime* associados a indivíduos reincidentes, distribuídos em função do género e do grupo de trajectórias de pertença

Anexo C

Representação gráfica das trajetórias

A representação gráfica das trajetórias, constitui-se num exercício de reconstrução da sequência delitiva operada pelos primeiros quatro *registos-crime* associados a indivíduos *reincidentes*, distribuídos em função do género e do grupo de trajetórias de pertença, possibilitando desse modo apresentar a diversidade da expressividade criminal, assim como a ordem que os vários tipos de crimes adquirem na estrutura delinquencial dos indivíduos.

Figura c.1 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória *Limitada à fase da juventude*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes de *Droga* (tráfico; consumo)

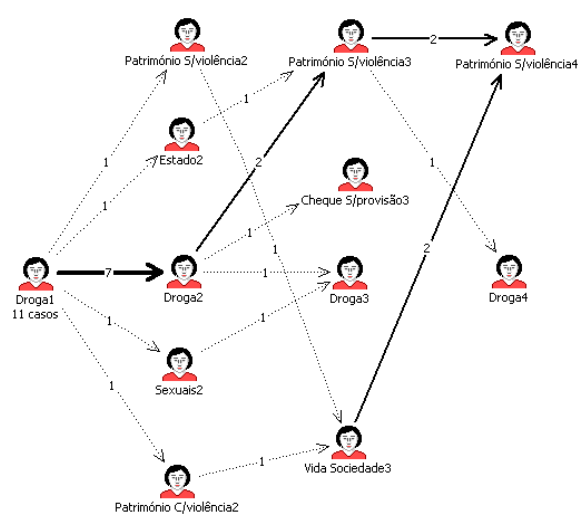


Figura c.2 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória *Limitada à fase da juventude*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra o Património Com Recurso à Violência*

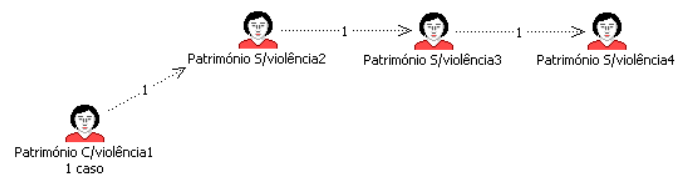


Figura c.3 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória *Limitada à fase da juventude*, que iniciam a sequência delitiva com a prática do crime de *Emissão de Cheque Sem Provisão*

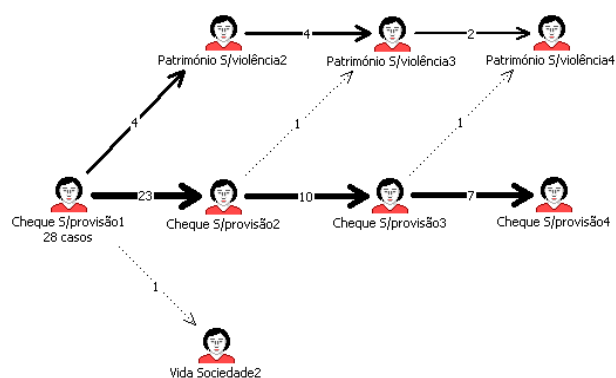


Figura c.4 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória *Limitada à fase da juventude*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra a Vida em Sociedade*

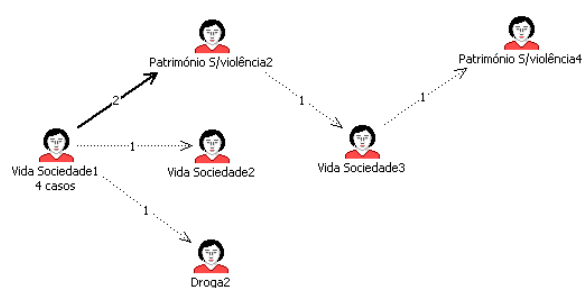


Figura c.5 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória *Limitada à fase da juventude*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *Estatisticamente Minoritários*

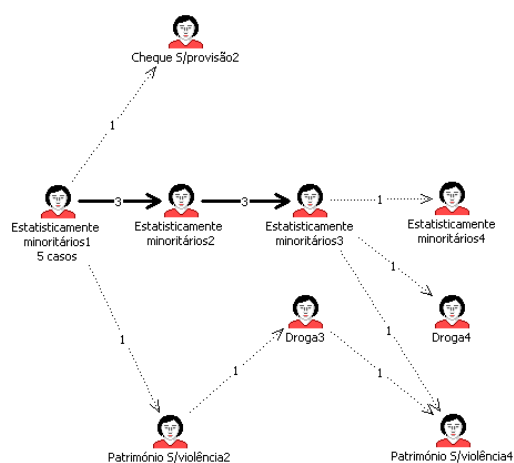


Figura c.6 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória *Limitada à fase da juventude*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra o Estado*

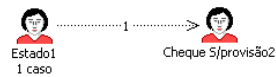


Figura c.7 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória *Limitada à fase da juventude*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra o Património Sem Recurso à Violência*

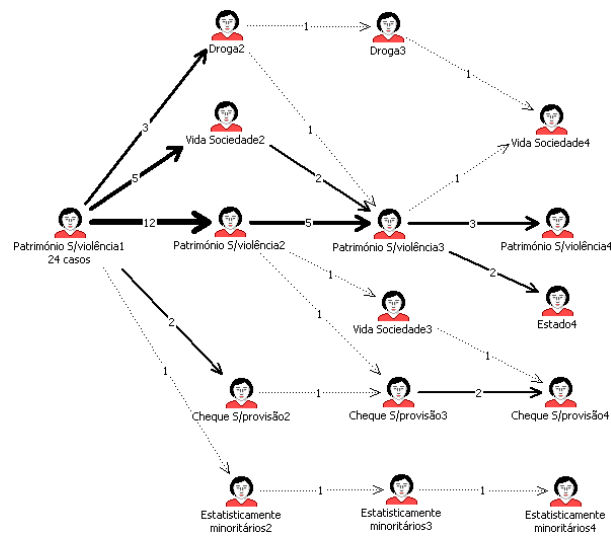


Figura c.8 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *Limitada à fase da juventude*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *Emissão de Cheque Sem Provisão*

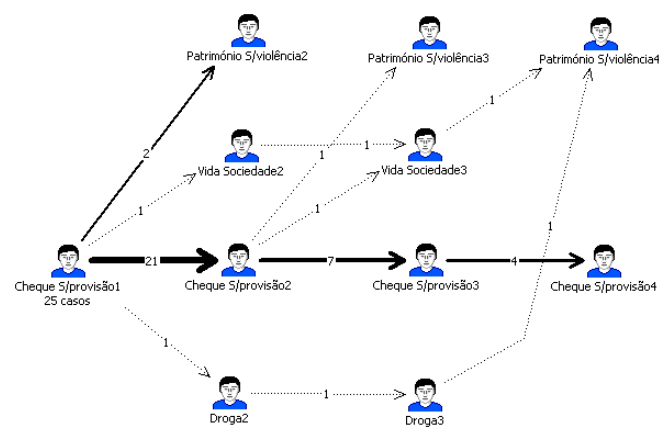


Figura c.9 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *Limitada à fase da juventude*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra o Estado*

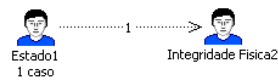


Figura c.10 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *Limitada* à fase da *juventude*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes contra o Patrimônio Com Recurso à Violência

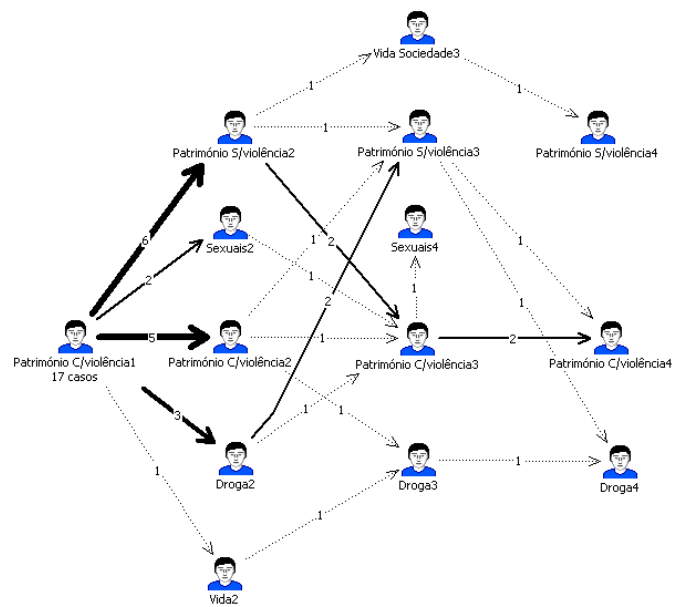


Figura c.11 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *Limitada à fase da juventude*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra a Autodeterminação e a Liberdade Sexual*

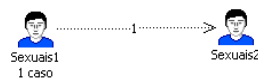


Figura c.12 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *Limitada à fase da juventude*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes de Droga (tráfico; consumo)

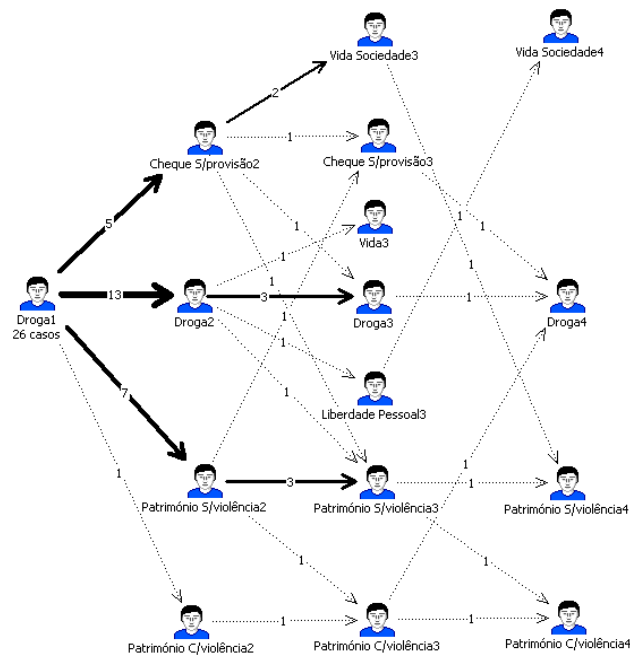


Figura c.13 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *Limitada à fase da juventude*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *Estatisticamente Minoritários*

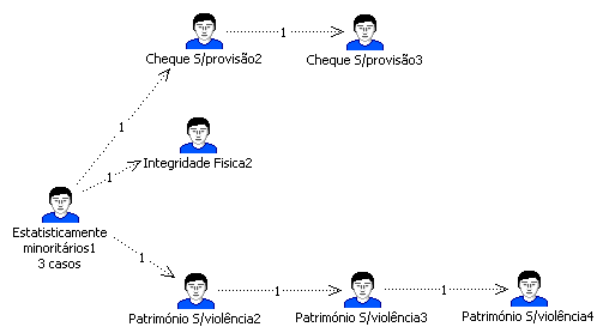


Figura c.14 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *Limitada à fase da juventude*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra a Vida em Sociedade*

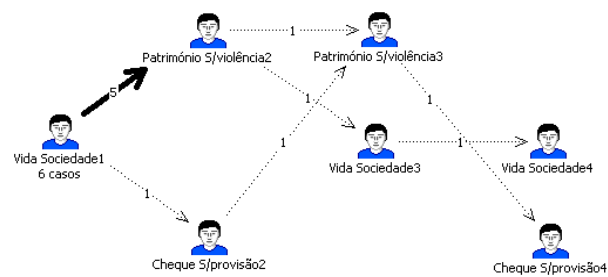


Figura c.15 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *Limitada à fase da juventude*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra o Patrimônio Sem Recurso à Violência*

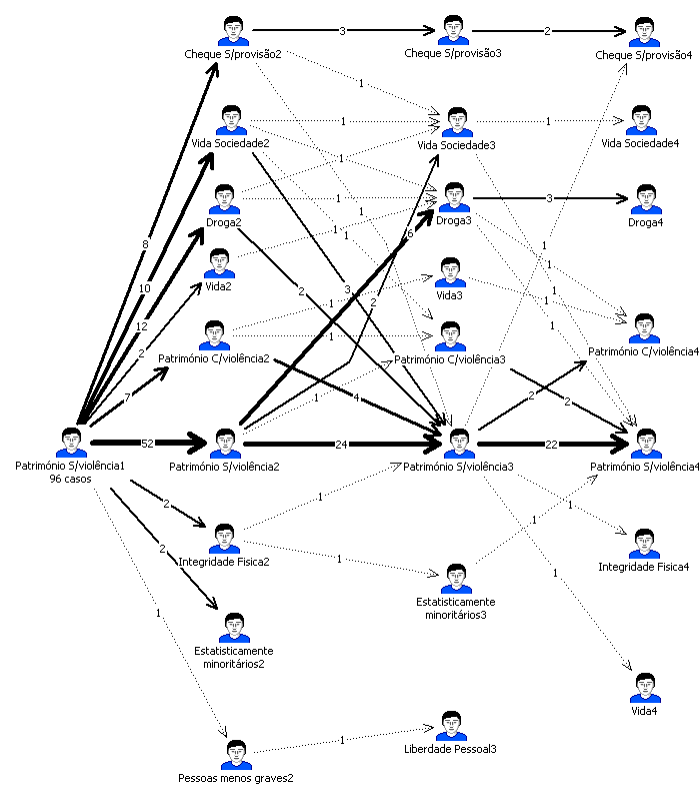


Figura c.16 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória A *a partir da fase da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *Emissão de Cheques Sem Provisão*

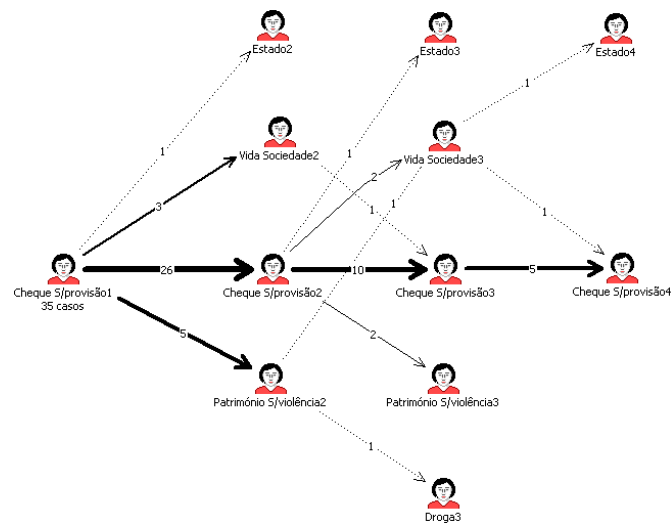


Figura c.17 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajectória *A partir da fase da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra a Integridade Física*

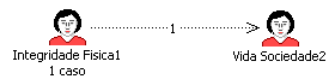


Figura c.18 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajectória *A partir da fase da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra a Liberdade Pessoal*

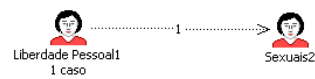


Figura c.19 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória A *partir da fase da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra o Património Com Recurso à Violência*

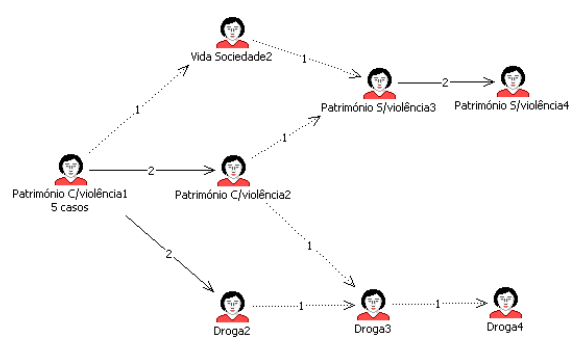


Figura c.20 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória *A* *a partir da fase da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes de Droga (tráfico; consumo)

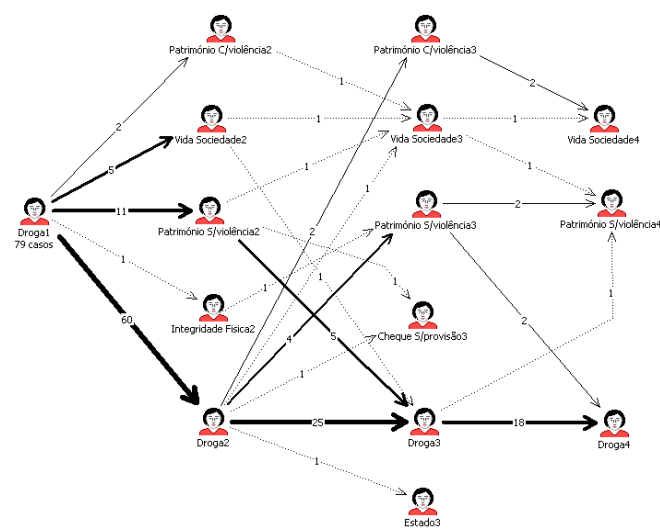


Figura c.21 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória *A partir da fase da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra o Estado*

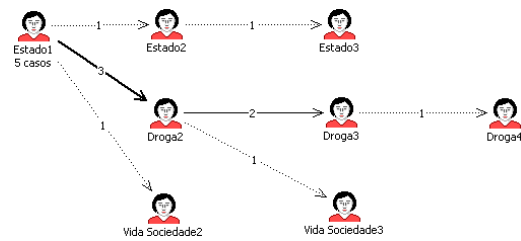


Figura c.22 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória *A partir da fase da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *Estatisticamente Minoritários*

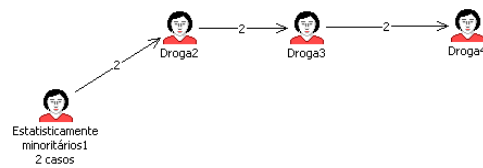


Figura c.23 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória A *a partir da fase da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes contra o Patrimônio Sem Recurso à Violência

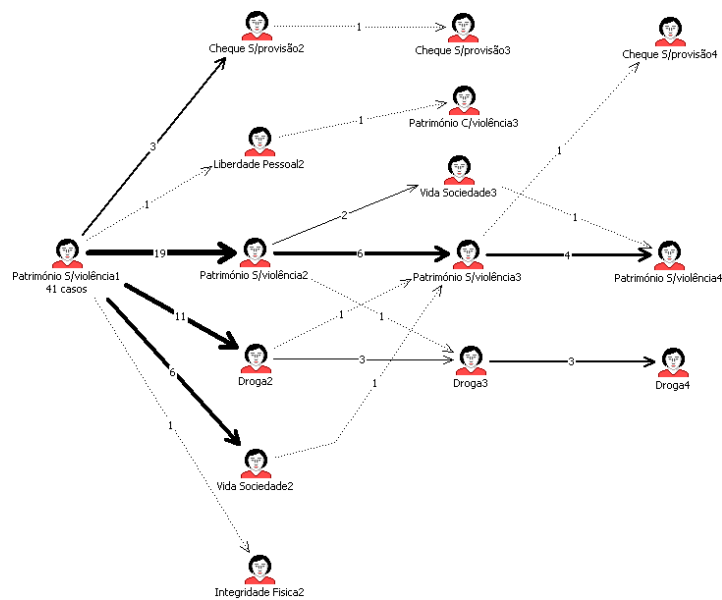


Figura c.24 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória *A* *a partir da fase da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra a Vida em Sociedade*

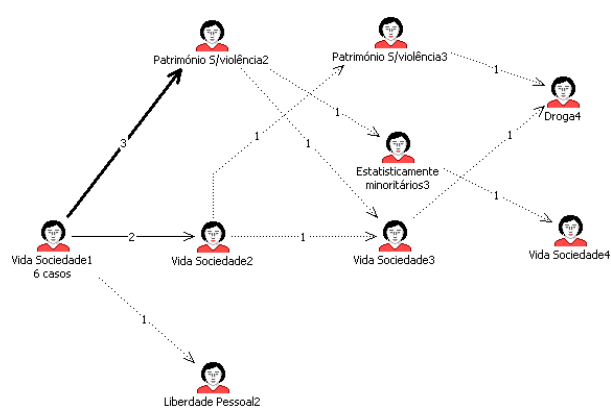


Figura c.25 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *A partir da fase da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *Emissão de Cheques Sem provisão*

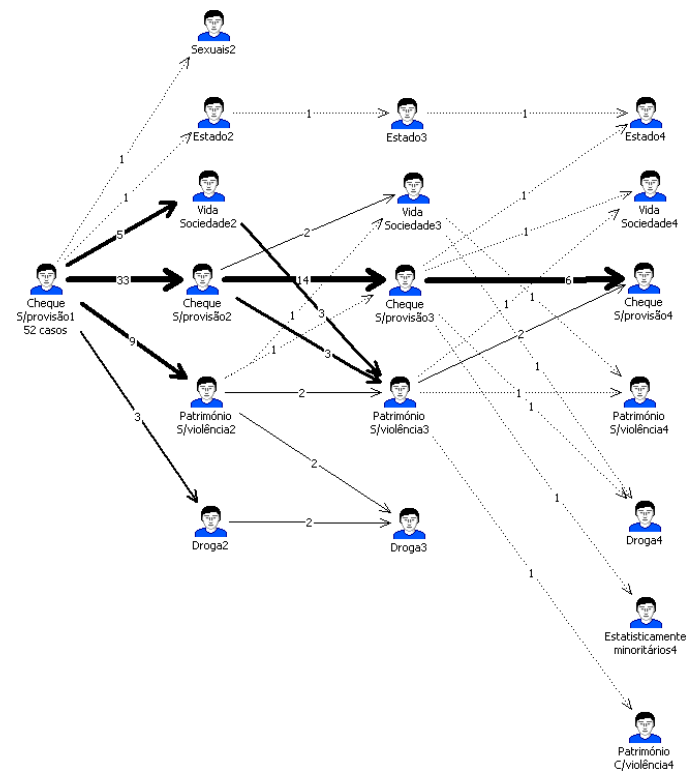


Figura c.26 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *A partir da fase da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra o Património Com Recurso à Violência*

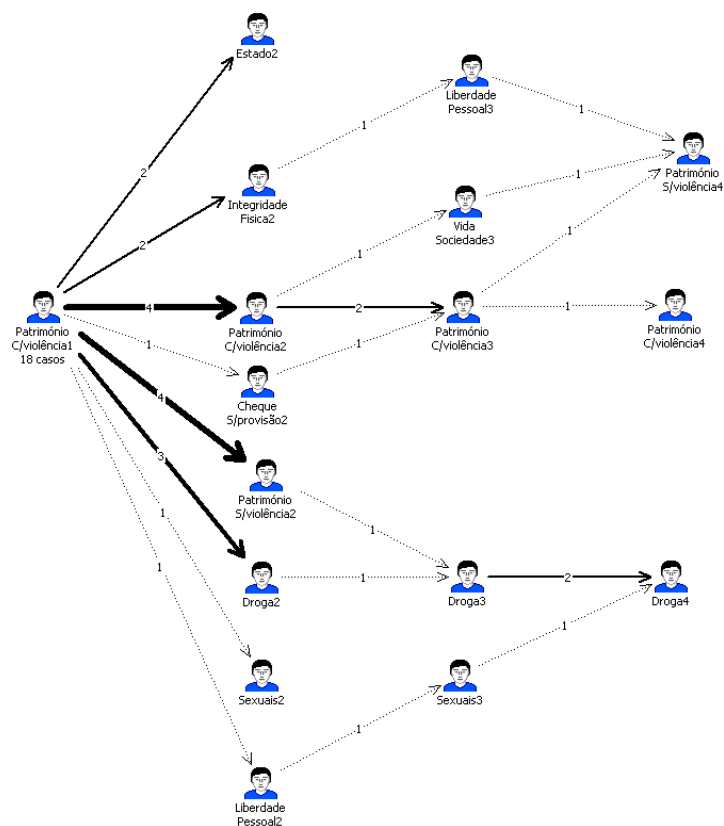


Figura c.27 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *A partir da fase da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes de *Droga (tráfico; consumo)*

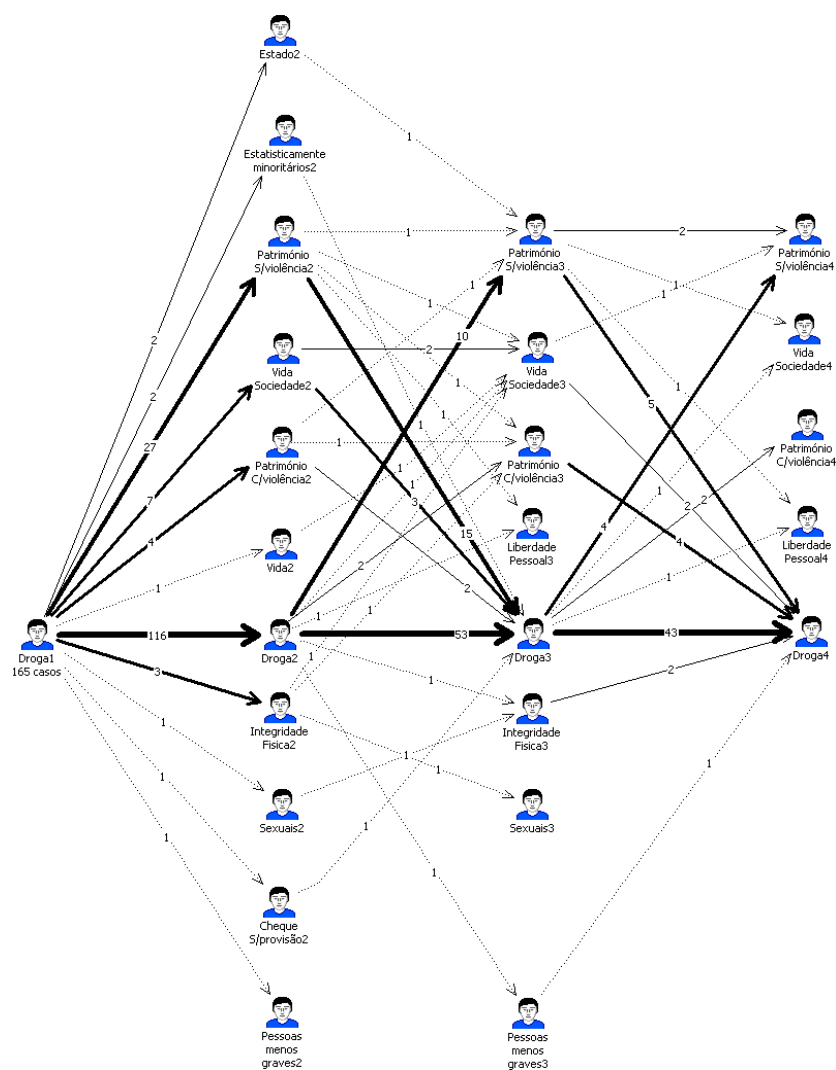


Figura c.28 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória A *a partir da fase da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra o Estado*

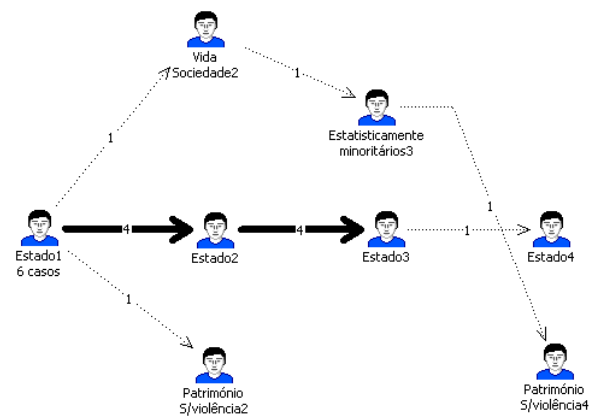


Figura c.29 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *A partir da fase da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra a Integridade Física*

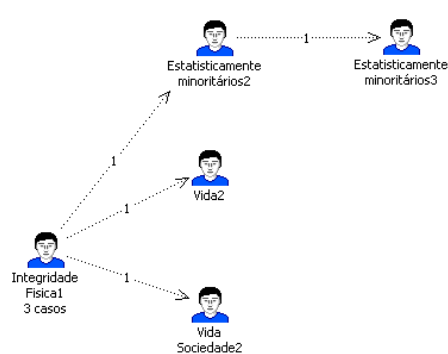


Figura c.30 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *A* *a partir da fase da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra a Liberdade Pessoal*

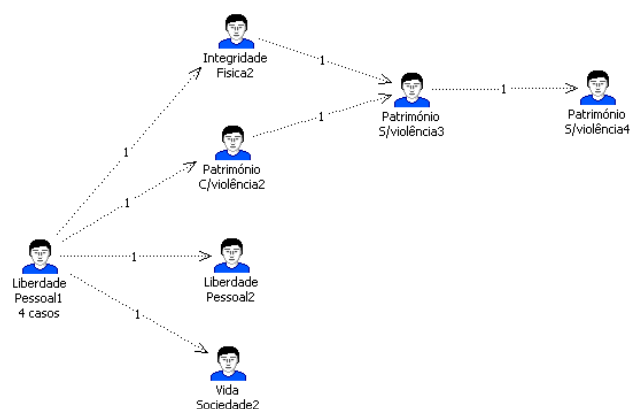


Figura c.31 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória A *a partir da fase da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra as Pessoas Menos Graves*

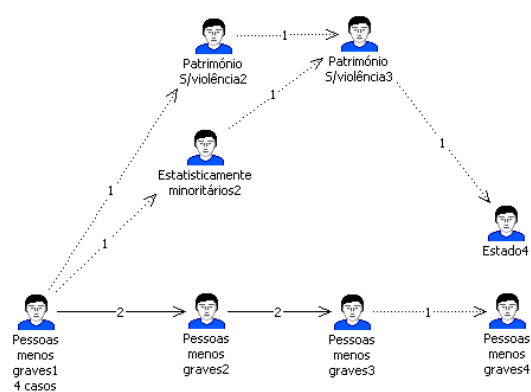


Figura c.32 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória A *partir da fase da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *Estatisticamente Minoritários*

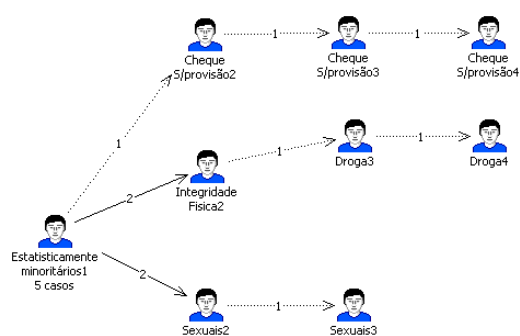


Figura c.33 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajectória *A partir da fase da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra a Autodeterminação e a Liberdade Sexual*

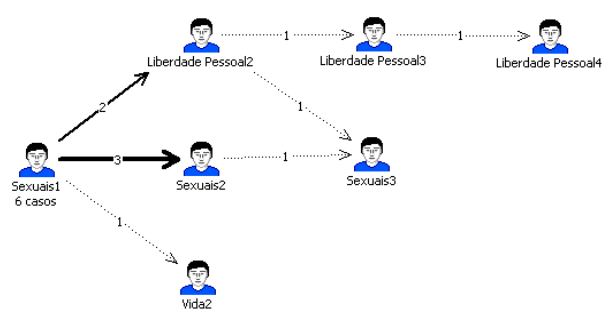


Figura c.34 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória A *a partir da fase da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra o Património Sem Recurso à Violência*

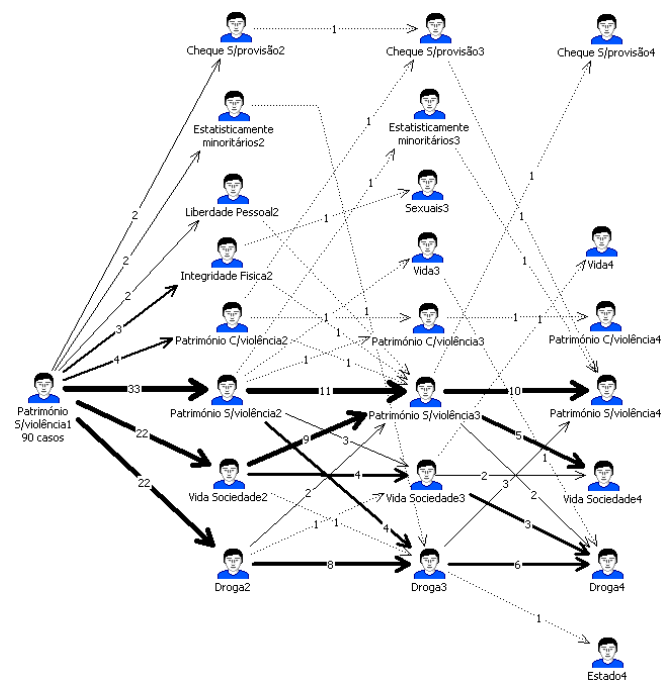


Figura c.35 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória A *a partir da fase da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra a Vida em Sociedade*

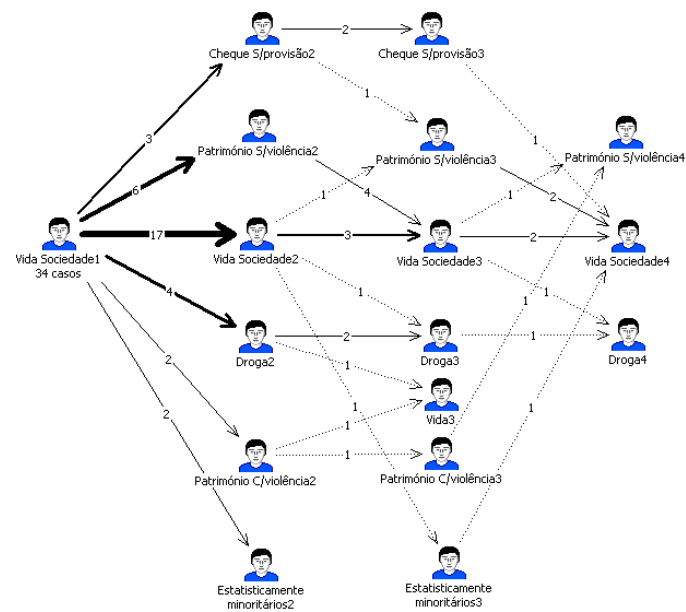


Figura c.36 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajectória *A partir da fase da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra a Vida*

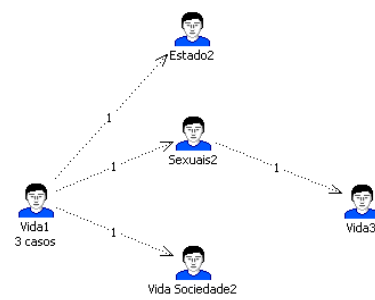


Figura c.37 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *Emissão de Cheques Sem Provisão*

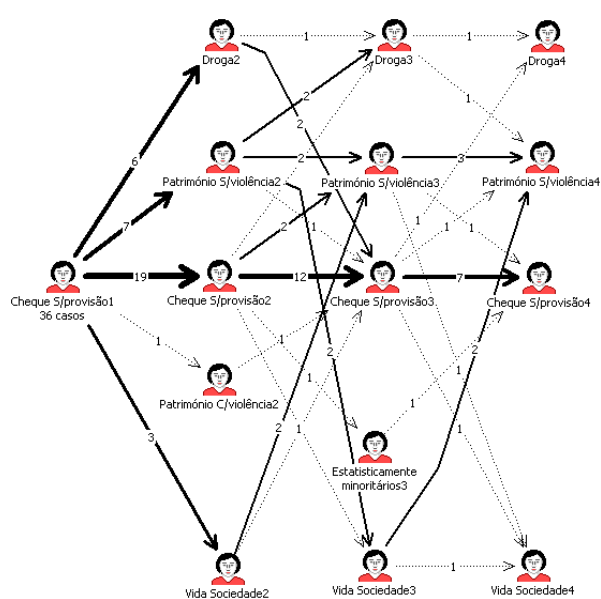


Figura c.38 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra a Integridade Física*

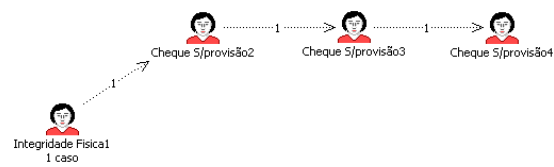


Figura c.39 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra o Património Com Recurso à Violência*

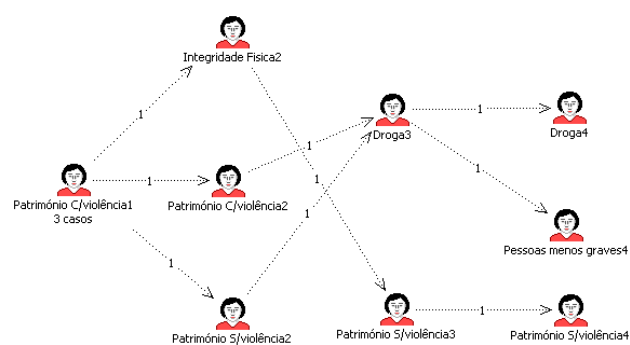


Figura c.40 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra o Estado*

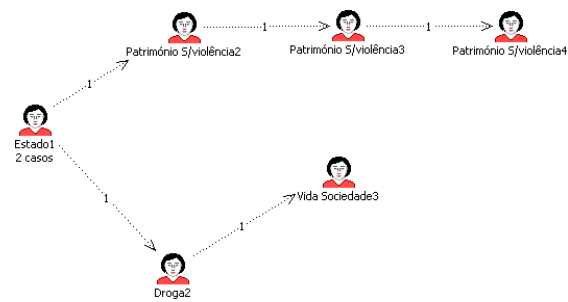


Figura c.41 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória *Transversal* às fases da *juventude e da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes de *Droga* (tráfico; consumo)

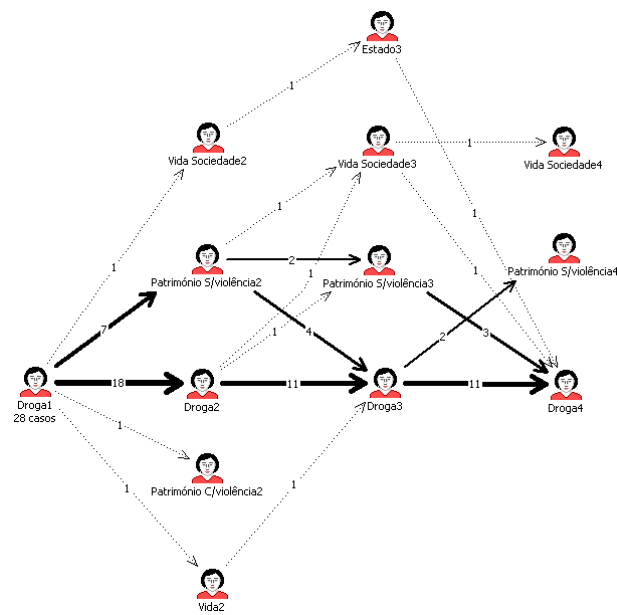


Figura c.42 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra as Pessoas Menos Graves*

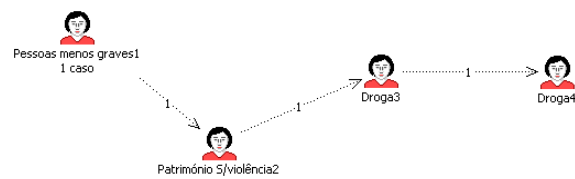


Figura c.43 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *Estatisticamente Minoritários*

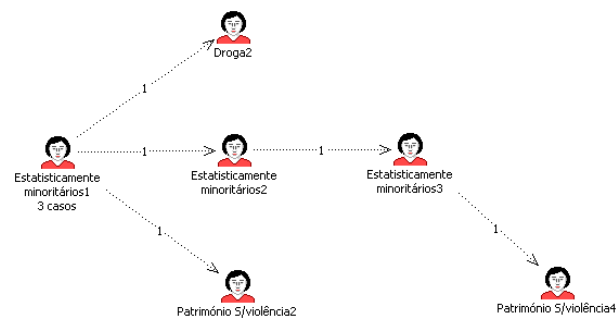


Figura c.44 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra a Autodeterminação e Liberdade Sexual*

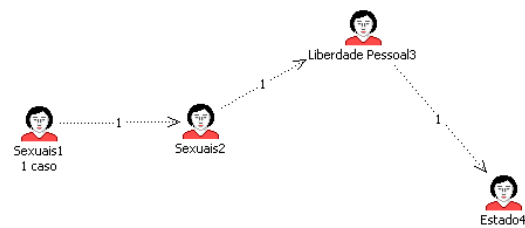


Figura c.45 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra o Património Sem Recurso à Violência*

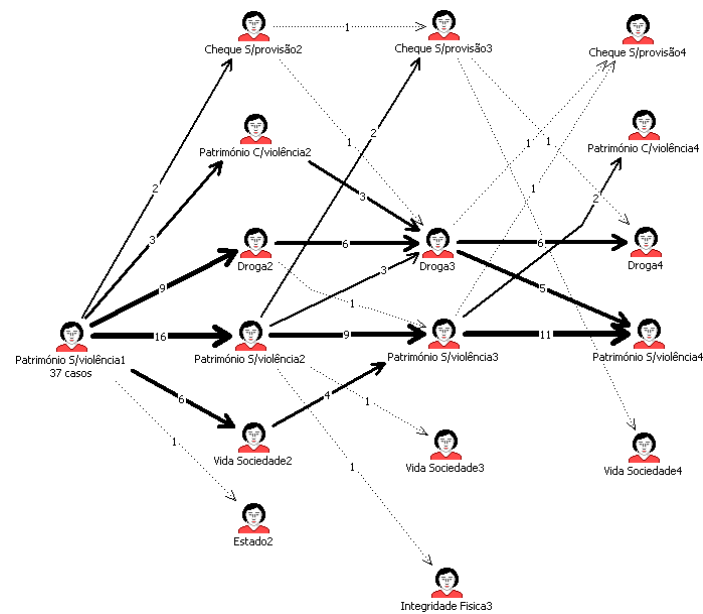


Figura c.46 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra a Vida*

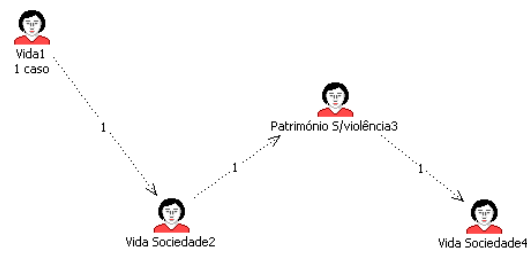


Figura c.47 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Feminino pertencentes ao tipo de trajetória *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra a Vida em Sociedade*

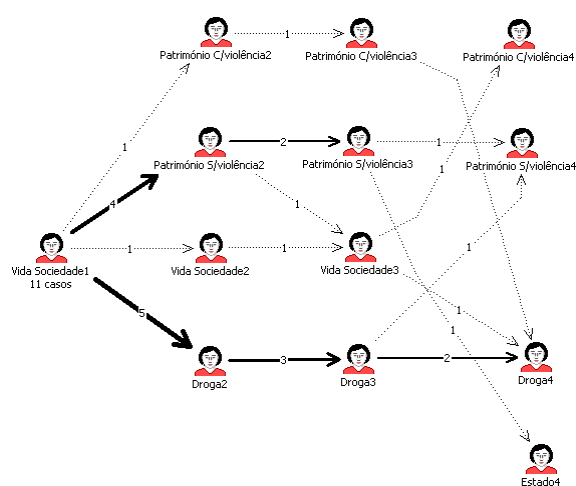


Figura c.48 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *Emissão de Cheques Sem Provisão*

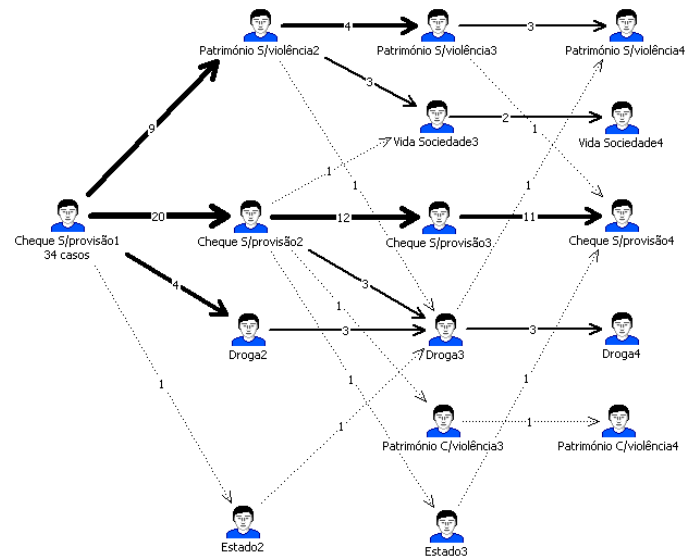


Figura c.49 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajectória *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra a Liberdade Pessoal*

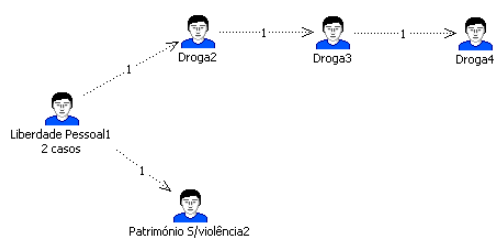


Figura c.50 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra o Estado*

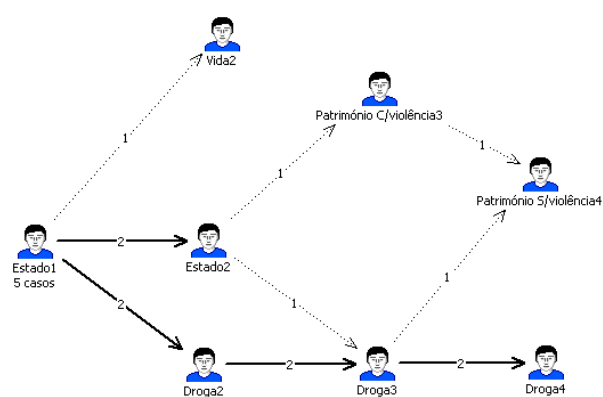


Figura c.51 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra as Pessoas Menos Graves*

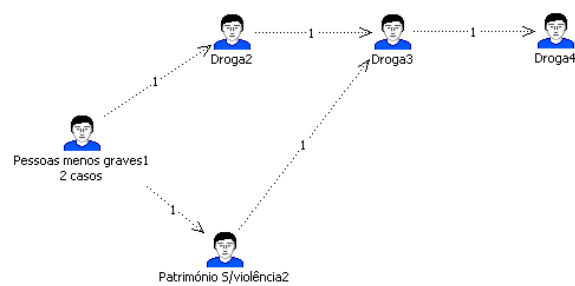


Figura c.52 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes contra o Património Com Recurso à Violência

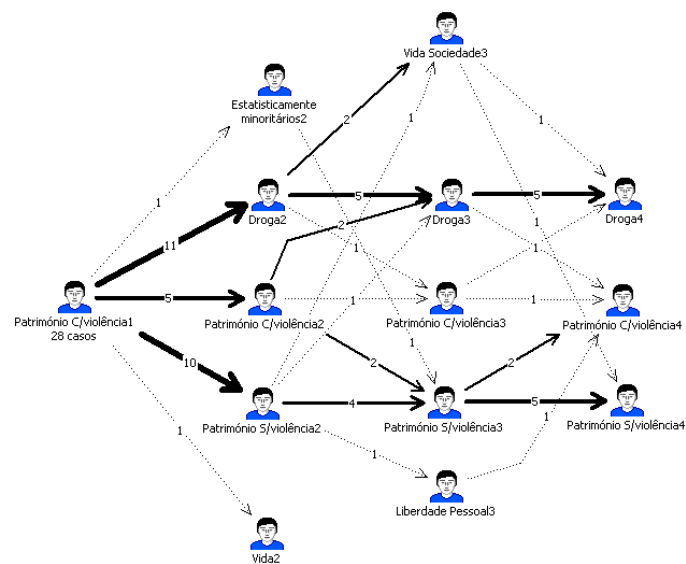


Figura c.53 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra a Autodeterminação e a Liberdade Sexual*

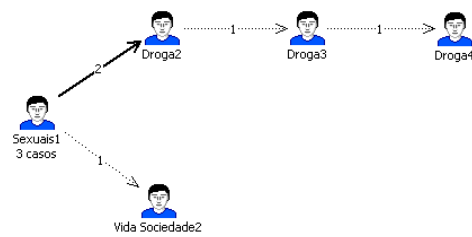


Figura c.54 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes de Droga (tráfico; consumo)

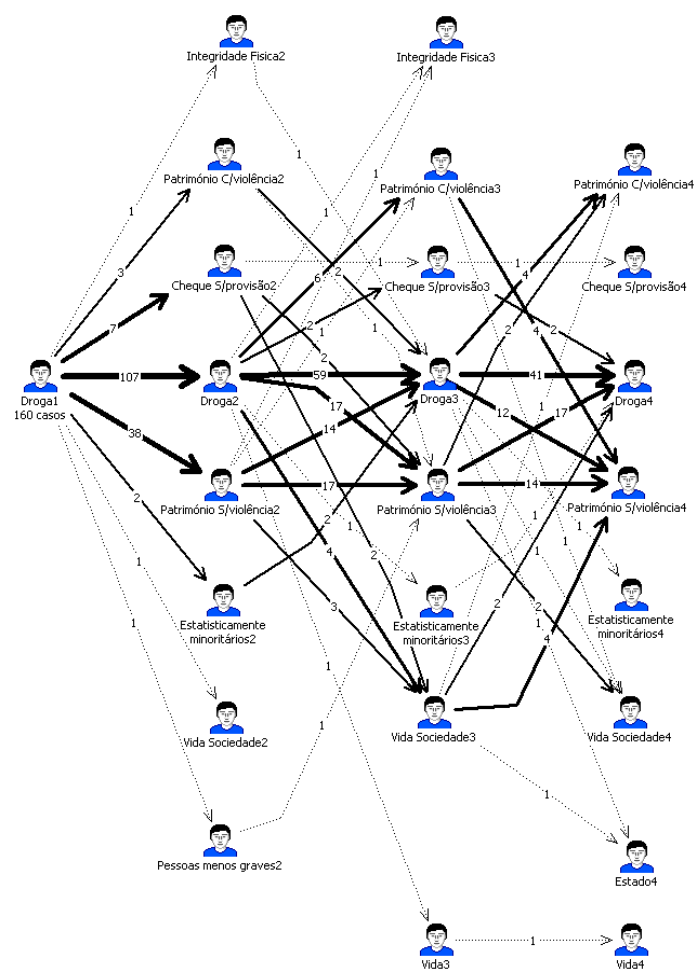


Figura c.55 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *Estatisticamente Minoritários*

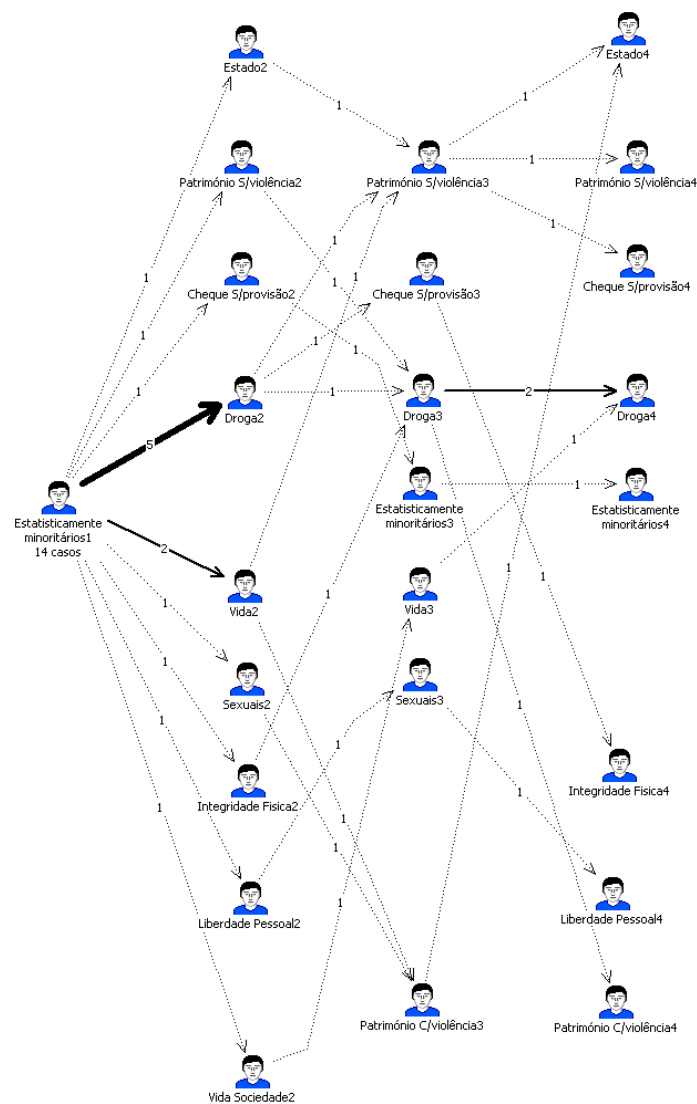


Figura c.56 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes contra a *Integridade Física*

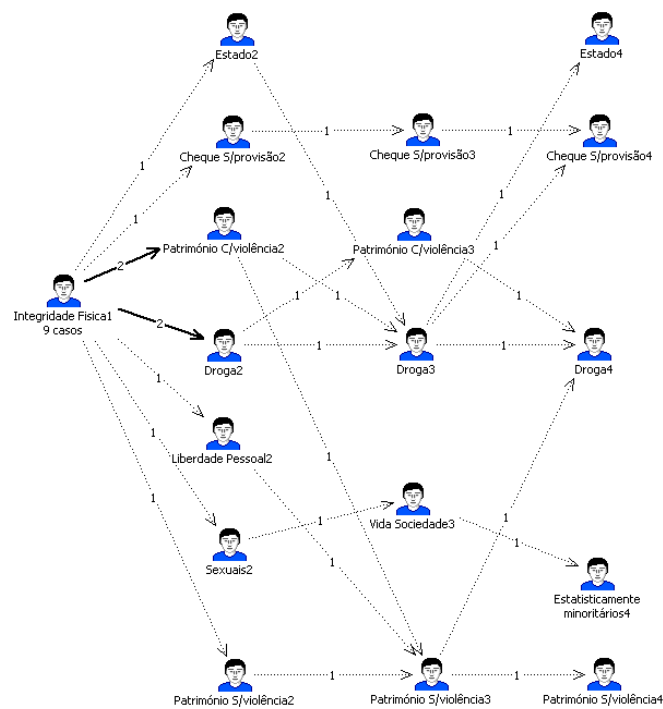


Figura c.57 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra a Vida*

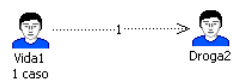


Figura c.58 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra o Património Sem Recurso à Violência*

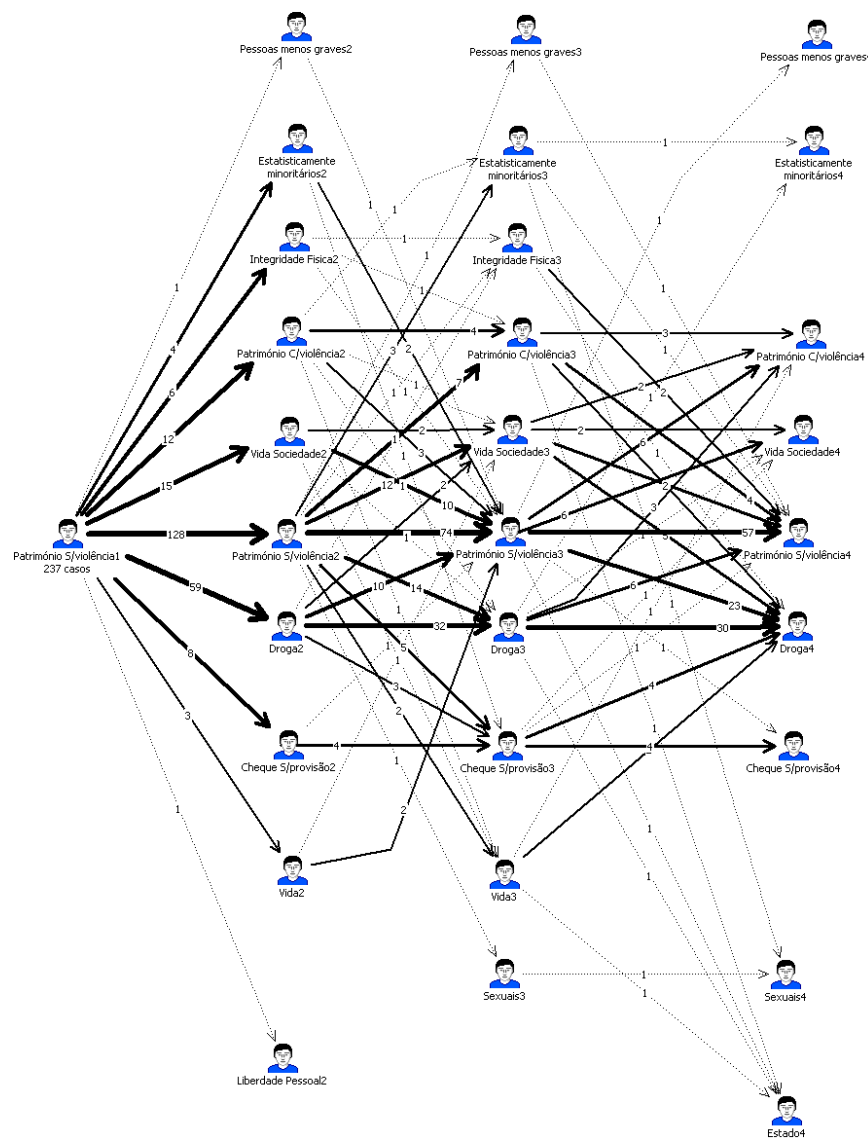
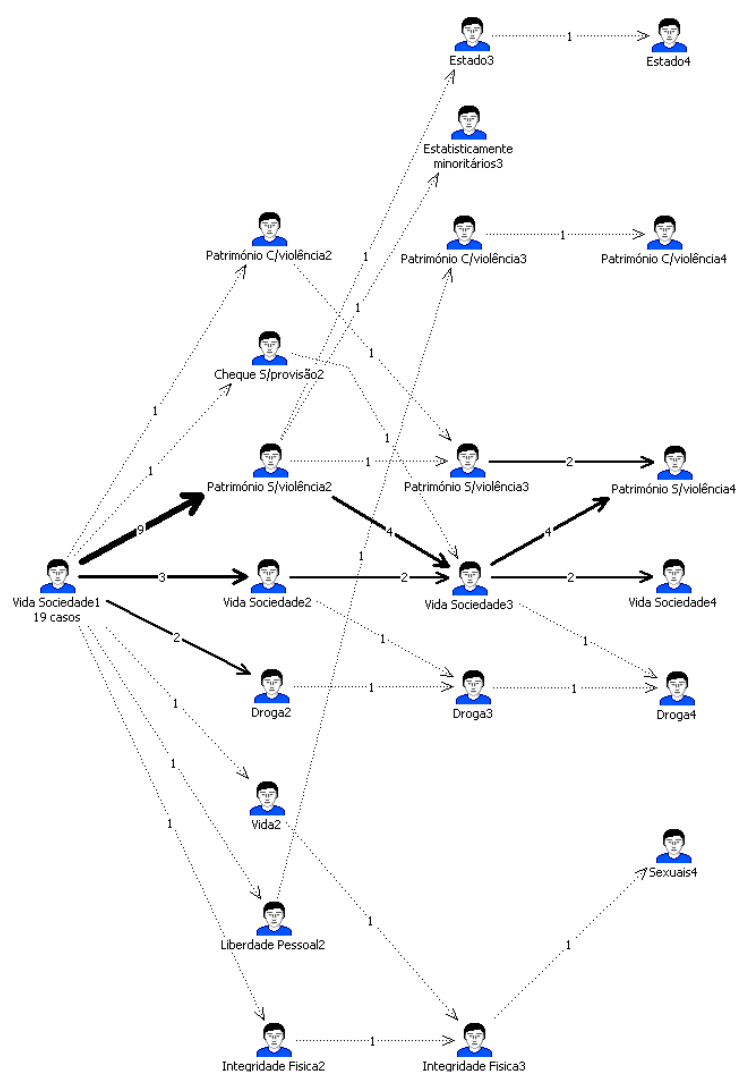


Figura c.59 Evolução da sequência delitiva (primeiros 4 crimes) de indivíduos do sexo Masculino pertencentes ao tipo de trajetória *Transversal às fases da juventude e da vida adulta*, que iniciam a sequência delitiva com a prática de crimes *contra o Vida em Sociedade*



Anexo D

Análise Sequencial de Antecedentes

Anexo D

Análise Sequencial de Antecedentes

O estudo que se segue – denominado *análise sequencial de antecedentes* – consiste num exercício em que tendo em referência a ocorrência de determinado tipo de crime nas trajetórias, se procura aferir o índice de precedência dos vários tipos de crimes que o antecedem. A *análise sequencial de antecedentes* é uma técnica na qual através do sucessivo cruzamento do registo posterior com o registo imediatamente anterior se procura identificar, em função de determinada categoria do *grupo ou sub-grupo de crimes*, os vários tipos de crimes e respectivas frequências que precedem a ocorrência de certo tipo de crime em estudo, tendo como referência o género e o espectro trajectorial em que ocorrem. A análise encontra-se estruturada em dois níveis:

- *grupo de crimes*
- *sub-grupo de crimes*

Tanto o *grupo de crimes* como o *sub-grupo de crimes* são o resultado de várias operações de agrupamento e recodificação da variável correspondente ao *tipo de crime* de que os indivíduos foram indiciados. O *grupo de crimes* é composto por 12 categorias de tipos de crimes, e o *sub-grupo de crimes*, a partir do qual se construiu o *grupo de crimes*, é composto por 36 categorias de tipos de crimes. Desse modo, os 12 tipos de crimes que estruturam o *grupo de crimes* incluem os 36 tipos de crimes do *sub-grupo de crimes*, encontrando-se agrupados segundo uma lógica de similitude em função do bem jurídico em causa (ex.: contra o património), e ou do meio utilizado para cometer o crime (ex.: contra o património com o recurso a violência).

A partir da decomposição analítica dos vários tipos de crimes que compõem as categorias do *grupo de crimes* procedeu-se a uma análise macro da sequência de antecedentes; do mesmo modo, mas a partir da organização dos vários tipos de crimes em categorias do *sub-grupo de crimes*, procedeu-se a uma leitura mais micro da sequência de antecedentes.

Atendendo ao tipo de análise excluíram-se os indivíduos que revelam trajectórias *pontuais*, ou seja, aqueles que apenas apresentam associado à sua trajectória um registo-crime – primários.

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO GRUPO DE CRIMES **CONTRA O PATRIMÓNIO SEM VIOLÊNCIA**

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM GERAL

Quadro d.1

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes CONTRA O PATRIMÓNIO SEM VIOLÊNCIA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=129)		FEMININO (n=40)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	185	72,3%	46	60,5%
Contra Património Com Violência	18	7,0%	1	1,3%
Emissão Cheque Sem Provisão	10	3,9%	7	9,2%
Droga	21	8,2%	9	11,8%
Vida em Sociedade	14	5,5%	9	11,8%
Sexuais	3	1,2%		
Vida	1	0,4%		
Liberdade Pessoal				
Integridade Física	1	0,4%		
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado	1	0,4%	1	1,3%
Estatisticamente Minoritários	2	0,8%	3	3,9%
TOTAIS	256	100,0%	76	100,0%

Quadro d.2

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes CONTRA O PATRIMÓNIO SEM VIOLÊNCIA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=183)		FEMININO (n=74)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	133	36,1%	46	51,7%
Contra Património Com Violência	16	4,3%	3	3,4%
Emissão Cheque Sem Provisão	18	4,9%	7	7,9%
Droga	63	17,1%	20	22,5%
Vida em Sociedade	121	32,9%	11	12,4%
Sexuais				
Vida				
Liberdade Pessoal	2	0,5%		
Integridade Física	2	0,5%	1	1,1%
Contra as Pessoas Menos Graves	2	0,5%		
Estado	7	1,9%		
Estatisticamente Minoritários	4	1,1%	1	1,1%
TOTAIS	368	100,0%	89	100,0%

Quadro d.3

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA
- Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes CONTRA O
PATRIMÔNIO SEM VIOLÊNCIA

TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=378)		FEMININO (n=79)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	857	62,2%	107	54,3%
Contra Património Com Violência	103	7,5%	1	0,5%
Emissão Cheque Sem Provisão	31	2,2%	17	8,6%
Droga	224	16,3%	34	17,3%
Vida em Sociedade	110	8,0%	30	15,2%
Sexuais	2	0,1%		
Vida	4	0,3%		
Liberdade Pessoal	4	0,3%		
Integridade Física	7	0,5%	1	0,5%
Contra as Pessoas Menos Graves	9	0,7%	1	0,5%
Estado	11	0,8%	2	1,0%
Estatisticamente Minoritários	16	1,2%	4	2,0%
TOTAIS	1.378	100,0%	197	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES CONTRA O PATRIMÓNIO COM SUBTRACÇÃO

Quadro d.4

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA O PATRIMÓNIO COM SUBTRACÇÃO				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=119)		FEMININO (n=36)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	160	71,7%	35	55,6%
Património C/Burla	1	0,4%	5	7,9%
Património C/Abuso Confiança	1	0,4%		
Receptação	3	1,3%		
Património C/Recurso Cheque	7	3,1%	5	7,9%
Património C/Violência	16	7,2%	1	1,6%
Património C/Arma	2	0,9%		
Consumo Droga	17	7,6%	4	6,3%
Tráfico-Consumo Droga			2	3,2%
Tráfico Droga			3	4,8%
Crimes Perigo Comum	2	0,9%		
Falsificação Moeda/Outros Similares	1	0,4%		
Falsificação Documentos			1	1,6%
Falsificação Cheques/Equiparados	3	1,3%	4	6,3%
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem	2	0,9%		
Liberdade Sexual	3	1,3%		
Autodeterminação Sexual				
Vida	1	0,4%		
Liberdade Pessoal				
Integridade Física	1	0,4%		
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça	1	0,4%	1	1,6%
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados	2	0,9%	2	3,2%
TOTAIS	223	100,0%	63	100,0%

Quadro d.5

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA O PATRIMÓNIO COM SUBTRACÇÃO				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=134)		FEMININO (n=41)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	92	46,7%	29	54,7%
Património C/Burla	4	2,0%	4	7,5%
Património C/Abuso Confiança	2	1,0%	1	1,9%
Receptação	1	0,5%		
Património C/Recurso Cheque	3	1,5%	3	5,7%
Património C/Violência	9	4,6%	2	3,8%
Património C/Arma	5	2,5%	1	1,9%
Consumo Droga	35	17,8%	2	3,8%
Tráfico-Consumo Droga	11	5,6%	3	5,7%
Tráfico Droga	10	5,1%	4	7,5%
Crimes Perigo Comum	1	0,5%		
Falsificação Moeda/Outros Similares	2	1,0%		
Falsificação Documentos	2	1,0%		
Falsificação Cheques/Equiparados	4	2,0%	3	5,7%
Falsificação Documentos Identificação	2	1,0%		
Falsificação Documentos Aquisição Bem	6	3,0%		
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal	2	1,0%		
Integridade Física	1	0,5%	1	1,9%
Reserva Vida Privada	2	1,0%		
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública	1	0,5%		
Cometidos na Estrada	1	0,5%		
Não Especificados	1	0,5%		
TOTAIS	197	100,0%	53	100,0%

Quadro d.6

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA O PATRIMÓNIO COM SUBTRACÇÃO				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=345)		FEMININO (n=58)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	737	61,0%	77	53,5%
Património C/Burla	27	2,2%	9	6,3%
Património C/Abuso Confiança	7	0,6%	2	1,4%
Receptação	16	1,3%	1	0,7%
Património C/Recurso Cheque	14	1,2%	6	4,2%
Património C/Violência	87	7,2%	1	0,7%
Património C/Arma	8	0,7%		
Consumo Droga	130	10,8%	7	4,9%
Tráfico-Consumo Droga	48	4,0%	10	6,9%
Tráfico Droga	17	1,4%	5	3,5%
Crimes Perigo Comum	5	0,4%		
Falsificação Moeda/Outros Similares	6	0,5%	2	1,4%
Falsificação Documentos	9	0,7%	7	4,9%
Falsificação Cheques/Equiparados	24	2,0%	9	6,3%
Falsificação Documentos Identificação	4	0,3%		
Falsificação Documentos Aquisição Bem	26	2,2%	1	0,7%
Liberdade Sexual	1	0,1%		
Autodeterminação Sexual				
Vida	4	0,3%		
Liberdade Pessoal	2	0,2%		
Integridade Física	6	0,5%	1	0,7%
Reserva Vida Privada	4	0,3%		
Honra	3	0,2%	1	0,7%
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça	8	0,7%	1	0,7%
Resistência/Desobediência Autoridade Pública	1	0,1%		
Cometidos na Prisão	1	0,1%		
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública	2	0,2%		
Cometidos na Estrada	2	0,2%		
Não Especificados	10	0,8%	4	2,8%
TOTAIS	1.209	100,0%	144	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES CONTRA O PATRIMÓNIO COM BURLA

Quadro d.7

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA O PATRIMÓNIO COM BURLA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=18)		FEMININO (n=10)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	4	22,2%	1	9,1%
Património C/Burla	4	22,2%	5	45,5%
Património C/Abuso Confiança	1	5,6%		
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	2	11,1%	2	18,2%
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga	2	11,1%		
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados	4	22,2%	3	27,3%
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem	1	5,6%		
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	18	100,0%	11	100,0%

Quadro d.8

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA O PATRIMÔNIO COM BURLA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=41)		FEMININO (n=19)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	3	4,3%	4	19,0%
Património C/Burla	9	13,0%	5	23,8%
Património C/Abuso Confiança	1	1,4%		
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	10	14,5%	2	9,5%
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga	1	1,4%		
Tráfico-Consumo Droga			1	4,8%
Tráfico Droga			1	4,8%
Crimes Perigo Comum			1	4,8%
Falsificação Moeda/Outros Similares	1	1,4%		
Falsificação Documentos	11	15,9%		
Falsificação Cheques/Equiparados	12	17,4%	3	14,3%
Falsificação Documentos Identificação			2	9,5%
Falsificação Documentos Aquisição Bem	16	23,2%	1	4,8%
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia	1	1,4%		
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão	1	1,4%		
Auxílio Imigração Ilegal			1	4,8%
Informáticos	1	1,4%		
Paz Pública	1	1,4%		
Cometidos na Estrada	1	1,4%		
Não Especificados				
TOTAIS	69	100,0%	21	100,0%

Quadro d.9

GRUPO DE TRAJECTÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA O PATRIMÓNIO COM BURLA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=60)		FEMININO (n=23)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	16	15,5%	4	13,3%
Património C/Burla	24	23,3%	7	23,3%
Património C/Abuso Confiança			1	3,3%
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	14	13,6%	7	23,3%
Património C/Violência	2	1,9%		
Património C/Arma	1	1,0%		
Consumo Droga	9	8,7%		
Tráfico-Consumo Droga			1	3,3%
Tráfico Droga	2	1,9%		
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares	1	1,0%	1	3,3%
Falsificação Documentos	3	2,9%	4	13,3%
Falsificação Cheques/Equiparados	10	9,7%	4	13,3%
Falsificação Documentos Identificação	8	7,8%		
Falsificação Documentos Aquisição Bem	8	7,8%		
Liberdade Sexual	1	1,0%		
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal	1	1,0%		
Integridade Física	1	1,0%		
Reserva Vida Privada	1	1,0%		
Honra				
Economia	1	1,0%		
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública			1	3,3%
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	103	100,0%	30	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES
CONTRA O PATRIMÓNIO COM ABUSO DE CONFIANÇA

Quadro d.10

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA O PATRIMÓNIO COM ABUSO DE CONFIANÇA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=4)		FEMININO (n=1)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	2	66,7%		
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	1	33,3%		
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos			1	100,0%
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	3	100,0%	1	100,0%

Quadro d.11

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA O PATRIMÓNIO COM ABUSO DE CONFIANÇA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=14)		FEMININO (n=6)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção			1	25,0%
Património C/Burla			1	25,0%
Património C/Abuso Confiança	2	20,0%		
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	2	20,0%	2	50,0%
Património C/Violência	1	10,0%		
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum	1	10,0%		
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos	1	10,0%		
Falsificação Cheques/Equiparados	1	10,0%		
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física	1	10,0%		
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia	1	10,0%		
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	10	100,0%	4	100,0%

Quadro d.12

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA O PATRIMÔNIO COM ABUSO DE CONFIANÇA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=24)		FEMININO (n=7)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	7	33,3%		
Património C/Burla			1	16,7%
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	3	14,3%	3	50,0%
Património C/Violência	2	9,5%		
Património C/Arma	1	4,8%		
Consumo Droga	1	4,8%	1	16,7%
Tráfico-Consumo Droga	2	9,5%		
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos	1	4,8%	1	16,7%
Falsificação Cheques/Equiparados	4	19,0%		
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	21	100,0%	6	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES

RECEPTAÇÃO

Quadro d.13

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes RECEPTAÇÃO				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=11)		FEMININO (n=1)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	6	50,0%		
Património C/Burla	1	8,3%		
Património C/Abuso Confiança				
Receptação	2	16,7%		
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga	1	8,3%		
Tráfico Droga	1	8,3%		
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação	1	8,3%		
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados			1	100,0%
TOTAIS	12	100,0%	1	100,0%

Quadro d.14

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes RECEPTAÇÃO				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=24)		FEMININO (n=17)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	2	2,2%	1	12,5%
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação	17	18,5%		
Património C/Recurso Cheque	3	3,3%		
Património C/Violência	2	2,2%		
Património C/Arma				
Consumo Droga	1	1,1%		
Tráfico-Consumo Droga	3	3,3%	2	25,0%
Tráfico Droga	2	2,2%	4	50,0%
Crimes Perigo Comum	1	1,1%		
Falsificação Moeda/Outros Similares	1	1,1%	1	12,5%
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem	58	63,0%		
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia	1	1,1%		
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública	1	1,1%		
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	92	100,0%	8	100,0%

Quadro d.15

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes RECEPTAÇÃO				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=43)		FEMININO (n=13)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	20	44,4%	4	23,5%
Património C/Burla	1	2,2%		
Património C/Abuso Confiança	1	2,2%		
Receptação	1	2,2%	1	5,9%
Património C/Recurso Cheque			1	5,9%
Património C/Violência	2	4,4%		
Património C/Arma				
Consumo Droga	7	15,6%		
Tráfico-Consumo Droga	3	6,7%	1	5,9%
Tráfico Droga	5	11,1%	9	52,9%
Crimes Perigo Comum	2	4,4%		
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados			1	5,9%
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal	1	2,2%		
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra	1	2,2%		
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada	1	2,2%		
Não Especificados				
TOTAIS	45	100,0%	17	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO GRUPO DE CRIMES **CONTRA O PATRIMÓNIO COM VIOLÊNCIA**

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM GERAL

Quadro d.16

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes CONTRA O PATRIMÓNIO COM VIOLÊNCIA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=33)		FEMININO (n=5)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	20	44,4%	2	33,3%
Contra Património Com Violência	16	35,6%	1	16,7%
Emissão Cheque Sem Provisão			1	16,7%
Droga	5	11,1%	1	16,7%
Vida em Sociedade	1	2,2%		
Sexuais	2	4,4%		
Vida	1	2,2%		
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado			1	16,7%
Estatisticamente Minoritários				
TOTAIS	45	100,0%	6	100,0%

Quadro d.17

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes CONTRA O PATRIMÓNIO COM VIOLÊNCIA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=49)		FEMININO (n=12)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	16	25,0%	4	26,7%
Contra Património Com Violência	24	37,5%	4	26,7%
Emissão Cheque Sem Provisão	1	1,6%		
Droga	11	17,2%	5	33,3%
Vida em Sociedade	5	7,8%		
Sexuais				
Vida	1	1,6%		
Liberdade Pessoal	3	4,7%	1	6,7%
Integridade Física	1	1,6%	1	6,7%
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado	2	3,1%		
Estatisticamente Minoritários				
TOTAIS	64	100,0%	15	100,0%

Quadro d.18

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes CONTRA O PATRIMÓNIO COM VIOLÊNCIA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=160)		FEMININO (n=18)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	106	36,1%	7	35,0%
Contra Património Com Violência	74	25,2%	4	20,0%
Emissão Cheque Sem Provisão	4	1,4%	1	5,0%
Droga	59	20,1%	3	15,0%
Vida em Sociedade	26	8,8%	3	15,0%
Sexuais	4	1,4%		
Vida	2	0,7%		
Liberdade Pessoal	8	2,7%		
Integridade Física	5	1,7%		
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado	5	1,7%	2	10,0%
Estatisticamente Minoritários	1	0,3%		
TOTAIS	294	100,0%	20	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES CONTRA O PATRIMÓNIO COM VIOLÊNCIA

Quadro d.19

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA O PATRIMÓNIO COM VIOLÊNCIA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=30)		FEMININO (n=5)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	16	44,4%	2	40,0%
Património C/Burla	1	2,8%		
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque			1	20,0%
Património C/Violência	11	30,6%		
Património C/Arma	1	2,8%		
Consumo Droga	4	11,1%	1	20,0%
Tráfico-Consumo Droga	1	2,8%		
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados	1	2,8%		
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual	1	2,8%		
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça			1	20,0%
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	36	100,0%	5	100,0%

Quadro d.20

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA O PATRIMÔNIO COM VIOLÊNCIA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=38)		FEMININO (n=12)	
	Freq.	%	Freq.	%
Patrimônio C/Subtração	7	19,4%	2	18,2%
Patrimônio C/Burla	3	8,3%		
Patrimônio C/Abuso Confiança				
Receptação				
Patrimônio C/Recurso Cheque	1	2,8%		
Patrimônio C/Violência	12	33,3%	1	9,1%
Patrimônio C/Arma			1	9,1%
Consumo Droga	5	13,9%	2	18,2%
Tráfico-Consumo Droga	2	5,6%	1	9,1%
Tráfico Droga	2	5,6%	2	18,2%
Crimes Perigo Comum	1	2,8%		
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida	1	2,8%		
Liberdade Pessoal	2	5,6%	1	9,1%
Integridade Física			1	9,1%
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	36	100,0%	11	100,0%

Quadro d.21

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-Sub-grupo de Crimes CONTRA O PATRIMÓNIO COM VIOLÊNCIA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=143)		FEMININO (n=18)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	90	38,5%	6	30,0%
Património C/Burla	6	2,6%		
Património C/Abuso Confiança				
Receptação	1	0,4%	1	5,0%
Património C/Recurso Cheque	4	1,7%	1	5,0%
Património C/Violência	45	19,2%	4	20,0%
Património C/Arma	3	1,3%		
Consumo Droga	28	12,0%		
Tráfico-Consumo Droga	11	4,7%	3	15,0%
Tráfico Droga	10	4,3%		
Crimes Perigo Comum	3	1,3%		
Falsificação Moeda/Outros Similares	3	1,3%	1	5,0%
Falsificação Documentos	3	1,3%		
Falsificação Cheques/Equiparados	3	1,3%	2	10,0%
Falsificação Documentos Identificação	1	0,4%		
Falsificação Documentos Aquisição Bem	3	1,3%		
Liberdade Sexual	3	1,3%		
Autodeterminação Sexual				
Vida	2	0,9%		
Liberdade Pessoal	6	2,6%		
Integridade Física	6	2,6%		
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça	2	0,9%		
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão			2	10,0%
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados	1	0,4%		
TOTAIS	234	100,0%	20	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES CONTRA O PATRIMÓNIO COM ARMA

Quadro d.22

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA O PATRIMÓNIO COM ARMA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=8)		FEMININO (n=1)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	2	22,2%		
Património C/Burla	1	11,1%		
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência	2	22,2%	1	100,0%
Património C/Arma	2	22,2%		
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual	1	11,1%		
Autodeterminação Sexual				
Vida	1	11,1%		
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	9	100,0%	1	100,0%

Quadro d.23

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA O PATRIMÓNIO COM ARMA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=14)		FEMININO (n=1)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	5	17,9%	2	50,0%
Património C/Burla	1	3,6%		
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência			2	50,0%
Património C/Arma	12	42,9%		
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga	2	7,1%		
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum	1	3,6%		
Falsificação Moeda/Outros Similares	2	7,1%		
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados	1	3,6%		
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal	1	3,6%		
Integridade Física	1	3,6%		
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública	2	7,1%		
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	28	100,0%	4	100,0%

Quadro d.24

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA O PATRIMÓNIO COM ARMA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=34)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	7	11,7%		
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação	2	3,3%		
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência	6	10,0%		
Património C/Arma	20	33,3%		
Consumo Droga	3	5,0%		
Tráfico-Consumo Droga	6	10,0%		
Tráfico Droga	1	1,7%		
Crimes Perigo Comum	2	3,3%		
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos	2	3,3%		
Falsificação Cheques/Equiparados	2	3,3%		
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem	3	5,0%		
Liberdade Sexual	1	1,7%		
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal	1	1,7%		
Integridade Física	1	1,7%		
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça	1	1,7%		
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública	2	3,3%		
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	60	100,0%	0	0,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO GRUPO DE CRIMES DE EMIÇÃO CHEQUE SEM PROVISÃO

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM GERAL

Quadro d.25

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes EMISSÃO DE CHEQUE SEM PROVISÃO				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=42)		FEMININO (n=37)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	15	22,1%	6	9,0%
Contra Património Com Violência				
Emissão Cheque Sem Provisão	46	67,6%	56	83,6%
Droga	5	7,4%	1	1,5%
Vida em Sociedade	1	1,5%	2	3,0%
Sexuais				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado			1	1,5%
Estatisticamente Minoritários	1	1,5%	1	1,5%
TOTAIS	68	100,0%	67	100,0%

Quadro d.26

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes EMISSÃO DE CHEQUE SEM PROVISÃO				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=63)		FEMININO (n=41)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	9	8,7%	5	8,2%
Contra Património Com Violência	2	1,9%		
Emissão Cheque Sem Provisão	81	78,6%	53	86,9%
Droga	3	2,9%	1	1,6%
Vida em Sociedade	6	5,8%	2	3,3%
Sexuais				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado	1	1,0%		
Estatisticamente Minoritários	1	1,0%		
TOTAIS	103	100,0%	61	100,0%

Quadro d.27

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA
- Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes EMISSÃO DE
CHEQUE SEM PROVISÃO

TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=82)		FEMININO (n=44)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	34	16,2%	12	12,2%
Contra Património Com Violência	3	1,4%	1	1,0%
Emissão Cheque Sem Provisão	138	65,7%	76	77,6%
Droga	21	10,0%	3	3,1%
Vida em Sociedade	10	4,8%	4	4,1%
Sexuais				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física	1	0,5%	1	1,0%
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado	1	0,5%		
Estatisticamente Minoritários	2	1,0%	1	1,0%
TOTAIS	210	100,0%	98	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES CONTRA O PATRIMÓNIO COM RECURSO A CHEQUE

Quadro d.28

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA O PATRIMÓNIO COM RECURSO A CHEQUE				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=42)		FEMININO (n=37)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	10	14,7%	4	6,0%
Património C/Burla	4	5,9%	2	3,0%
Património C/Abuso Confiança	1	1,5%		
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	46	67,6%	56	83,6%
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga	4	5,9%	1	1,5%
Tráfico-Consumo Droga	1	1,5%		
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados			1	1,5%
Falsificação Documentos Identificação	1	1,5%	1	1,5%
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça			1	1,5%
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados	1	1,5%	1	1,5%
TOTAIS	68	100,0%	67	100,0%

Quadro d.29

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA O PATRIMÓNIO COM RECURSO A CHEQUE				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=63)		FEMININO (n=41)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	2	1,9%	3	4,9%
Património C/Burla	7	6,8%	2	3,3%
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	81	78,6%	53	86,9%
Património C/Violência	2	1,9%		
Património C/Arma				
Consumo Droga	1	1,0%		
Tráfico-Consumo Droga	1	1,0%	1	1,6%
Tráfico Droga	1	1,0%		
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos	3	2,9%		
Falsificação Cheques/Equiparados	2	1,9%	2	3,3%
Falsificação Documentos Identificação	1	1,0%		
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública	1	1,0%		
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal	1	1,0%		
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	103	100,0%	61	100,0%

Quadro d.30

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-Sub-grupo de Crimes CONTRA O PATRIMÓNIO COM RECURSO A CHEQUE				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=82)		FEMININO (n=44)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	23	11,0%	7	7,1%
Património C/Burla	10	4,8%	3	3,1%
Património C/Abuso Confiança	1	0,5%	2	2,0%
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	138	65,7%	76	77,6%
Património C/Violência	3	1,4%	1	1,0%
Património C/Arma				
Consumo Droga	16	7,6%		
Tráfico-Consumo Droga	2	1,0%	2	2,0%
Tráfico Droga	3	1,4%	1	1,0%
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos	4	1,9%		
Falsificação Cheques/Equiparados	6	2,9%	4	4,1%
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física	1	0,5%	1	1,0%
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça	1	0,5%		
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados	2	1,0%	1	1,0%
TOTAIS	210	100,0%	98	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO GRUPO DE CRIMES **CONSUMO E TRÁFICO DE DROGA**

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM GERAL

Quadro d.31

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes DROGA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=63)		FEMININO (n=21)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	27	33,8%	8	29,6%
Contra Património Com Violência	10	12,5%	1	3,7%
Emissão Cheque Sem Provisão	4	5,0%		
Droga	33	41,3%	15	55,6%
Vida em Sociedade	4	5,0%	1	3,7%
Sexuais			1	3,7%
Vida	2	2,5%		
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado				
Estatisticamente Minoritários			1	3,7%
TOTAIS	80	100,0%	27	100,0%

Quadro d.32

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes DROGA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=229)		FEMININO (n= 104)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	71	14,9%	27	13,5%
Contra Património Com Violência	11	2,3%	3	1,5%
Emissão Cheque Sem Provisão	8	1,7%		
Droga	347	72,7%	162	81,0%
Vida em Sociedade	25	5,2%	3	1,5%
Sexuais	1	0,2%		
Vida	2	0,4%		
Liberdade Pessoal	1	0,2%		
Integridade Física	4	0,8%		
Contra as Pessoas Menos Graves	2	0,4%		
Estado	2	0,4%	3	1,5%
Estatisticamente Minoritários	3	0,6%	2	1,0%
TOTAIS	477	100,0%	200	100,0%

Quadro d.33

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA
- Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes DROGA

TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=385)		FEMININO (n=82)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	306	24,6%	45	22,0%
Contra Património Com Violência	68	5,5%	12	5,9%
Emissão Cheque Sem Provisão	22	1,8%	12	5,9%
Droga	730	58,8%	119	58,0%
Vida em Sociedade	54	4,3%	12	5,9%
Sexuais	5	0,4%		
Vida	6	0,5%	1	0,5%
Liberdade Pessoal	5	0,4%		
Integridade Física	13	1,0%		
Contra as Pessoas Menos Graves	2	0,2%		
Estado	16	1,3%	3	1,5%
Estatisticamente Minoritários	15	1,2%	1	0,5%
TOTAIS	1.242	100,0%	205	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES

CONSUMO DE DROGA

Quadro d.34

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONSUMO DE DROGA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=49)		FEMININO (n=12)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	18	36,7%	3	27,3%
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação	1	2,0%		
Património C/Recurso Cheque	4	8,2%		
Património C/Violência	7	14,3%	1	9,1%
Património C/Arma	2	4,1%		
Consumo Droga	13	26,5%	5	45,5%
Tráfico-Consumo Droga	1	2,0%	1	9,1%
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares	1	2,0%		
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados	1	2,0%		
Falsificação Documentos Identificação	1	2,0%		
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados			1	9,1%
TOTAIS	49	100,0%	11	100,0%

Quadro d.35

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONSUMO DE DROGA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=152)		FEMININO (n=27)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	27	12,6%	4	16,0%
Património C/Burla	3	1,4%	1	4,0%
Património C/Abuso Confiança	1	0,5%		
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	1	0,5%		
Património C/Violência	7	3,3%	1	4,0%
Património C/Arma				
Consumo Droga	119	55,3%	9	36,0%
Tráfico-Consumo Droga	39	18,1%	8	32,0%
Tráfico Droga	3	1,4%	2	8,0%
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares	8	3,7%		
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados	3	1,4%		
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual	1	0,5%		
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada	1	0,5%		
Honra	1	0,5%		
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados	1	0,5%		
TOTAIS	215	100,0%	25	100,0%

Quadro d.36

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONSUMO DE DROGA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=275)		FEMININO (n=31)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	159	29,2%	7	15,9%
Património C/Burla	5	0,9%	1	2,3%
Património C/Abuso Confiança	2	0,4%		
Receptação	5	0,9%		
Património C/Recurso Cheque	10	1,8%	1	2,3%
Património C/Violência	26	4,8%	7	15,9%
Património C/Arma	6	1,1%		
Consumo Droga	214	39,3%	14	31,8%
Tráfico-Consumo Droga	78	14,3%	11	25,0%
Tráfico Droga	5	0,9%	1	2,3%
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares	2	0,4%		
Falsificação Documentos	8	1,5%	1	2,3%
Falsificação Cheques/Equiparados	7	1,3%	1	2,3%
Falsificação Documentos Identificação	1	0,2%		
Falsificação Documentos Aquisição Bem	1	0,2%		
Liberdade Sexual	2	0,4%		
Autodeterminação Sexual	1	0,2%		
Vida	1	0,2%		
Liberdade Pessoal	1	0,2%		
Integridade Física	2	0,4%		
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia	1	0,2%		
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça	2	0,4%		
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública	1	0,2%		
Cometidos na Estrada				
Não Especificados	4	0,7%		
TOTAIS	544	100,0%	44	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES

TRÁFICO-CONSUMO DE DROGA

Quadro d.37

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes TRÁFICO-CONSUMO DE DROGA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=14)		FEMININO (n=3)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	3	16,7%	1	25,0%
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência	1	5,6%		
Património C/Arma				
Consumo Droga	6	33,3%	1	25,0%
Tráfico-Consumo Droga	5	27,8%	2	50,0%
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum	1	5,6%		
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida	2	11,1%		
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	18	100,0%	4	100,0%

Quadro d.38

GRUPO DE TRAJECTÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes TRÁFICO-CONSUMO DE DROGA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=112)		FEMININO (n=43)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	22	12,9%	4	6,7%
Património C/Burla	2	1,2%		
Património C/Abuso Confiança				
Receptação	3	1,8%	5	8,3%
Património C/Recurso Cheque	3	1,8%		
Património C/Violência	2	1,2%	1	1,7%
Património C/Arma				
Consumo Droga	42	24,7%	11	18,3%
Tráfico-Consumo Droga	73	42,9%	28	46,7%
Tráfico Droga	8	4,7%	10	16,7%
Crimes Perigo Comum	1	0,6%		
Falsificação Moeda/Outros Similares	6	3,5%		
Falsificação Documentos	1	0,6%	1	1,7%
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem	1	0,6%		
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida	2	1,2%		
Liberdade Pessoal	1	0,6%		
Integridade Física	1	0,6%		
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública	1	0,6%		
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados	1	0,6%		
TOTAIS	170	100,0%	60	100,0%

Quadro d.39

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes TRÁFICO-CONSUMO DE DROGA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=192)		FEMININO (n=43)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	75	16,0%	15	17,0%
Património C/Burla	6	1,3%	1	1,1%
Património C/Abuso Confiança	1	0,2%		
Receptação	10	2,1%	3	3,4%
Património C/Recurso Cheque	10	2,1%	5	5,7%
Património C/Violência	16	3,4%		
Património C/Arma	6	1,3%		
Consumo Droga	107	22,9%	15	17,0%
Tráfico-Consumo Droga	189	40,4%	42	47,7%
Tráfico Droga	15	3,2%	3	3,4%
Crimes Perigo Comum	3	0,6%		
Falsificação Moeda/Outros Similares	3	0,6%	1	1,1%
Falsificação Documentos	2	0,4%	1	1,1%
Falsificação Cheques/Equiparados	4	0,9%	1	1,1%
Falsificação Documentos Identificação	2	0,4%	1	1,1%
Falsificação Documentos Aquisição Bem	3	0,6%		
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida	1	0,2%		
Liberdade Pessoal	3	0,6%		
Integridade Física	4	0,9%		
Reserva Vida Privada				
Honra	1	0,2%		
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça	1	0,2%		
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública	1	0,2%		
Cometidos na Estrada	2	0,4%		
Não Especificados	3	0,6%		
TOTAIS	468	100,0%	88	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO GRUPO DE CRIMES **TRÁFICO DE DROGA**

Quadro d.40

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes TRÁFICO DE DROGA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=9)		FEMININO (n=10)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	2	15,4%	3	25,0%
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação	3	23,1%	1	8,3%
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga	1	7,7%	2	16,7%
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga	7	53,8%	4	33,3%
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos		0,0%	1	8,3%
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual			1	8,3%
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	13	100,0%	12	100,0%

Quadro d.41

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes TRÁFICO DE DROGA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=50)		FEMININO (n=65)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	2	2,2%	3	2,6%
Património C/Burla	1	1,1%	2	1,7%
Património C/Abuso Confiança	2	2,2%	1	0,9%
Receptação	8	8,7%	7	6,1%
Património C/Recurso Cheque	4	4,3%		
Património C/Violência	1	1,1%	1	0,9%
Património C/Arma	1	1,1%		
Consumo Droga	5	5,4%	2	1,7%
Tráfico-Consumo Droga	9	9,8%	11	9,6%
Tráfico Droga	49	53,3%	81	70,4%
Crimes Perigo Comum	1	1,1%		
Falsificação Moeda/Outros Similares	2	2,2%		
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados			2	1,7%
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem	2	2,2%		
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física	3	3,3%		
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais			1	0,9%
Corrupção				
Peculato			1	0,9%
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública	1	1,1%	1	0,9%
Cometidos na Estrada	1	1,1%		
Não Especificados			2	1,7%
TOTAIS	92	100,0%	115	100,0%

Quadro d.42

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes TRÁFICO DE DROGA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=97)		FEMININO (n=40)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	36	15,7%	9	12,3%
Património C/Burla	2	0,9%		
Património C/Abuso Confiança				
Receptação	5	2,2%	9	12,3%
Património C/Recurso Cheque	2	0,9%	6	8,2%
Património C/Violência	11	4,8%	5	6,8%
Património C/Arma	3	1,3%		
Consumo Droga	11	4,8%	3	4,1%
Tráfico-Consumo Droga	18	7,8%	2	2,7%
Tráfico Droga	93	40,4%	28	38,4%
Crimes Perigo Comum	5	2,2%		
Falsificação Moeda/Outros Similares	4	1,7%	2	2,7%
Falsificação Documentos	1	0,4%	1	1,4%
Falsificação Cheques/Equiparados	5	2,2%	3	4,1%
Falsificação Documentos Identificação	1	0,4%		
Falsificação Documentos Aquisição Bem	2	0,9%		
Liberdade Sexual	2	0,9%		
Autodeterminação Sexual				
Vida	4	1,7%	1	1,4%
Liberdade Pessoal	1	0,4%		
Integridade Física	7	3,0%		
Reserva Vida Privada				
Honra	1	0,4%		
Economia	3	1,3%		
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça	2	0,9%	1	1,4%
Resistência/Desobediência Autoridade Pública	1	0,4%		
Cometidos na Prisão	1	0,4%		
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública	3	1,3%	2	2,7%
Cometidos na Estrada	2	0,9%		
Não Especificados	4	1,7%	1	1,4%
TOTAIS	230	100,0%	73	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO GRUPO DE CRIMES CONTRA A VIDA EM SOCIEDADE

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM GERAL

Quadro d.43

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes VIDA EM SOCIEDADE				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=30)		FEMININO (n=15)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	18	51,4%	11	68,8%
Contra Património Com Violência			1	6,3%
Emissão Cheque Sem Provisão	7	20,0%	2	12,5%
Droga	1	2,9%	1	6,3%
Vida em Sociedade	8	22,9%	1	6,3%
Sexuais				
Vida				
Liberdade Pessoal	1	2,9%		
Integridade Física				
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado				
Estatisticamente Minoritários				
TOTAIS	35	100,0%	16	100,0%

Quadro d.44

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes VIDA EM SOCIEDADE				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=110)		FEMININO (n=38)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	140	47,9%	16	31,4%
Contra Património Com Violência	3	1,0%	4	7,8%
Emissão Cheque Sem Provisão	11	3,8%	6	11,8%
Droga	22	7,5%	14	27,5%
Vida em Sociedade	104	35,6%	8	15,7%
Sexuais				
Vida	3	1,0%		
Liberdade Pessoal	3	1,0%		
Integridade Física	2	0,7%	1	2,0%
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado	2	0,7%	1	2,0%
Estatisticamente Minoritários	2	0,7%	1	2,0%
TOTAIS	292	100,0%	51	100,0%

Quadro d.45

GRUPO DE TRAJECTÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA
- Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes VIDA EM
SOCIEDADE

TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=149)		FEMININO (n=40)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	151	54,5%	29	45,3%
Contra Património Com Violência	15	5,4%	1	1,6%
Emissão Cheque Sem Provisão	14	5,1%	8	12,5%
Droga	35	12,6%	9	14,1%
Vida em Sociedade	45	16,2%	13	20,3%
Sexuais	2	0,7%		
Vida	2	0,7%	1	1,6%
Liberdade Pessoal	2	0,7%		
Integridade Física	1	0,4%		
Contra as Pessoas Menos Graves	1	0,4%	2	3,1%
Estado	3	1,1%	1	1,6%
Estatisticamente Minoritários	6	2,2%		
TOTAIS	277	100,0%	64	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES DE PERIGO COMUM

Quadro d.46

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes PERIGO COMUM				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=4)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	2	50,0%		
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga	1	25,0%		
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal	1	25,0%		
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	4	100,0%	0	0,0%

Quadro d.47

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes PERIGO COMUM				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=17)		FEMININO (n=8)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	3	16,7%	1	7,1%
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança			1	7,1%
Receptação			1	7,1%
Património C/Recurso Cheque			1	7,1%
Património C/Violência			2	14,3%
Património C/Arma	1	5,6%		
Consumo Droga	1	5,6%		
Tráfico-Consumo Droga	1	5,6%	2	14,3%
Tráfico Droga	3	16,7%	6	42,9%
Crimes Perigo Comum	4	22,2%		
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados	1	5,6%		
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida	1	5,6%		
Liberdade Pessoal	2	11,1%		
Integridade Física	1	5,6%		
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	18	100,0%	14	100,0%

Quadro d.48

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes PERIGO COMUM				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=30)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	12	27,3%		
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação	1	2,3%		
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência	1	2,3%		
Património C/Arma	2	4,5%		
Consumo Droga	2	4,5%		
Tráfico-Consumo Droga	3	6,8%		
Tráfico Droga	5	11,4%		
Crimes Perigo Comum	13	29,5%		
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos	1	2,3%		
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual	1	2,3%		
Vida	1	2,3%		
Liberdade Pessoal	1	2,3%		
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada	1	2,3%		
Não Especificados				
TOTAIS	44	100,0%	0	0,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES

FALSIFICAÇÃO MOEDA/OUTROS SIMILARES

Quadro d.49

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes FALSIFICAÇÃO DE MOEDA/OUTROS SIMILARES				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=2)		FEMININO (n=1)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	1	100,0%		
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares			1	100,0%
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	1	100,0%	1	100,0%

Quadro d.50

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes FALSIFICAÇÃO DE MOEDA/OUTROS SIMILARES				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=31)		FEMININO (n=8)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	5	16,7%	1	12,5%
Património C/Burla	2	6,7%	1	12,5%
Património C/Abuso Confiança				
Receptação	3	10,0%		
Património C/Recurso Cheque	2	6,7%	1	12,5%
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga	7	23,3%		
Tráfico-Consumo Droga	1	3,3%	2	25,0%
Tráfico Droga	1	3,3%	2	25,0%
Crimes Perigo Comum	1	3,3%		
Falsificação Moeda/Outros Similares	3	10,0%	1	12,5%
Falsificação Documentos	1	3,3%		
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação	1	3,3%		
Falsificação Documentos Aquisição Bem	1	3,3%		
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida	1	3,3%		
Liberdade Pessoal				
Integridade Física	1	3,3%		
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	30	100,0%	8	100,0%

Quadro d.51

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes FALSIFICAÇÃO DE MOEDA/OUTROS SIMILARES				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=23)		FEMININO (n=10)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	5	20,0%	1	10,0%
Património C/Burla			2	20,0%
Património C/Abuso Confiança				
Receptação	1	4,0%		
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência	1	4,0%		
Património C/Arma	1	4,0%		
Consumo Droga	5	20,0%	2	20,0%
Tráfico-Consumo Droga	5	20,0%		
Tráfico Droga			2	20,0%
Crimes Perigo Comum	1	4,0%		
Falsificação Moeda/Outros Similares	2	8,0%	1	10,0%
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados	2	8,0%		
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra			2	20,0%
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada	2	8,0%		
Não Especificados				
TOTAIS	25	100,0%	10	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES

FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Quadro d.52

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=1)		FEMININO (n=4)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção			2	100,0%
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	1	100,0%		
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	1	100,0%	2	100,0%

Quadro d.53

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=18)		FEMININO (n=3)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	5	20,0%		
Património C/Burla	5	20,0%		
Património C/Abuso Confiança	1	4,0%		
Receptação			1	50,0%
Património C/Recurso Cheque	4	16,0%		
Património C/Violência	2	8,0%		
Património C/Arma				
Consumo Droga	1	4,0%		
Tráfico-Consumo Droga			1	50,0%
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos	3	12,0%		
Falsificação Cheques/Equiparados	1	4,0%		
Falsificação Documentos Identificação	1	4,0%		
Falsificação Documentos Aquisição Bem	1	4,0%		
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública	1	4,0%		
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	25	100,0%	2	100,0%

Quadro d.54

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=37)		FEMININO (n=12)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	13	31,7%	1	7,7%
Património C/Burla	1	2,4%	1	7,7%
Património C/Abuso Confiança	3	7,3%		
Receptação	1	2,4%		
Património C/Recurso Cheque	3	7,3%	3	23,1%
Património C/Violência	3	7,3%		
Património C/Arma	2	4,9%		
Consumo Droga	4	9,8%	1	7,7%
Tráfico-Consumo Droga	1	2,4%		
Tráfico Droga	1	2,4%		
Crimes Perigo Comum	2	4,9%		
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos	2	4,9%	3	23,1%
Falsificação Cheques/Equiparados	1	2,4%	3	23,1%
Falsificação Documentos Identificação	1	2,4%		
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida	1	2,4%	1	7,7%
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra	1	2,4%		
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça	1	2,4%		
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	41	100,0%	13	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES

FALSIFICAÇÃO DE CHEQUES/EQUIPARADOS

Quadro d.55

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes FALSIFICAÇÃO DE CHEQUES/EQUIPARADOS				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=15)		FEMININO (n=10)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	9	42,9%	9	81,8%
Património C/Burla	1	4,8%		
Património C/Abuso Confiança				
Receptação	1	4,8%		
Património C/Recurso Cheque	4	19,0%	1	9,1%
Património C/Violência			1	9,1%
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados	6	28,6%		
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	21	100,0%	11	100,0%

Quadro d.56

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes FALSIFICAÇÃO DE CHEQUES/EQUIPARADOS				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=24)		FEMININO (n=14)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	13	39,4%	5	29,4%
Património C/Burla	4	12,1%	2	11,8%
Património C/Abuso Confiança	1	3,0%		
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	1	3,0%	2	11,8%
Património C/Violência			2	11,8%
Património C/Arma				
Consumo Droga	2	6,1%	1	5,9%
Tráfico-Consumo Droga	1	3,0%		
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum	1	3,0%		
Falsificação Moeda/Outros Similares			3	17,6%
Falsificação Documentos	1	3,0%		
Falsificação Cheques/Equiparados	9	27,3%	2	11,8%
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	33	100,0%	17	100,0%

Quadro d.57

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes FALSIFICAÇÃO DE CHEQUES/EQUIPARADOS				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=47)		FEMININO (n=22)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	43	50,6%	16	48,5%
Património C/Burla	10	11,8%	3	9,1%
Património C/Abuso Confiança	3	3,5%		
Receptação	1	1,2%		
Património C/Recurso Cheque	7	8,2%	5	15,2%
Património C/Violência			1	3,0%
Património C/Arma	1	1,2%		
Consumo Droga	3	3,5%		
Tráfico-Consumo Droga	2	2,4%		
Tráfico Droga			2	6,1%
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos	1	1,2%	1	3,0%
Falsificação Cheques/Equiparados	9	10,6%	4	12,1%
Falsificação Documentos Identificação	2	2,4%		
Falsificação Documentos Aquisição Bem	1	1,2%		
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual	1	1,2%		
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física	1	1,2%		
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública			1	3,0%
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	85	100,0%	33	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES

FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

Quadro d.58

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS IDENTIFICAÇÃO				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=4)		FEMININO (=2)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla	1	25,0%		
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	1	25,0%	1	50,0%
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga			1	50,0%
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação	1	25,0%		
Falsificação Documentos Aquisição Bem	1	25,0%		
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	4	100,0%	2	100,0%

Quadro d.59

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS IDENTIFICAÇÃO				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=19)		FEMININO (n=6)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	1	5,3%	1	14,3%
Património C/Burla	1	5,3%		
Património C/Abuso Confiança	1	5,3%		
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	3	15,8%	2	28,6%
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga	1	5,3%		
Tráfico-Consumo Droga	2	10,5%		
Tráfico Droga	1	5,3%		
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares	1	5,3%		
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados			1	14,3%
Falsificação Documentos Identificação	3	15,8%	1	14,3%
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida	1	5,3%		
Liberdade Pessoal	1	5,3%		
Integridade Física			1	14,3%
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal	2	10,5%	1	14,3%
Informáticos				
Paz Pública	1	5,3%		
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	19	100,0%	7	100,0%

Quadro d.60

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS IDENTIFICAÇÃO				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=23)		FEMININO (n=3)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	5	19,2%	1	33,3%
Património C/Burla	2	7,7%	1	33,3%
Património C/Abuso Confiança	1	3,8%		
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	3	11,5%		
Património C/Violência	4	15,4%		
Património C/Arma				
Consumo Droga	1	3,8%		
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga	2	7,7%	1	33,3%
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados	3	11,5%		
Falsificação Documentos Identificação	1	3,8%		
Falsificação Documentos Aquisição Bem	1	3,8%		
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal	1	3,8%		
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça	1	3,8%		
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados	1	3,8%		
TOTAIS	26	100,0%	3	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES

FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS AQUISIÇÃO BENS

Quadro d.61

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS AQUISIÇÃO BENS				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=5)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	3	75,0%		
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	1	25,0%		
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	4	100,0%	0	0,0%

Quadro d.62

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS AQUISIÇÃO BENS				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=21)		FEMININO (n=3)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	17	10,2%		
Património C/Burla	15	9,0%	2	66,7%
Património C/Abuso Confiança				
Receptação	63	37,7%		
Património C/Recurso Cheque	1	0,6%		
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação	1	0,6%		
Falsificação Documentos Aquisição Bem	70	41,9%		
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção			1	33,3%
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	167	100,0%	3	100,0%

Quadro d.63

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS AQUISIÇÃO BENS				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=35)		FEMININO (n=5)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	47	83,9%	1	20,0%
Património C/Burla	3	5,4%	1	20,0%
Património C/Abuso Confiança			1	20,0%
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	1	1,8%		
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga			1	20,0%
Tráfico-Consumo Droga	1	1,8%		
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados	1	1,8%		
Falsificação Documentos Identificação			1	20,0%
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça	1	1,8%		
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada	1	1,8%		
Não Especificados	1	1,8%		
TOTAIS	56	100,0%	5	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO GRUPO DE CRIMES DE NATUREZA SEXUAL

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM GERAL

Quadro d.64

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes SEXUAIS				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=5)		FEMININO (n=1)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	2	28,6%		
Contra Património Com Violência	4	57,1%		
Emissão Cheque Sem Provisão				
Droga			1	100,0%
Vida em Sociedade				
Sexuais	1	14,3%		
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado				
Estatisticamente Minoritários				
TOTAIS	7	100,0%	1	100,0%

Quadro d.65

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes SEXUAIS				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=15)		FEMININO (n=1)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência				
Contra Património Com Violência	1	5,6%		
Emissão Cheque Sem Provisão	1	5,6%		
Droga	1	5,6%		
Vida em Sociedade				
Sexuais	7	38,9%		
Vida	1	5,6%		
Liberdade Pessoal	2	11,1%	1	100,0%
Integridade Física	2	11,1%		
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado	1	5,6%		
Estatisticamente Minoritários	2	11,1%		
TOTAIS	18	100,0%	1	100,0%

Quadro d.66

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA
- Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes SEXUAIS

TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=16)		FEMININO (n=1)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	3	17,6%		
Contra Património Com Violência	1	5,9%		
Emissão Cheque Sem Provisão				
Droga	5	29,4%		
Vida em Sociedade				
Sexuais	2	11,8%	1	33,3%
Vida				
Liberdade Pessoal	1	5,9%	1	33,3%
Integridade Física	2	11,8%		
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado	1	5,9%	1	33,3%
Estatisticamente Minoritários	2	11,8%		
TOTAIS	17	100,0%	3	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

Quadro d.67

GRUPO DE TRAJECTÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A LIBERDADE SEXUAL				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=5)		FEMININO (n=1)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	2	28,6%		
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência	4	57,1%		
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga			1	100,0%
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual	1	14,3%		
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	7	100,0%	1	100,0%

Quadro d.68

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A LIBERDADE SEXUAL				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=10)		FEMININO (n=1)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência	1	8,3%		
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga	1	8,3%		
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual	3	25,0%		
Autodeterminação Sexual				
Vida	1	8,3%		
Liberdade Pessoal	2	16,7%	1	100,0%
Integridade Física	2	16,7%		
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública	1	8,3%		
Cometidos na Estrada	1	8,3%		
Não Especificados				
TOTAIS	12	100,0%	1	100,0%

Quadro d.69

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A LIBERDADE SEXUAL				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=12)		FEMININO (n=1)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	2	15,4%		
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência	1	7,7%		
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga	1	7,7%		
Tráfico Droga	3	23,1%		
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual	2	15,4%	1	33,3%
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal	1	7,7%	1	33,3%
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública	1	7,7%	1	33,3%
Cometidos na Estrada	1	7,7%		
Não Especificados	1	7,7%		
TOTAIS	13	100,0%	3	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES CONTRA A AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL

Quadro d.70

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=1)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	0	0,0%	0	0,0%

Quadro d.71

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=5)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	1	16,7%		
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual	4	66,7%		
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada	1	16,7%		
Não Especificados				
TOTAIS	6	100,0%	0	0,0%

Quadro d.72

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=5)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	1	25,0%		
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga	1	25,0%		
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física	2	50,0%		
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	4	100,0%	0	0,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO GRUPO DE CRIMES CONTRA A VIDA

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM GERAL

Quadro d.73

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes CONTRA A VIDA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=7)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	4	50,0%		
Contra Património Com Violência	3	37,5%		
Emissão Cheque Sem Provisão				
Droga	1	12,5%		
Vida em Sociedade				
Sexuais				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado				
Estatisticamente Minoritários				
TOTAIS	8	100,0%	0	0,0%

Quadro d.74

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes CONTRA A VIDA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=14)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	1	8,3%		
Contra Património Com Violência	3	25,0%		
Emissão Cheque Sem Provisão				
Droga	2	16,7%		
Vida em Sociedade	1	8,3%		
Sexuais	2	16,7%		
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física	2	16,7%		
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado	1	8,3%		
Estatisticamente Minoritários				
TOTAIS	12	100,0%	0	0,0%

Quadro d.75

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA
- Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes CONTRA A VIDA

TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=28)		FEMININO (n=2)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	7	25,0%		
Contra Património Com Violência	4	14,3%		
Emissão Cheque Sem Provisão				
Droga	6	21,4%	1	100,0%
Vida em Sociedade	4	14,3%		
Sexuais				
Vida	1	3,6%		
Liberdade Pessoal				
Integridade Física	1	3,6%		
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado	1	3,6%		
Estatisticamente Minoritários	4	14,3%		
TOTAIS	28	100,0%	1	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES CONTRA A VIDA

Quadro d.76

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A VIDA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=7)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	3	37,5%		
Património C/Burla	1	12,5%		
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência	1	12,5%		
Património C/Arma	2	25,0%		
Consumo Droga	1	12,5%		
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	8	100,0%	0	0,0%

Quadro d.77

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A VIDA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=14)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	1	8,3%		
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência	1	8,3%		
Património C/Arma	2	16,7%		
Consumo Droga	1	8,3%		
Tráfico-Consumo Droga	1	8,3%		
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum	1	8,3%		
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual	2	16,7%		
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física	2	16,7%		
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça	1	8,3%		
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	12	100,0%	0	0,0%

Quadro d.78

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A VIDA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=28)		FEMININO (n=2)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	7	25,0%		
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência	3	10,7%		
Património C/Arma	1	3,6%		
Consumo Droga	2	7,1%		
Tráfico-Consumo Droga	2	7,1%	1	100,0%
Tráfico Droga	2	7,1%		
Crimes Perigo Comum	2	7,1%		
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos	1	3,6%		
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação	1	3,6%		
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida	1	3,6%		
Liberdade Pessoal				
Integridade Física	1	3,6%		
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia	1	3,6%		
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada	2	7,1%		
Não Especificados	2	7,1%		
TOTAIS	28	100,0%	1	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO GRUPO DE CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM GERAL

Quadro d.79

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes CONTRA A LIBERDADE PESSOAL				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=2)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência				
Contra Património Com Violência				
Emissão Cheque Sem Provisão				
Droga	1	50,0%		
Vida em Sociedade				
Sexuais				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Contra as Pessoas Menos Graves	1	50,0%		
Estado				
Estatisticamente Minoritários				
TOTAIS	2	100,0%	0	0,0%

Quadro d.80

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes CONTRA A LIBERDADE PESSOAL				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=19)		FEMININO (n=3)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	5	25,0%	1	50,0%
Contra Património Com Violência	3	15,0%		
Emissão Cheque Sem Provisão				
Droga	3	15,0%		
Vida em Sociedade	2	10,0%	1	50,0%
Sexuais	2	10,0%		
Vida				
Liberdade Pessoal	3	15,0%		
Integridade Física	1	5,0%		
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado	1	5,0%		
Estatisticamente Minoritários				
TOTAIS	20	100,0%	2	100,0%

Quadro d.81

GRUPO DE TRAJECTÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA
- Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes CONTRA A
LIBERDADE PESSOAL

TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=21)		FEMININO (n=1)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	5	16,7%		
Contra Património Com Violência	3	10,0%		
Emissão Cheque Sem Provisão				
Droga	6	20,0%		
Vida em Sociedade	1	3,3%		
Sexuais	1	3,3%	1	50,0%
Vida				
Liberdade Pessoal	2	6,7%		
Integridade Física	4	13,3%	1	50,0%
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado	4	13,3%		
Estatisticamente Minoritários	4	13,3%		
TOTAIS	30	100,0%	2	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES
CONTRA A LIBERDADE PESSOAL

Quadro d.82

GRUPO DE TRAJECTÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A LIBERDADE PESSOAL				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=2)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga	1	50,0%		
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada	1	50,0%		
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	2	100,0%	0	0,0%

Quadro d.83

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A LIBERDADE PESSOAL				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=19)		FEMININO (n=3)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	5	25,0%	1	50,0%
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência	1	5,0%		
Património C/Arma	2	10,0%		
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga	1	5,0%		
Tráfico Droga	2	10,0%		
Crimes Perigo Comum	1	5,0%		
Falsificação Moeda/Outros Similares	1	5,0%		
Falsificação Documentos			1	50,0%
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual	2	10,0%		
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal	3	15,0%		
Integridade Física	1	5,0%		
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais	1	5,0%		
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	20	100,0%	2	100,0%

Quadro d.84

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A LIBERDADE PESSOAL				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=21)		FEMININO (n=1)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	4	13,3%		
Património C/Burla	1	3,3%		
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência	3	10,0%		
Património C/Arma				
Consumo Droga	1	3,3%		
Tráfico-Consumo Droga	2	6,7%		
Tráfico Droga	3	10,0%		
Crimes Perigo Comum	1	3,3%		
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual	1	3,3%	1	50,0%
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal	2	6,7%		
Integridade Física	4	13,3%	1	50,0%
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça	2	6,7%		
Resistência/Desobediência Autoridade Pública	1	3,3%		
Cometidos na Prisão	1	3,3%		
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada	2	6,7%		
Não Especificados	2	6,7%		
TOTAIS	30	100,0%	2	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO GRUPO DE CRIMES CONTRA A INTEGRIDADE FÍSICA

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM GERAL

Quadro d.85

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes CONTRA A INTEGRIDADE FÍSICA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=5)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	3	60,0%		
Contra Património Com Violência				
Emissão Cheque Sem Provisão				
Droga				
Vida em Sociedade				
Sexuais				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado	1	20,0%		
Estatisticamente Minoritários	1	20,0%		
TOTAIS	5	100,0%	0	0,0%

Quadro d.86

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes CONTRA A INTEGRIDADE FÍSICA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=20)		FEMININO (n=4)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	5	29,4%	1	33,3%
Contra Património Com Violência	3	17,6%	1	33,3%
Emissão Cheque Sem Provisão				
Droga	4	23,5%	1	33,3%
Vida em Sociedade				
Sexuais	1	5,9%		
Vida				
Liberdade Pessoal	2	11,8%		
Integridade Física				
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado				
Estatisticamente Minoritários	2	11,8%		
TOTAIS	17	100,0%	3	100,0%

Quadro d.87

GRUPO DE TRAJECTÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA
- Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes CONTRA A
INTEGRIDADE FÍSICA

TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=49)		FEMININO (n=4)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	13	27,1%	1	25,0%
Contra Património Com Violência	5	10,4%	1	25,0%
Emissão Cheque Sem Provisão	2	4,2%		
Droga	17	35,4%		
Vida em Sociedade	2	4,2%		
Sexuais			1	25,0%
Vida	1	2,1%		
Liberdade Pessoal	1	2,1%		
Integridade Física	2	4,2%	1	25,0%
Contra as Pessoas Menos Graves	2	4,2%		
Estado	2	4,2%		
Estatisticamente Minoritários	1	2,1%		
TOTAIS	48	100,0%	4	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES CONTRA A INTEGRIDADE FÍSICA

Quadro d.88

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A INTEGRIDADE FÍSICA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=5)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	3	60,0%		
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública	1	20,0%		
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada	1	20,0%		
Não Especificados				
TOTAIS	5	100,0%	0	0,0%

Quadro d.89

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A INTEGRIDADE FÍSICA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=20)		FEMININO (n=4)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	4	23,5%	1	33,3%
Património C/Burla	1	5,9%		
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência	2	11,8%		
Património C/Arma	1	5,9%	1	33,3%
Consumo Droga	1	5,9%	1	33,3%
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga	3	17,6%		
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual	1	5,9%		
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal	2	11,8%		
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada	2	11,8%		
Não Especificados				
TOTAIS	17	100,0%	3	100,0%

Quadro d.90

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A INTEGRIDADE FÍSICA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=49)		FEMININO (n=4)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	12	25,0%		
Património C/Burla	1	2,1%		
Património C/Abuso Confiança				
Receptação			1	25,0%
Património C/Recurso Cheque	2	4,2%		
Património C/Violência	4	8,3%	1	25,0%
Património C/Arma	1	2,1%		
Consumo Droga	5	10,4%		
Tráfico-Consumo Droga	7	14,6%		
Tráfico Droga	5	10,4%		
Crimes Perigo Comum	1	2,1%		
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem	1	2,1%		
Liberdade Sexual			1	25,0%
Autodeterminação Sexual				
Vida	1	2,1%		
Liberdade Pessoal	1	2,1%		
Integridade Física	2	4,2%	1	25,0%
Reserva Vida Privada				
Honra	2	4,2%		
Economia	2	4,2%		
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados	1	2,1%		
TOTAIS	48	100,0%	4	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO GRUPO DE CRIMES CONTRA AS PESSOAS MENOS GRAVES

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM GERAL

Quadro d.91

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes CONTRA AS PESSOAS MENOS GRAVES				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=1)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	1	100,0%		
Contra Património Com Violência				
Emissão Cheque Sem Provisão				
Droga				
Vida em Sociedade				
Sexuais				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado				
Estatisticamente Minoritários				
TOTAIS	1	100,0%	0	0,0%

Quadro d.92

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes CONTRA AS PESSOAS MENOS GRAVES				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=9)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	1	10,0%		
Contra Património Com Violência				
Emissão Cheque Sem Provisão				
Droga	4	40,0%		
Vida em Sociedade				
Sexuais				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Contra as Pessoas Menos Graves	5	50,0%		
Estado				
Estatisticamente Minoritários				
TOTAIS	10	100,0%	0	0,0%

Quadro d.93

GRUPO DE TRAJECTÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA
- Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes CONTRA AS
PESSOAS MENOS GRAVES

TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=13)		FEMININO (n=3)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	4	30,8%		
Contra Património Com Violência	1	7,7%		
Emissão Cheque Sem Provisão				
Droga	4	30,8%	2	100,0%
Vida em Sociedade	1	7,7%		
Sexuais				
Vida				
Liberdade Pessoal	1	7,7%		
Integridade Física				
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado				
Estatisticamente Minoritários	2	15,4%		
TOTAIS	13	100,0%	2	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES

RESERVA DA VIDA PRIVADA

Quadro d.94

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A RESERVA DA VIDA PRIVADA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=1)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	1	100,0%		
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	1	100,0%	0	0,0%

Quadro d.95

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A RESERVA DA VIDA PRIVADA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=3)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	1	50,0%		
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga	1	50,0%		
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	2	100,0%	0	0,0%

Quadro d.96

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A RESERVA DA VIDA PRIVADA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=5)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	1	20,0%		
Património C/Burla	1	20,0%		
Património C/Abuso Confiança				
Receptação	1	20,0%		
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga	1	20,0%		
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada	1	20,0%		
Não Especificados				
TOTAIS	5	100,0%	0	0,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES CONTRA A HONRA

Quadro d.97

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A HONRA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=0)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	0	0,0%	0	0,0%

Quadro d.98

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A HONRA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=6)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga	3	37,5%		
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra	5	62,5%		
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	8	100,0%	0	0,0%

Quadro d.99

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A HONRA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=9)		FEMININO (n=3)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	1	12,5%		
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência	1	12,5%		
Património C/Arma				
Consumo Droga	2	25,0%		
Tráfico-Consumo Droga	1	12,5%		
Tráfico Droga			2	100,0%
Crimes Perigo Comum	1	12,5%		
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal	1	12,5%		
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada	1	12,5%		
Não Especificados				
TOTAIS	8	100,0%	2	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO GRUPO DE CRIMES CONTRA O ESTADO

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM GERAL

Quadro d.100

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes CONTRA O ESTADO				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=2)		FEMININO (n=5)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	1	100,0%	2	50,0%
Contra Património Com Violência			1	25,0%
Emissão Cheque Sem Provisão				
Droga			1	25,0%
Vida em Sociedade				
Sexuais				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado				
Estatisticamente Minoritários				
TOTAIS	1	100,0%	4	100,0%

Quadro d.101

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes CONTRA O ESTADO				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=26)		FEMININO (n=11)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	3	4,3%	1	7,1%
Contra Património Com Violência	2	2,9%		
Emissão Cheque Sem Provisão	4	5,8%	2	14,3%
Droga	8	11,6%	2	14,3%
Vida em Sociedade	2	2,9%	1	7,1%
Sexuais				
Vida	1	1,4%		
Liberdade Pessoal	1	1,4%		
Integridade Física	1	1,4%		
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado	45	65,2%	8	57,1%
Estatisticamente Minoritários	2	2,9%		
TOTAIS	69	100,0%	14	100,0%

Quadro d.102

**GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA -
Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes CONTRA O ESTADO**

TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=43)		FEMININO (n=10)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	14	23,3%	5	38,5%
Contra Património Com Violência	7	11,7%		
Emissão Cheque Sem Provisão	3	5,0%	1	7,7%
Droga	13	21,7%	3	23,1%
Vida em Sociedade	9	15,0%	1	7,7%
Sexuais	1	1,7%		
Vida	2	3,3%		
Liberdade Pessoal	3	5,0%	1	7,7%
Integridade Física	2	3,3%		
Contra as Pessoas Menos Graves	1	1,7%		
Estado	4	6,7%	2	15,4%
Estatisticamente Minoritários	1	1,7%		
TOTAIS	60	100,0%	13	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES CONTRA A ECONOMIA

Quadro d.103

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A ECONOMIA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=0)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	0	0,0%	0	0,0%

Quadro d.104

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A ECONOMIA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=5)		FEMININO (n=2)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	2	25,0%	2	100,0%
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga	1	12,5%		
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos	2	25,0%		
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia	2	25,0%		
Fiscais				
Corrupção	1	12,5%		
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	8	100,0%	2	100,0%

Quadro d.105

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A ECONOMIA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=9)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla	1	9,1%		
Património C/Abuso Confiança	1	9,1%		
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência	1	9,1%		
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga	2	18,2%		
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos	1	9,1%		
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem	2	18,2%		
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal	1	9,1%		
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia	1	9,1%		
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados	1	9,1%		
TOTAIS	11	100,0%	0	0,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES FISCAIS

Quadro d.106

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes FISCAIS				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=0)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	0	0,0%	0	0,0%

Quadro d.107

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes FISCAIS				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=3)		FEMININO (n=1)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	1	14,3%		
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação			1	100,0%
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais	4	57,1%		
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública	2	28,6%		
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	7	100,0%	1	100,0%

Quadro d.108

GRUPO DE TRAJECTÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes FISCAIS				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=0)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	0	0,0%	0	0,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES

CORRUPÇÃO

Quadro d.109

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CORRUPÇÃO				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=0)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	0	0,0%	0	0,0%

Quadro d.110

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CORRUPÇÃO				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=2)		FEMININO (n=4)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga			2	20,0%
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção	37	100,0%	8	80,0%
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	37	100,0%	10	100,0%

Quadro d.111

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CORRUPÇÃO				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=0)		FEMININO (n=1)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla			1	100,0%
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	0	0,0%	1	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES

PECULATO

Quadro d.112

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes PECULATO				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=0)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	0	0,0%	0	0,0%

Quadro d.113

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes PECULATO				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=0)		FEMININO (n=1)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	0	0,0%	0	0,0%

Quadro d.114

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes PECULATO				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=1)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga	1	100,0%		
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	1	100,0%	0	0,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES

VIOLAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PÚBLICAS

Quadro d.115

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes VIOLAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PÚBLICAS				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=0)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	0	0,0%	0	0,0%

Quadro d.116

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes VIOLAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PÚBLICAS				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=0)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	0	0,0%	0	0,0%

Quadro d.117

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes VIOLAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PÚBLICAS				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=0)		FEMININO (n=1)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque			1	100,0%
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	0	0,0%	1	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES CONTRA A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA

Quadro d.118

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=1)		FEMININO (n=5)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	1	100,0%	2	50,0%
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência			1	25,0%
Património C/Arma				
Consumo Droga			1	25,0%
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	1	100,0%	4	100,0%

Quadro d.119

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=2)		FEMININO (n=1)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	2	66,7%	1	100,0%
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga	1	33,3%		
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	3	100,0%	1	100,0%

Quadro d.120

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=16)		FEMININO (n=3)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	8	26,7%	1	33,3%
Património C/Burla	1	3,3%		
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	2	6,7%		
Património C/Violência	3	10,0%		
Património C/Arma	1	3,3%		
Consumo Droga	1	3,3%		
Tráfico-Consumo Droga	4	13,3%		
Tráfico Droga	1	3,3%	1	33,3%
Crimes Perigo Comum	1	3,3%		
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos	1	3,3%		
Falsificação Cheques/Equiparados	1	3,3%		
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem	1	3,3%		
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal	2	6,7%		
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça	3	10,0%	1	33,3%
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	30	100,0%	3	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES

RESISTÊNCIA/DESOBEDIÊNCIA AUTORIDADE PÚBLICA

Quadro d.121

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes RESISTÊNCIA/DESOBEDIÊNCIA AUTORIDADE PÚBLICA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=1)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	0	0,0%	0	0,0%

Quadro d.122

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes RESISTÊNCIA/DESOBEDIÊNCIA AUTORIDADE PÚBLICA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=5)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	1	12,5%		
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga	1	12,5%		
Tráfico-Consumo Droga	2	25,0%		
Tráfico Droga	1	12,5%		
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal	1	12,5%		
Integridade Física	1	12,5%		
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública	1	12,5%		
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	8	100,0%	0	0,0%

Quadro d.123

GRUPO DE TRAJECTÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes RESISTÊNCIA/DESOBEDIÊNCIA AUTORIDADE PÚBLICA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=5)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	1	16,7%		
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência	1	16,7%		
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga	1	16,7%		
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física	2	33,3%		
Reserva Vida Privada				
Honra	1	16,7%		
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	6	100,0%	0	0,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES COMETIDOS NA PRISÃO

Quadro d.124

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes COMETIDOS NA PRISÃO				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=0)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	0	0,0%	0	0,0%

Quadro d.125

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes COMETIDOS NA PRISÃO				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=3)		FEMININO (n=1)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência	2	40,0%		
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga	2	40,0%		
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida	1	20,0%		
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	5	100,0%	0	0,0%

Quadro d.126

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes COMETIDOS NA PRISÃO				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=10)		FEMININO (n=3)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	2	16,7%	1	25,0%
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	1	8,3%		
Património C/Violência	1	8,3%		
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga	2	16,7%	2	50,0%
Tráfico Droga	1	8,3%		
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares	1	8,3%		
Falsificação Documentos	1	8,3%		
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual	1	8,3%		
Autodeterminação Sexual				
Vida	2	16,7%		
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão			1	25,0%
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	12	100,0%	4	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO GRUPO DE CRIMES ESTATISTICAMENTE MINORITÁRIOS

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM GERAL

Quadro d.127

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes ESTATISTICAMENTE MINORITÁRIOS				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=6)		FEMININO (n=6)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência				
Contra Património Com Violência				
Emissão Cheque Sem Provisão				
Droga				
Vida em Sociedade				
Sexuais				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado				
Estatisticamente Minoritários				
TOTAIS	0	0,0%	0	0,0%

NOTA: Existem respectivamente 3 e 10 frequências de antecedentes do sexo masculino e feminino associados à categoria tipo de crime *não especificados* (tipo de crime desconhecido), do nível de análise Sub-grupo de Crimes, os quais não constam por não representarem a manifestação de qualquer sequência identificável (com sentido)

Quadro d.128

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes ESTATISTICAMENTE MINORITÁRIOS				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=19)		FEMININO (n=3)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	4	16,0%	1	50,0%
Contra Património Com Violência	3	12,0%		
Emissão Cheque Sem Provisão	2	8,0%		
Droga	1	4,0%		
Vida em Sociedade	7	28,0%	1	50,0%
Sexuais				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física	2	8,0%		
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado	3	12,0%		
Estatisticamente Minoritários	3	12,0%		
TOTAIS	25	100,0%	2	100,0%

Quadro d.129

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA
- Análise Sequencial de Antecedentes em função do Grupo de Crimes ESTATISTICAMENTE
MINORITÁRIOS

TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=49)		FEMININO (n=7)	
	Freq.	%	Freq.	%
Contra Património Sem Violência	12	30,0%	2	50,0%
Contra Património Com Violência	3	7,5%		
Emissão Cheque Sem Provisão	2	5,0%		
Droga	9	22,5%		
Vida em Sociedade	5	12,5%	1	25,0%
Sexuais	1	2,5%		
Vida				
Liberdade Pessoal	1	2,5%	1	25,0%
Integridade Física	1	2,5%		
Contra as Pessoas Menos Graves				
Estado	3	7,5%		
Estatisticamente Minoritários	3	7,5%		
TOTAIS	40	100,0%	4	100,0%

NOTA: Existem respectivamente 21 e 2 frequências de antecedentes do sexo masculino e feminino associados à categoria tipo de crime *não especificados* (tipo de crime desconhecido), do nível de análise Sub-grupo de Crimes, os quais não constam por não representarem a manifestação de qualquer sequência identificável (com sentido)

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES

AUXÍLIO À IMIGRAÇÃO ILEGAL

Quadro d.130

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes AUXÍLIO À IMIGRAÇÃO ILEGAL				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=0)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	0	0,0%	0	0,0%

Quadro d.131

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes AUXÍLIO À IMIGRAÇÃO ILEGAL				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=2)		FEMININO (n=1)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla			1	50,0%
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação	3	100,0%	1	50,0%
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	3	100,0%	2	100,0%

Quadro d.132

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes AUXÍLIO À IMIGRAÇÃO ILEGAL				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=0)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	0	0,0%	0	0,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES INFORMÁTICOS

Quadro d.133

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes INFORMÁTICOS				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=0)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	0	0,0%	0	0,0%

Quadro d.134

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes INFORMÁTICOS				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=2)		FEMININO (=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos	1	33,3%		
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física	1	33,3%		
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos	1	33,3%		
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	3	100,0%	0	0,0%

Quadro d.135

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes INFORMÁTICOS				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=0)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	0	0,0%	0	0,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

Quadro d.136

GRUPO DE TRAJECTÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A PAZ PÚBLICA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=0)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Illegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	0	0,0%	0	0,0%

Quadro d.137

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A PAZ PÚBLICA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=11)		FEMININO (n=1)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla	2	20,0%		
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência	2	20,0%		
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem	1	10,0%		
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física	1	10,0%		
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais	2	20,0%		
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal	1	10,0%		
Informáticos				
Paz Pública	1	10,0%		
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	10	100,0%	0	0,0%

Quadro d.138

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes CONTRA A PAZ PÚBLICA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=7)		FEMININO (n=4)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	2	22,2%	1	25,0%
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação			1	25,0%
Património C/Recurso Cheque	1	11,1%		
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga	1	11,1%		
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares	1	11,1%	1	25,0%
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual	1	11,1%		
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal			1	25,0%
Integridade Física	1	11,1%		
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia	1	11,1%		
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública	1	11,1%		
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	9	100,0%	4	100,0%

ANÁLISE SEQUENCIAL DE ANTECEDENTES EM FUNÇÃO DO SUB-GRUPO DE CRIMES COMETIDOS NA ESTRADA

Quadro d.139

GRUPO DE TRAJETÓRIAS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes COMETIDOS NA ESTRADA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=1)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção				
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque				
Património C/Violência				
Património C/Arma				
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga				
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação				
Falsificação Documentos Aquisição Bem				
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	0	0,0%	0	0,0%

Quadro d.140

GRUPO DE TRAJETÓRIAS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes COMETIDOS NA ESTRADA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=12)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	2	22,2%		
Património C/Burla				
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	2	22,2%		
Património C/Violência				
Património C/Arma	1	11,1%		
Consumo Droga				
Tráfico-Consumo Droga	1	11,1%		
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos				
Falsificação Cheques/Equiparados				
Falsificação Documentos Identificação	1	11,1%		
Falsificação Documentos Aquisição Bem	1	11,1%		
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal				
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública				
Cometidos na Prisão	1	11,1%		
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada				
Não Especificados				
TOTAIS	9	100,0%	0	0,0%

Quadro d.141

GRUPO DE TRAJETÓRIAS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - Análise Sequencial de Antecedentes em função do Sub-grupo de Crimes COMETIDOS NA ESTRADA				
TIPOS DE CRIMES	MASCULINO (n=20)		FEMININO (n=0)	
	Freq.	%	Freq.	%
Património C/Subtracção	6	19,4%		
Património C/Burla	4	12,9%		
Património C/Abuso Confiança				
Receptação				
Património C/Recurso Cheque	1	3,2%		
Património C/Violência	3	9,7%		
Património C/Arma				
Consumo Droga	4	12,9%		
Tráfico-Consumo Droga	4	12,9%		
Tráfico Droga				
Crimes Perigo Comum				
Falsificação Moeda/Outros Similares				
Falsificação Documentos	1	3,2%		
Falsificação Cheques/Equiparados	1	3,2%		
Falsificação Documentos Identificação	1	3,2%		
Falsificação Documentos Aquisição Bem	1	3,2%		
Liberdade Sexual				
Autodeterminação Sexual				
Vida				
Liberdade Pessoal	1	3,2%		
Integridade Física				
Reserva Vida Privada				
Honra				
Economia				
Fiscais				
Corrupção				
Peculato				
Violação Providências Públicas				
Realização Justiça				
Resistência/Desobediência Autoridade Pública	2	6,5%		
Cometidos na Prisão				
Auxílio Imigração Ilegal				
Informáticos				
Paz Pública				
Cometidos na Estrada	2	6,5%		
Não Especificados				
TOTAIS	31	100,0%	0	0,0%

SÍNTESE

Quadro d.142

GRUPO TRAJECTÓRIAS CRIMINAIS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - REINCIDENTES SEXO MASCULINO

PRECEDÊNCIA													
TABELA PREDITIVA	Contra Patrimônio Sem Violência	Contra Patrimônio Com Violência	Emissão Cheque Sem Provisão	Droga	Vida em Sociedade	Sexuais	Vida	Liberdade Pessoal	Integridade Física	Contra as Pessoas Menos Graves	Estado	Estatisticamente Minoritários	TOTAIS - PRECEDÊNCIAS(%)
Contra Patrimônio Sem Violência	72,3	7,0	3,9	8,2	5,5	1,2	0,4		0,4		0,4	0,8	100
Contra Patrimônio Com Violência	44,4	35,6		11,1	2,2	4,4	2,2						100
Emissão Cheque Sem Provisão	22,1		67,6	7,4	1,5							1,5	100
Droga	33,8	12,5	5,0	41,3	5,0		2,5						100
Vida em Sociedade	51,4		20,0	2,9	22,9			2,9					100
Sexuais	28,6	57,1				14,3							100
Vida	50,0	37,5		12,5									100
Liberdade Pessoal				50,0						50,0			100
Integridade Física	60,0										20,0	20,0	100
Contra as Pessoas Menos Graves	100,0												100
Estado	100,0												100
Estatisticamente Minoritários													

OCORRÊNCIA

SÍNTESE

Quadro d.143

GRUPO TRAJECTÓRIAS CRIMINAIS LIMITADO À FASE DA JUVENTUDE - REINCENTES SEXO FEMININO

TABELA PREDITIVA	PRECEDÊNCIA (%)											TOTAIS - PRECEDÊNCIAS (%)
	Contra Património Sem Violência	Contra Património Com Violência	Emissão Cheque Sem Provisão	Droga	Vida em Sociedade	Sexuais	Vida	Liberdade Pessoal	Integridade Física	Contra as Pessoas Menos Graves	Estatisticamente Minoritários	
Contra Património Sem Violência	60,5	1,3	92	11,8	11,8					1,3	3,9	100
Contra Património Com Violência	33,3	16,7	16,7	16,7						16,7		100
Emissão Cheque Sem Provisão	9,0		83,6	1,5	3,0					1,5	1,5	100
Droga	29,6	3,7		55,6	3,7	3,7					3,7	100
Vida em Sociedade	68,8	6,3	12,5	6,3	6,3							100
Sexuais				100,0								100
Vida												
Liberdade Pessoal												
Integridade Física												
Contra as Pessoas Menos Graves												
Estado	50,0	25,0		25,0								100
Estatisticamente Minoritários												

OCORRÊNCIA

SÍNTESE

Quadro d.144

GRUPO TRAJECTÓRIAS CRIMINAIS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - REINCIDENTES SEXO MASCULINO

PRECEDÊNCIA (%)

TABELA PREDITIVA	PRECEDÊNCIA (%)												TOTAIS - PRECEDÊNCIAS(%)
	Contra Património Sem Violência	Contra Património Com Violência	Enissão Cheque Sem Provisão	Droga	Vida em Sociedade	Sexuais	Vida	Liberdade Pessoal	Integridade Física	Contra as Pessoas Menos Graves	Estado	Estatisticamente Minoritários	
Contra Património Sem Violência	36,1	4,3	4,9	17,1	32,9			0,5	0,5	0,5	1,9	1,1	100
Contra Património Com Violência	25,0	37,5	1,6	17,2	7,8		1,6	4,7	1,6		3,1		100
Enissão Cheque Sem Provisão	8,7	1,9	78,6	2,9	5,8						1,0	1,0	100
Droga	14,9	2,3	1,7	72,7	5,2	0,2	0,4	0,2	0,8	0,4	0,4	0,6	100
Vida em Sociedade	47,9	1,0	3,8	7,5	36,6		1,0	1,0	0,7		0,7	0,7	100
Sexuais		5,6	5,6	5,6		38,9	5,6	11,1	11,1		5,6	11,1	100
Vida	8,3	25,0		16,7	8,3	16,7			16,7		8,3		100
Liberdade Pessoal	25,0	15,0		15,0	10,0	10,0		15,0	5,0		5,0		100
Integridade Física	29,4	17,6		23,5		5,9		11,8				11,8	100
Contra as Pessoas Menos Graves	10,0			40,0						50,0			100
Estado	4,3	2,9	5,8	11,6	2,9		1,4	1,4	1,4		65,2	2,9	100
Estatisticamente Minoritários	16,0	12,0	8,0	4,0	28,0				8,0		12,0	12,0	100

OCCORRÊNCIA

SÍNTESE

Quadro d.145

GRUPO TRAJECTÓRIAS CRIMINAIS A PARTIR DA FASE DA VIDA ADULTA - REINIDENTES SEXO FEMININO

PRECEDÊNCIA (%)

TABELA PREDITIVA	Contra Património Sem Violência	Contra Património Com Violência	Emissão Cheque Sem Provisão	Droga	Vida em Sociedade	Sexuais	Vida	Liberdade Pessoal	Integridade Física	Contra as Pessoas Menos Graves	Estado	Estatisticamente Minoritários	TOTAIS - PRECEDÊNCIAS(%)
Contra Património Sem Violência	51,7	3,4	7,9	22,5	12,4				1,1			1,1	100
Contra Património Com Violência	26,7	26,7		33,3				6,7	6,7				100
Emissão Cheque Sem Provisão	8,2		86,9	1,6	3,3								100
Droga	13,5	1,5		81,0	1,5						1,5	1,0	100
Vida em Sociedade	31,4	7,8	11,8	27,5	15,7				2,0		2,0	2,0	100
Sexuais								100,0					100
Vida													
Liberdade Pessoal	50,0				50,0								100
Integridade Física	33,3	33,3		33,3									100
Contra as Pessoas Menos Graves													
Estado	7,1		14,3	14,3	7,1						57,1		100
Estatisticamente Minoritários	50,0				50,0								100

OCCORRÊNCIA

SÍNTESE

Quadro d.146

GRUPO TRAJECTÓRIAS CRIMINAIS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - REINCIDENTES SEXO MASCULINO

TABELA PREDITIVA	PRECEDÊNCIA (%)												TOTAIS - PRECEDÊNCIAS(%)
	Contra Património Sem Violência	Contra Património Com Violência	Enissão Cheque Sem Provisão	Droga	Vida em Sociedade	Sexuais	Vida	Liberdade Pessoal	Integridade Física	Contra as Pessoas Menos Graves	Estado	Estatisticamente Minoritários	
Contra Património Sem Violência	62,2	7,5	22	16,3	8,0	0,1	0,3	0,3	0,5	0,7	0,8	1,2	100
Contra Património Com Violência	36,1	25,2	1,4	20,1	8,8	1,4	0,7	2,7	1,7		1,7	0,3	100
Enissão Cheque Sem Provisão	16,2	1,4	65,7	10,0	4,8				0,5		0,5	1,0	100
Droga	24,6	5,5	1,8	58,8	4,3	0,4	0,5	0,4	1,0	0,2	1,3	1,2	100
Vida em Sociedade	54,5	5,4	5,1	12,6	16,2	0,7	0,7	0,7	0,4	0,4	1,1	2,2	100
Sexuais	17,6	5,9		29,4		11,8		5,9	11,8		5,9	11,8	100
Vida	25,0	14,3		21,4	14,3		3,6		3,6		3,6	14,3	100
Liberdade Pessoal	16,7	10,0		20,0	3,3	3,3		6,7	13,3		13,3	13,3	100
Integridade Física	27,1	10,4	4,2	36,4	4,2		2,1	2,1	4,2	4,2	4,2	2,1	100
Contra as Pessoas Menos Graves	30,8	7,7		30,8	7,7			7,7				15,4	100
Estado	23,3	11,7	5,0	21,7	15,0	1,7	3,3	5,0	3,3	1,7	6,7	1,7	100
Estatisticamente Minoritários	30,0	7,5	5,0	22,5	12,5	2,5		2,5	2,5		7,5	7,5	100

OCCORRÊNCIA

SÍNTESE

Quadro d.147

GRUPO TRAJECTÓRIAS CRIMINAIS TRANSVERSAL ÀS FASES DA JUVENTUDE E DA VIDA ADULTA - REINCIDENTES SEXO FEMININO

PRECEDÊNCIA (%)

TABELA PREDITIVA	Contra Patrimônio Sem Violência	Contra Patrimônio Com Violência	Emissão Cheque Sem Provisão	Droga	Vida em Sociedade	Sexuais	Vida	Liberdade Pessoal	Integridade Física	Contra as Pessoas Menos Graves	Estado	Estatisticamente Minoritários	TOTAIS - PRECEDÊNCIAS(%)
Contra Patrimônio Sem Violência	54,3	0,5	8,6	17,3	15,2				0,5	0,5	1,0	2,0	100
Contra Patrimônio Com Violência	35,0	20,0	5,0	15,0	15,0						10,0		100
Emissão Cheque Sem Provisão	122	1,0	77,6	3,1	4,1				1,0			1,0	100
Droga	22,0	5,9	5,9	58,0	5,9		0,5				1,5	0,5	100
Vida em Sociedade	45,3	1,6	12,5	14,1	20,3		1,6			3,1	1,6		100
Sexuais						33,3		33,3			33,3		100
Vida				100,0									100
Liberdade Pessoal									50,0				100
Integridade Física	25,0	25,0				25,0			25,0				100
Contra as Pessoas Menos Graves				100,0									100
Estado	38,5		7,7	23,1	7,7			7,7			15,4		100
Estatisticamente Minoritários	50,0				25,0			25,0					100

OCORRÊNCIA

Anexo E

Matrizes de Recolha de Dados

Matriz de Recolha e Classificação de Dados I

– Características do Indivíduo –

Número	Ordem
--------	-------

Características	Descrição	Código
<i>Sexo</i>		
<i>Ano do Nascimento</i>		
<i>Estado Civil</i>		
<i>Naturalidade: Freguesia</i>		
<i>Naturalidade: Concelho</i>		
<i>Naturalidade: Distrito</i>		
<i>Nacionalidade</i>		
<i>Sinalética</i>		
<i>Habilitações Literárias</i>		
<i>Profissão 1</i>		
<i>Profissão 2</i>		
<i>Profissão 3</i>		

Matriz de Recolha e Classificação de Dados II

– Residência –

Características	Descrição	Código
-----------------	-----------	--------

<i>Concelho</i>		
-----------------	--	--

<i>Distrito</i>		
-----------------	--	--

<i>Concelho</i>		
-----------------	--	--

<i>Distrito</i>		
-----------------	--	--

<i>Concelho</i>		
-----------------	--	--

<i>Distrito</i>		
-----------------	--	--

Matriz de Recolha e Classificação de Dados III

– Elementos do Crime –

Características	Descrição	Código
-----------------	-----------	--------

<i>Crime</i>		
--------------	--	--

<i>M. O. e Objecto</i>		
------------------------	--	--

<i>Data</i>		
-------------	--	--

<i>Co-participantes</i>		
-------------------------	--	--

<i>Concelho</i>		
-----------------	--	--

<i>Distrito</i>		
-----------------	--	--

Matriz de Recolha e Classificação de Dados IV

– Privação da Liberdade –

Nº. Situações Privativas Liberdade

--	--

Anos:

Condenações	Descrição	Código
-------------	-----------	--------

<i>Crime</i>		
--------------	--	--

<i>Ano início</i>		
-------------------	--	--

<i>Pena</i>		
-------------	--	--

<i>Crime</i>		
--------------	--	--

<i>Ano início</i>		
-------------------	--	--

<i>Pena</i>		
-------------	--	--

<i>Crime</i>		
--------------	--	--

<i>Ano início</i>		
-------------------	--	--

<i>Pena</i>		
-------------	--	--

Matriz de Recolha e Classificação de Dados V

– Classificações Policiais –

Classificações	Descrição	Código
<i>Class. Policial - 1</i>		
<i>Class. Policial - 2</i>		
<i>Class. Policial - 3</i>		
<i>Class. Policial - 4</i>		
<i>Class. Policial - 5</i>		
<i>Class. Policial - 6</i>		
<i>Class. Policial - 7</i>		
<i>Class. Policial - 8</i>		
<i>Class. Policial - 9</i>		
<i>Class. Policial - 10</i>		
<i>Class. Policial - 11</i>		
<i>Class. Policial - 12</i>		
<i>Class. Policial - 13</i>		
<i>Class. Policial - 14</i>		

